

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

A Parceria Bloqueada
As relações entre França e Brasil, 1945-2000

Tese de Doutorado

Antônio Carlos Moraes Lessa

Brasília, fevereiro de 2000

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

A Parceria Bloqueada
As relações entre França e Brasil, 1945-2000

Tese de Doutorado

Doutorando: Antônio Carlos Moraes Lessa

Orientador: Professor Doutor Amado Luiz Cervo

As nações todas são mistérios
Cada uma é todo o mundo a sós
Fernando Pessoa

Sumário

Resumo	6
Abstract	7
Résumé	8
Agradecimentos	9
Lista de Arquivos e Centros de Documentação	11
Introdução	12
Capítulo 1 – <i>Uma dimensão de movimento: a evolução da ordem internacional (1945-2000)</i>	16
1.1 – A ordem em construção (1945-1962)	17
1.2 – A gerência da ordem (1962-1979)	27
1.3 – A ordem em convulsão (1979-1991)	30
1.4 – Os contornos da nova ordem (1991-2000)	32
Capítulo 2 – <i>As relações exteriores do Brasil e da França (1945-2000)</i>	38
2.1 – As linhas gerais da Política Exterior do Brasil	40
2.2 – A inserção internacional da França	48
Capítulo 3 – <i>Os eixos assimétricos de um triângulo imperfeito: o que vale a Europa Ocidental para o Brasil</i>	59
3.1 – O Brasil entre os EUA e a Europa Ocidental	59
3.2 – Os eixos assimétricos de uma relação especial	67
3.2.1 – O eixo sentimental	68
3.2.2 – O eixo instrumental	72
3.2.3 – Relações de apatia recíproca	77
Capítulo 4 – <i>O vértice marginal de uma vocação universal: o que vale a América Latina para a França</i>	81
4.1 – A França na América Latina, do século XIX ao entre guerra	81
4.2 – A América Latina no sistema de relações da França, de 1945 a 2000	87
4.3 – As relações culturais franco-latino-americanas	104
Capítulo 5 – <i>O reencontro (1945-1955)</i>	108
5.1 – A força do espírito e a debilidade da matéria: a presença da França no Brasil	109
5.2 – Os EUA entre a França e o Brasil	114
5.3 – A retomada das relações bilaterais	116
5.4 – As relações econômicas	119
5.5 – A definição da agenda bilateral	126
5.5.1 – A questão cultural	127
5.5.2 – A questão colonial	131
5.5.2.1 – O Brasil e o colonialismo francês	136

Capítulo 6 – <i>Annus Terribilis: a parceria bloqueada (1956-1962)</i>	142
6.1 – O contencioso financeiro	143
6.1.1 – Os bancos	144
6.1.2 – As <i>utilities</i>	146
6.1.3 – As tentativas de encaminhamento	148
6.2 – As relações econômicas: uma janela (fechada) para o futuro	155
6.3 – O Brasil e o Mercado Comum Europeu	165
6.4 – A guerra da lagosta	171
Capítulo 7 – <i>Conflito e incompreensão: as origens da diplomacia dos crustáceos</i>	172
7.1 – A pesca da lagosta no Brasil e na França	172
7.1.1 – A pesca da lagosta no Brasil	172
7.1.2 – Os franceses e a pesca da lagosta	175
7.2 – A França e a pesca da lagosta no Brasil	177
7.2.1 – A campanha exploratória	180
7.3 – A noção de plataforma continental	185
7.4 – As precauções brasileiras e a cobiça francesa	187
7.5 – As doutrinas e os seus segredos	191
Capítulo 8 – A Guerra da Lagosta	199
8.1 – As possibilidades de negociação	199
8.2 – A negociação do <i>modus vivendi</i>	206
8.3 – O impasse	212
8.4 – O carnaval das lagostas	218
8.5 – O fim da guerra	225
8.6 – Um balanço	229
Capítulo 9 – <i>Em busca do tempo perdido: relações políticas e econômicas desde a década de sessenta</i>	232
9.1 – A distensão (1963-1967)	233
9.2 – A França e o desenvolvimento do Brasil (1968-1989)	240
9.3 – A parceria possível (1990-2000)	247
Conclusão	256
<i>Anexo - Cronologia das Relações Internacionais e as Políticas Exteriores do Brasil e da França</i>	260
Bibliografia	317
1 - Livros	317
2 - Artigos	328
3 – Material não-publicado	332
4 – Documentos publicados	334
5 – Séries estatísticas	334
6 - Imprensa	334
7 – Documentos históricos	335

Resumo

O estudo tem por objetivo proceder a um esforço de compreensão das relações entre a França e o Brasil, desde o fim da segunda guerra mundial e o restabelecimento das relações bilaterais, até os dias de hoje, em suas vertentes políticas, econômicas e culturais. Busca-se definir os objetivos que animaram as ações dos Estados em suas permanentes interações, bem como as leituras que lhes dão os diferentes atores sociais envolvidos na formulação, gestão e implementação da agenda bilateral. Investiga-se as causas da debilidade dos vínculos franco-brasileiros, caracterizando a construção de contatos essencialmente conflituosos e tendentes à ornamentalidade, que se perpetuaram desde 1945 até o início dos anos noventa, e, desde então, se identifica o surgimento de condições para a construção de uma parceria profícua.

Abstract

The main aim of this study is to make an effort to understand the relationship between France and Brazil since the end of the Second World War, and the re-establishment of this relationship, until today, in its political, economic and cultural aspects. There is also an attempt to define the objectives which encouraged the actions of the two states in their permanent interaction, and the interpretation given by the different social actors involved in their management. There is also an investigation of the causes of the fragility of the French-Brazilian links, characterizing the conflicting and merely ornamental contacts which took place from 1945 until the beginning of the 1990's. From that time on there has been some evidence of better conditions to build up a productive partnership.

Résumé

L'ouvrage a par objectif procéder à un effort de compréhension des relations entre la France et le Brésil, depuis la fin de la seconde guerre mondiale et le rétablissement des relations bilatérales, jusqu'aux jours présents, en ses versants politiques, économiques et culturels. L'étude cherche définir les objectifs qui ont animé les actions des États dans ses interactions permanentes, bien comme les lectures données par les différents acteurs sociaux engagés dans la formulation, gestion et accomplissement de l'agenda bilatéral. Le travail recherche les causes de la débilite des liens franco-brésiliens, en caractérisant la construction des contacts essentiellement conflictuels et tendents à l'ornementalité, qui se sont perpétués depuis 1945 jusqu'au début des années quatre-vingt-dix, et, dès lors, on identifie l'apparition de conditions pour la construction d'une association profiteuse.

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que concedeu condições financeiras para que eu pudesse me dedicar à sua realização com exclusividade durante o ano de 1996. Do mesmo modo, o apoio valoroso do CNPq, ao me outorgar bolsa doutorado *sandwich*, permitiu o desenvolvimento da pesquisa documental e bibliográfica em diversas instituições francesas, entre dezembro de 1996 e março de 1997. A essa agência, os meus agradecimentos.

Sou muito grato pela ajuda dos servidores dos arquivos onde desenvolvi partes mais ou menos intensas de minha pesquisa, e em especial, aos conservadores do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, dos Archives du Ministère des Affaires Étrangères, em seus centros de Paris e Nantes, dos Archives Nationales de France e do Crédit Lyonnais, ambos em Paris. Agradeço especialmente ao senhor Francisco Chagas, do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em Brasília. Senhoras e senhores que desempenham com retidão o ofício de servir à feitura da história, para com eles tenho dívida de gratidão pela paciência com que me receberam e me orientaram.

Ao pessoal da Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP, agradeço pela disponibilidade em atender às minhas repetidas solicitações e orientar na labuta com os dados sobre investimentos externos diretos no Brasil.

Meus agradecimentos a Kátia de Queirós Mattoso, professora titular da Universidade de Paris-Sorbonne, e Denis Rolland, da Universidade de Rennes II, ambos animadores do Centro de Estudos sobre o Brasil da Universidade de Paris IV, que me acolheram com carinho em sua instituição e facilitaram o desenvolvimento da minha pesquisa na França.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação em História da Universidade de Brasília, e em especial aos da linha de História das Relações Internacionais, com os quais tenho aprendido a refletir sobre os desafios internacionais do Brasil. Nessa perspectiva, meus agradecimentos sobretudo para Clodoaldo Bueno, professor visitante do programa entre 1994 e 1995, e Albene Míriam Menezes. Ao professor José Flávio Sombra Saraiva sou especialmente grato - como aluno, colega e amigo, pelo incentivo permanente e pela promoção imerecida.

Aos amigos Pio Penna Filho, Virgílio Caixeta Arraes e Carmen Lícia Palazzo de Almeida, companheiros em momentos diversos do programa de pós-graduação em história, agradeço por terem compartilhado comigo as alegrias e preocupações envolvidas na realização deste trabalho. Ao professor Lino Ferreira Netto, o meu reconhecimento pelo exemplo de seriedade e pelo incentivo discreto e perene.

Ao professor Amado Luiz Cervo, mestre, orientador e amigo, mais do que agradecer, tenho que manifestar dívida insanável pelo apoio constante e sempre disponível, e sobretudo, por ter me mostrado, como exemplo, os bons caminhos da vida acadêmica.

Pelo apoio incondicional, e sobretudo pela paciência, agradeço à minha família – para Ednete, Nilton e Henrique, que jamais me faltaram, a minha eterna gratidão.

Lista de Arquivos e Centros de Documentação

- AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro;
- AHMRE – Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, Brasília;
- AN – Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro;
- ACD – Arquivo da Câmara dos Deputados do Brasil, Brasília;
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil;
- AMAE – Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris;
- AMAE-CN – Archives du Ministère des Affaires Étrangères – Centre de Nantes;
- ANF - Archives Nationales de France, Paris;
- AHCL – Archives du Crédit Lyonnais, Paris;
- APB – Archives de la Banque de Paris e Pays Bas – PARIBAS;
- ACCIP – Archives de la Chambre de Commerce et d’Industrie de Paris

Introdução

O presente estudo tem por objetivo proceder a um esforço de compreensão das relações entre a França e o Brasil entre 1945 e 2000, procurando identificar e avaliar as causas que moveram os países em suas permanentes interações.

As relações franco-brasileiras, em suas vertentes econômicas, políticas e culturais, constituem tema mal explorado na historiografia das relações internacionais. Com efeito, os poucos estudos produzidos sobre os contatos entre os dois países no século XX concentram os seus focos de análise sobre as relações culturais, desde a perspectiva da emergência do modelo francês no Brasil, até a sua decadência. Esses estudos partem sempre da constatação da existência de uma influência cultural decisiva, que teria moldado, por extensão, todas as demais dimensões dos contatos entre as duas nações. A concentração de preocupações em torno do objeto cultural, que por certo deu origem a explicações originais sobre a formação da identidade brasileira, obscureceu, entretanto, a busca de entendimento de outros aspectos importantes do relacionamento entre a França e o Brasil.

Neste trabalho propõe-se uma inversão da ótica que tem inspirado a produção científica sobre as relações franco-brasileiras. Partindo da constatação da relativa debilidade dos vínculos econômicos, especialmente quando comparados com aqueles que o Brasil empreendeu com outros países, pergunta-se qual teria sido o peso do elemento cultural no encaminhamento das relações bilaterais. Se a presença francesa em todos os aspectos da vida social e cultural do Brasil é tão intensa, como explicar a fragilidade dos vínculos que se estabeleceram no relacionamento político e econômico entre os dois países? Teria a amizade tradicional que nasce daqueles vínculos culturais força suficiente para redimir os conflitos que surgiram nas relações bilaterais?

Boa parte dos estudos que têm a França e as suas relações com o Brasil como objeto se guiaram pela determinação do peso dos aportes culturais da França para a

formação da cultura brasileira, em traços que se tornaram de fato preponderantes desde o século XIX. Neste trabalho, de modo diverso, cuida-se de determinar o peso dos aportes que a França trouxe para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, buscando-se situar as relações bilaterais no quadro das funcionalidades características das relações internacionais do país.

Considerando que a política exterior do Brasil apresentou, especialmente a partir da primeira metade desse século, um peso preponderante para a realização do desenvolvimento nacional, supõe-se que os contatos internacionais do país se inscreveram para servir à realização desse objetivo. Buscou o Brasil o estabelecimento de relações com países que propiciassem o acesso aos insumos que lhe faltavam para dinamizar o desenvolvimento – capitais, tecnologias e mão-de-obra - mas também apoios políticos para circundar as dificuldades que surgissem na realização da sua empresa. Por esse motivo, assumiram preponderância histórica para o Brasil as suas relações com determinados países, que prestaram, em várias ocasiões, aportes diferentes e em medidas distintas, de recursos necessários para o desenvolvimento nacional. Na forma dos fluxos de investimentos diretos, da dinamização das relações comerciais, da transferência de tecnologias ou da cooperação política, os contributos que esses relacionamentos trouxeram foram tão importantes para o Brasil contemporâneo que devem ser qualificados como os frutos de parcerias. Ganharam sempre as duas partes: o Brasil, que conseguia acessar recursos escassos, e os seus parceiros, que se apoderavam de parcelas de seu mercado e podiam contar com as simpatias do país nas causas difíceis em que se envolvessem. Nessa perspectiva, seria possível enquadrar a França no rol dos parceiros do Brasil?

Como no caso das relações com os EUA, com a Alemanha e com a Itália, não faltaram às relações do Brasil com a França oportunidades para a construção de uma parceria profícua aos dois países, tendo em vista que em diversas ocasiões ambos os países necessitaram de apoio para a realização dos interesses que buscavam concretizar na cena internacional. Por que essas possibilidades não se concretizaram?

Encontraram, Brasil e França, grandes dificuldades para o estabelecimento de projetos políticos e econômicos de interesse comum. Apesar de serem economias complementares, não desenvolveram como podiam as suas relações econômicas.

Tendo ambições internacionais que se tornariam convergentes com o tempo, desde quando se tornaram insatisfeitos com os lugares que lhes foram reservados no sistema internacional, não encetaram a cooperação política como deveriam.

Na falta de contatos de massa, não houve nas relações entre a França e o Brasil simpatias que criassem vínculos diretos entre as sociedades e que prestassem serviço ao desenvolvimento espontâneo dos negócios. As relações bilaterais foram antes uma criação dos diplomatas, que deram origem às crises, do que dos militares, empresários, jornalistas, cientistas entre outros, que do seu desenvolvimento não participaram. Distantes dos atores sociais, em vários momentos substituídos pelas diplomacias, os contatos bilaterais permaneceram encapsulados na agenda que os Estados se dispunham a encaminhar. Olharam os Estados e as sociedades para direções opostas, e por isso nunca se encontraram – jamais consideraram as possibilidades que se criavam e se desfaziam sem que tenham sido aproveitadas. Na maior parte do período em exame, estiveram *bloqueadas* as condições para o desenvolvimento da parceria franco-brasileira.

Quais as causas do bloqueio que esterilizou as relações bilaterais? Quais as forças que impulsionaram e que constrangeram o seu desenvolvimento? Como se portaram as sociedades na realização de interesses comuns? Como os Estados procederam com a agenda de questões que lhes incumbia resolver? Este estudo cuida de responder essas questões, procurando situar as relações entre a França e o Brasil no âmbito dos respectivos sistemas de relações internacionais, consolidando a agenda bilateral e medindo as disposições que demonstraram os países para o conflito e para a cooperação.

Os dois primeiros capítulos deste trabalho procuram enquadrar as relações exteriores do Brasil e da França nas relações internacionais contemporâneas. O Capítulo 3 discorre sobre o lugar ocupado pela Europa Ocidental no cálculo estratégico da política exterior do Brasil, cuidando-se de evidenciar a existência de uma assimetria particular nas concepções que têm os brasileiros quanto à diversidade política, econômica e psicossocial do continente europeu, e portanto, das possibilidades de realização de projetos comuns. Do mesmo modo, no Capítulo 4 estabelece-se o lugar que a América Latina ocupou nas preocupações internacionais da

França. A retomada das relações franco-brasileiras no imediato pós-guerra, e a definição de uma primeira agenda bilateral, composta pelas questões culturais e coloniais, são os objetos do Capítulo 5.

No capítulo seguinte, as relações entre os dois países são examinadas sob o prisma dos contenciosos que as caracterizaram até a década de sessenta. Assim, procede-se à recuperação dos traços do denominado contencioso financeiro, bem como insere-se no plano bilateral as preocupações do governo brasileiro relativas à criação do Mercado Comum Europeu. Os Capítulos 7 e 8, que têm como objeto o conflito sobre a pesca da lagosta, buscam delinear o estado de deterioração das relações bilaterais no início da década de sessenta, dando a medida da incompreensão que moveu as diplomacias e do relativo alheamento dos atores sociais no encaminhamento de soluções para os momentos de crise das relações bilaterais. Finalmente, o Capítulo 9 passa em revista o processo de distensão que se seguiu e o nascimento de uma agenda neutra, em que sobraram oportunidades e faltaram projetos. Completa esse último trecho uma análise do redimensionamento das relações bilaterais, já nos anos noventa, a partir da coincidência auspiciosa de eventos que parecem romper um longo ciclo histórico de decadência.

Capítulo 1

Uma dimensão de movimento: a evolução da ordem internacional (1945-2000)

A noção fundamental de *constrangimento internacional* é própria da interação das sociedades com o meio internacional. Trata-se da percepção que devem ter dos seus limites de atuação e das possibilidades de realizar os seus interesses em circunstâncias precisas, dadas pela multiplicidade de relações que se estabelecem no sistema internacional. Tal noção corresponde à dimensão de movimento que encerra o caráter essencialmente dinâmico das relações internacionais, lembrado pelo largo espectro de relações pacíficas, conflituosas ou de guerra existentes simultaneamente no sistema internacional ¹.

Assim, o enquadramento das nações nas relações de poder, nos fluxos de comércio, de capitais, de ciência e de tecnologia, e de idéias, contigenciam os modos como fazem a guerra e a paz, mantêm e alimentam a cooperação, desagregam ou dinamizam os negócios, na mesma medida em que lhes permite obter insumos para a realização de seus projetos nacionais, sejam eles iluminados pela busca da potência, do prestígio ou da afluência ².

Como evoluiu a ordem internacional que surgiu após a Segunda Guerra Mundial? Quais os constrangimentos gerais e específicos proporcionados para a inserção internacional das nações? Em que medida tal ordem, ou os constrangimentos internacionais por ela impostos, em suas vertentes de relações simétricas, assimétricas,

¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Toute empire périra: une vision théorique des relations internationales*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1982, p. 175-178; RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1966, 460 p.; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Itinéraires: idées, hommes et nations d'Occident (XIX^e - XX^e Siècles)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1991, p. 35-41.

² DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Toute empire périra, Op. Cit.* p. 188-252.

pacíficas e conflituosas, favoreceram as formulações de política exterior que dirigiram a inserção internacional de países como o Brasil e a França? Tendo clara a idéia de que a evolução da ordem constitui o constrangimento fundamental para a formulação e implementação dos projetos internacionais das nações, cumpre examinar as suas grandes linhas.

1 - A ordem em construção (1944-1962)

As duas crises simultâneas que marcaram o anuário internacional de 1956, na Europa Oriental e no Oriente Médio, eficazmente permitem a percepção da sutileza dos mecanismos de acomodação das grandes e médias potências aos seus próprios desígnios e interesses e sobretudo aos limites que foram impostos umas às outras com a emergência da ordem política e estratégica do pós-guerra. Com efeito, a repressão da Revolução na Hungria, promovida pelo exército vermelho (com o que os países socialistas conheciam as boas medidas da *desestalinização* tolerada), e a mobilização dos EUA e da URSS na condenação da intervenção de franceses e ingleses no episódio de Suez (o que permitiu a estes últimos conhecerem as margens de sua independência fora da zona do Pacto Atlântico), foram os movimentos com os quais cada uma das superpotências restabelecia a "ordem" no seu próprio campo com o consentimento e a conivência velada do outro, e se davam a conhecer as múltiplas possibilidades da *détente* que se inaugurava.

A "dupla crise" de 1956 também deixou marcas na consciência dos líderes europeus: assinala o fim das ilusões quanto à pertinência das outrora grandes potências européias ao *politburo* mundial, e dos riscos inerentes à proteção hegemônica - que integram as linhas gerais do arranjo de poder que emerge ao final da Segunda Guerra Mundial, correspondendo ao fim do sistema internacional que durou mais de quatro séculos e que era regulado pelas relações pacíficas ou belicosas das potências européias, estabelecendo diplomática ou militarmente a sorte do resto do mundo.

Tratava-se de um equilíbrio concertado, ou de uma relação de forças entre coalizões que impunham o respeito mútuo ou se entregavam à guerra, o que permitia

que as grandes potências conservassem a sua independência e coexistissem em relativa igualdade, empreendendo mesmo complexos laços de interdependência que davam as regras do jogo do sistema ³.

O arranjo de poder que nasceu, portanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial é estruturalmente diferente, sobretudo pela mudança do eixo de centralidade geográfica das relações internacionais - a potência se desloca do velho mundo para os mundos extra-europeus. Com efeito, desde a Primeira Guerra Mundial esta tendência se apresentava, e é simplesmente confirmada pela destruição e ruína da Europa, que se revela em 1944-1945 sem condições de continuar desempenhando o papel proeminente que tivera até então.

Os Estados que disputavam a primazia na Europa e no mundo - Grã-Bretanha, França, Alemanha, e mesmo Itália - fossem eles vencedores ou vencidos do último conflito, não eram mais potências mundiais. A França perdera o direito de se pretender potência após a derrota de 1940, mesmo se, em 1945, as três potências aliadas lhe tivessem concedido o favor de fazer parte do rol de vencedores. A própria Grã-Bretanha, ainda que vitoriosa, assistiu exangue ao esgotamento de sua potência financeira, causado por uma guerra travada com custos muito superiores aos seus meios. Para a Alemanha derrotada e dividida entre os vencedores, a história recomeçava naquele momento. E a Itália, que nunca fizera parte, efetivamente, do panteão das potências, saíra da guerra vislumbrando um horizonte negro de anarquia política e econômica e de insignificância internacional que jamais conhecera ⁴.

Às causas de debilidade trazidas pela guerra, juntaram-se outras. A perda de prestígio junto às populações coloniais, provocada pelo abandono ao qual se viram relegadas à medida em que as metrópoles se enfraqueciam ou saíam perdedoras do

³ ARON, Raymond. *República imperial: os EUA no mundo do pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 86-92; GIRAULT, René; FRANCK, Robert & THOBIE, Jacques. *La loi des géants (1941 - 1964)*. Paris: Masson, 1993, p. 90-92; KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 343-345.

⁴ COLARD, Daniel. *Les relations internationales de 1945 à nos jours*. Paris: Masson, 1991, p. 60-75; HOFFMAN, Stanley. *Decline or renewal ? France since the 1930's*. New York: Viking, 1974, p. 135-140; SENARCLENS, Pierre de. *La politique internationale*. Paris: Armand Colin, 1992, p. 73-76; ZORGBIBE, Charles. *Histoire des Relations*

conflito (caso sobretudo da Grã-Bretanha e da França, mas também da Bélgica e da Holanda), levou, rapidamente, à disseminação de movimentos de emancipação e à abertura de um novo capítulo na história das relações internacionais contemporâneas, cuja conclusão se arrastaria pelas duas décadas seguintes. Com efeito, a retirada pouco honrosa da autoridade metropolitana das colônias, relegou, em muitos casos, a responsabilidade da resistência aos invasores do Eixo aos indígenas. Estes rapidamente entenderam que as metrópoles não eram invencíveis, como ensinaram os japoneses nas colônias da Ásia e os alemães no norte da África, e que aquela era uma boa oportunidade para o autoconhecimento das possibilidades de mobilização e de articulação das forças políticas autóctones.

Finda a guerra, assistiu-se logo ao despertar do pan-arabismo, ilustrado pela criação da Liga Árabe (março de 1945), ao início da descolonização nos territórios sob mandato britânico e francês, à irupção dos movimentos independentistas na Indochina, às movimentações populares antifrancesas na Argélia, à proclamação de independência da Indonésia (não reconhecida pela Holanda) e às reivindicações libertárias da Índia e Paquistão (confirmadas por suas independências dois anos depois).

A ordem, enfim, exigia uma gerência decidida e forte. Após seis anos de guerra havia que perpetuar, de algum modo, a solidariedade entre as "nações unidas", tanto para regular as questões nascidas do fim do conflito, como para assegurar a paz pela criação de um organismo internacional nos moldes da Sociedade das Nações. Este novo organismo deveria corresponder ao novo arranjo do poder internacional, o que se providenciou na Conferência Preparatória de Dumbarton Oaks (1944), e se confirmou pela assinatura da Carta da Organização das Nações Unidas, em São Francisco, em junho de 1945. Nesse movimento eram vislumbradas as possibilidades de concertação entre os vencedores (EUA, URSS e Grã-Bretanha, mas não a França), demonstradas na Conferência de Ialta (4 a 11 de fevereiro de 1945), mas não confirmadas na Conferência de Potsdam (17 de julho a 2 de agosto). Entre os dois eventos, Henry Truman sucedeu Franklin Roosevelt (e nesse movimento, perdeu-se,

Internationales, 1945-1962: du système de Yalta aux missiles de Cuba - la paix manquée et la division du monde (Tome III). Paris: Hachette, 1995, p. 24-33.

na política norte-americana, o ideal de manter a aliança com os soviéticos uma vez finda a guerra) e o realismo político de Churchill fora substituído pela inexperiência do líder trabalhista Clement Attlee. Na mesma vertente, a experiência bem sucedida da primeira bomba atômica alterou radicalmente os dados da situação, ao evidenciar que a cooperação soviética não era mais necessária aos norte-americanos para forçar a rendição do Japão, que enfim capitulou exatamente um mês após o fim da cúpula da Alemanha ⁵.

Assistia-se ao surgimento rápido de todos os elementos da nova ordem, que era regida por dois países de talhe continental, extra-europeus, envolvidos desde 1941 em uma guerra que os fizera superpotências, e irmanados por outros traços comuns: o gigantismo de seus recursos, a capacidade de dominar, ameaçar e de impor regras de ação não somente aos países pouco desenvolvidos, mas também às antigas grandes potências, e a capacidade de organizar redes de alianças no seio das quais exerciam o papel de líderes incontestáveis em todos os domínios e relegavam seus aliados à situação de dependência política e estratégica. Em breve, passariam a competir pela expansão de seus ideários, tidos como ferramentas para a conformação e o alinhamento de suas respectivas áreas de influência e para a imposição de elementos de instabilidade à zona alheia.

A Europa e o mundo, cortados em dois blocos políticos e ideológicos antagônicos, confirmaram e consumaram, a partir de 1947, a cisão fundamental da história das relações internacionais contemporâneas: o enfrentamento completo - político, ideológico, econômico e cultural - que caracterizava a oposição entre as duas visões de mundo, solidárias exclusivamente na recusa tácita de se engajarem em combates militares diretos... *Guerra Fria*, foi a expressão que se forjou à época para compreender tal estado de ânimos ⁶.

O sentido habitual da guerra fria (ou da *paz belicosa*, expressão consagrada por Raymond Aron) cinge-se ao fato de que, mesmo em ocasiões de paz, os conflitos adquirem uma tal virulência que os Estados empregam uns contra os outros meios

⁵ VAÏSSE, Maurice. *Les relations internationales depuis 1945*. Paris: Armand Colin, 1991, p. 07-16; ZORGBIBE, Charles. *Op. Cit.*, p. 34-41.

⁶ GIRAULT, René; FRANCK, Robert & THOBIE, Jacques. *Op. Cit.*, p. 95-106; COLARD, Daniel. *Op. Cit.*, p. 77; VAÏSSE, Maurice. *Op. Cit.*, p. 16-21; ZORGBIBE, Charles. *Op. Cit.*, p. 62-73.

tradicionalmente reservados a tempos de guerra. Duas características distinguiam a guerra fria das confrontações interestatais do passado: a impossibilidade, para todos os atores concernentes - dados os interesses em jogo e as posições assumidas - de dar andamento a políticas que, pela via da negociação e do compromisso, teriam conduzido à solução dos conflitos. Resulta daí, para estes mesmos atores, a necessidade de proteger e promover seus interesses com a utilização de uma pressão unilateral e direta sobre a vontade do oponente, por todos os meios disponíveis - diplomáticos, militares, econômicos, subversivos - com a exclusão do emprego efetivo da força, mas autorizando o recurso aos conflitos localizados e bem delimitados ao conjunto de atores de menor importância. Tal definição expressa a concepção mais generalizada de guerra fria, no entender de Aron, "guerra, porque os diplomatas não podiam nem queriam acertar suas divergências por negociações; fria, porque não podiam nem queriam acertá-las pela força" ⁷.

Esta "lei dos gigantes", proveu a estabilidade sistêmica durante o longo período que se abre em 1947 e se encerra em 1991, com o fim do império soviético ⁸. Ela se baseava sobre quatro princípios fundamentais, cuja quebra ou relativização deu o tom das grandes crises que se sucederam durante o longo período em questão, entremeado por maior ou menor tensão, e mesmo de coexistência:

- a) O território de cada um dos blocos era compreendido como estando conformado por limites globais, que convinha respeitar;
- b) O enfrentamento com objetivos limitados, sobretudo em áreas localizadas para além das fronteiras dos blocos, e envolvendo exclusivamente atores coadjuvantes, constituía a única tática aceitável e era entendida como boa medida do sucesso das políticas das superpotências;
- c) A salvaguarda da paz dependia do poder militar, tecnológico e econômico que cada um dos países líderes pudesse demonstrar para o outro, gerando um

⁷ ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: EDUNB, 1986, 928 p.; ARON, Raymond. *República Imperial*, *Op. Cit.*, p. 46.; LISKAS, George. *Nações em aliança: os limites da interdependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 191-193.

⁸ Utiliza-se aqui a expressão consagrada no livro de René Girault e outros. GIRAULT, René; FRANCK, Robert & THOBIE, Jacques. *Op. Cit.*

esforço de compensação no curto prazo por parte da superpotência ultrapassada que devolveria equilíbrio ao sistema;

- d) A verdadeira negociação diplomática era entendida como inútil, devido à falta de confiança no outro ⁹.

A ordem assim estabelecida evolui pelos rompantes das crises pontuais. No imediato pós-guerra, Washington passou a entender que os grandes problemas econômicos trazidos pela destruição total ou parcial dos aliados e inimigos de ontem efetivamente minavam as bases da estabilidade de seu sistema. Afinal, os povos famintos e os líderes desesperados diante da situação de caos iminente reinante na Europa entre 1945 e 1946 (caracterizada pela sofrível safra agrícola e pelo inverno avassalador de 1946), poderiam mostrar-se mais propensos à busca radical de alternativas e mais dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas incompatíveis com o credo liberal, o que não era improvável, considerando que os partidos comunistas emergiram da guerra com popularidade em ascensão, sendo mesmo em alguns casos as maiores forças políticas de oposição (França e Itália) ¹⁰.

Assim, à declaração da Doutrina Truman, em março de 1947, pela contenção do avanço do comunismo, seguiu-se o lançamento do Plano Marshall (junho), um projeto maciço de ajuda para a recuperação econômica da Europa Ocidental (depois estendido ao Japão), atos entremeados pela brutal sovietação da Polônia, Romênia e Bulgária, e pelo delineamento definitivo da divisão da Alemanha.

A ordem econômica, tocada pelas necessidades da reconstrução, se já estava encaminhada ou se tornava a cada dia mais clara para os países que ficaram para trás da "cortina de ferro", ainda era motivo de tensões não resolvidas no bloco ocidental. O seu encaminhamento evidenciava mais abertamente o peso das escolhas estratégicas na política de socorro dos norte-americanos. A sua recusa, por exemplo, de acordar uma extensão dos benefícios do Plano Marshall aos países da América Latina, que a demandavam, considerando ser esta boa oportunidade de cooperação para ultrapassar

⁹ GIRAULT, René; FRANCK, Robert & THOBIE, Jacques. *Op. Cit.*, p. 169. ARON, Raymond. *República Imperial, Id. Ibid*; ZORGBIBE, Charles, *Id. Ibid*.

o subdesenvolvimento, bem evidenciou a nova predileção econômica e política dos EUA, que admitiam formalmente que as trocas e a ajuda aos países em estágios semelhantes de desenvolvimento tornaram-se mais importantes do que o comércio e a cooperação entre países com economias supostamente complementares, como as nações em desenvolvimento. Afinal, os americanos arquitetaram, para o pós-guerra, uma ordem econômica animada pelo livre comércio e pelo livre movimento de capitais e moedas estáveis, o que se fazia entre iguais e se mostrava bem pouco compatível com as demandas de desenvolvimento autonomista pronunciadas pelos países latino-americanos ¹¹.

A retirada da URSS das conversações sobre a ajuda econômica dos EUA, em julho de 1947, consumou a ruptura da aliança entabulada por norte-americanos e soviéticos pela contenção dos fascismos poucos anos antes, e impôs a constatação da ruptura da hesitação de ambos entre a cooperação e a hostilidade. Estes são os anos de enfrentamento tácito, ditos de *guerra fria quente* (1947-1953), caracterizados pela propaganda hostil, pelo crescimento vertiginoso do poder e da influência do bloco soviético e pelo acirramento da vigilância tanto recíproca quanto das superpotências sobre as potências de segunda linha e países menores.

No Leste Europeu, acelerou-se o alinhamento dos Estados libertados pelo Exército Vermelho, no mesmo ritmo em que se tornou impiedosa a eliminação dos democratas de oposição e se assistiu à primeira defecção no bloco soviético, com a saída tolerada da Iugoslávia de Tito do esforço único em prol do avanço do socialismo. Na seqüência, a China se incorporava às fileiras do comunismo e reforçava a tensão e os modos de enfrentamento entre os blocos na Ásia, apenas confirmada quando os norte-coreanos cruzaram o Paralelo 38, provocando o aparelhamento dos EUA para a campanha da Coreia e a decisão de sustentar a qualquer custo a província irredenta de Taiwan, para onde se transferiu o governo nacionalista vencido na China continental,

¹⁰ HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 - 1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, p. 226-231.; SENARCLENS, Pierre de. *Id. Ibid.*; COLARD, Daniel. *Id. Ibid.*

¹¹ GIRAULT, René; FRANCK, Robert & THOBIE, Jacques. *Op. Cit.*, p. 121-123; Ver também COMITÉ POUR L'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET FINANCIÈRE DE LA FRANCE. *Le Plan Marshall et le relèvement économique de l'Europe*. Paris: Ministère de L'Économie, des Finances et du Budget, 1993, 840 p.

esforço de contenção no qual também se inscrevia o apoio à luta dos franceses na Indochina.

A conflagração militar da Coreia fez com que a Guerra Fria rapidamente assumisse uma dimensão militar e verdadeiramente planetária, até então ausente do clima de confrontação entre os dois grandes contendores - com ela os EUA haveriam que se acostumar com a idéia inédita de manter, em tempos de paz, a sua poderosa máquina de guerra azeitada, a aprender a manejá-la em conflitos limitados e a se contentar, eventualmente, a obter paz sem vitória ¹².

A reconstrução econômica e moral da Europa Ocidental, por sua vez, exigia a presença física permanente das forças norte-americanas. Para assegurá-la, os EUA lideraram a união da "fração livre" da Europa em torno dos objetivos de defesa comum, firmada solenemente com a Aliança Atlântica e com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), enquanto a República de Bonn era criada a partir da conjunção das zonas de ocupação francesa, inglesa e americana, para logo ser objeto de discórdia no seio da coalizão ocidental, onde alguns duvidaram do acerto da iniciativa da potência hegemônica de fazer a Alemanha Federal participar da defesa comum ¹³.

Com o problema da defesa encaminhado com a transferência de bilhões de dólares a título de cooperação econômica sob a égide do Plano Marshall (tratava-se da transferência média de 1,2%, do Produto Nacional Bruto dos EUA ao ano, durante os quatro anos de seu funcionamento), a autoridade da superpotência estabeleceu as bases da prosperidade na Europa, com uma política que se mostrara coerente como o melhor meio para alcançar o objeto possível: reduzir ao mínimo os riscos de guerra entre os europeus, favorecer o soerguimento da Europa Ocidental em um clima de segurança e de confiança e preparar a reconciliação dos inimigos de ontem.

¹² ARON, Raymond. *República Imperial, Op. Cit.*, p. 80-81. IRVING, Ronald Eckford Mill. *The first Indochina War: French and American Policy, 1945-1954*. London: Croom Helm, 1975, 169 p.; ZORGBIBE, Charles. *Op. Cit.*, p. 166-173.

¹³ A criação da OTAN se insere em movimento mais amplo que se processa desde 1947, pelo qual os EUA se empenharam em estabelecer um disseminado sistema de alianças regionais comprometidas com a luta anticomunista e com a promoção dos interesses ocidentais, como por exemplo, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947), os Tratados de Defesa com a Austrália, Nova Zelândia e Japão (1951), a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE - 1954) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN - 1965).

A boa vontade norte-americana passou também pela idéia de obsequiar aos europeus a cooperação e a integração, que foi finalmente arquitetada em 1950 (Plano Schuman), e passou a ser construída a partir da criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (1951), para atingir metas mais ambiciosas logo depois com a Comunidade Econômica Européia (1957). A prosperidade européia, ritmada em níveis de crescimento que inicialmente se reportavam aos índices do pré-guerra, tamanha a destruição trazida pelo conflito, logo se converteu em metas de futuro, para imediatamente configurarem o maior período de crescimento sustentado da história daquela parte do mundo: os trinta anos gloriosos dos franceses, os anos dourados dos ingleses, enfim, décadas de dinamismo econômico e de satisfação social vivenciadas por todos os europeus ocidentais ¹⁴.

O desaparecimento de Stalin e a ascensão de Krushev ao poder na URSS, em 1953, prepararam o ambiente das relações entre as duas superpotências, não necessariamente para a cooperação, mas para a negociação. Com efeito, norte-americanos e soviéticos modificaram gradualmente suas táticas, enterraram o espírito de cruzada e admitiram a possibilidade de coexistirem, ao ponto em que passam a negociar com resultados tangíveis, tanto sobre a vigilância da estabilidade sistêmica quanto sobre a relativa integridade das respectivas áreas de influência. A negociação do tratado de paz com a Áustria, a Conferência de Cúpula de Genebra (1955), a ação concertada no episódio de Suez, o fato de ambas as superpotências possuírem armamentos nucleares completos capazes de dissuadir o outro (a URSS explodiu a sua primeira bomba atômica em 1953), são símbolos da abertura da era do degelo, que seria entrecortada por novos e breves períodos de deterioração.

Esta nova fase é marcada pelo surgimento de novos atores, especificamente simbolizada pela emergência do Terceiro Mundo, uma realidade antes econômica e social do que propriamente ideológica. A Conferência de Bandung (Indonésia, 1955), reunindo 29 países da Ásia e da África, emprestou visibilidade internacional para o imenso contingente de países que acederam à independência desde o final da Segunda Guerra, para os seus problemas econômicos e para o ineditismo de sua plataforma

¹⁴ GIRAULT, René; FRANCK, Robert & THOBIE, Jacques. *Op. Cit.*, p. 300-302.; KENNEDY, Paul. *Op. Cit.*, 345-346. FOURASTIÉ, Jean. *Les trente glorieuses, ou la révolution invisible (de 1946 à 1975)*. Paris:

política, articulada em torno dos princípios do não-alinhamento, do respeito mútuo, da não-agressão, da não ingerência nos negócios domésticos alheios, da igualdade recíproca, da coexistência pacífica e da condenação vigorosa de todos os colonialismos ¹⁵.

A própria evolução dos impérios coloniais, depois da modificação das condições estratégicas em determinadas regiões que impossibilitaram a sua permanência, ou pelo simples e avassalador avanço dos movimentos de emancipação, impôs às metrópoles a descolonização espontânea ou forçada. Dezenas de novos Estados eram jogados abruptamente na arena internacional, com repercussões muito importantes para a gerência da ordem: a um só golpe alargaram-se as fronteiras para a competição entre os blocos, transferiram-se os focos de tensão para o mundo extra-europeu e à agenda internacional contemporânea foi acrescida a necessidade de lidar com os problemas do subdesenvolvimento ¹⁶.

A rivalidade entre as superpotências rapidamente se estendeu à África, por ocasião dos conflitos de emancipação, às franjas do Pacífico, em torno das ilhas da China Nacionalista, instalou-se no Oriente Médio, por meio do conflito árabe-israelense, e chegou à América Latina, com a vitória da Revolução Cubana e as tentativas de exportação dos ideais por ela propostos para os demais países da região.

Aos poucos, foram se fechando os focos de indefinição ainda existentes na política internacional. O muro de Berlim cerrou a última fronteira fluida entre Leste e Oeste, ao tempo em que os EUA passaram a aceitar, ainda que a contragosto, a existência de uma Cuba socialista nas suas fronteiras. A crise dos mísseis de Cuba é, por sinal, o ponto de retorno de uma crise que se adiantou e quase fugiu do controle

Fayard, 1979, 299 p.

¹⁵ GIRAULT, René; FRANCK, Robert & THOBIE, Jacques. *Op. Cit.* p. 247-253. VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da guerra fria à crise (1945 a 1992): as relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, p. 38-43; ZORGBIBE, Charles. *Op. Cit.*, p. 247-250;

¹⁶ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Op. Cit.*, p. 44-49; YACONO, Xavier. *Histoire de la colonisation française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988, 127 p.; YACONO, Xavier. *Les etapes de la décolonisation française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985, 157 p.; CHAFFARD, Georges. *Les carnets secrets de la décolonisation*. Paris: Calman-Lévy, 1965, 346 p.; THOBIE, Jacques et alii. *Histoire de la France Coloniale (1914-1990)*. Paris: A. Collin, 1990, 654 p.

dos dois grandes oponentes, que, por um momento, pareceram esquecer a impossibilidade de enfrentamento sem destruição total, o que servia para provar que o diálogo era não somente necessário, mas fundamental. Em síntese, a consciência de suas responsabilidades nucleares comuns acabou por incitá-los à racionalização de suas relações, de modo que, em 1962, a coexistência deixava de ser apresentada como argumento propagandístico e passava a ser encarada como uma necessidade, que atendia pelo nome de *distensão*¹⁷.

2 - A gerência da ordem (1962-1979)

Ao longo dos anos sessenta, constatou-se que a bipolaridade característica das relações internacionais contemporâneas coabitava paradoxalmente com tendências que levavam à erosão paulatina do monolitismo dos blocos e da liderança das superpotências. De fato, assistiu-se ao enfraquecimento da coesão dos blocos, representado pelo cisma sino-soviético, que diminuiu o poder de convocação do socialismo real, do mesmo modo que a defecção francesa na OTAN desautorizou a excelência das linhas de defesa do ocidente e a liderança incontestável dos EUA. Esses últimos engajaram-se na Guerra do Vietnã (1965-1975), o que em breve iria impor-lhes a maior derrota militar da sua história e cindir-lhes irremediavelmente a base de unanimidade doméstica e o relativo apoio internacional em torno dos acertos gerais dos esforços de contenção do comunismo.

O dinamismo econômico na Europa Ocidental permitiu aos Estados da região vislumbrar as suas reais possibilidades de manobra internacional, tanto nas áreas de influência norte-americana quanto soviética, o que levou à formulação e à implementação de políticas autonomistas que escapavam gradualmente do *grand*

¹⁷ VAÏSSE, Maurice. *Op. Cit.*, p. 63-69; HOBBSAWN, Eric. *Op. Cit.*, p. 240-242; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Op. Cit.*, p.51-55.; ZORGBIBE, Charles. *Op. Cit.*, p. 307-318; SARAIVA; José Flávio Sombra. "Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (de 1947 a nossos dias), in: ; SARAIVA; José Flávio Sombra (org.). *Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 a nossos dias)*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 257-274.

dessein político-estratégico da potência hegemônica, tanto na abertura para o Leste (*Ostpolitik* da Alemanha Federal, por exemplo), quanto na dinamização das relações com outras áreas, com óbvias repercussões políticas e econômicas. Entrementes, a ordem econômica balançava com o fim virtual do regime de Bretton Woods, representado pela desistência dos EUA de continuar provendo estabilidade para as relações econômicas internacionais às custas de sua própria competitividade econômica.

Por outro lado, alguns fatos pareciam indicar que a ordem tornava-se, enfim, manejável. Enquanto a URSS recuperava seu atraso, no que se refere aos engenhos balísticos e à força naval, e tornava-se, de fato, uma potência de alcance global, ganhavam espaço visões menos impetuosas das relações internacionais e, particularmente, das relações entre as superpotências. Algumas iniciativas e medidas significativas para limitar a corrida armamentista foram entabuladas entre os dois grandes opositores, ganhando a forma de tratados de proibição de testes, de controle da proliferação nuclear e de limitação de armas estratégicas, sendo aceitas pelos atores que já se encontravam dotados de seus próprios arsenais, mas não pelos que ainda nutriam esperanças de vir a tê-los.

O ano de 1973, entretanto, marca o início de uma crise de largo fôlego, com dimensões econômicas importantes, mas, especialmente, com repercussões políticas e estratégicas que deporiam em favor do fim da relativa estabilidade sistêmica que caracterizou as relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Com efeito, o início dos anos setenta é lembrado pelo choque de outubro de 1973, provocado pelo súbita elevação dos preços internacionais do petróleo pelos países produtores (algo em torno de 70%), marcando o início da grande crise econômica que se arrastou até os oitenta, evidenciando-se, para os países desenvolvidos, o fim da era de ouro de crescimento ininterrupto em ritmo jamais registrado pelas economias nacionais, e a abertura de anos de recessão. Aos países em desenvolvimento avançado, a crise que se desenhava demonstrou os limites do seu crescimento sustentado mal iniciado.

A crise econômica se fazia acompanhar pela eclosão de um novo período de instabilidade, caracterizada por guerras localizadas no Terceiro Mundo e pelo

acirramento da corrida armamentista entre os dois líderes. Os modos de competição das superpotências eram reafirmados na medida em que vários países da Ásia, da África e mesmo da América Latina eram atraídos para a órbita soviética (pagando por vezes os altos custos da guerra civil), enquanto os norte-americanos financiavam e sustentavam como podiam os contramovimentos.

Assistiu-se, assim, numa seqüência de crises, ao encadeamento de movimentos que depunham, a um só tempo, contra a liderança global dos EUA e em favor da expansão da URSS. Ao desmantelamento do império colonial português no continente africano em 1975 (com o que Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde passaram a integrar a periferia do sistema soviético), seguiu-se a derrota dos norte-americanos na Indochina (agora toda comunista), a queda do Xá do Irã, aliado especial dos EUA no Oriente Médio, e a desmoralizante crise dos reféns de Teerã. O governo, como também a opinião pública norte-americana, não podiam deixar de exasperar-se com a invasão do Afeganistão pela URSS e com o que parecia ser o primeiro e decisivo passo da expansão soviética para as regiões do Oceano Índico e do Golfo Pérsico, esta já tão atribulada com o início da guerra entre Iraque e Irã¹⁸.

Para os países em desenvolvimento, o ano de 1979 também é emblemático. Os efeitos do segundo choque do petróleo são aprofundados pelo aumento das taxas de juros do governo norte-americano, o que faz explodir as dívidas contratadas a taxas flutuantes na conjuntura de grande liquidez característica do sistema financeiro internacional desde o final da década de sessenta, e dá início à crise financeira que se instala, para boa parte dos países da América Latina, na entrada dos anos oitenta. Para eles, esta foi a década perdida. A crise financeira, ao impor a necessidade de geração de superávits crescentes para o pagamento dos serviços da dívida, comprometeu drasticamente a capacidade de investimento do Estado e, por conseqüência, a manutenção de índices elevados de crescimento e o revigoramento das bases de apoio doméstico para os respectivos projetos nacionais de desenvolvimento - em síntese, anos de estagnação que deixaram marcas sobre o processo político, a coesão social e a

¹⁸ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Op. Cit.* p. 64-81; HOBBSAWN, Eric. *Op. Cit.*, p. 242-243; ZORGBIBE, Charles. *O pós-guerra fria no mundo*. Campinas: Papirus, 1996, p.

imagem externa destes países, que em alguns casos foram apagar-se apenas nos meados dos noventa.

3 - A ordem em convulsão (1979-1991)

A ascensão de Ronald Reagan à presidência nos EUA é justamente compreendida por muitos como um dos eventos decisivos para o encaminhamento final do jogo estratégico entre as superpotências e para o delineamento das características fundamentais das relações internacionais do fim do século, tanto do ponto de vista político, quanto econômico e ideológico.

Com efeito, o reinado republicano que se abre em 1981 confirmou e realçou a renovação do ideário econômico liberal, tendência que se apresentara timidamente anos antes com a eleição de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha. O esboço de uma incisiva agenda voltada para a competitividade econômica foi identificada com a necessidade de pôr fim às mazelas do Estado de Bem-Estar Social, de promover a atuação global dos atores econômicos, o livre-comércio e de criar condições para a expansão dos investimentos transnacionais, em um clima de segurança e estabilidade, apesar de ter que se manifestar em um ambiente caracterizado pelo recrudescimento dos protecionismos e da clivagem Norte-Sul. Tal agenda manifestava-se, portanto, em um mundo que deixava gradualmente de se organizar em função do eixo fundamental Leste-Oeste e já se caracterizava por uma multipolaridade econômica relativamente estável e pela crescente competição tecnológica.

À defesa decidida dos interesses ligados à renovação liberal, seguem-se as apostas fundamentais para o rompimento do equilíbrio na competição hegemônica global: a renovação dramática da velha política de contenção do comunismo ganha forma na decisão de levar o oponente à estafa econômica pela via da exacerbação do

20-24. ZORGBIBE, Charles. *Histoire des Relations Internationales (1962 à nos jours): du schisme Moscou-Pékin à l'après-guerre froide (Tome IV)*. Paris: Hachette, 1995, p. 325-336.

componente tecnológico, sempre presente mas nunca tão fundamental quanto no lançamento da Iniciativa de Defesa Estratégica (1983).

Se a estratégia norte-americana levou a uma breve reversão da qualidade da distensão entre as superpotências, a ascensão de Mikhail Gorbatchev ao poder contribuiu, em sentido inverso, para a retomada da distensão e para que vingassem as condições para que a URSS abdicasse definitivamente do papel de superpotência. De fato, a plataforma política e econômica da nova liderança instalada no Kremlin, ao propor a "renovação econômica aliada à transparência política", tanto reconhecia que o poder de convocação do socialismo real chegara ao seu limite, quanto abria mão da responsabilidade de prover estabilidade aos Estados satélites, que deveriam procurar suas próprias vias de transição para uma nova realidade política e econômica. Assim, a aceitação da desproporcionalidade no desarmamento nuclear, a retirada das forças soviéticas do Afeganistão, a renúncia unilateral da exigência do fim do programa "Guerra nas Estrelas", apenas evidenciaram que o poder da URSS chegara aos limites da exaustão, o que foi imediatamente percebido e explorado pelas forças de oposição atuantes nos países do sistema soviético ¹⁹.

Testemunhava-se o fim melancólico do que se convencionou denominar *sistema socialista* - processo que foi tão econômico (ao evidenciar a irracionalidade que se tornara característica das economias de comando) quanto político (consubstanciado na perda de legitimidade política e, portanto, de capacidade de liderar) - espetáculo articulado em dois atos que se sucedem rapidamente (em não mais do que três anos) e que assombram pela sua portentosa simbologia.

A agitação capitaneada pelas lideranças de oposição nos países do mundo soviético prenuncia a democratização daqueles sistemas políticos e o início de sua transição (traumática para a maioria deles) para economias de mercado, da mesma forma que a queda do Muro de Berlim, marco da divisão entre os dois mundos, apenas confirma a circunscrição do socialismo real às utopias renitentes, freqüentemente instaladas na periferia do sistema internacional. A integração à comunidade

¹⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Os anos 1980: da nova Guerra Fria ao fim da bipolaridade", in: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Op. Cit.*, p 304-323;

internacional do novo conjunto de países nascidos da dissolução da URSS em 1991, corresponde ao ato final do desmoronamento do sistema soviético, e não pode deixar de ser confundido com o fim da ordem internacional que teve origem em Ialta quase cinquenta anos antes.

4 - Os contornos da nova ordem (1991-2000)

A rápida sucessão dos acontecimentos internacionais entre 1989 e 1991 constitui os golpes finais no desmoronamento do edifício lentamente construído desde 1944 e põe fim a uma guerra mundial que efetivamente nunca aconteceu no plano da confrontação direta. Os gestos dos principais atores políticos a partir de então indicavam o seu empenho em dar início à construção de uma nova ordem internacional - uma ordem pós-guerra fria - que atribuísse novas responsabilidades às potências remanescentes, em um contexto de emergência de problemas internacionais até então inéditos na história da humanidade.

Entretanto, a observação das relações internacionais supracontemporâneas não autoriza a constatação de que elas tenham passado a se organizar na forma de uma ordem tão claramente estabelecida como aquela que surge no imediato pós-guerra. Com efeito, finda a década de noventa, os elementos de transição e de indefinição ainda são característicos, tanto no que toca às polaridades emergentes (que efetivamente permanecem indefinidas), quanto às regras do novo jogo internacional e aos mecanismos de regulação dos conflitos e tensões e mesmo de encaminhamento das agendas internacionais, apesar dos esforços empreendidos pelos principais atores em

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des Relations Internationales (1962 à nos jours): Op. Cit.*, p. 357-374.

estabelecer as práticas e os bordões que propugnavam esforços pela rápida construção da nova ordem ²⁰.

Assim, na "Mensagem sobre a situação da Nação" pronunciada em 29 de janeiro de 1991, no calor do conflito do Golfo, o presidente George Bush cuidou de resgatar espontaneamente a idéia idealista de "nova ordem mundial", tão identificada com o discurso *wilsoniano* do pós-primeira guerra: "O que está em jogo é mais do que um pequeno país, é uma grande idéia, uma nova ordem mundial, em que diferentes nações reúnem-se em torno de uma causa comum, a fim de realizar as aspirações universais do homem - a paz, a segurança, a liberdade e a primazia do direito". Propunha, em outras palavras, a construção de uma ordem efetivamente fundada sobre a cooperação entre as potências, o equilíbrio de interesses, a necessária compatibilização entre a soberania e a integridade dos interesses da humanidade, funcionando baseada nos mecanismos da ONU (então liberada da inação característica dos anos da guerra fria) e no revigoramento da velha noção de segurança coletiva, agora fundada na efetiva co-responsabilidade pela gerência das relações internacionais entre os grandes atores remanescentes ²¹.

O otimismo daqueles dias do imediato pós-guerra fria alimentaram interpretações e formulações teóricas que concediam à superpotência sobrevivente responsabilidades que seriam exercidos num arranjo de poder que se afigurava como tendente à unipolaridade. De fato, os encargos globais que pareciam pesar sobre a atuação internacional dos EUA eram interpretados como estando baseados em seu poder militar e em sua capacidade de definir e fazer propagar a ortodoxia econômica predominante, uma vez que com o fim dos socialismos subitamente desapareceram os arreios que impediam a sua consagração como credo universal.

Tal estado de espírito, entretanto, não era suficiente para calar outras visões, essencialmente pessimistas, sobre o encaminhamento das relações internacionais contemporâneas, calcadas sobre a emergência descontrolada de forças que dormiram embaladas pelos ruídos da oposição ideológica característica dos cinquenta anos de

²⁰ Ver LAFER, Celso & FONSECA JÚNIOR, Gelson. "Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas (notas analíticas e algumas sugestões)", in: FONSECA JÚNIOR, Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de Castro. *Temas de Política Externa Brasileira II (volume I)*. São Paulo/Brasília: Paz e Terra/FUNAG, 1994, p. 49-77.

bipolaridade: os riscos de desagregação estavam identificados com o vigor dos fundamentalismos, dos nacionalismos, dos ideais de superioridade étnica, com as manifestações de governos radicais ou marginais, com o crescimento demográfico descontrolado, com os atentados contra o meio-ambiente, com a realidade do narcotráfico e dos terrorismos transnacionais - todos portadores dos elementos que proporcionariam, a partir de então, a instabilidade sistêmica, contribuindo mormente para tornar relativos os ganhos da segurança coletiva ²².

Para além dos debates que a emergência da nova ordem suscitou, a conjuntura histórica caracteristicamente de transformação, e, portanto, de indefinição, permite que se vislumbrem traços gerais que se apresentam como balizadores dos novos constrangimentos internacionais.

O primeiro e mais importante deles situa-se no fato de que o fim da guerra fria, ao acarretar o fim do eixo fundamental Leste-Oeste, impôs também uma mudança do eixo de centralidade das relações internacionais contemporâneas, que deixaram de se organizar prioritariamente em torno da política e da estratégia e passaram a girar em função da economia.

Constata-se, por extensão, o igual desaparecimento do eixo de oposição mais recente, centrado nas relações Norte-Sul – apresentando-se este como o principal problema que a ordem em construção, animada pela universalização do credo liberal e pela centralidade dos aspectos econômicos acarreta para os países em desenvolvimento. A constatação do desaparecimento da realidade política e econômica que atendia por Terceiro Mundo é imposta não pelo encaminhamento de soluções para os problemas que animavam o debate entre as duas partes do mundo com desenvolvimento desigual, mas pela desimportância atribuída neste momento à agenda para o desenvolvimento e pelo esvaziamento da tese da *cooperação necessária*, alimentada pela idéia de que os ricos tinham responsabilidades para com os pobres, mesmo porque estes poderiam sempre escolher rumos alternativos para a organização de suas economias e sociedades.

²¹ ZORGBIBE, Charles. *O pós-guerra fria no mundo*, Op. Cit., p. 14-15.

²² FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, 489 p.; HUNTINGTON, Samuel P. *Le choc des civilisations*. Paris: Éditions Odile Jacob, 402 p.

O próprio avanço da vaga neoliberal e livre-cambista, que bebe do desaparecimento das vias alternativas representadas pelo socialismo real, propõe para todos (ricos e pobres), a reversão das agendas política e econômica clássicas, impondo uma ênfase inovadora no livre funcionamento dos mercados e na retirada incondicional do Estado das instâncias produtivas. Ao mesmo tempo, constata-se a plena realização da tendência que vem dos oitenta, identificada com o aprofundamento da competição econômica e tecnológica, que, por sua vez, alimenta a própria multipolarização política, a constatar-se o imperativo de emprestar maior densidade à atuação dos grandes jogadores econômicos como meio de forçar a igual repartição dos custos financeiros inerentes à gerência da ordem. Com efeito, o desaparecimento do inimigo comum da guerra fria abriu espaço para que potências como a Alemanha, a União Européia (concebida como entidade política) e o Japão passassem a desempenhar papéis de maior relevância no cenário mundial, do mesmo modo que franqueou-lhes margens para a acentuação das suas rivalidades (sobretudo as de natureza econômica).

A atuação relativamente homogênea e concertada dos países ricos no encaminhamento dos problemas e tensões que vêm surgindo nas relações internacionais contemporâneas (a Guerra do Golfo, os imperativos da intervenção nas crises dos Bálcãs e outras ocorrências), realça outras tendências que prometem se firmar:

- a) As coalizões internacionais têm se tornado mais complexas e tópicas, sendo articuladas em função de necessidades de intervenção específicas, nascidas antes de problemas ligados às novas concepções de segurança internacional;
- b) A gerência da ordem passou a carecer de uma ampliação das bases tradicionais de legitimidade, com o que surgem condições para o fortalecimento da noção de "comunidade internacional", representada especialmente pela ONU, mas também em foros regionais de expressão (como a OEA);
- c) A solução dos conflitos crescentemente pressupõe a articulação de consensos políticos entre as principais potências e condições de funcionamento de formas de dissuasão multilaterais, portanto legais e legitimadas;

- d) Embora o Estado permaneça como o ator político mais importante, assiste-se à multiplicação de agentes que participam direta e ativamente da configuração dos problemas internacionais contemporâneos (empresas, organizações não-governamentais, opiniões públicas);
- e) Verifica-se a emergência inédita de temas cujo encaminhamento solicitam níveis crescentes de cooperação internacional, como o meio-ambiente, direitos humanos, questões científicas e tecnológicas, narcotráfico, crime organizado, terrorismo, para citar os mais visíveis;
- f) O tratamento dos "temas emergentes" acima lembrados, demanda a formulação de teses que amparem a intervenção - dever de ingerência, intervenção humanitária, governança global, extraterritorialidade das leis, entre outros;
- g) Na mesma medida em que aumentam as margens de incerteza na periferia do sistema internacional, com a ascensão dos fundamentalismos e dos regimes radicais, assiste-se em outras dimensões o fortalecimento da democracia como regime político, o que acaba por emprestar maior transparência aos processos decisórios, e, indiretamente, por ampliar os níveis de previsibilidade das políticas externas ²³.

Outras tendências, a instruírem a dimensão econômica das relações internacionais, alimentam e reforçam o fenômeno da mudança de centralidade da política internacional supracontemporânea, confirmando que esta deixou de se organizar em função dos aspectos políticos e estratégicos para articular-se principalmente em torno dos temas econômicos:

- a) O mundo que se despediu do socialismo real na abertura da década de noventa também começou a se preparar para a necessária incorporação das ex-economias de comando e para a conseqüente ampliação sem medidas dos espaços integrados ao capitalismo;

²³ ZORGBIBE, Charles. *O pós-guerra fria no mundo*, *Op. Cit.*, p.129-134; ZORGBIBE, Charles. *Histoire des Relations Internationales (1962 à nos jours): Op. Cit.*, p. 434-438; WATSON, Adam. *The evolution of international society*. London: Routledge, 1992, p. 299-302; VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A grande crise: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992.

- b) A aceleração do processo histórico da globalização, em suas vertentes produtiva e financeira, faz constatar o aprofundamento dos níveis de interdependência entre as economias nacionais;
- c) Em outra direção, os Estados nacionais apressam a busca de modos de interação com a dinamização das relações econômicas, o que se faz com o estabelecimento de projetos de regionalização econômica, entendidos como estratégias para a capacitação dos atores econômicos regionais para a competição global;
- d) O início da universalização de um novo paradigma científico e tecnológico que tem a propriedade de sugerir um novo rol de projetos econômicos nacionais vencedores e perdedores, na mesma intensidade com que se acentua a competição entre os atores internacionais (tanto Estados nacionais quanto corporações transnacionais), traz novos problemas para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, uma vez que agudiza a transformação das vantagens comparativas clássicas e concede velocidade à deterioração dos termos de troca;
- e) A velocidade dos processos econômicos e tecnológicos põe em evidência o surgimento de novos elementos de instabilidade, ligados sobretudo aos fluxos financeiros;
- f) A explosão dos índices do comércio internacional e a competição crescente por mercados consumidores, apesar do recrudescimento dos protecionismos disfarçados, impõem a necessidade de estabelecimento de regimes internacionais de regulação em nível regional ou global (com o funcionamento da Organização Mundial do Comércio) ²⁴.

O significado conceitual dessa conjuntura de transição reside na clara redefinição das regras do jogo internacional e na transformação da própria natureza do

²⁴ GONÇALVES, Reinaldo et alii. *A Nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 147-160; BOYER, Robert et alii. *La mondialisation au-delà des mythes*. Paris: La Découverte, 1997, p. 60-64; DOLLFUS, Olivier. *La mondialisation*. Paris: Presses de Sciences Po, 1997, p. 12-14; KHAVAND, Fereydoun A. *Le nouvel ordre commercial mondial: du GATT à l'OMC*. Paris: Nathan, 1997, p. 123-136; CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.

sistema internacional, com conseqüências diretas para os atores que dele participam, os quais devem repetir os passos que deram para aprender a lidar com a estabilidade que se iniciava em 1944. Agora devem experimentar a acomodação de seus interesses e políticas aos contornos incertos da ordem que apenas se apresenta.

161-176; HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 153-184.

Capítulo 2

As relações exteriores do Brasil e da França, de 1945 a 2000

Ação internacional das nações guia-se pela perseguição de objetivos abstratos ou concretos, que devem corresponder à leitura que fazem os homens de Estado do interesse nacional. A resultante de interesse nacional, conforme sintetizada pelo líder ou pelas burocracias especializadas, apresenta-se tradicionalmente como uma dimensão de difícil apreensão aos analistas, dado que obedecem às lógicas de interação próprias do sistema de finalidades que informa o cálculo estratégico em política exterior ²⁵.

Tal síntese, processada a partir da elaboração de quadros de interpretação sobre os elementos fugazes e maleáveis das situações política e econômica doméstica e internacional, sobre o estado de estabilidade pouco durável ligado à evolução rápida da conjuntura ou sobre o lento desenvolvimento dos fenômenos político-econômicos relativamente estáveis identificados com a estrutura, deve naturalmente medir os meios disponíveis, calcular os riscos envolvidos, vislumbrar as margens de manobra existentes para a sua implementação e considerar a existência de forças internas e externas que possam ser utilizadas e canalizadas nas etapas da política dali resultante ²⁶.

Acresce que a leitura de interesse nacional e a própria formulação e implementação das políticas exteriores são também condicionadas por um sistema de

²⁵ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Toute empire périra, Op. Cit.*, p. 63-64; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Itinéraires: idées, hommes et nations d'Occident, Op. Cit.* p. 101-110; ALLAIN, J. C. "Le groupe dirigeant dans la conduite des relations internationales". *Relations Internationales*, n° 41, printemps, 1985; RÉMOND, René. "Le rôle des hommes dans la pensée et l'oeuvre de Jean-Baptiste Duroselle". *Relations Internationales*, n° 83, automne 1995; GUILHEN, Pierre. "Écrire l'histoire de la politique extérieure de la France". *Relations Internationales*, n° 83, automne 1995.

²⁶ THOBIE, Jacques. "La dialectique forces profondes-décision dans l'histoire des relations internationales". *Relations Internationales*, n° 41, printemps, 1985; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Toute empire périra, Op. Cit.*, p. 80-82; GUILLEN, Pierre. "Politique intérieure et relations internationales". *Relations Internationales*, n° 41, printemps, 1985.

causalidades muito mais poderoso do que a própria vontade dos homens de Estado e as pressões exercidas por grupos de interesse, representado pela manifestação de forças profundas que encontram origens e manifestações espontâneas nas coletividades humanas. Assim, as manifestações das forças econômicas, dos valores, dos movimentos demográficos e mesmo das forças naturais (que podem influenciar atitudes e comportamentos da coletividade) encontram a sua eficácia como estrutura de causa nas relações internacionais na hierarquia de valores que serve de norte às sociedades, nos sistemas educacionais que desenvolvem solidariedades e desconfianças, nos mitos e ilusões construídos sobre a nação ²⁷.

Vê-se, portanto, que a decisão em política exterior é imediatamente condicionada não apenas pela manifestação das forças profundas, mas também pelas relações recíprocas entre estas e as forças organizadas, o que faz com que a síntese de interesse nacional seja um complexo jogo de equilíbrio entre interesses de segmentos sociais freqüentemente em choque, finalmente harmonizados em uma síntese eficaz a que procede o homem de Estado. A esse cabe a responsabilidade de auscultar os interesses societais, de formular e implementar uma plataforma de política exterior capaz de promovê-los, e de traduzir para a sociedade a natureza e a intensidade dos constrangimentos internacionais que viabilizam ou prejudicam a sua realização ²⁸.

Buscam as sociedades realizar objetivos diversos, usualmente expressos em fórmulas simples que sintetizam interesses abstratos (segurança, potência, prestígio ou afluência) e concretos (territórios, população, insumos diversos para o seu projeto econômico, como capitais e tecnologias). Assim, o interesse nacional se apresenta como a síntese das aspirações da sociedade, que podem ganhar formas subjetivas, enraizadas na consciência nacional, ou objetivas. No entender de José Honório Rodrigues, tais aspirações “emanam da manifesta originalidade, particularidade e individualidade próprias da terra e da gente, ou de suas características psicossociais, (...) fortificam-se pela presença de um poderoso sentimento nacional e pela consciência de uma comunidade política que se afirma diferente das outras e se exprime no esforço

²⁷ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Toute empire périra*, *Op. Cit.*, p. 151-154; ALLAIN, Jean-Claude. "De la personnalité au groupe de decision: leur pouvoir sur le cours de l'histoire internationale". *Relations Internationales*, n° 83, automne 1995.

²⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Toute empire périra*, *Op. Cit.*, p. 87-91.

de conquista, na comunidade de nações, de posição digna e respeitada, que lhe assegure a defesa de seus direitos. Daí mesmo a unicidade e indivisibilidade do interesse nacional no campo interno e externo" ²⁹.

Que buscam os brasileiros e franceses em sua aventura internacional? Como percebem os constrangimentos internacionais que podem favorecer-lhes a realização de seus objetivos? Como foram historicamente articulados tais interesses em plataformas eficazes de política exterior, que alinhassem princípios e valores, com os interesses a serem realizados na cena internacional?

1 – As linhas gerais da Política Exterior do Brasil

O suicídio do Presidente Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1954, assinalou o apogeu da crise política que se instalou com o início de seu segundo governo, marcada pelo enfrentamento contínuo entre duas visões que propunham caminhos diferentes para realizar o mesmo objeto: a oposição entre as concepções de liberalismo que sustentavam estratégias distintas para promover o desenvolvimento nacional, sendo esse entendido como a resultante inquestionada das leituras de interesse nacional propostas pelos diferentes líderes brasileiros, a iluminar a ação internacional da nação desde 1930.

A alternância entre as duas concepções animou o debate nacional do fim do Estado Novo até o início dos anos noventa, e se, por um lado, introduziu elementos de tensão no quadro político-partidário e foi considerada motivo suficiente para propostas de rupturas da ordem institucional, por outro, permitiu o estabelecimento de uma rara unanimidade, circunscrita ao fato de que não se punha em questão o objetivo a ser realizado (buscar meios para viabilizar o desenvolvimento nacional), mas o modo de concretizá-lo.

Dessa forma, depois de 1945, tanto os governos que se inscrevem no rol dos "liberais radicais" (Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek e Castelo Branco)

²⁹ RODRIGUES, José Honório. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 77.

quanto os que perfilam entre os "liberais nacionalistas" (Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart, Costa e Silva, Médici, Geisel, Figueiredo e José Sarney) convergem para aquela síntese, mas buscam, cada um a seu modo, traduzir de modos diversos as alternativas que se oferecem para realizá-lo e os constrangimentos internacionais que se apresentam ³⁰.

Assim delimitada, tal leitura se concretizou na perseguição de quatro objetivos básicos, que se prestaram a instrumentalizar a atuação internacional do Brasil especificamente entre 1945 e 1990: a concertação internacional, nos fóruns em que se fizer possível, para a construção de regras que desimpedissem o acesso aos elementos tidos como fundamentais para a estratégia de desenvolvimento; a diversificação dos contatos internacionais; a integração eficaz nos fluxos econômicos internacionais; a construção de uma presença internacional própria e crescentemente desvinculada dos constrangimentos ideológicos do momento.

Tais objetivos se realizavam pela ampliação da capacidade de articulação internacional demonstrada pelo país, que era também utilizada como capital de intermediação, ampliado pelos princípios da sua perene atuação diplomática (o seu caráter não-confrontacionista, a tradição pacifista, a busca negociada das controvérsias, a sobrevalorização da autodeterminação e da não-intervenção, o respeito ao direito) ³¹. Perseguidos que foram por meio de movimentos não-lineares, a sua realização se estendeu em avanços e recuos por todo o período e se desenvolveu pelo descarte gradual de conceitos e idéias que foram se mostrando crescentemente inadequados para continuarem servindo de baliza à atuação internacional de nação

³⁰ Utiliza-se aqui a tipologia firmada por Amado L. Cervo, que identifica com o liberalismo radical a concepção do desenvolvimento liberal associado que "comportava a abertura das importações, a penetração de empresas estrangeiras, do capital e da tecnologia, facilidades para a remessa de lucros, a interdependência econômica, militar e política com a matriz da ordem liberal", e com o liberalismo nacionalista a concepção do desenvolvimento nacional autônomo, que se dispunha "a promover as forças da nação, robustecer a sua base econômica e alcançar a autonomia, (requerendo) um desenvolvimento induzido de dentro, autônomo e auto-sustentado, com o reforço da empresa nacional, pública ou privada, o desenvolvimento de tecnologias, a reserva de mercado, o controle da remessa de lucros e suas variáveis políticas (neutralismo, a autonomia face aos blocos, a nacionalização da segurança, o pragmatismo e a desideologização da conduta)". CERVO, Amado L. "Relações Internacionais do Brasil", in: CERVO, Amado L. (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: EDUNB, 1994, p. 9-42.

³¹ CERVO, Amado L. *Op. Cit.* p. 26-27; FONSECA JÚNIOR, Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 355-358.

que se apresentava com demandas e necessidades cada vez mais complexas, nascentes do processo de urbanização e do próprio desenvolvimento industrial.

Assim, as noções de bipolarismo como constrangimento internacional, de segurança coletiva, de interdependência militar, política e econômica e as categorias que informam o ocidentalismo foram sendo lentamente expelidas dos fatores computados no cálculo estratégico, ao tempo em que paralelamente se desenvolveu uma hipersensibilidade aos temas econômicos e se constatou que os objetivos nacionais são melhor realizados pela construção de um acervo universal de contatos bilaterais ³².

A construção paulatina do universalismo, que se faz com o alargamento do escopo geográfico de atuação da política externa do Brasil, proporcionou-lhe a incorporação de novos mercados consumidores (tanto para os produtos tradicionais do setor agroexportador, quanto para os frutos da sua notável estratégia de industrialização) e de fontes supridoras alternativas de capitais, tecnologias e energia, além de lhe valer apoios políticos a serem articulados em foros multilaterais.

Em conseqüência, a abertura brasileira para o Extremo Oriente, a África, a América Latina e a dinamização das relações com a Europa Ocidental, do mesmo modo que obedece a avanços e recuos, sendo acelerada em determinados momentos e refreada em outros, se insere em estratégia de largo fôlego, ensaiada e implementada pelos distintos governos brasileiros com o objetivo de permitir ao país circundar pragmaticamente os apertos que se lhe apresentam conjunturalmente nas suas margens de manobras, nascidos do fato de se inserir imediatamente no sistema de poder de uma das superpotências.

O pragmatismo, por sua vez, uma exacerbação do realismo que surgiu precocemente na política exterior do Brasil, é entendido como uma negação ao apriorismo e na determinação da eficiência como meta, partindo de uma apuração objetiva dos fatos e da avaliação ponderada das circunstâncias, de molde a induzir a adequação dos interesses nacionais aos constrangimentos internacionais. O caráter crescentemente pragmático da política exterior fez possível a compatibilização da

³² AMADO, Rodrigo. *Araújo Castro*. Brasília: EDUNB, 1982, p.121-155.

universalidade em construção com a capacidade de articulação concreta, de modo a tornar operacional o crescente acervo de relações bilaterais em vias de acumulação.

Muito cedo, na história da política exterior do Brasil contemporâneo, agregou-se ao universalismo uma variável de seletividade que se concretizou na definição de relações prioritárias com determinados países e regiões, através da barganha em diversos movimentos. Com efeito, por vezes o Brasil adotava como trunfos nas relações com os demais países, a renovação do diálogo e a aproximação de posições políticas; em outras, sugere a existência de grandes oportunidades para a realização de projetos conjuntos e a penetração comercial recíproca; esperava-se, sempre em troca, insumos para o projeto de desenvolvimento em implementação³³. O universalismo seletivo resultante desta visão pragmática de formulação e implementação da Política Exterior permitiu a escolha de parceiros preferenciais, aos quais se atribuiu atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que propiciou que se auferissem ganhos concretos de lado a lado³⁴.

Observe-se, entretanto, que o caráter crescentemente pragmático e universal da ação internacional do país teve, até a década de sessenta, dificuldades para se manifestar plenamente, tolhido que foi pela convivência com a trama de apoios políticos expressos e velados e de preconceitos que ganhou forma nos alinhamentos sem recompensa, no amparo dos colonialismos e nas manifestações do ocidentalismo (que supunham que qualquer afastamento do eixo político tradicional configurava um irremediável distanciamento da civilização cristã-ocidental), e que em boa medida, deitava raízes em interpretações extemporâneas da realidade internacional, da

³³ LESSA, Antônio Carlos. "A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)". *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, Vol. 38, No 1, 1995, p. 24-39.

³⁴ Este movimento recorrente na história da política exterior do Brasil contemporâneo, e especialmente a partir da década de setenta, é conceituado como construção de Parcerias Estratégicas, "que são relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado. A construção de parcerias estratégicas é fruto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos estrangimentos internacionais que se apresentam conjuntamente". LESSA, Antônio Carlos. "A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Edição Especial: 40 anos, 1998, p. 31.

evolução dos arranjos de poder na ordem bipolar e nos antigos sentimentalismos, todos constantes nas visões de mundo de diferentes governos ³⁵.

Uma seqüência de exemplos, enumerados a partir da experiência diplomática brasileira em diversos momentos, serve para ressaltar as oscilações e as ambigüidades da política brasileira em determinados episódios:

- a) a dificuldade de equilibrar o perfil de país demandante (de capitais, mercados e tecnologias) e os limites do alinhamento nas relações com os EUA estorvaram os movimentos lançados para obter a ampliação das possibilidades de articulação internacional concreta com outros países desenvolvidos e mesmo com os países do bloco socialista;
- b) o penoso equacionamento da necessidade de encontrar uma função de instrumentalidade para as relações com a América Latina e, especialmente, com os países da América do Sul, chocava-se comumente com a ausência de um projeto de largo fôlego para a região;
- c) os percalços enfrentados para romper com o apoio ao colonialismo português (e por extensão a todos os colonialismos) prejudicaram tanto a ampliação das exportações brasileiras de produtos primários para os países consumidores tradicionais, quanto uma aproximação decidida dos países africanos que pudesse amparar a abertura de novos mercados consumidores ³⁶.

Por outro lado, a partir da década de setenta, o amadurecimento do discurso diplomático, ao lado do aguçamento da prática de articulação internacional e do fim das ambigüidades nos relacionamentos bilaterais, expressos nas dimensões multi e bilaterais, caracterizaram a atuação do país que, animado pelo vertiginoso crescimento econômico, procurou estabelecer modos específicos para garantir a expansão e o suprimento dos insumos para o desenvolvimento, mesmo em tempos de crise econômica mundial.

³⁵ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951 - 1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995, p.177-228.

³⁶ BANDEIRA, L. A. Moniz. "O Brasil e o continente". In: Amado L. CERVO (org.). *Op. Cit.* p. 145-207; SARAIVA, José Flávio S. "Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África", *idem*, p. 263-331.

Assim, procurou-se adquirir pela via da cooperação internacional as tecnologias que permitiriam a consolidação do parque produtivo nacional, o que se fez em concomitância à atração em melhores condições de maiores fluxos financeiros de origem mais diversificada, e à ampliação das pautas e mercados para as exportações. Do mesmo modo, perseguiu-se a ampliação das bases de autonomia econômica pelo fortalecimento do parque produtivo nacional, com a associação de capitais estrangeiros ao capital monopolista de Estado, que por sua vez avançou sobre setores considerados estratégicos no intuito de consolidá-los pelo provimento de organização e de infraestrutura.

Na virada para os anos oitenta, contudo, na mesma intensidade com que o modelo econômico gerado e implementado ao longo de todo o período perdia a capacidade de continuar provendo os ganhos substantivos ligados à expansão da base produtiva, as funções supletivas da política externa eram drasticamente prejudicadas pela reversão das expectativas internacionais relativas às potencialidades do Brasil e pela sua incapacidade de contornar os efeitos da crise financeira.

Sinalizada pela crise do multilateralismo, pela re-bipolarização política, pelo avanço irredutível dos neo-protecionismos nos países desenvolvidos, e, finalmente, pelo aprofundamento do hiato econômico que separa o Norte do Sul, a deterioração da estrutura da ordem internacional marcou os anos de crise em que se assistiu à sofisticação conceitual do discurso diplomático brasileiro, que se manifestava para denunciar as injustiças da ordem econômica internacional, a inoperância do multilateralismo econômico, a falência do diálogo Norte-Sul, e o insucesso das organizações internacionais em atuarem para dirimir os efeitos do subdesenvolvimento³⁷.

O desmoronamento da ordem internacional do pós-guerra no final dos anos oitenta e na abertura dos noventa, ao impor a constatação da morte súbita das categorias que emprestavam organicidade ao discurso e à prática política do nacional-desenvolvimentismo, em conjunção com o avanço irrefreável da vaga liberal e neo-cambista, acabou por criar condições para o rompimento do consenso que se articulou

³⁷ FONSECA JÚNIOR, Gelson. *Op. Cit.*, p. 293-350; BUENO, Clodoaldo. “A Política multilateral brasileira” in: CERVO, Amado L. (Org.). *Op. Cit.*, p. 59-144.

em torno da Política Exterior do Brasil pelo menos desde a década de setenta, pautado pela excelência das linhas gerais do projeto de inserção internacional autonomista que se implementara até então.

De fato, a sua eficácia seriamente comprometida pelas transformações políticas e econômicas externas e internas impunha a rearticulação de prioridades, que passam por revisitar o acervo de contatos bilaterais, pelo abandono de posturas defensivas acerca dos chamados temas globais (meio-ambiente, direitos humanos, não-proliferação, entre outros), e por uma crescente interação e participação nos processos de regionalização ³⁸. Por outro lado, não se deixa de observar uma certa tensão entre a prática e o discurso internacional característico da política exterior nos anos noventa, uma vez que decididamente não se definiu um discurso orgânico que expressasse as linhas de ação algo inovadoras que começaram a ser implementadas recentemente. Assim, permanece o discurso se alimentando de idéias gerais da *praxis* diplomática de antanho, às quais foram adicionadas outras pautadas pelos imperativos da ordem econômica internacional, o que não pode deixar de ser entendido como sendo o sintoma de um grande desconforto entre a adequação das tradições e a perplexidade causada pela ordem emergente. O lamento diante da "globalização desigual", por exemplo, evidencia esta ordem de idéias, tratando o Brasil de denunciar, especialmente pela diplomacia presidencial, a existência de uma dicotomia entre as oportunidades, os desafios e os riscos decorrentes da globalização, e a maneira diferenciada como esta afeta as sociedades, a um só tempo gerando benefícios para as nações já integradas ao processo, mas também dele excluindo os países de menor desenvolvimento relativo, numa tendência crescentemente pernicioso para a estabilidade e segurança internacionais.

Na mesma intensidade com que a velocidade dos processos inerentes à globalização econômica impôs o redimensionamento, nos anos noventa, das práticas

³⁸ Há que se conferir nova densidade aos contatos com os países vizinhos, notadamente em função do projeto de integração econômica regional, proceder à normalização das relações políticas e econômicas com os EUA e à abertura de um padrão para o gerenciamento dos conflitos, e finalmente, auscultar as novas possibilidades oferecidas pela dinamização das relações em todos os níveis com o pujante espaço econômico europeu ocidental.

autonomistas ³⁹, aguçou a diplomacia a sua já tradicional hipersensibilidade econômica, extremando-se na postura de buscar oportunidades concretas de projeção dos interesses econômicos, cuidando da criação de espaços que facilitem a capacitação dos agentes econômicos nacionais para a competição global (Mercosul e proposta de criação da Área de Livre Comércio da América do Sul) e desenvolvendo novas ferramentas para melhorar o acesso a mercados, créditos e tecnologias.

Por conseguinte, a mudança radical dos parâmetros internacionais, no final do século, faz inquirir pela realocação da resultante de interesse nacional que deve servir de norte à inserção internacional do Brasil. O país, que apresenta tradicionais elementos de atração (ausência de conflitos étnicos, sistema político estável, mercado dinâmico) e novas credenciais internacionais (liberalização econômica), ao ser confrontado diuturnamente com o problema da permanência das suas dívidas sociais, não pode negar-se a reconhecer que a própria integração social é requisito mínimo de uma boa plataforma internacional.

Se a ação internacional do Brasil é contemporaneamente matizada pela permanente vigília da estabilização econômica, pela observância dos valores da democracia representativa, pelo respeito aos direitos humanos e pelo resguardo dos recursos do meio ambiente, acrescidos dos tradicionais objetivos de ampliar o acesso aos mercados, às tecnologias, aos investimentos, à cooperação externa, e obter melhor participação no processo decisório internacional, todos esses movimentos devem endossar a busca de insumos que viabilizem a transformação do desenvolvimento restrito em desenvolvimento econômico e social como norte da atuação internacional da nação ⁴⁰.

³⁹ O que se fez com uma rápida adequação aos *diktats* da liberalização econômica - abertura comercial, liberalização de investimentos, privatização do parque estatal, renegociação e tentativa de viabilização do pagamento das dívidas externas.

⁴⁰ LESSA, Antônio Carlos. "L'Europe Occidentale, la France et les partenariats stratégiques du Brésil, de 1944 au début des années 1990", in : MATTOSO, Katia Queirós, SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca

2 - A inserção internacional da França

La grandeur... assim Charles de Gaulle recorrentemente expressava o espírito que, aos seus olhos, deveria iluminar a política exterior francesa a partir da Segunda Guerra Mundial, sintetizando eficazmente os objetivos da política com que pretendia, a um só tempo, exorcizar os demônios da França derrotada em 1940, e, a partir de então, sombra fugaz da potência que conheceu o seu apogeu ao longo de todo o século XIX, e estabelecer um novo papel internacional para o país que resguardasse a excepcionalidade de sua visão de mundo e a sua independência nacional ⁴¹. Com efeito, a obsessão com as dimensões de prestígio, com a grandeza, com a posição de destaque na comunidade internacional, com o temor do declínio relativo, são concebidos ao longo do período como os constrangimentos para a conformação de uma filosofia de ação para os homens de Estado da França, do mesmo modo que o resguardo da missão civilizadora, que perpassa as citadas concepções de *rang, grandeur e puissance* é por eles concebida como um dever histórico.

A história da política exterior da França apresenta, a partir de 1944, uma surpreendente linha de continuidade, que efetivamente não poderia ser identificada com a simples alternância dos governos que se sucederam a partir de então. Existem contingências muito mais poderosas do que aquelas proporcionadas pelas visões de mundo dos homens de Estado, mesmo se por vezes estas se apresentem bastante articuladas (o que é o caso do discurso e da prática política do General de Gaulle nas duas ocasiões em que esteve à frente do governo na França) ⁴². Assim, a passagem do Governo Provisório para o regime da Quarta República, e desta para a constituição semi-imperial da Quinta República, antes de indicar rupturas de fato, conformam um jogo sutil de equilíbrio entre a administração de heranças recebidas e de heranças a

& ROLLAND, Denis (dirs.) *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux (XVIIe – Xxe Siècles)*. Paris : Centre d'Études sur le Brésil – Presses de L'Université de Paris-Sorbonne, 1999, p. 303-309 ;

⁴¹ A propósito, "La France n'est réellement elle-même qu'au premier rang (...) notre pays, tel qu'il est parmi les autres, tels qu'ils sont, doit, sous peine de danger mortel, viser haut et se tenir droit. Bref, à mon sens, la France ne peut être la France sans la grandeur". GAULLE, Charles de. *Mémoires de Guerre (Tome 1 - L'Appel)*. Paris: Plon, 1970, p. 1.

⁴² Mesmo a instabilidade política característica da IV República não deve fazer pressupor que a política externa tenha oscilado de acordo com as particularidades dos inúmeros gabinetes que se sucederam no regime: de 10 de setembro de 1944 a 13 de maio de 1958 a França teve 25 gabinetes e 17 chefes de governo, mas apenas 6 ministros dos negócios estrangeiros.

serem legadas. Este jogo é eficientemente representado pela permanência de idéias ancestrais (messianismo, potência, prestígio), pela acomodação aos novos constrangimentos internacionais (a organização das relações internacionais em função de dois pólos de poder, liderados por duas superpotências cuja ação necessariamente relegava as antigas potências do arranjo predecessor ao papel de coadjuvantes) e pela dolorosa constatação da inexorável decadência na hierarquia de valores do mundo contemporâneo, que se abateu sobre toda a Europa, mas foi muito mais sentida pelos franceses.

A inserção internacional do Hexágono é efetivamente iluminada pela perseguição de um rol de objetivos específicos, todos transmitidos de um regime ao outro, que se solidarizam em ampará-los pela leitura do ideário ancestral que ilumina a inserção internacional da França desde muito. Assim, pode-se afirmar que tal leitura se concretizou pela realização de três desígnios básicos ⁴³:

- a) a busca de condições para a afluência econômica, sem as quais não há condições para a potência;
- b) a articulação dos fatores de construção da independência nacional;
- c) a realização de uma leitura particular de potência e prestígio internacional, que parte da concretização dos dois objetivos anteriores, mas que finca raízes profundas no nacionalismo característico e no universalismo que procura incessantemente instrumentalidade na política externa, indo encontra-la contudo apenas na promoção da missão civilizadora.

Estes desígnios se articularam em movimentos que evoluíram linearmente, segundo os ritmos da adaptação dos homens de Estado, das forças políticas e da opinião pública à inédita situação de mediocridade internacional a que se viram relegados os franceses a partir do final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo na perspectiva de comparação com o século e meio de glórias que se abriu ainda no começo dos oitocentos. Se houveram contestações quanto à forma da política externa

⁴³ GROSSER, Alfred. *La IV République et sa politique extérieure*. Paris: Armand Colin, 1972. p. 176-178; VALKON, Louis. *Le grand dessein national*. Paris: Calman-Lévy, 1964, 219 p. ; TOUCHARD, Jean. *Le gaullisme, 1940-1969*. Paris: Éditions du Seuil, 1978, 379 p. ; ROSEMBLUM, Mort. *Mission to civilize: the*

(e elas foram múltiplas e insistentes, a considerar a especificidade do sistema político francês), assistiu-se no longo período que se abre em 1944 e vem aos nossos dias uma certa unanimidade das principais forças de oposição quanto ao acerto da leitura de interesse nacional que se expressava naqueles objetivos balizadores ⁴⁴.

As poucas transformações na forma da política externa dirigiram-se à busca dos objetivos nacionais, o que se fez, por vezes, com passos firmes, e, em outras ocasiões, de modo um tanto hesitante. As oscilações na forma apresentam-se como a mais formidável tensão existente no cálculo estratégico da política exterior da França no pós-guerra, qual seja, a de compatibilizar as ambições universalistas (expressas nas dimensões de prestígio e de potência) com a modicidade de recursos para satisfazê-las (num primeiro momento, recursos econômicos, e a partir do final da década de cinquenta, de capital político escasso na ordem bipolar imperante) ⁴⁵.

Com efeito, a França dos primeiros dias da liberação é o único país da Europa Ocidental a receber plenamente todos os grandes choques que deslocaram e mobilizaram as economias e as sociedades do pós-guerra. Teve que enfrentar, de súbito e sem solução de continuidade, as duas lâminas que cortavam o mundo sobre os eixos definidos em Ialta e Potsdam (a descolonização e a guerra fria), o que emprestou uma singularidade trágica à sua história. Sob qualquer ângulo, a procura de uma nova política condizente com os meios disponíveis para implementá-la, a construção de novas instituições políticas que amortecessem o impacto da história não acabada da ocupação e da colaboração, ou o jogo das forças sociais, surge a acumulação de

french way. New York: Anchor Press/Doubleday, 1988, 470 p.; ROBERTSON, Arthur Clendemin. *La doctrine du Général de Gaulle*. Paris: Fayard, 1965, 320 p.

⁴⁴ Assim, do mesmo modo que o General de Gaulle se expressava desde 1944 nos termos referidos da *puissance* e *grandeur*, o Conselho Nacional de Resistência (cuja composição se caracterizava pela multiplicidade de tendências políticas francamente inconciliáveis) apresentava o que entendia ser uma boa plataforma de política externa naqueles anos difíceis, guiando-se pelos objetivos de “defendre l’indépendance politique et économique de la nation, rétablir la France dans sa puissance, dans sa grandeur et dans sa mission universelle”. Esta é a época em que o Partido Comunista Francês declarava que, sob o seu prisma, “l’indépendance de la France, avec la restauration de sa grandeur, vœu sacré de tous nos héros, doit être le premier principe directeur de la politique étrangère de demain” - GROSSER, Alfred. *La IV République et sa politique extérieure*. Paris: Armand Colin, 1972, p. 33. Do mesmo modo, tal unanimidade se manifestou em outras ocasiões, algumas bem recentes, como quando tanto o Partido Comunista quanto o Socialista manifestaram estarem de acordo com as linhas gerais do projeto de defesa nacional francês, expresso em torno do polémico tema da dissuasão nuclear.

⁴⁵ FRANCK, Robert. *La Hantise du déclin: la France, 1920-1960 (finances, défense et identité nationale)*. Paris: Belin, 1994, p. 282-285.

constrangimentos que freia os ardores e prolonga os velhos travessões de indefinição quanto ao futuro.

Ao final da guerra, como que embriagados pela liberação, os franceses ainda acreditavam possuir todos os atributos de potência: aliada de pleno direito (a França recebeu a rendição do Reich no dia 8 de maio de 1945), um líder de estatura mundial (encarnado pelo General de Gaulle), aliados confirmados, um exército que se recobrava das humilhações de 1940 em tempo de participar da ofensiva vencedora sobre o inimigo, um império afro-asiático, e um assento no Conselho de Segurança da jovem ONU ⁴⁶. Ao tempo em que se impressionavam com os brasões ganhos no início da ordem emergente, descobriram os franceses a amplitude das ruínas da guerra: 74 departamentos tocados contra 13 no período 1914-1918, províncias, como a Normandia, mutiladas por muito tempo, uma carência de habitações novas (estimadas em 1946 pelo Ministério da Reconstrução em dois ou três anos da renda nacional de antes da guerra), sistema de transportes dilacerado (a favorecer os circuitos econômicos paralelos e o mercado negro), mercado desmembrado, indústrias mal-equipadas e mal providas, trabalhadores esgotados (quando se compara o índice da produção industrial, este caiu a 38 contra 100 em 1938 e a 29 contra 100 em 1929) ⁴⁷.

As medidas do infortúnio do pós-guerra constituem para os franceses, ao lado das pretensões universais e do império colonial que começava a se desintegrar, a herança a administrar, à qual se juntaram ao longo dos anos novos ativos e passivos que acabaram por compor um balanço relativamente equilibrado.

Desse modo, a política exterior da Quarta República, do mesmo modo que inscreveu na conta de ativos o fim das rivalidades com a Alemanha, o início da construção do projeto europeu de integração, a reconstrução e a normalização da atividade econômica e mesmo o crescimento em ritmo sustentado, inseriu na conta de passivos a sujeição sem convicção ao atlantismo (o que acirrou os ânimos nacionalistas

⁴⁶ E de fato antes de perceberem a profundidade das limitações impostas pela destruição da guerra, acreditavam os franceses estarem a altura de suas “ambições restauradas”: as sondagens de opinião indicam que rapidamente a opinião pública reencontrou o seu voraz apetite de grandeza: 64% dos franceses pensavam desde dezembro de 1944 que o seu país reencontrava o seu lugar de grande potência, e 67% em março de 1945 cobiçavam a margem direita do Reno como nos melhores tempos de Foch e Clemenceu - BOUVIER, Jean & BLOCH-LAINÉ, François. *La France restaurée (1944-1954): dialogue sur les choix d'une modernisation*. Paris: Fayard, 1986, p. 15-16.

⁴⁷ Idem, p. 18.

em todas as pontas do espectro político nacional) e a desastrosa política colonial. O balanço dos fatos fechou em maio de 1958 do seguinte modo: a Argélia constituía-se no ponto focal de uma crise que dividia a sociedade ao meio; a Indochina perdeu-se irremediavelmente; a Tunísia e o Marrocos tornaram-se francamente hostis; a Alemanha, único inimigo em 1945, tornara-se o único parceiro; os pequenos países africanos nascidos do encaminhamento das independências no contexto da associação com a metrópole, por inércia ou falha congênita, mostravam-se afáveis à abertura de uma nova fase de cooperação, a tempo de expiar as culpas da colonização e de permitir a permanência sem contestações da visão de mundo que apenas os franceses julgavam ser capazes de promover e disseminar ⁴⁸.

O retorno do General de Gaulle ao poder, em maio de 1958, constitui o fator de legitimação das ambições da sociedade francesa, que finalmente tinha de volta o líder capaz de verbalizá-las sem pudores. O traço fundamental da prática internacional da França sob de Gaulle situa-se no fato de que o presidente, melhor do que qualquer outro dos grandes líderes mundiais, procedia a leituras eficazes dos constrangimentos internacionais e dominava os meios para promover os interesses nacionais, mesmo que não quisesse moldar a política externa de seu governo a tais constrangimentos.

Assim, a ação política da França gaullista guiou-se, sobretudo, pela visão de mundo do líder inspirada, segundo a sua própria expressão, “*d’une certaine idée de la France*”, mas também de uma concepção particular das relações entre os Estados e as nações: a condenação categórica da hegemonia norte-americana e da tendência dos países europeus, inclusive a França da Quarta República, a ambicionarem a proteção militar proporcionada pelos EUA e pela OTAN, o que acabava por diminuir drasticamente as margens de manobra internacional da nação; a reprovação de qualquer tentativa de integração política européia que, para além da comunidade econômica criada pelos Tratados de Roma, estabeleceria um sistema no qual a França perderia sua independência, uma vez que as decisões seriam tomadas de maneira supranacional, ou seja, eventualmente impostas por uma maioria da qual o país não tomaria parte; a denúncia do condomínio de poder entre as duas superpotências, que correspondia à “santuarização” dos seus respectivos territórios nacionais e à eventual

⁴⁸ GROSSER, Alfred. *Op. Cit.*, p. 402-405.

destruição apenas dos territórios alheios na eventualidade de deflagração de guerra nuclear; mesmo alardeando seu apego aos princípios democráticos e aos valores da civilização européia, e estigmatizando o totalitarismo do sistema comunista, estava convencido do caráter precário, cambiante, variável e por vezes artificial das ideologias às quais cuidou de opor a permanência e a primazia das realidades nacionais (ou seja, as ideologias estavam destinadas a passarem, do mesmo modo que as nações destinavam-se a permanecerem), uma vez que as ideologias apenas dissimulavam os reais interesses nacionais.

A partir de sua análise das relações internacionais contemporâneas, de Gaulle deduziu que a França poderia ter um papel de maior importância e bastante diferente daquele desempenhado até então. A política francesa deveria opor-se à guerra fria, favorecer a distensão, e sobretudo, assegurar a sua própria independência. Assim, alguns dos gestos sensacionais do líder se inscreveram para evidenciar o espírito de sua ação política: a retirada das forças francesas do comando único da OTAN; a contestação dos privilégios do dólar; o veto sistemático à adesão da Grã-Bretanha à CEE; a promoção da força de dissuasão nuclear francesa; o apelo ao despertar dos nacionalismos; a proposição de uma nova concepção de Europa, libertada das ideologias, se estendendo do Atlântico aos Urais...

O fim da guerra da Argélia, arrematando o desmonte do império colonial, significou o levantamento do par de parênteses na história contemporânea da nação, na qual se viu longamente aprisionada. Com efeito, a França que se desincumbia do fardo colonial não se livrava apenas do respeitável peso econômico trazido pelas guerras de emancipação, mas libertava-se também de uma das causas fundamentais da sua fraqueza política, esta de ordem puramente moral, representada pela gritante contradição entre a permanência do discurso libertário e a nova necessidade de justificar a presença em ultramar ⁴⁹.

⁴⁹ Efetivamente, no que toca ao projeto colonial francês, a sociedade parece não ter sido feliz em harmonizar a lucidez com a consciência torturada - insucesso de onde provém a necessidade de justificação, no lugar de proporcionar tão somente o sentimento de pertinência a um povo de senhores. Ver, a propósito: CHAFFARD, Georges. *Les carnets secrets de la décolonisation*. Paris: Calman-Lévy, 1965, 346 p.; FAUVET, Jacques. *La France déchirée*. Paris: Fayard, 1957, 153 p.; FRANCK, Robert. *La hantise du déclin: la France, 1920-1960 (finances, défense et identité nationale)*. Paris: Belin, 1994, 316 p.; GUILLEBAUD, Jean-Claude. *Les confettis de l'Empire*. Paris: Éditions du Seuil, 1976, 319 p.; HOFFMAN, Stanley et alii. *In search of France*. Cambridge: Harvard University Press, 1963, 443 p.;

O desmonte do império colonial permitiu relações mais profícuas da França com os países do Terceiro Mundo, tanto com os que compunham o antigo império (sobretudo africanos) quanto com os que protestavam contra a manutenção dos vínculos coloniais (países árabes em especial, mas também socialistas de todos os matizes), bem assim com os países da América Latina e de outras regiões. O Hexágono sem as colônias começava a escrever para si uma nova história, calcada no mais ambicioso programa de cooperação internacional mantido por um país desenvolvido e sobre a promoção dos vínculos culturais e da francofonia. A política para o Terceiro Mundo passou a ser pautada por um objetivo claramente proclamado: já que praticava, deliberadamente, uma política de independência, apresentar-se como o interlocutor privilegiado de todos os Estados que quisessem conquistar, afirmar ou consolidar a sua própria independência nacional face a todas as hegemonias.

É natural que, a partir desse escopo, a política francesa tenha desenvolvido uma notável propensão ao bilateralismo. Ao menosprezo pelas feições da diplomacia parlamentar, especialmente na forma praticada nas Nações Unidas, somou-se o estímulo aos contatos diretos que aquela concepção de um universo das nacionalidades representa. Ao acenar com a concepção de um maior equilíbrio entre as nações, a França revestiu, particularmente, aos olhos dos países do Terceiro Mundo, uma aparência de desprendimento e de generosidade que só poderia granjear-lhe maior prestígio e influência. Como no passado, quando cativava as nações “irredentas” - a Grécia, a Bélgica e a Itália -, a França ressurgiu no papel de paladina das jovens nacionalidades que surgiam aos montes do processo de descolonização. Mas o aspecto generoso de seu liberalismo internacional não lhe esgota a motivação.

Ao apresentar ao universo a antevisão de uma sociedade internacional mais variada, em substituição à dualidade de órbitas ideológicas, a diplomacia francesa insistia no caráter anacrônico da divisão Leste-Oeste e na urgência com que era preciso superar essa configuração ultrapassada por novas formas de organização da comunidade dos Estados. É a denúncia do maniqueísmo que, alimentando a guerra fria, parecia mover tanto Washington quanto Moscou a eternizar uma rivalidade

HOFFMAN, Stanley. *Decline ou renewal ? France since the 1930's*. New York: Viking, 1974, 529 p.; THOBIE, Jacques et alii. *Histoire de la France Coloniale (1914-1990)*. Paris: A. Collin, 1990, 654 p. ; YACONO, Xavier. *Histoire de la colonisation française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988, 127 p.; YACONO, Xavier. *Les étapes de la décolonisation française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985, 127 p.

prenhe de riscos para a coexistência harmoniosa entre todos os países. A Europa, apequenada em sua influência pela Primeira Guerra Mundial, verdadeiramente arruinada pela Segunda, reconstituída no seio da oposição entre dois poderes de certo modo extra-europeus, sentia-se numa situação privilegiada para compreender a extensão dos perigos acarretados pelo predomínio daquela rivalidade. Não é só, portanto, o desejo idealista de garantir às nações menores uma existência menos dependente o que explicava o liberalismo e o universalismo que serviam de meta a essa política de autonomia; era também, e sobretudo, a preocupação com o destino político da própria Europa, de cuja a sorte a França não mais se dissociaria.

A política exterior da França sob a Quinta República, que se inaugurou com de Gaulle, constituiu, pois, a mais ousada interpretação da herança ancestral que tradicionalmente ilumina a política internacional daquele país, cujo ideário foi efetivamente atualizado para comportar a radicalização da noção de independência nacional, o redimensionamento da vocação universalista e a adaptação da missão civilizatória à perda do império colonial e à guerra de influências culturais característica do embate entre as superpotências.

Aos sucessores do General, inclusive os opositores históricos como François Mitterrand, couberam ajustes de estilo e a revisão pontual de aspectos que se mostraram antiquados, revestindo de contemporaneidade o discurso e os objetivos nacionais, e enfim, permitindo a sobrevivência dos mesmos eixos norteadores até o final do século XX. Portanto, as linhas gerais da política exterior sob a Quinta República, testadas pela evolução da ordem internacional, sobreviveram a Pompidou, reafirmaram-se com Giscard d'Estaing, adequaram-se ao Mitterrand socialista (e àquele das coabitações) e chegaram à Chirac⁵⁰.

Nesse processo, agregaram-se como leituras da missão civilizatória o patrocínio entusiástico do diálogo Norte-Sul (d'Estaing) e a denúncia libertária do intervencionismo obsoleto dos EUA na América Central e em outras regiões do mundo (Mitterrand)⁵¹, do mesmo modo que sobrevieram a revisão das relações com o Leste (anos oitenta), a dinamização da integração europeia (a partir de meados dos anos oitenta e início dos noventa), os desusados investimentos na *force de frappe* e a

⁵⁰ HOFFMAN, Stanley; ROSS, George & MALZACHER, Sylvia (eds.). *The Mitterrand experiment: continuity and change in modern France*. New York: Oxford University Press, 1987, 363 p.; KOLODZIEJ, Edward A. *French international policy under de Gaulle and Pompidou: the politics of Grandeur*. Ithaca: Cornell University Press, 1974, 618 p.

⁵¹ MITTERRAND, François. *Reflexions sur la politique extérieure de la France: introduction à vingt-cinq discours, 1981-1985*. Paris: Fayard, 1986, 441 p.

definição de um perfil de relacionamento “positivo” com os EUA, ao ponto em que se fez possível reconhecer as responsabilidades da potência na gerência das relações internacionais do mundo pós-bipolar e participar alegremente das intervenções para o restabelecimento da ordem no Golfo e nos Bálcãs (Chirac).

A década de noventa descortinou-se para o Hexágono como um período de novas condicionalidades internacionais, algumas delas com origem determinada em decisões do próprio governo francês (como a decisão do Presidente Jacques Chirac de retomar os testes nucleares na Polinésia Francesa), e outras que nasceram dos processos interativos típicos do processo europeu de integração. Contemporaneamente, assiste-se a uma retomada da ação externa tradicionalmente caracterizada pela vontade de se afirmar, autônoma e voluntariosamente, como um dos núcleos mundiais de poder. "*La France est de retour*" disse o Chanceler francês Hervé de Charette, em junho de 1996, durante sua visita ao Japão, para expressar a decisão do Presidente Chirac de participar de maneira mais ativa do que no período Mitterrand no cenário internacional, referindo-se à sua determinação em que a França desempenhe mais do que nunca um papel protagônico na construção europeia, não apenas dentro das fronteiras da União, mas ainda em relação às relações da Europa com outras regiões do mundo ⁵².

A reforma do setor de defesa nacional, a reintegração da França à Aliança Atlântica, a criação de um sistema europeu de defesa dentro da OTAN, a reforma da própria OTAN, a adoção de uma Política Externa e de Segurança Comuns (e, em processo paralelo, da moeda única) pela União Europeia, e as expansões da OTAN e da União à leste constituem processos interativos que evoluem em uma mesma perspectiva. Significativamente, a França perseguiu um conjunto de objetivos bem definidos, não raro contrastante com pontos de vista sabidamente defendidos pelos EUA, procurando impedir que o sistema mundial derive para uma unipolaridade rígida, redutora das prerrogativas de ação conjunta europeia, em matéria político-estratégica.

Observa-se, aliás, que a visão das relações internacionais contemporâneas consagrada pelo governo francês não deixa de impor a persistência de divergências de

⁵² *Le Monde*, 08/06/1996.

fundo entre Paris e Washington. A rota da afirmação internacional da França como potência de porte médio passa pela adoção de posturas que, freqüentemente, conduzem a divergências com os EUA. Essa tendência tornou-se ainda mais pronunciada desde meados da década de noventa, quando a reedição sob Chirac do "voluntarismo" tipicamente gaullista impôs a decisão de tentar fazer avançar o processo de integração europeia pela via de um posicionamento menos dependente em relação à liderança mundial dos EUA, contribuindo para o acúmulo de rugas entre os dois países. Citem-se, além da condenação de Washington em relação à decisão do governo francês de interromper a moratória sobre explosões nucleares e retomar os testes franceses na Polinésia em 1995, controvérsias em outras áreas, entre as quais situam-se as iniciativas unilaterais para o Oriente Médio e a redinamização de sua presença militar na África.

O balanço da política exterior francesa ao final dos anos noventa, e, portanto, a medida da herança a legar, indica a existência de processos irreversíveis, que a um só tempo comprometem o seu universalismo e forçam, mais uma vez, a necessidade de atualizar a sua missão civilizatória. Há que se constatar, por exemplo, o gradual fechamento do escopo geográfico da atuação internacional da França, na mesma intensidade com que os seus problemas antes considerados "universais" (a existência de um grande império colonial e uma presença internacional ativa e multifacetada em diferentes regiões do mundo) passaram a se circunscrever majoritariamente no espaço europeu, o que acabou por relegar a presença política e econômica do país em outras regiões a planos secundários. Do mesmo modo, o avanço do processo de integração, completo em todas as suas dimensões (inclusive cultural), ao impulsionar o reforço da identidade europeia em detrimento das identidades nacionais, pressiona pela submersão do projeto cultural francês (e também de seu escopo civilizatório) no caldo da identidade em construção e das políticas de cooperação comunitárias.

Capítulo 3

Os eixos assimétricos de um triângulo imperfeito: o que vale a Europa Ocidental para o Brasil

O que vale a Europa Ocidental para o Brasil? A resposta a essa pergunta revela a medida da importância assumida pelas partes do conjunto regional no sistema de relações internacionais do país.

A percepção que têm a nação e o Estado brasileiros da transcendência de um ou outro país para a realização de seus interesses no longo prazo, ainda que agrupados por características que se tornaram comuns em virtude do desenvolvimento similar das relações históricas, indicam a medida de prioridade que acabariam por revestir os contatos do Brasil com os países da Europa Ocidental.

1 - O Brasil, entre os EUA e a Europa Ocidental

Como país periférico e dependente, o Brasil tradicionalmente atuou nas órbitas gravitacionais das potências do momento, organizando as suas relações internacionais em função dos valores hegemônicos. Assim, o país buscou historicamente equilibrar a realização de seus interesses e objetivos com os imperativos da acomodação aos desígnios das potências, quando possível agindo nos espaços intermediários para obter maiores margens de manobra internacional que lhe permitissem, ao seu tempo, a sua própria política de supremacia e a busca imediata de mercados consumidores, capitais e tecnologias.

Deste modo, verifica-se a existência de uma grande unanimidade entre os estudiosos da Política Exterior do Brasil sobre o rápido processo de americanização das relações internacionais do país, que se fez notar nos primeiros momentos da

República⁵³. Os líderes republicanos entenderam que a "republicanização" das relações exteriores se faria pela sua "americanização", numa reação clara ao caráter francamente europeísta da política externa do Império. Sabe-se que a diplomacia imperial se caracterizou por uma acentuada reserva diante do continente americano, velando pelo equilíbrio dos interesses das potências européias e dos EUA na região, de modo a evitar que os seus movimentos táticos fossem sumariamente tolhidos pela pertinência ao tumultuado sistema regional.

O que se observa no período que se estende entre a queda do Imperador (1889) e a morte de Rio Branco (1912), é a confirmação da transmigração do eixo gravitacional da Política Exterior do Brasil, que deixa de girar em torno das praças diplomáticas européias, especialmente de Londres, para girar essencialmente em torno de Washington. Nesse movimento, a diplomacia brasileira buscou a ampliação dos mercados consumidores para os tradicionais produtos da agroexportação e o apoio da jovem potência do Norte para a consolidação do regime republicano e para a construção de uma política de supremacia na América do Sul, tendo em vista as dificuldades de se manter o equilíbrio político e militar no Prata.

Na medida em que se confirmava a transmigração do eixo gravitacional da inserção internacional do Brasil, nascia a característica mais marcante das relações internacionais do país desde então, que se resume na efetividade da presença política, econômica e cultural dos EUA no país. Essa característica, que deixou de ser uma simples tendência de crescimento da presença norte-americana na vida econômica e social brasileira desde o entre-guerras, acabou por construir, a partir de 1945, vínculos tão densos e permanentes que nem mesmo seria possível qualificá-los como uma "parceria": tem-se aqui o nascimento da referência fundamental das relações internacionais do Brasil, aquela que mede e adjetiva todos os demais relacionamentos bilaterais. Com efeito, de que outro modo seria possível qualificá-la? Do ponto de vista econômico, nada menos do que um terço dos capitais investidos no Brasil entre, 1945 e 1997, são de origem norte-americana. Ainda, aquele país responde por um quinto dos

⁵³ Conferir por exemplo, BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FUNAG, 1995, 377 p.; RICUPERO, Rubens. "O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: sessenta anos de uma relação triangular". In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon

fluxos de comércio brasileiros no mesmo período, conforme se depreende dos dados das Tabelas 3.1 e 3.2.

Tabela 3.1

Participação nos fluxos de investimentos externos diretos realizados no Brasil, percentuais sobre os totais realizados no período 1945-1997

Países	1945-1964	1965-1989	1990-1997	1945-1997
Alemanha	8,58	13,20	2,38	6,69
Argentina	2,96	0,62	0,64	0,68
Bélgica	1,90	0,68	0,68	0,88
Canadá	3,80	3,03	0,75	1,70
EUA	42,00	33,04	34,77	34,25
França	5,38	6,57	6,40	6,44
Reino Unido	7,11	6,05	4,26	5,01
Holanda	4,90	5,59	5,77	5,68
Itália	5,21	5,56	1,19	2,96
Japão	4,38	9,63	2,28	5,17
Suécia	2,02	2,09	0,93	1,40
Suíça	6,50	3,26	0,61	1,76
Dinamarca	0,28	0,18	0,10	0,14
Espanha	0,01	0,39	3,02	1,95
Portugal	0,04	0,21	2,44	1,53
Outros	3,98	3,75	2,58	1,53

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP

Se o relacionamento com os norte-americanos rendeu bons serviços ao desenvolvimento econômico brasileiro, ele não deixou de apresentar fissuras, por onde escapuliu recorrentemente o pequeno capital de barganha de que poderia dispor um país como o Brasil em determinadas situações. A relação de dependência que se manifestou precocemente, deu margens à emergência de um segundo vetor, que se tornou igualmente característico da política exterior do país: ocasionalmente cuida o Brasil de realizar *elipses sazonais*, que se verificam de acordo com os apertos nas margens de manobra internacional, e sobretudo em função da deterioração das relações com a potência norte-americana. Assim, é possível observar que, de quando em quando, o país faz movimentos que lhe permitem escapar temporariamente da poderosa órbita gravitacional dos Estados Unidos, esperando dinamizar

de (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura, 1996, 388 p.

relacionamentos que são alternativos, em algumas ocasiões, e complementares, em outras, ao intercâmbio com os norte-americanos: busca capital político, a ampliação das margens de manobra na cena internacional, mercados, financiamentos e tecnologias ⁵⁴.

Tabela 3.2
Fluxos de Comércio com o Brasil
Percentuais sobre os totais verificados no período 1945-1999

Países	1945-1964			1965-1989			1990-1999			1945-1999		
	Exportações	Importações	Fluxo de Comércio									
Alemanha	5,92	6,91	6,41	5,86	6,56	6,22	5,24	9,19	7,16	5,53	7,91	6,71
Argentina	6,28	7,22	9,54	4,51	3,25	8,54	9,58	10,10	16,99	7,25	6,86	12,95
Bélgica	2,39	1,82	2,11	2,14	0,74	1,42	3,29	1,13	2,24	2,76	0,97	1,87
Canadá	1,33	2,53	1,93	1,68	2,31	2,00	0,66	0,72	0,69	1,13	1,51	1,32
EUA	44,29	36,31	40,28	23,20	16,90	19,99	20,00	21,22	20,59	22,19	19,74	20,97
França	3,64	4,03	3,84	3,33	2,38	2,85	2,30	2,95	2,61	2,80	2,72	2,76
Reino Unido	5,83	5,20	5,52	3,25	1,94	2,59	2,88	2,28	2,59	3,14	2,22	2,69
Países Baixos	3,68	1,61	2,64	6,42	1,21	3,77	6,68	1,30	4,06	6,47	1,27	3,89
Itália	2,96	2,31	2,63	4,59	1,97	3,26	3,82	5,21	4,50	4,13	3,62	3,88
Japão	1,93	2,19	2,06	5,93	4,73	5,32	6,01	5,73	5,87	5,84	5,15	5,50
Suécia	3,21	3,04	3,13	0,92	1,01	0,96	0,17	0,31	0,24	0,60	0,72	0,66
Outros	18,54	26,81	19,91	38,18	57,00	43,09	39,37	39,88	32,46	38,17	47,31	36,81

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de série estatísticas diversas: para os anos 1945-1947 e 1984-1995, dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1948-1949, 1985-1996); para os anos 1948-1953, dados de UNITED NATIONS, *Yearbook of International Trade Statistics* (1950-1953); para os demais anos, Estatísticas Históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 642 p.; para a balança comercial com a França entre 1953 e 1959, dados do Anuário Estatístico do Brasil, (IBGE, 1956 e 1959).

Essas elipses, ou parcerias, correspondem a movimentos reativos que se pautam pela necessidade de expiar o pecado original da excessiva vinculação aos desígnios norte-americanos, historicamente conformada na simbologia (e na efetividade) da expressão “relações especiais”, uma herança dos tempos de Rio Branco que se transformou pelas mãos da diplomacia brasileira do pós-segunda guerra, numa espécie de maldição lançada sobre o futuro da nação.

A elipse mais constante, habitual e verificável na história da política exterior do Brasil apresenta-se especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, e pode ser determinada pelos fatores de aproximação, nos mais distintos aspectos e em vários

⁵⁴ LESSA, Antônio Carlos. "A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 38, número 1, 1995

momentos, existentes nas relações do Brasil com a Europa Ocidental. Tal recorrência permite mesmo que se fale da existência de uma *Vertente Européia*, que se manifesta de tempos em tempos no cálculo estratégico da diplomacia brasileira, com o que se expressa a existência de uma disposição mútua e geral em fortalecer, em determinadas conjunturas, os laços bilaterais, a identidade de interesses e a simpatia recíproca com alguns poucos países ⁵⁵.

Pode-se afirmar que as relações entre o Brasil e a Europa Ocidental, no século XX, sejam caracterizadas por uma precisa regularidade: quando o Brasil procurou alternativas, por vezes políticas, por vezes econômicas, ao seu relacionamento com os EUA, voltou-se prioritariamente para a Europa Ocidental, e sempre encontrou receptividade. É bem verdade que não é fácil firmar com os países da Europa Ocidental, e com os de outras regiões, relações dinâmicas o bastante para ultrapassar as possibilidades do relacionamento com os EUA, mas, ao menos, surgiram os europeus ocidentais para complementá-las. Se as alternativas políticas criadas pelas sucessivas aberturas para o continente europeu mostraram-se mais efêmeras do que seria necessário para redimir a dependência *vis-à-vis* dos norte-americanos, ao menos agiram para conformar a *tese da alternativa* no contexto do cálculo estratégico da Política Exterior do Brasil, enquanto eram auferidos ganhos concretos no desenvolvimento do parque produtivo (pela atração de capitais produtivos), científico-tecnológico (pela transferência ou pelo desenvolvimento conjunto de tecnologias inodoras e pela capacitação de recursos humanos especializados prontos a se reproduzirem em larga escala) e comercial.

Assim, o Brasil considerou as possibilidades oferecidas pelas relações com os diferentes países da Europa Ocidental para atingir com maior precisão e refinamento os insumos necessários para a realização de seu interesse nacional. No século XX, a Europa tornou-se a segunda alternativa permanente em todas as dimensões das relações internacionais do Brasil, algumas vezes ascendendo à posição de principal referência, sobretudo quando se tratava de articulação de apoios políticos que

⁵⁵ LESSA, Antônio Carlos. "Da apatia recíproca ao entusiasmo de emergência: as relações Brasil - Europa Ocidental no governo Geisel (1974-1979), *Anos 90 - Revista da Pós-graduação em História*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, número 05, 1996.

permitted ao país galgar novas posições na hierarquia das nações ou atingir metas que se mostraram inacessíveis pela via do relacionamento com os Estados Unidos. Assim, a dimensão da cooperação política das relações brasileiro-européias se completa pelo dinamismo das relações econômicas e pela importantíssima dimensão cultural, que deita raízes na própria formação do povo brasileiro.

É claro que se vislumbrou ao longo de todo o século XX, mas sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, a retração do modelo cultural universal europeu e a sua rápida substituição pelo modelo norte-americano, processo ao qual se sujeitou não apenas o Brasil, mas, em maior ou menor medida, também outros países de importante expressão internacional. Para o Brasil, essa substituição ganhou a forma do abandono gradual das referências que iluminavam a formação das elites orgânicas, a organização da educação e os vínculos que proviam estabilidade há mais de um século ao encaminhamento dos negócios do Estado e à implementação das políticas públicas.

A confirmação do apagamento relativo das referências culturais européias não tardou a ganhar índices expressivos que, ao contrário dos empreendimentos de boa parte dos modelos de países europeus com vocações universais, ultrapassou o limite das "amizades" francófilas ou germanófilas, por exemplo, para ganhar as massas. A opção feita por essas, acabou por entranhar a presença cultural norte-americana no Brasil em intensidade nunca antes atingida por nenhum dos países europeus. Observe-se, por exemplo, que do total de filmes de longa metragem exibidos no país entre 1942 e 1963, mais da metade deles era composta de produções dos EUA, fração bastante superior ao terço de produções brasileiras e aos poucos mais de 10% de produções européias que ganharam as telas nacionais no período, conforme se verifica na Tabela 3.3.

Tabela 3.3
Filmografia
 Percentual sobre o total de filmes de longa metragem
 submetidos à censura no Brasil,
 segundo os países produtores (1942-1963)

País	1942-1943	1944-1946	1947-1949	1950-1952	1953-1955	1956-1958	1959-1961	1962-1963
Alemanha	0,00	0,00	0,47	0,24	0,30	0,59	2,21	0,50
Argentina	1,03	1,07	1,32	1,20	0,54	1,02	0,28	0,50
Áustria	0,00	0,08	0,21	0,07	0,01	0,10	0,13	0,50
Brasil	29,99	29,43	23,54	28,55	37,68	43,13	38,81	24,99
Espanha	0,05	0,01	0,07	1,42	1,94	1,81	1,63	0,15
EUA	63,12	61,66	60,90	54,99	45,74	38,61	41,72	65,54
França	0,39	1,70	4,19	3,07	3,55	4,20	5,95	4,74
Grã-Bretanha	4,70	3,69	3,84	3,59	1,26	1,80	1,97	0,86
Itália	0,02	0,34	3,23	2,55	3,36	2,53	1,62	1,09
Japão	0,00	0,23	0,62	0,71	2,22	2,05	4,36	0,25
México	0,18	0,39	1,91	1,85	2,36	2,21	1,04	0,11
Portugal	0,05	0,41	0,33	0,76	0,45	1,15	0,80	0,04

Fonte: Elaboração do autor, a partir do *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE (1948-1964).

Do mesmo modo, os centros europeus deixaram paulatinamente de constituírem focos de atração e de formação da inteligência brasileira. A partir do final da segunda guerra mundial, os elos da corrente europeia identificados com sólidas formações nas engenharias, na medicina e mesmo nas ciências sociais e jurídicas, se não se desfizeram por completo, passaram por um vagaroso e tortuoso processo de decomposição, impulsionado pelas faltas das políticas de cooperação científica e tecnológica com os países europeus até a década de sessenta e, sobretudo, pela agressiva política de atração dos centros de formação norte-americanos. Retratos desse quadro podem ser expressados em números simples: em 1963, nada menos do que 55% dos estudantes universitários brasileiros residentes no exterior estavam nos EUA, enquanto apenas 21% do total se encontravam na França, Reino Unido e Alemanha Federal, conforme se infere na Tabela 3.4. Com o passar dos anos, ainda de acordo com os dados da tabela, este quadro foi levemente atenuado, mas nunca revertido – em 1979, 45% dos que estudavam no exterior, faziam-no em escolas norte-americanas, enquanto 38% estavam freqüentando centros franceses, alemães ou britânicos.

Tabela 3.4
Estudantes universitários brasileiros no exterior,
países selecionados, 1963 e 1978-1979

	França	RFA	Reino Unido	EUA	Total de estudantes brasileiros no exterior
1963	104	131	29	673	1218
1978-1979	1578	438	486	2960	6556

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de *UNESCO Statistical Yearbook*, 1963-1964 e de ROSSILLON, Philippe. *Un Milliard de Latins en l'an 2000: étude de démographie linguistique sur la situation présente et l'avenir des langues latines*. Paris: L'Harmattan-Union Latine, 1983, 359 p.

O desenvolvimento da política científico-tecnológica do governo brasileiro, que pressupôs pesados investimentos na formação de massa crítica a ser incorporada aos centros universitários e de pesquisa em criação no país, confirmou, a partir da década de oitenta, esta tendência, ainda que a proporção tenha se tornado levemente favorável, no conjunto, para os países europeus. Assim, enquanto 37% dos bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq fizeram os seus estudos nos EUA, 45% estudaram na Alemanha, França ou Grã-Bretanha (Tabela 3.5).

Tabela 3.5
Estudantes brasileiros beneficiários de bolsas de estudos no exterior pelo CNPq
Distribuição percentual por países sobre o total concedido no período 1980-1995

País de destino	1980-1983	1984-1987	1988-1991	1992-1995
EUA	39,54	38,33	34,28	37,93
França	21,60	20,71	17,86	16,56
Grã-Bretanha	24,33	22,96	23,67	19,82
Espanha	0,99	1,71	4,57	5,33
Alemanha	3,78	4,27	4,80	5,71
Canadá	3,47	3,22	3,81	4,55
Itália	0,90	2,02	1,90	1,74
Bélgica	0,81	1,32	2,58	1,96
Portugal	0,53	0,44	1,06	1,36
Holanda	0,06	0,68	0,87	0,80
Austrália	0,53	0,24	0,41	0,60
Suíça	0,71	0,95	0,98	0,71
Suécia	0,19	0,41	0,48	0,44
Japão	0,43	1,00	0,63	0,63
Outros	2,14	1,73	2,09	1,85

Fonte: CNPq/SUP/Coordenação de Estatística e Indicadores de Ciência e Tecnologia. BRASIL/Ministério da Ciência e Tecnologia. *O CNPq e a formação de recursos humanos de C&T para o Brasil: Estatísticas de bolsas no país e no exterior (1980-1995)*. Brasília: CNPq, 1996, 114 p

2 – Os eixos assimétricos de uma relação especial

As relações econômicas da Europa com o Brasil, por outro lado, apesar de terem sofrido durante algum tempo as conseqüências do avanço das referências norte-americanas e da decadência do modelo cultural europeu, mostraram-se bastante remuneradoras para ambas as partes ao longo do período que se estende do final da Segunda Guerra Mundial ao término deste século. Que teria sido do projeto brasileiro de desenvolvimento sem os aportes dos investimentos diretos da Europa Ocidental neste período? Como teria o Brasil se inserido nos fluxos comerciais sem a permanente opção européia que se apresenta como mercados consumidores tradicionais de seus principais produtos de exportação?

Como exemplo de tal dinamismo, pode-se citar que os investimentos europeus no período complementam a pujante presença econômica dos EUA no Brasil. Um terço dos investimentos externos diretos registrados no país entre 1945 e 1990 são de origem européia (RFA, França, Itália, Reino Unido, Dinamarca, Suíça, Suécia, Luxemburgo, Bélgica, Países Baixos, Espanha e Portugal), que aumentaram ao ritmo médio de 16% ao ano, bastante próximo do índice de crescimento médio anual dos investimentos externos diretos no Brasil, que se estabelece em torno de 14,5%, e quase equivalente ao ritmo de progressão médio dos investimentos norte-americanos, que corresponde a 16,5%⁵⁶.

As relações comerciais desse conjunto de países europeus com o Brasil apresentam um perfil semelhante ao dos investimentos externos diretos. As correntes de comércio do país com a Europa Ocidental se apresentaram mais dinâmicas do que aquelas estabelecidas com os EUA. No período de 1945 a 1999, observa-se que os fluxos de comércio com os parceiros da Europa Ocidental corresponderam a um quarto de todo o comércio internacional do Brasil, com incremento médio anual de

⁵⁶ Cálculos do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP.

quase 20%, enquanto as trocas com os EUA, correspondeu a pouco mais de um quinto do total, e evoluiu a 9% em média ao ano ⁵⁷.

Isso posto, cabe observar que a *Vertente Européia* é multifacetada, e esconde grandes diferenças de percepção sobre as possibilidades de se obter ganhos concretos no relacionamento com os diferentes países da Europa Ocidental. De conseguinte, reconhece-se que as relações do Brasil com o continente são tradicionalmente centradas em determinados países e moldadas segundo expectativas nutridas de parte a parte, que em alguns casos, encontram as suas origens nos elementos de proximidade entre as sociedades, ou simplesmente nas possibilidades concretas de negócios. Desse modo, pode-se estabelecer três grandes eixos que conteriam as características mais gerais das relações do Brasil com os países da Europa Ocidental, que se organizam em função do sentimentalismo, da instrumentalidade, ou da apatia que podem recobrir os relacionamentos bilaterais.

2.1 – O eixo sentimental

É possível definir, em primeiro lugar, a existência na Vertente Européia da política exterior do Brasil, de um poderoso *eixo sentimental*, que contém as relações do Brasil com a Espanha e Portugal, e é caracterizado pelo forte componente de simpatia entre os povos e pela identidade cultural primária.

Com efeito, o elemento psicossocial presente neste eixo se alimenta dos grandes contingentes de imigrantes de origem: estima-se que pelo menos 80% dos emigrados portugueses, entre 1855 e 1914, tiveram como destino o Brasil, enquanto que o país recebeu entre 1882 e 1929 pouco mais de meio milhão de espanhóis, fluxos aos quais

⁵⁷ Cálculos do autor, a partir de dados de séries estatísticas diversas: para os anos 1945-1947, dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1948-1949); para os anos 1948-1953, dados de UNITED NATIONS, *Yearbook of International Trade Statistics (1950-1953)*; para o período 1945-1987, *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 642 p.; para a balança comercial com a França entre 1953 e 1959, dados do *Anuário Estatístico do Brasil*, (IBGE, 1956 e 1959); para o período 1988-1999, *Boletim do Banco Central do Brasil*, dezembro de 1999.

se juntam, em período contemporâneo (1945-1964), mais quase quatro centenas de milhares de ibéricos, conforme se depreende da Tabela 3.6 ⁵⁸.

Tabela 3.6
Imigrantes entrados no Brasil segundo as nacionalidades,
totais e percentual, no período 1945-1964

Nacionalidades	Imigrantes entrados	Percentual
Alemães	25031	3,25%
Argentinos	10818	1,40%
Belgas	2091	0,27%
Espanhóis	108530	14,08%
Franceses	10637	1,38%
Holandeses	6232	0,81%
Húngaros	4763	0,62%
Ingleses	8573	1,11%
Italianos	116056	15,05%
Japoneses	41689	5,41%
Libaneses	12906	1,67%
Norte-americanos	25309	3,28%
Portugueses	289580	37,56%
Sírios	3149	0,41%
Apátridas	12647	1,64%
Outros	92913	12,05%
Total	770924	100,00%

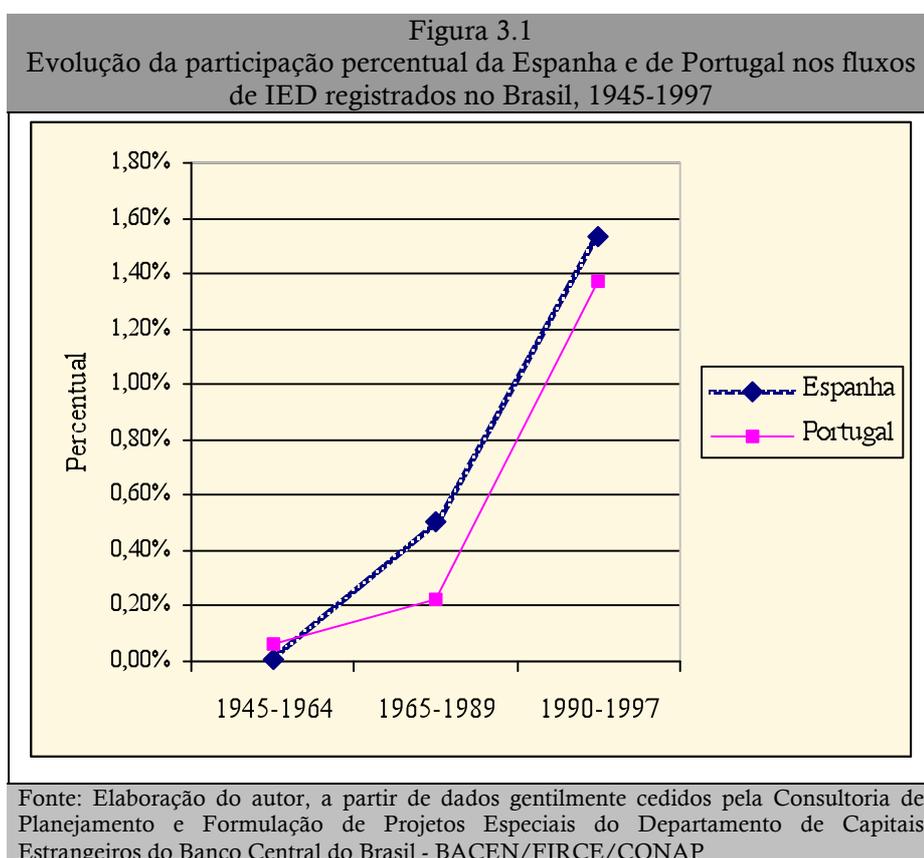
Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Instituto Nacional de Colonização coletados pelo IBGE e organizados no *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, diversos anos.

Por outro lado, as relações luso e hispano-brasileiras apresentaram historicamente poucas possibilidades de realização de interesses econômicos, pelo menos em perspectiva comparada aos índices dos demais parceiros europeus. Entre 1945 e 1989, os capitais ibéricos jamais ultrapassaram a média de 0,6% do total do fluxo de investimentos estrangeiros feitos no país e das correntes de seu comércio internacional, conforme se depreende das Tabelas 3.1 e 3.2.

Por outro lado, a abertura dos anos noventa marca a confluência de notáveis coincidências, que acabaram por criar condições para a inédita afluência de capitais espanhóis e portugueses ao Brasil: a estabilização e modernização das economias

⁵⁸ Os números referentes aos emigrantes portugueses e espanhóis entre 1855 e 1929 são de LEITE, Joaquim da Costa. "O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)", e de MARTINEZ, Elda Evangelina González. "O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis", ambos in: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, 577 p.

ibéricas, definitivamente integradas às demandas de competitividade do projeto europeu de integração, criaram condições para o estabelecimento de atores econômicos aptos a atuarem sem reservas em espaços econômicos extracontinentais, enquanto o avanço da estabilização econômica e da abertura comercial no Brasil acabava por criar situações atrativas para o investimento nos setores em vias de privatização, notadamente nos serviços públicos. Assim, a grande inovação na história recente dos fluxos de capitais estrangeiros privados para o Brasil reside na presença inédita de Portugal e Espanha (segundo maior investidor estrangeiro em 1998) entre os maiores investidores nos anos recentes, chegando mesmo a ultrapassar as posições de investidores tradicionais, evolução que pode ser observada na Figura 3.1.



Os projetos de Estado por certo que se beneficiaram destes elementos de aproximação, uns mais do que outros. De vários modos, atuou o Brasil para relativizar

o isolamento internacional no qual tanto Portugal quanto Espanha se viram encapsulados desde o final da Segunda Guerra e até a década de setenta ⁵⁹. Da promoção conjunta da latinidade pelo viés hispânico - projeto apoiado discretamente pelo Brasil e abortado pela configuração da formação da União Latina nos anos cinquenta, à defesa incontida feita pelos brasileiros do colonialismo lusitano até o início da década de setenta, que acabou por inviabilizar a criação de capital de barganha certo para encaminhar as difíceis relações com outros países colonialistas, o Brasil se empenhou em dar provas incontestes de sua amizade, que raramente encontrou paga adequada ⁶⁰. Na seqüência dos anos oitenta, enquanto os ibéricos eram integrados à Comunidade Econômica Européia, assistiu-se ao aproveitamento da imagem poderosa da porta de entrada para o espaço econômico europeu, bastante disseminada, mas não concretizada naquele momento em virtude das deficiências dos atores econômicos dos dois lados.

O impulso contemporâneo das relações luso e hispano-brasileiras ganhou forma em projetos políticos que já perduram alguns anos. Com Portugal e os demais países de expressão portuguesa, o Brasil estabeleceu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que se ainda não deu provas incontestes de uma instrumentalidade certa no contexto da política externa brasileira, ao menos segue agindo, em nome da lusofonia, para amparar eventuais simpatias e apoios políticos para projetos futuros. Com a Espanha e também com Portugal, cuidou-se de promover o entendimento inter-regional que abarca toda a América Latina sob a forma das Cúpulas de Chefes de Estado Ibero-Americanos. Do mesmo modo, no afã de consolidar posições econômicas na região, mais recentemente os ibéricos não têm hesitado em pressionar

⁵⁹ Nota da Direção Geral Política para a Direção da América, 09/07/1956, número 310, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Généralités, vol. 146.

⁶⁰ Nota da Direção da América, "Rapport de la IIIème Reunion des representants de la France en Amérique Latine - Lima, mai 1954", maio de 1954, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Généralités, vol. 145; Carta de E. de Beauverger, Embaixador da França em Lisboa, para Maurice Couve de Murville, Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre " Les appuis brésiliens à la politique portugaise d'Outre Mer" , 01/06/1963, número 518, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol.52; Carta de Jacques Dumaine, Embaixador da França em Lisboa, para Robert Schuman, Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, 08/04/1952, Número 169, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 42.

os demais países europeus para o encaminhamento de negociações tendentes a constituir uma área de livre comércio entre a Europa e o Mercosul.

2.2 – O eixo instrumental

Ao eixo sentimental da Vertente Européia da Política Exterior do Brasil, junta-se um eixo instrumental, que se caracteriza pela confluência das duas dimensões, econômica e cultural ou psicossocial, que melhor se articularam em torno das relações com a Alemanha e com a Itália ⁶¹.

Vê-se que estes relacionamentos também são marcados pela forte simpatia entre os povos e pela presença de contingentes de imigrantes importantes, que foram se tornando economicamente influentes ao longo do século XX: o 1,4 milhão de cidadãos de origem italiana que aportaram ao Brasil entre 1870 e 1920, representando cerca de 42% do total de imigrantes entrados, compuseram com os alemães chegados antes e depois desse período (entre 1819 e 1947 estima-se que cerca de 235 mil pessoas dessa nacionalidade se estabeleceram no país), colônias afluentes que mantiveram vivos os vínculos com os seus países de origem, dando lugar a uma dinâmica relação direta entre as sociedades, a impulsionar desde então os negócios e outros contatos entre as partes ⁶².

Os fluxos humanos que se interromperam durante as guerras, foram retomados ainda em 1945. A partir de então e até 1964, em torno de 18% dos imigrantes vieram da Itália e da Alemanha, dando o toque final ao quadro psicossocial, com o aporte de mão-de-obra com melhor formação profissional e apta a engajar-se imediatamente no dinamismo do crescimento industrial brasileiro (Tabela 3.6).

As relações do Brasil com a Alemanha e com a Itália constituem o eixo no qual historicamente se realizaram os interesses brasileiros na Europa Ocidental no pós-

⁶¹ Sobre as relações ítalo e teuto-brasileiras, e o seu papel no desenvolvimento do Brasil, conferir CERVO, Amado L. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: EDUNB, 1992, 261 p.; BANDEIRA, L. A. Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949 - 1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994, 246 p.

guerra, e foram, durante a maior parte do período que se abre em 1945 e se encerra em 1999, os relacionamentos mais estáveis e efetivos da Vertente Européia da Política Exterior da nação, provendo-lhe instrumentalidade tanto sob a ótica das relações econômicas quanto sob a cooperação política.

Com efeito, trata-se do eixo que comporta as relações econômicas do Brasil com o seu principal parceiro europeu. A Alemanha foi, no grande período em questão, o segundo maior investidor estrangeiro no país, depois dos EUA, com uma participação de quase 7% nos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo Brasil, e o terceiro mais importante parceiro comercial do país, respondendo também por cerca de 7% das correntes de comércio totais brasileiras, vindo logo após dos EUA e da Argentina.

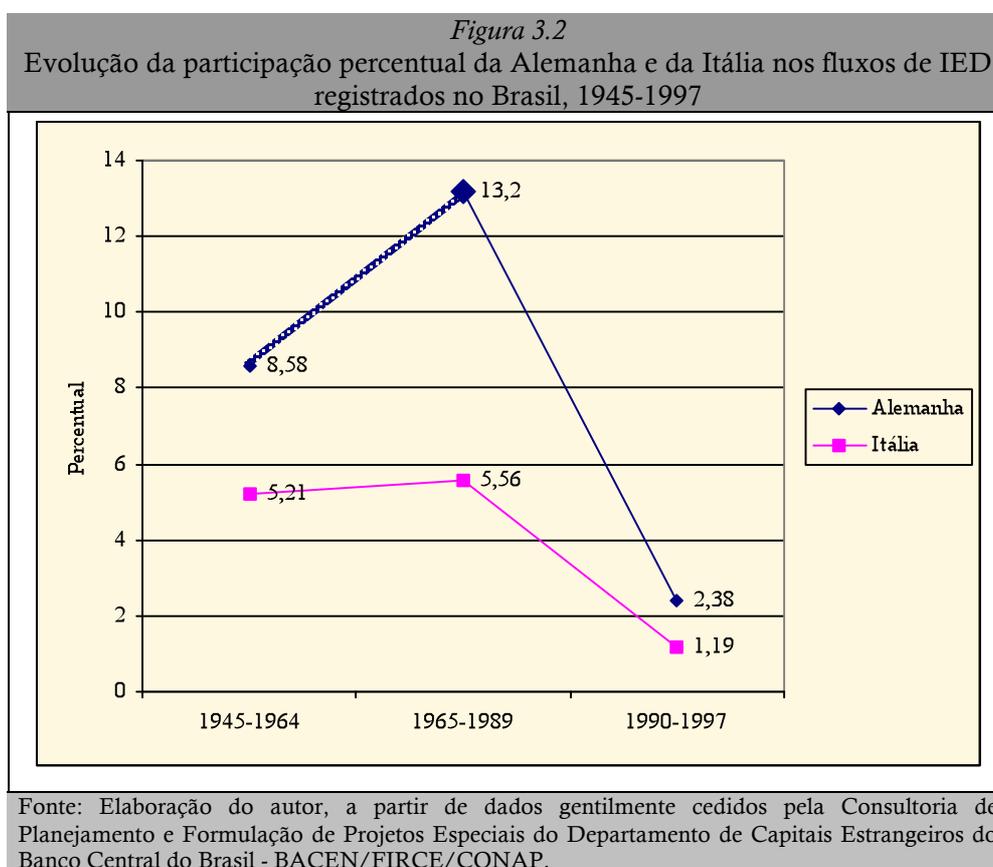
Do mesmo modo, a Itália saiu-se no grande período como o segundo maior cliente e fornecedor europeu do Brasil, respondendo por algo em torno de 4% das correntes de comércio, à frente, portanto, de economias de maior capacidade e potencial importador e exportador, como a França e o Reino Unido. Acresça-se que, nesse corte cronológico, os italianos se situaram entre os cinco maiores investidores europeus no Brasil, depois de terem ocupado a quarta posição relativa até 1989, o que não pode deixar de surpreender, considerando que a capacidade de investimento do país era naturalmente menor do que a dos investidores tradicionais, há muito estabelecidos no Brasil.

Outro elemento importante para qualificar as relações econômicas ítalo e teuto-brasileiras situa-se no fato de que os índices de crescimento de investimentos são mais estáveis, como também apresentam os maiores índices proporcionais de reinvestimentos. De todos os investidores europeus, os alemães e italianos apresentam os menores índices de desinvestimento em períodos de crise econômica e política, evidenciando esse fato uma confiança que se tornou típica na potencialidade da economia brasileira ⁶³.

⁶² Os números são de ALVIM, Zuleika Maria Forcione. "O Brasil italiano – 1880-1920", p. 383, e de SEYFERTH, Giralda. "A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito", p. 274, ambos em FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*

⁶³ Cálculos do autor, a partir de dados igualmente cedidos pela FIRCE/CONAP/BACEN.

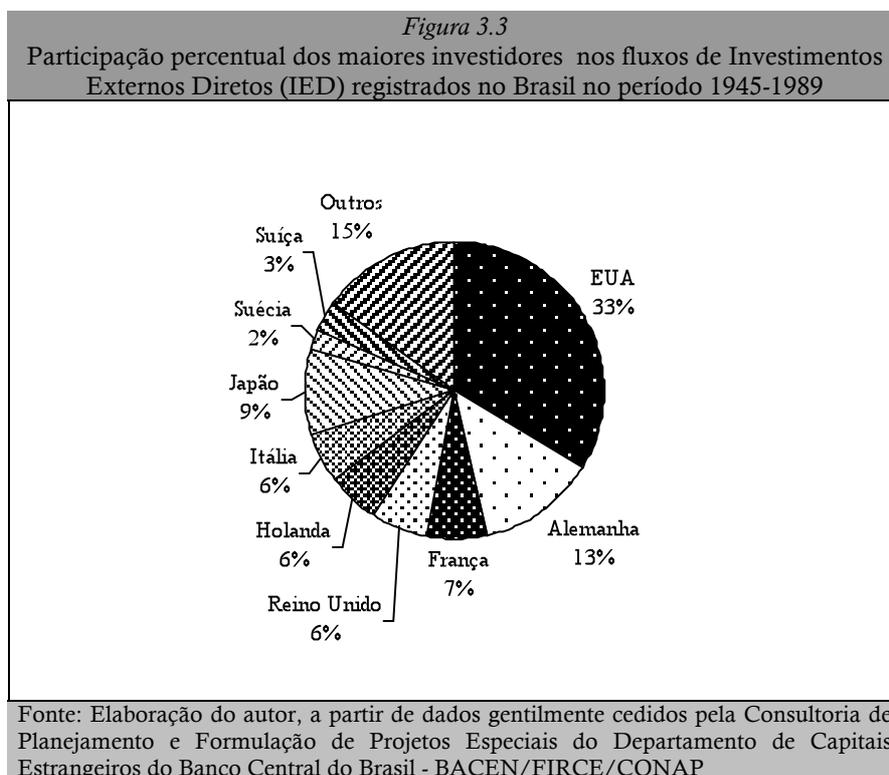
A posição de proeminência ocupada pela Alemanha e pela Itália começou a ceder apenas na abertura da década de noventa, fenômeno que encontra boas explicações. Com efeito, para os alemães, o início da decadência da sua presença econômica no Brasil é marcado pela reabertura das fronteiras do Leste Europeu, o espaço político e econômico pelo qual se atiraram historicamente, e de onde estiveram afastados desde o fim da segunda guerra mundial. As posições italianas, por outro lado, cederam espaço apenas a partir de meados da década de noventa (Figura 3.2).



De todo modo, foram firmadas posições que, desde 1945, corroboram a percepção de transcendência de que se revestem as relações ítalo e teuto-brasileiras, tendo sido o Brasil, pelo menos entre 1945 e 1989, o maior receptor de investimentos dos dois países fora da OCDE, o que acabou por permitir o surgimento de poderosos parques industriais alemães e italianos no país (Figura 3.3). Iniciativas importantes

para o desenvolvimento econômico brasileiro foram igualmente amparadas por capitais dos dois países, como o rápido florescimento das indústrias automobilística, de fármacos e química.

Acresce que a cooperação política com italianos e alemães também valeu aos Estados importantes ganhos em diferentes momentos. Desde o final do conflito mundial empenhou-se o Brasil, no que lhe era possível fazer, em trabalhar pela obtenção de uma "paz justa" para a Itália, manifestando a sua solidariedade sem reservas durante as Conferências de Paz e mostrando-se altamente receptivo à retomada das relações bilaterais, apesar das restrições manifestadas quanto ao rápido ressurgimento italiano na América Latina pelas principais potências europeias ⁶⁴.



⁶⁴ Nota da Direção da América para o Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Les interventions des républiques d'Amérique Latine en faveur de l'Italie", 30/07/1946, número 1428; Carta de Wladimir d'Ormesson, Embaixador da França em Buenos Aires, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros - Direção da América, sobre "Les campagnes italiennes", 18/08/1946, número 119; Carta de Georges Balaya, ministro plenipotenciário encarregado da Delegação francesa no Conselho Consultivo para a Questões Italianas, para a Direção da Europa, sobre "L'Italie et Amérique Latine", 25/08/1946, s/n - todos em AMAE, Série B - Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 50.

Prestaram a Alemanha e a Itália bons serviços às teses brasileiras sobre o acesso dos produtos agrícolas ao recém-formado Mercado Comum Europeu, quando ao final da década de cinquenta, este se tornou uma das obsessões da diplomacia do Brasil. Pode-se acreditar que, sem a intervenção discreta de ambos os países, as restrições impostas à entrada da produção tropical de países de fora do rol das ex-colônias européias no espaço econômico que se criava teriam sido muito mais gravosas para os interesses brasileiros. Assim, repetidas vezes as diplomacias italiana e alemã interagiram, especialmente com a francesa, para circundar problemas específicos levantados pelo Brasil e pelos demais países da América Latina acerca das restrições comerciais que surgiam com o projeto europeu de integração, especialmente no que se refere ao problema da tarifação comunitária para o café verde. Sem regiões reservadas onde pudessem usufruir de posições econômicas de proeminência, como as ex-colônias eram para a França, empenharam-se a Itália e a Alemanha em reforçar os vínculos já tradicionais que as uniam ao Brasil, ao tempo em que cuidavam de capitalizar a irritação da diplomacia brasileira com o projeto europeu de integração para instrumentalizar, pela primeira vez, a imagem poderosa da "porta de entrada" para o mercado comum ⁶⁵. Foram as gestões de alemães e italianos que propiciaram o atendimento de uma das maiores insistências dos países latino-americanos liderados pelo Brasil, qual seja, a da criação de um grupo permanente de consulta da América Latina na CEE ⁶⁶.

Para as relações com a Alemanha, em especial, a diplomacia brasileira desenvolveu a partir da década de sessenta, um projeto ambicioso, que foi coerentemente implementado desde então. Tratava-se de revestir as relações teuto-brasileiras de uma transcendência mais consentânea com a intensidade e a projeção dos interesses brasileiros na cena internacional contemporânea, buscando valorizar a posição internacional que se formava de país líder da comunidade de países em desenvolvimento, tentando conquistar, pouco a pouco, a Alemanha para a idéia de

⁶⁵ Exposição do Emb. Francisco d'Alamo Lousada, embaixador do Brasil em Roma, durante a I Conferência dos Chefes de Missão do Brasil na Europa Ocidental – Roma, 10 a 30 de setembro de 1966 - DEOc/900.1(600), Volume 10, AHMRE, Material Confidencial, sem outra classificação.

formar com o Brasil o eixo de uma política exemplar de colaboração entre uma nação desenvolvida e outra em desenvolvimento. De certa forma, tratava-se de fazer com a Alemanha o que se procurou realizar com os EUA no imediato pós-guerra e que não produziu resultados proporcionais às expectativas⁶⁷.

Implementando esta estratégia, ao Brasil passaram a servir as relações com a Alemanha, especialmente a partir da década de setenta, senão para criar alternativas definitivas às conseqüências políticas do abraço forte dos EUA, ao menos para relativizá-las, num esforço de criação de fatos políticos que passavam a amparar a formulação e a implementação de uma política exterior crescentemente autonomista. Para tanto, a colaboração de nenhum outro país foi mais preciosa do que a da Alemanha, e o caso típico dessa estreita solidariedade política se apresentou no Acordo Nuclear de 1975, que constitui, aos olhos de muitos, um dos raros casos de cooperação efetiva entre sociedades caracterizadas por níveis de desenvolvimento desigual, apesar das avaliações negativas que podem ser feitas quanto aos resultados concretos deixados para o desenvolvimento brasileiro no longo prazo.

2.3 – Relações de apatia recíproca

Completa e finaliza a composição deste quadro uma última dimensão, que guarda os traços inequívocos de uma apatia recíproca e de uma tendência recorrente ao conflito. Compõem este eixo, em sua primeira dimensão, os relacionamentos que não encerram em si nem os limites da dependência nem a força das parcerias que proporcionam autonomia. Seus limites são estabelecidos pelas oportunidades conjunturais, sobretudo econômicas e eventualmente políticas, que surgem nos contatos do Brasil com os demais países da Europa Ocidental (França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda e países escandinavos), ao qual adiciona-se uma certa dimensão essencialmente conflituosa, que encerra historicamente as relações do Brasil com o

⁶⁶ Relatório Final da Conferência dos Chefes de Missão do Brasil na Europa Ocidental, Roma, 10 a 30 de setembro de 1966 - DEOc/900.1(600), Volume 12, AHMRE, Material Confidencial, sem outra classificação.

⁶⁷ Idem.

projeto europeu de integração, que, tradicionalmente, oferece limitações sérias às ambições comerciais do país, tanto no âmbito regional quanto nos foros multilaterais.

A primeira constatação a fazer prende-se à ausência de uma vertente psicossocial expressiva que, se por um lado, não é suficiente para explicar a debilidade dos vínculos sociais, certamente não colaborou para entabular relações mais dinâmicas para além das oportunidades comerciais e da vontade exclusiva dos Estados. Por conseguinte, observa-se que os fluxos humanos entre o Brasil e esses países ativeram-se ao estritamente necessário para a manutenção da sua presença econômica, e jamais tiveram a intenção de permanência que se verificou na imigração italiana, alemã e ibérica para o Brasil. Com efeito, quando não se dirigiram às posições de comando nos empreendimentos econômicos já estabelecidos ou em vias de estabelecimento, estes fluxos mostraram-se fluidos o bastante para permitir uma rápida incorporação ao tecido social brasileiro, com a particularidade de que, à exceção das demais nacionalidades, não mantiveram os imigrantes belgas, franceses, holandeses ou ingleses vínculos orgânicos com os países de origem.

Conforme pode ser observado na Tabela 3.6, não mais do que 3,57% dos imigrantes entrados no Brasil entre 1945 e 1964 eram dessas nacionalidades. É certo, por outro lado, que a avareza de homens demonstrada por esses países se explica também pela existência de grandes regiões sob domínio exclusivo, para onde existiam incentivos para a atração de populações brancas, ainda que para as atividades de comando colonial. Portanto, foram direcionados antes aos impérios os cidadãos desejosos de emigrarem.

A principal característica deste eixo, entretanto, vincula-se à idéia de que o dinamismo das relações bilaterais se situa muito aquém das possibilidades reais oferecidas pelas economias envolvidas e pelo porte político dos Estados em questão. Assim, não é de se negar que os índices atingidos entre o imediato pós-guerra e o final da década de noventa são de fato expressivos. O que deve ser posto em evidência é o fato de que não apresentaram o dinamismo esperado de economias com maior capacidade de empreendimento do que outras, como sucedeu com a Alemanha e com a Itália, por exemplo. Vê-se que até 1989 estiveram a França e o Reino Unido em posições vantajosas nos percentuais dos fluxos de investimentos externos diretos

recebidos pelo Brasil, apesar de inferiores aos índices alemães, e crescendo a um ritmo francamente mais baixo do que os italianos ⁶⁸.

Da mesma forma, os fluxos comerciais evidenciam para os países deste eixo a existência de outras prioridades, que foram consistentemente atendidas, em função mesmo do fato de que as áreas prioritárias apresentavam pautas comerciais muito semelhantes às do Brasil no grande período em tela. Os países africanos nascidos dos impérios coloniais, por exemplo, exportavam produtos tropicais para as suas ex-metrópoles e delas importavam bens manufaturados, enquanto o Brasil exportava os mesmos produtos tropicais para diversos mercados, inclusive para os europeus, e importava bens de equipamento sobretudo dos EUA. Conforme já foi referido, as exceções a essa regra ganharam forma no relacionamento comercial do Brasil com a Alemanha e a Itália, países que atingiram no período 1945-1999 percentuais no comércio com o Brasil superiores aos 2,76% da França, aos 2,69% do Reino Unido, ao 1,87% da União Belgo-Luxemburguesa e ao 0,5%, como se pode ver na Tabela 3.2. O índice surpreendente da Holanda deve-se antes ao fato de ser o país o maior distribuidor de produtos brasileiros na Europa, em razão de dispor do maior complexo portuário do continente, e não de ser um grande consumidor.

Desenvolveram-se as relações do Brasil com estes países, em síntese, pela inércia das posições adquiridas desde muito. Não se verificaram, no período em questão, muitos momentos de criação, especialmente de novas oportunidades econômicas, enquanto a dimensão política permaneceu adormecida pela falta de prioridades e de projetos comuns a serem desenvolvidos com empenho pelas partes.

Ligada a esta dimensão encontra-se um eixo conflituoso, que encerra historicamente as relações do Brasil com o projeto europeu de integração, que tradicionalmente oferece limitações sérias às ambições comerciais do país, tanto no âmbito regional quanto nos foros multilaterais. A dimensão de conflito liga-se àquela outra em função da natureza do encaminhamento dos negócios do Brasil com a Comunidade Econômica Européia. Com efeito, desde quando é possível verificar a afirmação desta, observa-se a diminuição do potencial de conflito existente nas relações com alguns dos países europeus, notadamente com a França e o Reino Unido,

⁶⁸ Cálculos do autor, a partir de dados da FIRCE/BACEN.

na medida em que alguns dos principais problemas da agenda bilateral prendiam-se aos itens comerciais, que acabaram sendo multilateralizados no âmbito da Europa Unida.

Capítulo 4

O vértice marginal de uma vocação universal: o que vale a América Latina para a França

O que vale a América Latina para a França? Como para o Brasil, a resposta a esta pergunta levará a uma medida da transcendência assumida pela região no cálculo estratégico da política exterior do Hexágono.

A diferença das percepções que têm os brasileiros e os franceses quanto às possibilidades de realizar interesses expressivos a partir das relações bilaterais com cada um dos países dos respectivos conjuntos regionais, se situa na base da explicação da marginalidade que têm, também, as relações franco-brasileiras para ambos os países em grande parte do período que se abre em 1945 e chega ao ano 2000.

1 – A França na América Latina, do século XIX ao entre-guerras:

Tão logo teve fim a Segunda Guerra Mundial, chegara o momento em que o Estado francês começara a avaliar o que restou da sua presença universal. Na América Latina, decididamente, essa não fora uma tarefa árdua. Afinal, a França nunca teve uma política definida com relação aos países latino-americanos. Muito segura de sua amizade tradicional e da permanência de laços culturais antigos, a região vinha sendo há décadas francamente negligenciada no cálculo estratégico da sua política exterior.

Ao longo do período que se estendeu do final do século XIX até o entre-guerras acabou por ser conformado, pelas faltas, o projeto francês para a região. Tornara-se a América Latina espaço político secundário, na ausência de instrumentalidade para as relações com os Estados da região, nunca tão importantes quanto os contatos com o rol das potências, nunca tão vitais quanto as relações com os espaços em que eram testadas as fórmulas do imperialismo econômico. Estado europeu com vizinhos latino-

americanos, o Hexágono nunca vislumbrou projetos para a sua Guiana, aquele pedaço de terra que para nada servia, mas do qual não convinha se livrar.

Nunca foi a América Latina uma região de atração de contingentes populacionais expressivos que tivessem dado origem a colônias importantes. Com efeito, as colônias francesas padeciam de mal congênito: em números reduzidos, tendiam os nacionais à rápida absorção pelos tecidos sociais dos países onde se estabeleciam, ao ponto em que não deixavam traços de existência para além das designações das casas comerciais. O que se depreende da análise do número de franceses estabelecidos na América do Sul às vésperas da Primeira Guerra Mundial é a grande disparidade na implantação geográfica, conforme se observa na Tabela 4.1. A colônia francesa instalada na Argentina se impõe, de longe, como a mais importante: com 100 mil almas, ela concentra 72,4% dos imigrantes franceses no subcontinente; o Brasil vem em segunda posição, muito distante da Argentina, com somente 10%, e pouco à frente do Chile (7%) e do Uruguai (7%). As colônias radicadas no Peru, na Venezuela, na Colômbia, no Equador, na Bolívia e no Paraguai agrupavam, reunidas, 3% do total. Em síntese, pela falta de densidade, a presença humana francesa na América Latina não conseguiu dar provas de se constituir em vetor de um modo de vida e gerador de laços comerciais e financeiros para além dos grandes empreendimentos capitalistas ⁶⁹.

A América Latina também nunca fora área para grandes apostas econômicas, uma vez que sempre oscilava e se sujeitava às vontades das hegemonias do momento, seja a Grã-Bretanha, sejam os EUA. Nunca estivera a França encabeçando o rol dos principais parceiros nas relações econômicas com nenhum dos países da região. Esses eram mercados que decididamente não eram prioritários, e, de todo modo, as posições alcançadas já se mostravam até bastante confortáveis: honrosas segundas ou terceiras

⁶⁹ Carta de Roger Monmayou, encarregado de negócios da França na Argentina, para o MAE, sobre "La colonie française en Argentine", 21/10/1949, número 1307; Carta de J. de Koenigswarter, encarregado de negócios da França no México, para o MAE, sobre "La colonie française au Mexique", 19/10/1949, número 348; Carta de François Brière, encarregado de negócios da França no Brasil, para o MAE, sobre "La colonie française au Brésil", 27/09/1949, número 521; Nota da Direção da América, sobre "Les colonies françaises en Amérique Latine, data ilegível (1949), s/n – todos em AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 75.

posições, tanto no que toca aos fluxos de investimentos quanto às correntes de comércio.

Tabela 4.1
Número de franceses na América do Sul, em torno de 1912

Argentina	100000
Brasil	14000
Chile	10000
Uruguai	9500
Paraguai	1500
Peru	1100
Venezuela	570
Colômbia	500
Equador	500
Bolívia	300
Guianas	30
América do Sul	138000

Fonte: Bulletin de la Statistique Générale de la France, janvier 1915m, tome IV, fascicule II, p. 163; citado por MATTHIEU, Gilles. *Une ambition sud-américaine: politique culturelle de la France (1914-1940)*. Paris: L'Harmattan, 1991, p. 22.

Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, os capitais franceses investidos na América Latina se concentraram nos serviços públicos, ferrovias, portos e mineração, além dos empréstimos de Estado. O movimento de fundos privados para a América Latina se reduziu marcadamente nos anos trinta, como um reflexo da crise financeira internacional e em consequência do repúdio por parte do governo soviético das dívidas de financiamento contraídas pelo governo tsarista até 1917, medida que penalizou sobremaneira a pequena poupança, principal provedora de fundos para investimentos em países emergentes.

Algumas grandes empresas mantiveram estreito contato com a região, mas as informações de que dispunha a comunidade empresarial francesa sobre a evolução econômica dos latino-americanos era em geral, fragmentada, particularmente no que se refere a oportunidades de investimentos, mercados, condições econômicas e sociais e estruturas legais. Muitas empresas consideravam, além disso, que os custos de pré-investimento necessários para estabelecimento na América Latina eram elevados, o que desestimulava a sua realização. Conformara-se, até esse momento, a característica fundamental dos fluxos de capitais franceses para a região, que se manteve até os dias atuais, de acordo com o que se observa na Tabela 4.2.

Os fluxos de comércio da França com os países da América Latina estiveram igualmente aquém das suas possibilidades. Aliás, uma análise da estrutura geográfica do comércio exterior do país entre 1890 e 1913, indica uma fraca penetração em mercados outros que não aqueles que se beneficiavam de um sistema aduaneiro preferencial (colônias essencialmente), conforme se depreende da Tabela 4.3. Esse dado ganha vulto ainda maior quando comparado com os índices de penetração dos principais concorrentes europeus. Assim, por exemplo, em 1913, a parte da Alemanha nas importações da América Latina é, praticamente, duas vezes mais elevada do que a da França; nas colônias britânicas da Ásia, chega mesmo a ser quatro vezes maior ⁷⁰.

Tabela 4.2

Concentração dos investimentos franceses na América Latina, em percentuais sobre os totais de investimentos franceses efetuados na região

Países	1902	1913	1938	1943
Argentina	28,38	23,88	35,27	39,24
Brasil	21,40	41,79	29,60	25,99
México	9,22	23,88	20,06	11,78
Chile	6,95	2,53	3,79	3,14
Uruguai	9,13	2,39	2,73	3,41
Colômbia	7,56	0,18	0,79	0,99
Bolívia	2,15	1,19	1,17	1,73
Equador	0,15	0,18	0,63	0,07
Paraguai	0,03	0,48	1,54	1,22
Peru	3,29	0,60	1,10	1,02
Venezuela	4,00	0,60	0,03	0,02
Países da América Central e Caribe	7,74	2,30	1,28	3,23

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos seguintes dados: para os anos 1902-1938, LA DOCUMENTATION FRANÇAISE. "L'Amérique Latine et la France: les apports français au développement du continent". *Notes et Études Documentaires*, N° 3084, 27 avril 1964. p. 12-14; para 1943, MAURO, Frédéric. "Les investissements français en Amérique Latine, des origines à 1973". *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, vol. 55, N° 1-2, 1977, p. 241.

Entre as duas guerras, a já fraca penetração da França nesses mercados deteriorou-se ainda mais, e raros são os casos em que a sua presença nas importações é reforçada. Entre os países considerados, somente dois vêm a participação francesa

⁷⁰ BAIROCH, Paul. "La France dans le contexte international: politique commerciale et commerce extérieur (1890-1990)", in: COMITÉ POUR L'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET FINANCIÈRE DE LA FRANCE. *Le commerce extérieur français de Méline à nos jours*. Paris: Ministère de L'Économie, des Finances et du Budget, 1993, p. 16-19.

nas suas importações totais crescerem: o Brasil, onde subiu de 2,3% para 2,4%, e a China, onde ascendeu de 0,9% para 1,6%.

Tabela 4.3

Participação percentual da França nas importações totais de um conjunto selecionado de países (1890-1937)

Países	1890	1913	1937
Argélia	84,0	82,5	80,5
Argentina	14,0	9,0	4,2
Brasil	14,6	2,3	2,4
Chile	10,1	5,5	1,9
Colômbia	-	16,1	3,1
Egito	9,8	9,2	4,5
Índia	1,5	1,5	0,9
Indonésia	-	0,8	1,5
Irã	-	3,0	1,7
México	12,0	9,5	3,3
Filipinas	-	2,7	1,0
Uruguai	15,8	8,1	2,5
Alemanha	6,0	5,4	2,9
Bélgica	18,9	19,8	12,3
Espanha	31,1	14,1	7,4
Itália	12,4	7,8	3,5
Suíça	26,6	18,1	10,8
Austrália	4,6	2,8	1,0
Canadá	2,3	2,4	0,8
EUA	9,7	7,7	2,5
Japão	4,7	0,8	0,7
Reino Unido	10,6	6,2	2,5
Suécia	2,1	4,2	3,1

BAIROCH, Paul. " La France dans le contexte international: politique commercial et commerce extérieur (1890-1990)", p. 17, in: COMITÉ POUR L'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET FINANCIÈRE DE LA FRANCE. *Le commerce extérieur français de Méline à nos jours*. Paris: Ministère de L'Économie, des Finances et du Budget, 1993, 147 p.

Um dos fatores mais determinantes das contingências que cedo se abateram sobre os fluxos de comércio da França com a América Latina foi certamente a importância do comércio do país com os seus territórios ultramarinos, que eram capazes de fornecer a maioria dos produtos que exportavam os latino-americanos. Assim, desde o entre-guerras vinha a França tentando promover em suas colônias a produção de trigo, milho, café, cacau e açúcar de cana, enquanto que as importações desses produtos provenientes de tais territórios não cessaram de crescer desde 1929, como indica a Tabela 4.4.

Tabela 4.4

Importância das colônias francesas nas importações metropolitanas, em porcentagem

Produto	1929	1932	1934	1938
Trigo	19	31	61	57
Milho	21	12	68	96
Cafê	3	9	10	32
Cacau	69	84	88	91
Açúcar	11	33	39	61
Bananas	4	12	30	100
Importações globais provenientes das colônias	12,4	20,9	25,3	27,1

Fonte: LA DOCUMENTATION FRANÇAISE. "Les échanges commerciaux entre la France et l'Amérique Latine". *Notes et Études Documentaires*, N° 32,214, 15 septembre 1956, p. 10

As relações comerciais da França com a América Latina até a eclosão da Segunda Guerra Mundial acabaram por se conformar à mesma característica fundamental dos fluxos financeiros. Estiveram largamente concentrados nos principais países da região (Argentina, Brasil e México), correspondendo à média de 45% do total, conforme se exemplifica com os dados da Tabela 4.5.

Tabela 4.5

Participação dos diferentes países nas relações comerciais França-América Latina, percentual, 1938

País	Importações	Exportações
Argentina	29,9	44,1
Brasil	23,47	18,2
México	4,8	8,1
Venezuela	10,5	7
Chile	13,6	3,2
Cuba	2,5	5,1
Uruguai	3	2,4
Peru	8,1	2,5
Colômbia	6,5	4,9
Demais países da América Latina	4,63	4,5

Fonte: LA DOCUMENTATION FRANÇAISE. "Les échanges commerciaux entre la France et l'Amérique Latine". *Notes et Études Documentaires*, N° 32,214, 15 septembre 1956, p. 5.

Ainda assim, entre 1902 e 1940 jamais ascendeu a França à condição de principal parceiro comercial de nenhum dos países latino-americanos, à exceção do Haiti, com que manteve vínculos óbvios, situação bem demonstrada no recorte do ano de 1938 exposto na Tabela 4.6.

Tabela 4.6
Participação da França no comércio de cada país, percentual, 1938

País	Importações	Exportações
Uruguai	1,96	4,29
Brasil	2,81	7,25
Argentina	4,72	6,54
Chile	1,52	9,25
Colômbia	2,62	6,95
República Dominicana	1,84	15
Haiti	2,87	19,5
Peru	2,06	10,54
Equador	3	19

Fonte: LA DOCUMENTATION FRANÇAISE. "Les échanges commerciaux entre la France et l'Amérique Latine". *Notes et Études Documentaires*, N° 32,214, 15 septembre 1956, p. 5.

2. A América Latina no sistema de relações internacionais da França, de 1945 a 2000

Caracterizada por posições que, se não eram de proeminência, eram ao menos equivalentes ao que poderia ser esperado de uma das maiores potências do mundo, faltaram projetos para as relações com os latino-americanos no pós-guerra. À apatia que se formara, sobreviveram duas linhas de ação: a conformação às posições econômicas secundárias, enquanto valessem a pena, e a empresa cultural, que nunca fora tão bem sucedida em nenhum outro lugar do mundo quanto na América Latina. Isso posto, como poderiam ser avaliadas, em 1945, as condições para a retomada dos contatos com os países da região?

A reentrada da França na América Latina foi acompanhada de uma sucessão de atitudes que denotavam a ambivalência com que eram compreendidos os vínculos com a região. De um lado, a principal preocupação que norteou os primeiros contatos foi uma avaliação do estado das relações culturais e das possibilidades de seu rápido desenvolvimento; de outro, constatava-se o espaço perdido durante a guerra em todas as dimensões – cultural, econômica e política - ainda que tal constatação fosse acompanhada da ilusão de que seria relativamente fácil retomar e ampliar, no futuro próximo, as posições perdidas.

Com efeito, o tom mais recorrente do planejamento diplomático francês nos primeiros momentos do pós-guerra passava pela idéia de que a retomada seria

largamente facilitada pelo capital moral que esteve iluminando os contatos entre as nações francesa e latino-americanas desde o século XVIII, como uma empresa que se tornaria tão mais simples na medida em que os povos da região *necessitavam* do *farol civilizatório* que constituía o ideário transmitido pela catequese francesa, em oposição à sucumbência constatada à degradação que constituía o *american way of life* difundido pelos EUA como condição à sua expansão política na região durante a conflagração mundial. Em síntese, firmou-se a idéia de que os próprios latino-americanos amparariam e facilitariam o reencontro natural entre as duas metades do sofisticado projeto francês em que acabara se conformando a América Latina – francisante e francófila por livre opção, na ausência de experiências de aceitação forçada da catequese civilizacional que se repetiram em outras regiões.

Entretanto, não se tratou de formular e implementar uma política que sanasse as deficiências antigas que causaram a perda de espaço em todos os países latino-americanos ⁷¹. Cumpria não descuidar doravante das relações com a América. A ordem internacional que emergia no pós-guerra pôs repentinamente em evidência a importância numérica dos Estados da região. Em 1945, os latino-americanos contavam com 20 vezes sobre 51 das nações representadas na Organização das Nações Unidas. Não era difícil imaginar que o seu papel no seio desse organismo prometia ser tão transcendente quanto nenhuma decisão importante poderia ser tomada na Assembléia Geral sem o seu acordo. Concordaram os franceses que haveria de proceder-se a uma revisão de valores – a Europa Oriental parecia escapar-lhes, no Oriente Próximo experimentavam dificuldades crescentes, e a convulsão começava a se apoderar do Império pela porta da Indochina. Em breve, estaria a França lidando com uma agenda multilateral tão densa quanto lhe faltava os apoios necessários para ultrapassá-la, e as suas posições poderiam ser infinitamente reforçadas se dispusessem de uma influência sólida na maioria parlamentar constituída pela América Latina ⁷².

⁷¹ Nota da Direção da América para o Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, doravante MAE, sobre "Elaboration d'une politique française en Amérique Latine", data ilegível, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-52, Généralités, vol. 77.

⁷² Dossiê Confidencial da Direção da América, "Plan d'Action pour l'Amérique Latine", 1945, s/n, AMAE, Série Y Internationale 1944-1949, vol. 04; Nota da Direção da América, sobre "Projet de discussions en vue de l'élaboration d'un nouveau plan d'action en Amérique Latine", 30/12/1949, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1944-1952, Généralités, vol. 78.

Cuidou-se de enviar missões de boa vontade, que percorreram os principais países da região – àquela chefiada pelo Professor Valéry Pasteur-Radot, membro da Academia Francesa, que correu as principais praças diplomáticas da região, entre janeiro e julho de 1945, seguiu-se a do General Lattre de Tassigny, Inspetor-Geral das Forças Armadas, entre outubro e novembro de 1947, tendo visitado a Argentina, o Chile, o Uruguai e o Brasil ⁷³. As impressões dos missionários nada mais faziam do que confirmar, em linhas gerais, as primeiras avaliações do Quai d'Orsay sobre as possibilidades das relações franco-latino-americanas, especialmente as que se desenvolveriam no campo cultural. Entre uma e outra, enquanto se entretinha com as questões européias, com a reconstrução e com a guerra colonial, não cuidou a França de atualizar o perfil de sua ação para os latino-americanos. Entre as avaliações de Pasteur-Radot, feitas no calor da retomada, e as de Lattre de Tassigny, elaboradas quando já eram visíveis os estragos da inação na região que se tornara característica dos primeiros anos da retomada, existem diferenças expressivas: constatou-se que espaços foram irremediavelmente perdidos, em todas as dimensões.

Como avançar na cooperação militar, fonte permanente de prestígio em países caracterizados pelos pronunciamentos, se a França humilhada pela derrota de 1940 já não tinha o que ensinar aos militares latino-americanos, que se mantinham em ordem-unida em torno da poderosa assistência dos EUA na área? Como paralisar a deterioração das posições culturais se os bastiões da cultura e da civilização francesas nas sociedades latino-americanas, as classes mais abastadas, não se opunham, e mesmo davam abrigo, ao avanço das referências culturais norte-americanas? Havia meios de deter o desaparecimento da língua francesa como vetor da expansão da visão de mundo que representava a cultura francesa, se os sistemas nacionais de ensino de boa parte da América Latina vinham restringindo o ensino de línguas estrangeiras ao do inglês? Se a imagem mais recorrente suscitada nos meios de negócios latino-

⁷³ Relatório de fim de missão do Prof. Pasteur Valéry-Radot et Raymond Ronze na América Latina, - janeiro-julho de 1945, s/n; "Resume synoptique des rapports consacrés aux relations intellectuelles entre la France et les différents pays de l'Amérique latine", julho de 1945, s/n, ambos em AMAE, Série Relations Culturelles 1945-1947, sous-série Enseignement, carton 144; Carta do General Lattre de Tassigny, Inspetor Geral, para o Ministro das Forças Armadas, sobre "Dossier relatif au voyage en Amérique du Sud", 15/01/1948, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 71.

americanos permanecia sendo a da existência certa de duas excelências no mundo – a dos produtos norte-americanos e a da cultura francesa – como seria possível dinamizar os vínculos econômicos pela simples alimentação dos espíritos? ⁷⁴ Como aumentar os índices das relações econômicas com a América Latina, se faltavam os meios para sustentar a presença comercial e financeira em regiões nas quais a França mantinha posições mais consolidadas? Entre outras inquietações, essas permaneceram sem as necessárias respostas.

Mediante o desafio que passou a ser a construção de uma nova presença na América Latina, que unisse a difusão civilizacional à necessária promoção sustentada dos negócios econômicos, tornou-se mais viável deixar tudo como sempre foi... Finalmente, os franceses perceberam que não havia recurso para a construção de uma presença política e cultural sólida na América Latina sem o correspondente lastro econômico, que deveria ser tão denso quanto fosse a sua vontade de relativizar a influência já estabelecida dos norte-americanos em todos os domínios. Em síntese, não havia que ambicionar por posições de proeminência política e econômica em região que nunca fora propriamente prioritária, e que agora passava à condição de área de expansão prioritária da potência hegemônica ocidental, da qual o próprio Hexágono necessitava a cooperação ⁷⁵.

Desse modo, como não poderia deixar de ser, a retomada das relações franco-latino-americanas foi um processo, no mínimo, decepcionante. Cedo aprendeu o Quai d'Orsay que a presença dos EUA na América Latina constituía um alibi que se tornara precioso com o passar dos anos: não havia condições para a expansão das potências européias em um espaço que se tornara exíguo para comportar a grandeza da parceria que se desenvolvia entre os norte e os latino-americanos. Tornara-se a América Latina, enfim, *chasse gardée* dos EUA – e não havia argumento que se sobrepusesse à constatação da superioridade dos meios disponíveis por aquele país para atender, na medida do possível, às necessidades de expansão econômica da América Latina. Para

⁷⁴ Carta do Coronel Buchalet, Adido militar junto à Embaixada da França no Rio de Janeiro, doravante EMBAFRANCE, para o MAE, "Étude sommaire - La France, les États Unis et le Brésil au début de 1947 - influence militaire française", 15/04/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 11.

os franceses, o desenvolvimento da preponderância norte-americana, amparada por seus imensos aportes materiais, correspondia exatamente ao desejo latino-americano do menor esforço ⁷⁶.

Entre 1945, quando se normalizaram as relações diplomáticas com grande parte dos países da região, e o final da década de noventa, avançaram as relações franco-latino-americanas, como de costume, pela inércia. Curiosamente, o planejamento diplomático francês conhecia bem os desafios que teriam que ser enfrentados para a atualização das relações bilaterais. Em sucessivas reuniões com os Chefes de Missão na América Latina, estes repetidamente informaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros dos erros da política, das ausências graves, das incúrias. De 1950, quando se realizou a primeira delas, no Rio de Janeiro, a 1964, em Paris, quando foi preparada a viagem do General de Gaulle a dez países da região, insistiram os diplomatas acreditados junto aos governos latino-americanos tanto sobre a tibieza da presença econômica, quanto sobre as demandas dos governos nacionais e sobre a necessidade de reforçar a cooperação política ⁷⁷. Em todas as ocasiões, ocupou-se a chancelaria em avaliar o avanço das influências estrangeiras, lamentar o apagamento da presença humana francesa e a retração da cultura francesa e da francofonia e, na maior parte das vezes, em avaliar o estado de espírito para o avanço de proposições de apoio político que o Hexágono passara a enfrentar nos foros multilaterais desde o início da

⁷⁵ Nota da Direção da América para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Voyage du Directeur d'Amérique en Amérique Latine", 04/03/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 70.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Em todas as reuniões foram examinados os aspectos político, econômico, cultural, administrativo e de informação contidos nas relações franco-latino-americanas. Foram as seguintes: Rio de Janeiro, 1950; Cidade do México, 1952; Lima, 1954; Caracas, 1956; Santiago, 1957; Bogotá, 1958; Buenos Aires, 1960; Paris, 1964. A propósito, Nota da Direção da América, "Rapport de la I réunion des ambassadeurs de France en Amérique Latine - Rio de Janeiro, 20 à 27 octobre 1951", s/d, s/n, AMAE, Série Secrétariat des Conférences - NUOI, vol. 116; Nota da Direção da América, "Rapport de la IIIème Reunion des représentants de la France en Amérique Latine - Lima, mai 1954", s/d, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Généralités, vol. 145; Nota Confidencial da Direção da América, "Rapport de la Vème Conférence des représentants de la France en Amérique Latine - Santiago du Chili, août, 1957", s/d, s/n, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Généralités, vol. 146; Nota da Direção da América, "Études préparatoires pour la Conférence des chefs de missions diplomatiques en Amérique Latine - Conférence de Caracas", 25/09/1956, s/n, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Généralités, vol. 146; Nota da Direção da América, "Conclusions de la VIIème réunion des chefs de missions diplomatiques en Amérique latine - Buenos Aires, 24 - 26 août 1960", 02/11/1960, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités, vol. 147; Nota do Secretariado

década de cinqüenta, especialmente para lidar com as oposições crescentes no tratamento das questões coloniais.

Com os principais parceiros latino-americanos havia pesados contenciosos, nascidos das políticas de nacionalização de haveres estrangeiros implementadas pelos governos nacionais durante a guerra. Urgia encaminhar esses negócios, o que nem sempre foi feito com sucesso ⁷⁸. Em alguns casos, a busca da resolução custou quase duas décadas, período no qual as relações bilaterais encaminharam-se em larga medida pela improvisação.

Outros problemas no relacionamento bilateral nasceram com a criação do Mercado Comum Europeu e a conseqüente vinculação da produção tropical das colônias e ex-colônias francesas ao mercado regional em condições extremamente favoráveis, em detrimento das exportações de produtos latino-americanos. O surgimento do Mercado Comum Europeu, aliás, é um marco nas relações franco-latino-americanas, uma vez que evidencia o aprofundamento da tendência de quebra de complementaridades econômicas que se observa desde o início do século XX nas relações econômicas, quando o mercado francês de produtos primários passou a ser suprido prioritariamente pelos produtores coloniais. Em 1958, assiste-se simplesmente à extensão desse processo para todo o mercado europeu. Essa peculiaridade do comércio exterior da França, aliás, continuaria contaminando as relações comerciais com a América Latina até os dias atuais, quando já não há colônias, nem são os países surgidos do desmonte do império colonial os principais parceiros comerciais da França. De todo modo, os vínculos comerciais privilegiados com estes espaços foram mantidos, e chegaram mesmo a ser "multilateralizados".

A surpresa que tomou os governos latino-americanos quando da vinculação das ex-colônias ao Mercado Comum Europeu é de todo injustificada. A observação acurada das correntes de comércio da França, líder e razão de ser dessa iniciativa, evidencia vínculos tão fortes e densos entre a metrópole e o seu ex-império que apenas os ingênuos acreditariam que eles não seriam perpetuados no tempo.

Geral da Presidência da República Francesa, "Conclusions de la réunion des chefs des postes en Amérique du Sud, 25-30/05/1964", 04/06/1964, s/n, ANF, Fonds de Gaulle, 5AG1, carton 198.

⁷⁸ Registre-se especialmente os contenciosos de nacionalização existentes com o Brasil, Argentina e Peru.

Os próprios latino-americanos haviam sido vítimas contumazes dessas preferências e não tinham motivos para esquecer que a sua desimportância para a França se devia, em larga medida, à existência do império colonial e, depois, da perpetuação de laços especiais, pelas vias do imperialismo econômico que fez sobreviver a dependência dos Estados independentes, ou da consciência arrependida, que lastreou proposições de desenvolvimento e de viabilização econômica das ex-colônias. A evolução que se observa nas relações econômicas internacionais da França passa, desde 1945 e até o início da década de cinquenta, pela manutenção da importância do império, e chega à construção da transcendência européia em seus fluxos de comércio e de capitais, que se mantém inalterada até os dias atuais. Nessa marcha, a América Latina permaneceu onde sempre esteve, em posições marginais, e os países latino-americanos assistiram as suas relações comerciais com a França se deteriorarem num ritmo consistente, ou quando muito, evoluírem a taxas bem inferiores às do crescimento das suas correntes de comércio e mesmo bem menores ao ritmo de crescimento com o intercâmbio com outros clientes e fornecedores.

Assim, vê-se que ainda em 1945, face ao empobrecimento considerável que havia se seguido ao fim da depressão dos anos 1930 e à Segunda Guerra, o Império ainda era considerado por Paris como um dos caminhos da salvação e da renovação da potência francesa. Nas vésperas da guerra, os territórios de ultramar forneciam já mais de dois terços dos produtos alimentícios importados pela França, constituindo o reservatório privilegiado de matérias primas para as quais a demanda se mostraria em breve crescente ⁷⁹. As colônias e protetorados constituíram para o Hexágono, de início, um reservatório de matérias primas - de 1946 a 1952, com efeito, enquanto as importações provenientes do estrangeiro eram, em francos correntes, multiplicadas por 5,2, aquelas provenientes do Império eram multiplicadas por 11,8. Nas importações de produtos alimentícios, que representavam 30% das compras totais no período, a parte

⁷⁹ Cálculos do autor, a partir de dados disponíveis em MARSEILLE, Jacques. "Empire Colonial ou Europe ?". COMITÉ POUR L'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET FINANCIÈRE DE LA FRANCE. *Le commerce extérieur français de Méline à nos jours*. Paris: Ministère de L'Économie, des Finances et du Budget, 1993, p. 85-86.

do império passava de 40% em 1946 para mais de 60% em 1952; nas importações de matérias primas minerais, de 50% para mais de 70% ⁸⁰.

O Império foi também um mercado privilegiado que permitiu à indústria metropolitana reencontrar a sua capacidade exportadora. Entre 1946 e 1952, enquanto as exportações francesas eram multiplicadas por 12, aquelas com destinação aos mercados coloniais e preferenciais multiplicaram-se por 17,8. As exportações para a Europa, que em 1938 representavam 55,4% das exportações totais, em 1952 não representavam mais do que 38,8%. As exportações para a América Latina caíram de 11,7% para 9%, enquanto aquelas dirigidas para a zona do franco passavam de 27,4% em 1938 para 42,2% em 1952 ⁸¹.

É a partir de 1952, precisamente, que se assiste à reversão histórica da proeminência do Império nas relações económicas internacionais da França, quando se exprimiram as primeiras dúvidas sobre a utilidade económica do mercado colonial. No início de 1953, pela primeira vez desde 1945, as exportações com destinação à zona do franco conheceram uma baixa sensível. De 598 bilhões de francos, em 1952, caíram para 520 bilhões em 1953. Foi apenas em 1957 que elas reencontraram os níveis de 1952. De 1952 a 1961, por outro lado, se as exportações com destinação à zona do franco cresceram 55,7%, aquelas com destinação ao estrangeiro aumentaram 218%, conforme se observa na Tabela 4.7. As exportações para a Europa, em particular, que representavam em 1952, 38,8% das vendas totais, asseguraram em 1961, 56,1% - ou seja, na abertura da fase de descolonização, a zona europeia parece já largamente antecipar os contornos futuros das correntes de comércio exterior da França. Entrementes, as exportações para a América Latina, ao longo dos mesmos anos, passaram de 9%, em 1952, para 11,8% do total exportado em 1952, reencontrando, finalmente, os índices de 1938 ⁸².

⁸⁰ Idem, p. 87.

⁸¹ Idem ibidem.

⁸² Idem, p. 88.

Tabela 4.7
Evolução das exportações francesas, 1952-1961 (milhões de francos antigos)

Países Seleccionados	1952	1961	Percentual de aumento
Zona do Franco	598	931	55,7
RFA	789	5407	585,3
Reino Unido	852	1719	101,8
Itália	380	2412	534,7
EUA	548	2059	275,7

Cálculos do autor, a partir de dados disponíveis em MARSEILLE, Jacques. "Empire Colonial ou Europe ?". COMITÉ POUR L'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET FINANCIÈRE DE LA FRANCE. *Le commerce extérieur français de Méline à nos jours*. Paris: Ministère de L'Économie, des Finances et du Budget, 1993, p.

Quanto às importações, por outro lado, a competição entre o estrangeiro e a zona do franco foi pouco sensível. De 1952 a 1961, se as importações provenientes de fora da zona do franco aumentaram em 108%, as do império cresceram 104%. Em outras palavras, enquanto os setores exportadores franceses se anteciparam à descolonização, procedendo a reconversões geográficas que firmariam o seu foco no espaço europeu, o reservatório colonial continuava assegurando o abastecimento à França de matérias primas e, sobretudo, de alimentos ⁸³.

Uma análise mais detida das relações comerciais da França com a América Latina no mesmo período indica que as características anunciadas para o recorte que vai da abertura do século XX à eclosão da Segunda Guerra Mundial permaneceram inalteradas. Verifica-se ainda a forte concentração das correntes de comércio sobre poucos países (Argentina, Brasil, México e Venezuela) que, por outro lado, assumem uma participação francamente marginal no total das relações comerciais da França, não ultrapassando, somados, 3,6% do total, índice inferior ao das correntes comerciais franco-marroquinas, ou ligeiramente maiores do que a metade do comércio francês com as suas colônias africanas, como é possível verificar nos dados da Tabela 4.8.

⁸³ Idem, p. 89.

Tabela 4.8
Participação percentual dos principais parceiros comerciais
nos fluxos totais de comércio da França,
1947-1964

Países	Exportações	Importações	Correntes de Comércio
Argélia	14,04	7,50	10,64
Argentina	1,26	1,30	1,28
Bélgica-Luxemburgo	6,66	4,87	5,73
Brasil	1,36	1,40	1,38
Canadá	0,65	1,16	0,92
Dinamarca	1,00	0,62	0,80
Africa Equatorial Francesa	1,01	1,08	1,05
Africa Ocidental Francesa	4,73	4,79	4,76
Alemanha	9,04	9,45	9,25
Itália	3,48	2,46	2,95
Marrocos	4,70	3,59	4,13
Holanda	2,72	2,66	2,69
Noruega	0,87	0,60	0,73
Portugal	0,63	0,30	0,46
Arábia Saudita	0,24	3,02	1,69
Espanha	1,22	0,78	0,99
Suécia	1,82	1,91	1,87
Suíça	5,54	2,15	3,78
Tunísia	2,73	1,53	2,11
Reino Unido	6,21	4,10	5,11
EUA	5,08	11,44	8,39
Venezuela	0,57	0,93	0,75
México	0,92	0,96	0,94

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de UNITED NATIONS, *Yearbook of international trade statistics*, diversos anos.

No período subsequente, que chega até 1999, os traços de alta concentração dos fluxos comerciais permaneceram inalterados. O desenvolvimento do processo europeu de integração aprofundou desde então a tendência já observada de concentração das correntes de comércio da França sobre os seus parceiros europeus. O retrato dos fluxos comerciais dos três anos finais dá uma idéia exata dessa afirmação: os países membros da União Européia foram o destino de pelo menos metade das exportações francesas, enquanto metade das compras da França foram feitas naqueles países. Essa tendência aparece com clareza nas Tabelas 4.9 e 4.10.

Tabela 4.9
Principais clientes da França
Participação percentual nos fluxos totais de exportações da França
1996-1998

Países	1996	1997	1998
Alemanha	16,8	15,5	16,0
Reino Unido	9,2	9,9	10,0
Itália	9,0	9,1	9,2
Espanha	7,7	7,8	8,7
Bélgica-Luxemburgo	8,2	7,9	7,8
Estados Unidos	6,0	6,4	7,4
Países Baixos	4,5	4,6	4,6
Suíça	3,8	3,4	3,4
Japão	1,9	1,7	1,6
Portugal	1,3	1,4	1,5
Suécia	1,4	1,4	1,5
Rep. Popular da China	0,8	1,2	1,1
Hong-Kong	1,2	1,0	1,0
Turquia	0,9	1,0	0,9
Taiwan	0,6	0,8	nd
Grécia	0,8	0,8	0,8
Argélia	0,9	0,8	0,9
Canadá	0,7	0,8	0,8
Brasil	0,5	0,5	0,7
Rússia	0,7	0,9	0,6
Demais países	23,4	23,1	21,5

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de FMI, *Direction of Trade Statistics*, Yearbook 1998 e September 1999; Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 1998. (nd) Dados não disponíveis

Na América Latina, os parceiros tradicionais continuaram concentrando a grande fatia das correntes de comércio da França com a região. Com efeito, Argentina, Brasil, México e Venezuela juntos respondem por pouco mais de 70% das correntes de comércio daquele país com a região, conforme se depreende das Tabelas 4.11 e 4.12.

Tabela 4.10
Principais fornecedores da França
Participação percentual nos fluxos totais de importações da França
1996-1998

	1996	1997	1998
Alemanha	16,9	16,4	17,3
Itália	9,7	9,7	9,9
Estados Unidos	7,7	8,7	8,9
Reino Unido	8,1	8,2	8,4
Bélgica-Luxemburgo	8,1	7,9	7,7
Espanha	6,7	6,6	7,1
Países Baixos	5,0	5,0	5,1
Japão	3,2	3,3	3,3
Rep. Popular da China	2,1	2,5	2,5
Suíça	2,5	2,4	2,5
Irlanda	1,3	1,5	1,8
Suécia	1,4	1,4	1,4
Noruega	1,7	1,8	1,4
Portugal	1,1	1,1	1,1
Rússia	1,4	1,3	1,0
Áustria	0,8	0,8	0,8
Finlândia	0,7	0,7	0,8
Dinamarca	0,9	0,8	0,8
Cingapura	0,8	0,8	0,7
Brasil	0,6	0,7	0,7
Demais países	19,2	18,4	16,8

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de FMI, *Direction of Trade Statistics, Yearbook 1998 e September 1999*; Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 1998. (nd) Dados não disponíveis

As relações financeiras da França com a América Latina guardaram, *grosso modo*, traços que lembram a evolução das relações comerciais com a região. Depois da Segunda Guerra Mundial tornou-se evidente a transformação da estrutura das inversões francesas na América Latina. Ainda que algumas empresas manufatureiras começassem a investir na região, o volume total dos movimentos de capital se manteve relativamente baixo no período, o que se deve à existência de prioridades levadas em conta pelos investidores franceses, ao comparar os incentivos da região com outras alternativas, como por exemplo, a expansão de suas operações no próprio país, a

diversificação de suas operações em outros setores industriais nacionais, a realização de novos investimentos na área do Mercado Comum Europeu e nas zonas em desenvolvimento que tinham vínculos tradicionais com a França ⁸⁴. Acresce que o histórico de nacionalizações e o nacionalismo característico dos principais países receptores da região, juntando-se à existência de legislações restritivas para a remessa de lucros, acabaram por firmar a imagem, para os investidores franceses, de uma região caracterizada por riscos altos.

Tabela 4.11
Principais clientes da França na América Latina
Participação percentual nos fluxos totais de exportações da França para a região
(1965-1999)

País	1965	1970	1975	1985	1990	1999
Brasil	13	18	29	26	25	29
México	21	23	19	18	17	16
Venezuela	15	11	14	20	19	15
Argentina	21	16	12	9	13	16
Colômbia	3	5	4	5	5	6
Chile	7	6	3	5	6	7
Peru	6	4	5	3	5	6

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados das Aduanas Francesas (*Douanes Françaises* – DREE), 1965, 1999.

Tabela 4.12
Principais fornecedores da França na América Latina
Participação percentual nos fluxos totais de importações da França da região
(1965-1999)

País	1965	1970	1975	1985	1990	1999
Brasil	23	33	37	37	33	38
México	11	4	11	24	17	20
Venezuela	15	9	9	10	9	8
Argentina	26	22	12	8	12	15
Colômbia	1	2	4	2	2	3
Chile	7	16	11	6	8	9
Peru	8	8	6	2	7	5

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados das Aduanas Francesas (*Douanes Françaises* – DREE), 1965, 1999.

A história dos fluxos de investimentos franceses na América Latina ganhou após a Segunda Guerra Mundial, contornos incertos. Imediatamente após o conflito,

⁸⁴ CEMLA/BID (Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos). *La participación de Europa en el*

registra-se a entrada de pequenos fluxos, provavelmente evadidos clandestinamente para a América Latina. Por outro lado, ainda durante os primeiros momentos da retomada das relações econômicas, estes fluxos foram largamente compensados pelas liquidações, vendas e recompras de direitos e de bens franceses na região. Na Argentina, por exemplo, em 1946, o governo comprou por 183 milhões de pesos os 692 milhões de francos em ações e obrigações das estradas de ferro de propriedade de empresas francesas. Calcula-se que os estoques de investimentos franceses na região tenham sido reduzidos, no fim de 1947, a cerca de 200 milhões de dólares, ou seja, uma oitava parte do seu valor no fim de 1913, sem se considerar a desvalorização da moeda americana ⁸⁵.

O período que se abre em meados da década de quarenta e vem ao início dos anos sessenta acabou se configurando como o da readequação da presença dos capitais franceses na América Latina. Entre desinvestimentos e novos investimentos, perdeu a França a frágil terceira posição, nos fluxos totais, que vinha ocupando desde o entreguerras, atrás dos EUA e da Grã-Bretanha. Daí para frente, ocuparia, na média, o quarto lugar, depois da Alemanha (que desde o início dos anos cinquenta cuidou de restabelecer a sua presença econômica na região), chegando, nos momentos de mais baixa depressão, a cair para a quinta posição entre os maiores investidores na região, atrás de economias relativamente menos capitalizadas, como a Itália.

Um retrato da distribuição dos investimentos franceses pelo mundo no início da década de sessenta dá uma boa medida das prioridades que se firmaram, nas quais a América Latina, prenhe de possibilidades, continuava ocupando um lugar marginal. Assim, vê-se que, em 1962, os capitais franceses investidos em toda a região equivalem aos investidos apenas na Grã-Bretanha, são quase a metade dos investidos nos EUA e equivalem a quase uma quarta parte das inversões feitas na CEE e em outros países da OCDE. A evolução que se observa entre 1962 e 1972 indica que essa participação, na comparação com os principais receptores de inversões francesas, até se deteriorou, conforme pode ser verificado na Tabela 4.13. No período, passaram a corresponder a um quinto dos capitais dirigidos para a OCDE, à sexta parte dos fluxos registrados na

financiamiento des desarrollo de América Latina. México: BID, 1966, p. 261-262.

CEE, e tornaram-se ainda menores do que as inversões efetuadas em países isolados, como os EUA e a Grã-Bretanha.

Tabela 4.13
Evolução da participação percentual de grandes zonas nos investimentos franceses realizados no exterior, 1962-1972

Anos	EUA	CEE	Grã-Bretanha	Outros países da OCDE	América Latina	Resto do Mundo
1962	11,10	27,80	6,92	27,33	6,86	19,99
1963	3,14	34,00	8,89	24,06	7,85	22,59
1964	7,44	35,85	8,18	25,89	5,84	16,79
1965	1,65	25,00	12,84	36,34	2,42	21,75
1966	2,80	35,86	11,97	22,67	4,53	22,16
1967	5,90	25,97	11,59	16,85	7,99	31,70
1968	6,79	25,79	5,75	21,88	3,58	36,21
1969	4,69	27,62	9,17	13,81	2,54	42,18
1970	6,79	23,49	10,21	25,37	6,72	27,41
1971	17,51	31,22	3,29	17,17	5,33	25,48
1972	10,53	35,53	6,47	20,10	8,37	19,00
1962-1972	7,93	30,01	8,34	22,04	5,79	25,91

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados contidos em MAURO, Frédéric. "Les investissements français en Amérique Latine, des origines à 1973". *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, vol. 55, N° 1-2, 1977, p. 248.

Tal evolução evidencia a existência de traços bastante característicos da movimentação internacional de capitais produtivos franceses, que se constroem desde a abertura do processo de descolonização e vêm aos dias atuais, quais sejam:

- a) a existência de uma forte concentração nos países industrializados. Na década de noventa os cinco primeiros países de implantação francesa (EUA, Alemanha, Grã-Bretanha, Espanha e Bélgica) concentram sozinhos quase a metade dos empreendimentos franceses no exterior. Esta forte concentração corresponde ao peso desses países nas correntes de comércio da França: os cinco países empregam 47% dos assalariados das filiais francesas e representam 49% das exportações, conforme se observa na Tabela 4.14;
- b) a presença francesa é fortemente ligada ao PIB dos receptores. Assim, explica-se a concentração das implantações francesas nos países industrializados. Entre os vinte primeiros países de implantação francesa, encontram-se os EUA, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Espanha, a Bélgica, a Itália, os Países Baixos,

⁸⁵ MAURO, Frédéric. "Les investissements français en Amérique Latine, des origines à 1973". *Revue*

Portugal, Austrália e Canadá. Nesse conjunto, apesar dos custos de produção elevados, tornou-se preferível aos investidores franceses dispor de uma capacidade de produção local para conquistar uma parte substantiva do mercado (Tabela 4.14);

- c) os fluxos de investimentos são contingenciados pela proximidade geográfica e pela existência de laços históricos entre determinados países e a França. Isso explica o fato de que entre os vinte principais países de implantação, economias em transição como a Hungria e a República Checa, e países africanos, como o Marrocos, a Tunísia e a Costa do Marfim. Nesses países, em razão da proximidade geográfica e das vantagens em termos de custos de produção, a proporção de filiais industriais é bastante importante, atingindo 85% para as economias em transição, por exemplo, e 72% para a Tunísia (Tabela 4.14).

Tabela 4.14
Implantações francesas no exterior, por número de filiais e efetivos empregados 1995-1996

	1996				1995		
	Filiais		Efetivos		Filiais	Efetivos	
	Número	%	Milhares	%	Número	Milhares	%
Mundo	15 788	100,0	2 548	100,0	15 671	2 507	100,0
Países Industrializados	9 147	57,9	1 647	64,7	9 618	1 642	65,5
União Européia	6 007	38,0	1 133	44,5	6 332	1 108	44,2
Europa exclusive União Européia ¹	541	3,4	52	2,1	431	51	2,0
OCDE Extra-Europa ²	2 599	16,5	462	18,1	2 855	484	19,3
Outros países	6 641	42,1	901	35,3	6 053	865	34,5
Países de Economia em Transição e ex-URSS ³	1 641	10,4	111	4,4	1 362	88	3,5
África do Norte ⁴	782	5,0	103	4,0	698	104	4,2
África sub-saária	1 208	7,7	247	9,7	1 268	257	10,3
América Latina	740	4,7	243	9,5	717	242	9,6
Ásia de desenvolvimento rápido ⁵	1 527	9,7	133	5,2	1 416	118	4,7
Resto da Ásia	413	2,6	38	1,5	367	33	1,3
Oriente Médio	324	2,1	24	1,0	219	20	0,8
Outros países	6	0,0	2	0,1	6	1	0,1
24 países emergentes ⁶	4 279	27,1	522	20,5	3 762	485	19,3

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Ministério das Finanças da França, *Direction des Relations Économiques Extérieures – DREE*.

1 – Noruega, Suíça, Turquia, República Checa, Hungria, Polónia;

2 – EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, México, Coreia do Sul, Japão;

3 – Estónia, Letónia, Lituânia, Eslováquia, Romênia, Bulgária, Ucrânia, Belarus, Rússia, Casaquistão, Eslovênia, Croácia, Sérvia;

4 – Marrocos, Tunísia, Líbia, Egito, Sudão;

5 – Brunei, China, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Hong Kong, Cingapura, Taiwan;

6 – México, Brasil, Chile, Argentina, Egito, África do Sul, Tailândia, Vietnã, Indonésia, Malásia, Cingapura, Filipinas, Paquistão, Índia, China, Taiwan, Hong Kong, Turquia, Polónia.

Nesses traços, o lugar que cabe à América Latina é, portanto, flagrantemente marginal, ainda que a individualização dos fluxos de capitais acabe por estabelecer um certo destaque para determinados países, como o Brasil, em virtude da expressividade e do porte de sua economia. No cálculo estratégico dos inversionistas franceses estabeleceu-se a América Latina depois do sem número de prioridades que são dadas pelo próprio espaço europeu ocidental, ou pelo desenvolvimento de posições nos EUA, no Japão e em outros países industrializados. Da divisão do rebotalho, participam desigualmente os grupos econômicos novos, como a Europa Centro-Oriental, e as economias emergentes asiáticas, as quais absorveram fluxos crescentes, entre o final da década de oitenta e o início da de noventa. Essa avaliação assenta-se no dados da Tabela 4.15.

Tabela 4.15
Distribuição geográfica dos fluxos de investimentos da França
1987-1988 e 1992-1993

Regiões	1987-88	1992-93
<i>Mundo</i>	100	100
Intra União Européia	60	72,4
Extra União Européia	40	27,6
<i>Mundo (exclusive União Européia)</i>	100	100
Países industrializados	85,9	45,6
EUA	65,9	35,2
Japão	0,2	1,9
Países em Desenvolvimento	14,1	54,4
África	0,6	0,1
Europa Centro-Oriental e ex-URSS	0,2	4,9
América Latina e Caribe	2,1	4,4
Oriente Médio	3,2	5,9
Sudeste Asiático	4,4	7,8
Outros	3,5	31,4

Fonte: IDB & IRELA (Inter-american Development Bank & Institut for European-Latin American Relations). *Foreign Direct Investment in Latin America in the 1990s*. Madrid: IRELA, 1996, p. 92-93

O retrato dos fluxos de investimentos diretos da França para a América Latina entre o início da década de oitenta e meados da de noventa, não é diferente da tendência geral que se observa nas relações comerciais franco-latino-americanas. Investidor importante para o conjunto de países, a sua participação nas correntes de capitais dos principais receptores da região é contudo bastante inferior à das inversões feitas por outros parceiros, ocupando o quinto lugar em média no rol dos maiores fluxos de capitais registrados nos países da região, atrás dos EUA, Alemanha, Japão e

Itália. Verifica-se também no período uma certa transcendência dos capitais franceses em determinadas economias, justamente aquelas que são tradicionalmente os principais receptores de investimentos, os principais clientes e fornecedores, Argentina, Brasil e México, conforme se pode constatar na Tabela 4.16.

Tabela 4.16
 Estoque de investimentos diretos franceses nos principais países receptores da América latina, 1980-1994
 (em US\$ milhões e participação percentual no total nos fluxos recebidos pelos parceiros)

	1980		1985		1990		1994	
	US\$	Percentual	US\$	Percentual	US\$	Percentual	US\$	Percentual
Brasil	702	4,0	926	3,6	1.966	5,3	2.388	4,2
Argentina	371	6,9	482	7,3	570	6,5	737	4,8
México	102	1,2	248	1,7	946	3,1	1.728	3,1
Chile	16	1,8	75	3,2	127	2,0	226	1,5
Colômbia	26	2,5	34	1,5	52	1,5	140	2,1
Equador	5	0,7	4	0,4	6	0,4	55	2,0
Peru	19	2,2	27	2,3	17	1,3	30	0,6
Venezuela	25	1,6	31	2,0	157	4,4	166	2,5

Elaboração do autor, a partir de dados de IDB & IRELA (Inter-american Development Bank & Institut for European-Latin American Relations). *Foreign Direct Investment in Latin America in the 1990s*. Madrid: IRELA, 1996, p. 127-135.

3. As relações culturais franco-latino-americanas

O exame das relações culturais, entre 1945 e 1999, revela resultados surpreendentes, que podem mesmo configurar a hipótese de que a história das relações franco-latino-americanas nesta dimensão, não deixa de ser a crônica de uma amizade sem paga. Não se tem aqui propriamente uma reversão do sentido de prioridade de que se reveste historicamente a região para a França, como foi verificado nas relações econômicas, mas de resultados bastante distintos, que parecem ter se descolado, em sua evolução, dos aportes que ofereceu o Estado francês para o seu desenvolvimento.

Há que se considerar preliminarmente que a presença cultural das potências no grande período não pode ser avaliada na América Latina com os mesmos critérios da sua evolução em regiões desenvolvidas, como na Europa Ocidental, por exemplo. Se se trata, portanto, de examinar o crescimento do número de falantes dos idiomas representativos, a constatação que deve ser feita é que as políticas culturais de todas as

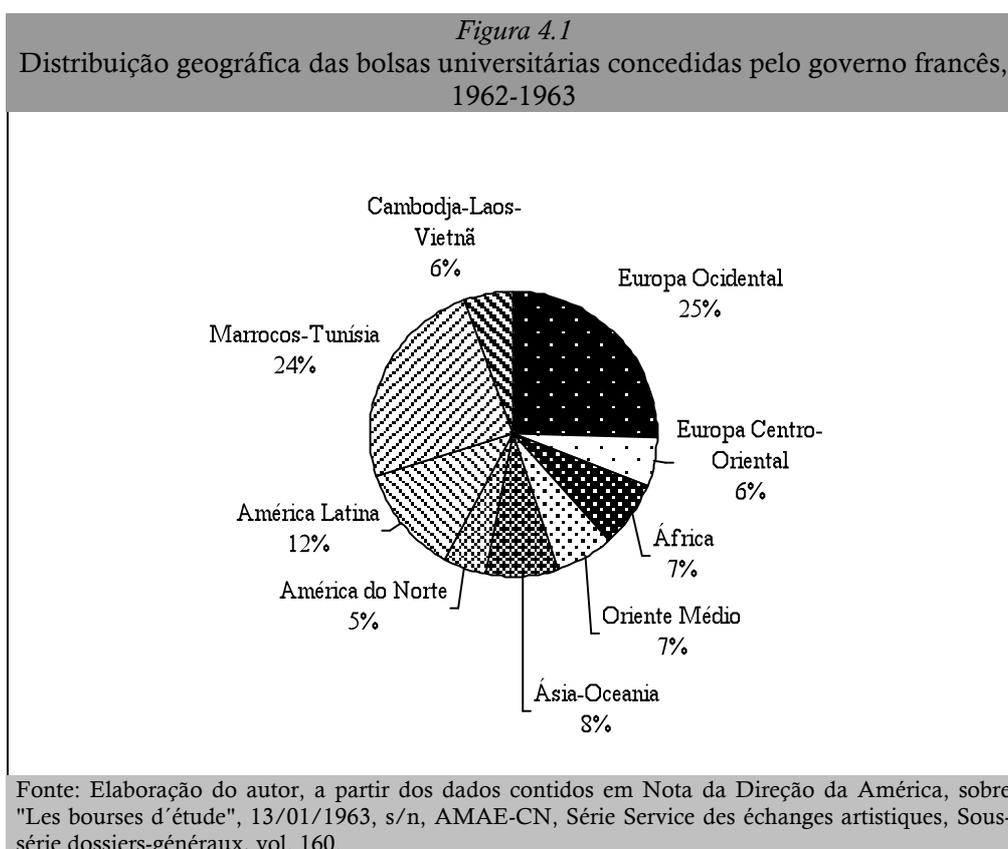
potências foram fracassos retumbantes, uma vez que estiveram muito distantes de atingir a universalização por todos os segmentos sociais.

Assim, não é correto afirmar que o inglês tenha avançado mais do que o francês como idioma estrangeiro na América Latina, uma vez que ambos desenvolveram-se muito mal. Sob essa ótica, seria mais apropriado afirmar que o desenvolvimento do idioma inglês tenha se dado na exata medida da retração do francês, pois de fato as elites latino-americanas sucumbiram rapidamente aos encantos da expressão universal proporcionados pelo vernáculo da potência hegemônica. Neste caso, não foi a América Latina diferente, uma vez que se constatou a retração da língua francesa em todas as regiões do mundo, inclusive nas ex-colônias e em regiões que mantiveram enlaces tradicionais com a França. Quando não sucumbiu ao avanço do inglês, o que aconteceu por todo o mundo ocidental, caiu sob as hostes dos nacionalismos, o que aconteceu por exemplo no Levante, onde o francês restringiu-se à expressão das elites, ou foi substituído pelo árabe na expressão oficial.

No período compreendido entre 1945 e 1999, em pelo menos uma dimensão, as relações franco-latino-americanas deixaram de acompanhar a tendência geral observada nas relações econômicas. Com efeito, nas relações culturais é possível verificar, sob determinados prismas, que os resultados obtidos (apesar de serem reduzidos) estão muito além do esperado pelo França na região e, em perspectiva comparada com os resultados em regiões onde foram feitos investimentos incomparavelmente maiores, oferecem uma perspectiva muito mais remuneradora.

Alguns índices podem esclarecer melhor essa situação. Tem-se um elemento que se tornou emblemático do interesse dispensado pelo Estado francês ao desenvolvimento das relações culturais com as diversas regiões e países do mundo, qual seja, o da política de distribuição de bolsas de estudo. Nessa vertente esteve a América Latina em posições privilegiadas apenas até o início do processo de descolonização, quando a França voltou as suas forças para a manutenção das posições culturais hegemônicas conquistadas e que poderiam começar a se desfazer. Na falta de prioridades mais prementes, foram distribuídas abundantemente bolsas de estudo e de noviciato entre os diferentes países da região. Uma leitura do mesmo processo na década de sessenta indica, entretanto, outra realidade: entre 1962 e 1968,

por exemplo, o governo francês distribuiu cerca de cinco mil bolsas para estudantes universitários em todas as regiões do mundo, sendo que pelo menos um quarto destas destinaram-se à Europa Ocidental e 30% ao Marrocos, à Tunísia, ao Laos, e ao Cambodja, conforme se observa na Figura 4.1. No mesmo período, os 21 países latino-americanos dividiram exatamente 622 unidades, perfazendo a média inexpressiva de 29 bolsas por país.



Enquanto a política do governo francês se amesquinhou em sua generosidade para a América Latina, o desenvolvimento da língua francesa ganhava contornos inusitados, que se prendem à audiência crescente dos cursos da Aliança Francesa, uma das mais antigas organizações estrangeiras de difusão cultural instaladas na região. É certo que a rede de estabelecimentos da instituição sofreu percalços sérios na América Latina, no período que se abre no pós-guerra, mas em comparação ao desenvolvimento dos centros existentes nas regiões que se mostraram prioritárias na

distribuição das bolsas, o seu desenvolvimento se deu em ritmos sustentados e crescentes, ao ponto em que, em 1999, a América Latina sozinha respondia por 40% de todos os alunos matriculados em cursos da organização e por um quarto de todas as escolas funcionando no mundo. A média de alunos por centro na região só é menor do que aquela registrada na Ásia, conforme se depreende dos números expostos na Figura 4.2.

Figura 4.2
Distribuição geográfica dos centros e número de estudantes da Aliança Francesa, 1999



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Aliança Francesa disponíveis em

<http://www.paris.alliancefrancaise.fr>

C = Centros de ensino

E = Estudantes matriculados

Capítulo 5

O reencontro (1945-1955)

On sent partout, autour de soi, une présence imatérielle; on sent que les choses et les gens ont été imprégnés de la France, mais, nulle part, on n'en voit plus la matérialisation. Les réalisations françaises d'autrefois, comme les docks, les chemins de fer, les lotissements du Groupe Bouilloux-Lafond, les terrains, bâtiments, ateliers de l'Aéropostale, qui étaient des traces visibles de notre puissance et de notre activité, ont disparu" ⁸⁶. Assim foi descrito o estado das posições da França no Brasil no imediato pós-guerra, num retrato que corresponde à constatação de dois fracassos: o da perpetuação das referências francesas, que diz respeito ao amadurecimento econômico e social do Brasil contemporâneo, e o do projeto do Estado francês para as suas relações com o país, que passou a se caracterizar pela desimportância assumida pelo Brasil e pelos países da América Latina no cálculo estratégico da política exterior do Hexágono.

Foi, portanto, com essa França *desencarnada* que o Brasil restabeleceu as suas relações em 1945, em um momento em que as possibilidades que o relacionamento bilateral poderia oferecer encontravam-se diluídas pelas preocupações com as novas prioridades que nasceram nas relações internacionais de ambos os países em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

⁸⁶ Nota do Coronel Buchalet, Adido Militar junto à EMBAFRANCE, sobre "Étude sommaire - La France, les États Unis et le Brésil au début de 1947 - influence militaire française", 15/04/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 11.

1 – A força do espírito e a debilidade da matéria: a presença da França no Brasil

A retomada das relações com a França em 1944 foi marcada pelo retorno ao imaginário brasileiro do papel de destaque que ocupara o Hexágono no desenvolvimento social e econômico da nação. Com efeito, a euforia com a libertação de Paris, seguida pelo estabelecimento do Governo Provisório, suscitou em todos os meios nacionais avaliações saudosistas do que fora a presença da França no Brasil até poucas décadas antes ⁸⁷.

Naquele momento, era possível lembrar que, a despeito da modéstia de sua presença humana, a França soube desempenhar no Brasil um papel considerável, ao ponto que em bem poucos domínios não era possível vislumbrar a existência de uma marca francesa. Como escreveu Pierre Mombeig, "*le passé brésilien est certes portugais, mais il est également méditerranéen*", e era certamente mais francês em determinadas dimensões da vida nacional ⁸⁸. A dimensão cultural, por exemplo, é exaustivamente lembrada como sendo a mais privilegiada com os aportes que vieram da França. Esses contributos ganharam a forma de uma mal disfarçada influência, autônoma até certo ponto, e por isso festejada pelos atores sociais, e planejada a partir de determinado momento, contando com o suporte fundamental do governo francês, que pretendia confundir a disseminação civilizatória com a influência política e, em alguma medida, econômica ⁸⁹.

Diversos movimentos podem ser evocados para exemplificar a natureza dessa ascendência francesa. Pode-se lembrar desde a missão artística que aportou no Rio de Janeiro em 1816 e foi a responsável pela criação da Escola de Belas Artes,

⁸⁷ Um dos testemunhos mais eloqüentes quanto a essa onipresença francesa no Brasil é dado pelo jornalista Costa Rego, redator-chefe do Correio da Manhã, que em artigo publicado em 1946 intitulado "O antigo prestígio da França", enumerava os troféus da presença francesa na vida cotidiana do país: "Há ainda 46 anos, quando cheguei criança ao Rio, eu desembarquei em um porto que se chamava *Pharoux* e atravessei uma praça onde se estendia a fachada do *Hotel de France*. O melhor camiseiro, o melhor alfaiate, o melhor restaurante, o melhor cabeleireiro, os melhores estabelecimentos, enfim, eram franceses, do mesmo modo que eram franceses os melhores colégios. Tudo isso desapareceu, ou se encontra reduzido a sua mais simples expressão. E é tudo isso que deve ser reorganizado se quisermos dar à França o seu antigo prestígio". *Correio da Manhã*, 01/09/1946.

⁸⁸ MONBEIG, Pierre. *Le Brésil*. Paris: Presses Universitaires de France, 1956, p. 6.

naturalmente nos moldes do modelo parisiense, e o estabelecimento de um poderoso complexo educacional tendo por base a sucessão de congregações religiosas que se estabeleceram no país, até a missão militar francesa, chegada em 1919, que modernizou os procedimentos do exército brasileiro, e os aportes fundamentais para a fundação da primeira universidade brasileira, criada em São Paulo em 1934.

Do século XIX até o entre guerras, francesas foram as modas, os grandes editores, os bons livreiros, os melhores estabelecimentos comerciais e a melhor educação. Assim, o comércio de livros desenvolveu-se graças e principalmente a Baptiste-Louis Garnier, a Ferdinand Briguiet e a Anatole-Louis Garraux. Os múltiplos aspectos das modas e do estilo de vida franceses, expressaram-se no Rio de Janeiro, por meio dos costureiros, cortesãs, cozinheiros, padeiros, *pâtissiers*, ourives, modistas, alfaiates, marceneiros, serralheiros e pintores, produtores de rapé e de licores, professores de música e, claro, de francês⁹⁰.

A prova de cultivo intelectual era acompanhar a vida política não da capital brasileira, mas de Paris, enquanto os livros franceses eram os mais vendidos e os espetáculos das companhias teatrais do Hexágono os mais concorridos. A hegemonia da língua e da literatura francesas no cenário cultural na *Belle Époque* brasileira dava provas retumbantes de perdurar e de ganhar espaços crescentes nos espíritos nacionais. A língua francesa era considerada, na virada do século, como sugere Mario Carelli, "como a única realmente adaptada aos exercícios do espírito, e como sinal de distinção"⁹¹. Todos os que importavam, e os que se pretendiam esclarecidos davam a sua prova de cultura com a fluência na língua de Victor Hugo.

Na avaliação do Barão d'Anthouard, "apesar da fraqueza numérica de nossa emigração e da inferioridade de nosso comércio, a língua francesa penetrou em todos os lugares do país, levando consigo nossa influência intelectual. Atualmente, ela é mais ou menos sabida por qualquer pessoa instruída e freqüentemente usada como veículo do ensino superior, a ponto de que a intelectualidade das classes dirigentes é, por assim dizer, francesa. Assim se explica esse fascínio que, segundo eles próprios, a cultura

⁸⁹ A propósito, MATTHIEU, Gilles. *Une ambition sud-américaine: politique culturelle de la France (1914-1940)*. Paris: L'Harmattan, 1991, 253 p.

⁹⁰ CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papirus, 1994, p.130.

francesa exerce sobre os brasileiros, e eis por que muitos dentre eles proclamam que consideram a França como sua pátria intelectual"⁹².

A corte brasileira foi francesa, e ostentou a sua civilidade, da qual suspeitavam os europeus, tendo por imperador um Habsburgo que se aparentou com um Orléans. O republicanismo, como a monarquia, foi francês no Brasil, influência que foi guardada para a república nascente – não é a divisa *comteana* que está inscrita na bandeira nacional?

Do século XIX até a primeira metade do século XX, as elites políticas e intelectuais brasileiras encontraram em Paris os modelos que lhes permitiram refletir sobre os fundamentos da nação, que consolidaram o Império e instauraram a República. A passagem pela capital francesa, ao menos uma vez na vida, preferencialmente durante a juventude, fez parte das experiências de iniciação de boa parte da juventude abastada – havia que aprender a pensar em francês, para melhor compreender o mundo e o lugar que o Brasil poderia nele ocupar; havia que contemplar o espetáculo da civilização em seu apogeu – Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Eduardo Prado, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Afonso Arinos, Gilberto Amado, entre inúmeros outros jovens que se tornaram homens das artes, das letras ou do Estado, viveram tal experiência.

No enfrentamento entre a barbárie e a civilização que conhecia a jovem nação nascida sobre os trópicos, Paris foi o modelo incontestado do Progresso. O Rio de Janeiro colonial foi demolido no início do século para ser reconstruído tendo por base a Paris haussmaniana, na reforma urbana empreendida por Pereira Passos entre 1903 e 1906⁹³. A capital francesa foi o lugar onde os brasileiros se descobriram brasileiros, e assistiu-se ao nascimento das vanguardas nacionais e dos movimentos estéticos que bebiam na França para prescrever novos rumos para as artes e para a literatura no Brasil. O modernismo brasileiro, movimento capital de ruptura com a dependência

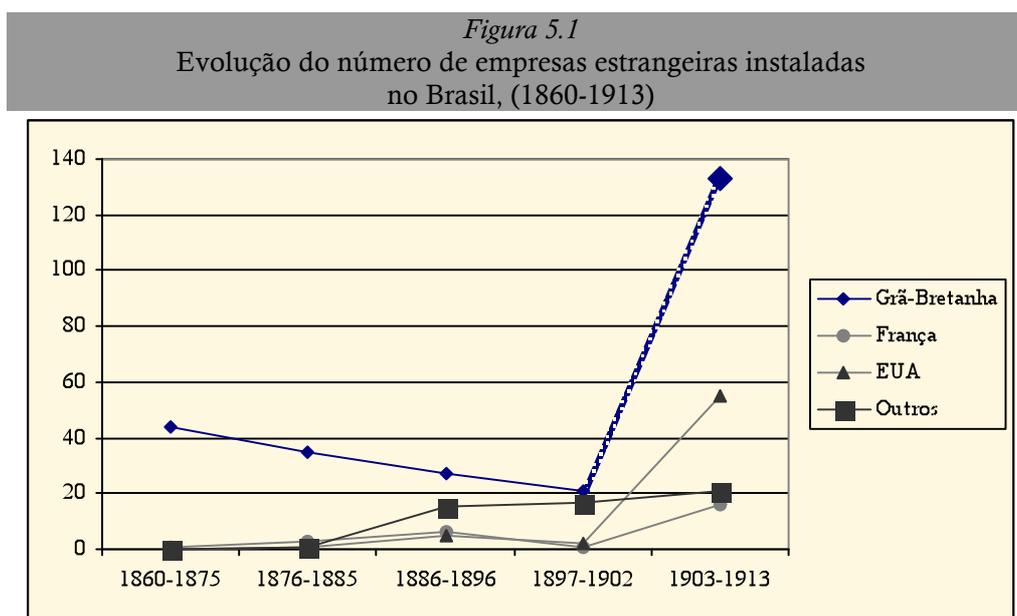
⁹¹ Idem, p. 173.

⁹² D'ANTHOARD, Baron. *Le progrès brésilien: la participation de la France*. Paris: Plon, 1911, p. 370.

⁹³ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 49-56.

cultural tradicional e de criação resolutamente nacional, nasceu na Paris da boêmia e das vanguardas ⁹⁴.

São muitos, enfim, os traços da presença que erigiu a França à condição de modelo universal no Brasil, criando condições para a conformação de uma potência que no país foi muito mais espiritual do que propriamente material. Nesse aspecto, entretanto, não há como negar que a presença do Hexágono deixou muito a desejar, sobretudo se comparada ao vigor das implantações econômicas no Brasil das potências européias concorrentes e mesmo dos EUA – por exemplo, entre 1860 e 1913, nada menos que 65% das empresas estrangeiras instaladas no país foram inglesas, enquanto 13% tinham controladores norte-americanos e 11% franceses ⁹⁵. Estes números escondem ainda outra informação importante: o ritmo das inversões da França começou a arrefecer a partir do final do século XIX, cedendo o seu dinamismo para a entrada vigorosa dos norte-americanos no país, conforme se observa na Figura 5.1.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 142 p.

⁹⁴ CARELLI, Mario. "Les brésiliens à Paris de la naissance du *romantismo* aux avant-gardes", in KASPI, André & MARÈS, Antoine. *Le Paris des étrangers depuis un siècle*. Paris: Imprimerie Nationale, 1989, p. 287-290.

É certo, entretanto, que a condição de proeminência espiritual manteve-se inalterada pelo menos até a década de trinta, quando por um lado, assiste-se a uma mudança sutil na percepção que tinham os brasileiros sobre a transcendência das fórmulas francesas sobre o seu desenvolvimento sócio-cultural e, por outro, verifica-se a emergência da concorrência de novos modelos universais, também europeus (alemão, italiano e espanhol), além do norte-americano.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a evolução destes modelos e o encapsulamento das referências francesas, que permaneceram afastadas dos contatos de massa, permitiram a sacração de uma nova referência cultural na forma da influência crescente dos EUA sobre o Brasil, tanto mais aceita porquanto se dirigia não apenas às elites, mas sobretudo aos segmentos populares. Acresce que essa nova empresa era a parte dada ao consumo de uma movimentação muito mais discreta que ganhou formas definitivas durante a conflagração, qual seja, a da finalização da guinada que vinha se verificando nas relações internacionais do Brasil, em suas dimensões políticas, econômicas e militares, em direção ao sistema de poder dos EUA ⁹⁶.

Mal concluída a conflagração mundial, as nações cuidaram de estabelecer novas prioridades. O Brasil acabara de fazer as suas escolhas internacionais, e elas não passavam preferencialmente pela Europa, e muito menos pela França – em verdade, o foco de sua atenção estava voltado para o encaminhamento das questões que nasciam das relações interamericanas e especialmente para as possibilidades de cooperação política e econômica com os EUA. Estabeleceram-se também para o Hexágono novos rumos, que convergiam para os problemas prementes da reconstrução, e da segurança nacional, conforme se entendia a questão alemã e a manutenção das rédeas sobre o império ⁹⁷. Assim, mediante a observação do rol majestoso de problemas internacionais que a França enfrentava naquele momento, parecia improvável que se encontrasse um lugar para o desenvolvimento das relações franco-brasileiras.

⁹⁵ Cálculos do autor, a partir de dados disponíveis em CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 142 p.

⁹⁶ A propósito, MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Isso posto, quais seriam as condições existentes para o reencontro da França e do Brasil no imediato pós-guerra?

2 – Os EUA entre a França e o Brasil

Em 1945, para além dos EUA e da América Latina, não existiam outros campos expressivos para a atividade da política externa brasileira. Por conseguinte, o afrouxamento dos laços que uniam a França ao Brasil foi um processo ainda mais perceptível, porquanto a guerra impôs entre as partes a intermediação dos norte-americanos, uma vez que as atitudes internacionais do Brasil passaram a se definir como um reflexo deliberado das posições norte-americanas ⁹⁸.

Com efeito, durante a guerra, o Itamaraty aprendera a deixar a iniciativa sobre as questões europeias ao Departamento de Estado, o que no caso das posições a tomar relativas à França, ganhou cores dramáticas. Tal alinhamento pode ser percebido na gestão das relações com o que restou da França após a derrota de 1940 e até o restabelecimento da República Francesa em 1944. Manter ou não uma representação em Vichy? Aceitar ou não um representante no Rio de Janeiro? Quando romper com a França colaboracionista? Deve-se reconhecer a soberania da França combatente sobre o império? Qual estatuto conferir ao Governo Provisório da República Francesa?

Após o desembarque anglo-americano na África do Norte no dia 8 de novembro de 1942, e a ocupação da zona de Vichy pelo exército alemão, três dias depois, a internação dos diplomatas estrangeiros acreditados junto ao governo colaboracionista acabou por criar um fato consumado, para o qual não havia muitas margens de interpretação – o Embaixador Luís de Sousa Dantas deixava de ser o representante brasileiro junto à França, que tecnicamente deixava de existir ⁹⁹. Ainda

⁹⁷ GROSSER, Alfred, *La Quatrième République et sa politique extérieure*. Paris: A. Collin, 1967, p. 8; CARMOY, Guy de. *Les politiques étrangères de la France, 1944-1966*. Paris: La Table Ronde, 1967.

⁹⁸ A propósito, MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 116 p.; e BANDEIRA, L. A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 497 p.

⁹⁹ O episódio é detalhado por Vasco Leitão da Cunha em *Diplomacia em alto mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 119.

assim, esperou o Itamaraty uma posição do Departamento de Estado sobre o que fazer com os diplomatas de Vichy, para então aceitar a solicitação do Embaixador Saint-Quentin, que estivera à frente dos negócios da embaixada desde 1940, de continuar representando os interesses da França Livre ¹⁰⁰.

Em março de 1943 o Itamaraty resolveu credenciar Vasco Leitão da Cunha como enviado especial junto ao Comitê Francês de Libertação Nacional – CFLN ¹⁰¹ estabelecido em Alger, mas não sem esperar pela aceitação da medida por parte do Departamento de Estado ¹⁰². Nesta oportunidade, o Ministério das Relações Exteriores comunicou por intermédio daquele diplomata que reconhecia Saint-Quentin como representante das autoridades francesas de Alger – o que foi feito, entretanto, sem nenhuma declaração oficial no Rio de Janeiro. No dia 26 de agosto de 1943 o CFLN foi reconhecido pelos EUA e pela Grã-Bretanha, e no dia seguinte pelo Brasil, mas esperou-se quase um mês para acreditar Cunha como delegado brasileiro junto ao mesmo ¹⁰³. O reconhecimento do Governo Provisório pelo Brasil se deu no dia 23 de outubro de 1944, ao mesmo tempo em que os EUA e a Grã-Bretanha o faziam.

Nessa movimentação, ressalta-se uma diferença entre as posições relativas ao reconhecimento do Governo Provisório: enquanto os EUA e a Grã-Bretanha reconheciam as novas autoridades com algumas restrições (como representantes apenas de parte dos interesses franceses), o Brasil e a União Soviética o faziam integralmente. Semelhantes na forma, os atos de reconhecimento encerram pequenas sutilezas que evidenciam um crédito pioneiro que o Brasil dava ao restabelecimento da

¹⁰⁰ Este episódio é marginalmente demonstrado na documentação brasileira, à exceção dos fundos Osvaldo Aranha do CPDOC, mas existem boas demonstrações na documentação francesa. Por outro lado, parece que a documentação norte-americana é mais profícua para o entendimento destas poderosas vinculações, o que é muito bem explorado por Denis Rolland em seu estudo *L'Amérique Latine et la crise du modèle français: Marianne, du miroir à l'enjeu de mémoire – représentations et images de la France à la première moitié du Xxe siècle*, Ouvrage présenté em annexe du mémoire de synthèse em vue de l'habilitation à diriger des recherches, Paris: Mimeo, 1998. Registre-se especialmente p. 334-391.

¹⁰¹ O Comitê Francês de Libertação Nacional foi criado em 12 de junho de 1943 na Argélia, sob a presidência conjunta do General de Gaulle, como chefe militar, e do General Giraud, como chefe político. A partir de outubro de 1943 de Gaulle concentrou as duas funções, transformando o Comitê em Governo Provisório da República Francesa, em 3 de junho de 1944.

¹⁰² A propósito, CUNHA, Vasco Leitão da. *Op. Cit.* P. 114-123. Neste depoimento, Cunha relata os objetivos de sua missão, na qual se fez acompanhar de Mozart Gurgel Valente, e lança luzes sobre os objetivos da presença brasileira em Argel, e entre outros, apresenta o fato de que seguiu para a África do Norte com cartas de apresentação do Embaixador Caffery, representante norte-americano no Rio de Janeiro.

¹⁰³ *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*, 1944.

França em toda a sua plenitude ¹⁰⁴. Essa posição, que foi recomendada e insistentemente defendida por Cunha junto a Osvaldo Aranha, marca o início da retomada das relações diplomáticas franco-brasileiras, o que se concretizou com a nomeação do Embaixador Frederico Castelo Branco Clark como representante do Brasil em Paris, ainda em 1944.

No início de 1945, o Brasil era um dos sete países latino-americanos a manter uma missão diplomática em Paris, e o GPRF era representando em todos os países da América Latina, à exceção da Argentina, do Paraguai e do Panamá ¹⁰⁵.

O reencontro entre os dois países, contudo, tinha vícios de formação que tardariam a ser sanados: Washington passou a ser o único denominador comum existente no caminho entre Paris e o Rio de Janeiro, porquanto a referência norte-americana assumiu um vulto nunca antes verificado nas relações internacionais do Brasil, e muito menos nas da França. Com isso, instalavam-se os EUA no coração das relações franco-brasileiras, agindo como elo de ligação entre as partes e confirmando que a definição de prioridades de uns e de outros necessitavam, para a sua realização, dos aportes materiais ou políticos dos norte-americanos ¹⁰⁶.

3 - A retomada das relações bilaterais

O período das relações franco-brasileiras compreendido entre 1945 e 1955 foi inteiramente consagrado pelas partes às avaliações das possibilidades que existiam para a retomada e para o desenvolvimento das relações bilaterais em ritmo sustentado, ou pelo menos, para além das banalidades diplomáticas.

É certo que o congelamento dos contatos durante a guerra teve efeitos desastrosos para as relações entre os dois países. Nesse sentido, a percepção dos estragos deixados pela conflagração acabava por compor um quadro desolador, vez

¹⁰⁴ CUNHA, Vasco Leitão da. *Op. Cit.*, p. 120-122.

¹⁰⁵ Os demais países eram Chile, Peru, Equador, Colômbia, México e Cuba. ROLAND, Dennis. *Op. Cit.*, p. 338.

¹⁰⁶ Carta de Etienne de Croy, encarregado de negócios da França no Brasil, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, sobre "Les Relations franco-brésiliennes", 30/09/1947, número 397, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 20.

que dessa feita não se tratava de simplesmente providenciar condições para a retomada dos fluxos de comércio e de investimento, e bem ou mal, encaminhar eventuais questões que tivessem permanecido pendentes durante os anos de ausência, mas de construir uma nova presença econômica, política e cultural, tendo em vista inclusive, a nova configuração internacional de poder e a inserção dos dois países nesse arranjo.

Demoraram os franceses a perceber a dimensão dos estragos causados pelo conflito ao pequeno edifício que haviam construído no Brasil até 1940. Tanto que as primeiras avaliações faziam crer que a retomada não seria de todo um processo impossível, crendo-se nas facilidades proporcionadas pela "tradicional amizade franco-brasileira", com o que se expressavam os vínculos eternos de simpatia sempre manifestados pelas gentes e pelo governo do país ¹⁰⁷. A vinda de importantes missões nos dois anos que se seguiram ao restabelecimento de relações diplomáticas, com o objetivo de saudar o reencontro das duas nações e, mais precisamente de avaliar as condições existentes para o desenvolvimento das relações bilaterais, proporcionaram essa avaliação ¹⁰⁸. É verdade que havia problemas muito importantes a serem ultrapassados, em especial para o desenvolvimento das relações econômicas, mas até nesta área, como na cultural, o eclipse da Alemanha e da Itália garantia margens sobre as quais avançar ¹⁰⁹.

A idéia de que o caminho a percorrer para a normalização das relações bilaterais seria muito mais longo e tortuoso do que jamais haviam imaginado os franceses sobreveio-lhes apenas em 1947, quando da realização da Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, que deu provas da amizade e da importância

¹⁰⁷ Nota da Direção da América, "Projet de discussions en vue de l'élaboration d'un nouveau plan d'action en Amérique Latine", 30/12/1945, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1944-1952, Généralités, vol. 78; Nota Confidencial da Direção da América, "Dossier - Plan d'Action pour l'Amérique Latine", 1945, s/n, AMAE, Série Y Internationale 1944-1949, vol. 04.

¹⁰⁸ Relatório de fim de missão do Prof. Pasteur Valéry-Radot et Raymond Ronze na América Latina, - janeiro-julho de 1945, s/n; "Resume synoptique des rapports consacrés aux relations intellectuelles entre la France et les différents pays de l'Amérique latine", julho de 1945, s/n, ambos em AMAE, Série Relations Culturelles 1945-1947, sous-série Enseignement, carton 144; Carta do General Lattre de Tassigny, Inspetor Geral, para o Ministro das Forças Armadas, sobre "Dossier relatif au voyage en Amérique du Sud", 15/01/1948, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 71.

¹⁰⁹ Nota da Direção da América para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Voyage du Directeur d'Amérique en Amérique Latine", 04/03/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 70.

assumida pelos EUA na vida econômica, política, social e militar do Brasil ¹¹⁰. Entenderam, finalmente, que uma grande mudança ocorrera na atmosfera que presidira até antes da guerra as relações franco-brasileiras, manifestando na forma de um desinteresse crescente da opinião pública para as coisas da Europa e da França, e que se manifestava igualmente no acolhimento que o governo brasileiro dava aos negócios que interessavam ao governo francês, sempre que tais questões lhes eram submetidas.

Naquele momento, cristalizava-se para os brasileiros um diagnóstico pessimista quanto ao futuro econômico das relações bilaterais e quanto às possibilidades que tinham a França e a Europa Ocidental de ultrapassarem as dificuldades da crise na qual se encontravam mergulhadas, e de reconstruírem economias suscetíveis de equilibrar e completar os aportes trazidos pelos EUA ao desenvolvimento do país ¹¹¹.

Percebiam também os franceses que a atitude de relativo alheamento dos brasileiros no desenvolvimento das relações bilaterais, para além da constatação das debilidades dos fluxos econômicos, encontrava origens na avaliação pragmática do que havia a ganhar e a perder naquele momento decisivo em que a cooperação norte-americana parecia poder deslanchar. Para os segmentos que se mostravam favoráveis à abertura do país aos capitais americanos, assistia-se ao alvorecer de uma nova era de desenvolvimento, que seria marcada pelo estreitamento dos laços entre os dois países. Para outros, que gostariam de conservar uma distância sanitária da potência americana, era certamente decepcionante constatar que a Europa não poderia lhes valer para nenhum socorro na circunstância ¹¹².

De conseguinte, perceberam os diplomatas franceses que aquela movimentação era o símbolo da conclusão do processo de lento destacamento do Brasil, e de toda a América Latina, com relação à Europa e, no que lhes interessava, à França. Do

¹¹⁰ Carta de Hubert Guérin, Embaixador da França no Rio de Janeiro, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "La Conférence de Rio de Janeiro", 08/09/1947, número 345, AMAE, Série Y Internationale, 1944-1949, vol. 06.

¹¹¹ Carta de Etienne de Croy para o Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, sobre "Les Négociations économiques entre le Brésil et les Etats Unis", 30/09/1947, número 382, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 23.

¹¹² Carta de Etienne de Croy, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, sobre "Les Relations franco-brésiliennes", 30/09/1947, número 397, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 20.

mesmo modo, tornara-se claro que a referência francesa no imediato pós-guerra não apresentava as instrumentalidades que supunham ter os representantes daquele país, e nem mesmo poderia o governo brasileiro apresentá-la à opinião pública nacional ou aos EUA como o pivô de um argumento concorrencial que se alimentasse da possibilidade de desenvolvimento de vínculos com o continente europeu e com a França, e permitisse a criação de capital de barganha para manejar a empresa norte-americana sobre o Brasil ¹¹³.

Decididamente, a diplomacia brasileira não cogitou a idéia de utilizar naquele momento as relações franco-brasileiras como argumento de diversificação das relações exteriores do país. Para a França, eram reservados objetivos mais prosaicos, a constatar-se as debilidades diversas que caracterizavam as relações bilaterais naquele momento da retomada – e não poderia ser diferente, tendo em mente o quadro de abandono dos negócios bilaterais que finalmente se descortinava, dois anos depois do restabelecimento dos contatos entre os dois países.

4 – As Relações econômicas

Havia um problema, portanto, na retomada das relações bilaterais - antes de mais nada, era necessário buscar uma instrumentalidade para os contatos entre as duas nações, que situasse o relacionamento bilateral ao alcance de interesses comuns que uma economia devastada como a francesa poderia efetivamente realizar. Mas, por onde começar, se a ausência prolongada do Hexágono havia destruído as bases que poderiam propiciar o relançamento das relações bilaterais?

Para tornar mais complexo tal problema, as posições econômicas que não foram perdidas, como na área comercial, começaram a ser deliberadamente desmontadas pelos próprios franceses – que fizeram tênues os fluxos financeiros, repentinamente cruciais para o seu processo de reconstrução.

¹¹³ Nota da Direção da América, "La position de la France en Amérique Latine", 01/09/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1944-1952, Généralités, vol. 78.

Com efeito, desde 1945 que o desenvolvimento das relações comerciais não apenas com o Brasil, mas com toda a América Latina, vinha sofrendo grandes contratempos, e se fez ainda mais difícil pela penúria de divisas fortes e pela incapacidade da França de alavancar as suas exportações ¹¹⁴. Padeciam as posições do Hexágono nas correntes de comércio do Brasil dos problemas que se tornaram comuns aos principais parceiros comerciais europeus do país, sendo que o principal deles se situava na perda de espaços no mercado consumidor brasileiro, ocupados pelos EUA e pela Grã-Bretanha, que se mostraram, findo o conflito, capazes de entrar a retomada dos recém-chegados. Com efeito, as restrições impostas pelo *shipping pool* aliado constrangeram consideravelmente as importações e tornaram sumamente difíceis e caras as vendas para a América Latina ¹¹⁵.

O Brasil passaria a enfrentar problemas semelhantes pouco tempo depois, uma vez fechado o balanço da situação financeira deixada pela guerra. Desse lado, portanto, o desenvolvimento das relações comerciais também encontrava obstáculos: tendo se caracterizado há muito pela alta concentração de bens de luxo e produtos não-essenciais, as vendas da França ao país deveriam se adequar às políticas de equilíbrio da balança de pagamentos implementadas pelo governo brasileiro, uma vez que o estado de sua fazenda o obrigava a controlar estritamente a natureza de seus gastos, procurando evitar o retorno à euforia dos primeiros momentos do pós-guerra, durante a qual as compras mais inconsideradas deram lugar a uma hemorragia irremediável de divisas fortes ¹¹⁶. Assim, deveriam as importações brasileiras atender prioritariamente a uma demanda real, ou seja, teriam que se dirigir para a área de bens de equipamento, na qual tinham os franceses que lidar com a poderosa concorrência e com os meios de financiamento das exportações dos EUA ¹¹⁷.

¹¹⁴ Na retomada, permaneceram as relações comerciais sendo reguladas pelo Acordo Comercial de 1934 e pelo seu aditivo de 1936, em virtude do qual o Brasil acordava, a título de reciprocidade e salvo algumas exceções, a cláusula da nação mais favorecida aos produtos franceses.

¹¹⁵ Nota Confidencial da Direção da América, "Dossier - Plan d'Action pour l'Amérique Latine", 1945, s/n, AMAE, Série Y Internationale 1944-1949, vol. 04

¹¹⁶ Conférence à la Chambre de Commerce de Paris de M. Gabaudan, conseiller commercial de France à Rio de Janeiro, 18/02/1947, ACCIP, carton VI-6.30(13).

¹¹⁷ Carta de Hubert Guérin para o MAE – Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Les Relations économiques franco-brésiliennes", 18/05/1947, número 163, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 25; Nota da Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Les échanges franco-brésiliennes", 21/12/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 25.

O desenvolvimento das correntes de comércio com a França, especialmente, era afligido ainda por outro constrangimento: conforme já evidenciado, no pós-guerra, o Hexágono continuou se abastecendo de produtos produzidos pelo Brasil prioritariamente em suas fontes tradicionais, ou seja, no império. É possível mesmo observar que a guerra criou um aprofundamento desse comércio com a zona do franco: durante a década de trinta, a maior parte das importações francesas de café, por exemplo, provinha de países estrangeiros, sobretudo do Brasil, que chegou, em 1937, a atender a quase 80% das necessidades do mercado do Hexágono; devido à interrupção do comércio entre o Brasil e a Europa durante a guerra, ocorreu brusca alteração na orientação dessas correntes de importação, e a quase totalidade do café consumido na França passou a ser originário de suas colônias africanas. Acresce que a produção colonial, que havia registrado notáveis progressos durante a guerra, teve desde então o seu desenvolvimento ainda mais estimulado pelo governo francês¹¹⁸.

Ao final da guerra, o melhor meio de que poderiam dispor os estrangeiros para incrementar as vendas ao Brasil era o único que não era facilmente realizável, ou seja, comprando mais do país. Ora, o restabelecimento de direitos aduaneiros sobre o café verde teve conseqüências desastrosas nesse domínio, uma vez que as compras limitadas do produto, ao alimentar escassamente a conta em francos franceses do balanço de pagamentos de moedas inconversíveis, acabou por tornar o governo brasileiro reticente quanto às possibilidades de compras de bens de equipamento às

¹¹⁸ Para atender aos objetivos de promover a produção colonial, o governo francês adotou instrumentos diversos de política econômica. No período vê-se que o recurso às tarifas aduaneiras preferenciais (quando originárias de territórios coloniais, as importações francesas de café verde eram efetuadas livres da aplicação de direitos aduaneiros, ao passo que, se provenientes de outros países, estavam sujeitas ao pagamento de direitos 20% *ad valorem*); contingentes de importação (medida imposta em 1940, os contingentes foram acentuados nos anos seguintes, a fim de desviar para as colônias francesas uma parte substancial das compras francesas de café – graças a esse sistema, a França chegou a orientar para aquela área cerca de 80% de suas importações do produtos); mecanismos de preços (o governo francês fixava anualmente um preço mínimo em nível estável e superior ao do mercado internacional para a aquisição de café das colônias); investimentos e financiamentos (durante a guerra a França transferiu para o império quantidades apreciáveis de capitais públicos e privados que, sob a forma de investimentos diretos ou financiamentos, contribuíram de maneira direta ou indireta - plantações, construção de armazéns, expansão do sistema de transportes, ampliação dos portos – para o incremento da produção e da exportação de café. Conferir ofício de BRASEMB para MRE, "Estudo preliminar sobre o mercado francês de café. Reunião de Paris", 10/03/1965, número 158, AHMRE-B, Ofícios confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-68, caixa 77; Ofício de Antônio Mendes Vianna, Embaixador do Brasil em Paris, para Antônio B. L. Castello-Branco, ministro interino, sobre "O Mercado francês do café", 30/03/1965, número 234, AHMRE-B, Ofícios confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-68, caixa 77.

quais a França poderia interessar, perdendo o país boas oportunidades nas adjudicações internacionais para concorrentes europeus com acordos de pagamentos mais dinâmicos com o Brasil.

De todo modo, acontecimentos dessa natureza e a penúria dos meios de transporte acabaram retirando a França das correntes de comércio do Brasil por curto período. A sua reestréia como destino e origem do comércio exterior brasileiro, em 1946, deu-se ainda a tempo de se beneficiar da debilidade dos seus principais concorrentes no mercado do país. Ainda assim, entre 1945 e 1949, as vendas para a França ocuparam lugar marginal nas exportações brasileiras no período, situando-se o país na oitava posição entre os maiores clientes do Brasil, correspondendo a pouco menos da metade das exportações para o Reino Unido, e mesmo inferiores às correntes estabelecidas para clientes de menor capacidade de absorção, como a Itália e a Suécia. No balanço dos destinos das exportações do Brasil, a situação das compras efetuadas pela França só foi melhor do que as dos dois derrotados da guerra, Alemanha e Japão.

Padrão semelhante pôde ser observado na corrente inversa, a das importações, e na análise global das correntes de comércio. Conforme pode se notar nos dados da Tabela 5.1, a França não conseguiu aproveitar, enquanto era tempo, a oportunidade única de se firmar em sólidas posições no comércio internacional do Brasil, tendo em vista a ausência em especial do principal parceiro europeu do país, a Alemanha, e de um dos maiores parceiros em termos globais, o Japão. Mesmo do ponto de vista de suas posições antigas, custou o Hexágono a recuperar os mesmos índices de comércio mantidos com o Brasil antes da guerra – o comércio bilateral de 1950 equivale ao de 1938, e o quinquênio em tela se encerrou com a França se situando entre os sete maiores clientes e fornecedores do Brasil.

A análise das correntes de comércio exterior da França no mesmo período indica que o Brasil também ocupou posição marginal como cliente e fornecedor, inferior mesmo à da Argentina. Além da forte concentração em uns poucos parceiros, há que se ressaltar o fato de que pelo menos um quarto das vendas e compras do Hexágono se concentraram na União Francesa, sendo que dessa parte, quase 30% têm origem e destino nos territórios africanos concorrentes das pautas de exportação

brasileiras. Confirmava-se então que as relações comerciais esbarrariam no mesmo problema de que padeciam as relações franco-latino-americanas em geral, ou seja, da crescente perda de complementaridade econômica.

Tabela 5.1
Participação de parceiros selecionados nas correntes de comércio exterior do Brasil, percentual, 1945-1949

Países	1945	1946	1947	1948	1949	1945-1949
RFA	0,00	0,00	0,04	0,59	1,05	0,39
Argentina	6,96	4,36	4,60	5,45	4,88	5,10
Bélgica	0,80	3,04	3,49	3,72	4,42	3,37
Canadá	1,14	1,60	1,65	1,53	1,40	1,50
EUA	57,48	49,22	37,36	47,44	46,34	46,17
França	0,22	1,61	2,83	2,50	1,97	2,05
Grã-Bretanha	8,71	8,42	7,28	9,76	10,71	9,01
Países Baixos	0,39	1,91	1,87	1,70	1,96	1,68
Itália	0,22	3,21	2,16	2,27	2,07	2,12
Japão	0,00	0,00	0,00	0,04	0,09	0,03
Suécia	2,27	2,93	2,66	1,99	2,94	2,57
Outros	21,80	23,70	36,06	23,01	22,17	26,01

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de série estatísticas diversas: para os anos 1945-1947 e 1984-1995, dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1948-1949, 1985-1996); para os anos 1948-1953, dados de UNITED NATIONS, *Yearbook of International Trade Statistics* (1950-1953).

Tendo em vista as limitações do comércio bilateral, a reconstrução da presença econômica francesa ainda poderia se fazer pela via dos investimentos diretos. No período em questão não foi possível verificar, é certo, uma volta ao dinamismo relativo do pré-guerra, mas é patente que os fluxos de investimentos diretos franceses para o Brasil se recuperaram mais rapidamente do que as correntes de comércio. Chamados que foram às responsabilidades da reconstrução pelo governo francês ao final da guerra, os capitais voltaram a afluir de modo sustentado somente a partir de 1947, movimentação que se explica pelas primeiras grandes inversões ligadas ao setor financeiro (a criação do Banco Francês e Brasileiro, sucursal do Crédit Lyonnais) e pelos temores de eclosão de uma nova guerra na Europa, impressão para a qual concorria o acirramento das tensões entre as superpotências.

Tabela 5.2
Participação de parceiros selecionados nas correntes de comércio exterior da França, percentual, 1947-1949

Países	Participação
Argélia	11,08
EUA	11,01
África Ocidental e Equatorial Francesa	6,81
Alemanha	6,13
Reino Unido	5,74
Bélgica-Luxemburgo	5,33
Marrocos	4,94
Suíça	3,34
Holanda	3,03
Argentina	2,75
Tunísia	2,59
Itália	2,15
Arábia Saudita	2,12
Suécia	1,95
Brasil	1,30
Noruega	1,01
Dinamarca	0,98
Venezuela	0,93
Canadá	0,88
Portugal	0,44
Espanha	0,40
Outros	25,90

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de UNITED NATIONS, *Yearbook of International Trade Statistics*, diversos anos.

O balanço dos primeiros cinco anos da retomada das relações financeiras franco-brasileiras, especialmente dos fluxos de investimentos diretos, indica até um saldo relativamente positivo: surpreendentemente atingira o Hexágono a sexta posição entre os investidores que mais internalizaram capitais no Brasil, com uma fração mínima do que constituíam os capitais norte-americanos, e sempre se beneficiando da ausência da Alemanha e da incapacidade de investimentos maciços de outros parceiros importantes, como a Itália, conforme se depreende dos dados da Tabela 5.3. Há que ressaltar característica importante dessas inversões é a sua alta concentração em setores tradicionais da atuação francesa no Brasil, para o que contribuiu os grandes índices de reinvestimento das empresas francesas longamente instaladas no país, como a Société des Usines du Rhône, funcionando no setor de químicos e têxteis desde 1919 com o

nome de Rhodia e Rhodiaceta, e há muito uma das maiores instalações industriais fora do território metropolitano.

Tabela 5.3
Participação dos principais investidores nos fluxos totais de investimentos externos diretos recebidos pelo Brasil, percentual sobre o total (inclui reinvestimentos), 1945-1949

Países	1945-1949
EUA	43,89
Argentina	11,73
Holanda	10,31
Canadá	10,28
Reino Unido	8,52
França	4,98
Suíça	2,88
Itália	1,90
Bélgica	1,72
Alemanha	0,98
Dinamarca	0,65
Suécia	0,19
Japão	0,00
Outros	1,96

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP

Para além das restrições da capacidade de investimento francesa nesses anos do início da reconstrução, a situação dos investimentos já instalados no Brasil, entretanto, não favorecia o aumento dos fluxos de capitais. Desde o período da guerra que vinha se formando aos olhos dos inversionistas do Hexágono, a imagem de um país que não cumpria com os seus compromissos, e o que é mais grave, de governos dados a aumentar o patrimônio público com o capital alheio – com o que se sintetizava as nacionalizações que foram empreendidas desde o final dos anos trinta e não haviam sido compensadas. Essa questão constituía, naquele momento da retomada, o item principal da agenda bilateral.

5 - A definição da agenda bilateral

Entre 1945 e 1955, entregaram-se os diplomatas franceses e brasileiros à rearticulação das relações bilaterais, processo que foi pontuado pela definição de uma agenda que se apresentava então relativamente bem delimitada. Tinham os Estados questões pontuais que gostariam de encaminhar, em vertentes que se desdobravam dos aspectos econômicos, de interesse de ambos, às dimensões culturais, que mais interessavam à França do que ao Brasil. Subjacentes a essas, as questões políticas resumiram-se às demandas de apoio nos foros multilaterais para que a França pudesse enfrentar a oposição crescente ao colonialismo.

A agenda construída nesses termos evidenciava que o Brasil apresentava-se nas relações bilaterais mais como país demandado do que propriamente demandante. Enquanto fosse possível, a diplomacia brasileira deveria tentar encaminhar as questões mais espinhosas, como a das nacionalizações de haveres de súditos do Hexágono, a que procedeu o governo Vargas desde 1938, enquanto a diplomacia francesa não pudesse abrir mão de seu apoio nas questões coloniais.

De todo modo, as relações econômicas não se desenvolveriam a contento na primeira parte desse período (1945-1950), conforme já observado, considerando a capacidade restrita de absorção e de investimento externo que apresentava a França em reconstrução – assim, a consagração de projetos importantes de cooperação econômica poderia esperar momentos mais auspiciosos que, julgavam os brasileiros, chegariam quando a Europa estivesse novamente em condições de competir no mercado global. O encaminhamento das questões culturais seria graça concedida pelo Estado brasileiro em dimensão que se apresentava tão importante ao governo francês, mas tão imponderável ao primeiro.

5.1 - A questão cultural

A característica mais fundamental do que se pode denominar "questão cultural" da agenda franco-brasileira reside no seu caráter absolutamente abstrato, ou seja, o Estado francês jamais conseguira exteriorizar, nas suas relações com o Brasil, os seus desejos e, desse modo, propor encaminhamentos para uma questão que se apresentara, desde o seu início, como insondável ¹¹⁹.

Apesar das avaliações iniciais francamente otimistas quanto ao futuro das referências culturais no Brasil, cedo a diplomacia do Hexágono passou a enxergá-las com certo desassossego – afinal, constataria-se que o avanço norte-americano sobre corações que compunham a audiência francesa, para além de constituir claramente uma perda de prestígio em país tão "resolutamente francófilo", constituía o primeiro golpe para a alimentação do capital político que supunham os franceses dispor no Brasil ¹²⁰. Urgia devolver o país - a sua juventude, a sua classe média, como as mais abastadas – ao modo de pensar e à maneira de ver o mundo que tão bem caracterizavam o arco civilizacional de que supunham os franceses serem o centro ¹²¹. A multiplicação dos contatos intelectuais, das oportunidades de conhecer as letras, as artes e as ciências francesas rapidamente passou a ser compreendida como o meio de se assegurar de boas posições econômicas, e, sobretudo, de simpatias que se mostrariam fiéis quando a França fosse posta em acusação ¹²². Em outras palavras, os homens de Estado da França ainda alimentavam a crença de que as suas posições, nos domínios econômico e político, seriam salvas pelo *rayonnement* ¹²³.

O governo brasileiro jamais compreendeu essa questão, tão abstrata quanto de difícil encaminhamento. A França não dispunha de tão boas posições culturais no

¹¹⁹ Nota Confidencial da Direção da América, "Dossier - Plan d'Action pour l'Amérique Latine", 1945, s/n, AMAE, Série Y Internationale 1944-1949, vol. 04.

¹²⁰ Carta de Gilbert Arvengas para Georges Bidault, Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, "Rapport de fin de mission - évolution du Brésil et position de la France au Brésil", 10/11/1953, número 1077, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 36

¹²¹ Idem.

¹²² Nota da Direção da América, sobre "La position de la France en Amérique Latine", 01/09/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1944-1952, Généralités, vol. 78

¹²³ Carta de François Brière, encarregado de negócios no Brasil, para MAE – Direção da América, 27/09/1949, número 521, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 75.

Brasil? Não era tão comum aquele dito – "aos saxões o comércio, aos franceses a cultura"? Com efeito, centenas de instituições de ensino no Brasil eram mantidas por congregações religiosas de origem francesa, ainda que o interregno das duas guerras tenha-lhes impedido a necessária renovação, ao ponto em que no final da década de quarenta, muitas delas haviam se tornado mais canadenses, espanholas e mesmo brasileiras do que propriamente francesas ¹²⁴.

Falava-se no país de um certo Brasil Marista, que educava milhares de jovens rapazes da classe média, ao qual se juntava o prestígio das casas voltadas à educação das filhas da alta sociedade – Notre Dame de Sion, L'Assomption, Le Sacré Coeur de Marie de Béziers, Les Chanoinesses de Saint Augustin, Les Filles du Très Saint Sacrement, entre inúmeras outras, todas congregações que se espalharam de norte a sul do país, atendendo a uma clientela centenas de vezes superior à de qualquer outra empresa estrangeira no Brasil, complementando e por vezes até ombreando com os esforços dos governos federal e estaduais. A essa aparelhagem, juntava-se a poderosa rede de Alianças Francesas e um sem número de associações de amizade que se dispunham a promover as relações culturais ¹²⁵.

Para o governo brasileiro, essa era a mais formidável prova que poderiam dar os brasileiros da aceitação e do apego às coisas de França. No seu entender, inclusive, a presença cultural francesa se expandia no Brasil, apesar do avanço facilmente constatável da influência norte-americana. De outro modo, não fosse esse inventário suficiente, não dispunha o Rio de Janeiro de meios para deter o avanço de outras referências culturais. Se era esse o problema, que cuidasse o governo francês de investir mais na renovação dos quadros religiosos, garantindo um afluxo de sangue novo da metrópole, enquanto novos adeptos poderiam ser conquistados à causa da educação francesa por uma política de concessão de bolsas que capacitasse os noviços brasileiros, por exemplo ¹²⁶. Da mesma maneira, no Brasil não havia restrições para a concessão de bolsas de estudos em outras áreas, como tão bem conheciam os norte-

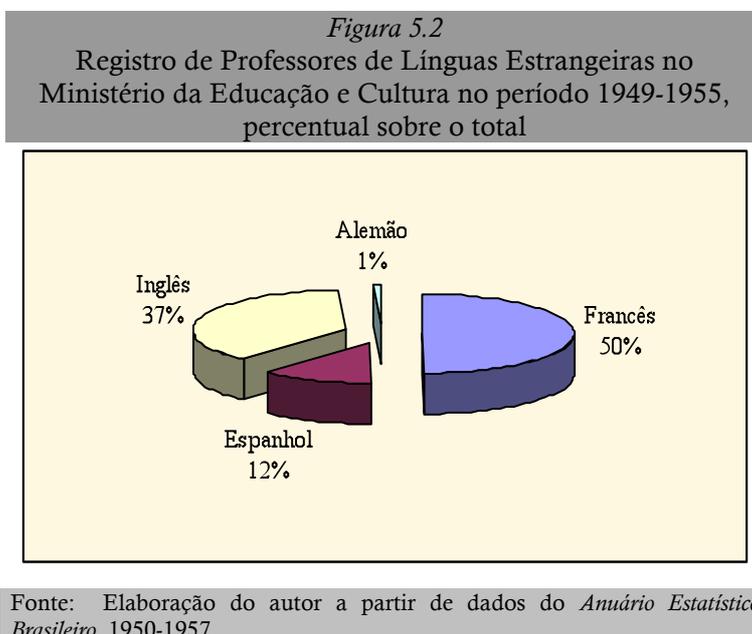
¹²⁴ Nota da Direção da América, sobre "La position de la France en Amérique Latine", 01/09/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1944-1952, Généralités, vol. 78.

¹²⁵ Carta de Paul le Mintier, Cônsul-Geral da França em São Paulo e Santos, para Bernard Hardion, 01/04/1954, número 65, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol. 103.

¹²⁶ Nota da Direção da América sobre "Les colonies françaises en Amérique Latine", data ilegível (1949), s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 75.

americanos, que levavam a estudar nos EUA todos os anos centenas de nacionais, desde militares até jovens engenheiros e cientistas sociais. Esta era seara na qual o Estado brasileiro não poderia, decididamente, dar a última palavra.

Um levantamento do número de professores de francês em formação no Brasil seria suficiente para demonstrar que, ao contrário do que imaginavam os diplomatas do Hexágono, as suas posições pareciam até bastante sólidas, como é possível observar na Figura 5.2. Com efeito, entre 1949 e 1955, de todos os jovens professores de línguas estrangeiras formados no Brasil, a metade estava apta a ensinar francês, ao que se seguem pouco menos de 40% que escolheram o magistério da língua inglesa para ganhar a vida. Por outro lado, a leitura desses dados também levam a constatações que amparavam as preocupações dos diplomatas franceses - dada a avassaladora oferta de recursos de treinamento, que pode se resumir a toda a rede de estabelecimentos de ensino de orientação francesa ou simplesmente francófila existentes no Brasil e há muito disponíveis nas principais cidades brasileiras, os números pareciam, em comparação com o inglês recém-chegado, até modestos. Urgia investir para deter o que se apresentava como a inexorável deterioração de posições.



Custou o governo francês a entender que os brasileiros se conquistavam pela oferta de meios, e que para reverter a decrepitude da aparelhagem de difusão cultural existente no Brasil, deveriam ser aplicados recursos que não estavam disponíveis, ou que se mostravam escassos o suficiente para serem desviados de regiões onde a alimentação da presença francesa era um imperativo. Os diplomatas no Brasil não se furtaram de alertar o Quai d'Orsay sobre as necessidades de investimento, uma vez que, segundo a sua avaliação, o recuo de posições era patente.

Na área militar, por exemplo, onde tinha a França um capital de prestígio até antes de 1940, os espaços foram totalmente ocupados pelos EUA, ao que somava um deliberado desleixo por parte do Hexágono: ainda que quisessem estudar em Saint Cyr, os oficiais brasileiros tiveram que se conformar com a generosidade norte-americana, uma vez que as bolsas de estudo concedidas pela França foram suspensas a partir de 1947. Na avaliação desanimada da Embaixada no Rio de Janeiro, a sobrevivência das posições culturais no Brasil seria o fruto da inércia, mas jamais de investimentos sustentados em uma política que revestisse de prioridade as relações com o Brasil nessa área ¹²⁷.

O que temiam os franceses não era propriamente o desaparecimento completo das referências culturais representadas pelo seu país, mas o amesquinamento de suas posições, ainda que não cuidassem de investir para mantê-las com o mesmo vulto do passado. Urgia assegurar, pela cooperação do governo brasileiro, boas posições para o ensino da língua francesa, que deveriam ser protegidas por legislações que resguardassem o seu lugar de proeminência no ensino brasileiro. No momento, as

¹²⁷ "La France pourrait-elle profiter de ce changement d'orientation pour tenter de ressaisir une partie de son influence, dans les domaines politiques et militaires? Nous l'avons prétendu, dès la fin de 1950 et nous continuons à le penser en 1953. Mais il faudrait, pour avoir une chance de réussir, qu'elle en ait, d'abord, la volonté, puis qu'elle consacre à cette tâche un minimum de moyens. Pour tout dire, il conviendrait qu'elle dégage les grandes lignes d'une politique sud-américaine; qu'elle concentre ses efforts sur deux ou trois pays de ce continent, dont le Brésil, et qu'une certaine stabilité gouvernementale lui permette de persévérer quelque temps dans la ligne qu'elle se serait ainsi tracée. (...) Or, six années d'expérience, nous ont enseigné que nos administrations s'intéressent, réellement, assez peu à cette partie du monde. Le Moyen-Orient, par exemple, paraît solliciter plus volontiers leur attention et leurs efforts. Ainsi (...) la répartition des crédits consentis par les Relations Culturelles en offre une preuve; les difficultés que nous venons de rencontrer à l'Economie Nationale pour certains projets, en donnent une autre. La "Défense Nationale", elle-même, absorbé par d'autres soucis, considère les problèmes de l'Atlantique Sud comme fort secondaires et d'une urgence lointaine" Carta do Coronel Buchalet, adido militar junto a EMBAFRANCE, para o MAE, sobre "Rapport de fin de mission de l'attaché militaires, naval et de l'air au Brésil", 15/06/1953, s/n, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 36.

audiências do ensino secundário eram divididas com a língua inglesa, ambas disciplinas obrigatórias para todos os estudantes brasileiros - na iminência de uma reforma do ensino médio, apenas uma delas sobreviveria. Tema renitente, entrara a sobrevivência do ensino da língua francesa no Brasil na agenda bilateral brasileira, formulada no momento em que as nações retomavam os seus contatos, e nela permaneceria até meados da década de noventa.

Na medida em que ganhava condições de investimento, o governo francês cuidou tarde de reinstrumentalizar os aparelhos disponíveis para uma expansão sustentada no Brasil, apesar da retração discreta que já se constatava da demanda por manifestações francesas. Inscreve-se nesse esforço, a construção da Maison de France no Rio de Janeiro, que agiu menos para ampliar a capacidade de atendimento, apesar da criação de um teatro e de uma galeria de arte, e mais para plantar no coração da capital federal uma prova da importância que o governo francês julgava dispensar aos seus negócios com o Brasil ¹²⁸.

Importante que era para o governo francês, a questão cultural jamais encontrou a mesma dimensão nas preocupações do governo brasileiro. Conformado com as posições francamente marginais que o Brasil ocupava nas manifestações culturais na França, basicamente restritas ao pequeno meio dos brasilófilos, o Rio de Janeiro mostrava-se satisfeito com a sua pequena rede de leitorados, espalhados pelas principais universidades francesas, e com um ou outro evento que de quando em quando pusesse na mídia metropolitana a arte nacional. Para tanto, cuidou o Itamaraty de adquirir instalações suficientes para acomodar os serviços da embaixada e a criação de uma Galeria Debret, enquanto tocava como podia a construção de uma Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris ¹²⁹.

¹²⁸ No edifício da Avenida Presidente Antônio Carlos instalaram-se os serviços do consulado e da expansão comercial, além dos escritórios de representação de algumas das principais empresas francesas funcionando no Brasil. Inaugurada em 1956, a Maison de France foi construída em terreno doado pelo governo brasileiro, que esperava reciprocidade para a instalação da Embaixada em Paris. Não obtendo retorno favorável do governo francês, o Itamaraty se conformou com a doação de terreno na Cidade Universitária da capital francesa para a construção de uma Casa do Brasil, onde residiriam estudantes brasileiros. Nota Secreta da Direção da América, sobre "L'inauguration de la Maison de France à Rio de Janeiro", 24/02/1956, s/n, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 42

¹²⁹ Questão que se arrastou desde o início dos anos cinqüenta, a construção da Maison du Brésil na Cité Universitaire, fundação pública mantida pela Universidade de Paris, somente se concluiu em 1958. Projeto de Oscar Niemeyer e Le Corbusier, o edifício atendia demanda antiga dos brasileiros que

5.2 – A questão colonial

Segundo ponto da agenda bilateral que se firmou no período da retomada, a questão colonial era um dos principais eixos das preocupações internacionais da França, cedo posta em acusação pelos nacionalismos que se firmavam na Indochina e no Oriente Próximo. Por outro lado, a questão compartilhava a marginalidade das questões culturais nas preocupações internacionais do Brasil, e estava longe de se constituir elemento de reflexão para o país ¹³⁰.

Com efeito, a especificidade dos debates sobre o colonialismo, tão cara aos franceses, foi ignorada pelos brasileiros pelo menos até o final da década de quarenta. Era possível perceber ainda em 1949 o nascimento de um forte sentimento de inquietação no interior do governo brasileiro, tanto no que dizia respeito aos rumos que tomaram a cooperação para o desenvolvimento dos EUA, quanto com a perturbadora perspectiva de que em breve teriam início investimentos de vulto para a promoção do progresso econômico do continente africano, com o que se temia pelo futuro das exportações de produtos primários.

Em discurso que pronunciou na sede da Associação América-Brasil em Nova York no início de dezembro daquele ano, o Secretário Geral do Itamaraty e chefe da delegação brasileira na Assembléia Geral da ONU ¹³¹, Cyro de Freitas Valle, afirmava que "a África constitui uma terrível ameaça para os países desse hemisfério que produzem café", precisando que essa ameaça provinha essencialmente da ajuda considerável que as colônias africanas estavam em condições de receber, de parte de suas metrópoles respectivas, cujas economias eram estimuladas pelo Plano Marshall, e diretamente dos EUA em aplicação do Ponto IV da declaração do presidente Truman.

estudavam na França, e cedo se converteu em pólo das manifestações culturais do país em Paris. A casa foi doada pelo governo brasileiro em 1971 à fundação Cité Universitaire, durante a embaixada de Heitor Lyra Tavares, com o que se esperava romper os vínculos com entidade que se tornara albergue de opositores do regime militar na capital francesa. Exposição de motivos do MRE para Emílio Garrastazu Medici, 17/05/1971, número 148, AHMRE-B, Exposições de Motivos, Presidência da República, caixa 411.

¹³⁰ Carta de Hubert Guérin para o MAE – Direção da América, "Le Brésil et la question coloniale", 07/05/1947, número 154, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 04.

¹³¹ Carta de Gilbert Arvengas para Robert Schuman, Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Inquiétudes brésiliennes en face de l'essor économique de l'Afrique", 05/12/1949, número 666, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 23.

"Se forem acordados os benefícios do Ponto IV, nós nos encontraremos diante de um ato involuntário de deslealdade, uma vez que a África receberá grande ajuda de dois lados de uma só vez, em detrimento de seus competidores latino-americanos. Essa concorrência é ainda mais grave quando se estima que os cursos da exploração dos produtos africanos são muito mais baixos que aqueles dos países sul-americanos, onde o custo da terra e a remuneração da mão-de-obra são mais elevados que na África" ¹³².

A opinião pública brasileira começava a se agitar com os rumos de uma questão que até então parecera ser de interesse circunscrito aos círculos diplomáticos. Em abril de 1950, o senador Ivo de Aquino, que fora delegado do Brasil no Conselho de Tutela, abordou o tema da concorrência desleal com as colônias africanas em discurso na tribuna do Senado Federal: "O Brasil nada tem contra a valorização dos recursos dos recursos do solo e do subsolo africanos, na condição, entretanto, que isso tenha em conta os interesses permanentes das populações autóctones. (...) O Brasil não pode considerar como favorecendo os interesses dessas populações planos de desenvolvimento que têm por objetivo essencial garantir às metrópoles excedentes de matérias primas, obtidos graças ao trabalho que se dá em condições pouco distintas da escravidão" ¹³³. O debate que se seguiu à repercussão na imprensa do discurso de Aquino alimentou as críticas à política do governo brasileiro por meses seguidos ¹³⁴.

Apesar dessas manifestações, que inflamavam a opinião pública e especialmente os meios de negócios, a problemática colonial passou a ser tema de

¹³² Dias depois, essa posição foi ressaltada por Teixeira Soares, chefe da divisão política do Itamaraty e articulista da rubrica de política internacional do *Jornal do Commercio*: "A América Latina, que detém cinco assentos no Conselho Econômico, deverá estabelecer um front único, tenaz, paciente, vigilante, e ativo, para fazer triunfar os interesses dos 150 milhões de habitantes que povoam nossos países, em geral, largamente dotados de recursos agrícolas e minerais... Se é verdade não se pode evitar a valorização econômica da África pelas potências coloniais européias, e que a industrialização da União Sul-Africana e da Nigéria seja um fato consumado, não é menos verdade que os Estados latino-americanos deverão se unir na ONU. Eles (...) deverão lutar com tenacidade para obter o emprego de capitais estrangeiros sobre seus territórios, não sob a forma de empréstimos, mas sob a forma de investimentos diretos. É evidentemente injusto que (os EUA) se preocupem com o desenvolvimento agrícola e econômico da África e que se negligencie a América Latina... Em política internacional não há sentimentalismos, mas realidades. Os povos que invocam razões sentimentais permanecem à margem dos acontecimentos... se se quer desenvolver economicamente a África, que se faça uma política idêntica para a América Latina". Idem.

¹³³ Carta de Gilbert Arvengas para Robert Schuman - Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le Brésil et la concurrence africaine", 26/04/1950, número 392, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 26.

¹³⁴ Em especial, conferir "O Itamaraty e a África", consagrado ao estudo do desenvolvimento econômico dos territórios africanos graças à ajuda financeira e técnica dos EUA, publicado na *Tribuna da Imprensa* em 09/06/1950, e a sua seqüência, publicada com o mesmo título no mesmo jornal em 26/06/1950.

interesse da atuação internacional do Brasil apenas a partir da administração Vargas. Na primeira mensagem ao Congresso Nacional, Vargas refere-se explicitamente aos desafios que a manutenção do sistema colonial impunham ao Brasil ¹³⁵. Rapidamente percebeu o governo brasileiro que a sua política tradicional de manter-se afastado dos debates acerca do colonialismo, que foi longamente entendida como uma postura que prestava favores à defesa do mundo ocidental, na medida em que se reconhecia o papel "protetor" das potências coloniais ao manterem afastadas das linhas de expansão do comunismo as suas colônias, prestava também desserviços à expansão econômica do país. Alguns setores do Itamaraty concordavam que urgia mudar a posição tradicional, uma vez que, nas palavras de João Carlos Muniz, chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas, "nossos interesses econômicos melhor servidos estariam com a emancipação dos territórios dependentes, onde o abuso da mão-de-obra indígena permite, hoje em dia, condições de produção que representam concorrência desigual em relação ao Brasil e outros países livres. A economia colonial, baseada em produtos de exportação, sem qualquer preocupação de elevar os padrões de vida e criar mercados internos, nos é, obviamente, prejudicial" ¹³⁶.

No que interessava à França, a atualização das posições brasileiras passou a ser objeto de preocupações quando as questões atinentes aos países do Levante, Tunísia e Marrocos, começaram a ser debatidas nas Nações Unidas, momento em que a "questão colonial" ganhou vulto e transcendência na agenda bilateral. Percebeu o governo de Paris que a tão valorosa amizade franco-brasileira tinha uma influência medíocre quando estouravam crises coloniais, ou questões a elas afetas nas Nações

¹³⁵ "Uma nova força vem surgindo no quadro internacional, que, sobretudo pelas afinidades econômicas com o nosso país, merece a especial atenção de nossa política externa: o continente africano. O Brasil não considera com qualquer espírito de rivalidade o desenvolvimento econômico dessa região. Entende, pelo contrário, que elas fazem jus a uma política de desenvolvimento do mesmo estilo previsto para todas as regiões atrasadas, não, porém, no sentido de criar, em pleno século XX, um extemporâneo colonialismo, mas no sentido de favorecer a rápida elevação do nível de vida de suas populações, capacitando-as para atingirem, tão cedo quanto possível, o padrão político de Estado. Todo colonialismo deve ser entendido como uma sobrevivência indesejável nos quadros da vida internacional de hoje. Ele se opõe ao ideal de elevação do bem-estar geral dos povos e introduz nos quadros do comércio internacional um fator de desequilíbrio, que compromete, cedo ou tarde, a unidade política das nações". BRASIL. Presidência da República. *Mensagem ao Congresso Nacional: remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1951*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951, p. 21-22.

¹³⁶ Carta de João Carlos Muniz, chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas, para João Neves da Fontoura, 14/8/1951, AHMRE-B - Ofícios secretos recebidos da delegação brasileira na ONU, 1951.

Unidas, visto que permaneciam as delegações brasileiras silenciosas diante das imprecações dos inimigos do colonialismo francês, e apenas os seus excessos constituíam motivos para uma intervenção discreta e moderada. Passava, pois, o Rio de Janeiro a se alinhar às maiorias da Assembléia Geral, para não ficar longe do tradicional anti-colonialismo latino-americano, manter pontos de contato com o mundo afro-asiático, e, sobretudo, atender às pressões dos meios sociais no âmbito doméstico.

O Quai d'Orsay não deixou de registrar a radical alteração nas posições brasileiras. Poucos anos antes, quando eclodiu a guerra da Indochina, uma ação eficiente com respeito ao governo e à opinião pública brasileiros, que se deu pela alimentação de notícias precisas, pelo concurso dos grandes jornais, pela ajuda de jornalistas conhecidos - aos quais foram encomendados estudos sobre o conflito - permitiu que a questão não ganhasse proporções maiores no cenário nacional. A Conferência de Fontainebleau passara despercebida e, quando se produziram reações duvidosas na imprensa ou nos meios governamentais, a propaganda americana girava a manivela do anticomunismo e as simpatias dos brasileiros se voltavam novamente para os franceses ¹³⁷.

Até então, o cálculo tradicionalmente feito por Paris para saber se contaria com o concurso do Rio de Janeiro nas questões coloniais que começaram a ser debatidas nas Nações Unidas era relativamente simples: partia-se da idéia de que o Brasil não se engajaria jamais em via oposta à dos EUA, e se os diplomatas brasileiros percebessem que posturas favoráveis à França atenderiam à política norte-americana, dariam o seu apoio às causas francesas; no silêncio ou na incerteza de Washington, e mediante o desinteresse da opinião pública nacional, o Itamaraty se esforçaria em prestar serviços discretos ao Quai d'Orsay. Em síntese, a diplomacia francesa entendia que o comportamento da sua congênere brasileira se inspirava, quando o assunto fosse as questões coloniais do Hexágono, na fórmula "nada por, nada contra" ¹³⁸.

5.2.1 – O Brasil e o colonialismo francês

¹³⁷ Nota secreta da Direção da América sobre "L'Amérique Latine et les questions coloniales", 04/06/1947, s/n, AMAE, Série Y Internationale, 1944-1949, vol. 06.

¹³⁸ Carta de Hubert Guérin para o MAE - Direção da América, sobre "Le Brésil et la question coloniale", 07/05/1947, número 154, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 04.

Como se portariam os brasileiros quando as questões coloniais do Oriente Próximo começassem a ser debatidas na ONU? Era de se prever que nesse caso a França não poderia contar com a cooperação fácil do Brasil, uma vez que os assuntos levantinos reuniam todos os atributos que afastavam o país de sua posição de equidistância relativa aos colonialismos: os brasileiros nutriam uma simpatia natural pela região, devida às esmagadoras influências das colônias sírio-libanesas, ao que se juntavam a hostilidade da Grã-Bretanha com a perpetuação da presença francesa no norte da África e a má-vontade dos EUA em velar pelo equilíbrio das potências européias na região.

A questão da Tunísia debutou nas Nações Unidas no início do ano de 1952, com a tentativa de convocação de uma reunião do Conselho de Segurança e das repetidas reclamações árabes e asiáticas provocadas pela reiteração do protetorado francês sobre aquele país do Levante, bem como pela recusa persistente do Hexágono em conceder-lhe autonomia. O Itamaraty julgou que seria aconselhável votar a favor da inclusão na agenda da Assembléia desta questão, o que permitiria angariar as simpatias dos países árabes e asiáticos para o atendimento futuro de demandas que o Brasil viria a apresentar, como a candidatura próxima ao Conselho de Segurança, a recondução à Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários e a presidência da Comissão Política durante a VII Assembléia ¹³⁹.

Quando surgiram na agenda franco-brasileira, as questões coloniais já estavam contaminadas pelas posições que o governo brasileiro vinha adotando, e, secundariamente, pelas pressões da comunidade levantina que há muito vivia no Brasil ¹⁴⁰. A influência das colônias sírio-libanesas no encaminhamento das questões coloniais apresentou peso importante no cálculo estratégico da política exterior brasileira, valendo enquanto o nacionalismo árabe estivesse disposto a denunciar as

¹³⁹ Carta de EMBAFRANCE para o MAE, sobre "L'Attitude du Brésil à l'égard du problème colonial", data ilegível (1951), s/n, AMAE, Série Papiers d'Agents (PA-AP), Gilbert Arvengas, vol. 11 (Embaixada da França no Brasil, outubro 1949 - novembre 1953).

¹⁴⁰ Telegrama da Direção Geral de Questões Políticas para as Embaixadas e legações da França na América do Sul, Central e do Norte, sobre "Politique coloniale aux Nations Unies", 17/10/1951, s/n, AMAE, Série B - Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 5.

mazelas do colonialismo europeu, mas sobretudo enquanto o governo brasileiro não sucumbia a sentimentalismos mais poderosos, como o português ¹⁴¹.

De todos os países latino-americanos, o Brasil era o mais suscetível às pressões das comunidades do Levante. Com efeito, o país recebeu entre 1880 e 1950 cerca de um milhão de sírios e libaneses, que deram origem a colônias ricas e politicamente influentes, amparadas por redes consulares eficientes e por obras culturais e de beneficência importantes no cenário nacional, conforme é possível verificar na Tabela 6.1.

País	Dimensão da Colônia
México	30.000
Cuba	20.000
Uruguai	20.000
Colômbia	8.500
Paraguai	3.000
Bolívia	3.000
Equador	800
Guatemala	100
Nicarágua	50
Argentina	500.000
Brasil	1.000.000

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da nota da Direção da América sobre "L'Amérique Latine et les pays arabes", 01/07/1953, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Généralités, vol. 145.

Desde 1945, a colônia vinha se manifestando por meio de violentas campanhas de imprensa contra a França, denunciando a presença "opressora" desse país no Marrocos e na Tunísia. Com o poder econômico que construíra, em breve, a comunidade levantina passaria a usufruir de meios de pressão sobre a imprensa de grande circulação, que não hesitou em utilizar. Em 1950, as casas de comércio sírio-libanesas eram as maiores anunciantes dos principais jornais do Rio de Janeiro e de

¹⁴¹ Sobre o colonialismo e a política exterior brasileira, conferir entre outros: SARAIVA; José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: EDUNB, 1996, 280 p; PINHEIRO, Leticia. *Ação e omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana (1946-1960)*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica/Instituto de Relações Internacionais, 1988, 152 p., dissertação de mestrado; PENNA Filho, Pio. *O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961): ensaio de mudança*. Dissertação de mestrado, Brasília: Universidade de Brasília, 1994, 175 p.

São Paulo, e patrocinavam nas duas cidades cerca de duas dezenas de programas de rádios ¹⁴².

Como as posições brasileiras na questão da Tunísia passaram a ser defendidas no contexto de articulações maiores que permitissem ao país ascender nas estruturas da ONU, elas assumiram um caráter francamente instrumental: cuidou o Itamaraty de que as posições brasileiras contemplassem os interesses do nacionalismo árabe, mas também permitissem a construção de um certo capital de barganha a ser utilizado junto à França. Assim, estavam descartados desde já excessos que tornassem inviáveis o diálogo com as partes: votou favoravelmente à inscrição da questão tunisiana na ordem do dia da Assembléia Geral de 1951, mas foi contrário à convocação de uma sessão extraordinário do Conselho de Segurança para deliberar sobre o assunto.

A postura mediadora que acabara se conformando atendia plenamente os objetivos que o Itamaraty havia traçado. Conforme se deduz dos dados do Quadro 5.1, a evolução das votações do Brasil nas comissões especializadas da ONU indica que a delegação votou sistematicamente contra os interesses da França, mas ainda assim conseguia a diplomacia brasileira lançar mão de uma imagem conciliadora ¹⁴³.

Quadro 5.1 Resultados das votações de interesse da França sobre

¹⁴² Nota da Direção da América sobre "L'Amérique Latine et les pays arabes", 01/07/1953, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Généralités, vol. 145.

¹⁴³ A propósito, sobre o encaminhamento por parte do Brasil da questão tunisiana, conferir *Correio da Manhã*, 05/12/1952, 10/12/1952, 14/12/1952; sobre a questão marroquina, *Correio da Manhã*, 17/12/1952, 18/12/1952, 21/12/1952, 23/12/1952.

aspectos das questões coloniais, 1951-1952				
Item em votação	Brasil	Argentina	México	EUA
Adiamento da discussão sobre a questão da inscrição da questão marroquina na ordem do dia definitiva (Assembléia Geral, 13/12/1951)	Desfavorável	Favorável	Favorável	Desfavorável
Consulta do Secretário Geral sobre a convocação de uma sessão extraordinária da Assembléia consagrada à questão tunisiana (20/07/1952)	Desfavorável	Favorável	Abstenção	Desfavorável
Moção egípcia tendendo a estudar imediatamente após a questão da Coreia as questões tunisiana e marroquina (Primeira Comissão, 10/12/1952)	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável
Artigo 1º de uma resolução do Paquistão, lamentando que a delegação francesa não esteja presente aos debates e instando o governo francês a reconsiderar a sua decisão (Primeira Comissão, 10/12/1952)	Abstenção	Favorável	Abstenção	Abstenção
Artigo 2º da Resolução paquistanesa decidindo que se pode convidar o Beí de Túnis a nomear um representante para tomar parte, sem direito de voto, nos debates (Primeira Comissão, 10/12/1952)	Abstenção	Favorável	Abstenção	Desfavorável
Parágrafo 7 do projeto árabe-asiático recomendando a "retomada das negociações entre o governo da França e os verdadeiros representantes do povo da Tunísia, em vistas de dar efeito ao direito do povo tunisiano de dispor dele mesmo e de satisfazer suas aspirações nacionais (Primeira Comissão, 12/12/1952)	Desfavorável	Favorável	Favorável	Desfavorável
Parágrafo 12 do projeto árabe-asiático decidindo inscrever a questão tunisiana na ordem do dia provisória da VIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral (Primeira Comissão, 12/12/1952)	Desfavorável	Favorável	Favorável	Desfavorável
Conjunto do projeto árabe-asiático (Primeira Comissão, 12/12/1952)	Desfavorável	Favorável	Abstenção	Desfavorável
Emenda indiana tendente a suprimir a 4ª alínea do projeto latino-americano, que previa que a Assembléia Geral deveria expressar a sua confiança em que o governo francês se esforçaria em favorecer o desenvolvimento efetivo das livres instituições do povo tunisiano (Primeira Comissão, 12/12/1952)	Desfavorável	Favorável	Abstenção	Desfavorável
Emenda indiana tendente a adicionar uma nova alínea para solicitar ao Presidente da Assembléia Geral que siga o curso das negociações e de fornecer, a seu critério, a ajuda que poderia ser necessária ou útil (Primeira Comissão, 12/12/1952)	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Desfavorável

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da nota da Direção da América sobre "L'Amérique Latine et les pays arabes", 01/07/1953, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Généralités, vol. 145.

Disposta a encaminhar as questões do colonialismo, com o que o Brasil ganhava posições dos dois lados, e evitar uma ação direta das Nações Unidas na Tunísia e no Marrocos, a delegação brasileira apresentou repetidas vezes posições conciliadoras, apelando para que o Hexágono não rompesse o diálogo com os movimentos nacionalistas dos seus protetorados. Assim, apresentou o Brasil propostas de resolução nessa direção, depois encampadas pelos demais países latino-americanos, em que se exortava as partes à negociação pacífica e urgente, com o objetivo último de

se chegar à constituição de governos nacionais tanto para a Tunísia quanto para o Marrocos.

Quando a Liga Árabe inscreveu na ordem do dia da Assembléia Geral da ONU de 1952 a questão marroquina, o Rio de Janeiro não mais fazia favores ao governo de Paris, conforme a sucessão de atos empreendidos a respeito da atualização das posições brasileiras sobre o colonialismo dava a entender. Entretanto, verifica-se que o governo brasileiro não logrou utilizar o capital de barganha que construía para encaminhar a questão que mais lhe interessava na agenda bilateral que foi definida no período da retomada, qual seja, a do contencioso financeiro. Rapidamente se assistiria ao desmantelamento de todo o trabalho de mediação nas questões levantinas que fora consistentemente empreendido nos primeiros três anos do governo Vargas, com o que o Brasil perdia não apenas estatura como articulador dos países latino-americanos, mas condições de fortalecimento de suas posições como interlocutor válido no sistema internacional.

Com efeito, a ascensão de Vicente Ráo ao Itamaraty, em julho de 1953, marcou o retrocesso na questão. Em nome da "tradicional amizade franco-brasileira", o novo Chanceler cuidou de imprimir posturas mais conservadoras no trato das questões coloniais, chegando mesmo a proceder a reviravoltas completas nas posições até então adotadas. Assim, a delegação brasileira à VIII Assembléia Geral da ONU, ainda em 1953, foi instruída a abster-se ou votar contrariamente em proposições que ferissem os interesses da França. A mudança na política que vinha sendo implementada evidenciava, no início do período de instabilidade que caracterizaria o governo Vargas até o seu final, a existência de uma disputa surda no interior do aparelho de Estado quanto à condução da política externa, que teve por resultado a perda de capacidade da Presidência da República de impor mudanças às orientações internacionais, que assim retornavam às suas posições tradicionais de apoio aos colonialismos ¹⁴⁴.

Com o retorno às posturas tradicionais e, em breve, com o início das discussões sobre o colonialismo português, perdia irremediavelmente o Brasil a oportunidade histórica de aproveitar as questões coloniais para encaminhar outras questões de seu interesse. Ainda que pretendesse barganhar ponto a ponto o seu apoio às questões de

¹⁴⁴ PINHEIRO, Leticia. *Op. Cit.*, p. 50-51.

interesse do Hexágono, o apoio irrestrito a Portugal balizou o comportamento brasileiro em todas as questões coloniais, sem que se pedisse nada em troca. Com a sustentação da tese de que as colônias constituíam partes dos respectivos territórios metropolitanos, na forma de províncias ou departamentos de ultramar, não pôde o Brasil aproveitar a mais importante de todas as questões coloniais francesas, a Argélia, para a qual a França empenhou-se como nunca para conseguir apoios pelos quatro cantos do mundo.

As relações franco-brasileiras adentraram na década de cinquenta tocadas por uma agenda que se construía, em linhas gerais nos primeiros dias do pós-guerra, sendo que nela o Brasil foi perdendo gradualmente o perfil de país demandado. O período que se abria nas relações bilaterais passa a ser o tempo das tentativas frustradas do encaminhamento dos itens remanescentes da agenda, especialmente do contencioso financeiro, questão que se mostraria tão mais polêmica devido aos interesses envolvidos, quanto de difícil encaminhamento, dadas as reações desfavoráveis que o assunto causava na opinião pública brasileira.

Em pouco tempo, toda a agenda bilateral se ditaria no ritmo e de acordo com as pretensões da França, já com condições econômicas de se apresentar como uma alternativa econômica válida como fonte supridora de financiamentos e para absorver parcelas crescentes das exportações brasileiras, ao tempo em que outros itens foram se agregando, como a constituição do Mercado Comum Europeu e o problema do desvio dos mercados consumidores de café.

Os anos vindouros seriam caracterizados pelo desacordo de posições e pelas desavenças recorrentes, o que se deu pela incapacidade que passaram a demonstrar os Estados de encaminhar criativamente os seus negócios, e tendo em vista aspectos positivos para as relações bilaterais. Tinham início os anos terríveis das relações franco-brasileiras, que deixariam em suspenso a cooperação econômica e inviabilizariam a política, e, com o suceder de conflitos que dariam o tom das relações bilaterais desde então, se apresentaria o quadro de uma parceria que se bloqueara no nascedouro.

Capítulo 6

Annus Terribilis: a parceria bloqueada (1955-1962)

Depois da retomada, as relações franco-brasileiras pareciam por um breve momento tomarem rumos mais auspiciosos. Ao concluir-se a primeira metade da década de cinqüenta, as economias européias apresentavam sinais alentadores de que poderiam constituir boas opções para o rompimento do círculo de ferro em que se enclausuraram os países da América Latina com a dependência exclusivista dos EUA.

O início do processo de integração econômica, os índices crescentes na produção e nas correntes de comércio, a retomada sustentada das inversões de capitais feitas nas antigas áreas de prioridades, são todos sinais que davam a indicar que, finalmente, chegara o momento da decolagem das relações entre o Brasil e a Europa. Poderia se dizer o mesmo das relações franco-brasileiras?

A agenda bilateral que nascera tênue, sob o signo das debilidades econômicas das partes e das prioridades irreconciliáveis que consagraram os Estados em suas relações internacionais, poderia ser acrescida de novos temas que permitissem ampliar as linhas de cooperação política e econômica, como vinham fazendo o Brasil com outros países europeus. Entretanto, o que se observou foi justamente o contrário: no período que se abriu em 1955 e se estendeu até 1964, as relações franco-brasileiras foram tomadas pela administração da agenda de contenciosos, que foi consistentemente aumentada pela inclusão de novos temas. Em breve, os contatos entre os dois países tornariam evidente que as nações não encontraram pontos de apoio para o desenvolvimento de projetos e, portanto, permaneceram com muito pouco o que ser construído em conjunto, que as sociedades ignoravam-se e que os Estados faziam eco ao desinteresse comum, muitas vezes para ele contribuindo.

Estavam bloqueadas as condições para a construção de uma parceria profícua, que redimissem as décadas de desinteresse que caracterizaram as relações franco-

brasileiras até então. Entregaram-se os Estados ao espetáculo de incompreensão recíproca que constituem os anos terríveis das relações bilaterais.

1- O contencioso financeiro

Questão definida no período da retomada das relações franco-brasileiras, o contencioso financeiro constituiu o mais denso dos obstáculos para o desenvolvimento dos contatos bilaterais. As denominadas "questões financeiras" tiveram origem com as nacionalizações de haveres de súditos franceses a que procedeu o governo brasileiro durante a segunda guerra, e constituíram o principal item de que passaram a cuidar os Estados em seus contatos desde os primeiros dias de 1945 e até a sua completa resolução na segunda metade da década de sessenta ¹⁴⁵.

Compunham a questão as nacionalizações das seguintes companhias: Banco Francês e Italiano para a América do Sul - SUDAMERIS, Banco Hypothecário de Minas Geraes, Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, Companhia Estrada de Ferro Vitória – Minas, e Companhia Port of Pará.

Alguns destes casos foram rapidamente solucionados, ainda que o concurso do Estado francês tenha sido necessário em todas as etapas de encaminhamento, como aconteceu com o Sudameris; outros percorreram caminhos distintos e desapareceram das vistas das relações bilaterais, sendo antes resolvidos por via judiciária, como sucedeu com o Banco Hypothecário; o restante constituiu o que se denominou o "contencioso franco-brasileiro".

¹⁴⁵ Há que se ressaltar que a existência de um pesado contencioso financeiro a embolar o desenvolvimento das relações bilaterais não era privilégio exclusivo das relações franco-brasileiras. As relações anglo-brasileiras também padeceram até a década de sessenta com as conseqüências da falta de encaminhamento de um pesado contencioso, que se dividia em quatro grupos: a) as Northern Utilities, composta pelas questões da Pará Electric Tramways and Lighting Co.; Ceará Tramway, Light and Power Co.; Manaus Tramways and Light Co.; b) as questões resultantes da incorporação da Itabira Iron Ore Company; c) questões tributárias envolvendo a British Overseas Airways Corporation; d) a questão da nacionalização da São Paulo Railway Company. Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville – Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Le contentieux financier anglo-brésilien", 17/10/1961, número 181, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol.52.

1.1 - Os bancos

O Banco Francês e Italiano para a América do Sul se instalou no Brasil em 1910 como sucursal da Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud, empreendimento no qual se associaram duas das mais prestigiadas e capitalizadas bancas européias, a Banque de Paris et des Pays Bas – PARIBAS e a Banca Commerciale Italiana - COMIT, com sede em Milão. No país, o banco prosperou no financiamento de exportações e como banco múltiplo, servindo às empresas francesas e italianas instaladas no Brasil e aos grandes empreendimentos nacionais, chegando a ter, às vésperas da segunda guerra mundial, uma das maiores redes de agências do sistema bancário brasileiro ¹⁴⁶.

Com a decretação de estado de beligerância contra a Itália, o banco foi incorporado ao patrimônio nacional pelo Decreto Federal publicado no dia 24 de agosto de 1942, junto com as casas bancárias alemãs que operavam no país (Banco Alemão Transatlântico e Germânico da América do Sul) ¹⁴⁷. Finda a guerra, não quis o governo brasileiro devolver aos antigos proprietários o patrimônio do banco, e a sua carta patente, alegando que durante o conflito parte das ações de propriedade da COMIT foram transferidas à Santa Sé como artifício para colocar a salvo de expropriação propriedade inimiga ¹⁴⁸.

Examinado pela Comissão Brasileira de Reparações a partir de 1945, o caso foi decidido desfavoravelmente para os interesses dos seus antigos acionistas, uma vez que parte do seu patrimônio imobiliário havia sido definitivamente incorporado às posses da União Federal. Sendo esta a questão, empenhou-se a Embaixada no Rio de Janeiro em tentar reverter o seu encaminhamento, ainda que os acionistas franceses tivessem participação minoritária na operação conjunta com os italianos, o que foi obtido no

¹⁴⁶ Note "Les relations entre Paribas e COMIT à travers SUDAMERIS", septembre 1992 – Archives du Paribas, Paris, carton 375, dossier 61.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Telegrama de EMBAFRANCE para MAE, sobre "Nationalisation des banques au Brésil", 10/12/1945, número 1705, AMAE, Série B Amérique 1944-52, Brésil, vol. 10.

início de 1947 ¹⁴⁹. Com a intervenção moderada e discreta da diplomacia francesa, desapareceu cedo este item do rol do contencioso franco-brasileiro ¹⁵⁰.

Os acionistas do Banco Hypothecário de Minas Geraes não foram tão felizes. Instituição criada em 1911 como sucursal de Messieurs Perrier & Cie. para operar em matéria de crédito hipotecário e agrícola a partir de garantias de lucro proporcionadas pelo governo do Estado de Minas Gerais, o Banco Hypothecário prosperou no Brasil, construindo até as vésperas da guerra uma rede de 85 agências, a terceira maior do país, que gerenciava um patrimônio constituído de imóveis e fundos de comércio avaliado, ao fim do conflito, em 800 milhões de cruzeiros ¹⁵¹. Em 1943, a instituição foi vítima de intervenção autorizada pelo governo federal (Decreto número 6.020, de 23 de novembro de 1943), com o objetivo de proteger os interesses dos acionistas franceses que se encontravam em território ocupado pelo inimigo.

Após ter tomado posse do Banco nestes termos, o governo estadual obteve do Rio de Janeiro autorização para incorporar os ativos da instituição ao seu patrimônio (Decreto número 6.953, de 12 de outubro de 1944), mediante expropriação pelo montante do ativo líquido figurando no balanço de setembro de 1944, equivalente a um quinto do valor estimado pelos acionistas franceses, que eram detentores de 95% do capital ¹⁵². Finda a guerra, tentaram os antigos proprietários reverter o resultado do Decreto de expropriação, solicitando à justiça brasileira a atualização por preço justo do patrimônio incorporado pelo Estado de Minas Gerais. Apesar de ter tentado influir no encaminhamento da questão, a diplomacia francesa conformou-se com a solução pela via judiciária, que encontrou o seu termo apenas no início da década de sessenta.

¹⁴⁹ Carta de Hubert Guérin para o MAE – Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Récupération des avoirs de la Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud", 24/12/1946, número 285, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 25.

¹⁵⁰ Após a II Guerra Mundial, a Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud abriu o seu capital para outros bancos europeus, como o Banco Indosuez, da França, em 1948, e para o Draesdner Bank e União de Bancos Suíços, em 1979. O Banco Sudameris do Brasil voltou a funcionar em 1947, e permaneceu um negócio franco-italiano até 1997, quando PARIBAS se retirou da sociedade na matriz francesa, vendendo a sua participação para a COMIT, que passou a deter 99,98% do controle acionário das operações globais. No Brasil, o controle acionário do Banco está assim dividido: 78,25% das ações pertencem à Banque Sudameris e 21,75% são de acionistas brasileiros. Note "L'Opération Sudameris", septembre 1997 – Archives du Paribas, Paris, carton 426, dossier 73.

¹⁵¹ Nota da Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "La Banque Hypothécaire et Agricole de Minas Geraes", 1951, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 26.

1.2 - *As utilities*

Por contrato aprovado em 1906, o governo brasileiro concedeu ao engenheiro Percival Faquhar autorização para executar obras no porto de Belém e hipotecou o produto de imposto de importação até que a Companhia pudesse perfazer juros de 6% do capital empregado. No mesmo ano, a licença que beneficiava aquele capitalista norte-americano foi transferida à empresa Port of Pará, parte do conglomerado Brazil Railways, com sede nos EUA e comportando capitais ingleses, norte-americanos, belgas e franceses.

Utilizando-se de manobras políticas, a Companhia conseguiu revisão do contrato em 1916, passando a receber indevidamente do Tesouro Nacional, até 1921, em vez do imposto de importação, dotações que se elevaram a 8%, ou mais, de juros sobre o capital. Em 1921, o Congresso Nacional foi alertado da irregularidade e se negou a aprovar as verbas necessárias àquele pagamento, enquanto o governo Epitácio Pessoa suspendia o pagamento da garantia de juros. Inconformada, a Companhia moveu ação contra a União, reclamando o pagamento da garantia, tendo perdido essa ação em primeira instância por sentença de maio de 1926 e, na apelação, por Acórdão de julho de 1947 do Supremo Tribunal Federal.

Em reconvenção, a União passou a exigir que a empresa lhe restituísse as quantias que recebeu indevidamente até 1921, pleito rejeitado pelo poder judiciário. Entre uma e outra sentença, em 1940, pelo Decreto-Lei número 2.142, de 17 de abril de 1940, o governo federal mandou ocupar a companhia até que esta fizesse a restituição dos valores, correspondentes à garantia de juros, e poucos meses depois, por meio do Decreto-Lei número 2.436, de 22 de julho do mesmo ano, a empresa era incorporada ao patrimônio nacional. Constituía objeto de contencioso com os acionistas, entre os quais súditos franceses, o problema de indenização do ativo que fora incorporado pela União, e os valores a serem pagos como diferença entre o valor dos ativos e da restituição de juros pagos indevidamente.

¹⁵² Nota da Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "La Banque Hypothécaire et Agricole de Minas Geraes", 10/03/1955, s/n, AMAE, Série Accords Bilatéraux, DE - BE, 1944-1960, Brésil, vol. 11.

O Decreto-Lei número 2.073, de 1940, incorporou ao patrimônio nacional a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, tendo previsto o resgate da emissão de debêntures no valor nominal de 500 francos cada uma, estabelecendo, para tanto, em seu artigo terceiro que - "O Ministério da Fazenda depositará no Banco do Brasil a importância de 48300 contos de réis, em apólices de juros de 5% ao ano, ao par, destinadas ao resgate das debêntures à razão de 150 mil réis cada uma". Essa importância seria destinada à indenização e resgate de 322 mil debêntures em circulação, das 565 mil que proporcionaram o capital de 283 milhões de francos que o governo brasileiro reconhecia como efetivamente aplicado no Brasil. O Governo Federal não efetuou o depósito a que se obrigara e os portadores daquelas debêntures, por intermédio do Governo Francês, informaram que não aceitavam tal indenização, considerada muito baixa ¹⁵³.

A encampação São Paulo - Rio Grande se justificava, no entender do governo brasileiro, entre outros, pelos seguintes motivos: a) a empresa devia ao tesouro nacional importância superior a 3 milhões de libras esterlinas; b) com recursos provindos do Tesouro, a empresa adquirira ações de outras sociedades; c) haviam sido infrutíferos os esforços para entender-se com os obrigacionistas da Estrada; d) tendo sido sempre deficitárias as linhas férreas, o patrimônio da empresa só se podia ter formado com receitas e lucros sonogados, excluída a inversão do produto das debêntures emitidas no exterior; e) todo o acervo da empresa teve origem direta ou indireta em operações de crédito realizadas no estrangeiro e em contribuições dos cofres públicos do Brasil.

Tudo isto dito na própria lei de encampação significava que o governo se julgava no direito de se apossar da empresa e se considerava na obrigação de liquidar a única dívida que reconhecia, ou seja, o resgate das debêntures que ainda estavam em circulação no exterior. Entendia o governo brasileiro que o ressarcimento dos prejuízos que sofrera ao longo das operações da empresa se fez com a transferência do patrimônio da empresa à União, composto pelo próprio parque ferroviário, por

¹⁵³ Carta de Carlos C. de Ouro Preto, Embaixador do Brasil em Paris, para João Neves da Fontoura, 31/08/1951, número 177, AHI, Estudos e Relatórios, maço 39937.

terrenos urbanos e propriedades rurais, pelo jornal *A Noite*, pela Companhia Editora Nacional S.A. e pela Sociedade Civil Rádio Nacional ¹⁵⁴.

A Companhia Estrada de Ferro Vitória - Minas foi incorporada ao patrimônio nacional por meio do Decreto-Lei número 4.352, de 1º de junho de 1942, passando a compor de imediato a base de operações da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, engrenagem de fundação da Companhia Vale do Rio Doce. Único caso em que a nacionalização não se deu contra a vontade dos acionistas, entre os quais se contavam súditos franceses, a incorporação da Vitória - Minas fora acertada ainda em 3 de março daquele ano, entre os governos do Brasil, Grã-Bretanha e EUA nos Acordos de Washington, que definiam as bases para instalação, no país, de uma produtora e exportadora de minério de ferro. Pelos Acordos, caberia à Inglaterra comprar e transferir ao governo brasileiro as minas da Itabira Mineração (resultante da cisão da Itabira Iron, de propriedade de Percival Faquhar) e a Estrada de Ferro Vitória - Minas, enquanto os EUA emprestariam 14 milhões de dólares para a aquisição de máquinas e equipamentos ¹⁵⁵.

1.3 – As tentativas de encaminhamento

Ainda em 1940, pouco antes do armistício, e desde 1945, nos primeiros meses da retomada das relações bilaterais, o governo brasileiro celebrou com o francês diversos acordos de pagamento que ressarciriam, quando fosse o caso, os interesses dos nacionais daquele país.

Um primeiro compromisso foi firmado em 1940, contemplando as questões da Port of Pará e São Paulo - Rio Grande e não foi implementado devido à ocupação do território francês. Na retomada, o Rio de Janeiro e Paris celebraram novo acordo em 1946, pelo qual o governo brasileiro constituiria um fundo de liquidação de 19 milhões de dólares através do qual se liquidariam todas as dívidas brasileiras com a França,

¹⁵⁴ Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho, embaixador do Brasil em Paris, para MRE, 24/04/1956, número 63, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1955-1957, caixa 275.

¹⁵⁵ Exposição de Motivos de Vasco Leitão da Cunha, ministro das relações exteriores, para Humberto Castello Branco, presidente da República, sobre o "Contencioso franco-Brasileiro", 29/05/1964, número 208, AHMRE-B, Exposições de Motivos, Presidência da República, caixa 411.

inclusive o resgate das debêntures em circulação da São Paulo - Rio Grande, cabendo ao governo francês fazer a distribuição dos montantes devidos a cada debenturista. O Quai d'Orsay chegou a fixar o preço do resgate para tais títulos, mas os obrigacionistas não concordaram com a indenização prometida pelo governo brasileiro.

Em 1951, mais um acordo de resgate renovou a oferta do governo brasileiro, que cuidou de depositar no Banco de França os recursos necessários para a sua concretização – e, mais uma vez, as ofertas não seduziram os interessados. Retornam os dois governos a celebrar um derradeiro Acordo em 1956, pelo qual, mediante o desentendimento com os portadores dos títulos das companhias nacionalizadas, a questão era entregue a árbitros designados pelo Itamaraty e pelo Quai d'Orsay, que fixariam finalmente, o valor a ser pago pelos papéis em circulação ¹⁵⁶.

Finalmente, em maio de 1956, celebraram os dois governos acordo pelo qual tencionavam colocar fim ao seu contencioso financeiro, regulando os litígios menores e prevendo a definição, em acordos subseqüentes, das condições nas quais se daria a arbitragem para estabelecimento da base de resgate das obrigações da São Paulo – Rio Grande e da Port of Pará ¹⁵⁷. Os compromissos de arbitragem foram, entretanto, assinados quase dois anos depois, em abril de 1958, período durante o qual permaneceram suspensas as negociações.

Tanta morosidade encontrava a sua razão no fato de que as questões do contencioso, especialmente as relativas à São Paulo – Rio Grande e à Port of Pará, empresas que causaram notórios prejuízos aos cofres públicos, tanto antes, quanto depois da nacionalização. Após 1940, a gestão escandalosa do patrimônio incorporado, especificamente sob a forma de alienações de imóveis sem as devidas avaliações e concorrências públicas, da recusa de escrituras pelo Tribunal de Contas da União, da irregularidade das contas dos gestores nomeados, entre outros episódios, pôs o assunto das liquidações das obrigações para com os acionistas insistentemente em evidência.

¹⁵⁶ Telegrama Confidencial do MRE para BRASEMB, 22/05/1964, número 160, AHMRE-B, Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 287.

¹⁵⁷ Telegrama de BRASEMB para MRE, sobre "Ajuste de investimentos e financiamentos Brasil-França", 27/07/1956, número 116, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1955-1956, caixa 275.

Essas questões causaram grande polêmica junto à opinião pública e foi objeto de detido interesse do Congresso Nacional. Confundiram-se duas questões que eram, nas suas origens, desvinculadas, a da incorporação do patrimônio das empresas como forma de ressarcimento dos prejuízos longamente sofridos pela União Federal, e o do necessário resgate dos títulos patrimoniais daquelas empresas que ainda circulavam no exterior. Sem dúvida que, assim apresentado, o processo de liquidação do contencioso passou a ser acompanhado diuturnamente, e as pressões sociais que se articularam interferiram no seu encaminhamento.

Por conseguinte, é de se crer que a ação protelatória do governo federal, ao fazer o tema desaparecer do debate nacional pela retenção dos compromissos de arbitragem, tinha por objetivo jogar as questões no esquecimento. Justamente por ter se transformado em tema maldito nos meios políticos, com suspeitas reiteradas de corrupção e de intromissão de interesses empresariais alienígenas no desenvolvimento das questões, os governos que se sucederam desde 1945 preferiram delas isolar-se, enquanto o contencioso permanecia, tal qual cadáver insepulto, sobre a mesa de negociações onde se encaminhava a agenda bilateral franco-brasileira.

Sob pressão da Embaixada da França, e sob a intervenção do Presidente Juscelino Kubitschek, o Itamaraty aquiesceu, ainda em maio de 1958, a instalar o Tribunal Arbitral. Assim, foram nomeados árbitros pelas duas partes, mas no último momento, o governo brasileiro decidiu não depositar as suas memórias, uma vez que o Consultor Geral da República, que funcionava perante o Juízo Arbitral como advogado do Governo Brasileiro na questão da Port of Pará, levantou a preliminar de vício de forma original quanto à instalação de tribunal arbitral sem a prévia e indispensável aprovação parlamentar, tanto do Acordo de Resgate de 1956, quanto dos compromissos de arbitramento dele decorrentes. Isso posto, o governo federal resolveu submeter o Acordo de 1956, e os compromissos arbitrais decorrentes, à apreciação do Congresso Nacional ¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Carta de Bernard Hardion para Maurice Couve de Murville, Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Contentieux financier", 27/08/1958, número 741, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol. 70.

O Acordo foi aprovado pelo parlamento brasileiro apenas em outubro de 1959, quando se realizava a visita do ministro das finanças da França, Antoine Pinay ¹⁵⁹. Nessa oportunidade, João Goulart, Vice-presidente da República e Presidente do Senado Federal, se apressou em promulgar o Decreto Legislativo que tornara pleno o Acordo e os compromissos de 1958. Na oportunidade, o Chanceler Horácio Lafer passou em revista as relações bilaterais para concluir, com a autoridade francesa, no dia 10 daquele mês, processo verbal nos termos do qual a França abriria ao Brasil, com algumas condições e para determinados objetivos, linhas de crédito no valor de 200 milhões de dólares. Esse "Acordo Pinay", como passou a ser conhecido, era totalmente independente daquele outro que acabava de ser ratificado, celebrado três anos antes, e pelo qual se regulavam os principais itens do contencioso financeiro. Para manter o equilíbrio nas concessões que eram reciprocamente acordadas, concordaram as autoridades brasileiras com a menção expressa aos compromissos de arbitragem, enquanto as autoridades francesas indicavam as condições de liberação dos créditos que vinham de ser reservados para o desenvolvimento da cooperação econômica com o Brasil ¹⁶⁰. A partir desse momento, o Acordo Pinay recobria de alguma forma o Acordo de 1956, passando a constituir, aos olhos da opinião pública, um todo cujas partes se mostravam difíceis de se dissociar.

Resistiu o Quai d'Orsay o quanto pôde a dar início ao exame dos projetos que o governo do Brasil veio a lhe oferecer imediatamente como fazendo parte do esforço de cooperação econômica propugnada no Acordo Pinay, esperando que o Itamaraty antes retomasse os procedimentos arbitrais para a conclusão do contencioso financeiro. Até o final de 1959, o governo brasileiro não obteve mais do que evasivas do governo francês, ao ponto em que começou a suspeitar que as promessas de Paris não passavam de jogo de cena para levar o Brasil à rápida conclusão do contencioso ¹⁶¹.

¹⁵⁹ O Acordo foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 15 de setembro, e pelo Senado Federal em 5 de outubro de 1959. O Decreto Legislativo número 13/1959, que o sancionou, foi publicado dois dias depois.

¹⁶⁰ Nota da Direção da América sobre "Le Brésil et la coopération franco-brésilienne", 23/10/1959, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol. 43.

¹⁶¹ Ofício de BRASEMB para MRE, sobre "Contencioso franco-brasileiro", 22/01/1963, número 35, AHMRE-B, Ofícios Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, janeiro-fevereiro, 1963, maço 02627.

A Presidência da República, sob Juscelino Kubitschek, tinha de avaliar rapidamente se os ganhos que poderiam ser auferidos com a eventual implementação do Acordo Pinay, compensavam as perdas que o cumprimento do Acordo de Resgate de 1956 trariam à sua imagem, tendo em vista que as cifras prometidas por Paris curiosamente não fizeram desaparecer o rumorejo persistente sobre a existência de negociatas obscuras que tomavam de assalto os cofres da nação. No início do ano das eleições presidenciais, avaliou-se que convinha não correr o risco de ter o tema de volta ao debate público, e o preferível era que a questão do contencioso fosse legada, com o seu potencial de conflito doméstico e externo, aos sucessores.

Percebendo que o Rio de Janeiro se impacientava com a morosidade da instalação da Comissão Mista responsável pela avaliação dos projetos que se beneficiariam da cooperação francesa, o Quai d'Orsay cuidou de se adiantar à adoção, por parte do Itamaraty, de medidas que inviabilizassem a implementação dos compromissos arbitrais. Assim, nos primeiros dias de janeiro de 1960, o governo francês nomeou novos árbitros para a composição de sua parte no Tribunal Arbitral, esperando que o Rio de Janeiro fizesse o mesmo o quanto antes ¹⁶².

Entrementes, eclodiu na imprensa de oposição brasileira uma violenta campanha sustentada eficientemente entre o início de janeiro e o fim de fevereiro pelo jornal *Correio da Manhã*, ao qual se juntou o *Última Hora*, órgão da esquerda nacionalista, e sem a mesma convicção, outros veículos de informação ¹⁶³. Contrários à implementação dos compromissos arbitrais, esses jornais trataram de emprestar visibilidade à carta que o Consultor Geral da República, Gonçalves de Oliveira, dirigiu a JK no dia 4 de janeiro, na qual qualificava o Acordo de 1956 como inconstitucional, e indicava que o Congresso Nacional caminharia por boa direção se providenciasse a revogação do decreto legislativo que o referendara ¹⁶⁴.

Ainda no mês de janeiro, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados protocolou projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado José Bonifácio, no qual se encaminhava a revisão do diploma de 1959. A justificação do referido projeto

¹⁶² Nota do Serviço Jurídico para a Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Le contentieux financier franco-brésilien", 24/02/1960, número 167, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 71.

¹⁶³ *Correio da Manhã*, 06/01-04/02/1960; *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa*, diversos;

baseava-se na idéia de que o Parlamento teria sido insuficientemente esclarecido pelo Poder Executivo quanto às conseqüências da aprovação do Acordo de 1956 e dos compromissos arbitrais a ele vinculados, em especial para a fazenda pública. Como o Decreto Legislativo em questão ainda não produzira resultados, tendo em vista que o Itamaraty não nomeara até aquela data os seus árbitros no Tribunal Arbitral, propunha-se simplesmente a sua revogação.

Era evidente que a defesa da constitucionalidade do Decreto Legislativo de 1959, e, portanto, da perfeita validade do Acordo de Resgate de 1956, não incumbia à Embaixada da França. Do ponto de vista do governo brasileiro, entretanto, a movimentação social, se por um lado punha nas lides da imprensa o tema desagradável do contencioso financeiro, por outro, poderia permitir que se consertasse a tempo erro que assumiria proporções gigantescas quando tivessem início os debates eleitorais. Não se tratava, contudo, de se proceder à defesa do Acordo de Resgate, mas de garantir a desvinculação urgente da suspeição que passara a caracterizar a todos quantos puseram as mãos no encaminhamento do contencioso.

Assim, o comportamento do Itamaraty e da Presidência da República perante o parlamento foi de completo desengajamento. Chamado a dar explicações perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Horácio Lafer dava provas de que não iria procurar defender posições de direito no assunto do contencioso, que já encontrara encaminhado na forma do Acordo concluído em 1956 por Macedo Soares, agindo a nova gestão de boa fé quando firmou o Acordo Pinay. Para a Presidência da República, que fosse rasgado o Decreto Legislativo, pois neste momento, apenas a sua revogação poderia dar satisfações à opinião pública.

O Decreto Legislativo número 13/1959 foi revogado pelo Senado Federal no dia 15 de dezembro de 1962, por meio do diploma de número 20/62, sendo este o primeiro caso de retirada de aprovação dada a acordo internacional verificado na história do Parlamento brasileiro.

Como era de se esperar, essa decisão criou sérios embaraços de ordem jurídica nas relações da França com o Brasil. Havendo notificado oficialmente a Embaixada no Rio de Janeiro de que todas as formalidades exigidas no Brasil para a vigência do

¹⁶⁴ *Correio da Manhã*, 07/01/1960.

Acordo de 1956 se achavam cumpridas mediante a promulgação do Decreto Legislativo de 1959, não seria possível agora sustentar que, em função de nova decisão do Parlamento, o citado acordo deixava de ter validade. Do ponto de vista do direito internacional, a posição brasileira era, pois, indefensável, e corria-se o risco palpável de um pronunciamento desfavorável da Corte Internacional de Justiça, para a qual o governo de Paris há muito vinha ameaçando recorrer. Assim, a solução jurídica encontrada, foi a da sustentação da impossibilidade de execução causada pela superveniência de novos fatores de ordem jurídica no plano doméstico, ou seja, a invocação da cláusula *rebus sic stantibus*, que indicava a mudança de algumas das circunstâncias existentes em 1959¹⁶⁵.

Restava uma única saída para o encaminhamento do contencioso financeiro, aliás aquela que deveria ter sido seguida desde o primeiro momento, qual seja, a das negociações diretas com os detentores das obrigações das companhias nacionalizadas, afastando-se o Estado francês de qualquer ingerência no assunto. Essa solução passava, inclusive, a se beneficiar da queda drástica dos preços de mercado dos títulos em questão, causada pelo anúncio da revogação do Decreto Legislativo 13/1959.

O Itamaraty não esqueceu, entretanto, que a gerência da agenda bilateral deveria ser concebida, a partir de então, contando com a malevolência do Quai d'Orsay. O encaminhamento desfavorável do contencioso financeiro acabou por retirar do Rio de Janeiro um trunfo que lhe permitia manobrar para obter ganhos pontuais em outras questões, tendo em vista a alta sensibilidade demonstrada pelo governo francês para com as demandas sociais de proteção da pequena poupança privada.

O fracasso dos arbitramentos deveria ser, portanto, examinado sob a necessidade de se criar novos pontos de barganha, ainda que para tanto se incorresse no alto risco de aprofundar a deterioração das relações bilaterais. Assim, havia que se vincular as concessões que o governo brasileiro estaria disposto a fazer para aumentar os níveis dos empréstimos, e, especialmente, obter a consolidação de sua dívida

¹⁶⁵ Nota do MRE para EMBAFRANCE, sobre "Acordo de resgate franco-Brasileiro de 1956", 24/01/1963, número 09, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007.

externa por financiamentos de rolagem. De imediato, em 1962 estavam disponíveis, para a implementação dessa estratégia, a possibilidade de novos acenos para o encaminhamento do contencioso financeiro, as autorizações para a pesca da lagosta sobre a plataforma continental brasileira, e a concessão de uma nova frequência semanal para os vôos da Air France ¹⁶⁶.

O lento processo que levou à exclusão das fórmulas de arbitramento das possibilidades de encaminhamento do contencioso, entretanto, testou ao limite a paciência que o Quai d'Orsay vinha demonstrando para com o Brasil. De imediato, o governo brasileiro teria que lidar com a intolerância do governo de Paris no encaminhamento das questões bilaterais nas quais o país era o demandante, como a dinamização dos fluxos financeiros e a criação de facilidades para as relações comerciais com a Comunidade Européia.

2 – As relações econômicas: uma janela (fechada) para o futuro

A análise das relações econômicas entre a França e o Brasil entre 1950 e 1961 permite que se vislumbre o que acabou por se transformar numa característica das relações entre os dois países em geral. Apesar de apresentarem oscilações fortes de determinados anos para outros, a França acabou por se posicionar neste período entre os sete maiores clientes, fornecedores e inversionistas do Brasil, tendência que se manteve inalterada até a década de noventa.

É natural que uma economia como a brasileira, que não cessou de crescer por décadas, concentre índices em parceiros importantes, o que expressa o sentido das oportunidades que não deixaram de se apresentar para tantos quantos buscassem realizar negócios de vulto com o país. Com efeito, o Brasil se mostrou um ávido consumidor de capitais que sustentassem o seu desenvolvimento, e se entregou desde muito cedo à busca e consolidação de mercados que permitissem, pela via das

¹⁶⁶ Ofício de BRASEMB para MRE, "Documento de Posição remetido ao Ministro da Fazenda", 14/03/1963, número 111, AHMRE-B, Ofícios Confidenciais recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1960-1964, caixa 77.

exportações, financiá-lo em parte, e pela das importações, internalizar insumos em falta, como bens de equipamentos.

O que deve ser ressaltado, portanto, nas relações econômicas franco-brasileiras, não são os números absolutos, mas a sua relativa falta de dinamismo. Tendo em vista a capacidade de absorção dos mercados brasileiro e francês para as pautas de exportações de ambos, é de se crer que os índices poderiam ser até melhores. Assim, vê-se que o comércio entre os dois países no período em tela cresceu a ritmos inferiores à da evolução das correntes comerciais totais do Brasil, tendência oposta ao que se observa nas relações comerciais do país com outros parceiros, como os EUA, Argentina, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha.

Entre 1950 e 1955, a França finalmente perdeu a oportunidade de se posicionar adequadamente no mercado brasileiro, uma vez que findava o período de ausência prolongada da Alemanha nas correntes de comércio do Brasil. Com efeito, a reestréia dos alemães como fornecedores e consumidores do país causou pequenos deslocamentos dos fluxos observados no período anterior, fazendo voltar às suas antigas posições parceiros comerciais menos importantes, como a Bélgica, a Suécia e o Canadá, e marcou também o retorno dos franceses às suas participações tradicionais, bem acima do que se verificou no período da retomada, mas bem abaixo do que indicava a potencialidade dos laços comerciais a serem desenvolvidos, como se observa na Tabela 6.1.

Tabela 6.1

Participação percentual dos principais clientes e fornecedores do Brasil no total de suas correntes de

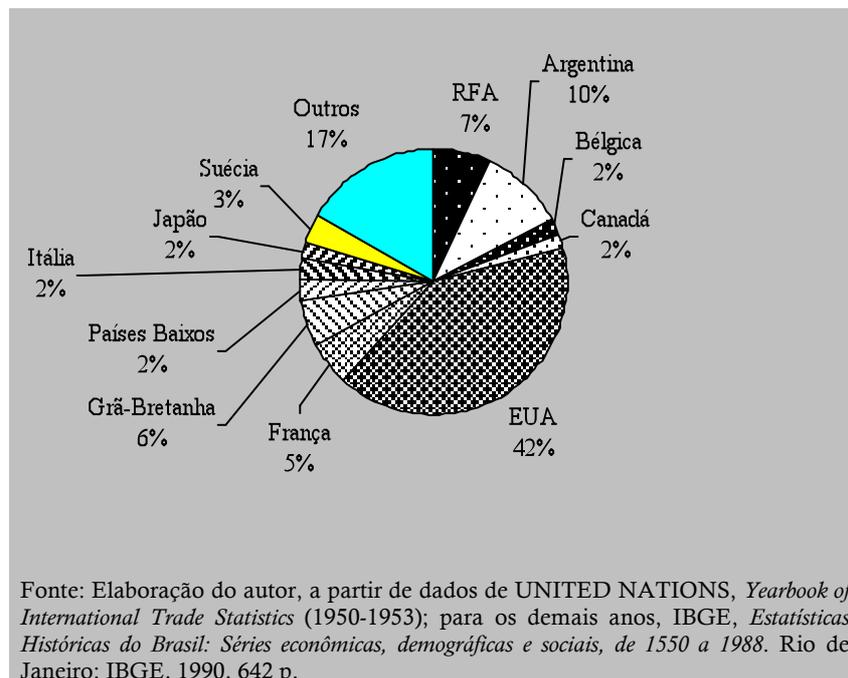
exportações e importações 1950-1955		
Países	Exportações	Importações
RFA	6,86	7,16
Argentina	6,25	7,64
Bélgica	1,85	2,25
Canadá	1,28	2,06
EUA	47,02	34,81
França	4,89	5,44
Grã-Bretanha	5,86	5,97
Países Baixos	2,75	2,14
Itália	2,57	2,36
Japão	2,33	1,86
Suécia	3,46	3,53
Outros	14,87	24,78

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de UNITED NATIONS, *Yearbook of International Trade Statistics* (1950-1953); para os demais anos, IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 642 p.

No período 1950-1955 perdeu a França o alibi de que a sua diplomacia abusara até então, ou seja, de que o pleno restabelecimento das relações econômicas entre os dois países estava prejudicado pelas contingências do imediato pós-guerra, mas que as faltas dos principais parceiros europeus do Brasil lhe permitiria, com o tempo, ascender em breve à posição de terceiro maior parceiro comercial do país, o que se faria mediante a adequação às necessidades do mercado brasileiro, e, com o restabelecimento de uma certa capacidade financeira, com o desenvolvimento de linhas de crédito para exportação que permitiria aos produtos franceses concorrerem em pé de igualdade mesmo com os norte-americanos.

O balanço do período em tela evidencia o avanço nas correntes de comércio do Brasil, mas ainda uma participação menor do que a esperada pelos governos dos dois países para o desenvolvimento de suas relações comerciais. A Figura 6.1 demonstra que à França coube a quinta posição entre os maiores clientes e fornecedores do Brasil, abaixo dos EUA, da Argentina, da Alemanha e da Grã-Bretanha, e logo acima da Suécia e da Itália.

Figura 6.1
Participação dos principais parceiros nas correntes de comércio do Brasil, 1950-1955



Se o Hexágono ascendeu em posições no comércio internacional do Brasil, este permaneceu onde estava nas correntes daquele país, ou seja, ocupando posições marginais. Com efeito, perpetuou-se no período em tela a tendência já observada no período anterior, não conseguindo o Brasil avançar posições em função da persistência dos fluxos de comércio internos à zona do franco, que ainda corresponderam a quase um quinto das correntes totais francesas, conforme se observa na Tabela 6.2. Então já se observava tendência que se firmaria no período subsequente, de um rápido deslocamento dos fluxos de comércio totais do país, concentrando-se ainda mais em determinados parceiros, especialmente aqueles que em breve se tornariam os seus clientes e fornecedores preferenciais, os parceiros do processo de integração comercial.

Tabela 6.2
Participação percentual de parceiros selecionados nas correntes totais

de comércio exterior da França, 1950-1955	
Argélia	9,42
Alemanha	7,43
EUA	7,31
Reino Unido	5,54
Bélgica-Luxemburgo	5,41
África Ocidental Francesa	4,98
Marrocos	4,32
Suíça	4,28
Itália	2,71
Arábia Saudita	2,63
Holanda	2,58
Tunísia	2,26
Suécia	1,96
Brasil	1,90
Argentina	1,50
Espanha	1,07
África Equatorial Francesa	1,03
Dinamarca	0,87
Canadá	0,85
Noruega	0,72
Venezuela	0,60
Portugal	0,38

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de UNITED NATIONS, *Yearbook of International Trade Statistics*, (1951-1956).

A observação dos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo Brasil no período 1950-1955 evidencia, por outro lado, que pelo menos nesta dimensão, esteve a França acima das expectativas prometidas pelo estado de sua economia. Com efeito, no período em tela, o país esteve entre os quatro maiores inversionistas no Brasil, sendo responsável por pouco menos de 6% do total de capitais estrangeiros investidos, conforme é possível observar nos dados da Tabela 6.3. Tal evolução anunciava que os capitalistas franceses souberam, por curto prazo, aproveitar-se da ausência provisória da Alemanha, que na média do período, respondeu por quase 4% dos capitais internalizados, até que este país recuperasse plenamente a sua capacidade de investimento ultramarino, o que aconteceu para o Brasil em 1955, quando os capitais alemães corresponderam a quase 11% dos investimentos feitos no país.

Tabela 6.3
Participação percentual dos principais investidores no total

dos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo Brasil (inclui reinvestimentos), 1950-1955	
EUA	46,98
Reino Unido	8,87
Países Baixos	8,6
França	5,82
Suíça	4,93
Itália	4,34
Argentina	4,29
Alemanha	3,57
Canadá	3
Suécia	2,2
Bélgica	1,39
Japão	1,19
Dinamarca	0,42
Outros	4,25

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP.

Se a França assumiu posições interessantes nas relações econômicas internacionais do Brasil entre 1950 e 1955, estas começaram a ser perdidas a partir de 1956, como que contaminadas pela rápida deterioração das relações políticas que então se processava. O que se observa na primeira fase deste novo período, que se abre com a restauração de expectativas muito otimistas para as relações econômicas globais do país, é o recuo sensível do Hexágono em todas as posições, que levou à diminuição das margens que mantinham-na relativamente afastada de economias com menor capacidade de absorção e de investimento, firmando o processo de reversão permanente de expectativas que caracterizaria as relações bilaterais até o início da década de noventa.

Com efeito, o Brasil que crescia embalado pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek não encantou a França do mesmo modo que o fez para outros países europeus. Efetivamente, resistiram os franceses a providenciar formas de acomodação das relações comerciais e financeiras com o Brasil nas suas preocupações, que se voltavam crescentemente para o espaço europeu e para a manutenção da proeminência nas economias dos países que emergiam do desmonte de seu império colonial. Esse comportamento ganhou formas mais exatas em determinadas circunstâncias: o governo francês opôs-se o quanto pôde a facilitar as relações comerciais, como já vinham fazendo os demais países europeus, que reconheciam que

o desenvolvimento dos fluxos de comércio se daria exclusivamente com a criação de facilidades que circundassem de alguma forma o problema crítico da falta de divisas fortes do Brasil. Por exemplo, não quis o governo de Paris aderir imediatamente ao Clube da Haia, acordo de pagamentos multilateral criado em maio de 1955, do qual já participavam a Grã-Bretanha, Alemanha, Países Baixos e Bélgica, segundo o qual os pagamentos comerciais entre o Brasil e um desses países poderiam se fazer indiferentemente em uma das moedas do grupo ¹⁶⁷. Do mesmo modo, em mais de uma oportunidade o governo francês suspendeu os financiamentos de exportações para o Brasil, como recurso extremo para encaminhar a negociação do contencioso financeiro e, também, para pressionar pelo pagamento de atrasados comerciais.

Conforme se observa na Tabela 6.4, os resultados dessas posturas se exprimiram através de números. Entre 1956 e 1962, a participação da França nas correntes de comércio internacional do Brasil despencou, posicionando-se o Hexágono ainda entre os maiores fornecedores e clientes do país, mas abaixo dos Países Baixos e da Suécia, correspondendo a sua parte a apenas 35% do comércio total que o Brasil mantinha com a Alemanha.

EUA	38,64
Argentina	10,79

¹⁶⁷ A França sucumbiu às pressões brasileiras pelo fim do bilateralismo nas relações comerciais apenas em agosto de 1956, ainda assim, tangida pela perda de contratos de fornecimento para os demais membros do Clube da Haia, quando já se percebia um recuo sensível na participação nas correntes de comércio do Brasil. A sua adesão foi forçada pelo desejo de manter intacta a sua corrente de exportações, ameaçada pela diminuição das compras feitas ao Brasil. Carta de Bernard Hardion para Christian Pineau, Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Les échanges franco-brésiliennes - Palier d'alerte", 06/03/1957, número 159, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 69.

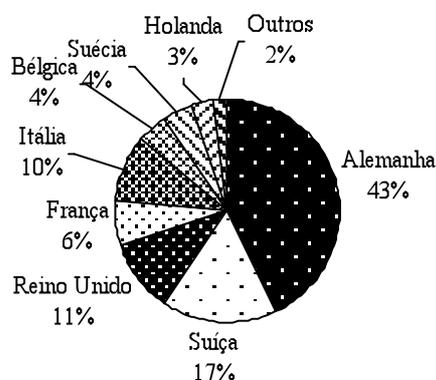
Alemanha	8,22
Reino Unido	3,90
Países Baixos	3,37
Suécia	3,18
França	2,91
Japão	2,84
Itália	2,65
Canadá	2,53
Bélgica	1,53

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 642 p

A posição da França no rol dos maiores investidores estrangeiros no Brasil também foi abalada no período. Enquanto a maioria dos inversionistas europeus tratava de dinamizar os investimentos no Brasil, a tempo de auferir vantagens com as facilidades proporcionadas pelo governo JK para atrair capitais, especialmente daquelas criadas pela utilização em larga escala dos mecanismos da Instrução 113 da Superintendência de Moeda e Crédito – SUMOC. Entre 1955 e 1961, as importações francesas de bens de equipamento registradas como investimentos externos diretos não ultrapassaram 6,32% do total registrado nessa rubrica pelos principais países europeus, equivalendo a uma sétima parte do que investiu a Alemanha e muito inferiores às participações da Suíça, do Reino Unido e da Itália, conforme se verifica na Figura 6.2.

Figura 6.2
Participação percentual das solicitações de determinados países europeus nas autorizações concedidas para a importação de bens de capital classificados como investimentos de

acordo com os mecanismos da Instrução 113 da SUMOC,
sobre o total de autorizações concedidas (1955-1961)



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de CEMLA/BID (Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos). *La participación de Europa en el financiamiento des desarrollo de América Latina*. México: BID, 1966, p. 360.

Do mesmo modo, os fluxos correntes de investimentos externos diretos da França para o Brasil se viram diminuídos no período em questão, padecendo os inversionistas de falhas de percepção graves quanto à potencialidade do mercado consumidor que se construía no país. É de se crer que a perpetuação do contencioso financeiro, ao longo de boa parte do período 1956-1960, e o seu agravamento a partir de 1961, tenham agido para sedimentar a percepção de risco alto que sofreriam os investimentos no país. A essa se juntou a imagem extremamente negativa causada pela discussão da nova lei de remessa de lucros, a partir do início dos anos sessenta, que afugentou, antes mesmo de ser aprovada, os potenciais investidores franceses, que se mostraram assustados com a instabilidade do governo João Goulart. Assim, os fluxos de investimentos franceses para o Brasil diminuiriam sensivelmente justamente no período em que se verifica um aumento relativo da participação de outros grandes investidores. Conforme se observa na Tabela 6.5, passaram as inversões francesas a corresponder a pouco menos de 5% do total de capitais entrados no país, índice que equivale a menos da metade do montante investido pela Alemanha, e ainda inferior aos capitais registrados pelo Japão, que ascendia nesse momento ao panteão dos sete

maiores inversionistas estrangeiros, justamente no lugar da França, para dali não mais se retirar.

Tabela 6.5
Participação percentual dos principais investidores no total dos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo Brasil (inclui reinvestimentos), 1956-1962

EUA	40,74
Alemanha	11,9
Suíça	7,21
Japão	6,15
Reino Unido	6,11
Itália	5,63
França	4,94
Países Baixos	3,63
Canadá	3
Bélgica	1,93
Argentina	1,83
Suécia	1,78
Dinamarca	0,17
Outros	4,98

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP.

É de se crer que a deterioração das relações econômicas franco-brasileiras é um reflexo do mesmo processo verificado nas relações políticas. O encaminhamento difícil da agenda bilateral, que nascera com o impasse nas negociações em torno do contencioso financeiro, se tornara mais complexo com a incorporação dos temas da criação do Mercado Comum Europeu e das exportações do café. A confiança recíproca, já fortemente abalada pelo encaminhamento dessas questões, foi finalmente posta a prova pela eclosão do conflito sobre a pesca da lagosta na costa do Nordeste do Brasil, episódio que dá a medida da incompreensão que se abateu sobre os contatos entre as duas nações.

3 - O Brasil e o Mercado Comum Europeu

O anúncio da criação do Mercado Comum Europeu jogou o governo brasileiro na mais viva inquietação, ainda que os governos europeus envolvidos tenham se empenhado desde muito cedo em explicitar que tal processo não causaria prejuízos para as posições econômicas dos países latino-americanos.

Em 1957, estavam as autoridades brasileiras convencidas de que o início do processo europeu de integração ensejaria uma diminuição expressiva das exportações de café brasileiro, que se daria mediante a criação de desvios de comércio que beneficiariam os concorrentes africanos, favorecidos que foram pelas medidas de associação comercial que garantiam o acesso em condições privilegiadas, não mais apenas para a França ou a Bélgica, mas para todos os seis parceiros, entre os quais se encontravam dois dos maiores clientes em termos globais do Brasil, a Alemanha e a Itália. Na mesma vertente, o governo brasileiro acreditava que a integração econômica provocaria uma desvinculação progressiva dos capitais europeus, atraídos para investimentos na África, enquanto o Brasil, em pleno desenvolvimento industrial, tinha mais do que nunca necessidade da ajuda financeira dos países europeus¹⁶⁸.

Do mesmo modo, desde o momento em que o Mercado Comum Europeu foi criado, o governo brasileiro identificava na França a causa de suas apreensões, estando certo de que a pressão do Hexágono sobre os seus parceiros levou-os a tolerar a formulação de uma política de liberalidades para com as ex-colônias, através das disposições dos artigos 131 a 136 do Tratado de Roma. Acresce que, sendo a França o país mais protecionista dos Seis, era o nível extremamente elevado de suas tarifas que condicionava, em grande parte, o alto nível da Tarifa Externa Comum que vinha de ser definido. Além disso, obtendo acentuada satisfação para a realização de suas políticas de cooperação para com os países subdesenvolvidos, especialmente os africanos, o Hexágono passava a ser o maior defensor do hermetismo do processo, opondo-se imediatamente à extensão da Comunidade pela adesão da Grã-Bretanha ou de qualquer outro país da Europa Ocidental, de modo a não permitir a diluição de sua proeminência política.

¹⁶⁸ Nota da Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Le Brésil et Marché Commun", 22/08/1957, s/n, AMAE, Série DE - BE, Marché Commun, 1945-1960, Brésil, vol. 697.

Percebendo as inquietações do governo brasileiro, que passava a liderar a oposição dos países latino-americanos ao aprofundamento do processo de integração europeu, pelo menos no que diz respeito à associação das ex-colônias em condições favoráveis, o Conselho de Ministros da Comunidade Européia resolveu, em março de 1958, estabelecer formas de esclarecer os latino-americanos quanto à natureza e aos propósitos da parceria que se formava ¹⁶⁹.

Assim, os embaixadores dos seis países membros foram instruídos a entregar conjuntamente memorando às chancelarias de todos os países latino-americanos, em que se procurava transmitir a idéia de que a expansão e o aumento do consumo que resultariam da entrada em vigor do Tratado de Roma trariam um estimulante às trocas entre os países membros e terceiros Estados, e que estes encontrariam no futuro, mercados mais importantes e dinâmicos na Europa ¹⁷⁰. Anunciava-se, naquela oportunidade, a adoção eventual de medidas particulares para os produtos tropicais, de modo a evitar perturbações nas correntes de comércio tradicionais, enquanto se esperava que os temores quanto ao deslocamento da cooperação financeira que seria decorrente da associação das ex-colônias fossem relativizados pela crença de que os Seis, juntos, passavam a ter maior capacidade para cooperar para o desenvolvimento de terceiros países ¹⁷¹.

O *memorandum* da Comunidade Européia foi objeto de acurada reflexão por parte do Itamaraty, que empregou pouco mais de um ano para definir os termos de sua resposta. Entrementes, acreditava o Itamaraty que uma ação eficaz junto às partes contratantes do GATT seria capaz de fazer reverter muitos dos itens do Tratado de Roma que julgava em desacordo com os interesses dos países latino-americanos. Não apresentando essa estratégia os resultados esperados, cuidou o Itamaraty de estabelecer o diálogo com a Comunidade Européia. O governo brasileiro estava então, convencido que os interesses de um país como o Brasil estavam expostos aos efeitos desfavoráveis decorrentes, além da associação dos países e territórios de ultramar sobre bases

¹⁶⁹ Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção das Questões Econômicas e Financeiras, para os Chefes de Missão da França na América Latina, sobre "Le *memorandum* des Etats membres de la CEE", 25/03/1958, número 14, AMAE, Série DE - BE, Marché Commun, 1945-1960, Brésil, vol. 697.

¹⁷⁰ Telegrama de EMBAFRANCE para MAE, 15/04/1958, número 119, AMAE, Série DE - BE, Marché Commun, 1945-1960, Brésil, vol. 697.

tarifárias preferenciais, também das regras adotadas para a estrutura do sistema tarifário da CEE.

Com efeito, o critério seguido para o cálculo da tarifa única, pela média aritmética das tarifas dos Seis, tinha por conseqüência a consolidação das tarifas em um nível muito mais elevado para uma série de produtos importantes que a América Latina exportava. Acresce que a consagração de regime de proteção tarifária elevada para os produtos agropecuários, adicionado ao processo de renovação tecnológica que se operava na agricultura européia e ao ritmo de crescimento relativamente mais lento do consumo, acabariam por acentuar as graves dificuldades para alguns itens das pautas de exportações latino-americanas ¹⁷².

A avaliação do Itamaraty sobre as possibilidades de se auferirem ganhos com a constituição da Comunidade era, pois, pessimista, e ela amparou a decisão de nomear um primeiro representante junto às Comunidades. A designação de Augusto Frederico Schmidt como Embaixador do Brasil para os organismos sediados em Bruxelas, marcou o início da implementação de uma nova política para a CEE, a partir da qual o Brasil procurava instruir o mecanismo de seus entendimentos regulares e diretos com aquela instituição ¹⁷³. Paralelamente, as missões brasileiras nos seis países associados foram instruídas a perseguir a simpatia dos governos nacionais para as demandas do Brasil junto à Comunidade, enquanto o Itamaraty argüia diante do Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, a legalidade da associação das ex-colônias à Comunidade por meio de regime preferencial.

Isto feito, entregou-se o governo brasileiro, entre 1960 e 1961, às negociações tarifárias com a Comunidade, que esbarraram de imediato na disposição do governo francês de manter elevada a Tarifa Externa Comum, a fim de que, em etapa futura, se encontrasse a CEE em boa posição de negociar em escala mundial sensíveis reduções tarifárias.

¹⁷¹ *Compte Rendu* da 17a. Reunião do Comitê dos Representantes Permanentes, 11/07/1958, número 693/58, AMAE, Série DE - BE, *Marché Commun, 1945-1960, Brésil*, vol. 697.

¹⁷² Carta de Antônio Mendes Vianna, Secretário-Geral do MRE, para Bernard Hardion, sobre "Les relations entre les pays latino-américains et la CEE", 15/06/1959, número 27/800.(600), AMAE, Série DE - BE, *Marché Commun, 1945-1960, Brésil*, vol. 698.

¹⁷³ Despacho de Fernando Ramos de Alencar, Secretário-Geral do MRE, para Augusto Frederico Schmidt, "Instruções para atuação frente à representação junto à CEE", 13/05/1960, número 03, AHMRE-B, *Despachos Confidenciais - Representação do Brasil junto à CEE*, 1960, caixa 168.

Em 1962, o Itamaraty resolveu ir direto à fonte de seus problemas com a Comunidade Européia, ou seja, estabeleceu entendimentos com as autoridades francesas. Assim, em reunião de trabalho como chanceler francês, Maurice Couve de Murville, realizada em março daquele ano, San Thiago Dantas propunha que as autoridades comunitárias adotassem medidas imediatas para propiciar a expansão das trocas entre os Seis e a América Latina, a saber:

- a) o livre acesso aos mercados nacionais para os produtos de que dependem os países latino-americanos para o equilíbrio de suas balanças de pagamentos;
- b) a estabilização dos preços dos produtos primários;
- c) a coordenação das políticas dos Estados membros, para o reforço, no âmbito da CEE, dos sistemas de financiamento de longo prazo de bens de equipamento;
- d) a coordenação de políticas para a promoção dos investimentos comunitários para a realização de projetos específicos em países da América Latina ¹⁷⁴.

Não acreditava o Quai d'Orsay que as preferências acordadas às ex-colônias constituíssem o cerne das dificuldades brasileiras em suas relações com a CEE. Com efeito, a diplomacia francesa estava convencida de que os problemas do Brasil tinham origem antes na própria política de expansão das áreas de cultivo a que se entregaram os produtores agropecuários no país, especialmente os do café. Ademais, o único resultado que o Rio de Janeiro obteria nas suas relações com a CEE ao insistir nos prejuízos que a associação das ex-colônias lhe causava, seria o de persuadir definitivamente os países africanos que as preferências eram essenciais à sua sobrevivência econômica, e tornaria extremamente difícil convencê-los a abandonar o regime preferencial caso se tornasse viável uma solução mais ampla, que atendesse as demandas dos latino-americanos e continuasse atendendo aos interesses daqueles países.

O governo de Paris não considerava que as preferências tarifárias fossem um fim em si mesmo, mas tinha sempre em vista o seu valor simbólico como meio de

¹⁷⁴ Ofício de BRASEMB para MRE, sobre "Entendimentos com autoridades francesas. Mercado Comum", 07/05/1962, número 171, AHMRE-B, Ofícios Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, abril-junho, 1962, maço 02624.

expressão de laços políticos especiais que a França desejava conservar com a África. O regime preferencial, apresentava-se, assim, como um instrumento, entre outros, capaz de assegurar recursos e nível de vida adequado aos africanos, garantindo-lhes uma situação especial, não apenas no mercado francês, mas também nos dos demais parceiros europeus. Orgulhoso da política de cooperação e assistência para as suas ex-colônias que acabara de multilateralizar por meio das preferências concedidas por todos os Seis, o Quai d'Orsay jamais cogitou a possibilidade de dela abrir mão, a menos que para consagrar mecanismo de proteção mais eficiente ¹⁷⁵.

Assim, o governo francês considerava contraproducente a insistência da diplomacia brasileira na tese da incompatibilidade da associação das ex-colônias à CEE com as regras do GATT, ao tempo em que se apresentava formalmente contrário à extensão do sistema preferencial a outras regiões, como a América Latina. Por outro lado, o Quai d'Orsay aventou na XIX Sessão do GATT em 1962, a tese da organização dos mercados dos produtos agrícolas, que ganharia forma na sustentação internacional dos preços de produtos primários ¹⁷⁶. Fosse válida e eficaz, a tese francesa poderia solucionar o problema mundial de estabilização de produtos de base e poria termo à deterioração dos termos de troca de regiões como a América Latina, mas não atentava para o problema específico da perda do mercado para as exportações brasileiras, especialmente em produtos importantíssimos para a composição de suas receitas, como o café ¹⁷⁷.

Aliás, as condições de admissão do café brasileiro no espaço comunitário constituía uma das principais preocupações da diplomacia brasileira. As exportações brasileiras para a Europa já vinham padecendo por anos seguidos da perda de espaço nos países da região, e em especial, na França, em função das preferências concedidas à produção colonial. Dos países que passaram a compor a Comunidade, apenas a Alemanha e a Itália não ofereciam restrições de nenhuma forma às importações do produto brasileiro, e temiam os produtores brasileiros que a extensão do regime

¹⁷⁵ "Avaliação dos entendimentos com autoridades francesas sobre o Mercado Comum – avaliação das reações ao Aide Mémoire apresentado pela delegação brasileira à delegação francesa", *idem*.

¹⁷⁶ Ofício de Carlos Alves de Sousa Filho, embaixador do Brasil na França, para San Thiago Dantas, "Subsídios para a comissão de planejamento político – resposta ao questionário da circular 4129, de 07/11/1961, por José Maria Villar de Queiroz", 29/12/1961, número 588, AHMRE-B, Ofícios Confidenciais Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1960-1964, caixa 77.

tarifário preferencial aos principais concorrentes do café nacional acabasse por reduzir também as margens de comercialização naqueles dois países. O mercado francês há muito vinha se desvinculando das importações de café do Brasil, e o mesmo acontecia com a Bélgica e com os Países Baixos, que passavam a adquirir quantidades crescentes do produto em suas colônias.

Conforme é possível verificar na Tabela 6.6, os temores dos produtores brasileiros acabaram se realizando, ainda que não tivessem sido os concorrentes africanos os responsáveis pelas perdas nas participações de mercado do Brasil, mas os latino-americanos. Assim, permanecia em aberto problema que, à distância, parecia encontrar origens na associação dos produtores africanos, mas que se realizava pela perda de competitividade das exportações brasileiras do produto.

Tabela 6.6

Participação percentual dos principais fornecedores de café aos países da CEE, sobre o total efetivamente importado (1950-1959)

Países da CEE	Países e Territórios de Ultramar	Brasil	Outros países da América Latina	Outros países
<i>1950-1955</i>				
Alemanha	2,2	39,7	37,5	20,6
França	63,2	29	2,8	5
Itália	4,3	43,4	19,7	32,6
Países Baixos	5,3	29	17,2	48,5
Bélgica-Luxemburgo	16,6	40,6	20,7	22,1
<i>1958</i>				
Alemanha	1,8	27,3	55,1	15,8
França	73,3	19,9	3,6	3,2
Itália	12,7	23,4	19	44,9
Países Baixos	1,9	24,1	24,9	49,1
Bélgica-Luxemburgo	23,7	25,1	20,9	30,3
<i>1959</i>				
Alemanha	1,2	21,8	62,2	14,8
França	69,6	20	2,3	8,1
Itália	17,8	36,2	21,4	24,6
Países Baixos	0,2	30,1	24,4	45,3
Bélgica-Luxemburgo	22	31,9	23,8	22,3

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados Nota do Conselho de Ministros da CEE, sobre "Les questions concernant les réponses à donner aux notes présentées par certains pays latino-américains, concernant le droit du tarif douanier commun prévu pour le café vert", 13/09/1960, número R/887/60, AMAE, Série DE - CE, Sous-série Marché Commun, vol. 699.

4 - A guerra da lagosta

¹⁷⁷ Idem.

Incidente diplomático de enorme gravidade no contexto das relações bilaterais entre a França e o Brasil, a Guerra da Lagosta assume uma importância crucial para o entendimento das concepções de gerenciamento de crises e de resolução de conflitos que tem a diplomacia brasileira contemporânea ¹⁷⁸. Entretanto, o episódio passou para os anais da política exterior do Brasil como um incidente menor, no qual os aspectos anedóticos prevaleceram e foram sistematicamente lembrados para sintetizar as relações bilaterais franco-brasileiras. Com efeito, não há que se negar a existência de uma certa bizarria a caracterizar o episódio, e ela se confirma quando o incidente é examinado no contexto dos embates políticos característicos do ambiente doméstico da época.

Por outro lado, o conflito implicou uma movimentação de grandes proporções para a política exterior do Brasil, em geral, e de graves consequências para a qualidade das relações franco-brasileiras, mas ficou diminuído pelo intenso debate que opunham as visões excludentes sobre os caminhos do desenvolvimento nacional e das relações internacionais da Nação. Os nacionalistas radicais inscreveram o conflito no rol dos signos que evidenciavam a incompetência do governo brasileiro para lidar ativamente com as potências estrangeiras e, portanto, para gerenciar as relações exteriores de modo a preservar os interesses nacionais. Os liberais, por sua vez, tinham o conflito como a comprovação da inabilidade do governo federal de conservar e de dinamizar os vínculos externos que poderiam eventualmente propiciar ganhos concretos para o projeto de modernização nacional.

A Guerra da Lagosta constitui o último ato do espetáculo de incompreensão que caracterizou o bloqueio das relações franco-brasileiras.

¹⁷⁸ Há que se lembrar que este é o único conflito diplomático de grandes proporções no qual se envolveu o Brasil a partir de 1945 cuja documentação está totalmente acessível, com comunicação garantida pelas legislações brasileira e francesa. Por isso mesmo, a Guerra da Lagosta apresenta-se como um bom caso a ser estudado sob a ótica do processo decisório em política exterior e dos mecanismos de resolução de conflitos. Lamente-se, entretanto, o fato de que o Quai d'Orsay ainda não concluiu, pelo menos para consultas abertas ao grande público, a organização dos arquivos referentes.

Capítulo 7

Conflito e incompreensão: as origens da diplomacia dos crustáceos

O conflito diplomático que passou à história com o singelo nome de Guerra da Lagosta, tivera início em 1961 com a negativa do governo brasileiro de permitir a captura do crustáceo na costa do Nordeste por lagosteiros franceses, ao largo da faixa que se estende de Recife (Pernambuco) a Fortaleza (Ceará). Desencadearam-se atos infelizes de parte a parte, que contribuíram para temperar a querela com doses generosas do burlesco que se alimentava da incompreensão que ia se tornando característica das relações entre as duas nações, e especialmente, da incapacidade que demonstravam os Estados em encaminhar de modo profícuo os seus negócios.

1 – A pesca da lagosta no Brasil e na França

Tradicional na França e sem tradição alguma no Brasil à época, a pesca da lagosta assume proporções muito distintas nos dois países. Cumpre examiná-las para se ter uma idéia da transcendência dos interesses em jogo, no conflito que se armou em função da exploração dos riquíssimos bancos lagosteiros existentes no litoral oriental do Nordeste brasileiro.

1.1 – A pesca da lagosta no Brasil

A pesca da lagosta no Brasil, concentrada no litoral dos Estados da região Nordeste, particularmente da costa de Sergipe ao extremo oriental do Ceará, teve características eminentemente artesanais até o princípio da década de sessenta, com o emprego de pequenas embarcações a vela (jangadas e botes) que exploravam os

cardumes de peixes costeiros que têm o seu *habitat* em profundidades menores. Sem valor comercial expressivo, a pesca da lagosta se processava quase incidentalmente, com o uso de anzóis, currais e de outros aparelhos de captura primitivos conhecidos empregados na pesca tradicional costeira. Pelo fato de estar distante dos principais mercados consumidores e de não ter conexões com as grandes redes de distribuição (o que se deve à falta de tradição da exploração lagosteira local), a captura do crustáceo no Brasil esteve voltada até a década de cinquenta para o exclusivo atendimento da restrita demanda das populações locais.

Mesmo assim, verificou-se, a partir do início dos anos cinquenta, uma produção crescente de lagostas em todo o litoral nordestino, voltada para o atendimento da demanda por iscas para a pesca artesanal de peixes de maior valor comercial. O crescimento da produção estimulou o desenvolvimento da exploração dos bancos lagosteiros existentes na região, o que em 1955 despertou a atenção do norte-americano M. Morgan, que a partir daquele ano deu início às exportações de indivíduos vivos por via aérea para os EUA ¹⁷⁹.

Os esforços de industrialização da pesca da lagosta no Brasil ganharam impulsos substantivos a partir de então: em 1956 instalaram-se em Recife (Pernambuco) as primeiras empresas especializadas no preparo de abdomens de lagosta congelados; dois anos depois, foi criado o primeiro frigorífico industrial da Região Nordeste, localizado no Ceará (Frigorífico Verdes Mares), dedicado ao preparo dos crustáceos cozidos e congelados inteiros ou ao processamento das caudas (igualmente cozidas e congeladas) ¹⁸⁰. Esta movimentação nos grandes centros da costa nordestina foi a base para as cifras crescentes de exportação, que não poderiam ser tão rapidamente atingidas pelo suprimento exclusivo de indivíduos vivos (transportados por via aérea e de cotações muito mais elevadas, uma vez que são exportados apenas os maiores e mais belos espécimes).

¹⁷⁹ Credita-se ao pioneiro norte-americano a introdução do “manzuá” na pesca da lagosta no Nordeste (inicialmente confeccionado com telas de bambu e depois com telas de arame, ambos os modelos importados dos EUA). A propósito, ver BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Perfil do Setor Lagosteiro Nacional*. Brasília: IBAMA, 1994, p. 16-17.

¹⁸⁰ COELHO, Petrônio A. "Súmula de observações sobre a lagosta comum *Panulirus Argus*". *Boletim de Estudos da Pesca (SUDENE)*. Vol. 2, No. 5, maio 1962, p. 10-11.

O desenvolvimento do parque pesqueiro da lagosta no Nordeste brasileiro, entretanto, nunca escondeu a realidade econômica e social desse tipo de exploração: mesmo a partir de meados dos anos cinqüenta, quando floresceu em grande velocidade a produção lagosteira nacional, continuava a ser largamente intensiva em mão-de-obra, o que se deve aos equipamentos utilizados ¹⁸¹.

As exportações colocaram o Brasil, ao final da década de cinqüenta, na relação dos grandes produtores de lagosta, na qual já figuravam a França, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia, países longamente estabelecidos nos mercados internacionais e dotados de grandes redes de distribuição e comercialização. Entre 1956 e 1964 o volume das exportações brasileiras aumentou de formidáveis 918%, atendendo à dinâmica demanda internacional e em conformidade com a evolução extremamente favorável das cotações do produto nos principais mercados consumidores, que aumentaram de 213% no período, conforme se observa no Quadro 7.1.

Ano	Quantidade (Ton)	Valor (US\$ 1.000)	Preço médio por quilo (em US\$)
1956	155	83	0,53548387
1957	346	338	0,97687861
1958	433	476	1,09930716
1959	616	682	1,10714286
1960	1196	1816	1,51839465
1961	1741	2863	1,64445721
1962	2070	4039	1,95120773
1963	1778	3521	1,98031496
1964	1578	2627	1,66476553

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do *Anuário Estatístico Brasileiro* (1956-1965).

¹⁸¹ Vê-se que, nos melhores anos das exportações, a atividade continuou sendo realizada por jangadas e barcos pequenos (agora motorizados, com cascos de madeira cobertos, medindo de 6 a 8 metros de comprimento, dotados de porão na parte anterior e de motor na popa; a tripulação típica era de três ou quatro homens), enquanto os métodos de exploração não se alteraram. As armadilhas eram depositadas na véspera a uma distância de 6 a 12 milhas da praia e a uma profundidade de 20 a 30 metros e eram recolhidas 24 horas depois (os pescadores partiam da praia ao amanhecer e levavam 3 a 4 horas para chegar ao pesqueiro; recolhiam os covos e regressavam em seguida). Após o desembarque, as lagostas eram levadas ainda vivas às sedes das empresas de processamento que adquiriam a totalidade da produção a preços relativamente baixos, onde se procedia à separação dos abdomens. Estima-se que ainda ao final dos anos cinqüenta, a pesca lagosteira na região nordeste chegou a empregar cerca de vinte mil homens, entre aqueles que empreendiam a atividade com jangadas (a grande maioria) e os empregados dos armadores proprietários dos barcos a motor. *Idem*, p. 7-8.

1.2 - Os franceses e a pesca da lagosta

Atividade econômica tradicional em algumas regiões da França, o que se devia à excelente aceitação do produto no mercado consumidor metropolitano, o país compunha há muito o rol dos principais produtores mundiais de lagosta, sendo também o segundo maior importador do crustáceo, perdendo apenas para os EUA, o que se percebe com a observação dos dados do Quadro 7.2. A recuperação da capacidade de consumo, não apenas no Hexágono, mas em toda a Europa Ocidental, a partir de meados da década de cinquenta, indicava o grande potencial ainda existente para a exploração da pesca lagosteira, mesmo que tais perspectivas não pudessem ser realizadas exclusivamente a partir da exploração dos bancos do crustáceo existentes no litoral francês.

Quadro 7.2
Produção Mundial de Lagostas (maiores produtores),
1948-1964 (em mil toneladas)

País	1948	1958	1961	1962	1963	1964
Brasil	-	1,1	3	4,3	-	-
França	2	1,4	3,9	3,6	2,9	1,9
África do Sul	10,9	12,7	8,9	8,7	8,3	8,4
Cuba	1	4,2	8,2	7,5	7,4	6,6
EUA Atlântico	0,2	0,4	1,3	1,4	1,6	1,9
EUA Pacífico	0,5	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2
Austrália	-	10,0	12,5	13,1	14,3	12,5
Nova Zelândia	1,4	4,4	4	4,6	4,5	4
Total	31	43	52	55	54	53

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de FAO - *Yearbook of Fishery Statistics*, 1964.

A potência disponível para a pesca do crustáceo indicava que cedo ou tarde deveriam os armadores especializados da França se entregarem à prospecção de fontes diversificadas de provisão: estima-se que em 1958 a frota lagosteira francesa, baseada principalmente em Douarnenez e Camaret (Bretanha), contava com cerca de cinquenta barcos, atingindo até 600 toneladas e totalizando quase 3 mil toneladas

sobre as 300 mil com que se avaliava a tonelagem da frota francesa de mais de 300 toneladas utilizada para a grande pesca de então ¹⁸².

Em razão do esgotamento dos bancos do litoral da Bretanha e atentando-se para o crescimento vertiginoso da demanda pelo produto nos mercados europeus e em especial no mercado francês, passou-se a examinar as possibilidades de aprovisionamento de lagostas vivas e congeladas em outras fontes, dando-se preferência às regiões dotadas de bom potencial de exploração e com pequenos parques pesqueiros instalados. Por conseguinte, estavam imediatamente excluídas as áreas de pesca dos países participantes do rol de maiores produtores, todos já equipados com frotas lagosteiras tecnologicamente avançadas, que dominavam com exclusividade a exploração dos seus ricos litorais, dotados de características propícias à proliferação das diferentes espécies do crustáceo. A riqueza dos bancos existentes, por exemplo, no litoral da Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, excluía de imediato as possibilidades de exploração nos Oceanos Pacífico e Índico. Na América, apesar de não se verificarem indústrias pesqueiras com tradição na área, via-se a existência de aparatos legislativos amplamente restritivos à atuação de estrangeiros, o que passava frequentemente pela incorporação das plataformas submarinas aos territórios nacionais e pela promulgação de códigos de pesca que reservavam a exploração pesqueira aos nacionais.

Estando, portanto, a sobrevivência da exploração em risco na França, passaram os armadores franceses à busca de alternativas. E assim aconteceu: no decorrer de toda a década de cinquenta, a pesca predatória realizada no saliente ocidental do continente africano, sobretudo ao largo das costas do Senegal, da Guiné e da Mauritânia, onde atuava grande parte da frota especializada da Bretanha, levou rapidamente ao esgotamento dos bancos lagosteiros da região.

Em diversas ocasiões, as causas do empobrecimento dos citados bancos foram atribuídas aos modos de exploração empregados pelos franceses, caracterizados pelo

¹⁸² Nota da Direction des Affaires Administratives et Sociales – Ministério dos Negócios Estrangeiros da França (doravante MAE), "Données du problème de la pêche à la langouste sur les côtes brésiliennes", 08/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes); Telegrama da Embaixada da França no Brasil (doravante EMBAFRANCE) para o MAE, "Réunion au Itamaraty au sujet de la pêche à la langouste au large des

uso intensivo do sistema de arrasto, considerado amplamente prejudicial à preservação das espécies, uma vez que não separa indivíduos adultos daqueles em estado de crescimento. Além disso, os bretões não respeitavam nenhum período de resguardo após as sucessivas campanhas de pesca, o que seria necessário para garantir a recuperação das populações fragilizadas à exaustão em sua capacidade de reprodução e de migração.

2 - A França e a pesca da lagosta no Brasil

O monitoramento do rápido surgimento do Brasil como um grande fornecedor no mercado mundial, adicionado ao fato de que o mercado consumidor francês estava longe de encontrar o seu ponto de saturação e a França era, além de um dos grandes produtores do crustáceo, um dos maiores importadores, fizeram com que os armadores bretões voltassem a sua atenção para os bancos lagosteiros brasileiros.

Assim, ao final de 1960, o Cônsul Geral da França em Recife, Edgar Morin, respondendo a uma carta da *Société La Langouste*, de Roscoff, na qual solicitava informações sobre as possibilidades de exportação de lagostas congeladas a partir da capital pernambucana, informou que a sociedade de Pesca Alto Mar estava disposta a fornecer os crustáceos nessa forma, mas que seria necessário que os barcos de transporte fossem equipados de câmaras frias a -20°, como os utilizados pelas empresas norte-americanas e alemãs que se abasteciam há muito do produto na região. Ao que tudo indica, essa resposta deu aos armadores bretões a idéia de explorar as possibilidades de aprovisionamento em crustáceos da costa brasileira, sem utilizar os serviços das sociedades de pesca nacionais ¹⁸³.

Conscientes das oposições que tais projetos poderiam suscitar na opinião pública local, e desejosos de se conciliarem com as autoridades brasileiras, os

côtes brésiliennes", 15/01/1963, número 63, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

¹⁸³ Carta de Jacques Baeyens, Embaixador da França no Brasil, para Maurice Couve de Murville, Ministro dos Negócios Estrangeiros - Direction des affaires administratives et sociales, sobre a "L' Opération Langouste", 28/04/1961, número 412, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

armadores bretões tomaram precauções que poderiam evitar maiores contratemplos na empresa da exploração local. Ainda no início de fevereiro de 1961, uma missão preparatória composta de cinco armadores e industriais de Douarnenez chegava a Recife para estudar em ligação com o Consulado Francês, as possibilidades de realização de uma primeira experiência de pesca e proceder a sondagens e negociações que lhes assegurassem a rentabilidade da atividade local.

A missão recebeu das autoridades brasileiras um acolhimento amável, na forma, mas no fundo, reservado. O seu principal interlocutor, o Contra-Almirante Augusto R. Dias Fernandes ¹⁸⁴, comandante do Terceiro Distrito Naval, não escondeu que via sem favores a vinda de pescadores estrangeiros para explorar os fundos situados nos limites da águas territoriais brasileiras sem lucros para a economia local ¹⁸⁵. Reconheceu-se, entretanto, que as autoridades locais não poderiam opor-se à iniciativa, uma vez aceitas pelos franceses determinadas condições, das quais a principal era a presença a bordo das embarcações durante toda a campanha de pesca de um funcionário brasileiro que atuaria como testemunha do respeito às águas territoriais, expressamente fixadas por Fernandes em *quatro milhas* marítimas. Naquela oportunidade, acrescentou que a Capitania dos Portos da capital pernambucana prestaria assistência aos barcos e às suas tripulações, em caso de perigo ou doença, mas não garantiria o seu reabastecimento de víveres e combustíveis, nem reparos nos portos brasileiros. Com isso, recomendava que as empresas interessadas na pesca da lagosta no litoral brasileiro viessem instalar-se em Recife, de onde poderiam exercer, como empresas nacionais, as atividades de exploração da pesca, permitindo o tratamento e a venda do todo ou de parte do produto da exploração, gerando rendas para a economia local, seja por meio da geração de empregos, seja através do recolhimento dos impostos de exportação ¹⁸⁶.

¹⁸⁴ O Contra-Almirante Augusto R. Dias Fernandes comandou o Terceiro Distrito Naval, então ainda com sede na capital pernambucana, entre 1959 e 1962. Em 1976 a sede do Distrito Naval fora transferida para Natal, no Rio Grande do Norte.

¹⁸⁵ Telegrama confidencial do MRE para a Embaixada do Brasil em Paris (doravante BRASEMB), 21/05/1964, número 158, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 287.

¹⁸⁶ *Compte Rendu* de EMBAFRANCE para MAE, “Langoustiers français au large des côtes brésiliennes”, 04/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

Se a entrevista com o Comandante do Terceiro Distrito Naval não deixara nos armadores uma impressão de recebimento caloroso, ao menos servira para confirmar-lhes previamente algumas suspeitas quanto à riqueza dos bancos lagosteiros da região: de acordo com informações cedidas pelo próprio Fernandes, as exportações do crustáceo para os EUA atingiam a cifra de US\$ 9 milhões, montante obtido com a exploração a uma profundidade média de 15 metros, até onde poderiam os pequenos barcos e jangadas nordestinos chegar ¹⁸⁷. Que pensar, portanto, das possibilidades a profundidades um pouco superiores?

No dia 6 de fevereiro de 1961, o representante da Associação dos Barcos Lagosteiros de Douarnenez endereçava uma carta ao Comandante do Terceiro Distrito Naval do Recife para agradecer-lhe o acolhimento e as informações prestadas, como também para informar-lhe das intenções de implementar um projeto de trabalho experimental, para o qual esperava obter uma resposta favorável. Na oportunidade, apresentara a intenção de levar a cabo, durante seis meses, uma experiência de pesca nas proximidades da costa brasileira, para o que os armadores associados se comprometiam a manter os seus barcos fora das águas territoriais, cujos limites haviam sido fixados pelo Almirante em *quatro milhas* ¹⁸⁸.

Para essa experiência, o grupo propunha enviar três barcos, nas condições seguintes:

- a) presença a bordo de um fiscal brasileiro;
- b) pesca fora das águas territoriais;

¹⁸⁷ Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, Ministro dos Negócios Estrangeiros - Direction des affaires administratives et sociales, sobre a "L' Opération Langouste", 28/04/1961, número 412, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

¹⁸⁸ Vê-se que o Comandante do Terceiro Distrito Naval cometeu um engano de grandes proporções, verdadeiramente imperdoável para o encarregado das atividades de supervisão da movimentação costeira: o mar territorial brasileiro à época estava fixado em 3 milhas marítimas (estabelecido pela Circular N° 92 de 31/08/1850, baixada pelo Ministério da Guerra), com uma área de reserva de pesca de outras 12, segundo quadro sinóptico dos mares territoriais e das zonas adjacentes apresentado à Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Genebra, 1958), da qual resultaram as quatro Convenções sobre o Direito do Mar, que caíram em desuso. A primeira modificação na extensão do mar territorial brasileiro aconteceu apenas quando foi editado o Decreto-lei N° 44, de 18/11/1966, passando a 6 milhas, à qual se segue a ampliação para 12 milhas proporcionada pelo Decreto-lei N° 553, de 25/04/1969, antes da extensão unilateral para 200 milhas, de acordo com o Decreto-lei N° 1.098, de 25/03/1970. Finalmente, o mar territorial brasileiro retomou a extensão de 12 milhas em 1994. A propósito, ver AMARAL JÚNIOR, Alberto do. "O Brasil e as transformações do Direito do Mar". *Cadernos do IPRI*, N° 18, Brasília: FUNAG, 1994.

- c) o produto das campanhas, no que concerne à lagosta, seria transportado diretamente para a França; os peixes eventualmente capturados seriam vendidos no Brasil, nas condições indicadas pelas autoridades brasileiras;
- d) o reabastecimento dos barcos, em caso de necessidade de combustíveis e víveres, se daria nos portos brasileiros;
- e) eventuais reparações dos barcos seriam efetuadas pelos técnicos brasileiros;
- f) a proteção dos barcos, conforme as proposições do Comandante do Terceiro Distrito Naval, seria assegurada pelas autoridades brasileiras ¹⁸⁹.

Note-se que o Comando do Terceiro Distrito Naval jamais respondeu à proposta. Entendeu-se, assim, que havia sido selado um acordo informal com base nas condições acima para as operações dos lagosteiros estrangeiros. Considerando ultimados os entendimentos com as autoridades brasileiras, os armadores apressaram os preparativos da campanha exploratória, sem se descuidar do provimento de proteção consular: em carta de 10 de fevereiro de 1961, a Associação informou ao Cônsul francês seu projeto de enviar três barcos para pescar lagosta nas proximidades de Recife. Em carta de 24 de fevereiro do mesmo ano, desta feita do *Syndicat Douarmeniste de l'Armement à la Part*, alertava Edgar Morin da chegada próxima dos dois primeiros lagosteiros, o *Gotte* e o *Lonk-Ael* ¹⁹⁰. Assim, reunidas as condições que se julgavam suficientes, teve início, em março de 1961 a campanha exploratória de pesca, que deveria durar exatos 20 dias.

2.1 - A campanha exploratória

Apesar de a Associação e o *Syndicat* terem anunciado ao Comando Naval e ao Cônsul Geral da França na capital pernambucana que a autonomia em víveres e combustíveis dos lagosteiros seria assegurada em função da escala em Dakar e de certas adaptações técnicas operadas nos barcos, a primeira iniciativa dos capitães

¹⁸⁹ Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 28/04/1961, número 412, *Op. Cit.*

bretões quando acostaram no Brasil, em 27 de março de 1961, foi a apresentação formal no porto de Recife, para recebimento das instruções e embarque do fiscal de pesca ¹⁹¹.

Na capital pernambucana, a visão dos portentosos barcos franceses deu folga para a manifestação de grande comoção na opinião pública: os protestos eclodiram inicialmente nos meios profissionais da pesca (Associação Comercial de Pernambuco e Federação das Colônias de Pescadores de Pernambuco), a imprensa local deles fez largo eco e a ela se juntaram em uníssono, as lideranças políticas mais destacadas (uma interpelação teve lugar na Assembléia Legislativa do Estado), que não se cansavam de reprovar as autoridades brasileiras pelo abandono das riquezas nacionais aos estrangeiros ¹⁹².

Enfim, o assunto que se iniciou na província, chegou rapidamente aos gabinetes federais, uma vez que as lideranças políticas, ao se queixarem ao Governador Miguel Arraes, acabaram por forçá-lo a levar a questão ao Presidente Jânio Quadros. A Presidência da República, por sua vez, tratou o assunto do modo usual: providenciou a criação de um grupo de trabalho para estudar as conseqüências, para a economia local, da exploração dos bancos lagosteiros por estrangeiros e a legalidade de tal atividade ¹⁹³.

Rapidamente fixava-se para a opinião pública, a imagem inédita de uma França mesquinha e egoísta, que surrupiava o ganha-pão de milhares de pobres pescadores nordestinos que labutavam em risco, de sol a sol, sobre pequenas e frágeis embarcações feitas de um rejunte de troncos de madeira. Em síntese, o espetáculo das poderosas naves francesas conformava o epíteto perfeito do “mau rico” como, de fato, a comparação dos recursos e da autonomia de atuação em campanhas de pesca só fazia confirmar. Com efeito, uma comparação entre a capacidade de exploração dos barcos lagosteiros franceses e dos meios de exploração dos barcos a motor e das jangadas dá a

¹⁹⁰ *Compte Rendu* EMBAFRANCE para MAE, “Langoustiers français au large des côtes brésiliennes”, 04/01/1963, *Op. Cit.*

¹⁹¹ Telegrama de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville 17/04/1961, número 252, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

¹⁹² Carta do Cônsul Geral da França em Recife, Edgar Morin, 14/04/1961, número 21, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

¹⁹³ Telegrama confidencial do MRE para a BRASEMB, 21/05/1964, *Op. Cit.*

medida do desfavorecimento desses últimos: um barco bretão poderia pescar tanto quanto 3 barcos a motor ou 12 jangadas reunidas, ou seja, a sua produtividade média era 200% superior à dos barcos a motor e 1100% superior à das jangadas, conforme se observa nos dados disponíveis no Quadro 7.3.

Quadro 7.3 Produtividade média comparada entre os lagosteiros franceses e as embarcações brasileiras (barco a motor e jangada)						
Barco	Características técnicas das embarcações	Capacidade de pesca por campanha	Duração da campanha	Campanhas por ano	Capacidade de pesca por ano	Produtividade média comparada
Lagosteiro Francês	Barco tipo de 34 metros, viveiro com capacidade de 20 toneladas e câmara de estocagem de caudas de 15 toneladas	1.160 kg por dia (65 toneladas de lagostas vivas; Lagostas vivas: 20 toneladas; caudas congeladas (15 x 3): 45 toneladas).	8 semanas	2,5	150 ton.	3 barcos a motor; 12 jangadas
Barco a Motor Brasileiro	Barco tipo com 7 metros de comprimento, com 50 armadilhas; com capacidade de captura média de 4,7* lagostas por armadilha; peso ponderado capturado por dia: 50 X 4,7 = 235 kg.	235 kg de lagostas vivas por dia.	1 dia	250	60 ton.	0,2 lagosteiro francês; 5 jangadas.
Jangada	Barco tipo com 2,5 metros de comprimento, com 10 armadilhas; com capacidade de captura média de 4,7 lagostas por armadilha; peso ponderado capturado por dia: 10 X 4,7 = 47 kg.	47 kg de lagostas vivas por dia	1 dia	250	12,5 ton.	0,2 barco a motor; 0,08 lagosteiro francês.

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); da Nota da Direção das Questões Administrativas e Sociais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, sobre "Données du problème de la pêche à la langouste sur les côtes brésiliennes", 08/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes); e do Telegrama da Embaixada da França no Brasil para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre "La réunion au Itamaraty au sujet de la pêche à la langouste au large des côtes brésiliennes, 15/01/1963, número 63, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

Acresce que o tipo de industrialização embarcada na frota bretã que prometia atuar nas costas brasileiras também não deixava de causar preocupações nas

congregações brasileiras. Equipados com túneis de congelamento, a capacidade de processamento dessas unidades (e, por extensão, de captura) aumenta consideravelmente, uma vez que a cada tonelada congelada corresponde três de pesca, tendo em vista que a parte do crustáceo que se aproveita no processo de congelação corresponde a um terço do peso do animal vivo. A duração da campanha se encontraria, portanto aumentada na mesma proporção ¹⁹⁴.

Ao avaliar o estado emocional acalorado, reafirmado pelos protestos formais das principais lideranças políticas e empresariais do Estado de Pernambuco junto ao Comando do Terceiro Distrito Naval, este julgou, esperançosamente, que a paz pública seria restabelecida com o fim próximo da campanha de pesca, esperado para uma data próxima de 20 de abril. Entretanto, o anúncio no dia 11 daquele mês do acostamento dos lagosteiros *Tramontaine* e *Olympic*, que não estavam previstos na comunicação entre a Associação e o Distrito Naval, agravou a situação. Ao exprimir a sua surpresa, o Comando fez saber, sob instruções do Estado Maior da Marinha, que o limite de atividade dos estrangeiros estava transferido para além das 12 milhas, perímetro que constituiria a zona de pesca reservada. Enquanto isso, a Federação das Colônias de Pescadores de Pernambuco invocava o Decreto 28.840, de 8 de novembro de 1950, que incorporou a plataforma continental ao território nacional e condicionou a exploração dos seus recursos naturais por estrangeiros a uma autorização federal ¹⁹⁵.

Os armadores estavam bem lembrados das conversações entabuladas com o Comandante do Terceiro Distrito Naval ainda no início de fevereiro, e os limites de quatro milhas marítimas anunciados como correspondendo ao mar territorial brasileiro estavam bem claros em seus projetos. Por que agora vinham os brasileiros estender tal limite para doze milhas? Mesmo as instruções da Capitania dos Portos entregues aos fiscais embarcados eram claras neste sentido: fixam as bordas das águas territoriais em *quatro milhas*, e instruem a fiscalização a impedir que os barcos estrangeiros operem no interior deste perímetro ou em lugares em que os pescadores brasileiros tenham fixado

¹⁹⁴ Nota da Direção das Questões Administrativas e Sociais, sobre "Données du problème de la pêche à la langouste sur les côtes brésiliennes", 08/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

¹⁹⁵ *Diário de Pernambuco*, 04/04/1961.

as suas armadilhas, mesmo que tais sítios se situassem em águas extraterritoriais ou para além da zona de pesca exclusiva de doze milhas ¹⁹⁶.

Assim, convidados que foram a atuarem exclusivamente fora dos limites das águas territoriais e da zona de pesca exclusiva, os lagosteiros franceses descobriram que, em verdade, os bancos localizados para além das doze milhas se mostravam mais ricos do que aqueles próximos da costa, naturalmente de acesso fácil para as pequenas embarcações brasileiras a motor ou mesmo para as jangadas. Aqui, as populações eram escassas e compostas de grande número de indivíduos de pequeno porte. O depoimento do capitão de uma das embarcações envolvidas na experiência de pesca assim o comprova: em apenas quatro dias de operações nos locais mais afastados, seu barco capturou 18 mil lagostas, cifra muito dificilmente atingida nas áreas de pouca profundidade ¹⁹⁷.

Finda a experiência exploratória no dia 18 de abril, os barcos franceses retornaram aos seus portos de origem, levando consigo uma avaliação de quão lucrativas poderiam ser as operações nas águas extraterritoriais, o que desfez a desconfiança que os armadores franceses já nutriam quanto à potencialidade da pesca ao largo do litoral da Região Nordeste do Brasil.

Por outro lado, tal descoberta, ao alimentar o apetite dos bretões, nutriu o desconforto dos brasileiros. Com a repetição de longas campanhas de pesca nas regiões mais afastadas, criadouros naturais dos indivíduos que depois migrariam para as zonas de baixa profundidade, compreendidas nas águas territoriais e na zona de pesca exclusiva, as populações seriam rapidamente dizimadas. Temiam que ocorresse, no Brasil, o que aconteceu na África, levando ao colapso da pesca costeira que as embarcações a motor e as jangadas brasileiras poderiam realizar com os seus recursos de curto fôlego. Urgia tomar precauções contra um fluxo maior de embarcações estrangeiras mais equipadas para a pesca costeira, o que poderia, no entender dos armadores nordestinos, prejudicar a exploração das empresas locais.

¹⁹⁶ Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 28/04/1961, número 412, *Op. Cit.*

¹⁹⁷ *Idem ibidem.*

3 - A noção de plataforma continental

Com o episódio da missão exploratória, os brasileiros aprenderam que era necessário acionar os mecanismos existentes na legislação nacional para impedir, a qualquer sinal de alerta, o surgimento eventual de um fluxo de embarcações cobiçosas em explorarem a pesca ao longo do litoral do Nordeste.

Urgia esclarecer, por exemplo, que o limite de doze milhas correspondia apenas à extensão da zona de pesca reservada, mas não da plataforma continental, cuja extensão permanecia certamente imprecisa para os brasileiros, que acreditavam dever esta se estender até 180 ou 200 quilômetros da costa. Com efeito, o Decreto Federal número 28.460, de 8 de novembro de 1950, integrou ao território nacional a plataforma continental submarina.

Na década de cinqüenta, o governo brasileiro partia da premissa básica da existência do direito que têm os Estados Ribeirinhos de regulamentarem as atividades pesqueiras desenvolvidas em suas costas, sendo este uma decorrência de regras longamente assentadas na história do direito internacional público e relativamente bem aceito pela comunidade das nações. Assim, resolveu o governo brasileiro estabelecer os limites geográficos para a realização da pesca litorânea e de atividades de exploração de outros recursos marítimos e para tanto, integrar a plataforma continental ao território nacional. Desse modo, um comunicado da Divisão Política do Ministério das Relações Exteriores, de dezembro de 1950, estabeleceu: "O conceito geográfico da plataforma submarina resulta de modernas pesquisas geológicas que vieram demonstrar assentarem os continentes em uma base submersa, que se pode estender, além das águas territoriais, até sob o alto mar, baixando gradualmente em certa extensão, até uma linha calculada como estando entre 180 e 200 metros de profundidade, a partir da qual desce subitamente para as zonas de maior profundidade dos mares"¹⁹⁸.

Tal decisão do governo brasileiro apresentava-se, naquela ocasião, em plena conformidade com tendência que se firmava desde meados da década de 1940: os

¹⁹⁸ BRASIL. MRE/Departamento Político e Cultural. *Plataforma Continental Submarina*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, 1951, 7 p.

EUA assim o fizeram, por meio da proclamação do Presidente Truman (28/9/45), que fixou a plataforma incorporada como distando a uma profundidade de 100 metros, como também com as decisões de outros países latino-americanos, tomadas na mesma época, de que são exemplos as declarações do México (29/10/1945), do Chile (25/6/1947), da Argentina (11/10/1946) e do Peru (1/8/1947), e de outros países, ainda mais antigas ¹⁹⁹. Procuravam os Estados latino-americanos não apenas se conformarem ao direito que nascia no hemisfério com a declaração unilateral da potência norte-americana, mas também e sobretudo, se protegerem contra a poderosa frota industrial de pesca dos EUA atraída pelas zonas marítimas banhadas pela corrente de Humboldt, rica em recursos biológicos (pelo menos no que toca aos países da banda do Pacífico) ²⁰⁰.

Contudo, a noção de plataforma continental teve origem oficialmente no Direito Internacional, com a Convenção sobre a Plataforma Continental, de 29 de abril de 1958, um dos resultados da Conferência de Genebra sobre o Direito do Mar, que se inaugurou naquele ano e permitiu que cada Estado costeiro reivindicasse direitos exclusivos de aproveitamento da plataforma continental adjacente às suas costas por meio de uma definição que não determina seus contornos de maneira suficientemente precisa ²⁰¹. Com efeito, estabelece o artigo segundo da Convenção: "o Estado ribeirinho exerce direitos soberanos sobre a plataforma continental para os fins da exploração desta e o aproveitamento de seus recursos naturais". A imprecisão é consequência da utilização de dois critérios que não permitem, pelo fato de serem alternativos, fixar o limite geográfico da plataforma, quais sejam, o critério geográfico (à época impreciso)

¹⁹⁹ A Rússia estatuiu normas legais semelhantes por decreto de 29/9/1916. Nota do MRE para a EMBAFRANCE, 20/06/1962, Número 52, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007. A propósito, também Nota do Serviço Jurídico do MAE para o Ministro, sobre "Le différend franco-brésilien sur la pêche de la langouste", número 792, 15/10/1963, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁰⁰ BENNOUNA, M. Le caractère pluridimensionnel du nouveau droit de la mer. in: DUPY, René-Jean e VIGNES, Daniel (orgs) et alii. *Op. Cit.* Paris/Bruxelas: Economica/Bruylant, 1985, p. 4.

²⁰¹ Segundo o artigo 1º da Convenção sobre a plataforma, "... a expressão plataforma continental" serve para designar: a) o leito do mar e o subsolo das regiões submarinas adjacentes às costas, mas, situadas fora do mar territorial, até uma profundidade de 200 metros, ou além deste limite, até o ponto em que a profundidade das águas sobrejacentes permita o aproveitamento dos recursos naturais das referidas regiões; b) o leito do mar e o subsolo das regiões submarinas análogas, que são adjacentes às costas das ilhas. A propósito, ver CAUBET, Christian. *Fundamentos político-econômicos da apropriação dos fundos marinhos*. Florianópolis: UFSC, 1977, p. 57-58.

e o da capacidade de seu aproveitamento. Em verdade, a Convenção nada mais fazia do que confirmar lacuna existente tanto nos direitos nacionais quanto na prática do direito internacional, e certamente não foi feliz em cumprí-la.

Vê-se, portanto, que o direito exclusivo da pesca que decorre da soberania do Estado, deve ser entendido em sentido amplo, isto é, o ribeirinho pode regulamentar todo e qualquer tipo de pesca existente no seu espaço marítimo. Seguindo essa orientação, o Brasil, como inúmeros outros países, restringiu a exploração dos recursos naturais da plataforma continental aos nacionais, e condicionou a sua exploração por estrangeiros à concessão expressa ²⁰².

4 – As precauções brasileiras e a cobiça francesa

Apesar dos incidentes e mal-entendidos da campanha exploratória, não há que se reprovar as autoridades brasileiras quanto ao policiamento da costa, uma vez que, no seu entender, as preocupações das lideranças nordestinas também estavam muito claras e, em alguma medida, até corretas. Deste modo, visando coibir os excessos dos estrangeiros de qualquer nacionalidade e conscientes de que se abria então uma corrida ao litoral do nordeste (para a pesca da lagosta, mas também de atum, peixe voador e outras espécies), as autoridades navais instruíram formalmente os capitães dos portos, desde novembro de 1961, a empreenderem ações que coibissem a exploração da pesca

²⁰² Reza o Decreto do governo brasileiro:

art. 1º. Fica expressamente reconhecido que a plataforma submarina, na parte correspondente ao território continental e insular do Brasil, se acha integrada neste mesmo território, sob jurisdição e domínio exclusivos da União Federal;

art. 2º. O aproveitamento e a exploração de produtos ou riquezas naturais que se encontram nessa parte do território nacional, dependem em todos os casos, de autorização ou concessão federal;

art. 3º. Continuam em pleno vigor as normas sobre a navegação nas águas sobrepostas à plataforma acima referida, sem prejuízo das quais venham a ser estabelecidas, especialmente sobre a pesca na região.

Com efeito, o Decreto 28840 nada mais fazia do que especificar para a plataforma continental o que havia sido estabelecido pelo Código Nacional de Pesca de 27 de outubro de 1939, que em seu artigo quinto estabelecia que somente aos brasileiros é facultado exercer e explorar profissionalmente a pesca, sendo tal exigência extensiva aos armadores de pesca e à administração das sociedades civis, comerciais, ou industriais, que a explorem; tal atividade, continua o código, só poderia ser exercida por brasileiros e os barcos empregados teriam que pertencer a armadores particulares brasileiros ou a empresas nacionais, cuja administração fosse constituída exclusivamente por brasileiros.

por alienígenas ²⁰³. Do mesmo modo, foram dadas instruções precisas aos navios em serviço de patrulha, que deveriam, dali por diante, vistoriar os navios estrangeiros em operação de pesca e impedir que estes pescassem dentro dos limites do mar territorial e da zona econômica exclusiva, ou seja, a menos de 12 milhas da costa.

O Itamaraty também não descuidou de providências que evidenciassem aos estrangeiros o seu desacordo com a eventualidade do prosseguimento de campanhas de pesca. Após a realização das pesquisas aludidas, o Departamento Político do Ministério observou à Embaixada da França no Rio que, sendo a lagosta recurso de grande importância para o Nordeste e cuja existência estaria ameaçada pela exploração intensiva com métodos predatórios, o governo brasileiro não estaria disposto a permitir essa atividade a pescadores estrangeiros.

Não havendo protestos de nenhuma forma por parte do governo francês, entendeu o Itamaraty que a Embaixada no Rio de Janeiro não somente teria aceitado as condições segundo as quais foi autorizada a pesca do crustáceo nas costas do Nordeste – ou seja, meramente a título de pesquisa, mas também não opunha nenhuma contestação ao direito que formulara o Brasil em sua legislação nacional, e que, agora, aplicava ao caso concreto: a regulamentação da pesca da lagosta na sua plataforma continental ²⁰⁴.

Por outro lado, viu-se que os armadores franceses que participaram da campanha exploratória de 1961 estavam convencidos sobre as potencialidades dos bancos lagosteiros da Região Nordeste. Assim, decidiram-se, ainda no final daquele ano, pela exploração sistemática da pesca da lagosta no Brasil. Se a riqueza do litoral do Brasil ficou-lhes na memória, parece, entretanto, que não retiveram as mensagens das autoridades e da opinião pública brasileiras. Estando dado que essas se mostraram tão reticentes até mesmo quanto ao prosseguimento da campanha exploratória, o que poderiam pensar da possibilidade de instalação de uma concorrência que, aos seus olhos, lhes parecia ilegal e francamente desleal?

²⁰³ Circular Confidencial 0029/1961, do Comando do Terceiro Distrito Naval - Recife - PE, de 11/11/1961. Arquivo da Câmara dos Deputados - Brasília, CPI (01)62, caixas 01 e 02. *Arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as condições da pesca da lagosta.*

Decididamente estes fatores não foram levados em conta na decisão de enviar novos barcos pesqueiros à região, desta feita para a pesca sistemática e o transporte do produto pescado diretamente para os portos de origem. Do mesmo modo, não cuidaram os armadores bretões de outras providências, que, pode dizer-se, pouparam-lhes maiores aborrecimentos na oportunidade anterior, a saber:

- a) o acordo do Quai d'Orsay para as operações. Estando o Ministério dos Negócios Estrangeiros desta feita informado do fato de que o Itamaraty não desejava ver repetidas *tournées* de embarcações de pesca estrangeiras pelo litoral brasileiro, poderia recomendar-lhes cautela enquanto negociava autorizações especiais de exploração com as autoridades competentes brasileiras;
- b) a proteção consular prévia. Mesmo sendo direito de qualquer súdito estrangeiro gozar da proteção de seu Estado de origem, conviria aos bretões ao menos comunicar ao Consulado Geral da França no Recife as suas pretensões de dar início a atividades de exploração regular em *território brasileiro*. Deste modo, as autoridades consulares estariam preparadas para lidar com eventuais emergências, não de todo raras em se tratando de embarcações e tripulações que cruzariam o Atlântico em condições nem sempre favoráveis;
- c) a licença prévia das autoridades brasileiras. Considerando que ainda durante a expedição exploratória foram levantados por diferentes entidades do Estado de Pernambuco, os argumentos da reserva legal para os nacionais do direito de pesca sobre a plataforma continental, conviria aos bretões perscrutar a legislação brasileira atinente para entenderem que a atividade de pesca por estrangeiros em território nacional tratava-se de graça do poder público federal. Portanto, caberia um pedido formal de licença para exploração dos bancos lagosteiros, que deveria ser devidamente respondido pelas autoridades competentes brasileiras.

Registre-se, enfim, que nenhuma dessas providências foi tomada. Apesar de ainda em dezembro de 1961 o *Syndicat Douarmeniste de l'Armement à la Part* ter

²⁰⁴ Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, 16/04/1964. Arquivo da Câmara dos Deputados - Brasília, CPI (01)62, caixas 01 e 02. *Arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as*

solicitado uma autorização de exploração diretamente ao Ministério da Agricultura do Brasil, a entidade nunca recebeu resposta das autoridades brasileiras com a necessária autorização para atividade de pesca sobre a plataforma continental. De todo modo, passaram os franceses imediatamente à ação, *à la légère*, contrariando os cuidados e as prevenções que caracterizaram a missão exploratória ²⁰⁵.

Assim, o apresamento do barco lagosteiro *Cassiopée* (matrícula do porto de Douarnenez), que se deu no dia 2 de janeiro de 1962, confirma que as autoridades brasileiras de fato não estavam dispostas a tolerar atividades de pescadores estrangeiros em nenhuma condição. A sua extrema suscetibilidade às pressões das lideranças políticas nordestinas e a ferocidade da imprensa provinciana rapidamente contagiaram os grandes veículos nacionais, que, por essa hora, já haviam se acostumado à idéia de eleger a tibiez do governo em todos os campos, mas sobretudo na esfera internacional, como um dos seus alvos preferidos.

Acresça-se que este primeiro arrestamento, realizado ao largo da costa do Estado do Ceará, indicava a existência de tendência à capilarização pelas diversas regiões do Nordeste das pressões por parte das forças políticas e, naturalmente, dos grupamentos de grandes empresas de pesca e dos sindicatos ou federações de pescadores. Haveria, portanto, de se adotar postura de repressão exemplar, que contemplasse a defesa dos interesses dos grupos nordestinos em jogo e evitasse a ampliação de frentes de oposição que se alimentavam dos sinais de fraqueza e das indecisões do governo federal ²⁰⁶.

condições da pesca da lagosta.

²⁰⁵ Observe-se que, apesar de existirem repetidas menções à referida carta nos arquivos do Quai d'Orsay, dela não há registros nos arquivos do Itamaraty, e muito menos nos fundos do Ministério da Agricultura e do Conselho para o Desenvolvimento da Pesca – CODEPE depositados no Arquivo Nacional. Igualmente não há menção a igual documento nos arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito aberta na Câmara do Deputados para apurar problemas na pesca da lagosta no Nordeste brasileiro em 1964.

²⁰⁶ Ainda está por se fazer um estudo mais aprofundado das repercussões do conflito pesqueiro entre o Brasil e a França no cenário político nordestino. Registre-se, pelo momento, que mesmo movimentos com pouca ou nenhuma identidade com as questões inerentes ao conflito, como o Movimento das Ligas

5 - As doutrinas e os seus segredos

O apresamento do *Cassiopée* não deixou de ser, contudo, um tanto prematuro, uma vez que o governo brasileiro ainda não havia firmado a sua doutrina a respeito da captura do crustáceo por estrangeiros sobre as águas adjacentes à plataforma continental. Afinal, o barco fora apresado sob denúncia de pescadores brasileiros, que avistaram-no ao largo de Fortaleza, mas certamente fora das águas territoriais.

As autoridades brasileiras justificaram a sua ação declarando que aquela se tratava de operação rotineira de fiscalização do *modus faciendi* dos pescadores franceses, com o intuito de verificar se os barcos estrangeiros não estavam operando com artefatos ilegais, sobretudo com o arrasto. O barco conduzido aos portos da capital do Ceará, tendo os seus equipamentos de trabalho devidamente vistoriados, foi liberado com a sua carga no dia seguinte. Por faltar fundamento à acusação dos pescadores cearenses, reconheceu o Contra-Almirante Augusto R. Fernandes, comandante do Terceiro Distrito Naval, que os franceses não pescavam em águas territoriais e nem na zona de pesca exclusiva ²⁰⁷.

O arrestamento do *Cassiopée* foi motivo do primeiro protesto formal da Embaixada da França, mediante nota verbal do dia 3 de janeiro, respondida pelo Itamaraty no dia 19 do mesmo mês ²⁰⁸. Este foi o tempo necessário para que o governo brasileiro formulasse a sua doutrina, reafirmada em diferentes oportunidades desde então: o decreto de 1950 era pela primeira vez oficialmente invocado e a lagosta era classificada como "recurso da plataforma continental", além de ser expressamente anunciado que o governo federal não estava disposto a autorizar a exploração desses recursos por pescadores estrangeiros. De todo modo, o anunciado "a lagosta é uma riqueza da plataforma continental, e por isso somente pode ser pescada por brasileiros" guardava sutilezas que devem ser retidas.

Camponesas de Francisco Julião, não se abstiveram de atacar o governo na sucessão de crises que caracterizaram o episódio.

²⁰⁷ *Compte Rendu* da EMBAFRANCE para MAE, "Langoustiers français au large des côtes brésiliennes", 04/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁰⁸ Nota verbal do MRE para a EMBAFRANCE, DEOc/DAI/DPC/2/562.8, de 19/01/1962, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007.

Como teria chegado o Itamaraty a tal anunciado? Amparando a tese brasileira, especialmente o seu lastro (a lagosta é uma riqueza que pertence à plataforma continental), estavam constatações importantes e de extrema sutileza que partem do pressuposto de que existem vínculos orgânicos entre o crustáceo e o leito da plataforma, pois que a lagosta dela vive, dela nunca se afasta, dela é inseparável e sobre ela migra. Os pescadores franceses capturariam ao largo as mesmas lagostas que, de outro modo, na estação seguinte, se aproximariam da costa nordestina e estariam ao alcance da pesca artesanal.

Há de se lembrar que não havia nenhuma restrição à pesca nas águas adjacentes à plataforma continental brasileira, pelo menos à pesca de peixes, mas o mesmo não poderia ser dito da pesca dos crustáceos. A *pesca*, portanto, sobre as águas adjacentes à plataforma continental não poderia ser regulamentada pelos Estados ribeirinhos desde que se ativesse exclusivamente aos seres que nadam, ou seja, apenas aos peixes e, quando muito aos camarões (uma vez que se tratam de crustáceos que nadam), espécimes enfim que não guardam nenhum tipo de vinculação orgânica com a plataforma continental. O mesmo não acontece com as lagostas, crustáceos reptantes, uma vez que os indivíduos de todas as famílias da espécie mantêm vínculos essenciais com a plataforma. Quando adultos, por exemplo, são incapazes de nadar – a sua locomoção se efetua por meio de cinco pares de patas, marchando o indivíduo sobre o solo da plataforma continental em qualquer direção, mas geralmente para a frente ²⁰⁹. Em síntese, o crustáceo conhecido como lagosta não pode nadar, e por isso, de acordo com o direito brasileiro, não poderia ser pescado. Fosse a sua natureza natante, seria como qualquer outro peixe ou mesmo como os camarões, e poderiam ser capturados, desde que a atividade de pesca se realizasse fora das águas territoriais e da zona de pesca exclusiva. O próprio termo "pesca" decididamente não é apropriado para denominar a atividade de exploração de bancos lagosteiros. Dado o fato de que a espécie se locomove exclusivamente sobre patas, caminhando sobre a plataforma

²⁰⁹ Quando necessária uma fuga rápida, o animal se desloca celeramente para trás, vergando bruscamente o abdômen, com a nadadeira caudal em leque; nessa ocasião, as patas e antenas ficam orientadas para a frente, formando uma massa compacta e alongada que facilita a rapidez do movimento. Eventualmente, nessas ocasiões, é possível verificar a locomoção por saltos, o que de modo algum configura movimento por nado. COELHO, Petrônio A. "Súmula de observações sobre a lagosta comum". *Boletim de Estudos de Pesca (SUDENE)*, vol. 2, No. 5, maio de 1962, p. 6.

continental, a melhor expressão para denominar o ato de retirar indivíduos do mar seria "captura".

Isto posto, acreditavam as autoridades responsáveis pela pesca no Brasil que a única maneira existente de coibir ou impedir a pesca por estrangeiros no Nordeste, seria invocar a tese de que a lagosta é uma riqueza da plataforma continental, que somente os brasileiros poderiam explorar, conforme estabelecido no Decreto número 28.840, de 8 de novembro de 1950. Não seria prudente, entretanto, dar ênfase excessiva à referida tese, uma vez que os brasileiros já pescavam regularmente de "arrasto" nas plataformas continentais uruguaia e argentina, e os peixes demersais que capturavam têm também relações bastante íntimas com o solo submarino ²¹⁰. É verdade que esta é uma relação bem menos estreita do que a da lagosta, mas, se o crustáceo não fosse especificado na tese brasileira, o Brasil correria o sério risco de ter esses critérios utilizados contra si mesmo em eventuais discórdias sobre a pesca nas águas fronteiriças à Argentina e ao Uruguai. A declaração desejável, portanto, seria a de que considerava o governo brasileiro as lagostas que habitam a plataforma continental como uma riqueza desta plataforma, riqueza que estrangeiros só poderiam explorar se devidamente agraciados com licenças de pesca outorgadas pelo governo federal ²¹¹. Foi o que se fez...

Rejeitando a classificação dos crustáceos como recursos naturais da plataforma, a Embaixada no Rio de Janeiro manifestou-se sob orientação do Serviço Jurídico do Quai d'Orsay através de nota de 16 de março ²¹². Nesta oportunidade, firmavam os franceses também a sua doutrina. Reconhecendo que o argumento brasileiro se fundava na noção de plataforma continental, precisava a nota verbal que os limites desta não estavam estabelecidos na legislação pertinente. Se fossem adotados os critérios que figuram no artigo 1 da Convenção de Genebra de 29 de abril de 1958

²¹⁰ São exemplos de peixes demersais a corvina, a castanha, a pescadinha real, e a pescada olhuda. Em menor proporção também são capturados recursos com os seguintes nomes vulgares: pampo, anjo, miragaia, bagre, linguado, cações, pargo róseo, maria luzia etc.

²¹¹ Ofício reservado do diretor executivo do Conselho do Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), Célio Lyra, para o Ministro das Relações Exteriores. Arquivo da Câmara dos Deputados - Brasília, CPI (01)62, caixas 01 e 02. *Arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as condições da pesca da lagosta.*

²¹² Nota verbal da EMBAFRANCE para o MRE, número 97, 16/03/1962, AHMRE-B, Notas Ostensivas Recebidas da Embaixada da França no Brasil, 1962-63, maço 06999.

sobre a plataforma continental (profundidade das águas sobrejacentes não ultrapassando 200 metros, e explorabilidade) - cujo somente o primeiro, aliás, era reconhecido pela França como válido – existiriam condições para determinar se o arretamento foi efetuado sobre a plataforma, questão de fato sobre a qual uma verificação cartográfica deveria em todo caso ser feita.

Ainda que a resposta fosse afirmativa, a pretensão das autoridades brasileiras era, sob o ponto de vista dos franceses, insustentável, uma vez que o decreto de 1950 não visaria mais do que a "utilização e exploração dos produtos ou riquezas naturais". Essa expressão não é definida no decreto, mas não poderia ter significado diferente daquela que se encontra no parágrafo 4º do artigo 2º da Convenção de Genebra precitada. Excluindo os recursos minerais e outros recursos não-vivos, a Convenção cobre apenas "os organismos vivos que pertencem às espécies sedentárias, ou seja, os organismos que, no estado em que podem ser pescados, estejam sejam imóveis sobre o leito do mar ou sob esse leito, sejam incapazes de se locomover que não sejam estando constantemente em contato físico com o leito do mar ou com o subsolo".

Acreditava o governo francês que a Quarta Comissão da Conferência julgou preferível juntar, para descartar qualquer dúvida, que nem as espécies nadantes nem os crustáceos fariam parte das espécies sedentárias no sentido dessa disposição. Na Assembléia Plenária, a referência aos crustáceos foi suprimida (o Brasil havia votado pela sua manutenção), o que provocou, imediatamente após, a supressão da referências às espécies nadantes. Essa dupla supressão não poderia ter, aos olhos dos franceses, que um único significado: que o resto da definição se bastaria e não permitiria considerar nem as espécies nadantes nem os crustáceos como fazendo parte dos recursos naturais da plataforma continental.

Afinal, por que resistia tanto o governo francês a reconhecer os direitos que eram alegados pelo governo brasileiro? O que mais temia o Ministério dos Negócios Estrangeiros não eram propriamente as pressões dos segmentos sociais interessados na atividade de pesca no Brasil (que certamente ainda não haviam tido tempo de incorporar essas possibilidades de exploração lagosteira entre as suas certezas de provisionamento), mas os problemas decorrentes da crise para as relações exteriores

da França em geral ²¹³. Tratava-se aqui, com efeito, de salvaguardar os interesses de toda frota pesqueira e de não deixar que se criasse um precedente que poderia levar à proibição de todas as possibilidades de pesca nas águas que recobrem as plataformas continentais de outros países. Tinham muito claro, por exemplo, a proibição que havia sido recentemente notificada aos lagosteiros bretões ainda em junho de 1962 por uma nave guarda-costeira nicaragüense, com ameaça de tiro por avião, de pescar sobre a plataforma continental da Nicarágua, o que confirmava as repercussões sérias que a manutenção da atitude brasileira arriscava ter para os interesses franceses no plano internacional ²¹⁴.

Mesmo que a França não tivesse assinado a Convenção de Genebra sobre a plataforma continental, o Quai d'Orsay se permitia afirmar que a pretensão do Itamaraty de considerar as lagostas como "produtos ou riquezas naturais" da plataforma continental era desprovida de qualquer fundamento e contrária ao direito internacional. Entretanto, referindo-se ao artigo 6 da Convenção de Genebra, segundo o qual "todo Estado ribeirinho tem um interesse especial na manutenção da produtividade dos recursos biológicos de toda a parte do alto mar adjacente ao seu mar territorial", admitia a diplomacia francesa que o Brasil estaria com o direito de solicitar à França o início de negociações em vistas de tomar de comum acordo as medidas necessárias para se concluir um *modus vivendi* que permitisse aos súditos franceses a exploração dos bancos lagosteiros brasileiros e, ao mesmo tempo, a sua conservação ²¹⁵.

A posição francesa, por meses seguidos, aguardou resposta do Itamaraty. Enquanto isso, as autoridades navais verificaram, repetidas vezes, a presença de lagosteiros bretões na costa nordestina, sem que a Marinha de Guerra rechaçassem-

²¹³ Nota do Jurisconsulto para a Secretaria Geral do MAE, sobre "Le différend avec le Brésil sur la pêche", 07/02/1963, número 109, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²¹⁴ Nota da Direção das Questões Econômicas e Sociais – Divisão das Uniões Internacionais, sobre "Le différend franco-brésilien sur la pêche à la langouste", 02/10/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²¹⁵ Nota do Serviço Jurídico para a Direção das Questões Administrativas e Sociais, "Au sujet de l'arraisonnement de la Cassiopée", número 129, 09/02/1963, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes); Carta de Jean Grapinet, encarregado de negócios da França a.i. no Brésil para Maurice Couve de Murville - Direction des affaires administratives et sociales, número 269, 16/3/1962, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

nas. Parecia, com efeito, que a tranqüilidade reinstalara-se nas relações franco-brasileiras, e chegou-se a considerar ultrapassado o diferendo entre os dois governos.

No dia 14 de junho de 1962, entretanto, o lagosteiro *Plomarc'h* (matrícula do porto de Douarnenez) foi arrestado a 17 milhas ao largo do litoral norte do Estado do Rio Grande do Norte, conduzido a Natal e liberado dois dias depois com o produto de sua pesca, não sem antes ter recebido uma advertência formal das autoridades brasileiras, que indicaram ao seu capitão a definição da plataforma continental como sendo a porção do território submarino situado a menos de 100 braças de profundidade ²¹⁶.

O Embaixador Jacques Baeyens protestou energicamente contra o que considerava ser uma atitude ilegal, fundada em uma doutrina equivocada e descolada das boas práticas do direito das gentes ²¹⁷. Essa irritação do Quai d'Orsay permaneceu sem satisfações por parte do Itamaraty pelo menos até o dia 30 daquele mês, quando o governo brasileiro, após interpretar as proposições e protestos franceses, reafirmou a sua doutrina ²¹⁸.

Entendia o Ministério das Relações Exteriores que, de acordo com a Nota Verbal 97, sustentava o governo francês o direito de pesca, buscando apoio na Convenção de Genebra de 29 de abril de 1958 sobre a plataforma continental, que considerava, apesar de não assinada nem pela França nem pelo Brasil, como representativa, para as relações franco-brasileiras, do estado atual do Direito Internacional. Embora não fosse válida, o Itamaraty admitia a possibilidade de considerar, *ad argumentando*, os preceitos contidos na Convenção para iluminar a discussão sobre as teses dos dois países.

Conseqüentemente, julgaria o Quai d'Orsay injustificado e ilegal o apresamento do *Plomarc'h* pelo governo brasileiro, “reservando-se o direito de

²¹⁶ A Convenção de Genebra de 29/4/1958 definiu a plataforma continental a uma profundidade de 200 metros. De fato, os fundos ao largo das costas brasileiras passam diretamente de 80 a mais de 1000 metros e a plataforma continental se estenderia, assim, entre 40 e 140 milhas da costa.

²¹⁷ Nota verbal da EMBAFRANCE para o MRE, 14/06/1962, número 202; Nota verbal da EMBAFRANCE para o MRE, 28/06/1962, número 208, AHMRE-B, Notas Ostensivas Recebidas da Embaixada da França no Brasil, 1962-63, maço 06999.

²¹⁸ Nota verbal do MRE para a EMBAFRANCE, sobre as atividades dos lagosteiros franceses Cassiopée e Plomarch, 20/06/1962, número 52, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007.

reclamar a reparação do prejuízo decorrente desse ato”. Lembrava o Itamaraty que na mesma nota, o governo francês, baseando-se na citada Convenção de Genebra sobre a pesca e a conservação dos recursos biológicos do alto mar, declarava-se pronto a entrar num *modus vivendi* na matéria, compreendendo um acordo e possivelmente a formação de uma comissão especial arbitral, como previsto nos artigos 6 e 9 da mesma Convenção.

Entretanto, de acordo com a doutrina brasileira, a lagosta representa um recurso natural da plataforma continental, explorado há muitos anos pelos pescadores do Nordeste, atentando sua pesca por navios estrangeiros contra o direito nacional sobre a referida plataforma, conforme o que fora estabelecido pelo Decreto número 28.840, de 8 de novembro de 1950. Esse decreto do governo brasileiro, à semelhança de normas legais estatuídas por diversos outros Estados, como por exemplo, a Rússia em 29 de setembro de 1916 e os EUA em 18 de setembro de 1945, constituía norma jurídica assente, não tendo sido objeto de qualquer protesto internacional de nenhum Estado, sequer da própria França. Lembrava o Itamaraty que o próprio Hexágono adotou esse regime quanto à pesca da esponja na Tunísia, para além das águas territoriais daquele protetorado.

O governo brasileiro acreditava que, se a precisão que se pretendia incluir no texto da Convenção de Genebra fazia referência separadamente aos crustáceos e às espécies natantes, é porque queria distinguir os primeiros das segundas. De outro modo, faria alusão apenas às espécies que nadam, aí incluídos desde logo os crustáceos. Sustentava então o Itamaraty que a supressão da referência a crustáceos e espécies nadantes, ocorrida no Plenário da Conferência, deveu-se a iniciativa do Delegado de El Salvador que, baseado em estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura - FAO, demonstrou constituírem os crustáceos recurso natural da plataforma. Aprovada em Plenário a proposta do representante salvadorenho no tocante à retirada da menção aos crustáceos, tornava-se desnecessária a manutenção do resto da sentença, uma vez que não se pensava em considerar os peixes como recurso natural da plataforma continental. O Itamaraty concluiu por considerar que a

Convenção de Genebra inclui, pois, os crustáceos entre os recursos da plataforma continental ²¹⁹.

De conseguinte, o governo brasileiro não poderia concordar em retirar o assunto do seu local próprio, isto é, do terreno da plataforma submarina. Permaneceram em aberto as questões, cuja solução deveria ser buscada pela via da negociação ou da arbitragem.

²¹⁹ Parecer do consultor jurídico do MRE, Prof. Haroldo Valladão, sobre a pesca da lagosta por barcos franceses no nordeste do Brasil, 28/12/1962, número 1793, AHMRE-B, Pareceres ostensivos do Consultor jurídico do MRE, 1962-1965, maço 07630.

Capítulo 8

A guerra da lagosta

O Carnaval de 1963 passou para a história do Brasil pelo acréscimo, na última hora, de um enredo inusitado: o conflito sobre a pesca da lagosta entre Brasil e França, que naqueles dias de fevereiro ganhara cores dramáticas com o envio de uma belonave francesa para a proteção dos interesses dos lagosteiros bretões que operavam nas águas adjacentes à plataforma continental brasileira.

O episódio fixou os limites da incompreensão ao qual haviam se entregado as partes desde meados da década de cinquenta os governos dos dois países em suas relações bilaterais, contaminando, por extensão, os contatos entre as sociedades.

1 - As possibilidades de negociação

Ainda que as teses e doutrinas dos dois Estados sobre a pesca houvessem sido firmadas e suficientemente expostas para um e outro governo, os súditos franceses interessados no assunto permaneceram alheios à querela, tanto que deram prosseguimento aos seus projetos de explorar os bancos lagosteiros do Nordeste brasileiro, como se não existissem contratempos entre os dois governos sobre o assunto.

Como seria de esperar, novos arrestamentos ocorreram. No dia 10 de julho de 1962, as autoridades navais brasileiras prenderam o *Lonk-Ael*²²⁰, ao largo de Natal, e,

²²⁰ O *Lonk-Ael* (matrícula da Douarnenez), arrestado a 26 milhas da costa de Natal, fora conduzido aos portos da capital potiguar e liberado no dia 12 nas mesmas condições do *Plomarc'h* – Telegrama de Jacques Baeyens, para Maurice Couve de Murville, 10/07/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

no dia 5 de agosto foram arrestados ao largo de Fortaleza os barcos *Folgor* e *Françoise Christine*²²¹.

Entrementes, a Embaixada da França no Rio declarou que, em face da divergência de posições jurídicas, o governo francês propunha que o assunto fosse submetido a uma instância arbitral, nos termos da Convenção Franco-Brasileira de Arbitragem de 1909²²². A proposta foi prontamente rejeitada pelo Itamaraty, por entender que a questão dizia respeito a interesse vital de um dos Estados e a assunto que tocava interesse de terceiras potências, sendo essas cláusulas de exceção parte integrante da própria Convenção²²³.

Com base em densos pareceres lavrados pela sua Consultoria Jurídica, o Itamaraty estava seguro de que, na Convenção de Arbitragem, ficara estabelecida apenas uma cláusula compromissória, facultativa, sem sanção, geral, condicional,

²²¹ O *Françoise Christine* e o *Folgor* (ambos matriculados no porto de Camaret), arrestados a 24 milhas da costa de Fortaleza, foram escoltados aos portos da capital cearense e liberados três dias depois. No total, em pouco mais de oito meses de controvérsia, cinco dos lagosteiros franceses que estavam operando nas costas do Nordeste do Brasil foram arrestados, representando quase a metade dos barcos efetivamente enviados durante o período. Telegrama de Jacques Baeyens, para Maurice Couve de Murville, 06/08/1962, número 634, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²²² Nota verbal da EMBAFRANCE para o MRE, 30/07/1962, número 232, AHMRE-B, Notas Ostensivas Recebidas da Embaixada da França no Brasil, 1962-63, maço 06999.

²²³ Com efeito, não parecia ao governo brasileiro ser cabível o arbitramento proposto pela França com base na Convenção franco-brasileira de arbitragem de 07/04/1909, que dispõe nos seus artigos I e II, o seguinte:

Art. 1 - Os desacordos de ordem jurídica ou relativos à interpretação de tratados existentes entre as duas Altas Partes Contratantes, que ocorram entre elas e não tenham podido resolver-se por via diplomática, serão submetidos ao Tribunal Permanente de Arbitramento instituído na Haia em virtude da Convenção de 29/07/1899, contanto, porém, que não entendam com os interesses vitais, a independência ou a honra dos Estados Contratantes e não colidam com os interesses de outra Potência, e ficando, além disso, assentado que, se uma das duas partes o preferir, qualquer arbitramento resultante da presente Convenção será deferido a um Chefe de Estado, a um Governo amigo ou a um ou mais árbitros escolhidos fora das listas do Tribunal da Haia;

Art. 2 - Em cada caso particular, antes de recorrerem ao Tribunal Permanente da Haia, a outros árbitros ou a um só árbitro, as Altas Partes Contratantes firmarão um compromisso especial determinando claramente o objeto do litígio, a extensão dos poderes do árbitro ou árbitros e as condições que hajam de ser observadas no tocante aos prazos para a constituição do Tribunal Arbitral ou para a escolha do árbitro ou árbitros, assim como aos trâmites do processo. Esses compromissos especiais ficarão sujeitos, nos dois países, às formalidades exigidas pelas leis constitucionais.

salvo reservas subjetivas, e a depender do compromisso a ser pactuado lograr aprovação Congresso Nacional ²²⁴.

Aplicando os textos da Convenção Franco-Brasileira de 1909, e os princípios acima à hipótese do governo brasileiro (não se aplicaria a Convenção ao litígio em causa), conclui-se que não era de fato o caso de o Brasil aceitar o arbitramento proposto. Naquela ocasião, o Consultor Jurídico, Professor Haroldo Valladão, ensinava que "a exploração da plataforma continental, em particular a do Nordeste é de interesse básico, fundamental, vital para o Brasil, ligada que se acha diretamente ao desenvolvimento econômico nacional, em particular ao daquela região subdesenvolvida de nosso país. Tratava-se, assim, de um caso que entrava, tipicamente, na primeira e principal reserva ou exceção estabelecida na Convenção (desacordos que não entendam com os *interesses vitais dos Estados contratantes*). Ademais o assunto em questão diz respeito a interesses de outros Estados, que buscam restringir ou ampliar a natureza e a extensão da plataforma continental. Apresentava-se, destarte, a outra reserva prevista na Convenção, 'desacordos de ordem jurídica se relativos à interpretação de tratados... *que não colidam com interesses de outra Potência*.' O próprio fato da reunião de Genebra de 1958, sobre a plataforma continental, demonstra que o assunto não pode ser objeto dum arbitramento apenas entre dois Estados" ²²⁵.

O Itamaraty também anunciou, informalmente, para a Embaixada da França que o caminho da arbitragem, ainda que fosse aceito pelo governo brasileiro,

²²⁴ Lembrava o Professor Haroldo Valladão, consultor do Ministério: "aquele ato internacional foi realizado no quadro das Convenções que se seguiram à criação do Tribunal Permanente da Haia, de 29 de julho de 1899, e de que foi modelo o Tratado de Arbitragem da França com a Inglaterra, de 14 de outubro de 1903, cujos artigos I e II correspondem aos antes transcritos do ato franco-brasileiro de 1909". Convém mencionar que as convenções do tipo do tratado franco-britânico de 1903 de fato não deixaram de ter influência sobre os novos tratados, instituindo o arbitramento para as diferenças de ordem jurídica ou relativas à interpretação dos tratados existentes entre as duas partes contratantes. Sublinhe-se, entretanto, que estas convenções contém como reservas "os interesses vitais, a independência ou a honra dos dois Estados Contratantes e os interesses de terceiras potências", deixando à livre apreciação das partes a questão de saber se as reservas são aplicáveis ou não, elas não criam uma verdadeira obrigação de recorrer ao arbitramento. Parecer do consultor jurídico do MRE, Prof. Haroldo Valladão, sobre a pesca da lagosta por barcos franceses no nordeste do Brasil, 28/12/1962, número 1793, AHMRE-B, Pareceres ostensivos do Consultor jurídico do MRE, 1962-1965, maço 07630.

²²⁵ Parecer do Prof. Haroldo Valladão, consultor jurídico do MRE, sobre "A pesca da lagosta por barcos franceses no nordeste do Brasil. Arbitragem facultativa e obrigatória", 29/04/1963, número 1801, AHMRE-B, Pareceres ostensivos do Consultor jurídico do MRE, 1962-1965, maço 07630.

certamente não o seria pelo Congresso Nacional, já esgalado pelo episódio tão recente quanto infeliz da questão do resgate dos títulos da Port of Pará ²²⁶. Por conseguinte, a situação da imagem da França na opinião pública e no parlamento brasileiros, já comprometida por aquele episódio, certamente não comportaria o longo e difícil procedimento prévio necessário no direito interno brasileiro para fazer aprovar o compromisso arbitral especial previsto no artigo 2 da Convenção de 1909 ²²⁷.

Com a avaliação do desgaste da imagem nacional no país concordava a própria Embaixada no Rio de Janeiro, que se mostrara incapaz de interagir com a opinião pública sobre assunto que se lhe configurava tão espinhoso. De fato, não havia meios de explicar às populações emocionadas que não ocorreria, no Nordeste brasileiro, a mesma devastação deixada pelos bretões na Mauritânia. Ainda que houvesse compensações pela pesca, estas não seriam suficientes para diminuir os danos já feitos à imagem de generosidade tradicional do Hexágono, a qual, a esta altura já se achava irremediavelmente maculada quando decidiu o governo francês querelar pela pesca na região mais pobre do Brasil, e, quiçá, uma das mais miseráveis do mundo ²²⁸.

Apesar disso, o governo francês não se conformou com a tese esposada pelo governo brasileiro para lhe escapar à arbitragem. Segundo o governo de Paris, o objetivo da Convenção de 1909 era o de criar entre a França e o Brasil uma obrigação de arbitragem para os diferendos de ordem jurídica, "na condição, entretanto, que eles não tocassem aos interesses de terceiras potências", qualificação que deveria ser cuidadosamente definida ²²⁹.

²²⁶ Com efeito, qualquer compromisso arbitral que fosse firmado pelo governo brasileiro com o governo da França, compromisso necessário segundo a Cláusula II da Convenção de 1909, seria ineficaz, pois, à vista das reservas enumeradas pelo próprio Itamaraty e dadas as repercussões do caso na opinião pública brasileira, não seria aprovado pelo Congresso Nacional, cuja audiência foi exigida no final da referida cláusula (Constituição Federal, artigos 87, VII e 66, I).

²²⁷ Baeyens relata uma entrevista do Conselheiro Comercial da Embaixada com Vilar de Queiroz, chefe da Divisão de Europa Ocidental do Itamaraty onde se tratou das questões contenciosas e especialmente das possibilidades de arbitramento para a questão da lagosta. Telegrama secreto de Jacques Baeyens para o MAE, sobre "Entretien avec M. Vilar de Queiroz", s/n, 03/10/1962, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²²⁸ Nota da Direção da América para o Maurice Couve de Murville, sobre "Les Pêcheurs français au large des côtes brésiliennes", 05/02/1963, número 05, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²²⁹ Essa fórmula se encontra em numerosos tratados (25/12/1903 com a Itália, 26/02/1904 com a Espanha; 09/07/1904, Suécua-Noruega; 09/08/1911 com a Dinamarca; 10/02/1908, com os EUA), mas na mesma época ela não figura em um número semelhante de tratados de arbitragem (países Baixos, 06/04/1904; 15/11/1904, Bélgica-Suíça; 16/12/1905, Dinamarca-Itália; 07/09/1905,

A reserva inscrita na Convenção não teria por efeito, segundo o Quai d'Orsay, permitir ao Brasil recusar-se a levar à arbitragem todo diferendo jurídico tocando de perto ou de longe, de uma maneira direta ou indireta os interesses de terceiras potências, pois uma tal interpretação daria ao Estado que vem concluir uma convenção daquele tipo o poder de se subtrair em todas as hipóteses²³⁰.

O absurdo da tese brasileira, assim se configurava para o Ministério dos Negócios Estrangeiros da França: a recusa de levar à arbitragem o arrestamento dos lagosteiros franceses e a proibição que lhes foi dirigida pelas autoridades navais de pescar ao largo de 12 milhas não põe em causa apenas os cidadãos franceses e o Estado que, tomando o fato e a causa por um dos seus, coloca em movimento em seu favor a proteção diplomática ou ação judiciária internacional, e faz valer o seu direito próprio - o direito que tem o Estado de fazer respeitar na pessoa de seus súditos, o direito internacional. No presente diferendo jurídico, a França invocava o seu direito próprio de defender os seus súditos que pescam em alto mar e que sofreram um prejuízo nas circunstâncias de fato, e se uma sentença arbitral lhe desse eventualmente razão, essa sentença seria desprovida de qualquer efeito sobre os interesses de Estados terceiros, em virtude do princípio da relatividade da autoridade da coisa julgada, que limita os efeitos da sentença exclusivamente às partes²³¹.

Ainda que discordasse da tese francesa sobre a arbitragem, o Itamaraty aceitou a sugestão do Quai d'Orsay de se procurar chegar a uma fórmula de convivência, mesmo que não considerasse tal negociação uma obrigação para com o Hexágono, uma vez que não havia direito francês real ou potencial lesado no caso, mas como iniciativa que poderia favorecer a concórdia quanto à questão da pesca e permitir o

Argentina-Brasil; 18/04/1918, Uruguai). Não se trata portanto de uma regra geral, mas uma reserva feita expressamente por certos Estados em certos tratados entre elas a Convenção de 1909 em questão.

²³⁰ Com efeito, toda sentença sobre um ponto de Direito Internacional traz um elemento de direito positivo que toca o interesse de um Estado terceiro, se esse se encontra em uma situação comparável àquela dos Estados partes da arbitragem. Nota do Serviço Jurídico para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le différend franco-brésilien sur la pêche de la langouste", 15/10/1963, número 792, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²³¹ Nota do Jurisconsulto para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le refus d'arbitrage par le Brésil du conflit de la langouste", 18/02/1963, número 144, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

encaminhamento de outros assuntos das relações bilaterais que se viram repentinamente bloqueados em Paris ²³².

Entendia o Rio de Janeiro que, do mesmo modo que tivera que dar explicações às forças políticas do Nordeste sobre a questão da pesca da lagosta por estrangeiros, o mesmo se sucedia na França, com o fato agravante de que o sistema parlamentarista tornava o governo central muito mais permeável às demandas e pressões das regiões interessadas no assunto ²³³. Acresce que pela primeira vez a grande imprensa francesa passou a se ocupar do conflito, o que não deixava de ser uma consequência natural da movimentação dos representantes dos interesses dos grupos sociais que se julgavam prejudicados pela política do governo no assunto ²³⁴.

Entretanto, o Ministério das Relações Exteriores ponderava que tais negociações, sem compreender as posições jurídicas antagônicas dos dois países, poderiam efetivamente disciplinar o assunto, criando um entendimento entre particulares brasileiros e franceses interessados na indústria da pesca da lagosta ²³⁵.

²³² Há que se lembrar que os anos de 1962 e 1963 são o ápice dos contenciosos franco-brasileiros: o contencioso financeiro que se arrastava desde a década de quarenta não encontrava termo, enquanto questões assemelhadas existentes entre o Brasil e outros países eram rapidamente encaminhados; o governo brasileiro decidiu, nesse momento, cancelar a concessão de uma terceira frequência semanal para os vôos da Air France saindo do Rio de Janeiro; a imprensa brasileira tornava mais frequentes os ataques contra o Mercado Comum Europeu, forçando o Itamaraty a buscar a negociação a qualquer título, ainda que para reprovar a estreiteza de suas linhas de cooperação e a modicidade dos aportes destinados ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento situados fora das áreas de preferência; enfim, as disposições da lei de diretrizes da educação em dezembro de 1961, suprimindo o caráter obrigatório do ensino da língua francesa durante toda a escolaridade e reduzindo consideravelmente o número de horas consagradas a essa disciplina no segundo ciclo. Nota da Direção da América para Secretaria Geral do MAE, 08/08/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²³³ Com efeito, eclodiam na imprensa provinciana da França com regularidade surpreendente artigos que denunciavam a inação do Quai d'Orsay em garantir a defesa dos interesses nacionais em atividades de pesca alhures e mesmo nas águas territoriais francesas. Nota do Jurisconsulto para a Direção das Questões Administrativas e Sociais, sobre "La Pêche de la langouste au Brésil", 13/07/1962, número 626, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes). A propósito, também a carta da Deputada Representante do Finistère Suzanne Ploux, para Louis Roché – Diretor da Direção da América – MAE, sobre "la situation des Pêcheurs des langoustes de Camaret et de Douarnenez", 07/03/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²³⁴ *Le Monde* 09/08/1962.; *Le Combat*, 10/08/1962; *Figaro*, 10/08/1962. Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 27/07/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²³⁵ Nota do MRE para a EMBAFRANCE, sobre a Pesca de lagostas por barcos franceses na plataforma continental Brasileira, 09/01/1962, número 03, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007.

Para tanto contribuiu o clima de relativa concórdia que reinava na opinião pública, que acompanhou até com interesse a decisão do governo francês de enviar ao país uma missão para negociar no início de 1963 um *modus vivendi*. Ademais, o Itamaraty não julgava conveniente insistir nos aspectos negativos das relações franco-brasileiras justamente no momento em que se negociava em Paris a consolidação das dívidas externas brasileiras ²³⁶.

De outro modo, esboçava-se uma estratégia que, se fosse eficientemente implementada, poderia facilitar o encaminhamento de todos os contenciosos em andamento com a França: ainda em novembro de 1961 o Itamaraty resolvera utilizar o poder de barganha que nascia do desentendimento sobre a pesca da lagosta e do desejo do governo francês em obter uma terceira frequência semanal para a Air France, cogitando-se inclusive da denúncia do *Memorandum* confidencial de 1960 que regulamentava o transporte aéreo entre os dois países, para tentar pressionar o Quai d'Orsay por um encaminhamento favorável na questão do contencioso financeiro ²³⁷.

Ainda que a proposta da fórmula de convivência tenha partido do Quai d'Orsay, este não estava seguro do acerto da decisão de se enviar uma missão negociadora composta por delegados que não estavam diretamente envolvidos nas questões de Estado que cercavam o conflito. Acreditava que, dados os rumos tomados pelo diferendo, não era possível esperar que acordos de natureza privada fossem suficientes para salvaguardar os interesses dos lagosteiros franceses, uma vez que estes não eram suficientemente organizados para se bastarem na defesa de seus próprios interesses ²³⁸. Se parecia oportuno recorrer a uma tentativa de arranjo amigável, paralelamente à ação diplomática, seria conveniente, para os Negócios Estrangeiros, que ela se situasse na escala das administrações francesa e brasileira, esperando que o debate pudesse se prender ao fundo da questão e, por meio de um procedimento de

²³⁶ Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho para o MRE, sobre o Acordo de consolidação Brasil-França, 20/11/1962, número 342, AHMRE-B, Telegramas Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1962, maço 02667.

²³⁷ Memorando secreto de José Maria Villar de Queiroz, chefe da Divisão da Europa Ocidental, para o Secretário geral adjunto para assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, sobre o Contencioso com a França, 06/01/1963, número 01, AHMRE-B, Correspondência expedida (Memorandos, despachos, ofícios e exposições de motivos secretos), 1963, caixa 64.

²³⁸ Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 18/12/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

arbitragem, pesquisar a conclusão de um *modus vivendi* nesse nível ²³⁹. A chancelaria francesa finalmente temia que o envio da missão negociadora acabaria por consagrar indiretamente o direito auto-alegado pelo Brasil sobre os recursos da plataforma continental, e especialmente sobre as lagostas. Em outras palavras, os arranjos privados poderiam comprometer a estrutura da tese francesa, uma vez que estaria sendo reconhecido tacitamente que os brasileiros teriam o direito de regulamentar a exploração dos bancos lagosteiros – tanto é, que os súditos franceses passariam a buscar condições de contratar tal atividade ²⁴⁰.

2 – A negociação do *modus vivendi*

Finalmente chegou ao Brasil, em 12 de janeiro de 1963, a missão encarregada de negociar uma fórmula de convivência enquanto se aguardada a solução da diferença jurídica ²⁴¹. O envio da missão e os seus propósitos foram repassados formalmente pelo Itamaraty à Embaixada da França, retomando, inclusive, os termos das comunicações anteriores desta última sobre o assunto, sem descuidar de reafirmar

²³⁹ A indecisão do Quai d'Orsay não deixa de evidenciar a existência de um debate surdo que existia há muito no seio do governo francês, relativo à propriedade das teses franceses sobre o direito do mar, com repercussões muito diretas e imediatas para a sobrevivência da frota pesqueira nacional. Estando o Ministério dos Trabalhos Públicos e dos Transportes mais diretamente vinculado aos interesses da frota pesqueira, era natural que se mostrasse mais sensível às pressões do setor, enquanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros cuidava de administrar, quando possível, os atritos que sobrevinham nas relações com terceiros países em função da realização das suas vontades. Cumpre assinalar, por exemplo, o conflito que se desenvolveu ainda em outubro de 1962 entre pescadores bretões e soviéticos de arenque (e que fora levantado pelo Itamaraty em seu arrazoado sobre o direito que têm os Estados ribeirinhos de regular a pesca nas águas adjacentes à sua plataforma), em tudo idêntico àquele ocorrido nas costas do nordeste brasileiro, com a diferença de que, naquele, os pescadores franceses tinham ponto de vista diametralmente oposto ao que defendiam no incidente pesqueiro franco-brasileiro ²³⁹. Tendo defendido os direitos dos pescadores nacionais, e notadamente a imunidade de suas águas territoriais, passava a ser muito difícil para os diplomatas fazerem prevalecer tese distinta e oposta na situação que se desenvolvia no Brasil, quando os papéis foram revertidos em detrimento dos súditos franceses. Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros - Direction des affaires administratives et sociales, para o Ministro dos Trabalhos Públicos e dos Transportes - Direction des Pêches Maritimes, sobre "La Pêche à la langouste sur les côtes brésiliennes", 30/11/1962, número 06320, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁴⁰ Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 28/12/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

a proibição de exploração dos bancos lagosteiros brasileiros, conforme havia sido anunciado no início da contenda ²⁴². No Brasil, a missão tratou com os representantes do Conselho para o Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e dos Ministérios das Relações Exteriores e da Marinha.

A missão apresentou duas propostas, que não foram consideradas aceitáveis pelo governo brasileiro: a) a entrega para as congregações profissionais e/ou obras sociais do Nordeste de parte do produto da pesca; b) o escalonamento da chegada dos barcos franceses, de modo a não prejudicar as atividades de pesca das populações ribeirinhas. A delegação brasileira, por seu turno, apresentou também duas fórmulas. A primeira, patrocinada pela SUDENE, dizia respeito à constituição de sociedades franco-brasileiras, de acordo com a legislação nacional, para operação da pesca da lagosta em todos os seus aspectos. A segunda, apresentada pelo CODEPE, referia-se ao arrendamento de barcos franceses por firmas brasileiras, ficando 20% do produto da pesca bloqueados para um fundo de construção de barcos pesqueiros nacionais ²⁴³.

As fórmulas brasileiras não foram consideradas razoáveis pela parte francesa. Acostumados que estavam a explorar os bancos lagosteiros de outros países sem custos

²⁴¹ A missão era dirigida pelo Senhor Lagarde, membro do Secretariado da Marinha Mercante, órgão encarregado da matrícula marítima, e do Senhor Stephan, Presidente da Câmara de Comércio de Brest e representante dos armadores bretões.

²⁴² O documento consolida a posição brasileira sobre a negociação da fórmula de convivência, conforme havia expressado em suas notas verbais de 16 e 23 de outubro de 1962, sendo que a primeira esclarece que “tendo em vista que a nota referida contém a sugestão de que se proceda ao estudo e um *modus vivendi* que solucione o aspecto prático da questão, sem variação nas posições jurídicas esposadas pelos dois países, o Ministério das Relações Exteriores, depois de consultar os organismos brasileiros de pesca, propõe a realização de negociações entre particulares franceses interessados na pesca de lagostas no Nordeste e empresas brasileiras, sob a fiscalização de organismos oficiais brasileiros, para conclusão de contratos de aluguel de barcos franceses e empresas nacionais, garantindo-se nos textos de tais contratos o fornecimento de lagostas ao mercado francês. (...) O *modus vivendi* sugerido na presente nota tende ao pensamento que inspirou a proposta constante de nota de 30 de julho, dessa Embaixada, 'de entrega a organismos locais de uma parte do produto da pesca dos lagosteiros', uma vez que prevê a colaboração entre particulares franceses e empresas brasileiras que trabalham na área do Nordeste". Notas verbais do MRE para a EMBAFRANCE, sobre a pesca de lagostas por barcos franceses na plataforma continental Brasileira, de 09/01/1963, 09 e 16/10/1962, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007.

²⁴³ Despacho da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para a BRASEMB, sobre "A pesca da Lagosta por barcos franceses no Nordeste do Brasil. Missão Lagarde", 25/01/1963, número 10, AHMRE-B, Despachos Ostensivos para a Embaixada em Paris, 1960-1964, maço 02661; Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville – Direção de Questões Administrativas e Sociais, sobre "La pêche à la langouste au large des côtes brésiliennes", 29/01/1963, número 109, AMAE, Série

adicionais aos da própria campanha de pesca, por que haveriam agora os barcos bretões de se sujeitar ao recolhimento de encargos que tornariam a operação proibitiva? Com efeito, gostariam os franceses de que o produto de sua pesca continuasse sendo simplesmente "levado" para a França, o que lhes permitiria, por exemplo, escapar dos impostos de importação e de exportação ²⁴⁴. Aos seus olhos, as entregas e/ou eventuais pagamentos para as congregações ou obras de caridade locais constituiriam o preço a pagar pela tranqüilidade nas campanhas de pesca sobre a plataforma continental, desde que limitados ao montante do aprovisionamento em víveres e combustíveis nos portos do Nordeste. Para os brasileiros, as propostas francesas não ofereciam atrativos: seu objetivo, estava claro, era a exploração conjunta dos bancos lagosteiros por empresas francesas e brasileiras, entendida como etapa necessária para a capacitação da frota nacional ²⁴⁵.

Enquanto se realizavam as negociações no Rio de Janeiro, os membros da missão francesa informaram o Itamaraty da chegada iminente de dois barcos aos locais contenciosos no litoral do Nordeste ²⁴⁶. O Ministério das Relações Exteriores entendeu esse fato como um sinal da deslealdade para com a política de boa-vontade encetada a partir da decisão de receber a missão negociadora ²⁴⁷.

A partida de novas embarcações de pesca para os locais contenciosos evidenciava que o governo francês havia finalmente sucumbido às pressões do setor pesqueiro nacional. Ao mesmo tempo, aquela decisão era o fruto de um embate tenso

B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁴⁴ Idem. No Brasil a alíquota de exportação para pescados de qualquer espécie era de 10%, enquanto o governo francês cobrava 32% de alíquota sobre a importação.

²⁴⁵ Uma das propostas da SUDENE incluía a locação de barcos franceses por empresas brasileiras. Entretanto, a legislação nacional não permite este tipo de contrato que não seja por um período de dois anos, termo do qual toda a frota locada deveria ser nacionalizada. O principal problema dessa proposta residia nas restrições impostas pelo Código Nacional de Pesca quanto à composição da tripulação das embarcações locadas (no máximo dois terços da tripulação poderia ser estrangeira). *Compte Rendu - Langoustiers français au large des côtes brésiliennes*, da EMBAFRANCE para o MAE, 04/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes)

²⁴⁶ O comunicado incidental da chegada iminente dos barcos lagosteiros bretões se deu ao longo da sessão de trabalho do dia 14 de janeiro.

²⁴⁷ Vê-se, portanto, que quando foi instalado o processo negociador entre o Itamaraty e a delegação francesa, o Quai d'Orsay já havia autorizado há muito a vinda ao Brasil de barcos lagosteiros. Carta de Maurice Couve de Murville para o Ministro dos Trabalhos Públicos e dos Transportes, 11/12/1962, número 6563, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

e silencioso no seio do próprio governo francês, que se arrastava desde o meados de 1962 e conheceu o seu epílogo apenas em dezembro daquele ano, uma vez que o próprio Quai d'Orsay vinha alertando insistentemente as agências responsáveis pela matrícula marítima e pelo desenvolvimento da pesca na França dos riscos que a retomada imediata dos fluxos de lagosteiros ao Brasil ofereciam para a conclusão da negociação da fórmula de convivência ²⁴⁸.

No momento em que as autoridades da Marinha Mercante anunciavam aos Negócios Estrangeiros a sua decisão de liberar a partida de navios pesqueiros para os locais de pesca contenciosos, o governo brasileiro ainda não havia formalmente se negado a encaminhar a questão pelo arbitramento, ao mesmo tempo em que já havia aceitado a negociação imediata do *modus vivendi*. Apesar da demora em obter do Itamaraty uma resposta positiva para a questão do arbitramento, não parecia razoável ao Quai d'Orsay permitir o desatracamento de uma nova frota de lagosteiros que teriam como destino o Brasil. Certamente, esse seria o estopim de uma escalada de protestos que poderiam prejudicar ainda mais o entendimento sobre a questão e tornar mais frágeis os já debilitados canais de diálogo existentes entre os dois governos ²⁴⁹.

Cedera, portanto, a diplomacia francesa às pressões da Marinha Mercante, que conhecia em profundidade as resistências das opiniões públicas dos países que tinham contenciosos pesqueiros, tanto que propusera aos Negócios Estrangeiros enviar naquela oportunidade, uma unidade da Marinha de Guerra para acompanhar as atividades dos barcos lagosteiros, como já estava habituada a fazer nas situações em que a atividade pesqueira nacional sofria algum tipo de risco, real ou potencial ²⁵⁰. Pelo menos conseguiram os diplomatas reverter essa decisão, que arriscaria tornar o

²⁴⁸ Lembrava o Ministério dos Negócios Estrangeiros que o próprio governo francês havia insistentemente proposto ao governo brasileiro a regulação do diferendo por um procedimento arbitral, e até a sua conclusão, esperava obter pelo menos a negociação de um *modus vivendi* que garantisse aos bretões a atividade pesqueira sobre as águas adjacentes da plataforma continental. *Idem*.

²⁴⁹ *Idem Ibidem*.

²⁵⁰ Com efeito, o envio de navios de guerra para amparar barcos de pesca tornara-se uma prática usual do governo francês, que seguia tendência há muito estabelecida por outros governos, como o dos EUA, Grã-Bretanha, Noruega e Dinamarca, sendo que alguns destes tinham inclusive seções especializadas para este propósito em suas respectivas marinhas de guerra. Precisamente, o governo francês enviava todos os anos vasos de guerra em missões de assistência durante as campanhas de pesca que a frota pesqueira realizava ao largo das costas da Groelândia, da Terra Nova, da Irlanda e, ao sul, por todo o Mediterrâneo. Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a

problema mais agudo (na eventualidade de sobrevir algum incidente entre vasos de guerra brasileiros e franceses). O envolvimento da Marinha de Guerra era certamente inoportuno no exato momento em que o governo francês pensava em enviar um negociador ao Brasil para tentar determinar as bases de um *modus vivendi*²⁵¹.

Sabendo que a reação do Itamaraty seria, no mínimo, de desgosto, cuidou o Quai d'Orsay de tomar providências que desfizessem preventivamente a marca da deslealdade que se configurava. Assim, o Embaixador Carlos Alves de Sousa Filho foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no dia 13 de dezembro de 1962 para ser comunicado pelo Secretário Geral do Ministério, Embaixador Carbonnel, de que o governo francês havia assentido na partida de dois barcos lagosteiros que se dirigiriam ao Brasil no início do ano seguinte, e que se solicitava ao governo brasileiro que os mesmos não fossem importunados em suas intenções de explorar os bancos lagosteiros existentes na plataforma continental. Por motivos desconhecidos, Sousa Filho não transmitiu nesses termos tal comunicação ao Itamaraty²⁵². No telegrama que expediu na seqüência da audiência com Carbonnel, afirmava que o se "pedia que os pescadores franceses fossem autorizados a operar, como antes, nas costas brasileiras sem serem molestados"²⁵³.

Assim, naufragavam na desinformação os esforços de negociação do *modus vivendi*. Inconformado com a decisão do governo francês de enviar novamente uma

EMBAFRANCE, 01/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁵¹ Idem ibidem.

²⁵² Referindo-se ao episódio em suas memórias, Souza Filho alegou que o Itamaraty desconhecia a chegada iminente dos lagosteiros porque uma mensagem específica que supostamente fora expedida da Embaixada em Paris teria se extraviado nos escaninhos da burocracia diplomática no Rio de Janeiro. Culpando a desorganização do Ministério das Relações Exteriores, alega ademais que o mesmo conteúdo de sua mensagem teria sido comunicado pela Embaixada da França à Secretaria de Estado, que inexplicavelmente não a reteve. Há que se registrar que não há indícios do referido telegrama expedido pela Embaixada do Brasil em Paris, e muito menos de nota verbal da Embaixada da França no Rio de Janeiro nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores em Brasília. Acresce que não existem referências na extensa documentação diplomática francesa sobre o conflito de que tenha o Quai d'Orsay nem mesmo instruído a Embaixada no Rio a comunicar oficialmente o Itamaraty da partida de dois lagosteiros no momento em que se negociava o *modus vivendi*. A propósito, SOUZA, Carlos Alves de. *Um embaixador em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, 361 p.

²⁵³ Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 13/12/1962, número 368, AHMRE-B, Telegramas Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1962, maço 02667; Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 14/12/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

frota pesqueira para o Brasil, e acuado diante do fato consumado, o Itamaraty decidiu suspender as negociações até que o Quai d'Orsay fizesse regressar os lagosteiros, que a essas alturas já se aproximavam da costa do Nordeste. Mostraram-se os diplomatas brasileiros sinceramente preocupados com as repercussões que a chegada iminente dos bretões poderia ter sobre a opinião pública nacional e, especialmente, com a alimentação da pressão hostil dos interesses do setor pesqueiro e das forças políticas nacionais.

A decisão francesa foi entendida pelo governo brasileiro como uma pressão inaceitável, tendente a impor-lhe a renúncia da sua posição jurídica e por razões de princípio, tratou de rejeitar todos os artifícios propostos pela delegação francesa para encobrir a chegada dos lagosteiros, e decidiu sustentar um corolário da sua doutrina²⁵⁴. Assim, o Itamaraty instruiu Sousa Filho para que comunicasse imediatamente ao Quai d'Orsay os pontos recém-estabelecidos, além de lembrar-lhe da possibilidade de arrestamento imediato de toda e qualquer embarcação de pesca estrangeira que se aproximasse da costa ou das águas adjacentes à plataforma continental²⁵⁵. Os pontos foram:

- a) o governo brasileiro não aceitaria a arbitragem proposta pelo governo francês por considerar a questão incluída nas exceções previstas no artigo primeiro da Convenção de Arbitragem Franco-Brasileira, de 1909, ou seja, o objeto de litígio interessa a terceiras potências;
- b) o governo brasileiro não permitiria doravante a pesca da lagosta por barcos de qualquer país na plataforma continental, nem mesmo aqueles eventualmente autorizados;
- c) uma eventual concessão de pesca dependeria de acordo baseado em uma das duas fórmulas apresentadas durante as negociações pela parte brasileira.

²⁵⁴ Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville - Direction des affaires administratives et sociales, 29/01/1963, número 109, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁵⁵ Telegrama confidencial da Secretaria de Estado para Carlos Alves de Sousa Filho, 24/01/1963, número 23, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

A reação do Quai d'Orsay às novas decisões do governo brasileiro, comunicadas no dia 23 de janeiro, foi a menos favorável possível ²⁵⁶. A França insistia na submissão do litígio ao arbitramento, julgava as fórmulas propostas pela Delegação Brasileira inteiramente inaceitáveis e informava, enfim, que em se verificando o arrestamento dos dois pesqueiros franceses que já se aproximavam da costa brasileira (uma vez que o seu retorno não seria determinado e que outros barcos se lhes seguiriam), caracterizar-se-ia um conflito aberto entre os dois países ²⁵⁷.

3 - O impasse

Diante do impasse que nascia, restava às partes a espera pelos acontecimentos, e, especialmente, pelos primeiros arrestamentos, que certamente não tardariam e poderiam ter conseqüências desastrosas para o já deteriorado clima de entendimento entre os dois países.

Cioso de evitar nova confrontação na questão que poderia prejudicar o entendimento já abalado para o *modus vivendi*, Baeyens procurou ser recebido pelo Presidente João Goulart, na manhã do dia 30 de janeiro de 1963, para solicitar-lhe, em nome da concórdia entre as duas nações, uma autorização para que os lagosteiros que partiram em dezembro da França pudessem pescar sobre a plataforma continental brasileira ²⁵⁸. Nessa oportunidade, tomou-se conhecimento de que, ainda na noite anterior, haviam sido apresados ao largo da costa do Rio Grande do Norte os barcos

²⁵⁶ Telegrama da Direção da América para a EMBAFRANCE, 29/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁵⁷ Telegrama Confidencial e Urgente de Carlos Alves de Sousa Filho para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 29/01/1963, número 33, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

²⁵⁸ Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 31/01/1963, número 15; Nota da Direção da América para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Les pêcheurs français au large des côtes brésiliennes", 05/02/1963, número 05, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

Françoise Christine, Banc d'Argain e Gotte, todos reincidentes, que pescavam no interior do perímetro de 12 milhas marítimas que constituem a zona exclusiva ²⁵⁹.

O novo incidente, sem dúvida, punha Goulart em uma situação embaraçosa, uma vez que não se tratava mais de prevenir os apresamentos, mas de liberar os barcos arrestados, ordem imediatamente emitida e executada, no dia 31 de março ²⁶⁰. Partiram os lagosteiros, que se entregaram novamente à pesca sobre a plataforma continental, enquanto outros três a eles se juntavam.

Previendo a possibilidade de novos arrestamentos diante da oposição à presença dos barcos estrangeiros que se avolumava nas principais praças nordestinas, Baeyens procurou revestir a sua presença de alguma legalidade. Solicitou novamente à Presidência da República que os barcos gozassem do privilégio de concluir a sua campanha de pesca sem serem importunados pelas autoridades navais brasileiras ²⁶¹.

Ciente de que a política de temporização encetada pela Embaixada no Rio de Janeiro vinha enfrentando oposições crescentes mesmo entre os setores mais pacíficos do Quai d'Orsay (que a enxergavam como uma perda de margens de manobra para o encaminhamento futuro da questão), cuidou o representante francês de mostrar trunfos imediatos, ainda que calcados no reconhecimento tácito da doutrina brasileira sobre a plataforma continental (como não poderia deixar de ser compreendida a solicitação de autorização especial) ²⁶². Ainda que assim o fosse, a Embaixada da França esperava contar com mais alguns dias para testar as possibilidades de entendimento com o Rio de Janeiro, antes que Paris optasse por

²⁵⁹ Nota verbal do MRE para EMBAFRANCE, 31/01/1963, número 14, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007; Telegrama de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 01/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁶⁰ Entretanto, os pescadores bretões permaneceram atacadados até a noite do dia 2 de fevereiro, alegando que aguardavam ordens de seus armadores, uma vez que a conclusão de um acordo que lhes permitiria explorar os bancos da plataforma brasileira era iminente. Ao declararem que vinham pescar na região porque os fundos africanos estavam esgotados, os bretões deram combustível para a eclosão de nova campanha de protesto na imprensa provinciana.

²⁶¹ Acresce que o conflito retornara, neste momento, às pautas da grande imprensa francesa, que se perguntava se estaria o Quai d'Orsay agindo com a firmeza necessária para salvaguardar os interesses dos súditos franceses. Por exemplo, *Le Monde*, 02/02/1963; "Avant de recevoir toute autre aide de la France, le Brésil doit liquider ses dettes envers l'épargne française", *Le Combat*, 04/02/1963; "Le sexe des langoustes: la langouste marche-t-elle ou nage-t-elle?", *Le Combat*, 05/02/1963.

²⁶² Telegrama de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 01/02/1963, número 133, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

outros rumos para a questão ²⁶³. Baeyens temia especificamente que o Ministério do Negócios Estrangeiros cedesse mais uma vez às pressões sociais e, especialmente, das agências responsáveis pela organização da pesca, e concordasse com o que lhe parecia a medida mais drástica de todas, única capaz de pôr a perder todo o frágil trabalho de entendimento empreendido na questão, e que deveria ser tomada exclusivamente se todas as possibilidades de negociação fossem esgotadas: o envio de um navio de guerra ²⁶⁴.

Para demonstrar a boa vontade do governo do Brasil em chegar uma fórmula de convivência, e nutrido pela esperança de ver desaparecer rapidamente da imprensa a campanha que se armou para denunciar a debilidade da sua administração ao lidar com recurso de tanta importância econômica para a região, Goulart aceitou o apelo do embaixador francês. O Itamaraty, entretanto, alertava a Embaixada da França, naquela oportunidade, de que essa concessão, que se iniciava no dia 8 daquele mês, era feita na fé de que as autoridades francesas não permitiriam a partida de novos barcos até que se concluíssem as negociações do *modus vivendi* ²⁶⁵. Para o momento, a estratégia de Baeyens atingia resultados.

Se o gesto de Goulart impediu o deflagração de uma nova estratégia pelo Quai d'Orsay, teve, por outro lado, efeitos opostos aos esperados no âmbito doméstico ²⁶⁶. Imaginando que uma boa forma de fazer calar a opinião pública nordestina seria fazendo desaparecer dos portos locais os lagosteiros bretões, ao mesmo tempo em que

²⁶³ Em verdade, Baeyens sabia que a decisão de enviar para as costas brasileiras um navio de guerra já estava tomada desde o final de dezembro de 1962, esperando o Quai d'Orsay apenas o momento oportuno para implementá-la. No dia 1 de fevereiro, Paris comunica à Embaixada que já havia tomado as providências devidas para o desatracamento dali a três dias de um vaso de guerra com o intuito de proteger os barcos franceses que operavam no Brasil. Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 01/02/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁶⁴ Com a autorização do governo brasileiro, o Quai d'Orsay decidiu suspender, pelo menos provisoriamente, o desatracamento do navio de guerra, esperando que o Rio de Janeiro cuidasse agora de voltar a negociar o *modus vivendi*. Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 04/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁶⁵ Observe-se, entretanto, que o Itamaraty não afirmou ter a concessão prazo certo. Nota verbal do MRE para a EMBAFRANCE, 12/02/1963, número 16, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007.

²⁶⁶ Telegrama da EMBAFRANCE para o MAE, 13/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

demonstrava a sua boa vontade no equacionamento da questão com os franceses, o governo brasileiro viu as críticas à sua política de liberalidade se multiplicarem repentinamente, dessa feita encabeçadas por lideranças políticas de expressão nacional e por membros da própria base parlamentar governista ²⁶⁷. A liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por exemplo, mostrou-se uma tenaz opositora da concessão governamental, certamente embalada pelos ruídos que traziam do Nordeste a medida da impopularidade do governo federal e pelos ataques da grande imprensa nacional ²⁶⁸. A isso se juntaram interesses econômicos bem amparados politicamente que se viram lesados com tal política ²⁶⁹. O próprio governo achou-se, de um momento para o outro, dividido quanto ao episódio. O Ministro da Agricultura, José Ermírio de Moraes, senador pelo PTB de Pernambuco, responsável pela política de desenvolvimento dos recursos pesqueiros nacionais, mostrou-se um tenaz opositor da concessão feita aos franceses, liderando pessoalmente caravanas de armadores e políticos estaduais pelos gabinetes federais ²⁷⁰.

Acuado pela crise política que gerou, quando o Brasil passava por dificuldades financeiras que poderiam ser circundadas exclusivamente pela boa vontade dos grandes credores e investidores, decidiu o governo brasileiro tentar reverter as concessões graciosamente feitas aos franceses, na esperança de, ao menos, calar a frente de oposição doméstica. Assim, no dia 19 de fevereiro, o chanceler Hermes Lima convocou ao Itamaraty o Embaixador Baeyens para comunicar-lhe o termo, no dia seguinte, da autorização especial dada pelo Presidente da República aos bretões. Com a intenção de dar satisfações imediatas à oposição que se arregimentara em torno da

²⁶⁷ Nota da Direção da América para o Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le Différend franco-brésilien", 16/11/1963, número 119, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁶⁸ "Lagosta: comissão quer impedir os navios franceses", *O Estado de São Paulo* 14/02/63; "Navios franceses atacam no Nordeste jangadeiros que pescam lagosta", *Correio da Manhã*, 17/02/63; *Jornal do Brasil*, 09/02/1963; *Tribuna da Imprensa*, 09/02/1963; *Última Hora*, 09/02/1963.

²⁶⁹ Idem. Cite-se, a título de exemplo, que o Deputado Federal Murilo Costa Rêgo (PTB-PE), membro eminente da base de apoio parlamentar do governo, era um dos acionistas majoritários de uma das maiores empresas de pesca, processamento e exportação de lagostas de todo o Nordeste.

²⁷⁰ Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 21/02/1963, número 278, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes); Nota da Direção da América para Maurice Couve de Murville, sobre "Le Différend franco-brésilien", 15/11/1963, número 120, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 73.

questão, era publicado comunicado de imprensa onde se procurava esclarecer a excepcionalidade da autorização ²⁷¹.

Imaginando, entretanto, que a reação do governo de Paris seria a pior possível, a Secretaria de Estado tratou de instruir Souza Filho para contatos pessoais no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando deveria reafirmar às autoridades francesas a excepcionalidade da concessão especial e esclarece-las sobre a duração da campanha e os motivos que levavam o governo brasileiro a pôr fim abruptamente à autorização de pesca. Ao mesmo tempo, deveria o embaixador brasileiro lembrar ao Quai d'Orsay de que o governo federal doravante seria inflexível para com as incursões dos pescadores bretões ²⁷². Esperava o Itamaraty ao menos poder contar, na reação da diplomacia francesa, com o entendimento de que a autorização constituiria um bom indicador da compreensão e da boa vontade que nutria o governo brasileiro pela negociação da fórmula de convivência.

Esta última decisão do governo brasileiro coroou uma sucessão de medidas infelizes. Como não conhecia em profundidade os dados do problema, Goulart não se mostrou prudente ao intervir na questão sem embasar-se em aconselhamento dos que dela tratavam desde o início. A inexperiência do Presidente da República nos assuntos internacionais e o desconhecimento das conseqüências que poderiam ter a conexão de um conflito diplomático de grande complexidade com medidas diversionistas voltadas para a opinião pública, em um contexto de polarização política, teriam resultados desastrosos. O erro fatal do encaminhamento da questão, quando esta chegou a Goulart, reside no fato de que este não impôs uma data para o termo da autorização de pesca dada aos franceses. Em outras palavras, quando cassada, a concessão deixou de ser favor concedido para se transformar em direito interrompido.

²⁷¹ “Após reunião dos Ministros das Relações Exteriores, da Marinha e da Agricultura, realizada no Itamaraty, o Governo Brasileiro decidiu que expirará a 20 de fevereiro a autorização dada, a título excepcional, a 8 do corrente, a seis barcos franceses para pescarem lagosta na plataforma continental brasileira. Aquela concessão havia sido feita em atenção ao apelo do governo francês, por intermédio do Embaixador da França no Brasil, e significou ato de compreensão tendo em vista as negociações em curso entre os dois países sobre a matéria. O governo brasileiro está atento à defesa dos legítimos interesses dos pescadores nordestinos, que hoje possuem na pesca da lagosta uma fonte de renda significativa para o nível de vida de milhares de pessoas, numa região cujo desenvolvimento constitui uma das mais vivas preocupações das autoridades nacionais”. Telegrama Confidencial Urgente da Secretaria de Estados para a BRASEMB, 19/02/1963, número 54, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

Por certo que a reação do Quai d'Orsay foi até pior do que jamais esperavam os diplomatas brasileiros. Chamado na manhã do dia 21 pelo Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Souza Filho foi oficialmente informado de que a Embaixada da no Rio de Janeiro acabara de receber instruções para comunicar ao governo brasileiro que o governo francês decidira enviar um navio de guerra ao litoral norte do nordeste brasileiro, com o objetivo de controlar os movimentos dos seus pesqueiros a fim de que não se aproximassem em demasia da costa, e assegurar-lhes a continuação da pesca da lagosta além daquele limite ²⁷³. Alertando o seu interlocutor para a gravidade da atitude que a França adotara, tendo em vista que o navio, provavelmente, já estava a caminho, Souza Filho lembrou a possibilidade de tensão entre belonaves dos dois países, uma vez que o governo brasileiro não permitiria a aproximação de um navio de guerra estrangeiro com intenções que se lhe afigurariam hostis ²⁷⁴.

Ainda na manhã do dia 21 de fevereiro, Baeyens cuidou de notificar o Itamaraty do envio do vaso de guerra, o que era feito a partir de um arrazoado de motivos que se articulavam em torno de uma única exigência: a retomada imediata das negociações de um *modus vivendi* que permitisse aos pescadores franceses o exercício da pesca nos bancos lagosteiros situados na plataforma continental brasileira ²⁷⁵.

Os elementos do conflito aberto estavam postos. O Quai d'Orsay julgava que este ato derradeiro seria o único capaz de fazer o Itamaraty aceitar a arbitragem sobre o fundo da questão. Além disso, o envio de belonave não se apresentava, para o governo francês, como ato de hostilidade ou de pressão armada, uma vez que este se acostumara a fazer os seus barcos de pesca se acompanharem de uma unidade de guerra da Marinha Nacional. Especificamente, o navio destacado para o Brasil foi o

²⁷² Idem.

²⁷³ Telegrama Confidencial Urgentíssimo de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 21/02/1963, número 57, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284; Telegrama Urgente da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 20/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁷⁴ Telegrama Confidencial Urgentíssimo de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 21/02/1963, número 57, *Op. Cit.*

contratorpedeiro leve *Tartu*, que recebera instruções precisas para se ater em alto mar, inclusive fora das águas adjacentes à plataforma continental e reunir em torno de si os barcos lagosteiros ²⁷⁶.

Esta era a quinta-feira, véspera de carnaval, 21 de fevereiro de 1961 – tinha início a Guerra da Lagosta.

4 – O carnaval das lagostas

O anúncio do envio de um vaso de guerra para as proximidades da costa brasileira não poderia deixar de causar grande comoção no governo e na opinião pública brasileiros.

O Itamaraty, estupefato, rapidamente compreendeu o que se passara e cuidou de afiar as suas posições, tendo em vista agora a presença de um fato novo na querela entre os dois governos. Paris justificava o envio do *Tartu* a partir do cancelamento da autorização especial dada pelo presidente Goulart, quando, na realidade, a decisão do dia 18 não anulava nem cancelava aquela autorização, mas apenas fixara o seu período de validade dentro de um prazo razoável para a pesca. Com efeito, julgava o Itamaraty que a autorização do Presidente da República tivera caráter excepcional, devendo-se levar em conta que quando a mesma foi pedida, os seis lagosteiros já se encontravam próximos ao litoral brasileiro, sendo que três deles eram reincidentes, pois que acabavam de ser liberados já em atenção a pedido anterior do governo francês.

O argumento do Quai d'Orsay de que fizera apreciável concessão ao Brasil, ao admitir uma fórmula de convivência, merecia, segundo o Itamaraty, quando menos, a réplica de que se encontrava em boca errada, porquanto era o Brasil que fizera graça à França ao negociar um *modus vivendi* para permitir barcos franceses a operarem sobre a

²⁷⁵ Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 20/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁷⁶ Carta secreta do Ministro das Forças Armadas para o Almirante Chefe do Estado Maior da Marinha de Guerra da França, sobre "Instructions pour les comandants des bâtiments de guerre en mission d'assistance sur les côtes du Brésil", 20/02/1963, número 1471/MA/CM/S, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

plataforma continental brasileira. Acresce que, se o envio de vaso de guerra para acompanhar pesqueiros não tinha caráter intimidativo, não se sentia o governo brasileiro obrigado a ter idêntica reação nem a considerá-lo ato de rotina. O Rio de Janeiro não enxergava outro objetivo que não o de intimidar ou procurar garantir a pesca, contra a determinação brasileira, o que se reduz, logicamente, a ato de hostilidade. No entender do Rio de Janeiro, urgia tomar providências imediatas para deter o avanço do barco de guerra, com chegada prevista para o dia 25, antes que tal notícia, ao cair em domínio público, causasse estragos ainda maiores às relações entre os dois países e acabasse por inviabilizar irremediavelmente qualquer tentativa de entendimento.

Um comunicado de imprensa do Ministério das Relações Exteriores, publicado no dia 22, ao dar conta da chegada iminente do *Tartu*, repercutiu imediatamente perante a opinião pública ²⁷⁷. A imprensa nacional se armou para ecoar a decisão do governo francês, ao mesmo tempo em que consagrava as opiniões de juristas e homens públicos que se encarregaram de emprestar combustível para a oposição denunciar as debilidades do governo federal. Incitava-se a população à defesa do território pátrio. Cuidava-se de denunciar a "política de canhoneira" que acabara de adotar o governo francês, que tomava no caso o Brasil pela miríade de débeis Estados que nasciam de seu "desastrado processo de descolonização" ²⁷⁸.

Frente à excitação da opinião pública, o Ministro da Marinha, Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, percebeu uma boa oportunidade para reganhar a sua autoridade diante da tropa, abalada desde que resolvera conceder a Ordem do Mérito Naval ao Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola ²⁷⁹. Afirmando que o serviço de inteligência da Marinha dispunha de informações de que o governo francês destacara o porta-aviões *Clemenceau* e dois cruzadores pesados para as operações no Brasil²⁸⁰, deu ordem ainda na madrugada da sexta feira, 22 de fevereiro, para a

²⁷⁷ Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 28/02/1963, número 334, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁷⁸ *O Estado de São Paulo*, 21/02/1963; *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Jornal do Commercio*, *Última Hora*, 22/02/1963.

²⁷⁹ Numerosos oficiais da Marinha brasileira que discordaram da concessão do Mérito Naval a Brizola chegaram mesmo a devolver as suas insígnias.

²⁸⁰ Com efeito, a Estação-rádio do Pina, em Recife, monitorava o movimento de vários navios franceses, entre eles o *Clemenceau* e o próprio *Tartu*, que pareciam estacionados em portos na África,

mobilização imediata da Marinha de Guerra ²⁸¹. Assim, foi rapidamente constituída uma Força Tarefa, composta por oito contratorpedeiros, que zarpou do Rio de Janeiro nas primeiras horas do domingo de carnaval, 23 de fevereiro, movida a soldos de guerra, tendo como inimigo o contratorpedeiro *Tartu* ²⁸². Em entrevista coletiva concedida poucos dias depois, confirmava Suzano a vinda de uma poderosa frota francesa para o litoral do Nordeste, ocasião na qual o Ministério da Marinha distribuiu nota aberta à população para demonstrar a importância dos interesses em jogo e a necessidade de defender a soberania nacional ²⁸³. Ainda que Baeyens cuidasse de desmentir categoricamente o envio do *Clemenceau*, entre outros vasos mais equipados, acabou por vingar o anunciado da Marinha de Guerra do Brasil, já em deslocamento para os locais contenciosos ²⁸⁴.

Ainda no dia 23, Souza Filho foi recebido por de Gaulle para transmitir-lhe apelo do Presidente Goulart: o Chefe de Estado brasileiro solicitava ao seu colega que fizesse retroceder a nave de guerra, que era vista no Brasil como um gesto hostil por

provavelmente em Dakar. O prolongamento do monitoramento permitiu, entretanto, que se soubesse que o *Clemenceau* participava da *Croisière Noire*, um cruzeiro de exercício que tocava anualmente no inverno em portos da África. ESPELLET, Edy Sampaio. Recordações do episódio naval denominado “Guerra da Lagosta”. *Revista Marítima Brasileira*, Ano CV, Nos. 7, 8, e 9 – jul-ago-set., 1985, p. 15.

²⁸¹ Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 24/02/1963, número 295, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes); Nota da Direção da América para Maurice Couve de Murville, 15/11/1963, número 119, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 73.

²⁸² Um levantamento dos recursos mobilizados pela Marinha de Guerra do Brasil, em comparação com o poderio naval francês que estaria em deslocamento para a costa do Nordeste brasileiro, demonstra o quão irrefletida foi a decisão de Suzano. Supondo que o porta-aviões *Clemenceau* estivesse de fato a caminho dos locais contenciosos, o Brasil dispunha de um deslocamento da ordem de 37050 toneladas e 3669 homens embarcados, enquanto a França, manejaria 25750 toneladas e 3123 homens. Ainda que a tonelagem deslocada e o número de homens embarcados chegasse a ser quase equivalente, seria impossível comparar o poder de destruição de uma das mais poderosas e modernas máquinas de guerra da época, o porta-aviões *Clemenceau* (lançado ao mar em 1961 e equipado com 30 aviões), com os pífios recursos instalados da Marinha de Guerra brasileira. Esta comparação evidencia que de fato Suzano não agiu de boa fé, ou pelo menos não acreditava que o poder naval deslocado seria suficiente para a "defesa da pátria", quando mobilizou os efetivos. O mais provável é que tenham os oficiais e o alto comando da armada, além dos corpos inferiores, se impressionado mais com os soldos de guerra, que começaram a ser pagos desde a interrupção do feriado do Carnaval até o fim das operações, que duraram mais de trinta dias (dados de ESPELLET, Edy Sampaio, *Op. Cit.*).

²⁸³ *O Globo*, 27/02/1963; Telegrama Secreto do Adido Militar junto à EMBAFRANCE para o Secretariado da Marinha, via Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28/02/1963, número 26; Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 28/02/1963, número 327, ambos em AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

parte do governo francês, capaz de elevar a tensão entre os dois países a consequências imprevisíveis. A resposta do Presidente francês, entretanto, foi dura: da mesma forma que o Presidente do Brasil vinha se ocupando da questão, agora passaria ele próprio a fazê-lo e não considerava o envio do contratorpedeiro como um gesto hostil, mas, bem ao contrário, tendente a preservar as margens ínfimas de diálogo ainda abertas entre os dois governos. Para o Presidente da República, a matéria envolvia questão de princípio: a França não reconhecia e não reconheceria jamais a jurisdição do Estado ribeirinho sobre a plataforma continental ²⁸⁵. Em síntese, o retorno do *Tartu* somente seria cogitado se concordasse o governo brasileiro a negociar imediatamente a fórmula de convivência ²⁸⁶.

Percebendo que o envio do navio de guerra causara grande desconforto no governo brasileiro, naquele mesmo dia, o Quai d'Orsay cuidou de apresentar à Embaixada em Paris as bases da negociação ²⁸⁷:

- a) o navio de guerra enviado à plataforma continental brasileira não chegaria a atingi-la;
- b) o governo brasileiro autorizaria, em caráter excepcional, os seis pescadores franceses que se encontravam na costa do Nordeste, a prosseguirem suas operações de pesca pelo prazo máximo de 15 dias;

²⁸⁴ Telegrama de Jacques Baeyens para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28/02/1963, número 339, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁸⁵ A audiência concedida por de Gaulle a Souza Filho está na origem da expressão atribuída ao Chefe de Estado francês ("Le Brésil n'est pas un pays sérieux"), que surgiu na imprensa carioca pela primeira vez pelas prensas do *Diário de Notícias*. Em verdade, Souza Filho reivindica para si a autoria da expressão em suas memórias. A frase teria sido por ele pronunciada quando inquerido pelo jornalista Luiz Edgar de Andrade sobre os mal-entendidos que caracterizavam o conflito pesqueiro entre o Brasil e a França, e especialmente sobre o teor da entrevista que o representante tivera com o Presidente da República. Referindo-se à incorporação do conflito ao enredo do carnaval do Rio de Janeiro e ao teor dos comentários da imprensa carioca, Souza Filho teria assim sintetizado a sua opinião sobre toda a diferença sobre a pesca da lagosta com a França: "Le Brésil n'est pas un pays sérieux". A propósito, SOUZA, Carlos Alves de. *Op. Cit.*, p. 317.

²⁸⁶ Telegrama confidencial de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 23/02/1963, número 65, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

²⁸⁷ Telegrama Confidencial de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 23/02/1963, número 67, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

- c) o governo brasileiro concordaria em que um Tribunal Internacional ou outra qualquer instância superior declarasse se o caso se aplica ou não a arbitragem prevista na Convenção Franco-Brasileira de 1909;
- d) ambos os governos assumiriam o compromisso de iniciar imediatamente entendimentos acelerados, visando a um acordo que, sob a forma de *modus vivendi* ou qualquer outra, permitisse encontrar solução satisfatória para as partes, com base em um dos projetos já formulados ou outros que viessem a ser apresentados;
- e) na hipótese de ser concluído rapidamente o acordo mencionado no item anterior, o governo francês abriria mão do requisito anunciado no item "c".

Para o Itamaraty, tornara-se claro que a presença do vaso de guerra não passava realmente de um elemento intolerável de chantagem. Com efeito, entendia o Ministério das Relações Exteriores que a negociação com a presença do *Tartu* configuraria uma rendição aos poderosos argumentos da canhoneira francesa, e não gostaria o governo brasileiro de parecer, frente às opiniões pública nacional e internacional, como tendo recuado de suas posições em função da vinda da belonave. A ameaça lograria os seus propósitos, e teria a França atingido todos os seus objetivos. Mesmo a aparente concessão francesa de abrir mão da consulta à Corte Internacional de Justiça na questão da aplicabilidade da convenção de arbitragem, em realidade, não representava uma "concessão", porquanto não haveria motivo para arbitragem após a solução do contencioso por *modus vivendi*.

Desse modo, o governo brasileiro rejeitou oficialmente a retomada de negociações enquanto não se suspendesse o envio do navio de guerra, e os lagosteiros estacionados sobre a plataforma continental não fossem retirados. Para o Rio de Janeiro, estes eram dados da conjuntura e do problema, uma vez que, se o despacho de belonaves se tratasse de operação rotineira de proteção dos súditos do Hexágono, o seu envio não teria sido comunicado oficialmente, como o foi, tendo a situação provocado

as mais vivas reações da opinião pública, de tal modo que o primeiro passo para o diálogo seria retirar dela qualquer elemento que possa significar ameaça ou pressão ²⁸⁸.

O Quai d'Orsay convencera-se de que o Itamaraty não recuaria da sua decisão de não negociar enquanto o dado da belonave estivesse em jogo. Por outro lado, o governo brasileiro começava lentamente a absorver os estragos do envio do *Tartu*, passando a contar até com uma reação simpática por parte da opinião pública, eventualmente embalada pelos clamores da tensão enquanto embriagada pelo fato inusitado que temperara na última hora os enredos do carnaval ²⁸⁹.

Por outro lado, o governo de Paris considerava que já fizera apreciável concessão ao Brasil ao admitir limitar, através de *modus vivendi*, o seu direito líquido e certo de pescar em alto mar e a qualquer tempo. Julgava, entretanto, que o envio de vaso de guerra foi erroneamente interpretado pelo Brasil. O caso de os pesqueiros franceses serem acompanhados por unidades da Marinha de Guerra constituía simples medida de rotina, sem carácter intimidativo e que vinha sendo aplicada sem despertar paixões ou protestos em outras zonas, como por exemplo, na costa da Espanha, não longe de Biarritz ²⁹⁰.

Enquanto nenhuma estratégia era adotada, a Embaixada da França se ressentia das primeiras conseqüências do conflito, especialmente para a imagem do país e de seu governo, para o que contribuía deliberadamente o próprio governo federal ²⁹¹. Após reunião de avaliação de emergência entre Goulart, Hermes Lima e o Gabinete Militar, a Presidência da República fez divulgar novo comunicado, onde se registrava a localização do *Tartu* a 90 milhas náuticas do arquipélago de Fernando de Noronha, e

²⁸⁸ Telegrama Confidencial Urgente de Hermes Lima para a Carlos Alves de Souza Filho, 25/02/1963, número 58, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

²⁸⁹ Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 25/02/1963, número 70, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

²⁹⁰ O Quai d'Orsay chegou a concluir que a emoção a que esse pormenor dera lugar no Brasil talvez fosse fruto da novidade que era para os brasileiros a pesca por estrangeiros nas imediações do seu litoral... De fato, por essa lógica, o erro foi não ter feito escoltar, desde o início, a frota que passara a operar ao largo do Nordeste por vasos de guerra. Telegrama Confidencial da BRASEMB para o MRE, 26/02/1963, número 73, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

²⁹¹ Telegrama Secreto do Adido Militar junto à EMBAFRANCE para o Secretariado da Marinha, via MAE, 28/02/1963, número 282, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

portanto, se dirigindo de fato aos locais de pesca contenciosos, e se lamentava a decisão do governo de Paris, que o governo brasileiro entendia como um inaceitável e hostil elemento de pressão, que serviria tão-somente para deteriorar as relações entre duas nações tradicionalmente amigas²⁹².

As imagens de generosidade da França e dos ideais franceses desfaziavam-se rapidamente, enquanto não eram poupados ataques nem mesmo à pessoa do General de Gaulle, que passara a ser retratado diuturnamente em caricaturas nos mais diversos veículos de imprensa, nem sempre em condições dignas²⁹³. Apesar dos protestos veementes de Baeyens ao Itamaraty para que o governo brasileiro cuidasse de controlar a verve de seus jornais, deve-se registrar que os diplomatas brasileiros experimentaram, pelo menos nessa seção, um pequeno sentimento de vitória: afinal, o que poderia o governo brasileiro fazer neste assunto se este era um país livre?²⁹⁴

O assunto *França e franceses* decididamente não era bem vindo, como bem o comprova o cancelamento, no dia 24 de fevereiro, de uma visita do grupo senatorial França-América Latina, fortemente desaconselhada pelo Itamaraty²⁹⁵, e os "atentados"

²⁹² Os pronunciamentos chorosos das autoridades federais prontamente contagiaram a imprensa, que não se negou a inflamar a querela, tendo sido o momento eficientemente explorado por jornais de oposição e governistas. Uma visão alarmista e francamente fantasiosa era dividida por veículos de tendências opostas, como *Última Hora*, *Correio da Manhã* ou *O Globo*, enquanto outros jornais alinharam-se a uma postura de apoio discreto à política de firmeza seguida por Goulart, passando a qualificar a política francesa para o Brasil como "inconseqüente e irrefletida", ainda que houvesse espaço para alguma preocupação de objetividade (*Jornal do Brasil*) e para a divulgação das teses do Quai d'Orsay (*O Estado de São Paulo*).

²⁹³ O epíteto usual para qualificar o Chefe de Estado francês tornou-se "a *vedette* da Praça Tiradentes", expressão consagrada pelos jornais cariocas de pequena circulação que rapidamente ganhou as páginas de veículos mais importantes, como o *Correio da Manhã*. A propósito, um dossiê com recortes das caricaturas de de Gaulle chegou a ser enviado ao Palácio do Eliseu, e teria provocado a consternação do Presidente da República. Esta documentação está depositada nos fundos de Gaulle dos Arquivos Nacionais da França, sob a rubrica "privado", e portanto inacessível aos pesquisadores. Souza Filho relata a audiência que teve com de Gaulle para se despedir do Chefe de Estado, quando estava para deixar o posto em Paris, poucas semanas depois do fim do episódio – nesta oportunidade, o Presidente da República voltou a se referir ao dossiê, afirmando que "ele e a França tinham se sentido ofendidos pelo Governo e a imprensa brasileira. (...) Considerava o silêncio do governo brasileiro sobre as inverdades publicadas uma espécie de aprovação dessa publicidade". Ver SOUZA FILHO, Carlos Alves de. *Op. Cit.*, p. 328-330.

²⁹⁴ Telegrama de Jacques Baeyens para MAE, 25/02/1963, número 303, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

²⁹⁵ Telegrama de Jacques Baeyens para MAE, 24/02/1963, número 300, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

cometidos contra as sedes da Maison de France, em 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro, e da Aliança Francesa de Campinas, São Paulo, em 1º de março ²⁹⁶.

5 - O fim da guerra

Para que o impasse fosse rompido, o Quai d'Orsay estimava que seria fundamental saber o que se passaria se o governo francês resolvesse fazer retroceder o *Tartu*, decisão a ser tomada celeremente, dado que o seu encontro com os lagosteiros fora fixado para o dia 28, a quase 100 milhas da costa. Além do mais, era necessário precisar as bases de uma negociação e concluir um primeiro acordo de princípio antes de emitir tal ordem ao vaso de guerra. A retirada do navio e a publicação de uma declaração comum deveriam se produzir no mesmo momento. Na eventualidade de o Itamaraty negar-se a negociar nesses termos, caberia ao Quai d'Orsay propor um novo compromisso de recurso à arbitragem, desta feita para estabelecer se o governo brasileiro teria ou não o direito de se recusar ao procedimento arbitral ²⁹⁷.

Por esse momento, pode-se contemplar a questão do contencioso entre os dois países de forma completa:

- a) uma primeira proposta de arbitramento deveria estabelecer se tem o Estado ribeirinho o direito de regular a atividade pesqueira sobre as águas adjacentes à plataforma continental, nos termos da Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental de 1958. Esta proposição foi rejeitada pelo Brasil, por considerar pleno o seu direito de regular a atividade exploratória, ainda que fora do limite das 12 milhas (mar territorial e zona econômica exclusiva), de

²⁹⁶ Os referidos "atentados" limitaram-se à explosão de quatro ou cinco garrafas de querosene acesas com pavios contra as entradas principais dos dois edifícios. Telegramas de Jacques Baeyens para o MAE, 27/02/1963, número 315 e de 01/03/1963, número 370, ambos em AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

crustáceos, seres que mantêm vinculação orgânica íntima com a plataforma continental;

- b) a segunda proposta deveria estabelecer o mesmo objeto do item anterior, sendo que a partir de outros dados e a partir da Convenção Franco-Brasileira de arbitramento de 1909: as lagostas devem ser assimiladas aos recursos da plataforma continental (ou seja, elas andam), cuja exploração é reservada aos nacionais do Estado ribeirinho, ou às espécies natantes (como os peixes), cuja pesca permanece livre aos estrangeiros? Por considerar que o ponto em questão não dizia respeito exclusivamente aos dois países, o Brasil decidiu rejeitar igualmente esta proposta, por considerá-la incidindo em uma das exceções formalmente inscritas no próprio texto da Convenção;
- c) a derradeira proposta de arbitramento dizia respeito à própria exceção levantada pelo governo brasileiro para escapar ao arbitramento do item anterior – nos termos da Convenção de 1909, teria o Brasil o direito de se recusar à arbitragem? Esta proposição, que foi formulada ainda em fevereiro de 1963 ao Itamaraty, permaneceu para sempre sem resposta do governo brasileiro.

A última proposta de arbitramento fora entregue por Baeyens pessoalmente ao chanceler Hermes Lima no dia 26 de fevereiro de 1963. Depois dessa oportunidade, a Embaixada da França no Rio chegou a enviar em duas ocasiões compromissos arbitrais (a primeira vez em 6 de março), que sendo firmados pelos dois governos, deveriam ser aprovados pelo Congresso Nacional antes de se solicitar à Corte Internacional de Justiça a instalação de um juízo arbitral. Como o Itamaraty jamais respondeu a nenhum dos dois compromissos, e não há a possibilidade de arrastar um Estado contra a sua vontade a nenhuma Corte Internacional, esta proposição configurou a saída honrosa encontrada para a França para desmobilizar os vasos de guerra e dar início às negociações do *modus vivendi*.

A saída para o impasse na questão surgiu da seguinte proposta do governo brasileiro, que se realizaria em dois passos: o governo francês retiraria o navio de

²⁹⁷ Nota da Direção da América para o Secretário Geral do MAE, 26/02/1963, número 07, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien

guerra estacionado ao largo da costa do Nordeste, após o que, e tão logo tivesse cessado o clamor público em torno da questão, seriam reiniciadas as conversações para o estabelecimento de um *modus vivendi* ²⁹⁸. A proposição brasileira, formulada quando a Marinha de Guerra do Brasil já se aproximava do litoral do Nordeste, impunha uma decisão rápida para o governo de Paris. Com esse fato, estimava Baeyens que os lagosteiros não teriam mais condições de concluírem a sua campanha de pesca sem que se verificassem incidentes entre o *Tartu* e a Marinha brasileira, enquanto estava fora de cogitação tentar obter do Rio de Janeiro nova autorização especial de pesca ²⁹⁹.

Paris tinha que se resolver por uma saída honrosa, considerando que o vaso de guerra deixara de ter os efeitos manifestados nos primeiros dias da crise. O primeiro passo a ser dado seria a substituição do contratorpedeiro por um navio de baixa tonelagem, com o que se esperava dar a entender ao governo brasileiro que o governo francês decididamente não abria mão de amparar as campanhas de pesca em qualquer lugar do mundo por belonaves. Assim, cuidou-se da substituição do *Tartu* pelo navio-tênder de aviação *Paul Goffeny* ³⁰⁰ ainda no dia 4 de março, recebendo o navio instruções precisas para permanecer no local de pesca por mais uma semana, enquanto os lagosteiros arribariam à razão de um barco por dia ³⁰¹.

Em seguida, admitindo que não existiam mais possibilidades concretas de se entabularem negociações, tendo em vista as negativas prontamente manifestadas pelo Rio de Janeiro em todas as ocasiões, o Quai d'Orsay resolvera paralisar os canais de comunicação com o Itamaraty, vez que a França aparecera exclusivamente como

des langoustes).

²⁹⁸ A proposta de Hermes Lima foi formulada em audiência concedida a Baeyens em 1 de março. Telegrama Secreto de Hermes Lima para Carlos Alves de Souza Filho, 01/03/1963, número 64, AHMRE-B, CT's-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1964, caixa 24.

²⁹⁹ Telegrama urgentíssimo de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 01/03/1963, número 363, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁰⁰ Telegrama secreto do Adido Militar junto à EMBAFRANCE para o Secretariado da Marinha, via MAE, 05/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁰¹ Para os lagosteiros esta não foi uma boa campanha, apesar da presença do vaso de guerra. Quando começaram a abandonar os locais de pesca, cada um dos barcos levava em média cinco toneladas de lagostas, enquanto a sua capacidade comportava 35 toneladas. Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a Embaixada da França no Brasil, 04/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

demandante em todo o episódio. Por esse motivo, a Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros convocava a Paris o Embaixador Baeyens, para uma estada de duração indeterminada, dando-lhe instruções para que não prestasse informações ao governo brasileiro sobre a sua missão ou sobre a eventualidade de seu retorno ³⁰². Ao mesmo tempo, a Embaixada era instruída para que, após a partida do chefe da missão, as comunicações de qualquer ordem e sobre qualquer assunto com o Itamaraty se ativessem ao necessário para a estrita manutenção das relações bilaterais ³⁰³. Tanto não era preciso: a partida de Baeyens, em 13 de março, para consultas na capital francesa, constituía, por si só, o fechamento do canal mais eficiente de que dispunham os dois países para encaminhar o seus negócios.

A simples retirada do Paul Goffeny, no dia 10 de março e o retorno dos lagosteiros que se reuniram em torno dos dois vasos de guerra desde o dia 28 de fevereiro marcaria pateticamente o final do conflito entre os dois países e evidenciaria, aos olhos da opinião pública francesa, a derrota da tese francesa sobre a liberdade de pesca sobre as águas adjacentes à plataforma continental dos Estados ribeirinhos ³⁰⁴.

Cumpria, entretanto, que o Quai d'Orsay adotasse uma última medida para marcar definitivamente a posição da França sobre a questão e para desfazer eventuais mal-entendidos na prestação de contas que certamente se seguiria com os segmentos interessados no âmbito doméstico. Assim, resolveu o governo de Paris denunciar o Brasil à Corte Internacional de Justiça, ainda que se soubesse previamente que este organismo não seria competente para aceitar tal reclamação, uma vez que o Brasil não reconhecia a jurisdição obrigatória da Corte da Haia para arbitrar as suas eventuais diferenças com outros Estados ³⁰⁵. De todo modo, o Ministério dos Negócios

³⁰² Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 04/03/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁰³ Telegrama do Embaixador Carbonnel, Secretário Geral do MAE, para Jacques Baeyens. 04/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁰⁴ Telegrama da Secretaria Geral do MAE Estrangeiros para a EMBAFRANCEI, 07/03/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁰⁵ Tratava-se de procedimento por vezes empregado, mas que não havia encontrado até aquela data a aceitação de nenhum dos Estados reclamados, que respondiam em geral que não reconheceram a competência da Corte, sendo os casos mais lembrados a reclamação dos EUA contra URSS após incidentes aéreos e da Grã-Bretanha contra o Chile e a Argentina sobre a soberania de certas terras

Estrangeiros esperava que tal medida emprestaria alguma publicidade à tese francesa, pois a reclamação, e a memória que iria apoiá-la, seriam publicadas e remetidas a todos os Estados membros das Nações Unidas. E assim foi feito: no dia 20 de março o governo francês protocolava perante a Corte Internacional de Justiça reclamação unilateral contra o Brasil, que permaneceu para sempre sem resposta ³⁰⁶.

Restava à diplomacia francesa lidar com as expectativas frustradas no cenário doméstico. Afinal, durante o desenrolar do episódio, o ministério se furtou a indicar aos setores interessados na pesca extra-continental que a sua política poderia sofrer contratempus ³⁰⁷. Na impossibilidade de garantir o acesso aos bancos lagosteiros do Brasil como um direito dos cidadãos franceses, cabia agora ao governo francês franquear-lhes imediatamente a possibilidade de conquistar tal direito pela contratação direta com os meios interessados no Brasil, o que, mais uma vez, acabava por consagrar na integridade a proposta feita pelo governo brasileiro ainda quando da negociação abortada da fórmula de convivência.

6 - Um balanço

Guerra sem batalhas, o episódio que entrou para a história das relações franco-brasileiras como Guerra da Lagosta impõe um balanço circunspecto do que ganharam e do que perderam o Brasil e a França.

antárticas. Nota do Jurisconsulto para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le Caractère non obligatoire des engagements d'arbitrage entre la France et le Brésil", 01/03/1963, número 164, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁰⁶ Nota do Serviço Jurídico do MAE para a Direção das Américas, sobre "Texte de la lettre adressée au Secrétaire Général de la Cour Permanente d'Arbitrage, le 20 mars 1963, et annexes", 20/03/1963, número 246; Telegrama da Embaixada da França na Haia para o MAE, 25/03/1963, número 412; ambos em AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁰⁷ O governo francês foi forçado a indenizar os barcos lagosteiros que se viram impedidos de desenvolver as suas campanhas de pesca durante o episódio. Esta medida evidencia a influência assumida pela questão no cenário político doméstico francês, sendo que o grupo parlamentar da Bretanha pressionou o governo à exaustão, até que o mesmo se dispusesse a reservar recursos suficientes para as indenizações no orçamento de 1964. A propósito, *Le Monde*, 25/10/1963; Carta-telegrama de Raul de Vicenzi, encarregado de negócios, para o MRE, 25/10/1963, número 220, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

Certamente que do conflito nenhuma das partes saiu vencedora. Os dois governos perderam muito do débil capital de confiança que fora longamente posto à prova desde meados da década de cinquenta, recurso precioso que deveria ter sido utilizado no encaminhamento das questões prementes que sufocavam o pleno desenvolvimento das relações bilaterais.

Para o Hexágono, o episódio serviu para evidenciar que o governo francês perdera, havia muito, o momento de estabelecer uma política coerente para a América Latina e o Brasil, o que já se fazia necessário desde o reencontro em 1945. Em outras palavras, aprenderam os franceses, em conflito que lhes fora absolutamente desgastante, que a auto-alegada admiração que nutririam os brasileiros pela França e pelos ideais que o país representava não bastaria para sustentar o entendimento e a criação de oportunidades no relacionamento bilateral. Viram, por exemplo, que os brasileiros não hesitaram em sacrificar a tradicional amizade com a França em nome da defesa da tese da propriedade dos recursos da plataforma continental.

Apesar de o encaminhamento final parecer indicar que o Brasil teve consagradas as suas teses sobre a plataforma continental, o custo dessa pretensa vitória seria pago mediante o congelamento das relações bilaterais, pelo menos até o final de 1964. Há que se perguntar se, naquela altura, o país poderia abrir mão das possibilidades de ganhos que, sob determinadas condições, as relações com os países desenvolvidos ofereciam – em especial, há que se refletir sobre as dificuldades acrescidas para encaminhar temas de interesse para o país, como o contencioso financeiro. Acresce que, sob o ponto de vista doméstico, o episódio não deixou de constituir um elemento de tensão desfavorável para o equilíbrio do governo Goulart, justamente no momento em que o melhor seria não oferecer às forças políticas de oposição combustível para animar as críticas contrárias às suas políticas.

O conflito também evidenciou os traços mais marcantes da Política Externa Independente. Apesar da engenhosidade da doutrina formulada, não se pode negar que o governo brasileiro, havia muito, não conseguia dar provas tão eloqüentes do quão incompetente poderia se sair no encaminhamento de relações bilaterais com país importante. Testou ao derradeiro limite a paciência da parte, improvisou na formulação da política e errou na previsão de suas conseqüências, e não soube

instrumentalizar, no momento oportuno, a questão como elemento a ser barganhado no encaminhamento da agenda bilateral. Acertou ao acaso, quando não havia possibilidades de ensaios.

Na guerra que não deixou mortos nem feridos, há baixas importantes a registrar. Algumas delas expressam um certo amadurecimento do governo brasileiro, passado o conflito, sobre as conseqüências de atos irrefletidos. São os casos da demissão dos ministros da Agricultura e da Marinha, homens impetuosos que se expressaram em momento em que o mais adequado seria a discrição – ambos perderam os cargos na reforma ministerial realizada em junho de 1963. Perda sem dúvida importante para as relações entre os dois países foi a remoção de Jacques Baeyens do Rio de Janeiro, uma vez que, desde a sua chegada ao posto, o diplomata agira como poucos o fizeram até então para dirimir mal-entendidos, aumentar as margens para o diálogo existentes no encaminhamento da agenda bilateral, e promover, com orientação judiciosa, os interesses de seu país nas relações com o Brasil.

Para as relações internacionais do país, a Guerra da Lagosta não deixou de ser um ensaio modesto da ordem de pressões que o governo sofreria a partir de 1970, quando resolveu estender unilateralmente o mar territorial para 200 milhas marítimas, gerando, em conseqüência, novos regimes e condições de explorabilidade. Assim, o conflito com a França, que ainda voltaria à tona modestamente nas relações bilaterais, foi diluído pela nova ordem jurídica que a realidade das 200 milhas impunha (cite-se, por exemplo, o conflito com os EUA sobre a pesca de camarões).

Capítulo 8

A guerra da lagosta

O Carnaval de 1963 passou para a história do Brasil pelo acréscimo, na última hora, de um enredo inusitado: o conflito sobre a pesca da lagosta entre Brasil e França, que naqueles dias de fevereiro ganhara cores dramáticas com o envio de uma belonave francesa para a proteção dos interesses dos lagosteiros bretões que operavam nas águas adjacentes à plataforma continental brasileira.

O episódio fixou os limites da incompreensão ao qual haviam se entregado as partes desde meados da década de cinquenta os governos dos dois países em suas relações bilaterais, contaminando, por extensão, os contatos entre as sociedades.

1 - As possibilidades de negociação

Ainda que as teses e doutrinas dos dois Estados sobre a pesca houvessem sido firmadas e suficientemente expostas para um e outro governo, os súditos franceses interessados no assunto permaneceram alheios à querela, tanto que deram prosseguimento aos seus projetos de explorar os bancos lagosteiros do Nordeste brasileiro, como se não existissem contratempos entre os dois governos sobre o assunto.

Como seria de esperar, novos arrestamentos ocorreram. No dia 10 de julho de 1962, as autoridades navais brasileiras prenderam o *Lonk-Ael*³⁰⁸, ao largo de Natal, e,

³⁰⁸ O *Lonk-Ael* (matrícula da Douarnenez), arrestado a 26 milhas da costa de Natal, fora conduzido aos portos da capital potiguar e liberado no dia 12 nas mesmas condições do *Plomarc'h* – Telegrama de Jacques Baeyens, para Maurice Couve de Murville, 10/07/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

no dia 5 de agosto foram arrestados ao largo de Fortaleza os barcos *Folgor* e *Françoise Christine*³⁰⁹.

Entrementes, a Embaixada da França no Rio declarou que, em face da divergência de posições jurídicas, o governo francês propunha que o assunto fosse submetido a uma instância arbitral, nos termos da Convenção Franco-Brasileira de Arbitragem de 1909³¹⁰. A proposta foi prontamente rejeitada pelo Itamaraty, por entender que a questão dizia respeito a interesse vital de um dos Estados e a assunto que tocava interesse de terceiras potências, sendo essas cláusulas de exceção parte integrante da própria Convenção³¹¹.

Com base em densos pareceres lavrados pela sua Consultoria Jurídica, o Itamaraty estava seguro de que, na Convenção de Arbitragem, ficara estabelecida apenas uma cláusula compromissória, facultativa, sem sanção, geral, condicional,

³⁰⁹ O *Françoise Christine* e o *Folgor* (ambos matriculados no porto de Camaret), arrestados a 24 milhas da costa de Fortaleza, foram escoltados aos portos da capital cearense e liberados três dias depois. No total, em pouco mais de oito meses de controvérsia, cinco dos lagosteiros franceses que estavam operando nas costas do Nordeste do Brasil foram arrestados, representando quase a metade dos barcos efetivamente enviados durante o período. Telegrama de Jacques Baeyens, para Maurice Couve de Murville, 06/08/1962, número 634, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³¹⁰ Nota verbal da EMBAFRANCE para o MRE, 30/07/1962, número 232, AHMRE-B, Notas Ostensivas Recebidas da Embaixada da França no Brasil, 1962-63, maço 06999.

³¹¹ Com efeito, não parecia ao governo brasileiro ser cabível o arbitramento proposto pela França com base na Convenção franco-brasileira de arbitragem de 07/04/1909, que dispõe nos seus artigos I e II, o seguinte:

Art. 1 - Os desacordos de ordem jurídica ou relativos à interpretação de tratados existentes entre as duas Altas Partes Contratantes, que ocorram entre elas e não tenham podido resolver-se por via diplomática, serão submetidos ao Tribunal Permanente de Arbitramento instituído na Haia em virtude da Convenção de 29/07/1899, contanto, porém, que não entendam com os interesses vitais, a independência ou a honra dos Estados Contratantes e não colidam com os interesses de outra Potência, e ficando, além disso, assentado que, se uma das duas partes o preferir, qualquer arbitramento resultante da presente Convenção será deferido a um Chefe de Estado, a um Governo amigo ou a um ou mais árbitros escolhidos fora das listas do Tribunal da Haia;

Art. 2 - Em cada caso particular, antes de recorrerem ao Tribunal Permanente da Haia, a outros árbitros ou a um só árbitro, as Altas Partes Contratantes firmarão um compromisso especial determinando claramente o objeto do litígio, a extensão dos poderes do árbitro ou árbitros e as condições que hajam de ser observadas no tocante aos prazos para a constituição do Tribunal Arbitral ou para a escolha do árbitro ou árbitros, assim como aos trâmites do processo. Esses compromissos especiais ficarão sujeitos, nos dois países, às formalidades exigidas pelas leis constitucionais.

salvo reservas subjetivas, e a depender do compromisso a ser pactuado lograr aprovação Congresso Nacional³¹².

Aplicando os textos da Convenção Franco-Brasileira de 1909, e os princípios acima à hipótese do governo brasileiro (não se aplicaria a Convenção ao litígio em causa), conclui-se que não era de fato o caso de o Brasil aceitar o arbitramento proposto. Naquela ocasião, o Consultor Jurídico, Professor Haroldo Valladão, ensinava que "a exploração da plataforma continental, em particular a do Nordeste é de interesse básico, fundamental, vital para o Brasil, ligada que se acha diretamente ao desenvolvimento econômico nacional, em particular ao daquela região subdesenvolvida de nosso país. Tratava-se, assim, de um caso que entrava, tipicamente, na primeira e principal reserva ou exceção estabelecida na Convenção (desacordos que não entendam com os *interesses vitais dos Estados contratantes*). Ademais o assunto em questão diz respeito a interesses de outros Estados, que buscam restringir ou ampliar a natureza e a extensão da plataforma continental. Apresentava-se, destarte, a outra reserva prevista na Convenção, 'desacordos de ordem jurídica se relativos à interpretação de tratados... *que não colidam com interesses de outra Potência*.' O próprio fato da reunião de Genebra de 1958, sobre a plataforma continental, demonstra que o assunto não pode ser objeto dum arbitramento apenas entre dois Estados"³¹³.

O Itamaraty também anunciou, informalmente, para a Embaixada da França que o caminho da arbitragem, ainda que fosse aceito pelo governo brasileiro,

³¹² Lembrava o Professor Haroldo Valladão, consultor do Ministério: "aquele ato internacional foi realizado no quadro das Convenções que se seguiram à criação do Tribunal Permanente da Haia, de 29 de julho de 1899, e de que foi modelo o Tratado de Arbitragem da França com a Inglaterra, de 14 de outubro de 1903, cujos artigos I e II correspondem aos antes transcritos do ato franco-brasileiro de 1909". Convém mencionar que as convenções do tipo do tratado franco-britânico de 1903 de fato não deixaram de ter influência sobre os novos tratados, instituindo o arbitramento para as diferenças de ordem jurídica ou relativas à interpretação dos tratados existentes entre as duas partes contratantes. Sublinhe-se, entretanto, que estas convenções contém como reservas "os interesses vitais, a independência ou a honra dos dois Estados Contratantes e os interesses de terceiras potências", deixando à livre apreciação das partes a questão de saber se as reservas são aplicáveis ou não, elas não criam uma verdadeira obrigação de recorrer ao arbitramento. Parecer do consultor jurídico do MRE, Prof. Haroldo Valladão, sobre a pesca da lagosta por barcos franceses no nordeste do Brasil, 28/12/1962, número 1793, AHMRE-B, Pareceres ostensivos do Consultor jurídico do MRE, 1962-1965, maço 07630.

³¹³ Parecer do Prof. Haroldo Valladão, consultor jurídico do MRE, sobre "A pesca da lagosta por barcos franceses no nordeste do Brasil. Arbitragem facultativa e obrigatória", 29/04/1963, número 1801, AHMRE-B, Pareceres ostensivos do Consultor jurídico do MRE, 1962-1965, maço 07630.

certamente não o seria pelo Congresso Nacional, já escaldado pelo episódio tão recente quanto infeliz da questão do resgate dos títulos da Port of Pará ³¹⁴. Por conseguinte, a situação da imagem da França na opinião pública e no parlamento brasileiros, já comprometida por aquele episódio, certamente não comportaria o longo e difícil procedimento prévio necessário no direito interno brasileiro para fazer aprovar o compromisso arbitral especial previsto no artigo 2 da Convenção de 1909 ³¹⁵.

Com a avaliação do desgaste da imagem nacional no país concordava a própria Embaixada no Rio de Janeiro, que se mostrara incapaz de interagir com a opinião pública sobre assunto que se lhe configurava tão espinhoso. De fato, não havia meios de explicar às populações emocionadas que não ocorreria, no Nordeste brasileiro, a mesma devastação deixada pelos bretões na Mauritânia. Ainda que houvesse compensações pela pesca, estas não seriam suficientes para diminuir os danos já feitos à imagem de generosidade tradicional do Hexágono, a qual, a esta altura já se achava irremediavelmente maculada quando decidiu o governo francês querelar pela pesca na região mais pobre do Brasil, e, quiçá, uma das mais miseráveis do mundo ³¹⁶.

Apesar disso, o governo francês não se conformou com a tese esposada pelo governo brasileiro para lhe escapar à arbitragem. Segundo o governo de Paris, o objetivo da Convenção de 1909 era o de criar entre a França e o Brasil uma obrigação de arbitragem para os diferendos de ordem jurídica, "na condição, entretanto, que eles não tocassem aos interesses de terceiras potências", qualificação que deveria ser cuidadosamente definida ³¹⁷.

³¹⁴ Com efeito, qualquer compromisso arbitral que fosse firmado pelo governo brasileiro com o governo da França, compromisso necessário segundo a Cláusula II da Convenção de 1909, seria ineficaz, pois, à vista das reservas enumeradas pelo próprio Itamaraty e dadas as repercussões do caso na opinião pública brasileira, não seria aprovado pelo Congresso Nacional, cuja audiência foi exigida no final da referida cláusula (Constituição Federal, artigos 87, VII e 66, I).

³¹⁵ Baeyens relata uma entrevista do Conselheiro Comercial da Embaixada com Vilar de Queiroz, chefe da Divisão de Europa Ocidental do Itamaraty onde se tratou das questões contenciosas e especialmente das possibilidades de arbitramento para a questão da lagosta. Telegrama secreto de Jacques Baeyens para o MAE, sobre "Entretien avec M. Vilar de Queiroz", s/n, 03/10/1962, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³¹⁶ Nota da Direção da América para o Maurice Couve de Murville, sobre "Les Pêcheurs français au large des côtes brésiliennes", 05/02/1963, número 05, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³¹⁷ Essa fórmula se encontra em numerosos tratados (25/12/1903 com a Itália, 26/02/1904 com a Espanha; 09/07/1904, Suécua-Noruega; 09/08/1911 com a Dinamarca; 10/02/1908, com os EUA), mas na mesma época ela não figura em um número semelhante de tratados de arbitragem (países Baixos, 06/04/1904; 15/11/1904, Bélgica-Suíça; 16/12/1905, Dinamarca-Itália; 07/09/1905,

A reserva inscrita na Convenção não teria por efeito, segundo o Quai d'Orsay, permitir ao Brasil recusar-se a levar à arbitragem todo diferendo jurídico tocando de perto ou de longe, de uma maneira direta ou indireta os interesses de terceiras potências, pois uma tal interpretação daria ao Estado que vem concluir uma convenção daquele tipo o poder de se subtrair em todas as hipóteses ³¹⁸.

O absurdo da tese brasileira, assim se configurava para o Ministério dos Negócios Estrangeiros da França: a recusa de levar à arbitragem o arrestamento dos lagosteiros franceses e a proibição que lhes foi dirigida pelas autoridades navais de pescar ao largo de 12 milhas não põe em causa apenas os cidadãos franceses e o Estado que, tomando o fato e a causa por um dos seus, coloca em movimento em seu favor a proteção diplomática ou ação judiciária internacional, e faz valer o seu direito próprio - o direito que tem o Estado de fazer respeitar na pessoa de seus súditos, o direito internacional. No presente diferendo jurídico, a França invocava o seu direito próprio de defender os seus súditos que pescam em alto mar e que sofreram um prejuízo nas circunstâncias de fato, e se uma sentença arbitral lhe desse eventualmente razão, essa sentença seria desprovida de qualquer efeito sobre os interesses de Estados terceiros, em virtude do princípio da relatividade da autoridade da coisa julgada, que limita os efeitos da sentença exclusivamente às partes ³¹⁹.

Ainda que discordasse da tese francesa sobre a arbitragem, o Itamaraty aceitou a sugestão do Quai d'Orsay de se procurar chegar a uma fórmula de convivência, mesmo que não considerasse tal negociação uma obrigação para com o Hexágono, uma vez que não havia direito francês real ou potencial lesado no caso, mas como iniciativa que poderia favorecer a concórdia quanto à questão da pesca e permitir o

Argentina-Brasil; 18/04/1918, Uruguai). Não se trata portanto de uma regra geral, mas uma reserva feita expressamente por certos Estados em certos tratados entre elas a Convenção de 1909 em questão.

³¹⁸ Com efeito, toda sentença sobre um ponto de Direito Internacional traz um elemento de direito positivo que toca o interesse de um Estado terceiro, se esse se encontra em uma situação comparável àquela dos Estados partes da arbitragem. Nota do Serviço Jurídico para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le différend franco-brésilien sur la pêche de la langouste", 15/10/1963, número 792, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³¹⁹ Nota do Jurisconsulto para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le refus d'arbitrage par le Brésil du conflit de la langouste", 18/02/1963, número 144, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

encaminhamento de outros assuntos das relações bilaterais que se viram repentinamente bloqueados em Paris ³²⁰.

Entendia o Rio de Janeiro que, do mesmo modo que tivera que dar explicações às forças políticas do Nordeste sobre a questão da pesca da lagosta por estrangeiros, o mesmo se sucedia na França, com o fato agravante de que o sistema parlamentarista tornava o governo central muito mais permeável às demandas e pressões das regiões interessadas no assunto ³²¹. Acresce que pela primeira vez a grande imprensa francesa passou a se ocupar do conflito, o que não deixava de ser uma consequência natural da movimentação dos representantes dos interesses dos grupos sociais que se julgavam prejudicados pela política do governo no assunto ³²².

Entretanto, o Ministério das Relações Exteriores ponderava que tais negociações, sem compreender as posições jurídicas antagônicas dos dois países, poderiam efetivamente disciplinar o assunto, criando um entendimento entre particulares brasileiros e franceses interessados na indústria da pesca da lagosta ³²³.

³²⁰ Há que se lembrar que os anos de 1962 e 1963 são o ápice dos contenciosos franco-brasileiros: o contencioso financeiro que se arrastava desde a década de quarenta não encontrava termo, enquanto questões assemelhadas existentes entre o Brasil e outros países eram rapidamente encaminhados; o governo brasileiro decidiu, nesse momento, cancelar a concessão de uma terceira frequência semanal para os vôos da Air France saindo do Rio de Janeiro; a imprensa brasileira tornava mais frequentes os ataques contra o Mercado Comum Europeu, forçando o Itamaraty a buscar a negociação a qualquer título, ainda que para reprovar a estreiteza de suas linhas de cooperação e a modicidade dos aportes destinados ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento situados fora das áreas de preferência; enfim, as disposições da lei de diretrizes da educação em dezembro de 1961, suprimindo o caráter obrigatório do ensino da língua francesa durante toda a escolaridade e reduzindo consideravelmente o número de horas consagradas a essa disciplina no segundo ciclo. Nota da Direção da América para Secretaria Geral do MAE, 08/08/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³²¹ Com efeito, eclodiam na imprensa provinciana da França com regularidade surpreendente artigos que denunciavam a inação do Quai d'Orsay em garantir a defesa dos interesses nacionais em atividades de pesca alhures e mesmo nas águas territoriais francesas. Nota do Jurisconsulto para a Direção das Questões Administrativas e Sociais, sobre "La Pêche de la langouste au Brésil", 13/07/1962, número 626, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes). A propósito, também a carta da Deputada Representante do Finistère Suzanne Ploux, para Louis Roché – Diretor da Direção da América – MAE, sobre "la situation des Pêcheurs des langoustes de Camaret et de Douarnenez", 07/03/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³²² *Le Monde* 09/08/1962.; *Le Combat*, 10/08/1962; *Figaro*, 10/08/1962. Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 27/07/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³²³ Nota do MRE para a EMBAFRANCE, sobre a Pesca de lagostas por barcos franceses na plataforma continental Brasileira, 09/01/1962, número 03, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007.

Para tanto contribuiu o clima de relativa concórdia que reinava na opinião pública, que acompanhou até com interesse a decisão do governo francês de enviar ao país uma missão para negociar no início de 1963 um *modus vivendi*. Ademais, o Itamaraty não julgava conveniente insistir nos aspectos negativos das relações franco-brasileiras justamente no momento em que se negociava em Paris a consolidação das dívidas externas brasileiras ³²⁴.

De outro modo, esboçava-se uma estratégia que, se fosse eficientemente implementada, poderia facilitar o encaminhamento de todos os contenciosos em andamento com a França: ainda em novembro de 1961 o Itamaraty resolvera utilizar o poder de barganha que nascia do desentendimento sobre a pesca da lagosta e do desejo do governo francês em obter uma terceira frequência semanal para a Air France, cogitando-se inclusive da denúncia do *Memorandum* confidencial de 1960 que regulamentava o transporte aéreo entre os dois países, para tentar pressionar o Quai d'Orsay por um encaminhamento favorável na questão do contencioso financeiro ³²⁵.

Ainda que a proposta da fórmula de convivência tenha partido do Quai d'Orsay, este não estava seguro do acerto da decisão de se enviar uma missão negociadora composta por delegados que não estavam diretamente envolvidos nas questões de Estado que cercavam o conflito. Acreditava que, dados os rumos tomados pelo diferendo, não era possível esperar que acordos de natureza privada fossem suficientes para salvaguardar os interesses dos lagosteiros franceses, uma vez que estes não eram suficientemente organizados para se bastarem na defesa de seus próprios interesses ³²⁶. Se parecia oportuno recorrer a uma tentativa de arranjo amigável, paralelamente à ação diplomática, seria conveniente, para os Negócios Estrangeiros, que ela se situasse na escala das administrações francesa e brasileira, esperando que o debate pudesse se prender ao fundo da questão e, por meio de um procedimento de

³²⁴ Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho para o MRE, sobre o Acordo de consolidação Brasil-França, 20/11/1962, número 342, AHMRE-B, Telegramas Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1962, maço 02667.

³²⁵ Memorando secreto de José Maria Villar de Queiroz, chefe da Divisão da Europa Ocidental, para o Secretário geral adjunto para assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, sobre o Contencioso com a França, 06/01/1963, número 01, AHMRE-B, Correspondência expedida (Memorandos, despachos, ofícios e exposições de motivos secretos), 1963, caixa 64.

³²⁶ Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 18/12/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

arbitragem, pesquisar a conclusão de um *modus vivendi* nesse nível ³²⁷. A chancelaria francesa finalmente temia que o envio da missão negociadora acabaria por consagrar indiretamente o direito auto-alegado pelo Brasil sobre os recursos da plataforma continental, e especialmente sobre as lagostas. Em outras palavras, os arranjos privados poderiam comprometer a estrutura da tese francesa, uma vez que estaria sendo reconhecido tacitamente que os brasileiros teriam o direito de regulamentar a exploração dos bancos lagosteiros – tanto é, que os súditos franceses passariam a buscar condições de contratar tal atividade ³²⁸.

2 – A negociação do *modus vivendi*

Finalmente chegou ao Brasil, em 12 de janeiro de 1963, a missão encarregada de negociar uma fórmula de convivência enquanto se aguardada a solução da diferença jurídica ³²⁹. O envio da missão e os seus propósitos foram repassados formalmente pelo Itamaraty à Embaixada da França, retomando, inclusive, os termos das comunicações anteriores desta última sobre o assunto, sem descuidar de reafirmar

³²⁷ A indecisão do Quai d'Orsay não deixa de evidenciar a existência de um debate surdo que existia há muito no seio do governo francês, relativo à propriedade das teses franceses sobre o direito do mar, com repercussões muito diretas e imediatas para a sobrevivência da frota pesqueira nacional. Estando o Ministério dos Trabalhos Públicos e dos Transportes mais diretamente vinculado aos interesses da frota pesqueira, era natural que se mostrasse mais sensível às pressões do setor, enquanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros cuidava de administrar, quando possível, os atritos que sobrevinham nas relações com terceiros países em função da realização das suas vontades. Cumpre assinalar, por exemplo, o conflito que se desenvolveu ainda em outubro de 1962 entre pescadores bretões e soviéticos de arenque (e que fora levantado pelo Itamaraty em seu arazoado sobre o direito que têm os Estados ribeirinhos de regular a pesca nas águas adjacentes à sua plataforma), em tudo idêntico àquele ocorrido nas costas do nordeste brasileiro, com a diferença de que, naquele, os pescadores franceses tinham ponto de vista diametralmente oposto ao que defendiam no incidente pesqueiro franco-brasileiro ³²⁷. Tendo defendido os direitos dos pescadores nacionais, e notadamente a imunidade de suas águas territoriais, passava a ser muito difícil para os diplomatas fazerem prevalecer tese distinta e oposta na situação que se desenvolvia no Brasil, quando os papéis foram revertidos em detrimento dos súditos franceses. Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros - Direction des affaires administratives et sociales, para o Ministro dos Trabalhos Públicos e dos Transportes - Direction des Pêches Maritimes, sobre "La Pêche à la langouste sur les côtes brésiliennes", 30/11/1962, número 06320, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³²⁸ Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 28/12/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

a proibição de exploração dos bancos lagosteiros brasileiros, conforme havia sido anunciado no início da contenda ³³⁰. No Brasil, a missão tratou com os representantes do Conselho para o Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e dos Ministérios das Relações Exteriores e da Marinha.

A missão apresentou duas propostas, que não foram consideradas aceitáveis pelo governo brasileiro: a) a entrega para as congregações profissionais e/ou obras sociais do Nordeste de parte do produto da pesca; b) o escalonamento da chegada dos barcos franceses, de modo a não prejudicar as atividades de pesca das populações ribeirinhas. A delegação brasileira, por seu turno, apresentou também duas fórmulas. A primeira, patrocinada pela SUDENE, dizia respeito à constituição de sociedades franco-brasileiras, de acordo com a legislação nacional, para operação da pesca da lagosta em todos os seus aspectos. A segunda, apresentada pelo CODEPE, referia-se ao arrendamento de barcos franceses por firmas brasileiras, ficando 20% do produto da pesca bloqueados para um fundo de construção de barcos pesqueiros nacionais ³³¹.

As fórmulas brasileiras não foram consideradas razoáveis pela parte francesa. Acostumados que estavam a explorar os bancos lagosteiros de outros países sem custos

³²⁹ A missão era dirigida pelo Senhor Lagarde, membro do Secretariado da Marinha Mercante, órgão encarregado da matrícula marítima, e do Senhor Stephan, Presidente da Câmara de Comércio de Brest e representante dos armadores bretões.

³³⁰ O documento consolida a posição brasileira sobre a negociação da fórmula de convivência, conforme havia expressado em suas notas verbais de 16 e 23 de outubro de 1962, sendo que a primeira esclarece que "tendo em vista que a nota referida contém a sugestão de que se proceda ao estudo e um *modus vivendi* que solucione o aspecto prático da questão, sem variação nas posições jurídicas esposadas pelos dois países, o Ministério das Relações Exteriores, depois de consultar os organismos brasileiros de pesca, propõe a realização de negociações entre particulares franceses interessados na pesca de lagostas no Nordeste e empresas brasileiras, sob a fiscalização de organismos oficiais brasileiros, para conclusão de contratos de aluguel de barcos franceses e empresas nacionais, garantindo-se nos textos de tais contratos o fornecimento de lagostas ao mercado francês. (...) O *modus vivendi* sugerido na presente nota tende ao pensamento que inspirou a proposta constante de nota de 30 de julho, dessa Embaixada, 'de entrega a organismos locais de uma parte do produto da pesca dos lagosteiros', uma vez que prevê a colaboração entre particulares franceses e empresas brasileiras que trabalham na área do Nordeste". Notas verbais do MRE para a EMBAFRANCE, sobre a pesca de lagostas por barcos franceses na plataforma continental Brasileira, de 09/01/1963, 09 e 16/10/1962, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007.

³³¹ Despacho da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para a BRASEMB, sobre "A pesca da Lagosta por barcos franceses no Nordeste do Brasil. Missão Lagarde", 25/01/1963, número 10, AHMRE-B, Despachos Ostensivos para a Embaixada em Paris, 1960-1964, maço 02661; Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville – Direção de Questões Administrativas e Sociais, sobre "La pêche à la langouste au large des côtes brésiliennes", 29/01/1963, número 109, AMAE, Série

adicionais aos da própria campanha de pesca, por que haveriam agora os barcos bretões de se sujeitar ao recolhimento de encargos que tornariam a operação proibitiva? Com efeito, gostariam os franceses de que o produto de sua pesca continuasse sendo simplesmente "levado" para a França, o que lhes permitiria, por exemplo, escapar dos impostos de importação e de exportação³³². Aos seus olhos, as entregas e/ou eventuais pagamentos para as congregações ou obras de caridade locais constituiriam o preço a pagar pela tranqüilidade nas campanhas de pesca sobre a plataforma continental, desde que limitados ao montante do aprovisionamento em víveres e combustíveis nos portos do Nordeste. Para os brasileiros, as propostas francesas não ofereciam atrativos: seu objetivo, estava claro, era a exploração conjunta dos bancos lagosteiros por empresas francesas e brasileiras, entendida como etapa necessária para a capacitação da frota nacional³³³.

Enquanto se realizavam as negociações no Rio de Janeiro, os membros da missão francesa informaram o Itamaraty da chegada iminente de dois barcos aos locais contenciosos no litoral do Nordeste³³⁴. O Ministério das Relações Exteriores entendeu esse fato como um sinal da deslealdade para com a política de boa-vontade encetada a partir da decisão de receber a missão negociadora³³⁵.

A partida de novas embarcações de pesca para os locais contenciosos evidenciava que o governo francês havia finalmente sucumbido às pressões do setor pesqueiro nacional. Ao mesmo tempo, aquela decisão era o fruto de um embate tenso

B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³³² Idem. No Brasil a alíquota de exportação para pescados de qualquer espécie era de 10%, enquanto o governo francês cobrava 32% de alíquota sobre a importação.

³³³ Uma das propostas da SUDENE incluía a locação de barcos franceses por empresas brasileiras. Entretanto, a legislação nacional não permite este tipo de contrato que não seja por um período de dois anos, termo do qual toda a frota locada deveria ser nacionalizada. O principal problema dessa proposta residia nas restrições impostas pelo Código Nacional de Pesca quanto à composição da tripulação das embarcações locadas (no máximo dois terços da tripulação poderia ser estrangeira). *Compte Rendu - Langoustiers français au large des côtes brésiliennes*, da EMBAFRANCE para o MAE, 04/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes)

³³⁴ O comunicado incidental da chegada iminente dos barcos lagosteiros bretões se deu ao longo da sessão de trabalho do dia 14 de janeiro.

³³⁵ Vê-se, portanto, que quando foi instalado o processo negociador entre o Itamaraty e a delegação francesa, o Quai d'Orsay já havia autorizado há muito a vinda ao Brasil de barcos lagosteiros. Carta de Maurice Couve de Murville para o Ministro dos Trabalhos Públicos e dos Transportes, 11/12/1962, número 6563, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

e silencioso no seio do próprio governo francês, que se arrastava desde o meados de 1962 e conheceu o seu epílogo apenas em dezembro daquele ano, uma vez que o próprio Quai d'Orsay vinha alertando insistentemente as agências responsáveis pela matrícula marítima e pelo desenvolvimento da pesca na França dos riscos que a retomada imediata dos fluxos de lagosteiros ao Brasil ofereciam para a conclusão da negociação da fórmula de convivência ³³⁶.

No momento em que as autoridades da Marinha Mercante anunciavam aos Negócios Estrangeiros a sua decisão de liberar a partida de navios pesqueiros para os locais de pesca contenciosos, o governo brasileiro ainda não havia formalmente se negado a encaminhar a questão pelo arbitramento, ao mesmo tempo em que já havia aceitado a negociação imediata do *modus vivendi*. Apesar da demora em obter do Itamaraty uma resposta positiva para a questão do arbitramento, não parecia razoável ao Quai d'Orsay permitir o desatracamento de uma nova frota de lagosteiros que teriam como destino o Brasil. Certamente, esse seria o estopim de uma escalada de protestos que poderiam prejudicar ainda mais o entendimento sobre a questão e tornar mais frágeis os já debilitados canais de diálogo existentes entre os dois governos ³³⁷.

Cedera, portanto, a diplomacia francesa às pressões da Marinha Mercante, que conhecia em profundidade as resistências das opiniões públicas dos países que tinham contenciosos pesqueiros, tanto que propusera aos Negócios Estrangeiros enviar naquela oportunidade, uma unidade da Marinha de Guerra para acompanhar as atividades dos barcos lagosteiros, como já estava habituada a fazer nas situações em que a atividade pesqueira nacional sofria algum tipo de risco, real ou potencial ³³⁸. Pelo menos conseguiram os diplomatas reverter essa decisão, que arriscaria tornar o

³³⁶ Lembrava o Ministério dos Negócios Estrangeiros que o próprio governo francês havia insistentemente proposto ao governo brasileiro a regulação do diferendo por um procedimento arbitral, e até a sua conclusão, esperava obter pelo menos a negociação de um *modus vivendi* que garantisse aos bretões a atividade pesqueira sobre as águas adjacentes da plataforma continental. *Idem*.

³³⁷ *Idem Ibidem*.

³³⁸ Com efeito, o envio de navios de guerra para amparar barcos de pesca tornara-se uma prática usual do governo francês, que seguia tendência há muito estabelecida por outros governos, como o dos EUA, Grã-Bretanha, Noruega e Dinamarca, sendo que alguns destes tinham inclusive seções especializadas para este propósito em suas respectivas marinhas de guerra. Precisamente, o governo francês enviava todos os anos vasos de guerra em missões de assistência durante as campanhas de pesca que a frota pesqueira realizava ao largo das costas da Groelândia, da Terra Nova, da Irlanda e, ao sul, por todo o Mediterrâneo. Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a

problema mais agudo (na eventualidade de sobrevir algum incidente entre vasos de guerra brasileiros e franceses). O envolvimento da Marinha de Guerra era certamente inoportuno no exato momento em que o governo francês pensava em enviar um negociador ao Brasil para tentar determinar as bases de um *modus vivendi*³³⁹.

Sabendo que a reação do Itamaraty seria, no mínimo, de desgosto, cuidou o Quai d'Orsay de tomar providências que desfizessem preventivamente a marca da deslealdade que se configurava. Assim, o Embaixador Carlos Alves de Sousa Filho foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, no dia 13 de dezembro de 1962 para ser comunicado pelo Secretário Geral do Ministério, Embaixador Carbonnel, de que o governo francês havia assentido na partida de dois barcos lagosteiros que se dirigiriam ao Brasil no início do ano seguinte, e que se solicitava ao governo brasileiro que os mesmos não fossem importunados em suas intenções de explorar os bancos lagosteiros existentes na plataforma continental. Por motivos desconhecidos, Sousa Filho não transmitiu nesses termos tal comunicação ao Itamaraty³⁴⁰. No telegrama que expediu na seqüência da audiência com Carbonnel, afirmava que o se "pedia que os pescadores franceses fossem autorizados a operar, como antes, nas costas brasileiras sem serem molestados"³⁴¹.

Assim, naufragavam na desinformação os esforços de negociação do *modus vivendi*. Inconformado com a decisão do governo francês de enviar novamente uma

EMBAFRANCE, 01/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³³⁹ Idem ibidem.

³⁴⁰ Referindo-se ao episódio em suas memórias, Souza Filho alegou que o Itamaraty desconhecia a chegada iminente dos lagosteiros porque uma mensagem específica que supostamente fora expedida da Embaixada em Paris teria se extraviado nos escaninhos da burocracia diplomática no Rio de Janeiro. Culpando a desorganização do Ministério das Relações Exteriores, alega ademais que o mesmo conteúdo de sua mensagem teria sido comunicado pela Embaixada da França à Secretaria de Estado, que inexplicavelmente não a reteve. Há que se registrar que não há indícios do referido telegrama expedido pela Embaixada do Brasil em Paris, e muito menos de nota verbal da Embaixada da França no Rio de Janeiro nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores em Brasília. Acresce que não existem referências na extensa documentação diplomática francesa sobre o conflito de que tenha o Quai d'Orsay nem mesmo instruído a Embaixada no Rio a comunicar oficialmente o Itamaraty da partida de dois lagosteiros no momento em que se negociava o *modus vivendi*. A propósito, SOUZA, Carlos Alves de. *Um embaixador em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, 361 p.

³⁴¹ Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 13/12/1962, número 368, AHMRE-B, Telegramas Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1962, maço 02667; Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 14/12/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

frota pesqueira para o Brasil, e acuado diante do fato consumado, o Itamaraty decidiu suspender as negociações até que o Quai d'Orsay fizesse regressar os lagosteiros, que a essas alturas já se aproximavam da costa do Nordeste. Mostraram-se os diplomatas brasileiros sinceramente preocupados com as repercussões que a chegada iminente dos bretões poderia ter sobre a opinião pública nacional e, especialmente, com a alimentação da pressão hostil dos interesses do setor pesqueiro e das forças políticas nacionais.

A decisão francesa foi entendida pelo governo brasileiro como uma pressão inaceitável, tendente a impor-lhe a renúncia da sua posição jurídica e por razões de princípio, tratou de rejeitar todos os artifícios propostos pela delegação francesa para encobrir a chegada dos lagosteiros, e decidiu sustentar um corolário da sua doutrina³⁴². Assim, o Itamaraty instruiu Sousa Filho para que comunicasse imediatamente ao Quai d'Orsay os pontos recém-estabelecidos, além de lembrar-lhe da possibilidade de arrestamento imediato de toda e qualquer embarcação de pesca estrangeira que se aproximasse da costa ou das águas adjacentes à plataforma continental³⁴³. Os pontos foram:

- d) o governo brasileiro não aceitaria a arbitragem proposta pelo governo francês por considerar a questão incluída nas exceções previstas no artigo primeiro da Convenção de Arbitragem Franco-Brasileira, de 1909, ou seja, o objeto de litígio interessa a terceiras potências;
- e) o governo brasileiro não permitiria doravante a pesca da lagosta por barcos de qualquer país na plataforma continental, nem mesmo aqueles eventualmente autorizados;
- f) uma eventual concessão de pesca dependeria de acordo baseado em uma das duas fórmulas apresentadas durante as negociações pela parte brasileira.

³⁴² Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville - Direction des affaires administratives et sociales, 29/01/1963, número 109, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁴³ Telegrama confidencial da Secretaria de Estado para Carlos Alves de Sousa Filho, 24/01/1963, número 23, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

A reação do Quai d'Orsay às novas decisões do governo brasileiro, comunicadas no dia 23 de janeiro, foi a menos favorável possível ³⁴⁴. A França insistia na submissão do litígio ao arbitramento, julgava as fórmulas propostas pela Delegação Brasileira inteiramente inaceitáveis e informava, enfim, que em se verificando o arrestamento dos dois pesqueiros franceses que já se aproximavam da costa brasileira (uma vez que o seu retorno não seria determinado e que outros barcos se lhes seguiriam), caracterizar-se-ia um conflito aberto entre os dois países ³⁴⁵.

3 - O impasse

Diante do impasse que nascia, restava às partes a espera pelos acontecimentos, e, especialmente, pelos primeiros arrestamentos, que certamente não tardariam e poderiam ter conseqüências desastrosas para o já deteriorado clima de entendimento entre os dois países.

Cioso de evitar nova confrontação na questão que poderia prejudicar o entendimento já abalado para o *modus vivendi*, Baeyens procurou ser recebido pelo Presidente João Goulart, na manhã do dia 30 de janeiro de 1963, para solicitar-lhe, em nome da concórdia entre as duas nações, uma autorização para que os lagosteiros que partiram em dezembro da França pudessem pescar sobre a plataforma continental brasileira ³⁴⁶. Nessa oportunidade, tomou-se conhecimento de que, ainda na noite anterior, haviam sido apresados ao largo da costa do Rio Grande do Norte os barcos

³⁴⁴ Telegrama da Direção da América para a EMBAFRANCE, 29/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁴⁵ Telegrama Confidencial e Urgente de Carlos Alves de Sousa Filho para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 29/01/1963, número 33, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

³⁴⁶ Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 31/01/1963, número 15; Nota da Direção da América para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Les pêcheurs français au large des côtes brésiliennes", 05/02/1963, número 05, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

Françoise Christine, Banc d'Argain e Gotte, todos reincidentes, que pescavam no interior do perímetro de 12 milhas marítimas que constituem a zona exclusiva ³⁴⁷.

O novo incidente, sem dúvida, punha Goulart em uma situação embaraçosa, uma vez que não se tratava mais de prevenir os apresamentos, mas de liberar os barcos arrestados, ordem imediatamente emitida e executada, no dia 31 de março ³⁴⁸. Partiram os lagosteiros, que se entregaram novamente à pesca sobre a plataforma continental, enquanto outros três a eles se juntavam.

Previendo a possibilidade de novos arrestamentos diante da oposição à presença dos barcos estrangeiros que se avolumava nas principais praças nordestinas, Baeyens procurou revestir a sua presença de alguma legalidade. Solicitou novamente à Presidência da República que os barcos gozassem do privilégio de concluir a sua campanha de pesca sem serem importunados pelas autoridades navais brasileiras ³⁴⁹.

Ciente de que a política de temporização encetada pela Embaixada no Rio de Janeiro vinha enfrentando oposições crescentes mesmo entre os setores mais pacíficos do Quai d'Orsay (que a enxergavam como uma perda de margens de manobra para o encaminhamento futuro da questão), cuidou o representante francês de mostrar triunfos imediatos, ainda que calcados no reconhecimento tácito da doutrina brasileira sobre a plataforma continental (como não poderia deixar de ser compreendida a solicitação de autorização especial) ³⁵⁰. Ainda que assim o fosse, a Embaixada da França esperava contar com mais alguns dias para testar as possibilidades de entendimento com o Rio de Janeiro, antes que Paris optasse por

³⁴⁷ Nota verbal do MRE para EMBAFRANCE, 31/01/1963, número 14, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007; Telegrama de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 01/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁴⁸ Entretanto, os pescadores bretões permaneceram atacadados até a noite do dia 2 de fevereiro, alegando que aguardavam ordens de seus armadores, uma vez que a conclusão de um acordo que lhes permitiria explorar os bancos da plataforma brasileira era iminente. Ao declararem que vinham pescar na região porque os fundos africanos estavam esgotados, os bretões deram combustível para a eclosão de nova campanha de protesto na imprensa provinciana.

³⁴⁹ Acresce que o conflito retornara, neste momento, às pautas da grande imprensa francesa, que se perguntava se estaria o Quai d'Orsay agindo com a firmeza necessária para salvaguardar os interesses dos súditos franceses. Por exemplo, *Le Monde*, 02/02/1963; "Avant de recevoir toute autre aide de la France, le Brésil doit liquider ses dettes envers l'épargne française", *Le Combat*, 04/02/1963; "Le sexe des langoustes: la langouste marche-t-elle ou nage-t-elle?", *Le Combat*, 05/02/1963.

³⁵⁰ Telegrama de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 01/02/1963, número 133, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

outros rumos para a questão ³⁵¹. Baeyens temia especificamente que o Ministério do Negócios Estrangeiros cedesse mais uma vez às pressões sociais e, especialmente, das agências responsáveis pela organização da pesca, e concordasse com o que lhe parecia a medida mais drástica de todas, única capaz de pôr a perder todo o frágil trabalho de entendimento empreendido na questão, e que deveria ser tomada exclusivamente se todas as possibilidades de negociação fossem esgotadas: o envio de um navio de guerra ³⁵².

Para demonstrar a boa vontade do governo do Brasil em chegar uma fórmula de convivência, e nutrido pela esperança de ver desaparecer rapidamente da imprensa a campanha que se armou para denunciar a debilidade da sua administração ao lidar com recurso de tanta importância econômica para a região, Goulart acedeu a apelo do embaixador francês. O Itamaraty, entretanto, alertava a Embaixada da França, naquela oportunidade, de que essa concessão, que se iniciava no dia 8 daquele mês, era feita na fé de que as autoridades francesas não permitiriam a partida de novos barcos até que se concluíssem as negociações do *modus vivendi* ³⁵³. Para o momento, a estratégia de Baeyens atingia resultados.

Se o gesto de Goulart impediu o deflagração de uma nova estratégia pelo Quai d'Orsay, teve, por outro lado, efeitos opostos aos esperados no âmbito doméstico ³⁵⁴. Imaginando que uma boa forma de fazer calar a opinião pública nordestina seria fazendo desaparecer dos portos locais os lagosteiros bretões, ao mesmo tempo em que

³⁵¹ Em verdade, Baeyens sabia que a decisão de enviar para as costas brasileiras um navio de guerra já estava tomada desde o final de dezembro de 1962, esperando o Quai d'Orsay apenas o momento oportuno para implementá-la. No dia 1 de fevereiro, Paris comunica à Embaixada que já havia tomado as providências devidas para o desatracamento dali a três dias de um vaso de guerra com o intuito de proteger os barcos franceses que operavam no Brasil. Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 01/02/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁵² Com a autorização do governo brasileiro, o Quai d'Orsay decidiu suspender, pelo menos provisoriamente, o desatracamento do navio de guerra, esperando que o Rio de Janeiro cuidasse agora de voltar a negociar o *modus vivendi*. Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 04/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁵³ Observe-se, entretanto, que o Itamaraty não afirmou ter a concessão prazo certo. Nota verbal do MRE para a EMBAFRANCE, 12/02/1963, número 16, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007.

³⁵⁴ Telegrama da EMBAFRANCE para o MAE, 13/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

demonstrava a sua boa vontade no equacionamento da questão com os franceses, o governo brasileiro viu as críticas à sua política de liberalidade se multiplicarem repentinamente, dessa feita encabeçadas por lideranças políticas de expressão nacional e por membros da própria base parlamentar governista ³⁵⁵. A liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por exemplo, mostrou-se uma tenaz opositora da concessão governamental, certamente embalada pelos ruídos que traziam do Nordeste a medida da impopularidade do governo federal e pelos ataques da grande imprensa nacional ³⁵⁶. A isso se juntaram interesses econômicos bem amparados politicamente que se viram lesados com tal política ³⁵⁷. O próprio governo achou-se, de um momento para o outro, dividido quanto ao episódio. O Ministro da Agricultura, José Ermírio de Moraes, senador pelo PTB de Pernambuco, responsável pela política de desenvolvimento dos recursos pesqueiros nacionais, mostrou-se um tenaz opositor da concessão feita aos franceses, liderando pessoalmente caravanas de armadores e políticos estaduais pelos gabinetes federais ³⁵⁸.

Acuado pela crise política que gerou, quando o Brasil passava por dificuldades financeiras que poderiam ser circundadas exclusivamente pela boa vontade dos grandes credores e investidores, decidiu o governo brasileiro tentar reverter as concessões graciosamente feitas aos franceses, na esperança de, ao menos, calar a frente de oposição doméstica. Assim, no dia 19 de fevereiro, o chanceler Hermes Lima convocou ao Itamaraty o Embaixador Baeyens para comunicar-lhe o termo, no dia seguinte, da autorização especial dada pelo Presidente da República aos bretões. Com a intenção de dar satisfações imediatas à oposição que se arregimentara em torno da

³⁵⁵ Nota da Direção da América para o Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le Différend franco-brésilien", 16/11/1963, número 119, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁵⁶ "Lagosta: comissão quer impedir os navios franceses", *O Estado de São Paulo* 14/02/63; "Navios franceses atacam no Nordeste jangadeiros que pescam lagosta", *Correio da Manhã*, 17/02/63; *Jornal do Brasil*, 09/02/1963; *Tribuna da Imprensa*, 09/02/1963; *Última Hora*, 09/02/1963.

³⁵⁷ Idem. Cite-se, a título de exemplo, que o Deputado Federal Murilo Costa Rêgo (PTB-PE), membro eminente da base de apoio parlamentar do governo, era um dos acionistas majoritários de uma das maiores empresas de pesca, processamento e exportação de lagostas de todo o Nordeste.

³⁵⁸ Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 21/02/1963, número 278, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes); Nota da Direção da América para Maurice Couve de Murville, sobre "Le Différend franco-brésilien", 15/11/1963, número 120, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 73.

questão, era publicado comunicado de imprensa onde se procurava esclarecer a excepcionalidade da autorização ³⁵⁹.

Imaginando, entretanto, que a reação do governo de Paris seria a pior possível, a Secretaria de Estado tratou de instruir Souza Filho para contatos pessoais no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando deveria reafirmar às autoridades francesas a excepcionalidade da concessão especial e esclarece-las sobre a duração da campanha e os motivos que levavam o governo brasileiro a pôr fim abruptamente à autorização de pesca. Ao mesmo tempo, deveria o embaixador brasileiro lembrar ao Quai d'Orsay de que o governo federal doravante seria inflexível para com as incursões dos pescadores bretões ³⁶⁰. Esperava o Itamaraty ao menos poder contar, na reação da diplomacia francesa, com o entendimento de que a autorização constituiria um bom indicador da compreensão e da boa vontade que nutria o governo brasileiro pela negociação da fórmula de convivência.

Esta última decisão do governo brasileiro coroou uma sucessão de medidas infelizes. Como não conhecia em profundidade os dados do problema, Goulart não se mostrou prudente ao intervir na questão sem embasar-se em aconselhamento dos que dela tratavam desde o início. A inexperiência do Presidente da República nos assuntos internacionais e o desconhecimento das conseqüências que poderiam ter a conexão de um conflito diplomático de grande complexidade com medidas diversionistas voltadas para a opinião pública, em um contexto de polarização política, teriam resultados desastrosos. O erro fatal do encaminhamento da questão, quando esta chegou a Goulart, reside no fato de que este não impôs uma data para o termo da autorização de pesca dada aos franceses. Em outras palavras, quando cassada, a concessão deixou de ser favor concedido para se transformar em direito interrompido.

³⁵⁹ “Após reunião dos Ministros das Relações Exteriores, da Marinha e da Agricultura, realizada no Itamaraty, o Governo Brasileiro decidiu que expirará a 20 de fevereiro a autorização dada, a título excepcional, a 8 do corrente, a seis barcos franceses para pescarem lagosta na plataforma continental brasileira. Aquela concessão havia sido feita em atenção ao apelo do governo francês, por intermédio do Embaixador da França no Brasil, e significou ato de compreensão tendo em vista as negociações em curso entre os dois países sobre a matéria. O governo brasileiro está atento à defesa dos legítimos interesses dos pescadores nordestinos, que hoje possuem na pesca da lagosta uma fonte de renda significativa para o nível de vida de milhares de pessoas, numa região cujo desenvolvimento constitui uma das mais vivas preocupações das autoridades nacionais”. Telegrama Confidencial Urgente da Secretaria de Estados para a BRASEMB, 19/02/1963, número 54, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

Por certo que a reação do Quai d'Orsay foi até pior do que jamais esperavam os diplomatas brasileiros. Chamado na manhã do dia 21 pelo Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Souza Filho foi oficialmente informado de que a Embaixada da no Rio de Janeiro acabara de receber instruções para comunicar ao governo brasileiro que o governo francês decidira enviar um navio de guerra ao litoral norte do nordeste brasileiro, com o objetivo de controlar os movimentos dos seus pesqueiros a fim de que não se aproximassem em demasia da costa, e assegurar-lhes a continuação da pesca da lagosta além daquele limite ³⁶¹. Alertando o seu interlocutor para a gravidade da atitude que a França adotara, tendo em vista que o navio, provavelmente, já estava a caminho, Souza Filho lembrou a possibilidade de tensão entre belonaves dos dois países, uma vez que o governo brasileiro não permitiria a aproximação de um navio de guerra estrangeiro com intenções que se lhe afigurariam hostis ³⁶².

Ainda na manhã do dia 21 de fevereiro, Baeyens cuidou de notificar o Itamaraty do envio do vaso de guerra, o que era feito a partir de um arrazoado de motivos que se articulavam em torno de uma única exigência: a retomada imediata das negociações de um *modus vivendi* que permitisse aos pescadores franceses o exercício da pesca nos bancos lagosteiros situados na plataforma continental brasileira ³⁶³.

Os elementos do conflito aberto estavam postos. O Quai d'Orsay julgava que este ato derradeiro seria o único capaz de fazer o Itamaraty aceitar a arbitragem sobre o fundo da questão. Além disso, o envio de belonave não se apresentava, para o governo francês, como ato de hostilidade ou de pressão armada, uma vez que este se acostumara a fazer os seus barcos de pesca se acompanharem de uma unidade de guerra da Marinha Nacional. Especificamente, o navio destacado para o Brasil foi o

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ Telegrama Confidencial Urgentíssimo de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 21/02/1963, número 57, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284; Telegrama Urgente da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 20/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁶² Telegrama Confidencial Urgentíssimo de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 21/02/1963, número 57, *Op. Cit.*

contratorpedeiro leve *Tartu*, que recebera instruções precisas para se ater em alto mar, inclusive fora das águas adjacentes à plataforma continental e reunir em torno de si os barcos lagosteiros ³⁶⁴.

Esta era a quinta-feira, véspera de carnaval, 21 de fevereiro de 1961 – tinha início a Guerra da Lagosta.

4 – O carnaval das lagostas

O anúncio do envio de um vaso de guerra para as proximidades da costa brasileira não poderia deixar de causar grande comoção no governo e na opinião pública brasileiros.

O Itamaraty, estupefato, rapidamente compreendeu o que se passara e cuidou de afiar as suas posições, tendo em vista agora a presença de um fato novo na querela entre os dois governos. Paris justificava o envio do *Tartu* a partir do cancelamento da autorização especial dada pelo presidente Goulart, quando, na realidade, a decisão do dia 18 não anulava nem cancelava aquela autorização, mas apenas fixara o seu período de validade dentro de um prazo razoável para a pesca. Com efeito, julgava o Itamaraty que a autorização do Presidente da República tivera caráter excepcional, devendo-se levar em conta que quando a mesma foi pedida, os seis lagosteiros já se encontravam próximos ao litoral brasileiro, sendo que três deles eram reincidentes, pois que acabavam de ser liberados já em atenção a pedido anterior do governo francês.

O argumento do Quai d'Orsay de que fizera apreciável concessão ao Brasil, ao admitir uma fórmula de convivência, merecia, segundo o Itamaraty, quando menos, a réplica de que se encontrava em boca errada, porquanto era o Brasil que fizera graça à França ao negociar um *modus vivendi* para permitir barcos franceses a operarem sobre a

³⁶³ Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 20/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁶⁴ Carta secreta do Ministro das Forças Armadas para o Almirante Chefe do Estado Maior da Marinha de Guerra da França, sobre "Instructions pour les comandants des bâtiments de guerre en mission d'assistance sur les côtes du Brésil", 20/02/1963, número 1471/MA/CM/S, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

plataforma continental brasileira. Acresce que, se o envio de vaso de guerra para acompanhar pesqueiros não tinha caráter intimidativo, não se sentia o governo brasileiro obrigado a ter idêntica reação nem a considerá-lo ato de rotina. O Rio de Janeiro não enxergava outro objetivo que não o de intimidar ou procurar garantir a pesca, contra a determinação brasileira, o que se reduz, logicamente, a ato de hostilidade. No entender do Rio de Janeiro, urgia tomar providências imediatas para deter o avanço do barco de guerra, com chegada prevista para o dia 25, antes que tal notícia, ao cair em domínio público, causasse estragos ainda maiores às relações entre os dois países e acabasse por inviabilizar irremediavelmente qualquer tentativa de entendimento.

Um comunicado de imprensa do Ministério das Relações Exteriores, publicado no dia 22, ao dar conta da chegada iminente do *Tartu*, repercutiu imediatamente perante a opinião pública ³⁶⁵. A imprensa nacional se armou para ecoar a decisão do governo francês, ao mesmo tempo em que consagrava as opiniões de juristas e homens públicos que se encarregaram de emprestar combustível para a oposição denunciar as debilidades do governo federal. Incitava-se a população à defesa do território pátrio. Cuidava-se de denunciar a "política de canhoneira" que acabara de adotar o governo francês, que tomava no caso o Brasil pela miríade de débeis Estados que nasciam de seu "desastrado processo de descolonização" ³⁶⁶.

Frente à excitação da opinião pública, o Ministro da Marinha, Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, percebeu uma boa oportunidade para reganhar a sua autoridade diante da tropa, abalada desde que resolvera conceder a Ordem do Mérito Naval ao Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola ³⁶⁷. Afirmando que o serviço de inteligência da Marinha dispunha de informações de que o governo francês destacara o porta-aviões *Clemenceau* e dois cruzadores pesados para as operações no Brasil³⁶⁸, deu ordem ainda na madrugada da sexta feira, 22 de fevereiro, para a

³⁶⁵ Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 28/02/1963, número 334, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁶⁶ *O Estado de São Paulo*, 21/02/1963; *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Jornal do Commercio*, *Última Hora*, 22/02/1963.

³⁶⁷ Numerosos oficiais da Marinha brasileira que discordaram da concessão do Mérito Naval a Brizola chegaram mesmo a devolver as suas insígnias.

³⁶⁸ Com efeito, a Estação-rádio do Pina, em Recife, monitorava o movimento de vários navios franceses, entre eles o *Clemenceau* e o próprio *Tartu*, que pareciam estacionados em portos na África,

mobilização imediata da Marinha de Guerra ³⁶⁹. Assim, foi rapidamente constituída uma Força Tarefa, composta por oito contratorpedeiros, que zarpou do Rio de Janeiro nas primeiras horas do domingo de carnaval, 23 de fevereiro, movida a soldos de guerra, tendo como inimigo o contratorpedeiro *Tartu* ³⁷⁰. Em entrevista coletiva concedida poucos dias depois, confirmava Suzano a vinda de uma poderosa frota francesa para o litoral do Nordeste, ocasião na qual o Ministério da Marinha distribuiu nota aberta à população para demonstrar a importância dos interesses em jogo e a necessidade de defender a soberania nacional ³⁷¹. Ainda que Baeyens cuidasse de desmentir categoricamente o envio do *Clemenceau*, entre outros vasos mais equipados, acabou por vingar o anunciado da Marinha de Guerra do Brasil, já em deslocamento para os locais contenciosos ³⁷².

Ainda no dia 23, Souza Filho foi recebido por de Gaulle para transmitir-lhe apelo do Presidente Goulart: o Chefe de Estado brasileiro solicitava ao seu colega que fizesse retroceder a nave de guerra, que era vista no Brasil como um gesto hostil por

provavelmente em Dakar. O prolongamento do monitoramento permitiu, entretanto, que se soubesse que o *Clemenceau* participava da *Croisière Noire*, um cruzeiro de exercício que tocava anualmente no inverno em portos da África. ESPELLET, Edy Sampaio. Recordações do episódio naval denominado "Guerra da Lagosta". *Revista Marítima Brasileira*, Ano CV, Nos. 7, 8, e 9 – jul-ago-set., 1985, p. 15.

³⁶⁹ Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 24/02/1963, número 295, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes); Nota da Direção da América para Maurice Couve de Murville, 15/11/1963, número 119, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 73.

³⁷⁰ Um levantamento dos recursos mobilizados pela Marinha de Guerra do Brasil, em comparação com o poderio naval francês que estaria em deslocamento para a costa do Nordeste brasileiro, demonstra o quão irrefletida foi a decisão de Suzano. Supondo que o porta-aviões *Clemenceau* estivesse de fato a caminho dos locais contenciosos, o Brasil dispunha de um deslocamento da ordem de 37050 toneladas e 3669 homens embarcados, enquanto a França, manejaria 25750 toneladas e 3123 homens. Ainda que a tonelagem deslocada e o número de homens embarcados chegasse a ser quase equivalente, seria impossível comparar o poder de destruição de uma das mais poderosas e modernas máquinas de guerra da época, o porta-aviões *Clemenceau* (lançado ao mar em 1961 e equipado com 30 aviões), com os pífios recursos instalados da Marinha de Guerra brasileira. Esta comparação evidencia que de fato Suzano não agiu de boa fé, ou pelo menos não acreditava que o poder naval deslocado seria suficiente para a "defesa da pátria", quando mobilizou os efetivos. O mais provável é que tenham os oficiais e o alto comando da armada, além dos corpos inferiores, se impressionado mais com os soldos de guerra, que começaram a ser pagos desde a interrupção do feriado do Carnaval até o fim das operações, que duraram mais de trinta dias (dados de ESPELLET, Edy Sampaio, *Op. Cit.*).

³⁷¹ *O Globo*, 27/02/1963; Telegrama Secreto do Adido Militar junto à EMBAFRANCE para o Secretariado da Marinha, via Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28/02/1963, número 26; Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 28/02/1963, número 327, ambos em AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

parte do governo francês, capaz de elevar a tensão entre os dois países a consequências imprevisíveis. A resposta do Presidente francês, entretanto, foi dura: da mesma forma que o Presidente do Brasil vinha se ocupando da questão, agora passaria ele próprio a fazê-lo e não considerava o envio do contratorpedeiro como um gesto hostil, mas, bem ao contrário, tendente a preservar as margens ínfimas de diálogo ainda abertas entre os dois governos. Para o Presidente da República, a matéria envolvia questão de princípio: a França não reconhecia e não reconheceria jamais a jurisdição do Estado ribeirinho sobre a plataforma continental ³⁷³. Em síntese, o retorno do *Tartu* somente seria cogitado se concordasse o governo brasileiro a negociar imediatamente a fórmula de convivência ³⁷⁴.

Percebendo que o envio do navio de guerra causara grande desconforto no governo brasileiro, naquele mesmo dia, o Quai d'Orsay cuidou de apresentar à Embaixada em Paris as bases da negociação ³⁷⁵:

- f) o navio de guerra enviado à plataforma continental brasileira não chegaria a atingi-la;
- g) o governo brasileiro autorizaria, em caráter excepcional, os seis pescadores franceses que se encontravam na costa do Nordeste, a prosseguirem suas operações de pesca pelo prazo máximo de 15 dias;

³⁷² Telegrama de Jacques Baeyens para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28/02/1963, número 339, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁷³ A audiência concedida por de Gaulle a Souza Filho está na origem da expressão atribuída ao Chefe de Estado francês ("Le Brésil n'est pas un pays sérieux"), que surgiu na imprensa carioca pela primeira vez pelas prensas do *Diário de Notícias*. Em verdade, Souza Filho reivindica para si a autoria da expressão em suas memórias. A frase teria sido por ele pronunciada quando inquerido pelo jornalista Luiz Edgar de Andrade sobre os mal-entendidos que caracterizavam o conflito pesqueiro entre o Brasil e a França, e especialmente sobre o teor da entrevista que o representante tivera com o Presidente da República. Referindo-se à incorporação do conflito ao enredo do carnaval do Rio de Janeiro e ao teor dos comentários da imprensa carioca, Souza Filho teria assim sintetizado a sua opinião sobre toda a diferença sobre a pesca da lagosta com a França: "Le Brésil n'est pas un pays sérieux". A propósito, SOUZA, Carlos Alves de. *Op. Cit.*, p. 317.

³⁷⁴ Telegrama confidencial de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 23/02/1963, número 65, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

³⁷⁵ Telegrama Confidencial de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 23/02/1963, número 67, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

- h) o governo brasileiro concordaria em que um Tribunal Internacional ou outra qualquer instância superior declarasse se o caso se aplica ou não a arbitragem prevista na Convenção Franco-Brasileira de 1909;
- i) ambos os governos assumiriam o compromisso de iniciar imediatamente entendimentos acelerados, visando a um acordo que, sob a forma de *modus vivendi* ou qualquer outra, permitisse encontrar solução satisfatória para as partes, com base em um dos projetos já formulados ou outros que viessem a ser apresentados;
- j) na hipótese de ser concluído rapidamente o acordo mencionado no item anterior, o governo francês abriria mão do requisito anunciado no item "c".

Para o Itamaraty, tornara-se claro que a presença do vaso de guerra não passava realmente de um elemento intolerável de chantagem. Com efeito, entendia o Ministério das Relações Exteriores que a negociação com a presença do *Tartu* configuraria uma rendição aos poderosos argumentos da canhoneira francesa, e não gostaria o governo brasileiro de parecer, frente às opiniões pública nacional e internacional, como tendo recuado de suas posições em função da vinda da belonave. A ameaça lograria os seus propósitos, e teria a França atingido todos os seus objetivos. Mesmo a aparente concessão francesa de abrir mão da consulta à Corte Internacional de Justiça na questão da aplicabilidade da convenção de arbitragem, em realidade, não representava uma "concessão", porquanto não haveria motivo para arbitragem após a solução do contencioso por *modus vivendi*.

Desse modo, o governo brasileiro rejeitou oficialmente a retomada de negociações enquanto não se suspendesse o envio do navio de guerra, e os lagosteiros estacionados sobre a plataforma continental não fossem retirados. Para o Rio de Janeiro, estes eram dados da conjuntura e do problema, uma vez que, se o despacho de belonaves se tratasse de operação rotineira de proteção dos súditos do Hexágono, o seu envio não teria sido comunicado oficialmente, como o foi, tendo a situação provocado

as mais vivas reações da opinião pública, de tal modo que o primeiro passo para o diálogo seria retirar dela qualquer elemento que possa significar ameaça ou pressão ³⁷⁶.

O Quai d'Orsay convencera-se de que o Itamaraty não recuaria da sua decisão de não negociar enquanto o dado da belonave estivesse em jogo. Por outro lado, o governo brasileiro começava lentamente a absorver os estragos do envio do *Tartu*, passando a contar até com uma reação simpática por parte da opinião pública, eventualmente embalada pelos clamores da tensão enquanto embriagada pelo fato inusitado que temperara na última hora os enredos do carnaval ³⁷⁷.

Por outro lado, o governo de Paris considerava que já fizera apreciável concessão ao Brasil ao admitir limitar, através de *modus vivendi*, o seu direito líquido e certo de pescar em alto mar e a qualquer tempo. Julgava, entretanto, que o envio de vaso de guerra foi erroneamente interpretado pelo Brasil. O caso de os pesqueiros franceses serem acompanhados por unidades da Marinha de Guerra constituía simples medida de rotina, sem carácter intimidativo e que vinha sendo aplicada sem despertar paixões ou protestos em outras zonas, como por exemplo, na costa da Espanha, não longe de Biarritz ³⁷⁸.

Enquanto nenhuma estratégia era adotada, a Embaixada da França se ressentia das primeiras conseqüências do conflito, especialmente para a imagem do país e de seu governo, para o que contribuía deliberadamente o próprio governo federal ³⁷⁹. Após reunião de avaliação de emergência entre Goulart, Hermes Lima e o Gabinete Militar, a Presidência da República fez divulgar novo comunicado, onde se registrava a localização do *Tartu* a 90 milhas náuticas do arquipélago de Fernando de Noronha, e

³⁷⁶ Telegrama Confidencial Urgente de Hermes Lima para a Carlos Alves de Souza Filho, 25/02/1963, número 58, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

³⁷⁷ Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 25/02/1963, número 70, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

³⁷⁸ O Quai d'Orsay chegou a concluir que a emoção a que esse pormenor dera lugar no Brasil talvez fosse fruto da novidade que era para os brasileiros a pesca por estrangeiros nas imediações do seu litoral... De fato, por essa lógica, o erro foi não ter feito escoltar, desde o início, a frota que passara a operar ao largo do Nordeste por vasos de guerra. Telegrama Confidencial da BRASEMB para o MRE, 26/02/1963, número 73, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

³⁷⁹ Telegrama Secreto do Adido Militar junto à EMBAFRANCE para o Secretariado da Marinha, via MAE, 28/02/1963, número 282, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

portanto, se dirigindo de fato aos locais de pesca contenciosos, e se lamentava a decisão do governo de Paris, que o governo brasileiro entendia como um inaceitável e hostil elemento de pressão, que serviria tão-somente para deteriorar as relações entre duas nações tradicionalmente amigas ³⁸⁰.

As imagens de generosidade da França e dos ideais franceses desfaziavam-se rapidamente, enquanto não eram poupados ataques nem mesmo à pessoa do General de Gaulle, que passara a ser retratado diuturnamente em caricaturas nos mais diversos veículos de imprensa, nem sempre em condições dignas ³⁸¹. Apesar dos protestos veementes de Baeyens ao Itamaraty para que o governo brasileiro cuidasse de controlar a verve de seus jornais, deve-se registrar que os diplomatas brasileiros experimentaram, pelo menos nessa seção, um pequeno sentimento de vitória: afinal, o que poderia o governo brasileiro fazer neste assunto se este era um país livre? ³⁸²

O assunto *França e franceses* decididamente não era bem vindo, como bem o comprova o cancelamento, no dia 24 de fevereiro, de uma visita do grupo senatorial França-América Latina, fortemente desaconselhada pelo Itamaraty ³⁸³, e os "atentados"

³⁸⁰ Os pronunciamentos chorosos das autoridades federais prontamente contagiaram a imprensa, que não se negou a inflamar a querela, tendo sido o momento eficientemente explorado por jornais de oposição e governistas. Uma visão alarmista e francamente fantasiosa era dividida por veículos de tendências opostas, como *Última Hora*, *Correio da Manhã* ou *O Globo*, enquanto outros jornais alinharam-se a uma postura de apoio discreto à política de firmeza seguida por Goulart, passando a qualificar a política francesa para o Brasil como "inconseqüente e irrefletida", ainda que houvesse espaço para alguma preocupação de objetividade (*Jornal do Brasil*) e para a divulgação das teses do Quai d'Orsay (*O Estado de São Paulo*).

³⁸¹ O epíteto usual para qualificar o Chefe de Estado francês tornou-se "a *vedette* da Praça Tiradentes", expressão consagrada pelos jornais cariocas de pequena circulação que rapidamente ganhou as páginas de veículos mais importantes, como o *Correio da Manhã*. A propósito, um dossiê com recortes das caricaturas de de Gaulle chegou a ser enviado ao Palácio do Eliseu, e teria provocado a consternação do Presidente da República. Esta documentação está depositada nos fundos de Gaulle dos Arquivos Nacionais da França, sob a rubrica "privado", e portanto inacessível aos pesquisadores. Souza Filho relata a audiência que teve com de Gaulle para se despedir do Chefe de Estado, quando estava para deixar o posto em Paris, poucas semanas depois do fim do episódio – nesta oportunidade, o Presidente da República voltou a se referir ao dossiê, afirmando que "ele e a França tinham se sentido ofendidos pelo Governo e a imprensa brasileira. (...) Considerava o silêncio do governo brasileiro sobre as inverdades publicadas uma espécie de aprovação dessa publicidade". Ver SOUZA FILHO, Carlos Alves de. *Op. Cit.*, p. 328-330.

³⁸² Telegrama de Jacques Baeyens para MAE, 25/02/1963, número 303, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁸³ Telegrama de Jacques Baeyens para MAE, 24/02/1963, número 300, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

cometidos contra as sedes da Maison de France, em 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro, e da Aliança Francesa de Campinas, São Paulo, em 1º de março³⁸⁴.

5 - O fim da guerra

Para que o impasse fosse rompido, o Quai d'Orsay estimava que seria fundamental saber o que se passaria se o governo francês resolvesse fazer retroceder o *Tartu*, decisão a ser tomada celeremente, dado que o seu encontro com os lagosteiros fora fixado para o dia 28, a quase 100 milhas da costa. Além do mais, era necessário precisar as bases de uma negociação e concluir um primeiro acordo de princípio antes de emitir tal ordem ao vaso de guerra. A retirada do navio e a publicação de uma declaração comum deveriam se produzir no mesmo momento. Na eventualidade de o Itamaraty negar-se a negociar nesses termos, caberia ao Quai d'Orsay propor um novo compromisso de recurso à arbitragem, desta feita para estabelecer se o governo brasileiro teria ou não o direito de se recusar ao procedimento arbitral³⁸⁵.

Por esse momento, pode-se contemplar a questão do contencioso entre os dois países de forma completa:

- d) uma primeira proposta de arbitramento deveria estabelecer se tem o Estado ribeirinho o direito de regular a atividade pesqueira sobre as águas adjacentes à plataforma continental, nos termos da Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental de 1958. Esta proposição foi rejeitada pelo Brasil, por considerar pleno o seu direito de regular a atividade exploratória, ainda que fora do limite das 12 milhas (mar territorial e zona econômica exclusiva), de

³⁸⁴ Os referidos "atentados" limitaram-se à explosão de quatro ou cinco garrafas de querosene acesas com pavios contra as entradas principais dos dois edifícios. Telegramas de Jacques Baeyens para o MAE, 27/02/1963, número 315 e de 01/03/1963, número 370, ambos em AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

crustáceos, seres que mantêm vinculação orgânica íntima com a plataforma continental;

- e) a segunda proposta deveria estabelecer o mesmo objeto do item anterior, sendo que a partir de outros dados e a partir da Convenção Franco-Brasileira de arbitramento de 1909: as lagostas devem ser assimiladas aos recursos da plataforma continental (ou seja, elas andam), cuja exploração é reservada aos nacionais do Estado ribeirinho, ou às espécies natantes (como os peixes), cuja pesca permanece livre aos estrangeiros? Por considerar que o ponto em questão não dizia respeito exclusivamente aos dois países, o Brasil decidiu rejeitar igualmente esta proposta, por considerá-la incidindo em uma das exceções formalmente inscritas no próprio texto da Convenção;
- f) a derradeira proposta de arbitramento dizia respeito à própria exceção levantada pelo governo brasileiro para escapar ao arbitramento do item anterior – nos termos da Convenção de 1909, teria o Brasil o direito de se recusar à arbitragem? Esta proposição, que foi formulada ainda em fevereiro de 1963 ao Itamaraty, permaneceu para sempre sem resposta do governo brasileiro.

A última proposta de arbitramento fora entregue por Baeyens pessoalmente ao chanceler Hermes Lima no dia 26 de fevereiro de 1963. Depois dessa oportunidade, a Embaixada da França no Rio chegou a enviar em duas ocasiões compromissos arbitrais (a primeira vez em 6 de março), que sendo firmados pelos dois governos, deveriam ser aprovados pelo Congresso Nacional antes de se solicitar à Corte Internacional de Justiça a instalação de um juízo arbitral. Como o Itamaraty jamais respondeu a nenhum dos dois compromissos, e não há a possibilidade de arrastar um Estado contra a sua vontade a nenhuma Corte Internacional, esta proposição configurou a saída honrosa encontrada para a França para desmobilizar os vasos de guerra e dar início às negociações do *modus vivendi*.

A saída para o impasse na questão surgiu da seguinte proposta do governo brasileiro, que se realizaria em dois passos: o governo francês retiraria o navio de

³⁸⁵ Nota da Direção da América para o Secretário Geral do MAE, 26/02/1963, número 07, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien

guerra estacionado ao largo da costa do Nordeste, após o que, e tão logo tivesse cessado o clamor público em torno da questão, seriam reiniciadas as conversações para o estabelecimento de um *modus vivendi* ³⁸⁶. A proposição brasileira, formulada quando a Marinha de Guerra do Brasil já se aproximava do litoral do Nordeste, impunha uma decisão rápida para o governo de Paris. Com esse fato, estimava Baeyens que os lagosteiros não teriam mais condições de concluírem a sua campanha de pesca sem que se verificassem incidentes entre o *Tartu* e a Marinha brasileira, enquanto estava fora de cogitação tentar obter do Rio de Janeiro nova autorização especial de pesca ³⁸⁷.

Paris tinha que se resolver por uma saída honrosa, considerando que o vaso de guerra deixara de ter os efeitos manifestados nos primeiros dias da crise. O primeiro passo a ser dado seria a substituição do contratorpedeiro por um navio de baixa tonelagem, com o que se esperava dar a entender ao governo brasileiro que o governo francês decididamente não abria mão de amparar as campanhas de pesca em qualquer lugar do mundo por belonaves. Assim, cuidou-se da substituição do *Tartu* pelo navio-tênder de aviação *Paul Goffeny* ³⁸⁸ ainda no dia 4 de março, recebendo o navio instruções precisas para permanecer no local de pesca por mais uma semana, enquanto os lagosteiros arribariam à razão de um barco por dia ³⁸⁹.

Em seguida, admitindo que não existiam mais possibilidades concretas de se entabularem negociações, tendo em vista as negativas prontamente manifestadas pelo Rio de Janeiro em todas as ocasiões, o Quai d'Orsay resolvera paralisar os canais de comunicação com o Itamaraty, vez que a França aparecera exclusivamente como

des langoustes).

³⁸⁶ A proposta de Hermes Lima foi formulada em audiência concedida a Baeyens em 1 de março. Telegrama Secreto de Hermes Lima para Carlos Alves de Souza Filho, 01/03/1963, número 64, AHMRE-B, CT's-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1964, caixa 24.

³⁸⁷ Telegrama urgentíssimo de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 01/03/1963, número 363, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁸⁸ Telegrama secreto do Adido Militar junto à EMBAFRANCE para o Secretariado da Marinha, via MAE, 05/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁸⁹ Para os lagosteiros esta não foi uma boa campanha, apesar da presença do vaso de guerra. Quando começaram a abandonar os locais de pesca, cada um dos barcos levava em média cinco toneladas de lagostas, enquanto a sua capacidade comportava 35 toneladas. Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a Embaixada da França no Brasil, 04/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

demandante em todo o episódio. Por esse motivo, a Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros convocava a Paris o Embaixador Baeyens, para uma estada de duração indeterminada, dando-lhe instruções para que não prestasse informações ao governo brasileiro sobre a sua missão ou sobre a eventualidade de seu retorno ³⁹⁰. Ao mesmo tempo, a Embaixada era instruída para que, após a partida do chefe da missão, as comunicações de qualquer ordem e sobre qualquer assunto com o Itamaraty se ativessem ao necessário para a estrita manutenção das relações bilaterais ³⁹¹. Tanto não era preciso: a partida de Baeyens, em 13 de março, para consultas na capital francesa, constituía, por si só, o fechamento do canal mais eficiente de que dispunham os dois países para encaminhar o seus negócios.

A simples retirada do Paul Goffeny, no dia 10 de março e o retorno dos lagosteiros que se reuniram em torno dos dois vasos de guerra desde o dia 28 de fevereiro marcaria pateticamente o final do conflito entre os dois países e evidenciaria, aos olhos da opinião pública francesa, a derrota da tese francesa sobre a liberdade de pesca sobre as águas adjacentes à plataforma continental dos Estados ribeirinhos ³⁹².

Cumpria, entretanto, que o Quai d'Orsay adotasse uma última medida para marcar definitivamente a posição da França sobre a questão e para desfazer eventuais mal-entendidos na prestação de contas que certamente se seguiria com os segmentos interessados no âmbito doméstico. Assim, resolveu o governo de Paris denunciar o Brasil à Corte Internacional de Justiça, ainda que se soubesse previamente que este organismo não seria competente para aceitar tal reclamação, uma vez que o Brasil não reconhecia a jurisdição obrigatória da Corte da Haia para arbitrar as suas eventuais diferenças com outros Estados ³⁹³. De todo modo, o Ministério dos Negócios

³⁹⁰ Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 04/03/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁹¹ Telegrama do Embaixador Carbonnel, Secretário Geral do MAE, para Jacques Baeyens. 04/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁹² Telegrama da Secretaria Geral do MAE Estrangeiros para a EMBAFRANCEI, 07/03/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁹³ Tratava-se de procedimento por vezes empregado, mas que não havia encontrado até aquela data a aceitação de nenhum dos Estados reclamados, que respondiam em geral que não reconheceram a competência da Corte, sendo os casos mais lembrados a reclamação dos EUA contra URSS após incidentes aéreos e da Grã-Bretanha contra o Chile e a Argentina sobre a soberania de certas terras

Estrangeiros esperava que tal medida emprestaria alguma publicidade à tese francesa, pois a reclamação, e a memória que iria apoiá-la, seriam publicadas e remetidas a todos os Estados membros das Nações Unidas. E assim foi feito: no dia 20 de março o governo francês protocolava perante a Corte Internacional de Justiça reclamação unilateral contra o Brasil, que permaneceu para sempre sem resposta ³⁹⁴.

Restava à diplomacia francesa lidar com as expectativas frustradas no cenário doméstico. Afinal, durante o desenrolar do episódio, o ministério se furtou a indicar aos setores interessados na pesca extra-continental que a sua política poderia sofrer contratemplos ³⁹⁵. Na impossibilidade de garantir o acesso aos bancos lagosteiros do Brasil como um direito dos cidadãos franceses, cabia agora ao governo francês franquear-lhes imediatamente a possibilidade de conquistar tal direito pela contratação direta com os meios interessados no Brasil, o que, mais uma vez, acabava por consagrar na integridade a proposta feita pelo governo brasileiro ainda quando da negociação abortada da fórmula de convivência.

6 - Um balanço

Guerra sem batalhas, o episódio que entrou para a história das relações franco-brasileiras como Guerra da Lagosta impõe um balanço circunspecto do que ganharam e do que perderam o Brasil e a França.

antárticas. Nota do Jurisconsulto para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le Caractère non obligatoire des engagements d'arbitrage entre la France et le Brésil", 01/03/1963, número 164, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁹⁴ Nota do Serviço Jurídico do MAE para a Direção das Américas, sobre "Texte de la lettre adressée au Secrétaire Général de la Cour Permanente d'Arbitrage, le 20 mars 1963, et annexes", 20/03/1963, número 246; Telegrama da Embaixada da França na Haia para o MAE, 25/03/1963, número 412; ambos em AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes).

³⁹⁵ O governo francês foi forçado a indenizar os barcos lagosteiros que se viram impedidos de desenvolver as suas campanhas de pesca durante o episódio. Esta medida evidencia a influência assumida pela questão no cenário político doméstico francês, sendo que o grupo parlamentar da Bretanha pressionou o governo à exaustão, até que o mesmo se dispusesse a reservar recursos suficientes para as indenizações no orçamento de 1964. A propósito, *Le Monde*, 25/10/1963; Carta-telegrama de Raul de Vicenzi, encarregado de negócios, para o MRE, 25/10/1963, número 220, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284.

Certamente que do conflito nenhuma das partes saiu vencedora. Os dois governos perderam muito do débil capital de confiança que fora longamente posto à prova desde meados da década de cinquenta, recurso precioso que deveria ter sido utilizado no encaminhamento das questões prementes que sufocavam o pleno desenvolvimento das relações bilaterais.

Para o Hexágono, o episódio serviu para evidenciar que o governo francês perdera, havia muito, o momento de estabelecer uma política coerente para a América Latina e o Brasil, o que já se fazia necessário desde o reencontro em 1945. Em outras palavras, aprenderam os franceses, em conflito que lhes fora absolutamente desgastante, que a auto-alegada admiração que nutririam os brasileiros pela França e pelos ideais que o país representava não bastaria para sustentar o entendimento e a criação de oportunidades no relacionamento bilateral. Viram, por exemplo, que os brasileiros não hesitaram em sacrificar a tradicional amizade com a França em nome da defesa da tese da propriedade dos recursos da plataforma continental.

Apesar de o encaminhamento final parecer indicar que o Brasil teve consagradas as suas teses sobre a plataforma continental, o custo dessa pretensa vitória seria pago mediante o congelamento das relações bilaterais, pelo menos até o final de 1964. Há que se perguntar se, naquela altura, o país poderia abrir mão das possibilidades de ganhos que, sob determinadas condições, as relações com os países desenvolvidos ofereciam – em especial, há que se refletir sobre as dificuldades acrescidas para encaminhar temas de interesse para o país, como o contencioso financeiro. Acresce que, sob o ponto de vista doméstico, o episódio não deixou de constituir um elemento de tensão desfavorável para o equilíbrio do governo Goulart, justamente no momento em que o melhor seria não oferecer às forças políticas de oposição combustível para animar as críticas contrárias às suas políticas.

O conflito também evidenciou os traços mais marcantes da Política Externa Independente. A despeito da engenhosidade da doutrina formulada, não se pode negar que o governo brasileiro, havia muito, não conseguia dar provas tão eloqüentes do quão incompetente poderia se sair no encaminhamento de relações bilaterais com país importante. Testou ao derradeiro limite a paciência da parte, improvisou na formulação da política e errou na previsão de suas conseqüências, e não soube

instrumentalizar, no momento oportuno, a questão como elemento a ser barganhado no encaminhamento da agenda bilateral. Acertou ao acaso, quando não havia possibilidades de ensaios.

Na guerra que não deixou mortos nem feridos, há baixas importantes a registrar. Algumas delas expressam um certo amadurecimento do governo brasileiro, passado o conflito, sobre as conseqüências de atos irrefletidos. São os casos da demissão dos ministros da Agricultura e da Marinha, homens impetuosos que se expressaram em momento em que o mais adequado seria a discrição – ambos perderam os cargos na reforma ministerial realizada em junho de 1963. Perda sem dúvida importante para as relações entre os dois países foi a remoção de Jacques Baeyens do Rio de Janeiro, uma vez que, desde a sua chegada ao posto, o diplomata agira como poucos o fizeram até então para dirimir mal-entendidos, aumentar as margens para o diálogo existentes no encaminhamento da agenda bilateral, e promover, com orientação judiciosa, os interesses de seu país nas relações com o Brasil.

Para as relações internacionais do país, a Guerra da Lagosta não deixou de ser um ensaio modesto da ordem de pressões que o governo sofreria a partir de 1970, quando resolveu estender unilateralmente o mar territorial para 200 milhas marítimas, gerando, em conseqüência, novos regimes e condições de explorabilidade. Assim, o conflito com a França, que ainda voltaria à tona modestamente nas relações bilaterais, foi diluído pela nova ordem jurídica que a realidade das 200 milhas impunha (cite-se, por exemplo, o conflito com os EUA sobre a pesca de camarões).

Capítulo 9

Em busca do tempo perdido: Relações políticas e econômicas desde a década de sessenta

O fim inglório da guerra da lagosta marcou o início de uma nova fase nas relações franco-brasileiras, que passariam a ser sintetizadas pela recorrência, nos discursos oficiais e nas intenções dos atores sociais, da idéia de que havia, inequivocamente, espaços a serem construídos para propiciar a expansão dos contatos entre as duas nações.

Da década de sessenta ao final da década de noventa, evoluíram as relações bilaterais a passos lentos. Na maior parte desse período, entregaram-se as nações à busca de projetos onde pudessem apoiar a sempre prometida dinamização dos negócios e a cooperação política. Raramente encontraram-nos. Enclausurou-se o relacionamento bilateral em longuíssimos parênteses, que isolaram as nações e impediram que executassem projetos comuns que dessem vazão às potencialidades de ambos os países. A apatia recíproca foi tão característica que não imunizou nem mesmo o discurso diplomático, que apesar de sempre contaminado pelas referências da herança cultural, se lançou diuturnamente em um apelo melancólico à criação, que ganhou recorrentemente a forma do desgastado argumento proustiano... *França-Brasil, em busca do tempo perdido.*

Enquanto não conseguiram avançar pela construção de vínculos importantes, as relações bilaterais de acordo com uma regra simples, que se resume aos vícios e qualidades de uma negligência cordial: mantinha-se a cordialidade das relações bilaterais, porquanto não havia motivos para postura diferente, mas encaminhavam-se negligentemente os negócios que poderiam impulsionar os contatos entre as nações. Assim evoluíram as relações franco-brasileiras no período que se estendeu entre o final da década de sessenta e o início dos anos noventa, exprimindo ao mesmo tempo um sentimento real de decepção quanto às possibilidades de cooperação política e

econômica, sempre arrojadamente delineadas, mas nunca ou raramente concretizadas em sua plenitude.

Por outro lado, uma visão geral das relações franco-brasileiras no período que se inicia na década de noventa, indica que o processo de reformas estruturais por que passou o Brasil como a conquista lenta da estabilidade econômica, a consolidação democrática, a constituição do Mercosul, e atualização da projeção internacional universalista, entre outros, permitiu a atualização das suas relações com a França. A qualidade e a vitalidade do renovado e inédito interesse demonstrado pelo Hexágono pelos seus negócios com o Brasil dão a entender que, finalmente, firmaram-se condições para a construção de uma parceria franco-brasileira.

1 – A distensão (1963-1967)

Os excessos a que se permitiram ambos os governos teriam que ser purgados, e desde então, se entregaram, França e Brasil, à reconstrução dos canais de comunicação danificados, à recuperação da confiança perdida, e à consagração de projetos de cooperação. A agenda conflituosa foi efetivamente zerada nesse período, mas os resultados obtidos pelos dois países no encaminhamento de suas relações não se inscreveram para a construção de uma parceria efetiva. Esse é o período da consagração de uma agenda neutra, onde se encaminhou a dinamização das relações econômicas e políticas, mas não foram aproveitadas as oportunidades invulgares que estavam disponíveis para equipará-las à transcendência de que se revestiam as relações com outros parceiros.

O período que se abriu em 1963 e se estendeu até 1967, foi caracterizada pela persistência de conflitos pontuais, que eram antes restos indesejáveis dos limites extrapolados no período anterior, do que propriamente novas questões contenciosas agregadas à agenda bilateral.

O primeiro deles diz respeito às dificuldades de se restabelecerem canais de comunicação entre os dois Estados. Com a remoção do Embaixador Jacques Baeyens, com o que o Quai d'Orsay pretendia dar a medida de seu desagrado com o

encaminhamento final da questão das lagostas, a França perdera representação de alto nível no Rio de Janeiro, ficando a Embaixada entregue aos encarregados de negócios até março de 1964, quando seria nomeado novo embaixador.

Entretantes, os brasileiros procediam à avaliação dos estragos deixados pela Guerra da Lagosta nas relações bilaterais. Os veículos de imprensa, que incitaram até onde podiam a elevação dos ânimos no país, começavam também a se questionar se o Brasil não teria ido longe demais no caminho que escolhera para aumentar o seu capital de barganha nas relações com a França, e sobre qual seria a melhor forma para se restabelecerem os contatos com esse país ³⁹⁶.

O Itamaraty também cuidou de julgar os seus próprios excessos e as deficiências na gerência das relações bilaterais que teriam levado à perda de controle do conflito. Constatara-se, ao longo da crise da lagosta, a deficiência dos canais de comunicação com o governo francês, o que se devia antes às faltas já identificadas da Embaixada em Paris, e de seu chefe, do que ao mal funcionamento de qualquer outro componente da aparelhagem de que dispunham os governos dos dois países para promover os seus contatos ³⁹⁷. Sendo este um tempo propício às mudanças, o Ministério das Relações Exteriores resolveu remover Carlos Alves de Souza Filho de Paris, que na capital francesa servira por oito anos e, com o propósito de emprestar maior visibilidade e densidade à representação brasileira junto ao governo francês, nomear para o posto Vasco Leitão da Cunha, diplomata afeito às causas difíceis, e um dos mais importantes nomes de seu quadro.

O pedido de *agrément* de Cunha foi apresentado ao Quai d'Orsay no dia 17 de agosto de 1963 ³⁹⁸, e jamais foi aceito pelo governo francês, que esperava, assim, dar ao

³⁹⁶ Carta de Jean-Paul Angles, encarregado de negócios da França no Brasil, para Maurice Couve de Murville, sobre "La reprise des contacts franco-brésiliens vue de Rio", 13/05/1963, número 542, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol.45.

³⁹⁷ Desde o fim da Embaixada de Luís de Sousa Dantas, ainda no início dos anos quarenta, o Brasil não mais enviara para a França um dos príncipes da sua diplomacia, aquela espécie de representante capaz de contornar com criatividade e determinação os maiores obstáculos, em tempos de paz ou de guerra, se adiantando às crises e promovendo com discrição e eficiência os interesses do país. A partir do final da Segunda Guerra, o posto vinha sendo chefiado por diplomatas seniores, que a ele acediam como uma espécie de prêmio de final de carreira, a tempo de aproveitar com dignidade a vida mundana que poderia oferecer a capital da França.

³⁹⁸ Telegrama do MRE para BRASEMB, 14/08/1963, número 241; Telegrama de BRASEMB para MRE, 20/08/1963, número 241, ambos em AHMRE-B, CTS-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1963, caixa 24; *Jornal do Brasil*, 15/09/1963; *Tribuna da Imprensa*, 17/09/1963; *O Jornal*, 24/09/1963; *Folha de São Paulo*, 27/10/1963.

Rio de Janeiro a medida do seu descontentamento com a forma com que a diplomacia brasileira vinha encaminhando os negócios bilaterais desde a eclosão da crise da lagosta ³⁹⁹. Com gesto que supunha ser suficiente para evidenciar a importância que o governo brasileiro emprestava às relações com a França, o Itamaraty acabou por encetar nova e pequena crise, que teve fim com a retirada do seu pedido, em novembro daquele ano, o que causou pequena comoção social, dessa feita moderadamente explorada pela imprensa brasileira, e a perpetuação da descoordenação das comunicações entre as partes, até a chegada de Antônio Mendes Vianna ao posto, em agosto de 1964.

Com a crise do *agrément* de Vasco Leitão da Cunha, a diplomacia brasileira passou a conhecer a extensão dos problemas que envenenavam a retomada das relações bilaterais, e eles se concentravam especificamente no Palácio do Eliseu. Com efeito, a política de frieza encetada pela França desde janeiro de 1963, e eficazmente seguida tanto em Paris quanto no Rio de Janeiro, fora pessoalmente formulada por de Gaulle, que resolvera pôr o Brasil de quarentena ⁴⁰⁰. Entendera, então, o Ministério das Relações Exteriores, que havia que se oferecer gestos de distensão dirigidos pessoalmente ao Chefe de Estado francês, o que foi feito com o convite formulado por Goulart em janeiro de 1964 para que de Gaulle visitasse o Brasil ainda naquele ano.

O Presidente brasileiro não teve tempo de receber o líder francês. Deposto quase seis meses antes do início do périplo que de Gaulle faria por dez países da América Latina, Goulart não foi o responsável pelo encaminhamento da retomada das relações franco-brasileiras ⁴⁰¹. Com efeito, a ascensão de Humberto Castelo Branco à Presidência da República propiciou o cuidadoso levantamento de todos os

³⁹⁹ Telegrama de BRASEMB para MRE, 12/11/1963, número 294, AHMRE-B, CT'S-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1963, caixa 24.

⁴⁰⁰ Carta de Jean Paul Angles para Maurice Couve de Murville – Direção da América, 31/10/1963, número 1319, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 39.

⁴⁰¹ Sem paralelo na história política da França, a viagem do Presidente da República incluiu a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, países percorridos em um espaço de 25 dias. Atendeu a considerações de política externa (tratava-se de afirmar de maneira significativa a presença da França na América Latina) e interna, que diziam respeito a uma demonstração de resistência física, que julgada útil para convencer os eleitores franceses a renovar-lhe o mandato presidencial e, igualmente, à afirmação da estabilidade da administração gaullista, inalterável apesar de uma ausência prolongada. Ofício de Carlos Calero Rodrigues, encarregado de negócios do Brasil na França, para Vasco Leitão da Cunha, ministro das relações exteriores, 19/10/1964, número

contenciosos que afastavam o Brasil de seus parceiros europeus e o empreendimento de esforços que acabariam por redimir a imagem do país no exterior.

No caso da França, de todas as relações com os países europeus, as mais fortemente atingidas pelos excessos a que se permitiu chegar a administração da Política Externa Independente, havia que se avaliar imediatamente os problemas que pesavam na retomada das relações bilaterais e propor uma solução global ⁴⁰². Assim, poucas semanas antes da chegada de de Gaulle ao Brasil, o Itamaraty enviou missão negociadora a Paris para encaminhar, com urgência, a compra dos títulos da Vitória – Minas, a mais simples de todas as questões do contencioso, ainda em circulação no mercado de valores francês. Gesto que surpreendeu o Quai d'Orsay e contentou os obrigacionistas das empresas que constituíam o contencioso, lograva então o governo brasileiro desmobilizar as pressões sociais que se abatiam sobre o governo francês quanto à intenção de incluir-se o Brasil, país que tratara tão mal os interesses dos súditos franceses, em visita que pretendia revestir de prioridade as relações da América Latina com a França ⁴⁰³.

A visita do seu Presidente ao Brasil, que se estendeu entre os dias 13 e 16 de outubro de 1964, era o melhor meio que a França poderia encontrar para oferecer, por seu turno, acenos de distensão para o encaminhamento das relações franco-brasileiras. Ainda que o golpe de Estado de abril tenha causado um novo redirecionamento das relações internacionais do Brasil, que voltavam a conferir alta prioridade às relações com os EUA, o ressurgimento do Hexágono, com o seu discurso independentista, oferecia boas possibilidades de cooperação política no longo prazo ⁴⁰⁴. Fosse bem aproveitada pelas duas diplomacias, a renovação das perspectivas que se abriam para as relações bilaterais teriam permitido, no futuro próximo, maiores facilidades para as

660, AHMRE-B, Ofícios Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, outubro-dezembro, 1964, maço 02634.

⁴⁰² Ofício de BRASEMB para MRE, 16/06/1964, número 348, AHMRE-B, Ofícios Secretos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 08.

⁴⁰³ Telegrama de Antônio Mendes Vianna, embaixador do Brasil em Paris, para o MRE, 26/09/1964, número 316, AHMRE-B, CT's-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa s/n.

⁴⁰⁴ Carta circular de Maurice Couve de Murville para os Chefes de Missão na América Latina, sobre "Le voyage du Général de Gaulle en Amérique Latine", 18/09/1964, s/n, ANF (Archives Nationales de France), Fonds de Gaulle, 5AG1, carton 198.

tentativas de instrumentalização dos discursos de intermediação entre países ricos e pobres, que tanto o Brasil quanto a França viriam iniciar a partir da década de setenta.

Pelo momento, a normalização das relações bilaterais, propiciada pela primeira visita de um Chefe de Estado da França ao Brasil, já era ganho de vulto, ao qual se somaram o apoio obtido em favor do disciplinamento dos mercados internacionais de produtos primários, especialmente do café, a promessa de incentivar a dinamização dos fluxos de investimentos e de reexaminar as relações comerciais à luz dos contingenciamentos sofridos em função dos regimes preferenciais na Comunidade Européia ⁴⁰⁵.

O espírito de renovação das relações bilaterais ainda teria que se firmar com a resolução de outros itens da agenda bilateral, que permaneceram em aberto. Há que se lembrar que o fim da Guerra da Lagosta não trouxera encaminhamento para a questão relativa à pesca do crustáceo sobre a plataforma continental, problema irresoluto que vez por outra voltava às lides das imprensas francesa e brasileira e para o qualurgia encontrar encaminhamento. Assim, o governo brasileiro incentivou, a partir de 1964, as conversações entre os armadores bretões e os agentes das empresas brasileiras interessadas na locação de barcos franceses, que se desenvolveram até 1965 ⁴⁰⁶.

O principal problema das negociações que vinham de ser empreendidas sobre o assunto passou a ser a composição da tripulação dos barcos eventualmente alugados, dadas as limitações existentes no Código de Pesca brasileiro para a participação de estrangeiros no ofício de pescador. Outra questão constituiu a resistência oferecida pelos armadores franceses quanto aos prazos de duração das campanhas de pesca, uma vez que os empresários brasileiros pretendiam que as embarcações passassem a maior parte do tempo em operação ou, quando necessário, nos portos brasileiros, enquanto os primeiros gostariam de arribar ⁴⁰⁷. Ao termo das negociações, foram firmados alguns

⁴⁰⁵ Telegrama do MRE para BRASEMB, 28/08/64, s/n, AHMRE-B, CT's, Telegramas, Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris; Nota de Luiz Felipe Palmeira Lampréia, terceiro secretário, para o Chefe da Divisão de Política Comercial, sobre "Visita ao Brasil do General de Gaulle - Agenda das conversações econômicas", 14/08/1964, número 81, AHMRE-B, Informações e Relatórios da Divisão de Política Comercial, Ostensivos, 1961-1966, maço 007950.

⁴⁰⁶ Telegrama de BRASEMB para MRE, 05/03/1964, número 55, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 287.

⁴⁰⁷ Despacho de A.B.L. Castello-Branco, ministro interino, para Antônio Mendes Vianna, sobre "A pesca da lagosta sobre a plataforma continental brasileira", 01/12/1964, número 157, AHMRE-B, Despachos Confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1947-71, caixa 162.

contratos de locação com empresa brasileira especialmente constituída para tal fim, a IRPESA, sociedade formada por capitais de empreendedores da pesca de Fortaleza e de Recife, além de se encaminharem projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento de técnicas de preservação das espécies e de ampliação da capacidade pesqueira do Brasil ⁴⁰⁸.

Restavam as questões relativas ao contencioso financeiro. Estava claro que o encaminhamento dos assuntos relativos à nacionalização da Port of Pará e São Paulo – Rio Grande, apesar de serem os mais difíceis de serem resolvidos, era o último obstáculo existente para o completo esvaziamento da agenda negativa que caracterizara as relações franco-brasileiras nos últimos vinte anos. Cuidou-se de investir, portanto, na conclusão de acordos com os debenturistas das duas companhias, de modo que, em março de 1966, o governo dava por encerrado o contencioso no que dizia respeito à questão da São Paulo – Rio Grande, e, três meses depois, à da Port of Pará, com o resgate da quase totalidade das obrigações das duas companhias ainda em circulação ⁴⁰⁹.

Se de Gaulle não trouxera ao Brasil em 1964 linhas de cooperação econômica tão bem estabelecidas quanto aquelas que levou ao México no início daquele mesmo ano (créditos da ordem de 150 milhões de dólares), a sua viagem deixou resultados práticos que podem ser inscritos imediatamente numa linha de cooperação para o desenvolvimento ⁴¹⁰. Com efeito, o comunicado publicado ao final da visita do Chefe de Estado francês mencionava as perspectivas favoráveis à celebração de um Acordo de Assistência Técnica entre os dois países, que estenderiam os limitados termos do Acordo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado em 1959, e que previa apenas

⁴⁰⁸ Ofício de BRASEMB para MRE, sobre "A questão da lagosta", 04/03/1965, número 159, AHMRE-B, Ofícios confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-68, caixa 77; Despacho de Arnaldo Vasconcelos, secretário-geral substituto, para Antônio Mendes Vianna, sobre "A pesca da lagosta sobre a plataforma continental brasileira", 08/04/1965, número 53, AHMRE-B, Despachos Confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1947-71, caixa 162.

⁴⁰⁹ Despacho de Juracy Magalhães para Olavo Bilac Pinto, embaixador do Brasil em Paris, 25/03/1966, número 420, AHMRE-B, Despachos Secretos - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-1966, caixa 66; Nota do MRE para EMBAFRANCE, sobre "Contencioso franco-Brasileiro. Questão de Port of Pará", 01/07/1966, número 60, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1964-67, maço 07008.

⁴¹⁰ Nota do Secretariado da Presidência da República Francesa, 06/03/1964, s/n, ANF (Archives Nationales de France), Fonds de Gaulle, 5AG1, carton 198.

a participação francesa em esforços de formação geral do funcionalismo público brasileiro ⁴¹¹.

Nos anos sessenta, a cooperação da França com os países em desenvolvimento, excetuadas as ex-colônias, era pouco expressiva, e de acordo com as avaliações do próprio Quai d'Orsay, urgia aumentá-la. A visita do General de Gaulle a diversos países da América Latina em 1964 se inscreveu em esforço estabelecido nessa direção, e, se por um lado, tinha o objetivo de mostrar aos países visitados que o seu destino não estava tão irremediavelmente ligado ao dos Estados Unidos, por outro, serviu para afirmar a vontade européia, no seio da qual a da França se inscrevia, de desempenhar papel de destaque ao associar os esforços do velho continente à luta pelo desenvolvimento em que estavam engajados ⁴¹².

Ao realizar essa investida, o Chefe de Estado da França, embora buscasse reduzir, parcialmente, os laços entre os latino-americanos e os EUA, não deixava de se inserir na perspectiva do que era então constante exigência de Washington: a de que os seus aliados europeus, todos com as suas economias já plenamente recuperadas, dividissem a pesada responsabilidade da ajuda internacional aos países em desenvolvimento ⁴¹³. As vantagens econômicas concedidas à Colômbia e a outros países latino-americanos, sobretudo ao México, sob a forma de ajuda externa, representava então atendimento substancial pela França aqueles reclamos.

Apesar de compor o rol de vários outros acordos de cooperação técnica que o Brasil vinha firmando com outros parceiros desenvolvidos ⁴¹⁴, e de conjunto igualmente extenso de acordos da França com outros países da América Latina ⁴¹⁵, a celebração do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a França, no dia 16 de janeiro de 1967, assentou um marco nas relações entre os dois países.

⁴¹¹ Nota da Direção da América, 08/06/1966, s/n, AMAE, Série Amérique 1964-1966, sous-série Brésil: questions économiques, C769, vol. 02.

⁴¹² MARTINIÈRE, Guy. *Aspects de la coopération franco-brésilienne: transplantation culturelle et stratégie de la modernité*. Paris: PUG/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1982, p. 216.

⁴¹³ Relatório do Embaixador em Paris, Bilac Pinto, à Primeira Reunião de Embaixadores do Brasil na Europa Ocidental, Roma, 1966, volume IX, p. 37-38.

⁴¹⁴ RFA, em 30/11/1963, em vigor a partir de 25/05/1964; Dinamarca, em 25/02/1966, em vigor a partir de 27/12/1966; Japão, em 12/09/1970, em vigor em 15/07/1971; Países Baixos, em 25/09/1969, em vigor em 14/06/1971; Portugal, em 07/05/1966, em vigor em 16/11/1967; e Suíça, em 26/04/1968, em vigor em 26/08/1969.

Bloqueadas que estavam na dimensão econômica, recuperando-se dos estragos passados na esfera política, as relações franco-brasileiras conheceram dinamismo quando examinadas na perspectiva da ajuda para o desenvolvimento que ganhou formas nos programas de cooperação técnica que começaram a ser implementados em função do Acordo que vinha de ser firmado entre os dois governos.

A cooperação técnico-científica se desenvolveu pela formação de recursos humanos, através de estágios e treinamento no âmbito da maioria dos projetos de cooperação técnica que eram aprovados anualmente, e, pela via da cooperação interuniversitária, no desenvolvimento de esforços de pesquisa conjuntos em diversas áreas. Ao texto básico do Acordo de 1967 somaram-se, com o correr dos anos, uma multiplicidade de ajustes complementares, firmados em matéria espacial, de pesquisa agropecuária, nuclear, biologia e doenças tropicais, desenvolvimento de regiões semi-áridas, entre outros, além dos compromissos entre as agências de fomento brasileiras e francesas para a capacitação, em nível de estudos de pós-graduação, de pesquisadores nas mais diversas áreas ⁴¹⁶.

O período em que se estabeleceu a distensão das relações franco-brasileiras se encerrava com uma avaliação positiva do governo brasileiro. Ainda que as relações econômicas não lograssem se recuperar tão rapidamente dos anos de abandono, era crível supor que a retomada do crescimento brasileiro em níveis sustentados a partir do final da década de setenta permitiria que se vislumbrassem áreas em que a cooperação entre os dois países poderia mais facilmente se realizar.

2 - A França e o desenvolvimento do Brasil (1968-1989)

Se as relações políticas franco-brasileiras encontraram, enfim, desafogo, com a resolução dos contenciosos que pesavam sobre a agenda bilateral, o mesmo não aconteceu com as relações econômicas. Tem-se aqui a perpetuação do quadro de

⁴¹⁵ Notadamente com o México, em março de 1964; Equador, em 09/10/1964; Bolívia, em 26/05/1966, entre outros.

⁴¹⁶ MARTINIÈRE, Guy & CARDOSO, Luiz Cláudio (coords). *Brasil - França: vinte anos de cooperação*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, 385 p.

abandono relativo a que foram relegadas nos períodos anteriores, ainda que o milagre econômico brasileiro, pelos números colossais que o caracterizaram, tenha proporcionado um aumento substantivo dos valores absolutos transacionados, tanto na dimensão comercial, quanto no do fortalecimento da presença de empresas francesas no Brasil.

Uma análise das relações econômicas internacionais do Brasil durante os anos do milagre econômico, quando a economia nacional cresceu a taxas médias anuais de 10%, indica que a França não soube modificar as formas da sua presença econômica, que permaneceram ocupando, em comparação com os principais parceiros do Brasil, posições francamente marginais, e tenham até se deteriorado ⁴¹⁷.

Entre 1968 e 1979, por exemplo, enquanto a participação média do conjunto europeu aumentava nas correntes de comércio brasileiras e dos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo país, chegando em determinadas ocasiões a ultrapassarem, pela primeira vez, as participações dos EUA, observava-se o encolhimento da presença francesa. Assim, nos anos em tela, assiste-se, em perspectiva comparada com os demais parceiros, à diminuição das participações do Hexágono nas correntes de comércio do Brasil, ocupando na média do período, a oitava posição no rol dos maiores clientes e fornecedores do país. As participações da França são, pela primeira vez desde 1945, menores do que as de todos os principais concorrentes europeus, correspondendo à menos da metade das correntes de comércio desenvolvidas entre o Brasil e a Alemanha, como se depreende dos dados da Tabela 9.1.

Tabela 9.1
Participação percentual dos principais parceiros comerciais no

⁴¹⁷ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris: "milagres", choques e crises do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 121-122.

total da correntes de comércio do Brasil, 1968-1979	
EUA	16,35
Argentina	9,94
Alemanha	6,93
Japão	5,09
Países Baixos	2,97
Itália	2,86
Reino Unido	2,54
França	2,36
Canadá	1,39
Suécia	1,2
Bélgica	1,12
Outros	47,25

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, (1990) e de *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 642 p.

É certo que se verificou o interesse do empresariado francês em participar dos diferentes projetos de infra-estruturação que se implementava no Brasil nesse período, como no campo dos equipamentos elétricos, do material ferroviário, da expansão siderúrgica, das indústrias química e petroquímica, dos equipamentos portuários, das indústrias aeronáutica e das telecomunicações, da indústria mecânica, da mineração, e do material bélico, mas não se implementou, apesar de tantas oportunidades, uma ação decisiva que lhes permitissem se amparar de parcelas mais expressivas do mercado brasileiro ⁴¹⁸.

Desde a abertura da década de setenta, era possível observar as dimensões e o vulto dos projetos de desenvolvimento em vias de implementação. Nesse momento, especificamente, o governo brasileiro traçou estratégia de diversificação de vínculos externos justamente com o propósito de acessar as melhores oportunidades de mercado, e, especialmente, intensificar as relações políticas e econômicas com determinados parceiros tradicionais, como os países da Europa Ocidental. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico do país fora concebido como empresa que excluía pretensões exclusivistas, e seria tanto melhor se dele participassem os países

⁴¹⁸ Telegrama de BRASEMB para MRE, número 13, 24/10/1975, AHMRE-B - Telegramas secretos recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1970-1976.

que oferecessem, sem maiores condições, o acesso a bens tecnologicamente sofisticados, em troca da intensificação das relações econômicas globais ⁴¹⁹.

As oportunidades para a dinamização das relações econômicas, e o seu aprofundamento em setores inovadores, eram concretas. Para divulgá-las, o Presidente Ernesto Geisel visitou, entre 1975 e 1976, conjunto de países europeus com os quais o Brasil já mantinha boas relações econômicas, entre os quais, a França. As perspectivas do que tinham os franceses a oferecer eram excelentes, mostrando-se as empresas nacionais especialmente interessadas em implantações nos setores de equipamento elétrico (centrais e redes de distribuição), pesquisa petrolífera, petroquímica, transportes terrestres e aéreos, infra-estruturas portuárias e aéreas, telecomunicações, construção aeronáutica, indústria mecânica e indústria informática.

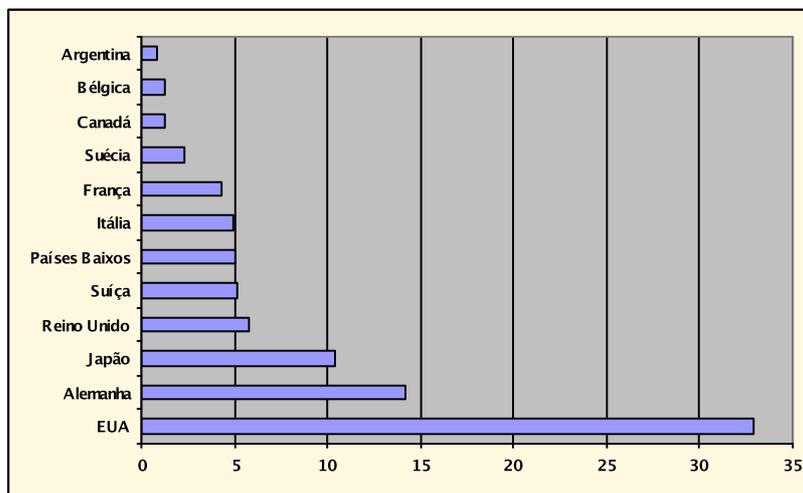
Durante a visita presidencial à França foram firmados diversos acordos, comportando linhas de financiamento para o desenvolvimento de determinados projetos, como a implantação do pólo petroquímico do Rio Grande do Sul, o terminal açucareiro do Porto de Santos, o fornecimento, pela indústria francesa, de trens unidades à Rede Ferroviária Federal, etc. No total, o Brasil recebeu propostas de financiamentos que se aproximavam de três bilhões de dólares ⁴²⁰.

A análise dos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo Brasil no período em tela, entretanto, evidencia que os atores privados, mais uma vez, não se ampararam das possibilidades oferecidas pelo mercado brasileiro. Com efeito, a participação dos inversionistas da França no total de investimentos estrangeiros realizados no Brasil reencontrou, nesse período, a mesma posição do período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Nesse setor, nunca a perda de posições se mostrou tão sensível, caindo o Hexágono para o oitavo lugar entre os maiores investidores no Brasil, sua participação correspondendo a 4,28% do total de capitais investidos, situando-se atrás até mesmo da Suíça, conforme é possível observar na Figura 9.1.

⁴¹⁹ Despacho Telegráfico do MRE para BRASEMB, número 265, 13/07/1976, AHMRE-B - Telegramas confidenciais expedidos para a Embaixada do Brasil em Paris, 1970-1976.

⁴²⁰ BRASIL – Presidência da República. "Avaliação econômica da viagem presidencial à França", em *Viagem do Presidente Geisel à França, registro histórico e repercussões*, Brasília: Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, 1976, p. 62-63

Figura 9.1
Participação percentual dos maiores investidores no total dos Fluxos de Investimentos Externos Diretos recebidos pelo Brasil, 1968-1979 (inclui reinvestimentos)



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP.

Curiosamente, o meio empresarial francês nutria impressões extemporâneas sobre a potencialidade do mercado brasileiro, chegando mesmo a contrariar a lógica de manada que melhor caracteriza o comportamento dos grandes investidores. O caso da saída da Renault do mercado brasileiro expressa bem essa ordem de idéias. Instalada no país desde 1959, em implantação conjunta com a Willis-Overland, a Régie des Usines Renault possuía uma penetração antiga e consolidada no mercado nacional, desde quando tiveram início as importações de veículos automotores, no início do século.

Entretanto, as avaliações sobre a potencialidade do mercado brasileiro levaram a direção da Régie a reorientar a estratégia de operações na América do Sul. Ainda que se reconhecesse que o país se beneficiava de uma taxa de crescimento elevada e de uma grande estabilidade política, acreditava-se que o seu mercado apresentaria comportamento incerto no médio prazo, devido às grandes distorções que poderiam

provocar a frustração das expectativas mais otimistas ⁴²¹. De início, a repartição desigual e a forte concentração de rendas, possuindo os 10% mais ricos cerca de 40% da riqueza nacional, acabaria por limitar drasticamente as possibilidades de crescimento do mercado, uma vez que se verificava uma tendência à saturação rápida da motorização das classes com rendas mais elevadas, enquanto a enorme maioria da população nunca teria condições ou meios de adquirir um automóvel ⁴²².

Enquanto isso, a evolução da indústria automobilística da Argentina apresentava desde o início dos anos sessenta, condições de expansão mais favoráveis. A produção total dessa última aumentou de 54,5% no período 1960-1965, contra 26,4% de expansão registrada da produção brasileira. Em 1965, pela primeira vez, a Argentina fabricara mais automóveis do que o Brasil (194 mil contra 180 mil). O crescimento argentino era sem dúvida, irregular e marcado por violentas retrações, mas as retomadas eram vigorosas e a evolução globalmente positiva ⁴²³. No Brasil, por outro lado, após uma forte expansão entre 1957 e 1960, a produção conheceu evoluções de fraca amplitude, com tendência geral porém, a um crescimento lento ⁴²⁴. Essa avaliação pessimista quanto ao futuro do setor no Brasil levou, em 1967, a empresa a se desfazer de suas operações no país, e a concentrar os seus negócios na Argentina.

O erro da estratégia seria apontado poucos anos depois. Nas projeções feitas para 1970, a Régie estimava que o mercado brasileiro não ultrapassaria 500 mil unidades em 1975, ou seja, apresentaria uma progressão de 6 a 8% por ano. Em 1975, na realidade, foram vendidos 930 mil veículos, ou seja, a produção e comercialização quase duplicou em cinco anos ⁴²⁵.

O quadro das relações econômicas franco-brasileiras no período que se estende entre 1980 e 1989 permaneceu relativamente estável, ocupando o Hexágono a sétima

⁴²¹ GLEYZE, Gilles. *La Régie Nationale des Usines Renault et l'Amérique Latine depuis 1945: Brésil, Argentine, Colombie*. Paris: Université de Paris X - Nanterre, Mémoire de Maîtrise, 1988, p. 79-80.

⁴²² Idem, p. 81-83.

⁴²³ A produção automobilística da Argentina progrediu 58,7% em 1964, e 16,8% em 1965. NASCIMENTO, B. H. *Formação da indústria automobilística brasileira: política de desenvolvimento industrial em uma economia dependente*. São Paulo, 1976, p. 79.

⁴²⁴ Com efeito, a produção automobilística brasileira evoluiu muito irregularmente no período: 1961: +8,7%; 1962: +23%; 1963: -8,6%; 1964: +5,3%; 1965: -1,6%; 1966: +19,5%; 1967: 0,4%. *Idem*.

⁴²⁵ GLEYSE, Gilles. *Op. Cit.*, p. 310.

posição entre os maiores clientes e fornecedores do Brasil, com uma participação de 3,25% das correntes de comércio do país ⁴²⁶. Enquanto as relações econômicas não evoluíam, cuidaram os Estados de outros assuntos.

Na década de oitenta, a Guiana Francesa, que nunca fora objeto de sérias preocupações de parte de nenhum dos dois países, debutou nas relações bilaterais. Apesar de ser essa a maior fronteira da França com qualquer um dos seus vizinhos, os limites consagrados no laudo arbitral lavrado pelo Presidente Hauser, da Confederação Suíça, em 1900, nunca foram demarcados. No início dos anos oitenta, quando a imigração clandestina de brasileiros e o contrabando fronteiriço passaram a ser problemas, empreenderam-se esforços para a demarcação definitiva dos limites, o que foi concluído em 1984. Apesar de ter surgido na mesa das diplomacias por breve momento, a Guiana tornou a ser mergulhada no esquecimento, uma vez que não entabularam-se projetos de desenvolvimento que envolvessem aquele território e o Amapá.

Nos oitenta, a França sob Mitterrand consagrava novos eixos para as suas relações com a América Latina, ainda que a região não tenha passado ao rol das suas primeiras preocupações. A visão das relações internacionais do Chefe de Estado francês ganhou aplicações imediatas na região, o que se fez pela sagração de um parceiro que partilhasse da inquietação do governo socialista sobre os conflitos que se perpetuavam na América Central. O México foi o escolhido.

Nesse momento, o governo francês não se furtou a iniciativas simpáticas para a América Latina, como o olhar solidário que lançou sobre a questão das dívidas externas, questão que encontrava apoio no conteúdo programático do próprio Partido Socialista. Preconizava-se o encaminhamento do endividamento externo em novas bases, que não impusessem sacrifícios lancinantes às populações locais, reconhecendo-se ser esse o maior problema existente para o desenvolvimento econômico e social daqueles países. A visão impetuosa de Mitterrand sobre as questões do endividamento não prosperou a tempo de trazer resultados concretos, tolhida que foi pela reversão do quadro político-partidário interno, que procedeu a ajustes gerais nos eixos diretores de grande parte das políticas que vinham sendo formuladas e implementadas, inclusive da

⁴²⁶ Cálculos do autor, a partir de dados do *Anuário Estatístico Brasileiro*, 1981-1990.

política externa. Assim, enquanto o Primeiro Ministro Jacques Chirac consagrava o tradicionalismo no trato das questões financeiras, perdia-se oportunidade para o estabelecimento de cooperação em assunto que falava de perto ao desenvolvimento dos países latino-americanos.

3 - A parceria possível (1990-2000)

De 1990 a meados da década, perpetuaram-se os traços gerais do relacionamento político e econômico entre a França e o Brasil, uma vez que não surgiam condições para arrebatá-lhes da inércia por onde se arrastavam.

Permaneciam os investidores franceses impressionados com a imagem amplamente desfavorável de um Brasil que se apresentava tocado por administrações incapazes, quando não corruptas, que não conseguiam retirar a sua população das condições de subdesenvolvimento que se perpetuaram no tempo. A evolução política parecia dar sinais de que cairia no retrocesso dos pronunciamentos, pois, a seu ver, era essa a forma com que os brasileiros se livravam dos governantes indesejáveis. Na falta de regras claras para a economia, o recomendável era a distância. O Brasil era, em síntese, um negócio para corajosos.

Por outro lado, a partir de meados da década, surgiram sinais de que novas oportunidades despontavam no horizonte brasileiro, que poderiam levar, inclusive, à intensificação do relacionamento bilateral. Percebia-se o redimensionamento pelo qual passava a inserção internacional do Brasil a partir de então, ancorado por três grandes revoluções que presidiam os ajustes no processo de modernização do país, a saber:

- a) consolidação democrática – que se exprime não somente pela escolha transparente de governos democraticamente eleitos, processo no qual participam todos os escopos políticos, mas também por um entendimento mais eficaz entre os poderes Executivo e Legislativo quanto à administração do país;
- b) abertura, liberalização e estabilidade econômica – processos que, mesmo tendo sido inaugurados de modo um tanto errático no início da década, e passado por sobressaltos que se ligam à eficiência na gerência das medidas de revisão do

papel do Estado na economia, avançou significativamente nos últimos anos, ganhando uma dimensão inédita com a estabilização econômica, que devolveu aos brasileiros um mercado potencial das proporções de 160 milhões de consumidores;

- c) projeto regional de integração – processo que está intimamente ligado aos outros dois, mas que tem implicações mais imediatas para a atualização da imagem e da presença internacional do Brasil na década de noventa. Efetivamente, o Mercosul tornou-se uma parte indissociável da identidade internacional de cada um dos países que o compõe, na mesma intensidade e velocidade com que se tornara um ator de pleno direito nas relações internacionais, sendo concebido pelos países que o formam como plataforma para o alargamento da cooperação e do diálogo econômico inter-regional (tanto com a América do Norte quanto com a União Européia).

Por seu turno, as condições de percepção quanto às possibilidades do relacionamento bilateral também se modificaram na França, com a evolução rápida do processo europeu de integração. As formas de atuação dos atores sociais evoluíram da timidez diante da onipresença do Estado na economia e de uma formação essencialmente nacional em sua composição (empresas, sindicatos, grupos políticos, opinião pública...), para uma composição plurinacional, a partir da abertura impositiva para investimentos cruzados de capitais europeus, da flexibilização de monopólios e da definição de limites para a atuação econômica do Estado. A timidez dos agentes econômicos do Hexágono passava a ser relativizada pelos imperativos da concorrência internacional, que deslocou alguns mercados e propiciou a perda de outros, e pelo surgimento gradual de uma mentalidade de negócios plurinacional, mais empreendedora e menos comprometida com os desígnios de Estado.

Na cena internacional pós-Guerra Fria, ressurgiram os dois países com uma nova maneira de conceber os vínculos externos, engajados que já estavam em seus próprios arranjos de integração regional, compreendendo que a sua inserção internacional doravante não poderá mais ser concebida fora destes. Impunha-se a

prospecção de novos projetos, que arrebatassem os dois países da letargia que caracterizava as suas relações.

Diversas iniciativas foram empreendidas para modificar aquele velho quadro de desinteresse e de desinformação. Diante das oportunidades oferecidas pelas relações de comércio e de investimentos entre os dois países, resolveu-se revestir as relações bilaterais de alta prioridade, num esforço doloroso que partiu da retirada das ilusões de amizade tradicional e de vínculos que se alimentavam perpetuamente, atrás das quais se esconderam os pronunciamentos do homens de Estado, para chegar à constatação da debilidade histórica das relações franco-brasileiras. Ambas as partes reconheceram que poderiam ter feito mais pelas suas relações.

Com esse espírito, foi criado em 1995 um Comitê Estratégico no âmbito da Comissão Econômica Franco-Brasileira, que ficou incumbido de proceder a uma avaliação precisa das medidas necessárias à dinamização dos investimentos e do comércio. Em maio do ano seguinte, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a França, a primeira visita de Estado desde que Geisel lá estivera, para, como fez o seu antecessor, divulgar a existência de oportunidades econômicas ímpares. Em outubro de 1996, realizou-se uma "Exposição França 2000", com o propósito de trazer aos brasileiros informações sobre a pujança industrial e tecnológica da França contemporânea, iniciativa que se inscreveu para dinamizar os fluxos de comércio. Essas foram iniciativas sem precedentes nas relações entre os dois países, uma vez que o conceito de "estratégico" que passou a revestir as relações franco-brasileiras, pressupõe o planejamento e a implementação de linhas de ação de médio prazo.

Com efeito, a sucessão de visitas de Estado a partir de 1996 atestam que os governos conceberam com revigorado interesse as tentativas de relançar em alto nível os contatos bilaterais, tantas foram as expectativas e os projetos comuns que nasceram das visitas de Cardoso e da visita de retribuição do Presidente Jacques Chirac ao Brasil em março de 1997. Distanciando-se do padrão clássico das cúpulas de alto nível, as visitas presidenciais se fizeram acompanhar de importantes delegações empresariais que, pela primeira vez, tinham agendas claras e precisas para negociar os projetos de investimento e a dinamização do comércio bilateral, como também para repensar em conjunto o contencioso que já se avolumava em função das imposições tarifárias e não-

tarifárias decorrentes do Sistema Tarifário Europeu e, precisamente, da intransigência francesa em facilitar o acesso de produtos agrícolas ao Mercado Europeu.

Clima de otimismo tão surpreendente levou mesmo a uma inovação nos princípios tradicionais da Política Externa Brasileira. No afã de emprestar maior visibilidade e de consolidar o processo de inédito interesse entre os dois países, Cardoso rendeu visita à Guiana em novembro de 1997. Mesmo gozando do estatuto de território francês de ultramar, a Guiana não deixa de ser o símbolo desusado da presença colonial européia na América Latina, contra a qual o Brasil tradicionalmente se manifestou nos foros multilaterais regionais. Ainda assim, esse encontro permitiu que os Chefes de Estado descobrissem a potencialidade da cooperação fronteiriça, ainda que tardia: finalmente, percebe a França que a sua mais longa fronteira não é com a Itália, Alemanha ou Espanha, mas com o estado brasileiro do Amapá, vizinho do Departamento da Guiana, ao qual separam 600 quilômetros de rios. Chirac anunciava então a intenção do governo francês de transformar o território num ponto de entrada da União Européia para o Mercosul, ligando Buenos Aires a Caracas por terra, passando pelo território francês, o que se faria construção de uma ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, fechando assim, a ligação por terra entre as duas regiões ⁴²⁷.

O projeto de Chirac para a Guiana expressa uma outra idéia, igualmente inédita nas relações franco-brasileiras, que é instrumentalização da imagem poderosa da "porta de entrada para o projeto europeu de integração". Dessa forma, pela primeira vez a França aportou no Brasil com a tese que fora longamente explorada pelos discursos diplomáticos da Itália, da Alemanha e de Portugal, de que a dinamização das relações bilaterais constituiriam o caminho mais curto para a internalização da produção brasileira nos mercados da Europa Unida e a via mais segura e garantida para a expansão dos fluxos de investimentos diretos europeus no Brasil ⁴²⁸.

Neste caso, o governo francês tratou de explorar eficazmente os receios demonstrados pelo empresariado e por segmentos das burocracias especializadas brasileiras quanto à proposta norte-americana de acelerar as negociações para a

⁴²⁷ *Folha de São Paulo*, 26/11/1997.

⁴²⁸ A propósito, conferir CERVO, Amado L. *Op. Cit.*; e MONIZ BANDEIRA, *Op. Cit.*

constituição da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Em sua visita ao Brasil em 1997, o Presidente francês afirmou que "o lugar da União Européia na América Latina é mais importante do que o dos Estados Unidos. Não é interesse dos países latino-americanos se fechar em *um Nafta* (Área de Livre Comércio da América do Norte) alargada, mas sim, se expandir no mundo", sugerindo que o fortalecimento da parceria do Mercosul com a União Européia constituiria um precioso aporte de capital de barganha à capacidade de negociação do Brasil e de seus parceiros do Cone Sul nas interações com os norte-americanos entusiastas da integração hemisférica ⁴²⁹. A inusitada retomada e atualização do velho argumento gaullista de uma "terceira via", de uma alternativa que pode a Europa liderada pela França oferecer ao exclusivismo sufocante das relações dos países latino-americanos com os Estados Unidos, ganhou, como era de se esperar, a simpatia imediata do Brasil.

A renovada ambição dos projetos do Hexágono para o país ganhou formas precisas em índices surpreendentes nos fluxos de investimento externo direto realizados no Brasil após 1995. Os investimentos franceses foram durante muito tempo identificados com o estoque gerado por alguns grandes grupos, de antiga implantação, entre os quais se conta Rhône-Poulenc, Saint Gobain, Sudameris, Crédit Lyonnais e outros. Com um estoque de US\$ 3,2 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 15,7% em relação a 1994, dos quais US\$ 1,1 bilhão referentes a reinvestimentos, os franceses foram, em 1995, o quinto maior grupo investidor estrangeiro no Brasil, com uma parte relativa de 5,34%, ficando atrás somente dos Estados Unidos (38,4%), Alemanha (8,73%), Reino Unido (8,44%) e Japão (6,82%).

A partir de 1996 verificou-se a retomada espetacular dos investimentos franceses no Brasil. Nesse ano, a França, segundo os indicadores, chegou a ser o segundo investidor em termos de fluxos, atrás apenas dos Estados Unidos, o que se deve à entrada de novos jogadores de peso e expressão mundial no processo de privatização de serviços públicos e de novos investimentos na área industrial. Sozinhos, a Régie Renault, que instalou a sua maior planta industrial fora da Europa no Estado do Paraná (se bem que a custos muito elevados para o estado, forçado a participar direta e indiretamente do investimento por meio de uma participação

⁴²⁹ *Folha de São Paulo*, 11/03/97.

acionária expressiva e de inúmeras modalidades de renúncia fiscal), e Electricité de France – EDF, que encabeçou o consórcio comprador da *Light* no Rio de Janeiro, constituem um montante de fluxo acumulado em quatro exercícios correspondente a uma progressão de 45% do estoque de investimentos franceses. A esses projetos, vieram se acrescentar os investimentos no ramo terciário, sobretudo na área bancária (Banque Nationale de Paris e Société Générale) ou na área de seguros ⁴³⁰.

Esse interesse renovado permitiu que, apenas na década de noventa, os franceses abandonassem as posições marginais que vinham ocupando no rol do maiores investidores estrangeiros do Brasil. Com efeito, em virtude da afluência generosa de capitais para o país, na média anual do período compreendido entre 1990 e 1997, a França ascende ao posto de segundo maior inversionista, com uma participação de 6,4% no total dos fluxos de investimentos estrangeiros recebidos pelo Brasil, o que corresponde a mais do que o dobro das participações da Alemanha e do Japão. Tal evolução pode ser percebida nos dados da Tabela 9.2.

Vê-se, entretanto, que a repartição por setores da economia dos investimentos franceses no Brasil, permaneceu na década de noventa relativamente estável: o setor industrial absorveu 55% do fluxo de investimentos e o de serviços, 41%. No final de 1995, foram recenseadas 300 empresas francesas instaladas no Brasil. A presença do Hexágono no país ainda se caracteriza por uma forte concentração dos haveres possuídos, da ordem de 80% do total, por uma dezena de grandes grupos, como Rhône-Poulenc, Saint-Gobain, Carrefour, Michelin, Accor, Danone, Alcatel Alstom, Thomson, Aérospatiale e Air Liquide.

Tabela 9.2
Participação percentual dos principais investidores
no total dos fluxos de investimentos externos

⁴³⁰ Cálculos do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP.

diretos recebidos pelo Brasil, 1990-1997 (inclui reinvestimentos)		
	1990-1994	1995-1997
Alemanha	2,92	1,91
Argentina	0,46	0,79
Bélgica	0,34	0,99
EUA	44,62	26,16
França	4,21	8,31
Reino Unido	8,34	0,69
Países Baixos	3,34	7,9
Itália	2,18	0,32
Japão	2,26	2,3
Suécia	0,26	1,51

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP

Se os demais grandes investidores estrangeiros escolheram privilegiar os setores estratégicos e de forte crescimento, notadamente o eletrônico (profissional e grande público) e o automobilístico, a maioria dos investimentos franceses se concentrou historicamente no setor das indústrias de transformação (essencialmente química de base) e de serviços (distribuição e atividade bancária). A instalação das unidades de produção automobilística da Renault no sul do país, e da Peugeot, no Rio de Janeiro (em processo semelhante ao que ocorreu no Paraná) parece indicar, entretanto, a reorientação dos investimentos provenientes da França na direção de novos setores de forte potencial de crescimento e de transferência tecnológica.

Esse quadro extremamente favorável na área de investimentos não deve esconder, entretanto, a persistência de problemas sérios que impediram a dinamização das relações comerciais. Com efeito, enquanto o Brasil não conseguir alterar o perfil de suas exportações, continuará sofrendo as contingências existentes para o pleno desenvolvimento de suas trocas com a França. Tendo em vista que as pautas brasileiras ainda se caracterizam por uma forte concentração de produtos agrícolas, permanecem padecendo, portanto, dos problemas históricos das relações comerciais, ou seja, dos efeitos que os vínculos tradicionais que a França mantém com outros fornecedores

portam sobre as exportações do Brasil, e de outras restrições de acesso impostas pela política agrícola comum.

Na década de noventa, as relações comerciais permaneceram, portanto, relativamente marginais nas correntes de comércio do Brasil. Conforme se depreende dos números da Tabela 9.3, a França ocupou ainda a oitava posição no rol dos maiores clientes e fornecedores do país, com uma participação média anual de 2,57% das sua correntes de comércio.

Tabela 9.3
Participação percentual dos principais parceiros comerciais no total das correntes de comércio do Brasil 1990-1999

	1990-1994	1995-1999
Alemanha	6,98	7,2
Argentina	14,92	18,06
Bélgica	2,3	2,2
EUA	21,86	19,55
França	2,52	2,61
Reino Unido	2,71	2,5
Países Baixos	4,8	3,65
Itália	4,19	4,65
Japão	6,31	5,69

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil, 1990-1998; para 1999, estatísticas do MDIC

A retomada do diálogo e a construção de uma presença inovadora da França no Brasil parecem inequivocamente prenunciar a configuração da parceria que nunca foi realizada entre os dois países. No final do século, entretanto, lançam-se as perguntas que devem velar pela sanidade do novo diálogo bilateral: resistirão estes laços às tentações comercialistas? Há possibilidade de robustecimento do diálogo bilateral para além da exploração das vantagens locais específicas oferecidas pelo Mercosul? Como podem os Estados avançar na cooperação política que permita às duas nações ascenderem a posições mais confortáveis na hierarquia de poder mundial?

Às vésperas do novo milênio, cabe pois, vigiar para que as relações bilaterais permaneçam desbloqueadas e se encaminhando para a construção da parceria. Em tal

contexto, o desafio contemporâneo da França e do Brasil se resume à construção de condições que impeçam a repetição da infeliz história do seu desencontro de meio século.

Capítulo 9

Em busca do tempo perdido: Relações políticas e econômicas desde a década de sessenta

O fim inglório da guerra da lagosta marcou o início de uma nova fase nas relações franco-brasileiras, que passariam a ser sintetizadas pela recorrência, nos discursos oficiais e nas intenções dos atores sociais, da idéia de que havia, inequivocamente, espaços a serem construídos para propiciar a expansão dos contatos entre as duas nações.

Da década de sessenta ao final da década de noventa, evoluíram as relações bilaterais a passos lentos. Na maior parte desse período, entregaram-se as nações à busca de projetos onde pudessem apoiar a sempre prometida dinamização dos negócios e a cooperação política. Raramente encontraram-nos. Enclausurou-se o relacionamento bilateral em longuíssimos parênteses, que isolaram as nações e impediram que executassem projetos comuns que dessem vazão às potencialidades de ambos os países. A apatia recíproca foi tão característica que não imunizou nem mesmo o discurso diplomático, que apesar de sempre contaminado pelas referências da herança cultural, se lançou diuturnamente em um apelo melancólico à criação, que ganhou recorrentemente a forma do desgastado argumento proustiano... *França-Brasil, em busca do tempo perdido.*

Enquanto não conseguiram avançar pela construção de vínculos importantes, as relações bilaterais de acordo com uma regra simples, que se resume aos vícios e qualidades de uma negligência cordial: mantinha-se a cordialidade das relações bilaterais, porquanto não havia motivos para postura diferente, mas encaminhavam-se negligentemente os negócios que poderiam impulsionar os contatos entre as nações. Assim evoluíram as relações franco-brasileiras no período que se estendeu entre o final da década de sessenta e o início dos anos noventa, exprimindo ao mesmo tempo um sentimento real de decepção quanto às possibilidades de cooperação política e

econômica, sempre arrojadamente delineadas, mas nunca ou raramente concretizadas em sua plenitude.

Por outro lado, uma visão geral das relações franco-brasileiras no período que se inicia na década de noventa, indica que o processo de reformas estruturais por que passou o Brasil como a conquista lenta da estabilidade econômica, a consolidação democrática, a constituição do Mercosul, e atualização da projeção internacional universalista, entre outros, permitiu a atualização das suas relações com a França. A qualidade e a vitalidade do renovado e inédito interesse demonstrado pelo Hexágono pelos seus negócios com o Brasil dão a entender que, finalmente, firmaram-se condições para a construção de uma parceria franco-brasileira.

1 – A distensão (1963-1967)

Os excessos a que se permitiram ambos os governos teriam que ser purgados, e desde então, se entregaram, França e Brasil, à reconstrução dos canais de comunicação danificados, à recuperação da confiança perdida, e à consagração de projetos de cooperação. A agenda conflituosa foi efetivamente zerada nesse período, mas os resultados obtidos pelos dois países no encaminhamento de suas relações não se inscreveram para a construção de uma parceria efetiva. Esse é o período da consagração de uma agenda neutra, onde se encaminhou a dinamização das relações econômicas e políticas, mas não foram aproveitadas as oportunidades invulgares que estavam disponíveis para equipará-las à transcendência de que se revestiam as relações com outros parceiros.

O período que se abriu em 1963 e se estendeu até 1967, foi caracterizada pela persistência de conflitos pontuais, que eram antes restos indesejáveis dos limites extrapolados no período anterior, do que propriamente novas questões contenciosas agregadas à agenda bilateral.

O primeiro deles diz respeito às dificuldades de se restabelecerem canais de comunicação entre os dois Estados. Com a remoção do Embaixador Jacques Baeyens, com o que o Quai d'Orsay pretendia dar a medida de seu desagrado com o

encaminhamento final da questão das lagostas, a França perdera representação de alto nível no Rio de Janeiro, ficando a Embaixada entregue aos encarregados de negócios até março de 1964, quando seria nomeado novo embaixador.

Entretantes, os brasileiros procediam à avaliação dos estragos deixados pela Guerra da Lagosta nas relações bilaterais. Os veículos de imprensa, que incitaram até onde podiam a elevação dos ânimos no país, começavam também a se questionar se o Brasil não teria ido longe demais no caminho que escolhera para aumentar o seu capital de barganha nas relações com a França, e sobre qual seria a melhor forma para se restabelecerem os contatos com esse país ⁴³¹.

O Itamaraty também cuidou de julgar os seus próprios excessos e as deficiências na gerência das relações bilaterais que teriam levado à perda de controle do conflito. Constatara-se, ao longo da crise da lagosta, a deficiência dos canais de comunicação com o governo francês, o que se devia antes às faltas já identificadas da Embaixada em Paris, e de seu chefe, do que ao mal funcionamento de qualquer outro componente da aparelhagem de que dispunham os governos dos dois países para promover os seus contatos ⁴³². Sendo este um tempo propício às mudanças, o Ministério das Relações Exteriores resolveu remover Carlos Alves de Souza Filho de Paris, que na capital francesa servira por oito anos e, com o propósito de emprestar maior visibilidade e densidade à representação brasileira junto ao governo francês, nomear para o posto Vasco Leitão da Cunha, diplomata afeito às causas difíceis, e um dos mais importantes nomes de seu quadro.

O pedido de *agrément* de Cunha foi apresentado ao Quai d'Orsay no dia 17 de agosto de 1963 ⁴³³, e jamais foi aceito pelo governo francês, que esperava, assim, dar ao

⁴³¹ Carta de Jean-Paul Angles, encarregado de negócios da França no Brasil, para Maurice Couve de Murville, sobre "La reprise des contacts franco-brésiliens vue de Rio", 13/05/1963, número 542, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol.45.

⁴³² Desde o fim da Embaixada de Luís de Sousa Dantas, ainda no início dos anos quarenta, o Brasil não mais enviara para a França um dos príncipes da sua diplomacia, aquela espécie de representante capaz de contornar com criatividade e determinação os maiores obstáculos, em tempos de paz ou de guerra, se adiantando às crises e promovendo com discrição e eficiência os interesses do país. A partir do final da Segunda Guerra, o posto vinha sendo chefiado por diplomatas seniores, que a ele acediam como uma espécie de prêmio de final de carreira, a tempo de aproveitar com dignidade a vida mundana que poderia oferecer a capital da França.

⁴³³ Telegrama do MRE para BRASEMB, 14/08/1963, número 241; Telegrama de BRASEMB para MRE, 20/08/1963, número 241, ambos em AHMRE-B, CTS-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1963, caixa 24; *Jornal do Brasil*, 15/09/1963; *Tribuna da Imprensa*, 17/09/1963; *O Jornal*, 24/09/1963; *Folha de São Paulo*, 27/10/1963.

Rio de Janeiro a medida do seu descontentamento com a forma com que a diplomacia brasileira vinha encaminhando os negócios bilaterais desde a eclosão da crise da lagosta ⁴³⁴. Com gesto que supunha ser suficiente para evidenciar a importância que o governo brasileiro emprestava às relações com a França, o Itamaraty acabou por encetar nova e pequena crise, que teve fim com a retirada do seu pedido, em novembro daquele ano, o que causou pequena comoção social, dessa feita moderadamente explorada pela imprensa brasileira, e a perpetuação da descoordenação das comunicações entre as partes, até a chegada de Antônio Mendes Vianna ao posto, em agosto de 1964.

Com a crise do *agrément* de Vasco Leitão da Cunha, a diplomacia brasileira passou a conhecer a extensão dos problemas que envenenavam a retomada das relações bilaterais, e eles se concentravam especificamente no Palácio do Eliseu. Com efeito, a política de frieza encetada pela França desde janeiro de 1963, e eficazmente seguida tanto em Paris quanto no Rio de Janeiro, fora pessoalmente formulada por de Gaulle, que resolvera pôr o Brasil de quarentena ⁴³⁵. Entendera, então, o Ministério das Relações Exteriores, que havia que se oferecer gestos de distensão dirigidos pessoalmente ao Chefe de Estado francês, o que foi feito com o convite formulado por Goulart em janeiro de 1964 para que de Gaulle visitasse o Brasil ainda naquele ano.

O Presidente brasileiro não teve tempo de receber o líder francês. Deposto quase seis meses antes do início do périplo que de Gaulle faria por dez países da América Latina, Goulart não foi o responsável pelo encaminhamento da retomada das relações franco-brasileiras ⁴³⁶. Com efeito, a ascensão de Humberto Castelo Branco à Presidência da República propiciou o cuidadoso levantamento de todos os

⁴³⁴ Telegrama de BRASEMB para MRE, 12/11/1963, número 294, AHMRE-B, CT'S-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1963, caixa 24.

⁴³⁵ Carta de Jean Paul Angles para Maurice Couve de Murville – Direção da América, 31/10/1963, número 1319, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 39.

⁴³⁶ Sem paralelo na história política da França, a viagem do Presidente da República incluiu a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, países percorridos em um espaço de 25 dias. Atendeu a considerações de política externa (tratava-se de afirmar de maneira significativa a presença da França na América Latina) e interna, que diziam respeito a uma demonstração de resistência física, que julgada útil para convencer os eleitores franceses a renovar-lhe o mandato presidencial e, igualmente, à afirmação da estabilidade da administração gaullista, inalterável apesar de uma ausência prolongada. Ofício de Carlos Calero Rodrigues, encarregado de negócios do Brasil na França, para Vasco Leitão da Cunha, ministro das relações exteriores, 19/10/1964, número

contenciosos que afastavam o Brasil de seus parceiros europeus e o empreendimento de esforços que acabariam por redimir a imagem do país no exterior.

No caso da França, de todas as relações com os países europeus, as mais fortemente atingidas pelos excessos a que se permitiu chegar a administração da Política Externa Independente, havia que se avaliar imediatamente os problemas que pesavam na retomada das relações bilaterais e propor uma solução global ⁴³⁷. Assim, poucas semanas antes da chegada de de Gaulle ao Brasil, o Itamaraty enviou missão negociadora a Paris para encaminhar, com urgência, a compra dos títulos da Vitória – Minas, a mais simples de todas as questões do contencioso, ainda em circulação no mercado de valores francês. Gesto que surpreendeu o Quai d'Orsay e contentou os obrigacionistas das empresas que constituíam o contencioso, lograva então o governo brasileiro desmobilizar as pressões sociais que se abatiam sobre o governo francês quanto à intenção de incluir-se o Brasil, país que tratara tão mal os interesses dos súditos franceses, em visita que pretendia revestir de prioridade as relações da América Latina com a França ⁴³⁸.

A visita do seu Presidente ao Brasil, que se estendeu entre os dias 13 e 16 de outubro de 1964, era o melhor meio que a França poderia encontrar para oferecer, por seu turno, acenos de distensão para o encaminhamento das relações franco-brasileiras. Ainda que o golpe de Estado de abril tenha causado um novo redirecionamento das relações internacionais do Brasil, que voltavam a conferir alta prioridade às relações com os EUA, o ressurgimento do Hexágono, com o seu discurso independentista, oferecia boas possibilidades de cooperação política no longo prazo ⁴³⁹. Fosse bem aproveitada pelas duas diplomacias, a renovação das perspectivas que se abriam para as relações bilaterais teriam permitido, no futuro próximo, maiores facilidades para as

660, AHMRE-B, Ofícios Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, outubro-dezembro, 1964, maço 02634.

⁴³⁷ Ofício de BRASEMB para MRE, 16/06/1964, número 348, AHMRE-B, Ofícios Secretos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 08.

⁴³⁸ Telegrama de Antônio Mendes Vianna, embaixador do Brasil em Paris, para o MRE, 26/09/1964, número 316, AHMRE-B, CT's-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa s/n.

⁴³⁹ Carta circular de Maurice Couve de Murville para os Chefes de Missão na América Latina, sobre "Le voyage du Général de Gaulle en Amérique Latine", 18/09/1964, s/n, ANF (Archives Nationales de France), Fonds de Gaulle, 5AG1, carton 198.

tentativas de instrumentalização dos discursos de intermediação entre países ricos e pobres, que tanto o Brasil quanto a França viriam iniciar a partir da década de setenta.

Pelo momento, a normalização das relações bilaterais, propiciada pela primeira visita de um Chefe de Estado da França ao Brasil, já era ganho de vulto, ao qual se somaram o apoio obtido em favor do disciplinamento dos mercados internacionais de produtos primários, especialmente do café, a promessa de incentivar a dinamização dos fluxos de investimentos e de reexaminar as relações comerciais à luz dos contingenciamentos sofridos em função dos regimes preferenciais na Comunidade Européia ⁴⁴⁰.

O espírito de renovação das relações bilaterais ainda teria que se firmar com a resolução de outros itens da agenda bilateral, que permaneceram em aberto. Há que se lembrar que o fim da Guerra da Lagosta não trouxera encaminhamento para a questão relativa à pesca do crustáceo sobre a plataforma continental, problema irresoluto que vez por outra voltava às lides das imprensas francesa e brasileira e para o qual urgia encontrar encaminhamento. Assim, o governo brasileiro incentivou, a partir de 1964, as conversações entre os armadores bretões e os agentes das empresas brasileiras interessadas na locação de barcos franceses, que se desenvolveram até 1965 ⁴⁴¹.

O principal problema das negociações que vinham de ser empreendidas sobre o assunto passou a ser a composição da tripulação dos barcos eventualmente alugados, dadas as limitações existentes no Código de Pesca brasileiro para a participação de estrangeiros no ofício de pescador. Outra questão constituiu a resistência oferecida pelos armadores franceses quanto aos prazos de duração das campanhas de pesca, uma vez que os empresários brasileiros pretendiam que as embarcações passassem a maior parte do tempo em operação ou, quando necessário, nos portos brasileiros, enquanto os primeiros gostariam de arribar ⁴⁴². Ao termo das negociações, foram firmados alguns

⁴⁴⁰ Telegrama do MRE para BRASEMB, 28/08/64, s/n, AHMRE-B, CT's, Telegramas, Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris; Nota de Luiz Felipe Palmeira Lampréia, terceiro secretário, para o Chefe da Divisão de Política Comercial, sobre "Visita ao Brasil do General de Gaulle - Agenda das conversações econômicas", 14/08/1964, número 81, AHMRE-B, Informações e Relatórios da Divisão de Política Comercial, Ostensivos, 1961-1966, maço 007950.

⁴⁴¹ Telegrama de BRASEMB para MRE, 05/03/1964, número 55, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 287.

⁴⁴² Despacho de A.B.L. Castello-Branco, ministro interino, para Antônio Mendes Vianna, sobre "A pesca da lagosta sobre a plataforma continental brasileira", 01/12/1964, número 157, AHMRE-B, Despachos Confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1947-71, caixa 162.

contratos de locação com empresa brasileira especialmente constituída para tal fim, a IRPESA, sociedade formada por capitais de empreendedores da pesca de Fortaleza e de Recife, além de se encaminharem projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento de técnicas de preservação das espécies e de ampliação da capacidade pesqueira do Brasil ⁴⁴³.

Restavam as questões relativas ao contencioso financeiro. Estava claro que o encaminhamento dos assuntos relativos à nacionalização da Port of Pará e São Paulo – Rio Grande, apesar de serem os mais difíceis de serem resolvidos, era o último obstáculo existente para o completo esvaziamento da agenda negativa que caracterizara as relações franco-brasileiras nos últimos vinte anos. Cuidou-se de investir, portanto, na conclusão de acordos com os debenturistas das duas companhias, de modo que, em março de 1966, o governo dava por encerrado o contencioso no que dizia respeito à questão da São Paulo – Rio Grande, e, três meses depois, à da Port of Pará, com o resgate da quase totalidade das obrigações das duas companhias ainda em circulação ⁴⁴⁴.

Se de Gaulle não trouxera ao Brasil em 1964 linhas de cooperação econômica tão bem estabelecidas quanto aquelas que levou ao México no início daquele mesmo ano (créditos da ordem de 150 milhões de dólares), a sua viagem deixou resultados práticos que podem ser inscritos imediatamente numa linha de cooperação para o desenvolvimento ⁴⁴⁵. Com efeito, o comunicado publicado ao final da visita do Chefe de Estado francês mencionava as perspectivas favoráveis à celebração de um Acordo de Assistência Técnica entre os dois países, que estenderiam os limitados termos do Acordo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado em 1959, e que previa apenas

⁴⁴³ Ofício de BRASEMB para MRE, sobre "A questão da lagosta", 04/03/1965, número 159, AHMRE-B, Ofícios confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-68, caixa 77; Despacho de Arnaldo Vasconcelos, secretário-geral substituto, para Antônio Mendes Vianna, sobre "A pesca da lagosta sobre a plataforma continental brasileira", 08/04/1965, número 53, AHMRE-B, Despachos Confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1947-71, caixa 162.

⁴⁴⁴ Despacho de Juracy Magalhães para Olavo Bilac Pinto, embaixador do Brasil em Paris, 25/03/1966, número 420, AHMRE-B, Despachos Secretos - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-1966, caixa 66; Nota do MRE para EMBAFRANCE, sobre "Contencioso franco-Brasileiro. Questão de Port of Pará", 01/07/1966, número 60, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1964-67, maço 07008.

⁴⁴⁵ Nota do Secretariado da Presidência da República Francesa, 06/03/1964, s/n, ANF (Archives Nationales de France), Fonds de Gaulle, 5AG1, carton 198.

a participação francesa em esforços de formação geral do funcionalismo público brasileiro ⁴⁴⁶.

Nos anos sessenta, a cooperação da França com os países em desenvolvimento, excetuadas as ex-colônias, era pouco expressiva, e de acordo com as avaliações do próprio Quai d'Orsay, urgia aumentá-la. A visita do General de Gaulle a diversos países da América Latina em 1964 se inscreveu em esforço estabelecido nessa direção, e, se por um lado, tinha o objetivo de mostrar aos países visitados que o seu destino não estava tão irremediavelmente ligado ao dos Estados Unidos, por outro, serviu para afirmar a vontade européia, no seio da qual a da França se inscrevia, de desempenhar papel de destaque ao associar os esforços do velho continente à luta pelo desenvolvimento em que estavam engajados ⁴⁴⁷.

Ao realizar essa investida, o Chefe de Estado da França, embora buscasse reduzir, parcialmente, os laços entre os latino-americanos e os EUA, não deixava de se inserir na perspectiva do que era então constante exigência de Washington: a de que os seus aliados europeus, todos com as suas economias já plenamente recuperadas, dividissem a pesada responsabilidade da ajuda internacional aos países em desenvolvimento ⁴⁴⁸. As vantagens econômicas concedidas à Colômbia e a outros países latino-americanos, sobretudo ao México, sob a forma de ajuda externa, representava então atendimento substancial pela França aqueles reclamos.

Apesar de compor o rol de vários outros acordos de cooperação técnica que o Brasil vinha firmando com outros parceiros desenvolvidos ⁴⁴⁹, e de conjunto igualmente extenso de acordos da França com outros países da América Latina ⁴⁵⁰, a celebração do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a França, no dia 16 de janeiro de 1967, assentou um marco nas relações entre os dois países.

⁴⁴⁶ Nota da Direção da América, 08/06/1966, s/n, AMAE, Série Amérique 1964-1966, sous-série Brésil: questions économiques, C769, vol. 02.

⁴⁴⁷ MARTINIÈRE, Guy. *Aspects de la coopération franco-brésilienne: transplantation culturelle et stratégie de la modernité*. Paris: PUG/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1982, p. 216.

⁴⁴⁸ Relatório do Embaixador em Paris, Bilac Pinto, à Primeira Reunião de Embaixadores do Brasil na Europa Ocidental, Roma, 1966, volume IX, p. 37-38.

⁴⁴⁹ RFA, em 30/11/1963, em vigor a partir de 25/05/1964; Dinamarca, em 25/02/1966, em vigor a partir de 27/12/1966; Japão, em 12/09/1970, em vigor em 15/07/1971; Países Baixos, em 25/09/1969, em vigor em 14/06/1971; Portugal, em 07/05/1966, em vigor em 16/11/1967; e Suíça, em 26/04/1968, em vigor em 26/08/1969.

Bloqueadas que estavam na dimensão econômica, recuperando-se dos estragos passados na esfera política, as relações franco-brasileiras conheceram dinamismo quando examinadas na perspectiva da ajuda para o desenvolvimento que ganhou formas nos programas de cooperação técnica que começaram a ser implementados em função do Acordo que vinha de ser firmado entre os dois governos.

A cooperação técnico-científica se desenvolveu pela formação de recursos humanos, através de estágios e treinamento no âmbito da maioria dos projetos de cooperação técnica que eram aprovados anualmente, e, pela via da cooperação interuniversitária, no desenvolvimento de esforços de pesquisa conjuntos em diversas áreas. Ao texto básico do Acordo de 1967 somaram-se, com o correr dos anos, uma multiplicidade de ajustes complementares, firmados em matéria espacial, de pesquisa agropecuária, nuclear, biologia e doenças tropicais, desenvolvimento de regiões semi-áridas, entre outros, além dos compromissos entre as agências de fomento brasileiras e francesas para a capacitação, em nível de estudos de pós-graduação, de pesquisadores nas mais diversas áreas ⁴⁵¹.

O período em que se estabeleceu a distensão das relações franco-brasileiras se encerrava com uma avaliação positiva do governo brasileiro. Ainda que as relações econômicas não lograssem se recuperar tão rapidamente dos anos de abandono, era crível supor que a retomada do crescimento brasileiro em níveis sustentados a partir do final da década de setenta permitiria que se vislumbrassem áreas em que a cooperação entre os dois países poderia mais facilmente se realizar.

2 - A França e o desenvolvimento do Brasil (1968-1989)

Se as relações políticas franco-brasileiras encontraram, enfim, desafogo, com a resolução dos contenciosos que pesavam sobre a agenda bilateral, o mesmo não aconteceu com as relações econômicas. Tem-se aqui a perpetuação do quadro de

⁴⁵⁰ Notadamente com o México, em março de 1964; Equador, em 09/10/1964; Bolívia, em 26/05/1966, entre outros.

⁴⁵¹ MARTINIÈRE, Guy & CARDOSO, Luiz Cláudio (coords). *Brasil - França: vinte anos de cooperação*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, 385 p.

abandono relativo a que foram relegadas nos períodos anteriores, ainda que o milagre econômico brasileiro, pelos números colossais que o caracterizaram, tenha proporcionado um aumento substantivo dos valores absolutos transacionados, tanto na dimensão comercial, quanto no do fortalecimento da presença de empresas francesas no Brasil.

Uma análise das relações econômicas internacionais do Brasil durante os anos do milagre econômico, quando a economia nacional cresceu a taxas médias anuais de 10%, indica que a França não soube modificar as formas da sua presença econômica, que permaneceram ocupando, em comparação com os principais parceiros do Brasil, posições francamente marginais, e tenham até se deteriorado ⁴⁵².

Entre 1968 e 1979, por exemplo, enquanto a participação média do conjunto europeu aumentava nas correntes de comércio brasileiras e dos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo país, chegando em determinadas ocasiões a ultrapassarem, pela primeira vez, as participações dos EUA, observava-se o encolhimento da presença francesa. Assim, nos anos em tela, assiste-se, em perspectiva comparada com os demais parceiros, à diminuição das participações do Hexágono nas correntes de comércio do Brasil, ocupando na média do período, a oitava posição no rol dos maiores clientes e fornecedores do país. As participações da França são, pela primeira vez desde 1945, menores do que as de todos os principais concorrentes europeus, correspondendo à menos da metade das correntes de comércio desenvolvidas entre o Brasil e a Alemanha, como se depreende dos dados da Tabela 9.1.

Tabela 9.1
Participação percentual dos principais parceiros comerciais no

⁴⁵² VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris: "milagres", choques e crises do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 121-122.

total da correntes de comércio do Brasil, 1968-1979	
EUA	16,35
Argentina	9,94
Alemanha	6,93
Japão	5,09
Países Baixos	2,97
Itália	2,86
Reino Unido	2,54
França	2,36
Canadá	1,39
Suécia	1,2
Bélgica	1,12
Outros	47,25

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, (1990) e de *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 642 p.

É certo que se verificou o interesse do empresariado francês em participar dos diferentes projetos de infra-estruturação que se implementava no Brasil nesse período, como no campo dos equipamentos elétricos, do material ferroviário, da expansão siderúrgica, das indústrias química e petroquímica, dos equipamentos portuários, das indústrias aeronáutica e das telecomunicações, da indústria mecânica, da mineração, e do material bélico, mas não se implementou, apesar de tantas oportunidades, uma ação decisiva que lhes permitissem se amparar de parcelas mais expressivas do mercado brasileiro ⁴⁵³.

Desde a abertura da década de setenta, era possível observar as dimensões e o vulto dos projetos de desenvolvimento em vias de implementação. Nesse momento, especificamente, o governo brasileiro traçou estratégia de diversificação de vínculos externos justamente com o propósito de acessar as melhores oportunidades de mercado, e, especialmente, intensificar as relações políticas e econômicas com determinados parceiros tradicionais, como os países da Europa Ocidental. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico do país fora concebido como empresa que excluía pretensões exclusivistas, e seria tanto melhor se dele participassem os países

⁴⁵³ Telegrama de BRASEMB para MRE, número 13, 24/10/1975, AHMRE-B - Telegramas secretos recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1970-1976.

que oferecessem, sem maiores condições, o acesso a bens tecnologicamente sofisticados, em troca da intensificação das relações econômicas globais ⁴⁵⁴.

As oportunidades para a dinamização das relações econômicas, e o seu aprofundamento em setores inovadores, eram concretas. Para divulgá-las, o Presidente Ernesto Geisel visitou, entre 1975 e 1976, conjunto de países europeus com os quais o Brasil já mantinha boas relações econômicas, entre os quais, a França. As perspectivas do que tinham os franceses a oferecer eram excelentes, mostrando-se as empresas nacionais especialmente interessadas em implantações nos setores de equipamento elétrico (centrais e redes de distribuição), pesquisa petrolífera, petroquímica, transportes terrestres e aéreos, infra-estruturas portuárias e aéreas, telecomunicações, construção aeronáutica, indústria mecânica e indústria informática.

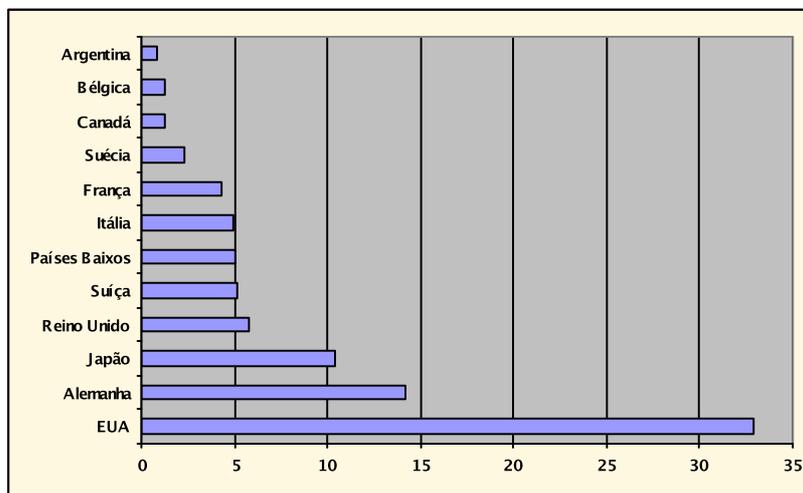
Durante a visita presidencial à França foram firmados diversos acordos, comportando linhas de financiamento para o desenvolvimento de determinados projetos, como a implantação do pólo petroquímico do Rio Grande do Sul, o terminal açucareiro do Porto de Santos, o fornecimento, pela indústria francesa, de trens unidades à Rede Ferroviária Federal, etc. No total, o Brasil recebeu propostas de financiamentos que se aproximavam de três bilhões de dólares ⁴⁵⁵.

A análise dos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo Brasil no período em tela, entretanto, evidencia que os atores privados, mais uma vez, não se ampararam das possibilidades oferecidas pelo mercado brasileiro. Com efeito, a participação dos inversionistas da França no total de investimentos estrangeiros realizados no Brasil reencontrou, nesse período, a mesma posição do período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Nesse setor, nunca a perda de posições se mostrou tão sensível, caindo o Hexágono para o oitavo lugar entre os maiores investidores no Brasil, sua participação correspondendo a 4,28% do total de capitais investidos, situando-se atrás até mesmo da Suíça, conforme é possível observar na Figura 9.1.

⁴⁵⁴ Despacho Telegráfico do MRE para BRASEMB, número 265, 13/07/1976, AHMRE-B - Telegramas confidenciais expedidos para a Embaixada do Brasil em Paris, 1970-1976.

⁴⁵⁵ BRASIL – Presidência da República. "Avaliação econômica da viagem presidencial à França", em *Viagem do Presidente Geisel à França, registro histórico e repercussões*, Brasília: Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, 1976, p. 62-63

Figura 9.1
Participação percentual dos maiores investidores no total dos Fluxos de Investimentos Externos Diretos recebidos pelo Brasil, 1968-1979 (inclui reinvestimentos)



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP.

Curiosamente, o meio empresarial francês nutria impressões extemporâneas sobre a potencialidade do mercado brasileiro, chegando mesmo a contrariar a lógica de manada que melhor caracteriza o comportamento dos grandes investidores. O caso da saída da Renault do mercado brasileiro expressa bem essa ordem de idéias. Instalada no país desde 1959, em implantação conjunta com a Willis-Overland, a Régie des Usines Renault possuía uma penetração antiga e consolidada no mercado nacional, desde quando tiveram início as importações de veículos automotores, no início do século.

Entretanto, as avaliações sobre a potencialidade do mercado brasileiro levaram a direção da Régie a reorientar a estratégia de operações na América do Sul. Ainda que se reconhecesse que o país se beneficiava de uma taxa de crescimento elevada e de uma grande estabilidade política, acreditava-se que o seu mercado apresentaria comportamento incerto no médio prazo, devido às grandes distorções que poderiam

provocar a frustração das expectativas mais otimistas ⁴⁵⁶. De início, a repartição desigual e a forte concentração de rendas, possuindo os 10% mais ricos cerca de 40% da riqueza nacional, acabaria por limitar drasticamente as possibilidades de crescimento do mercado, uma vez que se verificava uma tendência à saturação rápida da motorização das classes com rendas mais elevadas, enquanto a enorme maioria da população nunca teria condições ou meios de adquirir um automóvel ⁴⁵⁷.

Enquanto isso, a evolução da indústria automobilística da Argentina apresentava desde o início dos anos sessenta, condições de expansão mais favoráveis. A produção total dessa última aumentou de 54,5% no período 1960-1965, contra 26,4% de expansão registrada da produção brasileira. Em 1965, pela primeira vez, a Argentina fabricara mais automóveis do que o Brasil (194 mil contra 180 mil). O crescimento argentino era sem dúvida, irregular e marcado por violentas retrações, mas as retomadas eram vigorosas e a evolução globalmente positiva ⁴⁵⁸. No Brasil, por outro lado, após uma forte expansão entre 1957 e 1960, a produção conheceu evoluções de fraca amplitude, com tendência geral porém, a um crescimento lento ⁴⁵⁹. Essa avaliação pessimista quanto ao futuro do setor no Brasil levou, em 1967, a empresa a se desfazer de suas operações no país, e a concentrar os seus negócios na Argentina.

O erro da estratégia seria apontado poucos anos depois. Nas projeções feitas para 1970, a Régie estimava que o mercado brasileiro não ultrapassaria 500 mil unidades em 1975, ou seja, apresentaria uma progressão de 6 a 8% por ano. Em 1975, na realidade, foram vendidos 930 mil veículos, ou seja, a produção e comercialização quase duplicou em cinco anos ⁴⁶⁰.

O quadro das relações econômicas franco-brasileiras no período que se estende entre 1980 e 1989 permaneceu relativamente estável, ocupando o Hexágono a sétima

⁴⁵⁶ GLEYZE, Gilles. *La Régie Nationale des Usines Renault et l'Amérique Latine depuis 1945: Brésil, Argentine, Colombie*. Paris: Université de Paris X - Nanterre, Mémoire de Maîtrise, 1988, p. 79-80.

⁴⁵⁷ Idem, p. 81-83.

⁴⁵⁸ A produção automobilística da Argentina progrediu 58,7% em 1964, e 16,8% em 1965. NASCIMENTO, B. H. *Formação da indústria automobilística brasileira: política de desenvolvimento industrial em uma economia dependente*. São Paulo, 1976, p. 79.

⁴⁵⁹ Com efeito, a produção automobilística brasileira evoluiu muito irregularmente no período: 1961: +8,7%; 1962: +23%; 1963: -8,6%; 1964: +5,3%; 1965: -1,6%; 1966: +19,5%; 1967: 0,4%. *Idem*.

⁴⁶⁰ GLEYSE, Gilles. *Op. Cit.*, p. 310.

posição entre os maiores clientes e fornecedores do Brasil, com uma participação de 3,25% das correntes de comércio do país ⁴⁶¹. Enquanto as relações econômicas não evoluíam, cuidaram os Estados de outros assuntos.

Na década de oitenta, a Guiana Francesa, que nunca fora objeto de sérias preocupações de parte de nenhum dos dois países, debutou nas relações bilaterais. Apesar de ser essa a maior fronteira da França com qualquer um dos seus vizinhos, os limites consagrados no laudo arbitral lavrado pelo Presidente Hauser, da Confederação Suíça, em 1900, nunca foram demarcados. No início dos anos oitenta, quando a imigração clandestina de brasileiros e o contrabando fronteiriço passaram a ser problemas, empreenderam-se esforços para a demarcação definitiva dos limites, o que foi concluído em 1984. Apesar de ter surgido na mesa das diplomacias por breve momento, a Guiana tornou a ser mergulhada no esquecimento, uma vez que não entabularam-se projetos de desenvolvimento que envolvessem aquele território e o Amapá.

Nos oitenta, a França sob Mitterrand consagrava novos eixos para as suas relações com a América Latina, ainda que a região não tenha passado ao rol das suas primeiras preocupações. A visão das relações internacionais do Chefe de Estado francês ganhou aplicações imediatas na região, o que se fez pela sagração de um parceiro que partilhasse da inquietação do governo socialista sobre os conflitos que se perpetuavam na América Central. O México foi o escolhido.

Nesse momento, o governo francês não se furtou a iniciativas simpáticas para a América Latina, como o olhar solidário que lançou sobre a questão das dívidas externas, questão que encontrava apoio no conteúdo programático do próprio Partido Socialista. Preconizava-se o encaminhamento do endividamento externo em novas bases, que não impusessem sacrifícios lancinantes às populações locais, reconhecendo-se ser esse o maior problema existente para o desenvolvimento econômico e social daqueles países. A visão impetuosa de Mitterrand sobre as questões do endividamento não prosperou a tempo de trazer resultados concretos, tolhida que foi pela reversão do quadro político-partidário interno, que procedeu a ajustes gerais nos eixos diretores de grande parte das políticas que vinham sendo formuladas e implementadas, inclusive da

⁴⁶¹ Cálculos do autor, a partir de dados do *Anuário Estatístico Brasileiro*, 1981-1990.

política externa. Assim, enquanto o Primeiro Ministro Jacques Chirac consagrava o tradicionalismo no trato das questões financeiras, perdia-se oportunidade para o estabelecimento de cooperação em assunto que falava de perto ao desenvolvimento dos países latino-americanos.

3 - A parceria possível (1990-2000)

De 1990 a meados da década, perpetuaram-se os traços gerais do relacionamento político e econômico entre a França e o Brasil, uma vez que não surgiam condições para arrebatá-lhes da inércia por onde se arrastavam.

Permaneciam os investidores franceses impressionados com a imagem amplamente desfavorável de um Brasil que se apresentava tocado por administrações incapazes, quando não corruptas, que não conseguiam retirar a sua população das condições de subdesenvolvimento que se perpetuaram no tempo. A evolução política parecia dar sinais de que cairia no retrocesso dos pronunciamentos, pois, a seu ver, era essa a forma com que os brasileiros se livravam dos governantes indesejáveis. Na falta de regras claras para a economia, o recomendável era a distância. O Brasil era, em síntese, um negócio para corajosos.

Por outro lado, a partir de meados da década, surgiram sinais de que novas oportunidades despontavam no horizonte brasileiro, que poderiam levar, inclusive, à intensificação do relacionamento bilateral. Percebia-se o redimensionamento pelo qual passava a inserção internacional do Brasil a partir de então, ancorado por três grandes revoluções que presidiam os ajustes no processo de modernização do país, a saber:

- d) consolidação democrática – que se exprime não somente pela escolha transparente de governos democraticamente eleitos, processo no qual participam todos os escopos políticos, mas também por um entendimento mais eficaz entre os poderes Executivo e Legislativo quanto à administração do país;
- e) abertura, liberalização e estabilidade econômica – processos que, mesmo tendo sido inaugurados de modo um tanto errático no início da década, e passado por sobressaltos que se ligam à eficiência na gerência das medidas de revisão do

papel do Estado na economia, avançou significativamente nos últimos anos, ganhando uma dimensão inédita com a estabilização econômica, que devolveu aos brasileiros um mercado potencial das proporções de 160 milhões de consumidores;

- f) projeto regional de integração – processo que está intimamente ligado aos outros dois, mas que tem implicações mais imediatas para a atualização da imagem e da presença internacional do Brasil na década de noventa. Efetivamente, o Mercosul tornou-se uma parte indissociável da identidade internacional de cada um dos países que o compõe, na mesma intensidade e velocidade com que se tornara um ator de pleno direito nas relações internacionais, sendo concebido pelos países que o formam como plataforma para o alargamento da cooperação e do diálogo econômico inter-regional (tanto com a América do Norte quanto com a União Européia).

Por seu turno, as condições de percepção quanto às possibilidades do relacionamento bilateral também se modificaram na França, com a evolução rápida do processo europeu de integração. As formas de atuação dos atores sociais evoluíram da timidez diante da onipresença do Estado na economia e de uma formação essencialmente nacional em sua composição (empresas, sindicatos, grupos políticos, opinião pública...), para uma composição plurinacional, a partir da abertura impositiva para investimentos cruzados de capitais europeus, da flexibilização de monopólios e da definição de limites para a atuação econômica do Estado. A timidez dos agentes econômicos do Hexágono passava a ser relativizada pelos imperativos da concorrência internacional, que deslocou alguns mercados e propiciou a perda de outros, e pelo surgimento gradual de uma mentalidade de negócios plurinacional, mais empreendedora e menos comprometida com os desígnios de Estado.

Na cena internacional pós-Guerra Fria, ressurgiram os dois países com uma nova maneira de conceber os vínculos externos, engajados que já estavam em seus próprios arranjos de integração regional, compreendendo que a sua inserção internacional doravante não poderá mais ser concebida fora destes. Impunha-se a

prospecção de novos projetos, que arrebatassem os dois países da letargia que caracterizava as suas relações.

Diversas iniciativas foram empreendidas para modificar aquele velho quadro de desinteresse e de desinformação. Diante das oportunidades oferecidas pelas relações de comércio e de investimentos entre os dois países, resolveu-se revestir as relações bilaterais de alta prioridade, num esforço doloroso que partiu da retirada das ilusões de amizade tradicional e de vínculos que se alimentavam perpetuamente, atrás das quais se esconderam os pronunciamentos do homens de Estado, para chegar à constatação da debilidade histórica das relações franco-brasileiras. Ambas as partes reconheceram que poderiam ter feito mais pelas suas relações.

Com esse espírito, foi criado em 1995 um Comitê Estratégico no âmbito da Comissão Econômica Franco-Brasileira, que ficou incumbido de proceder a uma avaliação precisa das medidas necessárias à dinamização dos investimentos e do comércio. Em maio do ano seguinte, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a França, a primeira visita de Estado desde que Geisel lá estivera, para, como fez o seu antecessor, divulgar a existência de oportunidades econômicas ímpares. Em outubro de 1996, realizou-se uma "Exposição França 2000", com o propósito de trazer aos brasileiros informações sobre a pujança industrial e tecnológica da França contemporânea, iniciativa que se inscreveu para dinamizar os fluxos de comércio. Essas foram iniciativas sem precedentes nas relações entre os dois países, uma vez que o conceito de "estratégico" que passou a revestir as relações franco-brasileiras, pressupõe o planejamento e a implementação de linhas de ação de médio prazo.

Com efeito, a sucessão de visitas de Estado a partir de 1996 atestam que os governos conceberam com revigorado interesse as tentativas de relançar em alto nível os contatos bilaterais, tantas foram as expectativas e os projetos comuns que nasceram das visitas de Cardoso e da visita de retribuição do Presidente Jacques Chirac ao Brasil em março de 1997. Distanciando-se do padrão clássico das cúpulas de alto nível, as visitas presidenciais se fizeram acompanhar de importantes delegações empresariais que, pela primeira vez, tinham agendas claras e precisas para negociar os projetos de investimento e a dinamização do comércio bilateral, como também para repensar em conjunto o contencioso que já se avolumava em função das imposições tarifárias e não-

tarifárias decorrentes do Sistema Tarifário Europeu e, precisamente, da intransigência francesa em facilitar o acesso de produtos agrícolas ao Mercado Europeu.

Clima de otimismo tão surpreendente levou mesmo a uma inovação nos princípios tradicionais da Política Externa Brasileira. No afã de emprestar maior visibilidade e de consolidar o processo de inédito interesse entre os dois países, Cardoso rendeu visita à Guiana em novembro de 1997. Mesmo gozando do estatuto de território francês de ultramar, a Guiana não deixa de ser o símbolo desusado da presença colonial européia na América Latina, contra a qual o Brasil tradicionalmente se manifestou nos foros multilaterais regionais. Ainda assim, esse encontro permitiu que os Chefes de Estado descobrissem a potencialidade da cooperação fronteiriça, ainda que tardia: finalmente, percebe a França que a sua mais longa fronteira não é com a Itália, Alemanha ou Espanha, mas com o estado brasileiro do Amapá, vizinho do Departamento da Guiana, ao qual separam 600 quilômetros de rios. Chirac anunciava então a intenção do governo francês de transformar o território num ponto de entrada da União Européia para o Mercosul, ligando Buenos Aires a Caracas por terra, passando pelo território francês, o que se faria construção de uma ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, fechando assim, a ligação por terra entre as duas regiões ⁴⁶².

O projeto de Chirac para a Guiana expressa uma outra idéia, igualmente inédita nas relações franco-brasileiras, que é instrumentalização da imagem poderosa da "porta de entrada para o projeto europeu de integração". Dessa forma, pela primeira vez a França aportou no Brasil com a tese que fora longamente explorada pelos discursos diplomáticos da Itália, da Alemanha e de Portugal, de que a dinamização das relações bilaterais constituiriam o caminho mais curto para a internalização da produção brasileira nos mercados da Europa Unida e a via mais segura e garantida para a expansão dos fluxos de investimentos diretos europeus no Brasil ⁴⁶³.

Neste caso, o governo francês tratou de explorar eficazmente os receios demonstrados pelo empresariado e por segmentos das burocracias especializadas brasileiras quanto à proposta norte-americana de acelerar as negociações para a

⁴⁶² *Folha de São Paulo*, 26/11/1997.

⁴⁶³ A propósito, conferir CERVO, Amado L. *Op. Cit.*; e MONIZ BANDEIRA, *Op. Cit.*

constituição da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Em sua visita ao Brasil em 1997, o Presidente francês afirmou que "o lugar da União Européia na América Latina é mais importante do que o dos Estados Unidos. Não é interesse dos países latino-americanos se fechar em *um Nafta* (Área de Livre Comércio da América do Norte) alargada, mas sim, se expandir no mundo", sugerindo que o fortalecimento da parceria do Mercosul com a União Européia constituiria um precioso aporte de capital de barganha à capacidade de negociação do Brasil e de seus parceiros do Cone Sul nas interações com os norte-americanos entusiastas da integração hemisférica ⁴⁶⁴. A inusitada retomada e atualização do velho argumento gaullista de uma "terceira via", de uma alternativa que pode a Europa liderada pela França oferecer ao exclusivismo sufocante das relações dos países latino-americanos com os Estados Unidos, ganhou, como era de se esperar, a simpatia imediata do Brasil.

A renovada ambição dos projetos do Hexágono para o país ganhou formas precisas em índices surpreendentes nos fluxos de investimento externo direto realizados no Brasil após 1995. Os investimentos franceses foram durante muito tempo identificados com o estoque gerado por alguns grandes grupos, de antiga implantação, entre os quais se conta Rhône-Poulenc, Saint Gobain, Sudameris, Crédit Lyonnais e outros. Com um estoque de US\$ 3,2 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 15,7% em relação a 1994, dos quais US\$ 1,1 bilhão referentes a reinvestimentos, os franceses foram, em 1995, o quinto maior grupo investidor estrangeiro no Brasil, com uma parte relativa de 5,34%, ficando atrás somente dos Estados Unidos (38,4%), Alemanha (8,73%), Reino Unido (8,44%) e Japão (6,82%).

A partir de 1996 verificou-se a retomada espetacular dos investimentos franceses no Brasil. Nesse ano, a França, segundo os indicadores, chegou a ser o segundo investidor em termos de fluxos, atrás apenas dos Estados Unidos, o que se deve à entrada de novos jogadores de peso e expressão mundial no processo de privatização de serviços públicos e de novos investimentos na área industrial. Sozinhos, a Régie Renault, que instalou a sua maior planta industrial fora da Europa no Estado do Paraná (se bem que a custos muito elevados para o estado, forçado a participar direta e indiretamente do investimento por meio de uma participação

⁴⁶⁴ *Folha de São Paulo*, 11/03/97.

acionária expressiva e de inúmeras modalidades de renúncia fiscal), e Electricité de France – EDF, que encabeçou o consórcio comprador da *Light* no Rio de Janeiro, constituem um montante de fluxo acumulado em quatro exercícios correspondente a uma progressão de 45% do estoque de investimentos franceses. A esses projetos, vieram se acrescentar os investimentos no ramo terciário, sobretudo na área bancária (Banque Nationale de Paris e Société Générale) ou na área de seguros ⁴⁶⁵.

Esse interesse renovado permitiu que, apenas na década de noventa, os franceses abandonassem as posições marginais que vinham ocupando no rol do maiores investidores estrangeiros do Brasil. Com efeito, em virtude da afluência generosa de capitais para o país, na média anual do período compreendido entre 1990 e 1997, a França ascende ao posto de segundo maior inversionista, com uma participação de 6,4% no total dos fluxos de investimentos estrangeiros recebidos pelo Brasil, o que corresponde a mais do que o dobro das participações da Alemanha e do Japão. Tal evolução pode ser percebida nos dados da Tabela 9.2.

Vê-se, entretanto, que a repartição por setores da economia dos investimentos franceses no Brasil, permaneceu na década de noventa relativamente estável: o setor industrial absorveu 55% do fluxo de investimentos e o de serviços, 41%. No final de 1995, foram recenseadas 300 empresas francesas instaladas no Brasil. A presença do Hexágono no país ainda se caracteriza por uma forte concentração dos haveres possuídos, da ordem de 80% do total, por uma dezena de grandes grupos, como Rhône-Poulenc, Saint-Gobain, Carrefour, Michelin, Accor, Danone, Alcatel Alstom, Thomson, Aérospatiale e Air Liquide.

Tabela 9.2
Participação percentual dos principais investidores
no total dos fluxos de investimentos externos

⁴⁶⁵ Cálculos do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP.

diretos recebidos pelo Brasil, 1990-1997 (inclui reinvestimentos)		
	1990-1994	1995-1997
Alemanha	2,92	1,91
Argentina	0,46	0,79
Bélgica	0,34	0,99
EUA	44,62	26,16
França	4,21	8,31
Reino Unido	8,34	0,69
Países Baixos	3,34	7,9
Itália	2,18	0,32
Japão	2,26	2,3
Suécia	0,26	1,51

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil - BACEN/FIRCE/CONAP

Se os demais grandes investidores estrangeiros escolheram privilegiar os setores estratégicos e de forte crescimento, notadamente o eletrônico (profissional e grande público) e o automobilístico, a maioria dos investimentos franceses se concentrou historicamente no setor das indústrias de transformação (essencialmente química de base) e de serviços (distribuição e atividade bancária). A instalação das unidades de produção automobilística da Renault no sul do país, e da Peugeot, no Rio de Janeiro (em processo semelhante ao que ocorreu no Paraná) parece indicar, entretanto, a reorientação dos investimentos provenientes da França na direção de novos setores de forte potencial de crescimento e de transferência tecnológica.

Esse quadro extremamente favorável na área de investimentos não deve esconder, entretanto, a persistência de problemas sérios que impediram a dinamização das relações comerciais. Com efeito, enquanto o Brasil não conseguir alterar o perfil de suas exportações, continuará sofrendo as contingências existentes para o pleno desenvolvimento de suas trocas com a França. Tendo em vista que as pautas brasileiras ainda se caracterizam por uma forte concentração de produtos agrícolas, permanecem padecendo, portanto, dos problemas históricos das relações comerciais, ou seja, dos efeitos que os vínculos tradicionais que a França mantém com outros fornecedores

portam sobre as exportações do Brasil, e de outras restrições de acesso impostas pela política agrícola comum.

Na década de noventa, as relações comerciais permaneceram, portanto, relativamente marginais nas correntes de comércio do Brasil. Conforme se depreende dos números da Tabela 9.3, a França ocupou ainda a oitava posição no rol dos maiores clientes e fornecedores do país, com uma participação média anual de 2,57% das sua correntes de comércio.

Tabela 9.3
Participação percentual dos principais parceiros comerciais no total das correntes de comércio do Brasil 1990-1999

	1990-1994	1995-1999
Alemanha	6,98	7,2
Argentina	14,92	18,06
Bélgica	2,3	2,2
EUA	21,86	19,55
França	2,52	2,61
Reino Unido	2,71	2,5
Países Baixos	4,8	3,65
Itália	4,19	4,65
Japão	6,31	5,69

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil, 1990-1998; para 1999, estatísticas do MDIC

A retomada do diálogo e a construção de uma presença inovadora da França no Brasil parecem inequivocamente prenunciar a configuração da parceria que nunca foi realizada entre os dois países. No final do século, entretanto, lançam-se as perguntas que devem velar pela sanidade do novo diálogo bilateral: resistirão estes laços às tentações comercialistas? Há possibilidade de robustecimento do diálogo bilateral para além da exploração das vantagens locais específicas oferecidas pelo Mercosul? Como podem os Estados avançar na cooperação política que permita às duas nações ascenderem a posições mais confortáveis na hierarquia de poder mundial?

Às vésperas do novo milênio, cabe pois, vigiar para que as relações bilaterais permaneçam desbloqueadas e se encaminhando para a construção da parceria. Em tal

contexto, o desafio contemporâneo da França e do Brasil se resume à construção de condições que impeçam a repetição da infeliz história do seu desencontro de meio século.

Conclusão

O estudo desenvolvido procurou estabelecer um esforço de compreensão das relações políticas, econômicas e culturais estabelecidas entre a França e o Brasil, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a década de noventa, e foi condicionado pela observação da permanência de disposições que tivessem incitado os dois países à construção de uma parceria profícua à realização de seus interesses.

De acordo com essa perspectiva de análise, procurou-se entender os aportes que as relações bilaterais trouxeram para o desenvolvimento dos dois países, e, especificamente, medir as contribuições trazidas pela França à realização do desenvolvimento brasileiro. A contribuição francesa foi avaliada à luz da idéia de parceria estratégica, e comparada com as de outros países que tiveram relações históricas intensas com o Brasil. Assim, inseriu-se as relações bilaterais em um quadro de funcionalidades, cuja análise nas perspectivas comparada e de longo prazo, conforma a conclusão de que os aportes franceses, ainda que expressivos, poderiam ter sido muito maiores e intensos.

As relações franco-brasileiras permaneceram bloqueadas, em grande parte do período analisado, pela existência de agendas bilaterais negativas, cuja gerência evidenciou incapacidade dos Estados de se disporem ao diálogo e impediu a dinamização da cooperação econômica. Viu-se que a expressão da influência cultural na forma de uma amizade tradicional e intensa, que cedo constituiu um recurso de estilo precioso para a linguagem das diplomacias, não teve forças para ajudar no levantamento do bloqueio que se abateu sobre as relações bilaterais. França e Brasil não se reconheceram no período como parceiros, enclausurando-se o relacionamento bilateral em longuíssimos parênteses, que isolaram as nações e impediram que executassem projetos comuns que dessem vazão às potencialidades de ambos os países.

O desinteresse com que as duas diplomacias encaminharam as relações bilaterais foi demonstrado pela ausência de visão estratégica de projetos a realizar em longo prazo. Tal desinteresse expressa a ausência de identidades de interesses fortes entre os atores sociais ligados ao desenvolvimento dos contatos bilaterais, o que se deve ao desconhecimento das oportunidades e à permanência de imagens ultrapassadas.

É possível afirmar que as relações político-econômicas entre o imediato pós-guerra e meados da década de noventa apresentam-se com uma história de passivos criados pela incompreensão recíproca dos interesses nacionais, ou seja, por um tendência recorrente a tratar negligentemente as possibilidades oferecidas pelo outro: em grande parte desses cinquenta anos, Brasil e França caminharam em sentidos opostos, propondo-se mutuamente alternativas de relacionamento político e econômico que raramente se cruzaram.

Por um lado, os brasileiros queriam investimentos, a consolidação de seus mercados de produtos tradicionais, a abertura de novos mercados para a emergente indústria de bens de consumo, o acesso às tecnologias que lhes propiciassem autonomia e consolidassem, pela base, o projeto de desenvolvimento econômico. Os franceses, por seu turno, queriam criar e consolidar o espaço econômico europeu integrado e, com isso, conceber a redenção da insignificância econômica e política.

Propôs-se a compreensão das relações bilaterais em dois tempos. Um primeiro se estende entre a retomada das relações bilaterais e meados da década de sessenta, e é caracterizado pela persistência de uma agenda carregada, na forma de conflitos de ordem secundária, cuja solução, em alguns casos, se arrastou por todo o período (como o pesado contencioso financeiro), mas também pela emergência de outros contenciosos pontuais, que puseram à prova a qualidade do diálogo político, como a Guerra da Lagosta. A má administração dessa agenda levou à deterioração das relações bilaterais, fazendo com que permanecessem bloqueadas as condições o estabelecimento de linhas de cooperação política e econômica.

Ao contrário do que poderia induzir a redução da agenda de contenciosos, as relações franco-brasileiras não se encaminharam imediatamente para a construção de uma agenda positiva no período subsequente, que se estendeu até a década de noventa.

Um certo mal-estar permaneceu caracterizando os contatos bilaterais, dando origem a ocasionais chamamentos à criação, raramente concretizados em sua plenitude, ou realizados em níveis que se situaram muito aquém das possibilidades políticas e econômicas vislumbradas pela sofisticação dos projetos nacionais e internacionais de ambos os países.

Com efeito, a França surgia, a partir de meados da década de sessenta, com um perfil econômico diversificado, detendo tecnologias de ponta e processos produtivos modernos, todos frutos da transformação estrutural pelo qual passou a partir da Segunda Guerra, além de ter se acomodado rapidamente ao novo papel de liderança política do projeto europeu de integração, que avançava e ganhava formas ousadas. Assim, adequou-se o ambicioso projeto internacional da França, que nascera sob o signo da grandeza gaullista, conformou-se à conclusão da descolonização, adaptou-se em sua missão civilizatória, e sobreviveu à década de introspecção do “europessimismo” vivido pelos países da Comunidade Econômica Européia (1973-1983).

Ao longo do mesmo período, o Brasil consolidou a sua indústria de bens de consumo e debutou na de bens de capital. Na abertura da década de setenta, ao tempo em que aguçava as práticas de articulação internacional, o Brasil, animado pelo vertiginoso crescimento econômico, procurou estabelecer modos específicos para garantir a expansão e o suprimento dos insumos para o desenvolvimento, mesmo em tempos de crise econômica mundial. Buscou, pela via da cooperação internacional, as tecnologias que permitiriam a consolidação do parque produtivo nacional, o que se fez em concomitância à atração, em melhores condições, de maiores fluxos financeiros, além da ampliação das pautas e mercados para as exportações.

Nesse período, as relações bilaterais se tornaram cordiais, vez que não havia mais contenciosos de vulto, mas foram gerenciadas negligentemente pelos Estados. Os interesses das nações igualmente não convergiram, apesar de se verificar a existência de oportunidades para tanto. Do ponto de vista do Brasil, elas foram dadas nos anos do milagre econômico e da multiplicidade de oportunidades dele decorrente. Essas condições poderiam permitir o movimento irreversível da parceria, não fosse o fato de

os Estados terem insistido em emprestar aos contatos entre os países a forma mais comercialista jamais experimentada.

A partir da década de noventa, parecem surgir condições para a construção da parceria. Nesses anos do milagre do encontro franco-brasileiro, as relações foram examinadas e se tornaram o objeto de uma bem delimitada estratégia para a valorização dos contatos bilaterais. Tal processo se realiza sob o ritmo do crescimento econômico brasileiro, e, sobretudo, da agregação ao rol de credenciais internacionais do país, da liderança no projeto de integração regional em vias de construção. Por isso, a dinamização das relações franco-brasileiras deve permanecer sob a estrita vigilância dos Estados e das sociedades, para que não se detenha o florescimento do que pode vir a ser uma das mais proveitosas parcerias internacionais do Brasil.

Anexo

Cronologia

As Relações Internacionais e as Políticas Exteriores do Brasil e da França, de 1945 aos nossos dias

Em artigo publicado em 1979, Jean-Baptiste Duroselle escrevia que "l'histoire n'est faite que d'évènements", ensinando que o objeto das relações internacionais não é certamente o fenômeno repetitivo e frequentemente experimental, mas o acontecimento bem situado no tempo e, portanto, absolutamente singular ⁴⁶⁶.

Assiste-se nas duas últimas décadas à realização de um movimento muito bem sucedido na historiografia em geral, de se reabilitar o "tempo" como categoria explicativa de força, sem o qual não é possível compreender os movimentos que se inscrevem para compor a longa duração. Na historiografia das relações internacionais, sem que a preponderância inequívoca das forças profundas no plano das explicações dos movimentos internacionais tenha sido jamais perturbada, o "acontecimento" histórico nunca foi negligenciado: com efeito, atentou-se desde sempre para a idéia óbvia de que qualquer tentativa de negar as reviravoltas e os avanços em processos representados ou marcados pelos fatos acabaria por uniformizar a categoria "tempo", e no fim, por negá-la... ⁴⁶⁷.

Esta preponderância da categoria "tempo" é clara nas relações internacionais, onde se consagra a urgência na compreensão dos microprocessos, na maior parte das vezes bem delimitados – guerras, revoluções, golpes de Estado, grandes conferências, cúpulas de Chefes de Estado e de Governo etc – para pavimentar a compreensão dos grandes processos – a determinação das causas, dos efeitos, e a compreensão mais acurada da própria dinâmica do sistema internacional. Tem-se, então, um reforço da noção de “constrangimento internacional”, que marca os limites para a atuação do

⁴⁶⁶ DUROSELLE, Jean-Baptiste. "La nature des relations internationales". *Politique Internationale*, automne 1979, p. 110.

⁴⁶⁷ A propósito, ver NORA, Pierre. "Le retour de l'évènement", in LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Faire l'Histoire: nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard, 1974.

poder de criação de que dispõem as sociedades para alterar as suas condições de inserção internacional e a manifestação própria e específica dos seus projetos nacionais.

A presente seção tem o objetivo de estabelecer parâmetros cronológicos para a compreensão dos fatos que balizam os grandes movimentos das relações internacionais contemporâneas para permitir uma visão mais completa dos processos internacionais que limitam a formulação das políticas exteriores do Brasil e da França, desde o imediato pós-guerra ao final do século XX. Por isso, são indicadas também as grandes datas que marcam, nos cenários domésticos, a alternância das visões de mundo simbolizadas eventualmente pela ascensão de novas lideranças, as manifestações das forças político-partidárias, a movimentação dos atores econômicos, as transformações do papel do Estado etc.

Há que se alertar, entretanto, que essa cronologia não constitui um levantamento exaustivo e definitivo dos fatos que marcaram as relações internacionais, mas uma breve sinopse dos acontecimentos que constituem pontos de sinalização das lentas transformações da ordem internacional contemporânea e das acelerações súbitas e retrocessos lancinantes que tão bem caracterizam o objeto internacional, ao que se contrapõem os acontecimentos que marcaram a evolução das políticas exteriores francesa e brasileira, de 1945 aos nossos dias.

Ano	Cenário Internacional	Política Exterior do Brasil	Política Exterior da França
1945	<p>4-11/2 - Conferência de Ialta; 6/3 – Conferência Extraordinária dos Estados Americanos (Cidade do México) – Ata de Chapultepec; 22/3 - Criação no Cairo da Liga Árabe; 12/4 – O Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, morre subitamente e é substituído pelo vice-presidente, Harry Truman; 25/4 – Abertura da Conferência de São Francisco, encarregada de redigir a Carta da Organização das Nações Unidas; 8/5 - Capitulação da Alemanha - Fim da Guerra na Europa 26/6 - Assinatura da Carta da Organização das Nações Unidas em São Francisco; 16/7 – Primeira explosão atômica experimental (Alamogordo – Novo México, EUA); 17/7-2/8 - Conferência de Potsdam; 6 e 9/8 - Destruição das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki por artefatos atômicos norte-americanos; 8/8 - URSS entra na guerra no Extremo Oriente; 12/8 - Criação da República da Coreia ao norte do paralelo 38; 17/8 - Independência da Indonésia, não reconhecida pela Holanda; 2/9 - Capitulação do Japão - Fim da Segunda Guerra Mundial; 2/9 - Proclamação da República do Vietnã, não reconhecida pelo governo da França; 16/11 - Criação da UNESCO; 16/11 - Insurreição separatista pró-soviética no</p>	<p>2/4 – Anúncio do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS; 6/6 – Brasil declara guerra contra o Japão; 26/6 – Brasil assina a Carta da Organização das Nações Unidas (São Francisco); 29/10 – Renúncia do Presidente Vargas, que havia se amparado do golpe civil em 1937; 30/10 – José Linhares (presidente do Supremo Tribunal Federal) assume a Presidência da República; 30/10 – Pedro Leão Veloso é nomeado chanceler.</p>	<p>4-11/2 – A França não está representada na Conferência de Ialta, mas é convidada a participar da Comissão de Controle sobre a Alemanha; 28/2 – Troca de Cartas entre os governos da França e da Itália anula os privilégios acordados aos cidadãos italianos residentes na Tunísia; 11/3- Independência do Vietnã e do Camboja; 8/5 – Revoltas anti-francesas na Argélia; 29-30/5 – Tensão franco-britânica na Tunísia; 5/6 – Conferência dos Quatro em Berlim – divisão da autoridade sobre a Alemanha; 17/7 – A França não está representada na Conferência de Potsdam, mas é convidada a participar do Conselho de Ministros das Relações Exteriores; 22/8 – De Gaulle visita o presidente Harry Truman em Washington; 2/9 – Participação simbólica do General Leclerc na capitulação do Japão; 2/9 - Proclamação da República do Vietnã - Paris não reconhece a independência; 10/9 – De Gaulle preconiza a separação da Renânia do restante da Alemanha e a internacionalização do Rhur; 26/9 – Conferência de Londres dos Ministros das Relações Exteriores – França participa da elaboração dos Tratados com a Alemanha e a Itália; 5/10 – Chegada de um corpo expedicionário no Vietnã. 21/10 – Eleição da Assembléia Nacional Constituinte, que é repartida entre o Movimento Republicano Popular, o Partido Democrata Cristão e os partidos Socialista (SFIO) e Comunista. 14/11 – Assembléia Constituinte designa o General de Gaulle como Chefe de Governo da França.</p>

	Azerbaijão.		
1946	<p>10/1 – Abertura da Primeira Assembléia Geral das Nações Unidas, em Londres;</p> <p>24/1 – A Assembléia Geral da ONU aprova por unanimidade a criação de uma Comissão de Energia Atômica;</p> <p>6/3 - França reconhece a República do Vietnã;</p> <p>6/3 – Redação da Constituição Japonesa, de acordo com os princípios impostos pelo General Mac Arthur, comandante-em-chefe das forças de ocupação norte-americanas no Japão;</p> <p>16/3 - Acordo franco-britânico sobre a desocupação e a independência da Síria e do Líbano;</p> <p>19/9 – Winston Churchill preconiza em Zurique a constituição dos Estados Unidos da Europa, com a ambição de reconstituir a família europeia";</p> <p>1/10 – Anunciados os veredictos do Tribunal de Nuremberg, que julgou os crimes de guerra e contra a humanidade cometidas pelos oficiais do governo fascista da Alemanha;</p> <p>1/10 – Unificação econômica das zonas de ocupação britânica e americana na Alemanha;</p> <p>12/12 – A Assembléia Geral da ONU recomenda que a Espanha de Franco não seja admitida na organização;</p> <p>19/12 - Início da Guerra da Indochina, na qual se envolveram a França e os diversos movimentos emancipatórios existentes na região..</p>	<p>31/1 – Eurico Gaspar Dutra é empossado como Presidente da República;</p> <p>31/1 – João Neves da Fontoura é nomeado ministro das relações exteriores;</p> <p>13/8 – Visita do General Eisenhower ao Rio de Janeiro;</p> <p>7/12 – Raul Fernandes é nomeado chanceler.</p>	<p>7/1 – França reconhece a autonomia do Camboja no quadro da Federação Indochinesa e da União Francesa (acordo semelhante seria concluído com o Laos em 27/8);</p> <p>20/1 – Renúncia do General de Gaulle como presidente do Conselho, que é sucedido por Félix Gouin em 26/1;</p> <p>6/3 – A França reconhece a República do Vietnã (Acordo Sainteny-Hô);</p> <p>15/3 – Missão Blum-Monnet aos EUA para obter ajuda financeira;</p> <p>16/3 – Acordo franco-britânico sobre a desocupação e independência da Síria e do Líbano;</p> <p>28/5 – Acordo financeiro franco-norte-americano (Blum-Byrnes);</p> <p>1/6 – Criação pela França da República da Cochinchina;</p> <p>23/6 – Georges Bidault (MRP) torna-se presidente do Conselho, à frente de um governo composto pelos Partidos Comunista, Socialista e Pelo MRP;</p> <p>6/7 – Abertura da Conferência Franco-Vietnamita de Fontainebleau, que estabelece acordos sobre uma união monetária e aduaneira;</p> <p>13/10 – Eleitores franceses ratificam o projeto de constituição da IV República;</p> <p>27/10 – Promulgação da Constituição da IV República – Criação da União Francesa;</p> <p>23/11 – Bombardeio de Haiphong;</p> <p>16/12 – Leon Blum, do Partido Socialista SFIO, torna-se presidente do Conselho;</p> <p>19/12 – Início da Guerra da Indochina – ocupação de Hanói.</p>
1947	<p>7/1 - Nomeação do General Marshall para o Departamento de Estado nos EUA;</p> <p>12/2 - Início da guerra civil na Grécia;</p>	<p>2/9 – Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente – assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) – Rio de Janeiro;</p>	<p>16/1 – Vincent Auriol (SFIO) é eleito Presidente da República;</p> <p>22/1 – Paul Ramadier (SFIO) torna-se Presidente do Conselho;</p> <p>5/3 – Tratado de Dunquerque, estabelecendo uma aliança formal e</p>

	<p>4/3 - Tratado de Dunquerque entre a França e a Grã-Bretanha;</p> <p>12/3 - Formulação da Doutrina Truman;</p> <p>29-30/3 - Insurreição em Madagascar;</p> <p>28/4 – Primeira Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU em Flushing Meadow – é constituída uma comissão especial para estudar a situação da Palestina;</p> <p>4/5 – Exclusão dos ministros comunistas do governo francês;</p> <p>31/5 – Exclusão dos ministros comunistas do gabinete italiano;</p> <p>5/6 - Lançamento do Plano Marshall, que prevê ajuda maciça para a reconstrução das economias européias devastadas pela Guerra;</p> <p>15/8 – Proclamação das independências da Índia e do Paquistão é acelerada pelo anúncio da retirada das forças britânicas;</p> <p>2/9 - Assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR, na Conferência Interamericana do Rio de Janeiro;</p> <p>5/10 - Criação do Kominform - Enunciação da Doutrina Jdanov;</p> <p>2/11 - Início do conflito indo-paquistanês sobre a Cachemira;</p> <p>29/11 - Adoção do Plano de partilha da Palestina pela Assembléia Geral das Nações Unidas;</p> <p>30/12 – Proclamação da República Popular da Romênia.</p>	<p>20/10 – Rompimento de relações diplomáticas com a URSS.</p>	<p>de assistência mútua entre a França e a Grã-Bretanha;</p> <p>29/3 – Insurreição em Madagascar esmagada pelas forças armadas francesas;</p> <p>10/3 – Marrocos denuncia seu estatuto de protetorado;</p> <p>5/5 – Exclusão dos ministros comunistas do governo Ramadier;</p> <p>13/9 – União aduaneira franco-italiana;</p> <p>22/9 – França aceita o Plano Marshall;</p> <p>23/11 – Investidura do Gabinete Robert Schuman (MRP);</p>
1948	<p>1/1 – Entra em vigor o BENELUX, união aduaneira entre a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo;</p> <p>21-25/1 - Golpe de Estado em Praga;</p> <p>23/2 – Reunião Tripartite</p>	<p>Agosto – Instalada a comissão Brasil-EUA, chefiada por John Abbink e Otávio Gouvêa de Bulhões.</p>	<p>3/1 – Reconhecimento da autonomia do Sarre;</p> <p>17/3 – Tratado de Bruxelas aumenta o escopo do Tratado de Dunquerque;</p> <p>27/7 – Constituição do Gabinete André Marie (Radical), que se</p>

	<p>(EUA, Grã-Bretanha e França) sobre o estatuto da Alemanha;</p> <p>17/3 – França, Grã-Bretanha e os países do BENELUX firmam o Tratado dito da União Ocidental, que comporta um compromisso de assistência automática contra qualquer agressão;</p> <p>16/4 - Criação da Organização Européia de Cooperação Econômica - OECE;</p> <p>30/4 - Criação da Organização dos Estados Americanos - OEA;</p> <p>14/5 - Proclamação do Estado de Israel - início do primeiro conflito árabe-israelense;</p> <p>11/6 – Senado dos EUA adotam a Resolução Vanderberg, que autoriza a participação do país em um pacto de defesa mútua com os países da Europa Ocidental;</p> <p>23/6 - Início do bloqueio de Berlim;</p> <p>28/6 - Ruptura entre a Jugoslávia e a URSS;</p> <p>5/12 – Harry Truman é reeleito para a Presidência dos EUA;</p> <p>10/12 - Proclamação pela Assembléia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos do Homem.</p>		<p>desfaz em 28/8;</p> <p>5-8/9 – Constituição de Gabinete Henri Schuman, que se desfaz três dias depois;</p> <p>11/9 – Constituição do Gabinete Henri Queuille (Radical), que se desfaz em 11/10;</p> <p>18/10 – Fusão da zona francesa na Alemanha na bizona anglo-americana;</p>
1949	<p>20/1 – Presidente Truman anuncia o programa do Ponto IV, de assistência aos países das áreas não envolvidas em conflagrações;</p> <p>29/1 - Criação do Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECOM), compreendendo a URSS, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Polônia;</p> <p>15/3 – Reunião de Conferência Panamericana em Havana (Cuba), convocada para discutir a questão das possessões</p>	<p>18-27/5 – Visita do Presidente Dutra aos EUA;</p> <p>20/8 – Criação da Escola Superior de Guerra;</p> <p>11/10 – Firmada a Declaração de Amizade e Cooperação entre a Itália e o Brasil.</p>	<p>4/4 – Participação francesa no Tratado do Atlântico Norte;</p> <p>28/10 – Georges Bidault torna-se Presidente do Conselho;</p> <p>8/11 – Encaminhamento da independência do Camboja no quadro da União Francesa.</p>

	<p>européias no continente americano – somente 12 dos 21 membros da OEA participam da Conferência, que provocou vivos protestos por parte dos governos da França, Grã-Bretanha e Holanda;</p> <p>4/4 - Assinatura em Washington do Tratado do Atlântico Norte;</p> <p>4/5 - Fim do bloqueio de Berlim;</p> <p>5/5 - Criação do Conselho da Europa;</p> <p>23/5 - Criação da República Federal da Alemanha;</p> <p>23/9 - Explosão da primeira bomba atômica soviética;</p> <p>1/10 - Proclamação da República Popular da China;</p> <p>6/10 - Adoção nos EUA do <i>Mutual Security Act</i>;</p> <p>10/10 - Criação da República Democrática Alemã;</p> <p>16/10 - Fim da guerra civil na Grécia;</p> <p>2/11 - Fim do conflito na Indonésia.</p>		
1950	<p>14/2 - Tratado de Aliança Sino-Soviético;</p> <p>9/5 - Plano Schuman, preconizando a criação de <i>pool</i> aço-carvoeiro entre países da Europa Ocidental;</p> <p>25/6 - Início da Guerra da Coreia;</p> <p>21/10 – República Popular da China invade o Tibet;</p> <p>24/10 - Anunciado o Plano Pleven, propondo a criação de uma Comunidade Européia de Defesa (CED);</p> <p>27/10 - Criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte;</p> <p>4/11 - Adoção pelo Conselho da Europa da Convenção de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais;</p> <p>9/11 – O Alto Comissariado Aliado decide revisar o Estatuto da Ocupação da Alemanha.</p>	<p>3/10 – Getúlio Vargas é eleito Presidente da República por sufrágio universal;</p> <p>8/11 – Decreto 28.840 incorpora a plataforma continental ao território nacional;</p> <p>19/12 – Acordo bilateral estabelece a Comissão Mista Brasil-EUA.</p>	<p>9/5 – Plano Schuman preconizando a criação de um <i>pool</i> europeu carvão-aço;</p> <p>29/6 – Assembléia Nacional investe Henri Queille como Presidente do Conselho, que será desfeito em 4/7;</p> <p>29/6 – Conferência econômica franco-indochinesa, com a participação do Vietnã, Laos e Cambodja;</p> <p>11/7 – René Pleven investido como primeiro-ministro;</p> <p>17/7 – Conferência militar franco-americana sobre a situação da Indochina;</p> <p>23/8 – Governo francês envia um batalhão para a Coreia;</p> <p>24/10 – O ministro francês René Pleven propõe um plano que preconiza a criação de uma Comunidade Européia de Defesa (CED);</p> <p>23/12 – Assinatura de um acordo militar franco-norte-americano-indochinês e de novas convenções econômicas franco-vietnamitas.</p>
1951	18/4 - Criação da	31/1 – Getúlio Vargas é	8/2 – Acordo franco-tunisiano

	<p>Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), reunindo os países do BENELUX, a França, a Itália e a RFA;</p> <p>28/4 - Nacionalização do petróleo iraniano;</p> <p>9/7 – Trinta e dois membros da ONU reconhecem o fim do Estado de Guerra com a Alemanha;</p> <p>1/9 - Criação do ANZUS, tratado de Segurança Coletiva reunindo a Austrália, Nova Zelândia e EUA;</p> <p>8/9 - Tratados de Paz e de Segurança entre EUA e Japão.</p>	<p>empossado como Presidente da República;</p> <p>31/1 – João Neves da Fontoura é nomeado ministro das relações exteriores;</p> <p>15/3 – Estabelecido o monopólio do Estado sobre as exportações de minerais radioativos;</p> <p>26/12 – Iniciadas negociações entre Brasil e EUA sobre a venda de areias monazíticas e outros minerais radioativos.</p>	<p>sobre a reforma da administração da Tunísia;</p> <p>6/3 – França aceita a revisão do estatuto de ocupação da Alemanha e o fim das reparações de guerra;</p> <p>28/3-9/4 – Viagem oficial do Presidente Auriol aos EUA e ao Canadá;</p> <p>18/4 – Criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA);</p> <p>14/9 – Fim do regime de ocupação da Alemanha;</p> <p>29-30/11 – Primeira Sessão do Alto Conselho da União Francesa.</p>
1952	<p>4/2 – A "Questão Tunisiana", com o que se entendia a perpetuação indesejada por parte da Tunísia do estatuto de protetorado francês, é denunciada na ONU por quinze Estados da África e da Ásia;</p> <p>26/5 - Acordos de Bonn devolvem à RFA sua soberania externa;</p> <p>27/5 - Assinatura de tratado instituindo a CED - Comunidade Européia de Defesa;</p> <p>21/7 - Ascensão de Neguib e Nasser ao poder no Egito;</p> <p>25/7 – Entra em vigor a CECA;</p> <p>2/10 - Explosão da primeira bomba atômica inglesa;</p> <p>31/10 - Explosão da primeira bomba termonuclear norte-americana;</p> <p>4/11 - O General Eisenhower torna-se o 34º presidente dos EUA.</p>	<p>15/3 – Concluído o Tratado de Assistência Militar entre o Brasil e os EUA;</p> <p>20/6 – Criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para encaminhar os projetos em estudo na Comissão Mista Brasil-EUA.</p>	<p>7/1 – Renúncia do Gabinete Pleven;</p> <p>17/1 – Edgar Faure constitui novo governo;</p> <p>14/1 – Reclamação do gabinete tunisiano na ONU em consequência da prisão do líder Bourghiba;</p> <p>28/2 – Demissão do Gabinete Faure;</p> <p>6/3 – Constituição do Gabinete Antoine Pinay;</p> <p>14/3 – Marrocos solicita a revisão do tratado de protetorado;</p> <p>26/5 – Acordos de Bonn devolvem à RFA sua soberania externa;</p> <p>27/5 – Assinatura do tratado instituindo a Comunidade Européia de Defesa;</p> <p>25/7 – Criação do Escritório Francês de Proteção dos Refugiados;</p> <p>16/10 – A Assembléia Geral da ONU se ocupa pela primeira vez das questões da Tunísia e do Marrocos;</p> <p>23/10 – Renúncia do Gabinete Pinay;</p>
1953	<p>5/3 - Morte de Stálin;</p> <p>15/3 - Governo da URSS anuncia a Doutrina Malenkov da coexistência pacífica;</p> <p>17/6 - Rebelião em Berlim Oriental;</p> <p>19/6 – Execução do Casal Rosenberg na cadeira elétrica nos EUA, acusados de espionagem e transmissão</p>	<p>3/6 – Extinção unilateral pelo governo norte-americano da Comissão Mista Brasil-EUA;</p> <p>1/7 – Vicente Ráo é nomeado ministro das relações exteriores;</p> <p>3/10 – Criação da Petrobrás;</p> <p>9/10 – Editada a Instrução Nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC);</p> <p>16/11 – Firmado o Tratado de</p>	<p>7/1 – Constituição de um novo gabinete sob a presidência de René Mayer;</p> <p>21/5 – Demissão do Gabinete René Mayer;</p> <p>26/6 – Investidura do Gabinete Laniel;</p> <p>3/7 – Independência dos Estados da Indochina;</p> <p>20/8 – França promove a deposição</p>

	<p>de segredos atômicos para a URSS;</p> <p>27/7 - Armistício de Pan-Mun-Jom, pondo fim à Guerra da Coréia;</p> <p>7/8 - Tratado de Assistência Mútua entre EUA e Coréia do Sul;</p> <p>12/8 - Explosão da primeira bomba termonuclear soviética;</p> <p>7/9 - Nikita Krushev é nomeado Primeiro Secretário do Partido Comunista da União Soviética;</p> <p>8/12 - Proposição norte-americana pela cooperação internacional para a utilização pacífica do átomo (<i>Atoms for Peace</i>).</p>	<p>Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal;</p> <p>29/12 – Criação da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).</p>	<p>do sultão Bem Youssef do Marrocos;</p> <p>23/12 – René Coty é eleito presidente da República, após treze escrutínios sucessivos das duas câmaras nacionais.</p>
1954	<p>12/1 - John Foster Dulles anuncia a Doutrina das Represálias Massivas;</p> <p>25/1-18-2 - Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quatro (EUA, França, Grã-Bretanha e URSS) em Berlim;</p> <p>8/3 - Assinatura de novo tratado de assistência mútua entre o Japão e os EUA;</p> <p>31/3 - Proposição Molotov por um pacto europeu de segurança coletiva;</p> <p>26/4 - Início da Conferência de Genebra sobre a Coréia e a Indochina;</p> <p>29/4 - Tratado indo-chinês do Panch Shila sobre o Tibet;</p> <p>7/5 - Queda de Diên Biên Phu;</p> <p>19/5 - Pacto militar EUA-Paquistão;</p> <p>27/6 - Golpe de Estado sustentado pelos EUA na Guatemala contra o regime Arbenz;</p> <p>20/7 - Acordo de Genebra sobre a paz na Indochina - divisão do Vietnã pelo paralelo 17;</p> <p>27/7 - Acordo anglo-egípcio sobre a evacuação das bases do Canal de Suez;</p> <p>30/8 – Fracassa o projeto de criar a Comunidade</p>	<p>5/1 – Editado decreto federal que impõe restrições às remessas de capitais estrangeiros (remessas de lucros e pagamentos de dividendos);</p> <p>24/8 - Suicídio do Presidente Vargas;</p> <p>26/8 – João Café Filho assume a Presidência da República;</p> <p>26/8 – Raul Fernandes é nomeado chanceler.</p>	<p>21/1 – 400 notáveis do Marrocos Espanhol proclamam a sua fidelidade ao ex-sultão Mohammed Bem Youssef;</p> <p>25/1-18/2 – França participa da Conferência dos Ministros das Relações Exteriores dos Quatro em Berlim;</p> <p>7/5 – Queda de Diên Biên Phu, que marca a derrota francesa na Guerra da Indochina;</p> <p>18/6 – Investidura do Gabinete Pierre Mendes-France;</p> <p>20/7 – Acordo de Genebra sobre a Paz na Indochina – divisão do Vietnã no paralelo 17;</p> <p>31/7 – Discurso de Cartago de Pierre Mendès-France, pelo qual a França se compromete a encaminhar o processo de independência da Tunísia;</p> <p>30/8 – O parlamento francês põe fim ao debate sobre a Comunidade Européia de Defesa, recusando a sua ratificação;</p> <p>8/9 – Participação francesa na criação da OTASE;</p> <p>1/11 – Início da Insurreição da Argélia.</p>

	<p>Européia de Defesa (CED); 8/9 - Criação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE); 23/10 - Criação da União da Europa Ocidental; 2/12 - Acordo de defesa mútua entre os EUA e Taiwan, na seqüência do bombardeio do estreito de Formosa pela República Popular da China em 4/9.</p>		
1955	<p>24/2 - Criação do Pacto de Bagdá (a denominação CENTO - <i>Central Traty Organization</i> aparecerá somente em 1959); 5/4 - A África do Sul deixa a UNESCO; 15/4 - Assinatura do Tratado de Estado austríaco - fim da ocupação soviética e "neutralização" da Áustria; 18-24/4 - Conferência de Bandung reúne 29 países do Terceiro Mundo; 5/5 - Admissão da RFA na OTAN; 14/5 - Criação do Pacto de Varsóvia; 1-3/6 - Conferência de Messina - construção européia; 18-23/7 - Primeira conferência de cúpula desde 1945, reunindo os chefes de Estado e mandatários dos EUA, EUA, Grã-Bretanha e França - Eisenhower, Bulganin, Eden, Faure; 8/9 - Visita do chanceler da RFA, Konrad Adenauer a Moscou - estabelecimento de relações diplomáticas entre a RFA e a URSS; 19/9 - Golpe de Estado na Argentina depõe Perón; 10/12 - Enunciação da Doutrina Hallstein, segundo a qual a RFA romperia relações com qualquer país que reconhecesse a existência ou estabelecesse relações com a RDA; 14/12 - <i>Package Deal</i>, permitindo a admissão de 16</p>	<p>17/1 – Edição da Instrução N° 113 da SUMOC, que permite a importação de equipamentos estrangeiros sem a correspondente cobertura cambial; 3/8 – Firmado acordo entre Brasil e EUA sobre a utilização pacífica da energia atômica; 3/10 – Eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República.</p>	<p>5/2 – Destituição do gabinete Mendès-France; 23/2 – Constituição de um novo gabinete presidido por Edgar Faure; 12/4 – Edgar Faure declara que a França não procurará se dotar de armas nucleares; 15/5 – As últimas unidades militares francesas abandonam o Vietnã do Norte; 1/6 – Retorno triunfal de Habib Bourghiba a Tunis, após 3 anos de exílio; 18-23/7 – Participação de Edgar Faure na Cúpula dos Quatro de Genebra; 29/7 – Estado de emergência na Argélia; 30/8 – Troca de instrumentos de ratificação das Convenções Franco-Tunisianas, destinadas a reger as relações entre a França e a Tunísia, agora dotada de "autonomia interna"; 30/9 – A França se retira da Assembléia Geral da ONU, protestando contra a inscrição das questões argelina na ordem do dia; 23/10 – Fracasso do referendun sobre a autonomia do Sarre; 6/11 – França reconhece o sultão Mohammed Bem Youssef, exilado anos antes pelo próprio governo francês, como soberano legítimo do Marrocos; 16/11 – Retorno triunfal a Rabat do Sultão Bem Youssef; 25/11 – França retorna à Assembléia Geral da ONU.</p>

	novos Estados às Nações Unidas.		
1956	<p>29/1 - Admissão da RDA no Pacto de Varsóvia;</p> <p>14-25/2 - XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – Krushev apresenta em sessão secreta um relatório sobre os crimes da era stalinista;</p> <p>2/3- Independência do Marrocos;</p> <p>20/3 - Independência da Tunísia;</p> <p>17/4 - Dissolução do Kominform;</p> <p>17-21/7 - Encontro Tito-Nasser-Nehru em Brioni, como prenúncio da criação formal do Movimento dos Países Não-Alinhados;</p> <p>26/7 - Nacionalização do Canal de Suez;</p> <p>19/10 - Acordo de Paz entre Japão e URSS e estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países;</p> <p>23-31/8 - Insurreição em Budapest - a Hungria proclama a sua neutralidade;</p> <p>29/10 - Criação da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA;</p> <p>29/10 - Israel ataca o Egito - deflagração da segunda guerra árabe-israelense e intervenção franco-britânica (Crise de Suez);</p> <p>4-8/11 - Repressão da insurreição húngara pelas forças soviéticas;</p> <p>18/12 - Admissão do Japão na ONU.</p>	<p>3/1 – O Presidente eleito Juscelino Kubitschek parte em grande viagem pelos EUA e Europa;</p> <p>31/1 – Juscelino Kubitschek é empossado na Presidência da República;</p> <p>31/1 – José Carlos Macedo Soares é nomeado ministro das relações exteriores;</p> <p>22/7 – JK comparece à Conferência dos Chefes de Estado Americanos (Panamá);</p> <p>14/12 – Aquisição do porta-aviões Minas Gerais.</p>	<p>1/1 – Investido novo governo, presidido por Guy Mollet;</p> <p>20/3 – Independência da Tunísia;</p> <p>28/5 – Independência do Marrocos;</p> <p>5/6 – Acordo de Luxemburgo sobre a restituição do Sarre à RFA;</p> <p>19/6 – Acordo franco-norte-americano sobre a utilização pacífica do átomo – EUA cedem 40 quilos de urânio enriquecido à França;</p> <p>23/6 – Promulgação da Lei-quadro Deferre instituindo o sufrágio universal na União Francesa;</p> <p>2/8 – Declaração franco-britânica sobre a segurança do Canal de Suez;</p> <p>24/10 – Acordos secretos entre a França, Grã-Bretanha e Israel sobre o Canal de Suez;</p> <p>30/10 – Ultimato franco-britânico ao Egito;</p> <p>31/10 – França e Grã-Bretanha bombardeiam aeroportos no Egito;</p> <p>5/11 – Operação de pára-quedistas franceses e ingleses em Port Saïd (Egito) - O ministro soviético Bulganin exige imediatamente a sua retirada;</p> <p>6/11 – Franceses e ingleses se retiram do Egito.</p>
1957	<p>5/1 - Enunciação da Doutrina Eisenhower sobre o Oriente Próximo, que preconiza a concessão de ajuda econômica aos países da região com o objetivo de prevenir a expansão do comunismo e de manter a paz;</p> <p>25/1 - Anexação da Cachemira pela Índia;</p> <p>6/3 - Independência de Gana,</p>	<p>19/1 – Firmado acordo Brasil-EUA para instalação de base norte-americana no arquipélago de Fernando de Noronha;</p> <p>7/6 – Visita ao Brasil do Presidente de Portugal, General Francisco Craveiro Lopes.</p>	<p>7/1 – Início da Batalha de Alger;</p> <p>9/1 – Guy Mollet anuncia os princípios de sua política para a Argélia – igualdade de direitos entre as duas comunidades, autonomia de gestão, laços indissociáveis com a França;</p> <p>22/1 – Assembléia Nacional aprova o princípio de um Mercado Comum Europeu;</p> <p>24/3 – França assina os Tratados de Roma que instituem a Comunidade</p>

	<p>primeiro Estado da África Sub-saária a se emancipar; 25/3 - Assinatura dos Tratados de Roma, criando a Comunidade Econômica Européia; 4/10 - Lançamento do primeiro satélite pela URSS (<i>Sputnik</i>); 15/10 - Acordo de cooperação nuclear sino-soviético; 26/12 - Primeira conferência afro-asiática (Cairo); 3/11 – URSS lança o Suptnik II.</p>		<p>Econômica Européia; 21/5 – Demissão do governo Guy Mollet; 12/6 – Bourgès-Maunoury é organiza novo Gabinete/ 20/6 – Habib Bourghiba propõe a constituição de uma Comunidade Franco-Norte-Africana sob a égide do General de Gaulle; 6/11 – Félix Gaillard é investido como Presidente do Conselho de Ministros.</p>
1958	<p>1/2 – Anúncio da fusão do Egito e da Síria, que passam a compor a República Árabe Unida; 14/2 – Os reis Hussein da Jordânia e Fayçal do Iraque – ambos membros da dinastia dos Hachemita – assinam ato de constituição da União Federal Hachemita; 20/5 – Constituição oficial da Federação iraquiana-jordaniana; 1/6 - Ascensão do General de Gaulle ao poder na França; 15/7 - Intervenção norte-americana no Líbano; 23/8 - Bombardeio do Estreito de Formosa pela RPC; 24/9 - Memorandum do General de Gaulle sobre a reorganização da OTAN, rejeitado pelos EUA; 29/10 – O Cardeal Angelo Joseph Roncalli é eleito papa e é coroado como João XXIII; 31/10 - Início da Conferência de Genebra sobre a paralisação dos testes nucleares; 27/11 - Início da segunda crise de Berlim.</p>	<p>30/3 – Acordos entre Brasil e Bolívia para a exploração de petróleo, estabelecimento de ligações ferroviárias entre os dois países e intercâmbio comercial (Acordos de Roboré); 28/5 – JK lança a Operação Pan-Americana (OPA), em carta ao Presidente Eisenhower dos EUA; 20/6 – JK apresenta os princípios da OPA aos representantes estrangeiros acreditados no Rio de Janeiro; 4/8 – Visita do secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, ao Brasil – discussão sobre a Operação Pan-Americana.</p>	<p>8/2 – França bombardeia o povoado tunisiano de Sakiyet-Sidi-Youssef, onde eram retidos como reféns militares franceses – o governo da Tunísia aciona o Conselho de Segurança da ONU; 8/3 – O governo Félix Gaillard decide a fabricação de uma bomba atômica aerotransportada; 13/5 – Assembléia Nacional decide investir M. Pflimlin como presidente do Conselho; 13/5 – Revolta de Alger – manifestantes invadem o "Ministério da Argélia" em Alger (ou governo geral) – um Comitê de Salvação Pública é criado sob a presidência do General Massu – apelo é lançado ao General de Gaulle; 15/5 – De Gaulle se diz "pronto a assumir os poderes da República"; 1/6 – General de Gaulle é investido pela Assembléia Nacional; 17/6 – França retira suas forças da Tunísia, mas permanece instalada em Bizerta; 4/9 – De Gaulle apresenta o projeto de Constituição da V República; 14/9 – Primeira cúpula de Gaulle – Adenauer; 17/9 – Memorandum do general de Gaulle sobre a reorganização da OTAN, rejeitado pelos EUA três dias depois; 24/9 – Memorando secreto do General de Gaulle, conclamando os governos dos EUA e da Grã-Bretanha para a organização de um diretório do Ocidente, comandado</p>

			<p>por Washington, Londres e Paris – no mesmo documento de Gaulle subordinaria a participação da França na OTAN à aceitação de suas teses sobre a organização do poder mundial;</p> <p>28/9 – A Constituição da V República é adotada após referendo popular com esmagadora maioria;</p> <p>28/9 – Independência da Guiné, que recusa os acordos de Comunidade previstos pela Constituição da V República;</p> <p>31/10 – França não participa da Conferência de Genebra sobre a interrupção dos testes nucleares;</p> <p>27/12 – Desvalorização do franco no âmbito do acordo Pinay-Rueff (-17,5%);</p> <p>28/12 – De Gaulle é eleito pelo voto popular Presidente da República e da Comunidade Francesa</p>
1959	<p>1/1 – Entra em vigor o Mercado Comum Europeu;</p> <p>1/1 – Triunfo do movimento insurrecional cubano – Fidel Castro entra em Havana sete dias depois;</p> <p>19/3 - Revolta anti-chinesa no Tibet;</p> <p>24/3 - Iraque se retira do Pacto de Bagdá;</p> <p>20/6 - Fim da cooperação nuclear sino-soviética;</p> <p>14/8 – Marrocos solicita na ONU a inscrição na ordem do dia da Assembléia Geral a questão dos testes nucleares franceses no Saara;</p> <p>15/9 - Início da visita oficial de Krushev aos EUA;</p> <p>1/10- Viagem de Krushev à China - desentendimentos sobre os rumos da revolução socialista;</p> <p>1/12 - Firmado o Tratado de desmilitarização da Antártida.</p>	<p>24/7 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro do Japão , Shinsuke Kishi;</p> <p>10/8 – Horácio Lafer é nomeado ministro das relações exteriores;</p> <p>agosto – Missão comercial do Brasil à URSS;</p> <p>1/10 – Brasil assina o Convênio Internacional do Café.</p>	<p>7/1 – Publicação das diretrizes sobre a organização da defesa nacional;</p> <p>8/1 – De Gaulle é investido com primeiro presidente da V República; Michel Debré é nomeado primeiro-ministro;</p> <p>3/2 – Sessão inaugural do Conselho Executivo da Comunidade Francesa sob a presidência do General de Gaulle;</p> <p>11/3 – França retira a frota do Mediterrâneo do comando da OTAN;</p> <p>25/3 – França reconhece a linha Oder-Neisse;</p> <p>8/6 – França recusa a presença de armas nucleares dos EUA em seu território;</p> <p>14/8 - Inscrita na ordem do dia da Assembléia Geral da ONU a questão dos testes nucleares franceses no Saara;</p> <p>16/9 – General de Gaulle proclama o direito dos argelinos à autodeterminação, pela via de um referendo que daria a escolha entre a secessão, a assimilação ou a associação;</p> <p>3/11- Primeira apresentação de uma futura doutrina nuclear francesa em discurso pronunciado pelo General de Gaulle na Escola de Guerra.</p>

1960	<p>4/1 - Criação da Associação Européia de Livre Comércio, liderada pela Grã-Bretanha e reunindo alguns dos países da Europa Ocidental que não fazem parte da Comunidade Européia;</p> <p>13/1 - Transformação da OECE em Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), reunindo países industrializados de economia de mercado;</p> <p>13/2 - Explosão da primeira bomba atômica francesa;</p> <p>1/5 - Abatido um avião norte-americano U2, em sobrevôo de espionagem sobre a URSS;</p> <p>16/5 - Fracasso da Conferência de Cúpula de Paris, após a destruição do U2 norte-americano;</p> <p>16/7 - Ruptura de relações entre a URSS e República Popular da China - Retirada dos especialistas cooperantes soviéticos da RPC;</p> <p>14/9 - Criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP;</p> <p>8/11 - John Kennedy torna-se o 35º presidente dos EUA;</p> <p>14/12 - Voto pela Assembléia Geral da ONU da Resolução 1514 sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais.</p>	<p>24-25/2 – Presidente Eisenhower visita o Brasil;</p> <p>18/2 – Criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio – ALALC (Tratado de Montevideú);</p> <p>21/4 – Inauguração de Brasília, nova capital federal;</p> <p>9/8 – Visita de JK a Portugal para as comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique;</p> <p>3/10 – Jânio Quadros é eleito Presidente da República.</p>	<p>24/1 – Início da Semana das Barricadas em Alger;</p> <p>13/2 – Explosão da primeira bomba atômica em Reggane (Sahara);</p> <p>3-5/3 – Viagem do General de Gaulle à Argélia – presidente se manifesta por uma “Argélia argelina”;</p> <p>1/4 – Explosão da segunda bomba atômica francesa em Reggane;</p> <p>16/5 – Cúpula de Paris – última participação francesa e inglesa em uma cúpula com os norte-americanos e soviéticos;</p> <p>5/9 – Proposição do general de Gaulle pelo estreitamento da cooperação política na Europa;</p> <p>30/7 – De Gaulle propõe ao Chanceler Adenauer uma "União política da Europa", fundada sobre a cooperação dos Estados e não sobre instituições supranacionais;</p> <p>6/12 – A Assembléia Nacional aprova o projeto da Força Nacional de Dissuasão;</p> <p>9-13/12 – Viagem do General de Gaulle à Argélia;</p> <p>19/12 – Assembléia Geral da ONU reconhece o direito do povo argelino à independência.</p>
1961	<p>2/1 - Ruptura de relações entre os EUA e Cuba, na seqüência das nacionalizações de 14/10/1960 e do acordo soviético sobre o açúcar cubano;</p> <p>13/3 - O Presidente Kennedy lança a Aliança para o Progresso;</p> <p>12/4 – O astronauta soviético Iuri Gagarin efetua o primeiro vôo espacial, girando em torno da terra durante 99 minutos a uma altitude situada entre 175 e</p>	<p>31/1 – Jânio Quadros assume a Presidência da República;</p> <p>31/1 – Afonso Arinos de Melo Franco é nomeado chanceler;</p> <p>22/4 – Jânio Quadros encontra o Presidente Arturo Frondizi da Argentina em Uruguaiiana – firmado o Convênio de Amizade e Consulta entre o Brasil e a Argentina (Encontro de Uruguaiiana);</p> <p>abril-junho – Missão João Dantas aos países da Europa Oriental;</p> <p>maio – Missão Roberto Campos aos países da Europa Ocidental;</p> <p>26/7 – Quadros decide</p>	<p>8/1 – Sucesso na França do referendo sobre a autodeterminação da Argélia;</p> <p>20/3 – França se recusa a contribuir nas despesas da força das Nações Unidas no Congo;</p> <p>22-25/4 – Putsch dos generais na Argélia;</p> <p>20/5 – Abertura das negociações entre a França e o GPRA em Evian;</p> <p>31/5-2/6 – Cúpula Kennedy – de Gaulle em Paris, na qual estimam a possibilidade de reconhecer a RDA;</p> <p>17-23/7 – Questão de Bizerta com a Tunísia, que reivindica a desocupação das bases francesas na</p>

	<p>380 km; 18-20/4 - Fracasso do desembarque de opositores ao regime de Fidel Castro apoiados pelos EUA - episódio da Baía dos Porcos; 5/5 – Primeiro vôo espacial de um astronauta norte-americano (Alan Shepard); 3-4/6 - Primeira cúpula americano-soviética - Kennedy-Krushev reúnem-se em Viena; 16/6 - Início do engajamento militar dos EUA no Vietnã do Sul; 14/7 – Publicação da encíclica <i>Mater et Magistra</i> sobre a questão social; 12-13/8 - Construção do Muro de Berlim; 1-6/9 - Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados em Belgrado, reunindo 25 Estados; 10/12 - Ruptura de relações diplomáticas entre a URSS e a Albânia; 18/12 - Forças militares da Índia ocupam os enclaves portugueses de Goa, Damao e Diu - A assembléia geral da ONU se recusa a condenar a ocupação.</p>	<p>restabelecer relações diplomáticas com a URSS, rompidas desde 1946; 19/8 – Jânio Quadros condecora Ernesto Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul; agosto – Missão João Goulart à República Popular da China; 25/8 - Renúncia de Jânio Quadros; 2/9 – Uma emenda constitucional institui o regime parlamentarista; 7/9 – João Goulart empossado na Presidência da República – Tancredo Neves empossado como Primeiro Ministro; 7/9 – Francisco Clementino San Tiago Dantas é nomeado ministro das relações exteriores; 23/11 – Restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS.</p>	<p>região; 27/7 – Acordo secreto de cooperação França-EUA para o estabelecimento de sistemas de armas atômicas; 25/8 – O Conselho de Segurança da ONU solicita à França a evacuação de Bizerta – retirada será anunciada em 4/10/1962; 2/11 – Rejeição do primeiro Plano Fouchet de união política européia.</p>
1962	<p>14/1 - Adoção dos primeiros textos regulamentando a Política Agrícola Comum da Comunidade Econômica Européia; 22/1 – Conferência da OEA em Punta Del Este suspende a participação de Cuba da organização; 2/2 - Cuba é expulsa da OEA; 7-18/3 - A Conferência de Evian, entre o governo Francês e o autodenominado Governo Provisório da República da Argélia organiza a independência argelina; 4/5 – O Secretário de Defesa norte-americano, Robert McNamara anuncia a Doutrina da Resposta</p>	<p>31/1 – Brasil se abstém na votação que acabou por expulsar Cuba da OEA; 3-9/4 – Visita de João Goulart aos EUA; 9-11/4 – Visita de João Goulart ao México; 24/9 – Hermes Lima acumula a chefia de governo com a pasta das relações exteriores; 15/12 – Goulart recebe o secretário de justiça dos EUA, Robert Kennedy, para tratar das indenizações devidas pelo Brasil nos casos AMFORP e ITT, encampadas pelo governador do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola).</p>	<p>18/1 – Rejeição do Segundo Plano Fouche de união política européia; 7-18/3 – Conferência de Evian sobre a Argélia – cessar fogo efetivo em 18/3; 18/3 – De Gaulle anuncia a conclusão dos Acordos de Evian, que serão submetidos a referendo popular; 19/3 – Cessar fogo em Alger – a Organização do Exército Secreto (OAS) lança uma greve geral que é largamente seguida na capital da Argélia e em Oran; 19/3 – URSS reconhece <i>de jure</i> o GPRA; 23/3 – Ofensiva da OAS contra a independência da Argélia; 8/4 – Referendum na França sobre a aceitação dos Acordos de Evian relativos à independência da Argélia, por 90,7% dos votos</p>

	<p>Gradual; 11/10 – O papa João XXIII abre o Concílio Vaticano II, na presença de 2439 concilianistas de 90 nacionalidades; 14-28/10 - Crise dos mísseis de Cuba; 21/12 - Acordo anglo-americano de Nassau, sobre o fornecimento de mísseis Polaris à Grã-Bretanha.</p>		<p>válidos; 14/4 – Renúncia do gabinete Michel Debré; Georges Pompidou torna-se primeiro-ministro; 15/5 – Entrevista coletiva (conferência de imprensa) do general de Gaulle sobre a dissuasão francesa; 17/5 – Oposição do presidente Kennedy sobre a existência de forças nacionais de dissuasão; 4/7 – Atentado em Oran faz várias centenas de mortos europeus – o êxodo de elementos da comunidade européia residente na Argélia em condições freqüentemente dramáticas se intensifica; 2-8/7 – Viagem oficial do chanceler Adenauer à França; 18/7 – Decreto sobre a organização da defesa nacional; 20/7 – Restabelecimento das relações diplomáticas da França com a Tunísia; 22/8 – De Gaulle escapa de um atentado em Petit-Clamart; 10/9 – França restabelece relações diplomáticas com a Arábia Saudita, Jordânia e Síria; 15-17/9 – Visita oficial do General de Gaulle à RFA; 28/10 – Referendo sobre a eleição por sufrágio universal do Presidente da República – 62,25% de "sim" contra 37,75% de "não".</p>
1963	<p>14/1 - O presidente da França, General de Gaulle, anuncia pela primeira vez a sua oposição formal à admissão da Grã-Bretanha na CEE; 22/1 - Adoção do Tratado de Consultas franco-alemão; 10/4 – Publicação da Encíclica <i>Pacem in Terris</i>; 21/5 - Acordo americano-soviético sobre a utilização pacífica do átomo; 25/5 - Adoção da Carta da Unidade Africana em Adis-Abeba; 3/6 – Morte do papa João XXIII – o Conclave se reúne no dia 19 e elege dois dias depois o Cardeal Montini,</p>	<p>6/1 – Realização do plebiscito sobre o retorno ao presidencialismo; 19/2 – Tem início a Guerra da Lagosta entre o Brasil e a França, que resolve enviar um navio de guerra para o litoral brasileiro para proteger os interesses de seus súditos; 25/3 – Ministro da Fazenda San Tiago Dantas visita os EUA – Acordo com a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID); 22/4 – Goulart visita o Chile; 18/6 – Evandro Cavalcante Lins e Silva assume o Ministério das Relações Exteriores; 22/8 – João Augusto de Araújo Castro é nomeado chanceler;</p>	<p>14/1 – General de Gaulle opõe-se à admissão da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu; 22/1 – De Gaulle e Adenauer firmam o Tratado de Amizade Franco-Alemão, que tem o espírito geral de estabelecer uma união política entre os dois países – definição de posições políticas análogas em política externa etc; 19/2 – Guerra da Lagosta entre Brasil e França; 4/4 – França restabelece relações diplomáticas com o Egito; 2/5 – Adoção pelo Conselho de Defesa das diferentes fases de implementação da Força Nuclear Estratégica; 20/7 – Por iniciativa da França, é assinada a Convenção de laundê I,</p>

	<p>que é coroado papa como Paulo IV;</p> <p>20/6 - Instalação da linha vermelha ligando Washington a Moscou;</p> <p>23/6 - Visita de Kennedy a Berlim Ocidental;</p> <p>20/7 - Assinatura da Convenção de Iaundê I;</p> <p>5/8 - Assinatura do Tratado de Moscou, proibindo os testes nucleares nos espaços atmosférico, extra-atmosférico e submarinos;</p> <p>22/11 - Assassinato do presidente Kennedy - Lyndon Johnson torna-se o 36º presidente dos EUA;</p> <p>17/12 - O Conselho de Segurança da ONU é aumentado para 15 membros, sendo que a composição dos membros permanentes com direito a veto permanece inalterada.</p>	<p>19/9 – Araújo Castro pronuncia o discurso dos 3 D's (Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento) na abertura da XVIII Assembléia Geral da ONU.</p>	<p>associando à CEE 18 Estados africanos;</p> <p>5/8 – França se recusa a aderir ao Tratado de Moscou sobre os testes nucleares;</p> <p>7/11 – Assembléia Nacional vota os créditos da "Force de Frappé" – o ministro da defesa anuncia que esta se tornou "operacional";</p>
1964	<p>4-6/1 – Peregrinação de Paulo IV pela Terra Santa;</p> <p>27/1 - França reconhece a República Popular da China;</p> <p>23/3-16/6 - Reunião da I Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) em Genebra;</p> <p>21/4 - Acordo americano-soviético para a redução da produção de materiais fisséis com fins militares;</p> <p>4/5 - Abertura da Rodada Kennedy do GATT;</p> <p>28/5 - Criação da Organização para a Libertação da Palestina, no Cairo;</p> <p>5-10/10 - Segunda Conferência dos Países Não-Alinhados, no Cairo;</p> <p>14/10 - Destituição de Kruschev - Leonid Brejnev torna-se Primeiro Secretário do PCUS;</p> <p>16/10 - Explosão da primeira bomba atômica chinesa.</p>	<p>17/1 – Promulgada lei que impõe restrições à remessa de lucros para o exterior;</p> <p>30/1 – Renovação do Tratado de Assistência Militar entre Brasil e EUA;</p> <p>31/3 – João Goulart é deposto por Golpe Militar;</p> <p>15/4 – Marechal Humberto Castelo Branco empossado na Presidência da República;</p> <p>15/4 – Vasco Tristão Leitão da Cunha nomeado chanceler;</p> <p>20/4 – Venezuela rompe relações diplomáticas com o Brasil;</p> <p>13/5 – Brasil rompe relações diplomáticas com Cuba;</p> <p>23/6 – Anunciada a concessão de empréstimo de US\$ 50 milhões do governo norte-americano ao Brasil;</p> <p>1/7 – Países credores do Brasil reunidos no Clube da Haia (Áustria, Bélgica, EUA, França, Itália, Japão, Holanda, RFA, Inglaterra e Suíça) resolvem reescalonar as dívidas brasileiras;</p> <p>19-27/8 – Léopold Senghor, Presidente do Senegal, visita o Brasil;</p> <p>13-16/10 – Presidente da França</p>	<p>7/1 – França oferece sua ajuda militar ao Camboja que acabara de proclamar a neutralidade ao renunciar à ajuda norte-americana;</p> <p>14/1 – Decreto organizando as “forças estratégicas aéreas francesas”;</p> <p>27/1 – França reconhece a República Popular da China (missão Edgar Faure);</p> <p>31/1 – França adota posição em favor da neutralidade do sudeste asiático;</p> <p>18-20/2 – França intervém no Gabão para restabelecer o presidente M’Ba;</p> <p>16-19/3 – Visita do General de Gaulle ao México;</p> <p>23/3-16/4 – I UNCTAD em Genebra – França propõe plano de estabilização dos preços das matérias primas;</p> <p>6/6 – General de Gaulle se recusa a se associar às comemorações do 20º aniversário do desembarque aliado na Normandia;</p> <p>23/7 – França recusa a força multilateral da OTAN;</p> <p>21/9-16/10 – Viagem do General de Gaulle à América Latina.</p>

		Charles de Gaulle visita o Brasil.	
1965	<p>7/2 - Início dos bombardeios dos EUA sobre o Vietnã do Norte;</p> <p>29/4 - Intervenção da OEA em São Domingo;</p> <p>28/7 – Presidente Johnson anuncia que o contingente militar norte-americano que intervirá no Vietnã será composto por 125 mil homens;</p> <p>24/8 - Conflito indo-paquistanês da Cachemira;</p> <p>1/10 - Golpe de Estado na Indonésia, na seqüência de um <i>putsch</i> comunista;</p> <p>2/11 - Adiamento da Conferência Afro-Asiática de Alger.</p>	<p>13/1 – Acordos do Brasil com o FMI (concessão de créditos de US\$ 125 milhões);</p> <p>19/1 – Acordos do Brasil com a Aliança para o Progresso;</p> <p>27/3 – Inaugurada a Ponte da Amizade, ligando o Brasil ao Paraguai;</p> <p>maio – Brasil integra a Força Interamericana de Paz com 1.100 homens para a intervenção na República Dominicana;</p> <p>maio-junho – Missão comercial brasileira à África Ocidental (Senegal, Gana, Libéria, Costa do Marfim e Camarões);</p> <p>4-10/5 – Visita do Xá do Irã, Reza Pahlevi, ao Brasil;</p> <p>4/9 – Missão chefiada pelo Ministro da Fazenda, Roberto Campos, a Moscou;</p> <p>10/9 – Visita do presidente da Itália, Giuseppe Saragat, ao Brasil;</p> <p>15/10 – Brasil reconhece o novo Estado de Cingapura.</p>	<p>4/2 – General de Gaulle critica o <i>Gold Exchange Standard</i> e propõe o retorno ao padrão ouro;</p> <p>27/2 – Assinatura de acordo entre a França e o Québec estabelecendo o intercâmbio e a cooperação no domínio da educação;</p> <p>6/5 – França condena a intervenção norte-americana em São Domingo;</p> <p>30/5 – França se recusa a participar das manobras multinacionais da OTAN previstas para o ano de 1966;</p> <p>30/6 - Início da “Crise do assento vazio” – a França decide não participar do Conselho de Ministros da CEE durante 6 meses, por não concordar com o encaminhamento das negociações sobre o financiamento da Política Agrícola Comum;</p> <p>19/7 – Recusa da França de se associar à proposição norte-americana de reunião monetária internacional;</p> <p>29/7 – Acordo de associação entre a França e a Argélia para a produção de hidrocarbonetos;</p> <p>29/9 – Couve de Murville, ministro dos negócios estrangeiros, discursa na AGNU e pede a pronta admissão da RPC na Organização;</p> <p>9/12 – Eleição do General de Gaulle no segundo turno da primeira eleição presidencial por sufrágio universal.</p>
1966	<p>3-15/1 - Conferência Tricontinental em Havana;</p> <p>10/1 - Mediação soviética no conflito indo-paquistanês;</p> <p>19/1 - Indira Gandhi é nomeada Primeira Ministra da Índia;</p> <p>7/3 - Anúncio da retirada da França da OTAN;</p> <p>16/5 – Início da Revolução Cultural na China;</p> <p>4/7 - Declaração dos países do Pacto de Varsóvia em favor da abertura de negociações sobre a segurança e a cooperação na Europa;</p> <p>28/10 – ONU retira o mandato da África do Sul</p>	<p>17/1 – Juracy Magalhães nomeado ministro das relações exteriores;</p> <p>22/6 – Brasil e Paraguai assinam a Ata das Cataratas (Foz do Iguazu), sobre o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná;</p> <p>1/7 – Governo brasileiro reconhece o governo Onganía da Argentina;</p> <p>18-25/7 – Visita ao Brasil de Zalman Shazar, Presidente de Israel;</p> <p>9/8 – Firmado Protocolo de Comércio entre Brasil e URSS no valor de US\$ 100 milhões;</p> <p>setembro-outubro – Segunda missão comercial brasileira para a África Ocidental visita África do</p>	<p>7/3 – De Gaulle anuncia ao Presidente Johnson que a França se retirará da organização militar integrada que foi desenvolvida após 1949, mas que o país permanecerá na Aliança Atlântica;</p> <p>10-11/3 – França anuncia aos aliados da OTAN que está solicitando a retirada de seu território de todos os comandos atlânticos;</p> <p>31/3 – França denuncia a convenção de 1952 sobre o estatuto dos Estados Maiores integrados da OTAN;</p> <p>20/6-1/7 – Viagem do General de Gaulle à URSS;</p> <p>2/7 – Primeiro teste nuclear francês na Polinésia;</p>

	<p>sobre a Namíbia; 13-14/12 - Primeiros bombardeios dos EUA sobre a cidade de Hanói; 16/12 - O Conselho de Segurança da ONU decide impor sanções econômicas à Rodésia; 16/12 - Adoção do Pacto sobre os direitos civis e políticos e do Pacto relativo aos direitos econômicos, sociais e culturais.</p>	<p>Sul, Angola, Moçambique, Costa do marfim e Gana; 3/10 – O General Costa e Silva é eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional; novembro – Missão comercial à URSS e Iugoslávia.</p>	<p>31/8 – Discurso de Phnom Penh, no qual o General de Gaulle incita os EUA a se desengajarem do Vietnã; 21/12 – Acordo sobre o estatuto das forças francesas na RFA.</p>
1967	<p>27/1 – Assinatura do Tratado sobre a Utilização Pacífica do Espaço; 14/2 – Assinatura do Tratado de Tlatelolco sobre a desnuclearização da América Latina; 21/4 - Golpe de Estado na Grécia; 16/5 - Conclusão da Rodada Kennedy do GATT – desarmamento aduaneiro em cinco anos; 5-10/6 - Terceira guerra árabe-israelense, dita dos "Seis Dias"; 17/6 - Explosão da primeira bomba termonuclear chinesa; 23-25/6 - Cúpula de Glassboro entre L. Johnson e Kossygni; 27/6 – O parlamento israelense aprova a anexação da parte jordaniana da cidade de Jerusalém; 14/7 – A Assembléia Geral Extraordinária da ONU vota duas resoluções sobre a crise do Oriente Médio – uma contra a unificação de Jerusalém e outra sobre a ajuda aos refugiados palestinos; 8/8 - Criação da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); 11/9 – A sonda norte-americana Surveyor V pousa na Lua e empreende estudos químicos do solo; 18/10 – A sonda soviética Vênus IV pousa no planeta Vênus e transmite</p>	<p>16/1 – Juracy Magalhães firma em Paris o Acordo de Cooperação Franco-Brasileira em questões culturais, técnicas e educacionais; 23-27/1 – Visita do Chanceler Juracy Magalhães ao Japão; 25/1 – Firmado Protocolo Comercial entre o Brasil e a Polônia; 27/1 – Juracy Magalhães inicia visita a Taiwan; 30/1 - Assinado protocolo de cooperação econômica e técnica com a URSS; 15/3 – Artur da Costa e Silva é empossado na Presidência da República; 15/3 – José de Magalhães Pinto é nomeado ministro das relações exteriores; 6/4 – Anunciados os vetores da "Diplomacia da Prosperidade", nome sob o qual será conhecida a plataforma de política externa do novo governo; 8/4 – Firmada Ata de Cooperação entre Brasil e Israel sobre a Energia Nuclear; 22/4 – Instituído o “Dia da Comunidade Luso-Brasileira”, pelos governos do Brasil e de Portugal; 9/5 - Assinado o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares (TNP) na América Latina (Tratado do Tlatelolco, no México); Brasil mantém restrições ao Tratado; 19/5 – Os governos do Brasil e da França firmam a Ata de Entendimentos Relativos à Cooperação em Matéria de Energia Nuclear; 27/8 – Firmado o Acordo Nuclear</p>	<p>27/1 – França se recusa a aderir ao Tratado sobre a Utilização Pacífica do Espaço; 14/2 – França se recusa a aderir ao Tratado de Tlatelolco; 29/3 – Lançamento do <i>Redoutable</i>, primeiro submarino nuclear francês; 22/4 – Acordos secretos Aillert-Lemnitzer, precisando a missão das forças francesas na OTAN; 16/5 – Segundo veto do General de Gaulle à admissão da Grã-Bretanha na CEE; 5-10/6 – Segunda guerra árabe-israelense – França suspende todos os fornecimentos de material a Israel; 15-27/7 – Viagem do General de Gaulle ao Québec (“<i>Vive le Québec Libre</i>”) – anulação da visita a Ottawa; 6-12/9 – Viagem do General de Gaulle à Polónia (“<i>L’Europe de l’Atlantique à l’Oural</i>”); 21/11 – França se retira do “Pool do Ouro”; 27/11 – Entrevista coletiva do General de Gaulle (conferência de imprensa) sobre a nova política da França para o Oriente Médio – menção ao povo judeu, “<i>peuple d’élite, sùr de lui et dominateur</i>”.</p>

	<p>informações à Terra; 10-24/10 - Elaboração em Alger da Carta dos Direitos Econômicos dos Estados (Carta de Alger), constituindo o ato de nascimento do Grupo dos 77; 22/11 - Adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da Resolução 242 como princípio de regulação do conflito árabe-iraelense.</p>	<p>entre Brasil e Argentina; 30/11 – Firmada pelos governos brasileiro e argentino Ata sobre a pesca e conservação dos recursos naturais do Atlântico Sul.</p>	
1968	<p>3/1 - Nomeação de A. Dubcek para a liderança do Partido Comunista na Tchecoslováquia - início da Primavera de Praga; 9/1 – A Arábia Saudita, o Kuwait e a Líbia criam a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo; 27/1 - Início da ofensiva norte-vietnamita de Tet; 1/2-25/3 - Reunião da II Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) em Nova Delhi; 14/3 – A Conferência sobre o Desarmamento aprova o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, apresentado pelos EUA e pela URSS; 31/3 - Interrupção dos bombardeios no Vietnã do Norte e acordo dos EUA para iniciar negociações; maio – Protestos estudantis e sindicais na França; 19/6 - Declaração de intenção dos EUA, URSS e Grã-Bretanha sobre as garantias de segurança para os Estados que se engajarem a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP); 21/6 - O Conselho Atlântico reunido em Reikjavik aceita entabular negociações com o Pacto de Varsóvia sobre a segurança na Europa; 1/7 - Adoção por 59 Estados do Tratado de Não-</p>	<p>18/1 – Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Grã-Bretanha; 1/2 – Firmada a Ata de Cooperação entre o Brasil e os Países Baixos sobre estudos aeronáuticos; 27/4 – Visita o Brasil o primeiro ministro da Tailândia; 30/4 – Anúncio da concessão de empréstimo do FMI no valor de US\$ 85 milhões; 20/5 – Magalhães Pinto participa da II Conferência de Chanceleres da Bacia do Prata em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia); 20/4 – Firmado acordo de cooperação sobre a utilização da energia atômica entre o Brasil e a Espanha; 21/6 – Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Democrática do Congo; 1/7 – Brasil se recusa a aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear; 5/9 – Visita do presidente do Chile ao Brasil; 10/10 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Sudão; 22/10 – Visita do Chanceler Willy Brandt, da RFA, ao Brasil; 31/10 – Brasil estabelece relações diplomáticas com a Costa do Marfim; 13/12 – Editado o Ato Institucional No. 5; 18/12 – Acordo de Utilização Pacífica de Energia Nuclear entre Brasil e Índia; 23/12 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o</p>	<p>Fevereiro – Intervenção militar francesa no Tchad para sustentar o presidente Tombalbaye; 31/1 – França evacua a base de Mers El Kebir na Argélia; 30/3 – Crise do Ouro – França se opõe à reforma do FMI; 3/5 – Violentas manifestações estudantis em Paris – a União Nacional dos Estudantes lança uma ordem de greve geral; 6/5 – Enfrentamento entre os estudantes e a polícia em Paris – Centrais Sindicais convocam uma greve de solidariedade aos estudantes; 14-18/5 – Viagem do General de Gaulle à Romênia; 30/5 – De Gaulle dissolve a Assembléia Nacional – 1 milhão de franceses manifestam seu apoio ao Presidente; 1/7 – França não participa do TNP; 24/8 – Explosão da primeira bomba termonuclear francesa.</p>

	<p>Proliferação; 20-21/8 - Intervenção do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia – Fim da Primavera de Praga; 24/8 - Explosão da primeira bomba termonuclear francesa; 6/11 - Richard Nixon torna-se o 37º presidente dos EUA.</p>	<p>Brasil e o Reino da Arábia Saudita.</p>	
1969	<p>18/1 - Abertura da Conferência de Paris sobre o Vietnã (EUA, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul); 2/3 - Início de incidentes fronteiriços entre a China e a URSS; 30/5 - Abandono oficial da Doutrina Hallstein; 8/6 - Encontro Nixon-Thieu a propósito do desengajamento norte-americano e da "vietnamização" do conflito; 21/7 – Primeiro homem na lua (Missão Apolo 11 – EUA); 22/7 – Parlamento espanhol ratifica a designação de Juan Carlos de Bourbon pelo ditador Franco como seu sucessor; 29/7 - Renovação da Convenção de Iandê; 1/9 - Golpe de Estado do Coronel Khadafi na Líbia; 22-24/9 - Criação em Rabat (Marrocos) da Conferência Islâmica; 4/11 – Em instruções aos embaixadores da RFA, Willy Brandt indica que o governo federal não mais considera um ato de animosidade contra a Alemanha Federal o reconhecimento da RDA por Estados terceiros; 17/11 - Início das negociações estratégicas SALT em Helsinki; 1-12/12 - Cúpula Européia na Haia, que organiza a dinamização da integração na Europa; 23/12 - Fim da Cúpula Árabe de Rabat, onde Iasser Arafat foi recebido com honras de</p>	<p>25/3 – Visita ao Brasil do ministro da Pesquisa Científica da RFA – início do programa de cooperação nuclear entre os dois países; 22-25/4 - I Reunião Extraordinária dos Chanceleres dos países da Bacia do Prata; 23/4 - Assinatura do Tratado da Bacia do Prata; 9/5 – Visita do presidente do Uruguai ao Brasil; 9/6 – Magalhães Pinto visita a RFA; 8-12/7 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro de Portugal, Marcelo Caetano; 31/8 – Presidente Costa e Silva é afastado em função de um acidente vascular cerebral – Junta composta pelos ministros militares assumem o governo; 4/9 – Sequestro do Embaixador dos EUA no Brasil, Charles Elbrick, por um grupo terrorista de esquerda; 30/10 – Emílio Garrastazu Médici é escolhido Presidente da República; 30/10 – Mário Gibson Barboza é nomeado ministro das relações exteriores; 2/12 – Firmado Protocolo sobre o fornecimento de maquinaria e equipamentos da URSS ao Brasil.</p>	<p>3/1 – Governo francês decide impor um embargo sobre as armas tendo por destinação Israel, na seqüência do bombardeio israelense sobre o aeroporto de Beirute; 28/2 – Visita do Presidente Nixon à França – início da distensão franco-norte-americana; 28/4 – General de Gaulle deixa o poder em razão de sua derrota no referendun sobre a regionalização e sobre a reforma do Senado; 15/6 - Georges Pompidou é eleito Presidente da República; 8/8 – Desvalorização do franco (-12,5%); 21/10 – Willy Brandt é nomeado chanceler da RFA – reaproximação com a França para favorecer a Ostpolitik; 1-2/12 – Cúpula da Haia em favor da dinamização européia, por iniciativa da França – Georges Pompidou se pronuncia a favor do aprofundamento da integração e da adesão de novos membros.</p>

	Chefe de Estado.		
1970	<p>22/1 – Willy Brandt propõe oficialmente a abertura do diálogo entre as duas Alemanhas;</p> <p>19/3 - Encontro entre Willy Brandt e Willy Stoph - início da <i>Ostpolitik</i>;</p> <p>30/4 - Intervenção dos EUA no Camboja;</p> <p>6/5 - Tratado de Assistência Mútua entre a URSS e a Tchecoslováquia - menção da Doutrina Brejnev, dita da "soberania limitada";</p> <p>19/6 - Plano Rogers para a regulação do conflito no Oriente Médio, de iniciativa dos EUA;</p> <p>1/7 - Restabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e a RPC, rompidas em 1967;</p> <p>12/8 - Tratado RFA-URSS;</p> <p>1/25/9 - Combates entre as forças jordanianas e forças palestinas (Setembro Negro);</p> <p>28/9 - Morte de Nasser - Anuar El Sadat ascende ao poder no Egito;</p> <p>8-10/10 - III Conferência dos Países Não-Alinhados em Lusaka (Zâmbia);</p> <p>13/11 - Golpe de Estado na Síria - Hafez Assad ascende ao poder;</p> <p>7/12 - Assinatura do Tratado RFA-Polônia.</p>	<p>11/3 – Seqüestrado o Cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okushi, por unidades terroristas;</p> <p>25/3 – Governo brasileiro aumenta unilateralmente a extensão do mar territorial para 200 milhas;</p> <p>20/4 – Ministério das Relações Exteriores é transferido para Brasília;</p> <p>11/6 – Seqüestrado o Embaixador da RFA, Ehrenfried von Holleben;</p> <p>27/7 – Visita de Mário Gibson Barboza ao Japão para tratar da cooperação científico-tecnológica e intercâmbio comercial;</p> <p>22-26/9 – Visita do chanceler japonês ao Brasil – Assinatura do Acordo Nipo-Brasileiro de Cooperação Técnica;</p> <p>7/12 – Seqüestro do Embaixador da Suíça no Rio de Janeiro, Giovanni Enrico Bücher.</p>	<p>10/1 – Governo francês anuncia a venda de 100 aviões Mirage à Líbia, sob a condição de não serem utilizados "contra Israel";</p> <p>31/1 – Visita oficial de Willy Brandt à França – Paris aprova a <i>Ostpolitik</i>;</p> <p>20/3 – Criação da Agência de Cooperação Técnica e Cultural, tendo por objetivo promover os objetivos do governo ligados à francofonia;</p> <p>23/2-3/3 – Visita de Georges Pompidou aos EUA, em clima de forte tensão nas relações bilaterais, em virtude da questão dos aviões Mirage;</p> <p>9/11 – Morre o General de Gaulle em Colombey-les-Deux-Églises;</p>
1971	<p>11/2 - Assinatura do Tratado de Desnuclearização dos Fundos Marinhos;</p> <p>24/2 - Nacionalização do petróleo argelino;</p> <p>26/3 - Rebelião separatista do Paquistão Oriental;</p> <p>27/5 - Assinatura do Tratado de Amizade e de Cooperação entre a URSS e o Egito;</p> <p>23/6 – Anunciado acordo entre os membros da CEE quanto à adesão da Grã-Bretanha à comunidade;</p> <p>9/8 - Assinatura do Tratado de Amizade e Assistência Mútua entre a URSS e a Índia;</p>	<p>31/3 – Firmado o Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Espanha, durante a visita ao Brasil do chanceler espanhol Gregório Lopes Bravo;</p> <p>20/4 – Visita do ministro das relações exteriores da RFA ao Brasil – firmado Convênio Especial sobre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de pesquisas Nucleares de Julich, financiamento de estudos geológicos e minas e assistência técnica);</p> <p>3-5/5 – Visita de Mário Gibson Barboza ao Paraguai;</p> <p>3/6 – Declaração de Assunção, sobre o aproveitamento dos rios</p>	<p>19-21/5 – Encontro Heath-Pompidou – Acordo sobre a admissão da Grã-Bretanha na CEE;</p> <p>29/5 – Primeiros testes de balísticas efetuados a bordo de um submarino nuclear francês lançador de artefatos ;</p> <p>3/9 – Acordo dos Quatro sobre o estatuto de Berlim;</p> <p>25/10 – Visita de Leonid Brejnev à França, com o "objetivo de limpar as relações franco-soviéticas da sujeira da Guerra Fria";</p> <p>13-14/12 – Acordo Nixon-Pompidou em Açores sobre a modificação das paridades monetárias.</p>

	<p>15/8 - Suspensão da conversibilidade do dólar; 3/9 - Acordo dos Quatro sobre Berlim Ocidental; 25/10 - Admissão da República Popular da China na ONU; 2-17/12 - Guerra indo-paquistanesa - independência de Bangladesh; 18/12 – Acordos do Smithsonian, pelos quais o dólar norte-americano é desvalorizado.</p>	<p>internacionais – IV Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata; 11/6 – Araújo Castro denuncia o <i>congelamento do poder mundial</i>; 7/7 – Médici e Stroessner inauguram a ponte sobre o Rio Apa; 10-23/7 – Mário Gibson Barboza visita diversos países da América Central (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica); 25/10 – Brasil vota a favor da admissão da República Popular da China na ONU; 7-12/12 – Médici visita os EUA.</p>	
1972	<p>21-28/2 - Viagem de Nixon à República Popular da China - Comunicado de Xangai; 9/4 - Tratado de Amizade e Cooperação entre a URSS e o Iraque; 10/4 – Firmada a Convenção de Proibição de Armas Bacteriológicas; 13/4-21/5 - III UNCTAD, em Santiago do Chile; 26/5 - Assinatura do Tratado SALT I em Moscou; 26/5 – Firmado o acordo de circulação entre a RFA e a RDA; 1/6 - Nacionalização do petróleo iraquiano; 16/6 - Declaração de Estocolmo sobre o Meio-ambiente; 18/7 - Expulsão dos conselheiros militares soviéticos do Egito; 6/9 – Atentado contra a delegação israelense nos Jogos Olímpicos de Munique; 25-30/9 - Viagem do Primeiro Ministro japonês à República Popular da China - normalização das relações entre o Japão e a RPC; 22/11 - Início da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, em Helsinki; 18/12 - Retomada dos</p>	<p>1-7/2 – Visita do ministro do planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, ao Japão; 12-15/3 – Visita o Brasil o Presidente da Argentina, General Alejandro Lanusse; 22-29/4 – Visita ao Brasil do Presidente de Portugal, Américo Thomaz, para as cerimônias de transladação dos restos mortais de D. Pedro I; 22/4 – Passa a vigorar a Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses; 9/5 – Brasil firma acordo com os EUA relativo à pesca de camarão nas águas territoriais brasileiras; 7/9 – Comemorações do Sesquicentário da Independência; 12/9 – Assinatura do Acordo com os EUA para o fornecimento do complexo tecnológico e construção de uma usina nuclear em Angra dos Reis (RJ); 3-18/11 – Mário Gibson Barboza visita Costa do Marfim, Togo, Benin, Zaire, Camarões, Gabão, Senegal e Gana; 6-9/12 – Conferência dos Chanceleres da Bacia do Prata (Punta Del Este, Uruguai).</p>	<p>10/2 – Encontro Pompidou-Brandt para tratar da união econômica e monetária da Europa e da cooperação política entre os dois países; Junho – Publicação do Livro Branco da Defesa Nacional – enunciação do conceito de “santuarização”; 19/6 – Protesto dos países do Pacífico, encabeçados pela Austrália, contra os testes nucleares franceses na região; 27/6 – Lançamento do programa comum das esquerdas francesas, se opondo à força de dissuasão; 5/7 – Renúncia do Primeiro-ministro Jacques Chaban-Delmas, substituído por Pierre Messmer; Setembro – Retirada das forças francesas presentes no Tchad desde 1968.</p>

	<p>bombardeios norte-americanos no Camboja; 21/12 - Assinatura do "Tratado Fundamental" entre a RFA e a RDA.</p>		
1973	<p>1/1 - Adesão da Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca à CEE; 27/1 - Assinatura dos Acordos de Paris põe fim à Guerra do Vietnã – forças norte-americanas começam a se retirar; 31/1 - Abertura em Viena de negociações sobre as forças convencionais na Europa; 18-25/6 - Viagem de Brejnev aos EUA - assinatura do acordo sobre a prevenção da guerra nuclear e da Carta da Coexistência Pacífica; 21/6 – Os dois Estados alemães são admitidos na ONU; 5-9/9 - IV Conferência dos Países Não-Alinhados em Alger; 11/9 - Golpe de Estado no Chile - General Pinochet ascende ao poder; 14/9 - Abertura da Rodada Tóquio de Negociações do GATT; 6/10-11/11 - Quarta guerra árabe-israelense, dita "Guerra do Yom Kippur"; 16/10 - Choque do petróleo - a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) aumenta em 70% o preço do barril; 17/10 - Embargo petrolífero decidido pela OPAEP contra os EUA e os Países Baixos; 22/10 - Voto da Resolução 338 sobre o restabelecimento da paz no Oriente Médio; 25/10 - Alerta nuclear nos EUA e na URSS em consequência da Guerra do Kippur; 15/12 - Declaração da Identidade Européia; 23/12 - A OPAEP dobra o preço do barril de petróleo.</p>	<p>28-31/1 - Mário Gibson Barboza visita o Egito; 1-4/2 – Visita de Mário Gibson Barboza ao Quênia; 4-8/2 – Visita a Israel; 20/2 – Médici encontra o presidente da Venezuela, Rafael Caldera na fronteira entre os dois países – inauguração de estrada binacional e assinatura de Convênio de Cooperação Técnica; 25-27/4 – Visita do Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner ao Brasil; 26/4 – Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná, assinado pelos Presidentes do Brasil e Paraguai; 15/5 – Visita de Médici a Portugal; 9/7 – Acordo entre Brasil e Bolívia estatuindo a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e o Estado de São Paulo; 8/8 – Visita ao Brasil o ministro dos negócios estrangeiros de Israel, Abba Eban; 14/9 – Brasil reconhece o governo Pinochet, que depôs Salvador Allende da presidência da República no Chile; 18/9 – Acordo de Comércio entre Brasil e CEE – Brasil torna-se o maior parceiro comercial do projeto europeu de integração; 22/10 – Brasil estabelece relações diplomáticas com a RDA; 15/11 – O governo argentino apresenta na ONU um projeto de resolução pelo qual os países membros se comprometem a estabelecer sistemas de informação e de consulta prévia para acertarem o aproveitamento dos recursos naturais comuns – a iniciativa Argentina encontra origens na decisão brasileira de represar as águas do Rio Paraná para compor o lago da hidrelétrica de Ilha Solteira.</p>	<p>30/1 – França se recusa a participar nas negociações sobre as forças convencionais na Europa que se abrem em Viena; 11/2 – França estabelece relações diplomáticas com a RDA; 9/4 – Visita do Presidente Echeverría do México à França, com o objetivo de discutir as relações com a CEE; 4/5 – Austrália e Nova Zelândia denunciam a França à Corte Internacional de Justiça em virtude de sua decisão de dar prosseguimento aos testes nucleares no Pacífico; 31/5-1/6 – Encontro Nixon-Pompidou em Reykjavík – França reconhece oficialmente a necessidade da presença de tropas americanas na Europa; 23/7 – Peru rompe relações diplomáticas com a França após as explosões nucleares francesas no Atol de Mururoa (Pacífico); 11-17/9 – Viagem oficial de Georges Pompidou à RPC; 31/10 – Proposição Pompidou por uma Conferência sobre a Energia; 13/11 – Primeira Cúpula franco-africana em Paris; 14/12 – A Cúpula Européia de Copenhaga adota um documento de define o "papel que os nove membros da CEE desejam ocupar nas questões mundiais"; 31/12 – Promulgação de lei autorizando a ratificação da Convenção Européia dos Direitos do Homem, com exceção do artigo 25 onde se prevê a possibilidade de recurso individual diante da Comissão Européia dos Direitos do Homem.</p>

1974	<p>10/1 – Anunciada nos EUA a Doutrina Schlesinger de Resposta Flexível;</p> <p>18/1 - Acordo de Desocupação do Sinai, dito "Acordo do quilômetro 101";</p> <p>7/2 – Firmado pelos governos dos EUA e do Panamá o Acordo sobre a restituição do Canal de Panamá;</p> <p>25/4 - Revolução dos Cravos em Portugal – fim do regime salazarista;</p> <p>1/5 – Firmada a Carta da Nova Ordem Econômica Internacional;</p> <p>16/5 - Explosão da primeira bomba atômica da Índia;</p> <p>19/6 - Adoção em Ottawa da Nova Carta Atlântica;</p> <p>1/7 – Morte de Juan Domingo Perón, Presidente da Argentina, sucedido por sua esposa e vice-presidente, Isabel Perón;</p> <p>3/7 - Acordo americano-soviético de regulamentação dos testes nucleares subterrâneos;</p> <p>15/7 - Desembarque turco em Chipre - queda do regime militar na Grécia;</p> <p>8/8 - Renúncia de Nixon, em consequência do escândalo de Watergate - Gerald Ford torna-se o 38º presidente dos EUA;</p> <p>13/8 - Saída da Grécia da OTAN;</p> <p>9/9 - Independência de Moçambique;</p> <p>10/9 - Independência de Guiné Bissau;</p> <p>29/10 - Cúpula Árabe em Rabat - a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) é reconhecida como a única representante legítima do povo palestino;</p> <p>22/11 - A Assembléia Geral da ONU concede à OLP o estatuto de observador permanente;</p> <p>23/11 - Acordo de Vladivostok pela paridade</p>	<p>15/1 – Ernesto Geisel é eleito pelo Congresso Nacional Presidente da República;</p> <p>31/1 – Gibson Barboza reafirma a posição brasileira favorável à retirada de Israel dos territórios ocupados;</p> <p>15/3 – Ernesto Geisel é empossado na Presidência da República;</p> <p>15/3 – Antônio Francisco Azeredo da Silveira é nomeado chanceler;</p> <p>19/3 – Geisel anuncia na primeira reunião ministerial as bases da política do "Pragmatismo Responsável";</p> <p>27/4 – Brasil é o primeiro país a reconhecer o novo governo português nascido da Revolução dos Cravos;</p> <p>17/5 – Geisel e Stroessner assinam a Ata de Constituição da Companhia Hidrelétrica de Itaipu (Foz do Iguaçu);</p> <p>16/7 – Brasil reconhece a independência de Guiné Bissau;</p> <p>6/8 – Chega ao Brasil missão comercial da República Popular da China;</p> <p>13/8 – Chega ao Brasil missão empresarial árabe, que é recebida pelo Presidente da República;</p> <p>15/8 – Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Popular da China e rompe relações com Taiwan;</p> <p>6/9 – Criada a Comissão Mista de Coordenação das Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais entre Brasil e Arábia Saudita;</p> <p>16/9 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro japonês, Kakuei Tanaka;</p> <p>12/11 – Brasil se abstém na votação de revogação das sanções à Cuba durante reunião do TIAR;</p> <p>25/11 – Azeredo da Silveira rende visita ao Senegal.</p>	<p>20/1 – França deixa de reconhecer a jurisdição obrigatória da Corte Internacional de Justiça;</p> <p>2/4 – Morte de Georges Pompidou;</p> <p>19/5 – Eleição de Valéry Giscard D’Estaing para a Presidência da República;</p> <p>5/6 – Em sua declaração de política externa o primeiro ministro Jacques Chirac declara “<i>La politique européenne ne fait plus partie de notre politique étrangère</i>”;</p> <p>19/6 – Adoção em Ottawa da Nova Carta Atlântica, que reconhece o papel das forças de dissuasão nacionais na defesa da Aliança;</p> <p>9/8 – Governo francês impõe embargo sobre o material militar tendo por destinação a África do Sul;</p> <p>21/10 – Jean Sauvagnargues, ministro dos negócios estrangeiros, encontra Iasser Arafat da OLP (viagem ao Líbano);</p> <p>31/10 – Veto da França (e da Grã-Bretanha e dos EUA) à expulsão da África do Sul da ONU;</p> <p>Novembro-Dezembro – navios franceses participam de operação para a retirada de minas no Canal de Suez;</p> <p>5-7/12 – Encontro Brejnev-D’Estaing em Rambouillet – "a cooperação franco-soviética é um elemento fundamental da nossa política";</p> <p>14-16/12 – Encontros D’Estaing-Ford na Martinica;</p> <p>20/12 – A CIJ declara “sem objeto” a solicitação de condenação da França formulada pela Austrália e Nova Zelândia a propósito dos testes nucleares franceses no Pacífico.</p>
------	--	---	--

	estratégica americano-soviética; 12/12 - Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.		
1975	15/1 - Denúncia unilateral pela URSS dos acordos comerciais com os EUA; 28/2 - Assinatura dos Acordos de Lomé I entre a CEE e os Estados da África, Caribe e Pacífico (Acordos ACP); 7-14/4 - Reunião preparatória do diálogo Norte-Sul, em Paris; 13/4 - Início da guerra civil no Líbano; 17/4 - Khmer Vermelho ocupa Phnom Penh, capital do Cambodja; 30/4 - Queda de Saigon – Unificação dos Vietnãs; 20/9 - Dissolução da OTASE; 6-9/11 - Marcha verde marroquina no Saara Ocidental; 10/11 – A Assembléia Geral da ONU aprova por maioria uma resolução declarando que o sionismo "é uma forma de racismo e de discriminação racial"; 11/11 - Independência de Angola - início da guerra civil; 17/11 - Criação do Grupo dos Sete - G7 na cúpula ocidental de Rambouillet, reunindo EUA, França, Grã-Bretanha, RFA, Itália, Canadá e Japão; 20/11 - Morte de Franco na Espanha; 22/11 – Juan Carlos de Bourbon torna-se Rei da Espanha; 16-19/12 - Primeira sessão da Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional (CCEI - Diálogo Norte-Sul).	8/1 – Brasil reconhece a independência de Angola; 27/6 – Assinado em Bonn o Acordo Nuclear entre Brasil e RFA sobre cooperação para o uso pacífico da energia atômica; 24/10 – Firmada pelos chanceleres da França e do Brasil ata que institui a "Grande Comissão de Competência Geral", com o objetivo de estudar a possibilidade de dinamização das relações econômicas entre os dois países; 10/11 – Brasil vota a favor da Resolução em discussão na Assembléia Geral das Nações Unidas que considera o sionismo uma forma de racismo; 15/11 – Na mesma Assembléia, Brasil vota a favor de Resolução de condenação ao regime segregacionista sul-africano (Apartheid); 11/11 – Brasil reconhece o governo do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA); 5/12 – Firmado o Tratado de Amizade e Cooperação entre Brasil e Paraguai; 31/12 – São criadas seis embaixadas na África: Alto Volta, Angola, Guiné Equatorial, Lesoto, Moçambique e São Tomé e Príncipe.	28/2 – Assinatura dos Acordos de Lomé I entre a CEE e os países ACP; 7-14/4 – Reunião preparatória do diálogo Norte-Sul, em Paris; 10-12/4 – Visita de Giscard d'Estaing à Argélia - primeira visita de um chefe de Estado francês à Argélia desde 1962; 6/7 – Independência dos Comores; 14/7 – Restabelecimento de relações com a Guiné, interrompidas desde 1958; 31/10 – Governo francês aceita a abertura de um escritório de representação da OLP em Paris; 15/17/11 – Cúpula de Rambouillet – Sucesso da iniciativa francesa em favor da criação do G7; 16-19/12 – Primeira sessão em Paris da Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional – sucesso da iniciativa francesa em favor do diálogo Norte-Sul.
1976	7-9/1 - Reunião do FMI em Kingston (Jamaica) - abandono das paridades fixas do sistema de Bretton	19-22/2 - Visita do Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger ao Brasil; 21/2 - Firmado o Memorando de	1/2 – França declara a sua neutralidade no conflito do Sahara Ocidental; 3-4/2 – Forças francesas intervêm

	<p>Woods; 27/1 - Enfrentamento entre marroquinos e argelinos no Saara Ocidental; 15/3 - Egito denuncia o Tratado de 1971 com a URSS; 24/3 – Golpe de Estado na Argentina depõe Isabel Perón – uma junta militar instala-se no poder; 12/4 - Tropas sírias invadem o Líbano; 3/5 - IV UNCTAD em Nairóbi; 28/5 - Tratado americano-soviético de limitação dos testes nucleares pacíficos subterrâneos; 24/6 - Anexação do Timor Leste pela Indonésia; 16-19/8 - V Conferência dos Países Não-Alinhados em Colombo (Sri Lanka); 9/9 - Morte de Mao Tsé Tung; 2/11 - Jimmy Carter torna-se o 39º presidente dos EUA.</p>	<p>Entendimento que institucionalizou o sistema de consultas entre os EUA e o Brasil; 26-28/4 – Visita de Ernesto Geisel à França; 4-7/5 – Geisel visita a Grã-Bretanha; 22/7 – Firmado Acordo Comercial entre o Brasil e a RFA; 15-20/9 - Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Japão; estabelecimento de mecanismo de consulta com a primeira Reunião Ministerial Brasil-Japão; 27/9 – No discurso de abertura do debate geral da Assembléia Geral da ONU, Azeredo da Silveira propõe o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional; 5/11 - Em visita oficial, Geisel firma conjunto de acordos com o governo peruano na cúpula presidencial na fronteira Brasil-Peru; 9/11 – Petrobrás firma o primeiro contrato de risco para a exploração de petróleo no Brasil (British Petroleum); 7/12 - Sessão plenária da VIII Reunião dos Chanceleres dos países da Bacia do Prata descarta a idéia da criação de um organismo internacional para a região; 15/12 – Visita do Primeiro Ministro de Portugal Mário Soares ao Brasil.</p>	<p>em Djibouti; 22/5 – França propõe sem sucesso sua assistência militar ao Líbano; 19/8 – Conferência do Países Não-Alinhados de Colombo acusa o governo francês de armar o governo segregacionista da África do Sul; 25/8 – Renúncia do Primeiro Ministro Jacques Chirac, substituído por Raymond Barre.</p>
1977	<p>12-30/3 - Viagem de Fidel Castro à África; 30/5-3/6 - II Sessão da Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional; 5/7 - Golpe de Estado militar no Paquistão; 20/7 - Menachen Begin é nomeado primeiro-ministro de Israel, na seqüência da vitória do Likud, partido conservador, nas eleições gerais; 20/9 - Admissão do Vietnã na ONU; 1/11 - Retirada dos EUA da Organização Internacional do</p>	<p>27/2 – Visita do Subsecretário de Estado dos EUA, Warren Christopher, para discutir aspectos do Acordo Nuclear Brasil-RFA; 11/3 – Governo brasileiro denuncia o Acordo Militar com os EUA; 6-8/7 – Visita do Presidente do Uruguai ao Brasil; 7/7 – Firmada Declaração Conjunta de Apoio ao Aproveitamento de Recursos Naturais Compartilhados pelos presidentes do Brasil e do Uruguai; 31/7 – Fechamento das fronteiras entre Brasil e Argentina em função de divergências entre os</p>	<p>22-25/1 – Visita de Giscard d’Estaing à Arábia Saudita; 12/2 – A França estende para 200 milhas (370 km) a extensão de suas águas territoriais; 15/2 – Reforço do embargo com relação à África do Sul; 25/4 – Pham Van Dong, primeiro ministro vietnamita, visita a França; 11/5 - Relatório Kannapa pelo qual o Partido Comunista Francês declara aprovar a dissuasão; 30/5 – Encerramento da Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional; 25-26/6 – Visita do primeiro ministro Raymond Barre ao Iraque; 29-30/6 – Conselho Europeu dos</p>

	Trabalho – OIT (até 1980); 19-21/11 - Viagem de Anuar El Sadat, presidente do Egito, a Jerusalém – início da distensão egípcio-israelense; 5/12 - Criação de uma frente de oposição dos países árabes à aproximação entre Israel e Egito.	dois governos a respeito do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná; 12-17/8 – Visita do Presidente da Bolívia ao Brasil; 19/9 – Itamaraty comunica ao governo dos EUA a extinção dos três acordos militares mantidos com a missão naval norte-americana instalada no Brasil; 16-20/11 – Visita do Presidente da Venezuela ao Brasil; 20/12 – Nuclebrás assina na Alemanha Ocidental acordos destinados à execução de projetos relativos ao Acordo Nuclear; 22/12 - Abertura da Primeira Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica.	Chefes de Estado e de Governo adota uma declaração dos nove membros da CEE preconizando o estabelecimento de uma "Pátria Palestina" no Oriente Médio; 4-6/7 – Visita à França do Presidente da República Árabe do Yêmen; 6/9 – Visita do Rei Hussein da Jordânia à França; Dezembro – Intervenção francesa no Sahara Ocidental; 4/12 – França passa a sustentar o regime Bokassa, que acaba de se proclamar Imperador da África Central; 5/12 – Giscard d’Estaing se pronuncia a favor de um "espaço jurídico europeu".
1978	14-22/3 - Operações israelenses no sul do Líbano; 27/4 - Golpe de Estado comunista no Afeganistão; 3-27/5 - Conflito sino-vietnamita; 23/5-1/7 - Primeira sessão especial da Assembléia Geral da ONU sobre Desarmamento; 6-7/7 - O Conselho Europeu reunido em Bremen adota o Sistema Monetário Europeu; 6/8 – Morte do papa Paulo IV; 12/8 - Assinatura do Tratado de Paz e Amizade entre a República Popular da China e o Japão; 26/8 – O patriarca de Veneza, Monsenhor Luciani, é eleito papa e é coroado como João Paulo I; 17/9 - Acordo de Paz entre Israel e Egito (Acordo de Camp David - EUA); 28/9 – Morte do Papa João Paulo I; 16/10 – Karol Wojtyla, arcebispo de Cracóvia, é eleito Papa sob o nome de João Paulo II, e torna-se o primeiro papa não-italiano desde 1522; 3/11 - Tratado de Amizade entre URSS e Vietnã;	16-19/1 – Geisel visita o México – firma com o presidente Portillo declaração conjunta sobre a Nova Ordem Econômica Internacional; 8-16/3 - Visita do Príncipe Charles de Gales ao Brasil; 6-10/3 – Geisel faz a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à RFA; 29-31/3 – Visita do Presidente Jimmy Carter dos EUA ao Brasil; 28/5 – Governo brasileiro adquire outras duas usinas nucleares da empresa alemã KWV; 25-27/6 – Visita de Geisel ao Uruguai; 3/7 – Firmado o Tratado de Cooperação Amazônica (Brasília), reunindo Brasil, Equador, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Suriname, Guiana e Peru; 4-6/10 – Visita ao Brasil do Presidente da França, Valéry Giscard d’Estaing; 15/10 – Eleição do General João Baptista Figueiredo pelo Congresso Nacional para a Presidência da República; 4-6/12 – Realiza-se em Punta Del Este (Uruguai) a X Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, quando é discutida a questão do aproveitamento dos recursos hidrelétricos e o problema das usinas de Corpus e de Itaipu.	Janeiro – Convenção nacional do Partido Socialista sobre a defesa – adesão à dissuasão; 6/1 – Visita do Presidente Jimmy Carter à França; 11-15/1 – Em viagem à Costa do Marfim, Valéry Giscard D’Estaing preconiza um “pacto de solidariedade” entre a Europa e a África; 20-24/1 – Visita do primeiro ministro Raymond Barre à RPC; 30/4 – Intervenção francesa no Tchad; 3-4/5 – Intervenção da força aérea francesa na Mauritânia; 22-23/5 – V Conferência Franco-Africana, que trata sobre as questões de segurança coletiva na África; 23/5 – 1/7 – Primeira sessão especial da Assembléia Geral da ONU sobre o desarmamento – França propõe uma taxa para promover o desenvolvimento dos países pobres; 23/6 – Acordo entre o chanceler Schmidt e o presidente d’Estaing sobre a cooperação monetária europeia; 28-30/6 – Visita de Giscard d’Estaing à Espanha – França apóia a admissão do país na CEE; 19-21/7 – Visita de Giscard d’Estaing a Portugal; 6/10 – França concede asilo político

	16/12 - Estabelecimento de relações diplomáticas entre os EUA e a República Popular da China; 27/12 - Invasão do Camboja pelo Vietnã.		ao Aiatolá Khomeiny, expulso do Irã; 4/12 – Assinatura com a China de acordo para o desenvolvimento da cooperação econômica e tecnológica.
1979	16/1 - Revolução fundamentalista no Irã; 17/2-16/3 - Conflito sino-vietnamita; 26/3 - Tratado de Paz egípcio-israelense (Tratado de Washington); 1/4 – Proclamada a República Islâmica do Irã; 12/4 - Conclusão da Rodada Tóquio de negociações do GATT, com a assinatura de uma série de acordos de livre comércio; 5/5 - Margaret Thatcher nomeada primeira ministra na Grã-Bretanha; 7/5-3/6 - V UNCTAD em Manila; 7-10/6 - Primeira eleição do Parlamento Europeu pelo sufrágio universal; 18/6 - Assinatura do Tratado SALT II por Carter e Brejnev em Viena; 27/6 – Conclusão da negociação sobre a renovação da Convenção de Lomé, acordo comercial entre os nove da CEE e 57 Estados da África, do Caribe e do Pacífico; 16/7 - Saddam Hussein ascende ao poder no Iraque; 17/7 - Vitória dos sandinistas na Nicarágua; 3-9/9 - VI Conferência dos Países Não-Alinhados em Havana; 22/9 - Explosão nuclear não reivindicada - Israel e África do Sul suspeitas; 31/10 - Assinatura da Convenção de Lomé II; 4/11 - Início da crise dos reféns da embaixada norte-americana em Teerã; 12/11 – Carter anuncia a paralisação das importações de petróleo do Irã e o	19/2 – Visita de missão comercial da República Popular da China ao Brasil; 15/3 – João Baptista Figueiredo empossado na Presidência da República; 15/3 – Ramiro Saraiva Guerreiro é nomeado ministro das relações exteriores; 22/3 – Visita do vice presidente dos EUA, Walter Mondale, ao Brasil; 3-7/4 - Visita do Chanceler alemão Helmut Schmidt ao Brasil; 2/5 – Firmados acordos de cooperação técnica entre a Petrobrás e a empresa de petróleo de Angola, Sonangol; 21-23/5 – Visita do Vice-primeiro ministro chinês Kang Chien ao Brasil - Firmado Convênio de Comércio Marítimo entre Brasil e RPC; 25/6 – Brasil suspende relações diplomáticas com o governo de Somoza na Nicarágua; 6/8 – Visita ao Brasil do primeiro ministro espanhol, Adolfo Suarez Gonzalez – assinado acordo que estabelece mecanismo de consulta entre os dois países; 12/9 – Criado o Conselho Nacional de Comércio Exterior; 10/10 – Visita ao Brasil o vice-presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Wilhelm Haferkamp; 15/10 – Visita ao Brasil o presidente do Peru, Francisco Morales-Bermudez; 19/10 – Acordo Tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai sobre o aproveitamento hidrelétrico das usinas de Itaipu e Corpus; 1/11 – Firmado o Acordo Brasil-RFA de Cooperação Econômica; 6-8/11 – Figueiredo visita a Venezuela; 21/12 – Brasil estabelece relações diplomáticas com Santa Lúcia.	4-6/1 – Cúpula Ocidental em Guadalupe reúne Carter, d’Estaing, Schmidt e Callaghan, para tratar dos problemas de segurança na Europa; 24/1 – França aceita tomar parte na Conferência sobre o Desarmamento; 26/2 – Giscard d’Estaing visita o México e assina acordos sobre a compra de petróleo e sobre a cooperação nuclear; 17/5 – Retirada dos contingentes franceses estacionados no Tchad; 21-22/5 – Conferência Franco-Africana dos Chefes de Estado e de Governo em Kigali, Ruanda, aprova a idéia de um diálogo euro-árabe-africano lançada por Giscard d’Estaing; 21/9 – Operação francesa contra Bokassa e em favor do ex-presidente da República Centro-Africana D. Dacho, que retoma o poder; 31/10 – Assinatura da Convenção de Lomé II.

	<p>congelamento dos haveres iranianos nos EUA; 20/11 - Ocupação da Grande Mesquita de Meca pelas forças da Arábia Saudita; 12/12 - Decisão da OTAN sobre a instalação de mísseis Pershing II e de mísseis de cruzeiro norte-americanos na Europa; 21/12 - Acordo de Londres sobre a independência do Zimbábue; 27/12 - Invasão do Afeganistão por tropas soviéticas.</p>		
1980	<p>5/1 - Carter desiste de apresentar o Tratado SALT II para a ratificação do senado norte-americano; 26/2 - Abertura de relações diplomáticas entre Israel e Egito; 3/4 - Abrogação pela RPC do Tratado de Aliança com a URSS de 14/2/1950; 18/4 - Independência da Rodésia, que torna-se Zimbábue; 4/5 - Morre Josip Broz Tito, líder da Iugoslávia desde 1945; 15/5 - Adesão da China ao Banco Mundial; 28/5 - Adesão da Grécia à CEE; 5/6 - Criação do Fundo Comum para os Produtos de Base no quadro da UNCTAD; 10/6 - Segundo choque do petróleo - o preço de referência do barril é fixado em US\$ 32,00 - em 16/12 o barril é cotado em US\$ 41,00; 19/7-3/8 - Boicote dos Jogos Olímpicos de Moscou; 30/7 - Anexação de Jerusalém Oriental - Jerusalém torna-se a capital de Israel; 14/8 - Greve nos estaleiros de Gdansk (Polônia); 29/8 - Governo polonês reconhece o sindicato livre</p>	<p>7/1 - Firmado o Acordo Brasil-Iraque sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear; 4/2 - Visita do presidente da Guiné, Ahmed Sekou Touré; 4/3 - Brasil estabelece relações diplomáticas com o Congo e com Burundi; 4/3 - Realiza-se em Pequim a I Reunião a Comissão Mista sobre Comércio Brasil-China; 9-11/4 - Figueiredo visita o Paraguai; 16/4 - Brasil recebe visita de delegação empresarial dos Emirados Árabes; 15/4 - Visita o Brasil o vice-primeiro ministro de Luxemburgo; 15/4 - Brasil estabelece relações diplomáticas com São Vicente e Granadinas; 18/4 - Brasil estabelece relações diplomáticas com o Zimbábue; 14-17/5 - Figueiredo visita a Argentina - firmados acordo comercial e ajustes para a cooperação tecnológica na área nuclear e da indústria de armamentos; 29/5 - Saraiva Guerreira visita a RFA para reafirmar a cooperação teuto-brasileira; 3-11/6 - Saraiva Guerreiro visita a Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue e Angola; 16/6 - Visita o Brasil o Presidente da Guiné Bissau, Luiz Cabral; 30/6-11/7 - João Paulo II visita o Brasil;</p>	<p>1-10/3 - Em viagem aos países do golfo pérsico e à Jordânia, Valéry Giscard D'Estaing evoca o direito do povo palestino à autodeterminação; 19/5 - Encontro Giscard-Brejnev em Varsóvia a propósito do Afeganistão; 13/6 - Apoio francês à declaração de Veneza que estabelece a política dos países membros da CEE sobre os direitos dos palestinos; 19/7 - França se recusa a se associar ao boicote dos Jogos Olímpicos de Moscou.</p>

	<p>Solidariedade e assina com seu líder Lech Walesa os Acordos de Gdansk; 25/8-15/9 - Sessão extraordinária da Assembléia Geral da ONU sobre o Desenvolvimento; 31/8 - Reconhecimento dos sindicatos independentes na Polônia; 22/9 - Início da guerra Irã-Iraque; 8/10 - Tratado de Cooperação e Amizade entre a Síria e a URSS; 13/10 - Abertura das negociações sobre as Forças Nucleares Intermediárias na Europa; 18/10 - Grécia retorna à OTAN; 4/11 - Ronald Reagan torna-se o 40º presidente dos EUA.</p>	<p>23/7 – Firmado o Acordo sobre a Cooperação Econômica e Industrial entre o Brasil e os Países Baixos; 28/7 – O presidente do México, José Lopez Portillo, visita o Brasil; 31/7 – Visita o Brasil o Chanceler da Grã-Bretanha, Lord Carrington; 12/8 – Brasil participa da constituição da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI; 19/8 - Em visita oficial ao Brasil, o presidente argentino Jorge Rafael Videla afirma com Figueiredo a necessidade de convivência pacífica e harmoniosa e vislumbram oportunidades de integração econômica; 18/9 – Firmado o Acordo Quadro de Cooperação Comercial entre o Brasil e a CEE; 8/10 – Figueiredo visita o Chile – firmados acordos de cooperação; 10/10 - Assinado Acordo Brasil-China de Cooperação Nuclear; 23-24/10 - Primeira Reunião dos Chanceleres dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica (Belém); 2/12 – XI Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata.</p>	
1981	<p>1/1 – Grécia torna-se o décimo membro da CEE; 20/1 - Libertação dos reféns americanos de Teerã; 13/5 – Atentado contra João Paulo II em Roma; 26/5 - Criação do Conselho de Cooperação do Golfo; 7/6 - Israel bombardeia central nuclear no Iraque; 26/6 - Adoção da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos; 1-14/9 - Primeira Conferência da ONU sobre os países subdesenvolvidos, realizada em Paris; 21/9 – Independência da antiga Honduras Britânica, que se torna Belize; 6/10 - Assassinato de Anwar El Sadat, presidente do Egito, em um atentado terrorista</p>	<p>14/1 – Visita ao Brasil do primeiro ministro do Canadá, Pierre Trudeau; 20/1 – Brasil estabelece relações diplomáticas com Ruanda; 28-30/1 – Presidente Figueiredo visita a França – firmados diversos acordos de cooperação bilateral; 31/1 - Brasil coordena negociação para a paz entre Equador e Peru; 3/2 – Visita de Figueiredo a Portugal; 9/2 – Brasil estabelece relações diplomáticas com a Dominica; 16/4 – Figueiredo visita a RFA; 16/4 - Estabelecimento da comissão intergovernamental brasileiro-soviética para cooperação comercial, econômica, científica e tecnológica; 26/5 – Encontro entre os Presidentes Figueiredo e Viola (Argentina), em Paso de los</p>	<p>10/5 – Eleição de François Mitterrand para a Presidência da República; 28/8 – Viagem de Mitterrand ao México – declaração franco-mexicana sobre El Salvador; 4/9 – Assassinato do Embaixador francês no Líbano; 9/10 – Decreto autorizando os recursos individuais diante da Comissão Européia dos Direitos do Homem, no quadro da Convenção Européia dos Direitos do Homem; 22-23/10 – Cúpula Norte-Sul em Cancun (México) – Declaração de Mitterrand em favor de “<i>tous les combattants de la liberté</i>”; 23/11 – Participação francesa na força de interposição no Sinai após a retirada israelense; 13/12 – Estado de guerra na Polónia – Claude Cheysson, ministro dos negócios estrangeiros</p>

	<p>cometido por extremistas árabes no Cairo; 22-23/10 - Cúpula Norte-Sul, realizada em Cancún (México); 2/11 - Apresentação da "opção zero", pela qual os EUA decidem não cumprir os acordos de 1979 em troca da retirada total dos mísseis soviéticos SS20 da Europa; 13/12 - Proclamação de estado de guerra na Polônia; 14/12 - Israel anexa as colinas de Golan, parte do território da Síria.</p>	<p>Libres; 24/6 – Figueiredo visita o Peru; 26/6 - Acordo Brasil-Peru para a cooperação nuclear; 10/8 – Visita do presidente da Venezuela, Luis Herrera Campins, ao Brasil; 12-14/8 – Visita do ministro dos negócios estrangeiros da Arábia Saudita ao Brasil - Assinatura do Tratado de Cooperação Técnica e Científica entre os dois países; 1-2/9 – Visita do presidente da Colômbia, Júlio César Ayala, ao Brasil; 6/10 – Visita do presidente do Mali, Moussa Traoré, ao Brasil; 14-15/10 – Visita do vice-presidente dos EUA, George Bush, ao Brasil.</p>	<p>declara “<i>Bien entendu., nous ne ferons rien</i>”.</p>
1982	<p>15/3 - Governo sandinista instaura o estado de emergência na Nicarágua; 2/4-14/6 - Guerra das Malvinas entre a Argentina e a Grã-Bretanha; 30/5 - Adesão da Espanha à OTAN; 6/6 - Quinta guerra árabe-israelense - invasão do Líbano pelo exército de Israel (<i>Operação Paz na Galiléia</i>); 7/6-9/7 - II Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre Desarmamento; 15/6 - URSS renuncia ao primeiro uso da força nuclear (<i>No First Use</i>); 29/6 - Início das negociações estratégicas START que sucedem aos Acordos SALT; 20/8 - México declara moratória da sua dívida externa; 21-31/8 - Evacuação de uma parte das forças da OLP de Beirute sob proteção da Força Multilateral de Interposição (EUA, França, Itália), constituída a pedido do governo libanês; 6-9/9 - Cúpula árabe de Fez reconhece implicitamente a existência do Estado de Israel; 16/9 – Forças israelenses</p>	<p>8-9/2 – O Presidente do Equador, Osvaldo Hurtado Herrera, visita o Brasil – firmados tratados de amizade e cooperação entre os dois países; 8/3 – Abertura da Segunda Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-China; 22-26/3 – Saraiva Guerreiro visita a China – firmado o Acordo Sino-Brasileiro de Cooperação Científica e Tecnológica; 29-31/3 – Saraiva Guerreira firma durante visita ao Japão o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os dois países; 4/3 - Brasil e Argentina formalizam acordo para a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu; 6/4 -Brasil reconhece como legítimos os direitos do povo palestino à autodeterminação e “eventualmente a uma pátria na Palestina”; 5-10/4 – Visita ao Brasil do presidente da RFA, Karl Carsters; 11-15/5 – Visita de Figueiredo aos EUA; 11/6 – Primeira missão de empresários brasileiros a Cuba desde o rompimento de relações diplomáticas em 1964; 12/6 – Visita do Primeiro Ministro do Japão, Zenko Suzuki, ao Brasil; 16/6 – Brasil reconhece o direito</p>	<p>3/2 – Celebração de Acordo sobre o Gaz Natural com a Argélia; 3-5/3 – Primeira visita de um Chefe de Estado francês a Israel – Mitterrand se declara favorável à criação de um Estado Palestino; 4-6/6 – Cúpula do G7 em Versailles; 22/7 – Apesar das ameaças de sanções dos EUA, a França e seus parceiros europeus decidem honrar os contratos de equipamento do gasoduto siberiano; 19/8 – Participação da França, com os EUA e Itália, na força multilateral de interposição constituída por solicitação do governo libanês.</p>

	<p>massacram centenas de civis palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, localizados no Líbano;</p> <p>1/10 - Helmut Kohl é nomeado chanceler da RFA;</p> <p>28/10 - Adoção da Carta Mundial da Natureza;</p> <p>10/11 - Morte de Leonid Brejnev, sucedido por Iuri Andropov na Secretaria Geral do Partido Comunista Soviético;</p> <p>10/12 - Adoção da Convenção sobre o Direito do Mar (Convenção de Montego Bay) por 119 Estados – EUA e Grã-Bretanha se recusam a aderir;</p> <p>31/12 - Suspensão do estado de guerra na Polônia.</p>	<p>da Argentina às Ilhas Malvinas, na ocasião em que propugnava uma solução pacífica para o conflito entre aquele país e a Grã-Bretanha;</p> <p>6/7 – Visita do presidente do Congo, Denis Sassou-Nguesso, ao Brasil;</p> <p>18-20/7 – Figueiredo visita o Canadá;</p> <p>1/9 – Brasil estabelece relações diplomáticas com a Birmânia;</p> <p>20/9 – Governo brasileiro condena o massacre cometido por forças israelenses nos acampamentos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, no Líbano;</p> <p>27/9 – Figueiredo discursa na abertura da Assembléia Geral da ONU;</p> <p>29/9 – Firmado entre o Brasil e os EUA Acordo para a repressão ao tráfico ilícito de drogas;</p> <p>4/10 – Brasil recebe a visita do presidente da Guiana;</p> <p>6/10 – Brasil recebe a visita do príncipe Naruhito do Japão;</p> <p>7/10 - Primeira Reunião da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR);</p> <p>18/10 – Acordo Brasil-Itália de Cooperação Econômica e Industrial;</p> <p>5/11 – Inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaipu pelos presidentes do Brasil e do Paraguai;</p> <p>1-3/12 – Visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil.</p>	
1983	<p>9/1 – Grupo de Contadora para buscar solução dos conflitos na América Central é criado pela Colômbia, Venezuela, México e Panamá;</p> <p>7-12/3 - VII Conferência dos Países Não Alinhados em Nova Déli;</p> <p>23/3 - Reagan apresenta a Iniciativa de Defesa Estratégica (Projeto Guerra nas Estrelas);</p> <p>17/5 - Acordo líbano-israelense põe fim à guerra;</p> <p>6/6 - Proposição soviética de criação de uma zona</p>	<p>5/1 – Navio oceanográfico Barão de Teffé toca o arquipélago das Ilhas Shetland do Sul – Primeira missão brasileira à Antártica;</p> <p>6/1 – Primeira carta de intenções do governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional;</p> <p>12/1 – Figueiredo encontra com o presidente Reinaldo Bignone, da Argentina, em Foz do Iguaçu;</p> <p>1/3 – Brasil estabelece relações diplomáticas com Belize;</p> <p>15-17/4 – Missão Danilo Venturini ao Suriname;</p> <p>26-29/4 – Figueiredo visita o México – firmado o programa de Trabalho sobre Cooperação</p>	<p>20/1 – Intervenção do presidente Mitterrand diante do Bundestag em favor da implantação de armas americanas de porte intermediário na Europa;</p> <p>27/1 – Proposição de François Mitterrand de criar um Fórum Mediterrâneo;</p> <p>11/2 – Em visita a Bagdá, Claude Cheysson sustenta o Iraque em sua guerra contra o Irã, em oposição à declaração do comando do Partido Socialista Francês de 29/10/1980;</p> <p>23/3 – Oposição da França à <i>Iniciativa de Defesa Estratégica</i> lançada pelos EUA;</p> <p>5/4 – <i>Affaire Farewell</i> – França</p>

	<p>desnuclearizada no Báltico; 6/6-2/7 - VI UNCTAD em Belgrado; 24/6 - Ruptura entre a Síria e a OLP; 25/10 - Intervenção norte-americana na Ilha de Granada; 31/10 - Fim do regime militar na Argentina – eleição de Raul Alfonsín; 14/11 - Chegada dos primeiros mísseis norte-americanos de longa distância na Europa.</p>	<p>Econômica entre os dois países; 16/5 – Juan Carlos, Rei de Espanha, visita o Brasil – firmado o Acordo Brasil-Espanha para a Cooperação no Campos dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear; 7/6 – Itamaraty nega ter concedido permissão para que aviões libios pousassem em território nacional; 26/7 – Visita o Brasil o ministro dos negócios estrangeiros da França, Claude Cheysson; 12/9 – Brasil admitido no Conselho Consultivo do Tratado da Antártica; 15/9 – Assinatura da terceira carta de intenções com o FMI; 14-21/10 – Primeira visita de um Presidente brasileiro à África (Cabo Verde, Argélia, Senegal, Guiné-Bissau e Nigéria); 20/10 – Firmado Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Argentina sobre a cooperação no campo das atividades espaciais; 15-21/11 – Figueiredo visita a Nigéria, Guiné Bissau, Senegal, Argélia e Cabo Verde; 7/12 – II Reunião dos Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica (Cali, Colômbia).</p>	<p>expulsa 47 diplomatas soviéticos acusados de espionagem; 7/4 – França adere ao bloqueio cultural e esportivo contra a África do Sul; 9-10/6 – Primeiro Conselho Atlântico reunido em Paris desde 1966; 10/8 – Intervenção francesa no Tchad; 23/10 – Atentado em Beirute contra os contingentes americanos e franceses da força multilateral de interposição; 7-10/11 – Primeira visita oficial de um Chefe de Estado argelino à França.</p>
1984	<p>17/1 - Abertura da Conferência sobre o Desarmamento em Estocolmo; 9/2 - Morte de Iuri Andropov, sucedido por Konstantin Tchernenko na Secretaria Geral do Partido Comunista Soviético; 16/2 - Acordo de Lusaka entre a África do Sul e Angola; 18/2 – Assinatura de nova concordata entre a Igreja Católica e o Estado Italiano, em substituição ao Acordo de Latrão (1929) – pelo novo acordo, o catolicismo deixa de ser a religião oficial do Estado da Itália; 16/3 - Acordo de Nkomati entre a África do Sul e Moçambique; 7/9 - Plano de paz para a</p>	<p>7-9/2 – Figueiredo visita a Bolívia; 7-9/2 - Visita do Secretário de Estado norte-americano George Schultz ao Brasil - Assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação Industrial-Militar entre Brasil e EUA; 27/2 – Visita do Presidente do Uruguai ao Brasil, Gregório Alvarez; 12/3 – O diplomata brasileiro João Clemente Baena é eleito Secretário-Geral da OEA; 15/3 – Assinatura da quinta carta de intenções do Brasil junto ao FMI; 28/3-2/4 – Visita ao Brasil do Presidente do México, Miguel de la Madrid; 2/4 – Rei da Suécia, Carlos Gustavo, visita o Brasil – firmado Acordo sobre a Cooperação Econômica, Industrial e</p>	<p>17/1 – França participa da Conferência sobre o Desarmamento que se instala em Estocolmo; 12/3 – Criação do Alto Conselho da Francofonia; 2/4 – França protesta nas Nações Unidas contra a instalação de minas nos portos nicaraguenses pelos EUA; 3/5 – Visita à França do Primeiro Ministro da China, Zhao Ziyang; 23/5 – Proposição francesa de criar um corpo de “capacetes azuis” para constatar e sancionar todo atentado aos direitos fundamentais; 20/6 – Viagem oficial de Mitterrand à Moscou – desentendimento com as autoridades soviéticas quanto à saída de A Sakharov; 17/7 – Renúncia do Gabinete Pierre Mauroy – Laurent Fabius é designado pelo Presidente da República para constituir novo gabinete;</p>

	<p>América Central, lançado pelo Grupo de Contadora; 26/9 - Acordo entre a RPC e a Grã-Bretanha para a restituição de Hong Kong à soberania chinesa em 1997; 18/10 – Acordo entre Argentina e Chile sobre o Canal de Beagle, após mediação do Vaticano; 31/10 - Assassinato de Indira Gandhi, Primeira Ministra da Índia; 6/11 – Ronald Reagan é reeleito presidente dos EUA; 8/12 - Assinatura da Convenção de Lomé III, entre a CEE e os Estados ACP; 28/12 - EUA se retiram da UNESCO.</p>	<p>Tecnológica entre os dois países; 8/4 – Figueiredo visita o Marrocos; 12-13/4 – Figueiredo visita a Espanha; 8/5 – Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Democrática Popular do Iêmen e com a República Árabe do Iêmen; 14/5 - Entendimento por troca de Notas para estabelecimento de mecanismos de consultas político-econômicas entre Brasil e Argentina; 24-25/5 – Figueiredo visita o Japão – Assinatura do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia; 27-28/5 – Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à China – firmados Acordo de Comércio, Ajuste Complementar para a Cooperação em Ciência e Tecnologia, e Cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear; 18/6 – Brasil recebe a visita do presidente do Peru, Fernando Belaúnde Terry; 22/6 – Firmado o Consenso de Cartagena, que propugna uma ação concertada dos países latino-americanos sobre a dívida externa – o chanceler e o ministro da fazenda brasileiros representam o país; 28/6 – Brasil estabelece relações diplomáticas com o Sultanato de Brunei; 2/7 – Presidente da Guiné Bissau visita o Brasil; 3/9 - Inaugurado o Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires; 10/9 – A Comissão Parlamentar de Inquérito criada no Congresso Nacional para estudar a questão da dívida externa, considera que os débitos imputados ao Brasil são ilegítimos; 25/10 – Inauguração da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu pelos presidentes Figueiredo e Stroessner; 14/12 – Brasil estabelece relações diplomáticas com a República de San Marino;</p>	<p>19/7 – Jacques Delors nomeado para a presidência da Comissão Européia; Agosto – Navios franceses participam de operação de retirada de minas no Mar Vermelho; 1/11 – Controvérsia sobre a presença de Claude Chysson em Alger para as cerimônias de comemoração do 30º aniversário do início da insurreição argelina; 15/11 – Encontro Mitterrand-Kadafi em Creta.</p>
--	---	---	---

		28/12 – Lei da Informática entra em vigor, estabelecendo reserva de mercado para os produtos nacionais.	
1985	<p>8/1 - Acordo sobre a retomada das negociações START;</p> <p>15/1 - Fim do regime militar no Brasil;</p> <p>11/2 - Acordo jordaniano-palestino;</p> <p>10/3 - Morte de Tchernenko, sucedido por Mikhail Gorbachev como primeiro secretário do Partido Comunista da União Soviética;</p> <p>29/3 - Adesão da Espanha e de Portugal à CEE;</p> <p>26/4 - Revalidação por 20 anos do Pacto de Varsóvia;</p> <p>1/5 - EUA decretam embargo contra a Nicarágua;</p> <p>14/6 - Acordo de Schengen de livre-circulação entre a França, RFA e BENELUX;</p> <p>21/7 – Decretado estado de emergência na África do Sul;</p> <p>26/7 - Conselho de Segurança da ONU decreta sanções contra a África do Sul;</p> <p>6/8 - Tratado de Rorotonga sobre a desnuclearização do Pacífico Sul;</p> <p>22/9 - "Acordo do Plaza" sobre a desvalorização concertada do dólar;</p> <p>1/10 - Israel bombardeia a sede da Organização para a Libertação da Palestina em Túnis;</p> <p>9/10 – Anunciado pelo governo dos EUA o Plano Baker (que leva o nome do Secretário do Tesouro do governo Reagan, James Baker), para a consolidação dos créditos privados para os países em vias de desenvolvimento;</p> <p>19-21/11 - Cúpula EUA-URSS em Genebra;</p> <p>5/12 - Grã-Bretanha se retira da UNESCO.</p>	<p>15/1 – Eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República;</p> <p>17/1 – Usina de Angra I começa a funcionar;</p> <p>15/3 – Tancredo Neves é hospitalizado - José Sarney é empossado na Presidência da República;</p> <p>12/3 – Brasil estabelece relações diplomáticas com São Cristóvão e Nevis;</p> <p>15/3 – Olavo Setúbal é nomeado chanceler;</p> <p>27/3 – Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados aprova por unanimidade indicação para o reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e Cuba;</p> <p>9/5 – Brasil manifesta seu apoio ao Plano de Paz do Grupo de Contadora;</p> <p>9/8 – Governo brasileiro proíbe o intercâmbio cultural, artístico e desportivo com a África do Sul;</p> <p>12-14/8 – Sarney visita o Uruguai;</p> <p>21/8 – Brasil compõe o Grupo de Apoio a Contadora, junto com Argentina, Peru e Uruguai;</p> <p>7/9 – Escritório Comercial da Presidência dos EUA decide abrir investigações sobre a informática e impor retaliações contra a reserva de mercado para o setor e as infrações dos direitos de propriedade intelectual cometidas pelo Brasil – início do contencioso Brasil-EUA de informática;</p> <p>23/9 – Sarney discursa na abertura da XL Assembléia Geral da ONU;</p> <p>14-18/10 – François Mitterrand visita o Brasil;</p> <p>30/10 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro da China, Zhao Ziyang;</p> <p>29/11 - Sarney inaugura a Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves, sobre o Rio Iguaçu, entre as cidades de Porto Meira (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina);</p> <p>30/11 – Sarney e Alfonsín firmam</p>	<p>1/1 – França emite um passaporte europeu para seus cidadãos, juntamente com a Itália, Luxemburgo, Irlanda e Dinamarca;</p> <p>3/5 – Controvérsia entre a França e os EUA na XI Cúpula do G7 em Bonn sobre a Iniciativa de Defesa Estratégica e a abertura de negociações monetárias e comerciais;</p> <p>10/7 – Serviço secreto francês envolvido na destruição do <i>Rainbow Warrior</i> no Porto de Auckland (Nova Zelândia);</p> <p>24/7 – Na seqüência do estado de emergência na África do Sul, França retira seu embaixador de Pretória e adota a resolução das Nações Unidas pela instauração de sanções econômicas voluntárias;</p> <p>2/10 – Visita de Mikhail Gorbachev à França;</p> <p>14-18/10 – François Mitterrand visita o Brasil;</p> <p>4/11 – Governo da Nova Zelândia solicita reparações à França em função do atentado do <i>Rainbow Warrior</i>;</p> <p>4/12 – Visita do General Jaruzelski, presidente da Polônia, à França – numerosas críticas da imprensa;</p> <p>7/12 – Início de uma primeira onda de atentados em função do engajamento francês em favor do Iraque;</p> <p>12/12 – XII Cúpula Franco-Africana em Paris, com a participação de 35 Chefes de Estado – Mitterrand declara que "a França se recusa a ser o guardião da África".</p>

		a Declaração de Iguazu sobre a cooperação pacífica no campo da energia nuclear.	
1986	<p>1/1 – Espanha e Portugal ingressam na CEE;</p> <p>7/1 – EUA rompem relações diplomáticas com a Líbia, em represália ao atentado de terroristas aprovados pelo Coronel Khadafi;</p> <p>15/1 - Proposição de Gorbatchev para a redução proporcional e equilibrada dos potenciais militares;</p> <p>20/1 - Queda dos preços do petróleo para US\$ 20 o barril;</p> <p>31/1 - Anúncio do desmantelamento progressivo do Apartheid na África do Sul;</p> <p>7/2 - Fim do regime Duvalier no Haiti;</p> <p>17 e 28/2 - Adoção do Ato Único Europeu;</p> <p>12/3 - Adesão da Espanha à OTAN aprovada em referendun;</p> <p>15/4 - Bombardeio da Líbia pelos EUA;</p> <p>25/4 - Acidente nuclear de Chernobyl;</p> <p>27-31/5 - Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre a África;</p> <p>27/6 - Condenação dos EUA pela Corte Internacional de Justiça por suas atividades na Nicarágua;</p> <p>21-23/7 – Encontro entre o primeiro-ministro israelense Shimon Perez e o rei do Marrocos, Hassan II;</p> <p>28/7 - O preço do barril de petróleo cai para patamar semelhante em que se encontrava nos anos cinquenta (US\$ 9);</p> <p>28/7 - Anúncio do início da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão;</p> <p>1-6/9 - VIII Conferência dos Países Não Alinhados em Harare (Zimbábue);</p> <p>20/9 - Abertura em Punta del Este da Rodada Uruguai de negociações do GATT;</p>	<p>14/2 – Roberto de Abreu Sodré é nomeado ministro das Relações Exteriores;</p> <p>3-10/5 – Sarney visita Portugal e Cabo Verde;</p> <p>7/6 - Brasil adere à Declaração de Panamá (junto à Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela), que propõe paz na América Central;</p> <p>7-11/7 - Visita de Sarney à Itália e Cidade do Vaticano;</p> <p>14/7 – Brasil restabelece relações diplomáticas com Cuba;</p> <p>29/7 – Visita de Sarney à Argentina – Assinatura da Ata de Integração Brasileiro-Argentina, estabelecendo o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre os dois países;</p> <p>11-13/8 - Visita ao Brasil do presidente uruguaio Julio Maria Sanguinetti - assinada Ata de Cooperação Econômica;</p> <p>10-11/9 – Sarney visita os EUA;</p> <p>27/10 – Assembléia Geral da ONU adota Resolução 41/11, de iniciativa brasileira, criando Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul;</p> <p>9-11/12: Visita do Presidente argentino Alfonsín a Brasília;</p> <p>11/12 – Assinatura da Ata da Amizade (Brasília) entre os Presidentes da Argentina, Brasil e Uruguai;</p> <p>18/12 – Criado no Rio de Janeiro o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) por Argentina, Brasil, México, Colômbia, Peru, Panamá, Venezuela e Uruguai);</p>	<p>16/2 – Nova intervenção francesa no Tchad;</p> <p>17-19/2 – Primeira Cúpula em Paris dos países que têm em comum o uso da língua francesa (Cúpula da Francofonia);</p> <p>16/3 – Vitória da coalizão de oposição UDR-RPR nas eleições legislativas (286 cadeiras contra 212 para os socialistas);</p> <p>18/3 – Início da primeira coabitação no governo francês – o presidente socialista François Mitterrand passa a dividir o poder com um gabinete conservador, presidido por Jacques Chirac;</p> <p>15/4 – EUA bombardeiam a Líbia – França recusa às aeronaves norte-americanas o sobrevôo do território francês;</p> <p>2/5 – Criação do Ministério da Francofonia;</p> <p>16/8 – O primeiro ministro Jacques Chirac declara em entrevista para um jornal israelense que seu governo não é favorável à criação de um Estado Palestino;</p> <p>9/9 – Aprovada lei relativa à condições de entrada e permanência dos estrangeiros na França – obrigação de visto para todos os não-residentes da CEE;</p> <p>13/11 – XIII Cúpula Franco-Africana em Lomé (Togo), com a participação de François Mitterrand e de Jacques Chirac;</p> <p>20/11 – Assembléia Nacional francesa autoriza a ratificação do Ato Único Europeu reformando as instituições da CEE.</p>

	<p>26/9 – A Câmara dos Representantes nos EUA vota sanções contra o governo de Pretória;</p> <p>11-12/10 - Cúpula Reagan-Gorbatchev em Reykjavik.</p>		
1987	<p>9/2 - Retomada das negociações de fronteira sino-soviéticas;</p> <p>20/2 - O Brasil suspende o pagamento dos juros de sua dívida externa;</p> <p>16/4 – Países do G7 adotam o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MCTR);</p> <p>22/2 - Acordo do Louvre sobre a estabilização do dólar;</p> <p>23/3 – China e Portugal concluem acordo sobre o retorno de Macau à soberania chinesa – doravante Macau é um território chinês sob administração portuguesa;</p> <p>29/6 - Anúncio da liberalização progressiva do regime sul-coreano;</p> <p>3/7 - Anúncio da liberalização do regime de Taiwan;</p> <p>9/7-3/8 - VII UNCTAD em Genebra;</p> <p>15/7 – A lei marcial vigente na China desde 1949 é suspensa e substituída por uma lei sobre a segurança nacional que aumenta as liberdades individuais e a de imprensa (salvo nas ilhas de Quemoy e Matsu);</p> <p>20/7 - Adoção pelo Conselho de Segurança da ONU da Resolução 597, exigindo a paralisação dos combates entre Irã e Iraque;</p> <p>30/7 - Índia intervém no Sri Lanka;</p> <p>7/8 - Aceitação do Plano Arias para a América Central;</p> <p>3/10 – Criada a Área de Livre Comércio EUA-Canadá;</p> <p>14/10 - Crack da Bolsa de Nova Iorque (Outubro Negro);</p> <p>27/10 - Plataforma da Haia</p>	<p>21/1 - Acordo com o Clube de Paris sobre a dívida externa;</p> <p>20/2 – Governo brasileiro anuncia a suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa, que atinge US\$ 108 bilhões;</p> <p>3/6 – Edição do decreto que estabelece a Política Nacional para Assuntos Antárticos;</p> <p>15-17/6 – Visita do Presidente Sarney à Argentina;</p> <p>3/7 - Visita de Sarney ao Peru;</p> <p>15-17/7 - Sarney visita Argentina - Assinada declaração conjunta brasileiro-argentina sobre a política nuclear;</p> <p>16-20/8 – Sarney visita o México;</p> <p>5/9 – Governo brasileiro anuncia que o país domina a tecnologia de enriquecimento de urânio;</p> <p>15-17/10 – Sarney visita a Venezuela;</p> <p>13/11 – Governo dos EUA anunciam que aplicará sanções comerciais contra a Brasil a partir de janeiro de 1988;</p> <p>28/11 – Os Chefes de Estado de 8 países da América Latina – Brasil, Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Equador, Uruguai e Venezuela –, reunido em Acaulco (México), adotam um "Acordo para a paz, o desenvolvimento e a democracia"</p> <p>14-16/12 – Visita ao Brasil do Primeiro Ministro de Israel, Shimon Perez.</p>	<p>5/1 – Tensão nas relações da França com a Austrália, que apoiou a resolução da ONU que inscreveu a Nova Caledônia na lista dos territórios não-autônomos;</p> <p>11/2 – Mitterrand pleiteia o envio pela Comissão das Comunidades Européias, de ajuda de emergência aos campos de refugiados palestinos no Líbano;</p> <p>11/3 – No encontro de cúpula franco-espanhol, Mitterrand e Chirac discordam sobre a entrada de Madri no Mercado Comum e sobre a atitude quanto ao nacionalismo basco;</p> <p>19/6 – RFA propõe a criação de uma brigada franco-alemã – governo francês aceita a proposta;</p> <p>24/6 – Mitterrand recusa as carta do novo embaixador sul-africano em Paris, protestando contra a internação no bantustão do Ciskei do cooperante francês Pierre-André Albertini;</p> <p>Setembro – Manobras militares conjuntas franco-alemãs;</p>

	<p>visando o desenvolvimento no seio da União da Europa Ocidental de uma "identidade europeia em matéria de defesa";</p> <p>7-10/12 - Cúpula Reagan-Gorbatchev em Washington – Firmado o Tratado de Eliminação das Forças Nucleares Intermediárias;</p> <p>9/12 - Início da Intifada nos territórios palestinos ocupados por Israel.</p>		
1988	<p>19/1 - Levantamento do estado de emergência na Nicarágua;</p> <p>23/2 - Início de conflitos entre armênios e azeris em Nagorny-Karabakh;</p> <p>23/3 - Acordo de cessar fogo na Nicarágua;</p> <p>13/4 – Adotado no âmbito do G77 o Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento (SGPC);</p> <p>26/4 - Ruptura das relações diplomáticas entre o Irã e a Arábia Saudita;</p> <p>16/5 - Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Marrocos e a Argélia;</p> <p>25/5 - Vietnã anuncia sua retirada do Cambodja;</p> <p>29/5-2/6 - Cúpula Reagan-Gorbatchev em Moscou;</p> <p>31/5-26/6 - III Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre o desarmamento;</p> <p>8/8 - Cessar fogo entre Irã e Iraque, sob a égide da ONU;</p> <p>12/8 - Libertação de Nelson Mandela, aprisionado na África do Sul desde 1964;</p> <p>14-21/8 - Massacre de centenas de pessoas da minoria tutsi em Burundi;</p> <p>8/11 - George Bush torna-se o 41º presidente dos EUA;</p> <p>7/12 - Anúncio da redução unilateral das forças convencionais soviéticas na Europa;</p> <p>14/12 - Início de negociações entre a OLP e os EUA;</p>	<p>5-9/2 - Sarney visita o Uruguai e a Colômbia;</p> <p>3-8/7 – Sarney visita a China – acordo para a construção de satélites estacionários;</p> <p>22/7 – Governo dos EUA aplica contra o Brasil as sanções previstas na Seção 301 da Lei de Comércio;</p> <p>31/7-3/8 – Visita de Sarney à Bolívia;</p> <p>25-29/8 – I Reunião dos Países do Atlântico Sul (Rio de Janeiro);</p> <p>17-21/10 – Sarney visita a URSS - assinada série de acordos, dos quais se destaca o Protocolo sobre a cooperação no campo de pesquisa espacial e uso pacífico do espaço;</p> <p>15/11 – Governo do Brasil reconhece a Declaração de Independência da Palestina, mas se recusa a reconhecer o Estado Palestino proclamado em Argel;</p> <p>17/11 – Assinado o Protocolo Interamericano sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador);</p> <p>28-30/11 - Visita de Sarney à Buenos Aires - No dia 29, Sarney e Alfonsín assinam Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina, projetando mercado comum para 1998;</p> <p>22/12 - Brasil ratifica a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar.</p>	<p>22/1 – Criação do Conselho de Defesa e de Segurança Franco-Alemão – Decisão de criar a Briga franco-alemã;</p> <p>8/5 – Reeleição de François Mitterrand para a Presidência da República;</p> <p>25-28/5 – Primeiro Fórum Mediterrâneo, reunido em Marseille por iniciativa da França;</p> <p>16/6 – França restabelece relações diplomáticas com o Irã, rompidas em julho de 1987;</p> <p>26/6 – Acordos do Matignon sobre o estatuto da Nova Caledônia.</p>

	<p>21/12 - Atentado de Lockerbie contra um avião da Pan Am;</p> <p>31/12 - Pacto de não-agressão nuclear entre a Índia e o Paquistão.</p>		
1989	<p>7/1 – Morre em Tóquio o Imperador Hiroito, sucedido no trono do Crisântemo por seu filho, Aki Hito;</p> <p>7-11/1 - Conferência Internacional sobre as Armas Químicas em Paris;</p> <p>3/2 – Um golpe de Estado depõe no Paraguai o Presidente Alfredo Stroessner, que parte para o exílio no Brasil;</p> <p>14/2 - Anúncio de eleições livres na Nicarágua;</p> <p>5-7/3 - Conferência de Londres sobre a proteção da camada de ozônio;</p> <p>10/3 – Governo dos EUA anuncia o Plano Brady de redução das dívidas dos países em vias de desenvolvimento;</p> <p>11/3 - Cúpula de Haia sobre a proteção da atmosfera;</p> <p>15-18/3 - Viagem de Gorbachev à China - início da revolta da Praça da Paz Celestial;</p> <p>14/5 – Eleição de Carlos Saul Menem para a Presidência da República na Argentina;</p> <p>3/6 - Morte do Aiatolá Khomeiny, líder espiritual da revolução fundamentalista do Irã;</p> <p>4/6 - Derrota do Partido Comunista nas primeiras eleições livres organizadas na Polônia;</p> <p>4/6 - Exército chinês reprime as manifestações da Praça da Paz Celestial (Pequim);</p> <p>22/6 - Acordo de cessar fogo em Angola;</p> <p>27/6 - Embargo da CEE sobre a venda de armas e créditos para a República Popular da China;</p> <p>29/6 - Sanções dos EUA contra a RPC;</p>	<p>26–28/1 – Sarney visita Angola;</p> <p>1-3/2 - Visita de Sarney à Venezuela;</p> <p>20/2 – Sarney comparece aos funerais do Imperador Hiroito do Japão;</p> <p>2-4/3 – Visita do Presidente Sarney à Guiana e ao Suriname;</p> <p>4-5/5 - Reunião dos presidentes da região amazônica – Firmada a Declaração da Amazônia, onde os países membros do TCA reafirmam sua soberania sobre a região;</p> <p>15/5 – Sarney visita o Paraguai;</p> <p>7-9/7 – Visita de Sarney à Argentina;</p> <p>25/9 – Sarney discursa na abertura da XLIV Assembléia Geral da ONU;</p> <p>10-13/10 – Visita de Sarney ao Peru;</p> <p>25-26/10 – Visita de Sarney ao Equador;</p> <p>26-29/10 – Sarney visita a Costa Rica;</p> <p>1/11 – I Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Brasil, Portugal e países africanos de expressão portuguesa (São Luís do Maranhão) – Criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa;</p> <p>22/11 - Primeira reunião da Comissão Especial de Meio-Ambiente do Tratado de Cooperação Amazônica;</p> <p>17/12 – Fernando Collor de Mello é eleito para a Presidência da República.</p>	<p>5/1 – Escritório da OLP em Paris [é elevado à posição de Delegação Geral];</p> <p>16/3 – França retira seu embaixador em Bucarest em função da situação dos direitos humanos na Romênia;</p> <p>4/5 – Primeira viagem de Iasser Arafat a Paris;</p> <p>24/5 – França anula um terço da dívida dos países africanos por ocasião da Cúpula da Francofonia em Dakar;</p> <p>2/8 – Lei relativa ao estatuto dos estrangeiros na França;</p> <p>6/12 – Mitterrand declara em Moscou que é muito cedo para vislumbrar a reunificação da Alemanha;</p> <p>15/12 – Assinatura da Convenção de Lomé IV entre a CEE e 66 países da África, Caraíbas e do Pacífico, e mais Haiti, São Domingo e Namíbia;</p> <p>15/12 – Intervenção francesa em Comores;</p> <p>20-22/12 – Viagem oficial de Mitterrand à RDA.</p>

	<p>30/6 - Instalação de um regime islâmico no Sudão;</p> <p>17/7 - Restabelecimento de relações diplomáticas entre a Polônia e o Vaticano;</p> <p>19/8 - Nomeação de um governo de coalizão dirigido pelo <i>Solidariedade</i> na Polônia;</p> <p>1-7/9 - IX Conferência dos Países Não-Alinhados em Belgrado;</p> <p>10/9 - Abertura das fronteiras austro-húngaras – dezenas de milhares de alemães orientais emigram para a RFA através da Hungria;</p> <p>9/11 - Queda do Muro de Berlim;</p> <p>2-3/12 - Primeira cúpula Bush-Gorbatchev em Malta;</p> <p>4/12 - O Pacto de Varsóvia condena a sua própria intervenção em Praga em 1968 – URSS anuncia o abandono oficial da Doutrina Brejnev;</p> <p>14/12 - Derrota do General Pinochet nas eleições presidenciais chilenas;</p> <p>15/12 - Assinatura dos Acordos de Lomé IV;</p> <p>20/12 - Operação "Justa Causa" organizada pelos EUA contra o governo do general Noriega do Panamá;</p> <p>22/12 - Queda do regime Ceausescu na Romênia;</p> <p>29/12 - Eleição de Vaclav Ravel como presidente da Tchecoslováquia.</p>		
1990	<p>19/1 - Adoção da Convenção de Schengen, sobre a livre-circulação de pessoas na Europa Ocidental;</p> <p>20/1 - Intervenção do exército soviético no Azerbaijão;</p> <p>10/2 - URSS aceita a reunificação da Alemanha;</p> <p>11/2 - Legalização do Congresso Nacional Africano na África do Sul;</p> <p>25/2 - Derrota dos sandinistas nas eleições presidenciais da Nicarágua;</p>	<p>10-11/3 – Sarney visita o Chile;</p> <p>15/3 – Fernando Collor de Mello é empossado na Presidência da República;</p> <p>15/3 – Francisco Rezek é nomeado ministro das relações exteriores;</p> <p>4/6 – Collor visita o Paraguai;</p> <p>6-11/6 – Collor visita a Itália;</p> <p>5-6/7 – Visita de Collor à Argentina - Ata de Buenos Aires, pela qual os dois parceiros decidem conformar o Mercado Comum até 31/12/1994;</p> <p>12/9 – Extinção da Secretaria</p>	<p>19/1 – A ratificação da Convenção de Schengen completa o Acordo de 1985 sobre a livre-circulação na Europa;</p> <p>19/1 – Criação do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento da Europa Oriental, por iniciativa da França;</p> <p>13/4 – França autoriza a concessão de créditos à RPC após as sanções impostas em 1989;</p> <p>24/5 – Intervenção militar francesa no Gabão;</p> <p>19-21/6 – Cúpula franco-africana de La Baulle – França decide</p>

<p>8/3 - O Bundestag, parlamento alemão, reconhece a inviolabilidade da fronteira entre a Alemanha e a Polônia;</p> <p>11/3 - Proclamação de independência da Lituânia;</p> <p>13/3 - Reforma constitucional na URSS - criação de uma função presidencial, abolição do papel dirigente do Partido Comunista e reconhecimento da propriedade privada;</p> <p>15/3 - Eleição de Gorbachev para a presidência da URSS;</p> <p>21/3 – África do Sul reconhece a independência da Namíbia;</p> <p>25/3 - Proclamação da independência da Estônia;</p> <p>9/4 - Criação do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento da Europa Oriental (BERD);</p> <p>4/5 - Proclamação de independência da Estônia;</p> <p>4/5 - Declaração comum entre o governo sul-africano e os dirigentes do Congresso Nacional Africano sobre a abertura de negociações;</p> <p>18/5 - Assinatura do tratado de união monetária, econômica e social entre as duas Alemanhas;</p> <p>22/5 - Reunificação do Iêmen;</p> <p>30/5-3/6 - Cúpula Bush-Gorbachev em Washington;</p> <p>7/6 - Reforma do Pacto de Varsóvia;</p> <p>12/6 - Declaração de soberania da República da Rússia;</p> <p>12/6 - Vitória da Frente Islâmica de Salvação nas eleições locais da Argélia;</p> <p>27/6 - Fim da guerra civil na Nicarágua;</p> <p>1/7 - Livre circulação de capitais na CEE - primeira etapa da união econômica e monetária;</p> <p>2/7 - O parlamento da Eslovênia adota uma proclamação de soberania</p>	<p>Especial de Informática, criada em 1979;</p> <p>18/9 – Collor</p> <p>22/9-10/10 - Collor discursa na abertura da XLV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas; visita a Cidade de Chicago e a Universidade de Yale (EUA)</p> <p>1/10 – Collor visita a República Federativa Tcheca e Eslovaca;</p> <p>10-14/11 – Collor visita o Japão;</p> <p>9/10 – Visita do Presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, ao Brasil;</p> <p>11-13/10 - Collor participa em Caracas, Venezuela, da IV Reunião de Presidentes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política — Grupo do Rio.</p>	<p>condicionar sua ajuda para o desenvolvimento à democratização da África;</p> <p>2/8 – França condena a agressão do Iraque ao Kuwait e suspende o envio de material militar;</p> <p>9/8 – França envia o porta-aviões Clemenceau ao Golfo Pérsico;</p> <p>15/9 – França envia 12 mil homens ao Golfo para a composição da força multinacional sob comando norte-americano;</p> <p>4/10 – Intervenção franco-belga em Rwanda;</p> <p>21-22/12 – Primeira conferência para o diálogo euro-árabe, de iniciativa da França.</p>
--	--	---

<p>que põe em causa a Federação Iugoslava; 16/7 - URSS aceita que a Alemanha reunificada faça parte da OTAN; 2/8 - Forças iraquianas invadem o Kuwait; 6/8 - Voto da Resolução 661 organizando um embargo comercial contra o Iraque, que seria completado por um bloqueio aéreo decidido pela Resolução 670 do Conselho de Segurança da ONU; 6/8 - Congresso Nacional Africano suspende a luta armada contra o regime sul-africano; 31/8 - Assinatura em Berlim do Tratado de Unificação entre a RFA e a RDA; 9/9 - Cúpula Bush-Gorbachev em Helsinki - decide-se o emprego da força contra o Iraque; 13/9 - Anúncio da retirada das tropas soviéticas estacionadas na RDA; 3/10 - Reunificação alemã; 15/10 - Abrogação da lei sobre a segregação nos lugares públicos na África do Sul; 6/11 - Adesão da Hungria ao Conselho da Europa; 14/11 - Assinatura de Tratado entre a Alemanha e a Polónia sobre a intangibilidade da fronteira Oder-Neisse; 22/11 - Demissão de Margareth Thatcher, substituída na liderança do Partido Conservador inglês por James Major, que torna-se primeiro ministro; 30/11 - Voto da Resolução 678 do Conselho de Segurança da ONU autorizando o uso da força contra o Iraque ao fim do ultimato fixado em 15/1/1991; 9/12 - Eleição de Lech Walesa para a presidência da Polónia; 16/12 - Eleição do padre</p>		
--	--	--

	<p>Jean-Pierre Aristide para a presidência do Haiti; 18/12 - Anistia geral para os prisioneiros e exilados políticos da África do Sul; 22/12 - Instauração da economia de mercado na Polônia; 23/12 - Sucesso do referendun sobre a independência da Eslovênia.</p>		
1991	<p>7/1 - Intervenção soviética na Lituânia; 17/1 - Início dos bombardeios contra o Iraque no contexto da "Operação Tempestade do Deserto"; 24/2 - Início das operações terrestres contra as forças iraquianas; 25/2 - Dissolução do Alto Comando Unificado e do Estado Maior do Pacto de Varsóvia; 28/2 - Suspensão das operações militares contra o Iraque - libertação do Kuwait; 26/3 - Criação do Mercosul; 5/6 - Instauração do estado de sítio na Argélia - suspensão das eleições legislativas; 12/6 - Eleição de Boris Ieltsin para a presidência da Rússia; 25/6 - Secessão da Eslovênia e da Croácia – início da crise iugoslava; 27/6 - Intervenção do exército federal iugoslavo na Eslovênia; 30/6 - Abolição <i>de jure</i> do apartheid; 10/7 - Fim das sanções econômicas dos EUA contra a África do Sul; 17/7 - Gorbachev convidado a participar da Reunião do G7 em Londres; 31/7 - Cúpula Gorbachev-Bush em Moscou - Assinatura do Tratado START I; 18-22/8 - Tentativa de golpe de Estado em Moscou; 25/8 - Dissolução do Partido Comunista da União</p>	<p>19-21/2 – Collor visita a Estação Antártica brasileira "Comandante Ferraz" na Ilha Rei George; 25/2 - Collor visita a Antártica; 26/3 – Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai firmam o Tratado de Assunção para a constituição do Mercosul; 14-19/5 - Visita de Estado ao Reino da Espanha; 3-6/6 - Collor visita o Reino da Suécia; 6-7/6 - Visita de Collor ao Reino da Noruega. 17-21/6 - Collor visita os EUA; 25/6 – Governo brasileiro anuncia o fim da reserva de mercado para a área de informática; 17-19/7 - Collor participa da Reunião de Chefes de Estado e Governo dos Países Ibero-Americanos, Espanha e Portugal — I Cúpula Ibero-americana, em Guadalajara, México; 5/9 - Assinatura da “Declaração Conjunta sobre Proibição Completa das Armas Químicas e Biológicas” (Argentina – Brasil – Chile); 7-14/9 - Visita de Collor a Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia; 20-23/9 - Viagem de Collor à ONU; 1-3/12 - Collor participa em Cartagena das Índias, Colômbia, da V Reunião de Presidentes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio); 10-13/12 - Visita de Collor à Itália e à Áustria; 13/12 - Argentina e Brasil assinam o Acordo Quadripartite de Salvaguardas entre o Brasil, a</p>	<p>6/2 – França rompe de relações diplomáticas com o Iraque; 29-30/8 – França reconhece os três Estados bálticos; 24/9-26/10 – Intervenção militar franco-belga no Zaire; 14/10 – Criação de um corpo militar franco-alemão, concebido como embrião de uma futura força européia; 21/10 – Iasser Arafat é recebido com honras de Chefe de Estado em Paris; 19/11 – Na Cúpula da Francofonia em Libreville a França retira as condicionalidades impostas na Conferência de La Baulle em 1990; 28/11 – França envia 300 homens ao Benin para fazer face ao golpe de Estado militar no Togo; 31/12 – Reconhecimento de 12 das antigas repúblicas da URSS (à exceção da Geórgia, da Quirquízia e do Tadjequistão).</p>

	<p>Soviética; 17/9 - Admissão das duas Coreias e dos três Estados bálticos na ONU; 29/9 - Golpe de Estado no Haiti depõe o presidente Bertrand Aristides; 8/10 - OEA organiza um embargo comercial contra o Haiti; 30/10 - Início da Conferência de Madri sobre o Oriente Médio; 22/11 - Assinatura de acordo associando a Polônia, Hungria e Tchecoslováquia (Grupo de Visegrad) à CEE; 8/12 - Criação em Minsk da Comunidade de Estados Independentes (CEI) associando a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia; 13/12 - Assinatura de pacto de reconciliação e de desnuclearização das duas Coreias; 20/12 - Criação do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte agrupando os membros da OTAN e os antigos membros do Pacto de Varsóvia; 21/12 - Acordo de Alma-Ata, ampliando a CEI para todas as antigas repúblicas soviéticas à exceção da Geórgia e dos Estados bálticos; 23/12 - Alemanha reconhece isoladamente a Eslovênia e a Croácia; 25/12 - Renúncia de Gorbatchev; 26/12 - Vitória da Frente Islâmica de Salvação no primeiro turno das eleições legislativas da Argélia.</p>	<p>Argentina, a Agência Brasil-Argentina de Controle de Material Nuclear — ABAC e a AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica.</p>	
1992	<p>11/2 - Golpe de Estado na Argélia interrompe o processo eleitoral; 15/1 - Reconhecimento oficial das independências da Eslovênia e da Croácia pela CEE; 7/2 - Assinatura do Tratado de Maastricht, que aprofunda</p>	<p>10/2 – II Reunião de Presidentes dos Países Amazônicos (Manaus); 13/4 - Celso Lafer é nomeado Ministro das Relações Exteriores; 29/5 Acordo MERCOSUL – Comunidade Econômica Européia (CEE); 3-14/6 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e</p>	<p>8/4 – Moratória francesa para os testes nucleares; 11/5 – França retira seu embaixador em Belgrado; 22/5 – Criação do <i>Eurocorps</i> na Cúpula franco-alemã de la Rochelle; Junho – Reforço do dispositivo militar francês atuando em Ruanda;</p>

<p>o processo de integração econômica na Europa; 21/2 - Fim das sanções econômicas impostas pelos EUA à RPC em função do Massacre da Praça da Paz Celestial; 25-28/2 - VIII UNCTAD em Cartagena da Colômbia; 9/3 - Adesão da China ao TNP; 17/3 - Sucesso do referendun sobre o desmantelamento do regime de Apartheid na África do Sul; 5/4 - Golpe de Estado civil do presidente Fujimori no Peru; 6/4 - Fim do embargo petrolífero da CEE contra a África do Sul; 8/4 – Anunciada a moratória francesa para os testes nucleares; 22/5 - Admissão da Eslovênia, da Croácia e da Bósnia na ONU; 30/5 - Voto da Resolução 757 do Conselho de Segurança da ONU organizando um embargo comercial, petrolífero e aéreo contra a República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro); 3-14/6 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio de Janeiro; 23/6 - Vitória do Partido Trabalhista nas eleições legislativas de Israel; 3/8 - Adesão da França ao TNP; 10/8 - O parlamento do Japão autoriza o envio de militares japoneses ao exterior no contexto de missões de paz da ONU; 12/8 - Criação da Zona de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA; 3-6/9 - X Conferência dos Países Não Alinhados em Djakarta; 29-30/9 - Eleições</p>	<p>Desenvolvimento é realizada no Rio de Janeiro; 25-28/6 - Collor participa na 2ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, na cidade de Las Leñas, Argentina; 23-24/7 – Collor participa da II Conferência Ibero-americana em Madrid; 17/8 - Visita de Collor à Bolívia; 25/9 - Adesão do Brasil à Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José); 29/9 – Fernando Collor de Mello é afastado das funções de Chefe de Estado e Governo; o vice-presidente Itamar Franco assume a Presidência da República; 5/10 - Fernando Henrique Cardoso é nomeado Ministro das Relações Exteriores; 14/10 – Aprovado em Las Leñas o cronograma para o cumprimento dos compromissos acordados no Tratado de Assunção referentes à realização do Mercado Comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; 20-23/10 - Visita de Itamar Franco ao Senegal; 1-2/12 - Itamar Franco participa da VI Reunião de Cúpula Presidencial do Mecanismo Permanente de Consulta e Concentração Política (Grupo do Rio), em Buenos Aires, Argentina; 9/12 - Inauguração da sede da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) 27-28/12 - Visita de Itamar Franco ao Uruguai;</p>	<p>28/6 – Mitterrand visita Sarajevo; 3/8 – Adesão da França ao TNP; 20/9 – Aceitação no referendun sobre a adoção do Tratado de Maastricht, por curta margem; Dezembro – França participa da operação “Restaurar a Esperança” na Somália.</p>
--	---	---

	<p>legislativas e presidenciais em Angola; 4/10 - Fim da guerra civil em Moçambique; 23-28/10 - Primeira visita de um soberano japonês à China; 3/11 - Bill Clinton torna-se o 42º Presidente dos EUA; 20/11 - Compromisso de Blair House entre os EUA e os países europeus sobre a agricultura no quadro da Rodada Uruguai; 3/12- Voto da Resolução 794 do Conselho de Segurança da ONU, que põe a ação de assistência humanitária na Somália sob proteção militar; 9/12 - Início da operação <i>Restore Hope</i> na Somália; 19/12 - Primeiras eleições democráticas em Taiwan; 31/12 - Divisão da Tchecoslováquia ("Divisão de Veludo").</p>		
1993	<p>1/1 - Entra em vigor o Mercado Único Europeu; 3/1 - Cúpula Bush - Ieltsin em Moscou - Assinatura do Tratado START II; 5/1 - Reinício da guerra civil em Angola; 15/1 - Acordo de cessar fogo na Somália; 15/1 - Assinatura em Paris da Convenção sobre Armas Químicas, proibindo a sua fabricação e utilização; 11/3 - A Coreia do Norte se retira do TNP; 29/3 - A "economia de mercado socialista" é inscrita na constituição da República Popular da China; 3-4/4 - Cúpula Clinton-Ieltsin em Vancouver, Canadá; 30/4 - Abertura da segunda sessão das negociações árabe-israelenses em Washington; 9/5 – Realizadas as primeiras eleições livres no Paraguai em cinquenta anos; 14-25/6 - Conferência mundial sobre os Direitos</p>	<p>1/1 – Brasil assume assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas; 17/2 - Visita de trabalho de Itamar Franco à Bolívia; 21/5 – Celso Amorim é nomeado Chanceler; 24-29/5 - Visita de Itamar Franco à Argentina e ao Uruguai; 6/6 – Realizada em Belém do Pará a XXIV Assembléia Geral da OEA; 1/7 - Itamar Franco participa da IV Reunião do Conselho do MERCOSUL em Assunção, Paraguai; 15-17/7 – Realizada em Salvador a III Conferência Ibero-Americana; 14-17/10 - Itamar Franco participa da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago do Chile; 23/11 – Visita de Jiang Zemin, presidente da RPC, ao Brasil; 9/12 – Instala-se em Brasília a Representação Especial Palestina junto ao governo brasileiro;</p>	<p>22/1 – Em represália à venda de material militar a Taiwan, a RPC fecha o consulado francês de Cantão; 29/3 – Formação do governo Balladur – início da segunda coabitação; 8/4 – Proposição Balladur de um Pacto de Segurança e de Estabilidade na Europa – apresentação da concepção francesa sobre a “Europa dos Círculos Concêntricos”; 15/9 – França apresenta ao Parlamento Europeu o princípio da “exceção cultural” para excluir a produção audiovisual das negociações da Rodada Uruguai de negociações do GATT.</p>

	<p>Humanos em Viena; 9/9 - A OLP reconhece oficialmente a existência do Estado de Israel; 10/9 - Israel reconhece a OLP como representante do povo palestino; 13/9 - Assinatura em Washington da declaração de princípio sobre a autonomia dos territórios ocupados (Acordos de Oslo); 4/10 - "Domingo Vermelho" em Moscou, quando o exército toma o Parlamento; 5/10 - Voto da Resolução 872 do Conselho de Segurança criando a Missão das Nações Unidas de Assistência para Rwanda; 15/12 - Conclusão da Rodada Uruguai do GATT em Genebra; 30/12 - Acordo de Reconciliação entre Israel e o Vaticano - estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois Estados.</p>		
1994	<p>1/1 – Entra em vigor o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, reunindo EUA, Canadá e México; 1/1 - Início da revolta zapatista no México; 10/1 - Adoção pela OTAN da "Parceria para a Paz" proposta aos antigos membros do Pacto de Varsóvia - reconhecimento de uma identidade europeia de defesa; 13-14/1 - Cúpula Clinton-Ieltsin em Moscou - acordo sobre o desarmamento nuclear da Ucrânia; 13/1 - O Congresso Nacional Africano abandona a luta armada na África do Sul; 3/2 - Abertura de escritórios de ligação entre os EUA e o Vietnã; 1/3 - Adesão da Suécia, Finlândia, Áustria e Noruega à União Européia; 15/4 - Assinatura dos Atos</p>	<p>15-18/1 - Itamar Franco participa da V Reunião do Conselho do MERCOSUL no Uruguai; 10/2 – Realizado em Brasília o I Encontro dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa; 30/5 – Brasil adere ao Tratado de Tlatelolco, após ter ratificado texto modificado do tratado; 13-17/6 - Itamar Franco participa da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, na cidade de Cartagena das Índias; 1/7 – Governo brasileiro implementa o Plano de Estabilização Econômica (Plano Real); 4-5/8 - Itamar Franco participa da VI Reunião do Conselho do MERCOSUL em Buenos Aires; 22/9 – Realizada em Brasília a III Reunião de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; 17/12 – Firmado pelo Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina o Protocolo de Ouro Preto, que modifica parcialmente o Tratado</p>	<p>23/2 - Publicação do Segundo Livro Branco sobre a Defesa Nacional; 22/6 – Conselho de Segurança da ONU autoriza a França a organizar a operação “Turquoise” em Ruanda (Resolução 929); 14/7 – Desfile do <i>Eurocorps</i> na Avenida Champs Elysées, diante de François Mitterrand e de Helmut Kohl; 21/8 – Fim da operação “Turquoise” em Ruanda; 28/9 – Primeira participação da França na Reunião de Ministros da Defesa da OTAN desde 1966.</p>

<p> Finais da Rodada Uruguai em Marrakesch (Marrocos) - Criação da Organização Mundial do Comércio (OMC); 26-29/4 - Vitória do Congresso Nacional Africano nas primeiras eleições multirraciais da África do Sul – Nelson Mandela é eleito Presidente da República; 13/6 - Retirada da Coréia do Norte da AIEA; 12/7 - Instalação da autoridade palestina em Gaza, sob a direção de Iasser Arafat; 12/7 - A Corte Constitucional da Alemanha autoriza a participação das forças armadas em operações de manutenção da paz; 25/7 - Fim do estado de beligerância entre Israel e Jordânia; 31/8 - O IRA renuncia à violência após 25 anos de guerra civil na Irlanda do Norte; 3/9 - Abertura de escritórios de ligação entre Israel e Marrocos; 5-12/9 – Realização da Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento; 19/9 - Início da operação <i>Sustain Democracy</i> no Haiti; 28/9 - Primeira participação da França na reunião dos ministros da defesa da OTAN desde 1966; 2/10 – Início das relações comerciais entre Israel e Tunísia; 15/10 – Retorno do presidente Bertrand Aristide ao Haiti; 25/10 – Estabelecimento de relações oficiais entre o Vaticano e a OLP; 26/10 – Tratado de Paz entre Israel e Jordânia; 27-28/10 – Primeiras eleições pluralistas em Moçambique depois de 16 anos de guerra </p>	<p>de Assunção e confirma a seu caráter intergovernamental.</p>	
---	---	--

	<p>civil; 4/11 – ONU decide interromper a missão ONUSOM na Somália; 10/11 – Iraque reconhece o Kuwait; 10/11 – Visita do Rei Hussein da Jordânia a Israel; 16/11 – Entra em vigor a Convenção sobre o Direito do Mar de 1982; 20/11 – Assinatura dos Acordos de Lusaka entre o governo de Angola e a UNITA põe fim à guerra civil; 8/12 – Criação do Mercado Comum da África Austral e Oriental; 9-11/12 – Primeira Cúpula das Américas reunindo 34 países (salvo Cuba) em Miami, onde se decidiu pela criação de uma Área de Livre Comércio das Américas até o ano de 2005; 11/12 – Intervenção do Exército russo na Chechênia; 12/12 – África do Sul passa a reintegrar a UNESCO, de onde havia se retirado em 1955; 20/12 – Crise financeira do México.</p>		
1995	<p>1/1 – Início das atividades da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa; 1/1 – Áustria, Finlândia e Suécia ingressam na União Européia; 26/1 – Conflito limdeiro entre o Peru e o Equador; 3/3 – Forças da ONU na Somália se retiram sob proteção do exército norte-americano; 20/3 – Operação das forças da Turquia no Kurdistão iraquiano; 26/3 – Entra em aplicação a Convenção de Schengen na Europa; 11/4 – Resolução 984 do Conselho de Segurança da ONU pela qual as cinco</p>	<p>1/1 – Fernando Henrique Cardoso é empossado na Presidência da República; 1/1 – Luiz Felipe Lampreia é nomeado Chanceler; 1/1 – Entra em vigor a União Aduaneira no âmbito do MERCOSUL – adoção da Tarifa Externa Comum; 19/2 – Firmada a Declaração de Paz do Itamaraty, síntese do processo negociador entre Peru e Equador promovido pelo governo do Brasil e que teve origem em função do choque entre forças daqueles países por uma área de fronteira; 28/2-4/3 – Cardoso comparece às cerimônias de posse do Presidente do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti; 1-4/3 – Fernando Henrique</p>	<p>26/3 – Entra em vigor a Convenção de Schengen; 7/5 – Eleição de Jacques Chirac para a Presidência da República; 11/5 – França participa da prorrogação ilimitada do TNP; 25/7 – GIA argelino deflagra nova onda de atentados na França; 5/10 – França intervém na seqüência de golpe de Estado em Comores; 28/11 – Iniciativa francesa em favor de uma “parceria global” e de uma zona de livre comércio até 2010 entre as duas margens do Mediterrâneo, no quadro do diálogo euro-árabe; 5/12 – França anuncia seu retorno ao Comitê Militar da OTAN.</p>

	<p>potências decidem que não empregarão forças nucleares contra os países signatários do TNP;</p> <p>9-12/5 – Cúpula Clinton-Ieltsin em Moscou;</p> <p>10/5 – Abertura de negociações entre o governo britânico e o Sinn Fein;</p> <p>11/5 – Prorrogação ilimitada do TNP por 178 países;</p> <p>11/7 – Normalização das relações diplomáticas entre os EUA e o Vietnã;</p> <p>21/8 – Fracasso, sob pressão internacional, de um golpe de Estado em Cabo Verde;</p> <p>29/8 – Início das operações da OTAN contra as posições sérvias na Iugoslávia;</p> <p>8/9 – Acordo Tripartite de Genebra sobre a regulamentação do conflito na antiga Iugoslávia;</p> <p>26/9 – Acordo de Nova Iorque sobre o reconhecimento mútuo da Bósnia e da Sérvia;</p> <p>28/9 – Acordo israelo-palestino assinado em Washington sobre a extensão da autonomia da Cisjordânia (Oslo II);</p> <p>19-20/10 – XI Conferência dos Países Não-Alinhados em Cartagena;</p> <p>31/10 – Início das negociações de Dayton sobre a ex-Iugoslávia;</p> <p>4/11 – Assassinato de primeiro ministro israelense Ytzhak Rabin, por extremista israelense;</p> <p>4/11 – Revisão da Convenção de Lomé IV;</p> <p>13/11 – Atentado anti-americano na Arábia Saudita;</p> <p>21/11 – Assinatura dos Acordos de Dayton sobre a antiga Iugoslávia;</p> <p>5/12 – França anuncia o seu retorno ao Comitê Militar da OTAN.</p>	<p>Cardoso visita o Chile;</p> <p>17-22/4 – Cardoso visita os EUA;</p> <p>5-8/5 - Cardoso participa das cerimônias oficiais de comemoração do cinquentenário do término da Segunda Guerra Mundial, na cidade de Londres, no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte;</p> <p>7-8/7 - Visita de Cardoso à Argentina para assistir às cerimônias de posse do Presidente Carlos Saul Menem;</p> <p>3-6/7 – Cardoso rende visita à Venezuela;</p> <p>18-23/7 - Visita de Cardoso a Portugal;</p> <p>27-28/7 - Visita de Cardoso ao Peru, para assistir às cerimônias de posse do Presidente Alberto Fujimori;</p> <p>4-5/8 - FHC participa da VIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, na cidade de Assunção;</p> <p>13-18/9 – Cardoso visita a Bélgica e a União Européia;</p> <p>18-21/9 – Cardoso visita a Alemanha;</p> <p>13/8 – Brasil anuncia que abre mão de produzir, adquirir ou negociar mísseis de longo alcance;</p> <p>3/10 – Brasil adere à Convenção sobre Certas Armas Convencionais;</p> <p>16-17/10 - FHC participa da V cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se na cidade de San Carlos de Bariloche, Argentina;</p> <p>27/10 – Brasil adere ao MCTR – Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis;</p> <p>24/10 – Cardoso participa do Encontro de Chefes de Estado e de Governo para a comemoração do quinquagésimo aniversário da ONU;</p> <p>5-8/11 - Cardoso participa da V Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo de Consulta e Cooperação Sul-Sul, Grupo dos Quinze, em Buenos Aires, Argentina;</p> <p>6-7/12 - Cardoso participa da IX Reunião do Conselho do Mercado Comum, em Punta del Este,</p>	
--	---	---	--

		Uruguai; 12--19/12 – Cardoso visita a RPC, Macau e à Malásia; 15/12 – Firmado em Madrid o Acordo Quadro de Cooperação Inter-regional entre o Mercosul e a União Européia;	
1996	20/1 – Eleição de Iasser Arafat para a presidência da Autoridade Palestina; 25/1 – Admissão da Rússia no Conselho da Europa; 9/2 – Ruptura do cessar fogo pelo IRA (desde 31/8/1994); 12/3 – Reforço do embargo americano contra Cuba pela edição da Lei Helms-Burton; 12/3 – Incidentes militares no Estreito de Formosa; 1/4 – Primeira viagem de um chefe de governo israelense ao Qatar e a Oman; 11-27/4 – Operações das forças armadas israelenses no sul do Líbano; 24/4 – O Conselho Nacional Palestino decide suprimir da Carta da OLP todos os artigos que se opunham ao reconhecimento de Israel; 8/5 – Promulgação da nova constituição da África do Sul; 29/5 – Vitória do partido conservador Likud nas eleições legislativas de Israel – B. Netanyahu é eleito primeiro-ministro; 25/6 – Associação do Chile ao Mercosul; 30/7 – Moratória nuclear chinesa; 5/8 – Adoção nos EUA da Lei D´Amato-Kennedy, que impõe sanções contra qualquer empresa do ramo petrolífero que estabeleça negócios com o Irã e a Líbia; 10/9 – Adoção pela Assembléia Geral da ONU do Tratado de Interdição Total dos Testes Nucleares; 27/9 – A guerrilha Talibã toma Kabul, capital do Afeganistão;	22-28/1 - Visita oficial de Cardoso à Índia; 18-20/2 – Cardoso visita o México; 10/4 – Congresso Brasileiro aprova a Lei sobre Propriedade Intelectual; 17-19/4 – Cardoso visita a Argentina; 26-30/5 – Cardoso visita a França; 24-25/5 – Cardoso visita Angola; 25-28/5 – Cardoso visita a África do Sul; 25/6 – Firmado o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Chile; 25/6 – Firmada durante a X Reunião de Cúpula do Mercosul a Declaração Presidencial sobre o Compromisso Democrático dos países do Mercosul 17/7 – Constituída a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; 24-26/8 – Ryutaro Hashimoto, primeiro-ministro do Japão, visita o Brasil; 10-12/9 – Kim Young Sam, presidente da Coreia do Sul, visita o Brasil; 17/9 – Helmut Kohl, chanceler da Alemanha, visita o Brasil; 7/11 – Divulgadas as diretrizes para a Política de Defesa Nacional.	18-19/1 – Pela primeira vez desde 1966 a França participa do Grupo sobre Planos Nucleares da OTAN; 27/1 – Suspensão da ajuda econômica ao Níger, na sequência de um golpe de Estado; 25/3 – França anuncia a sua adesão ao Tratado de Rorotonga; 16/9 – Desmantelamento dos mísseis de plataforma Albion; 19-25/10 – Viagem de Jacques Chirac ao Oriente Médio; 13/12 – Adoção do pacto de estabilidade, que permitirá a passagem à moeda única no seio da União Européia.

	<p>29/9 – Acordo do FMI sobre a redução dos compromissos dos países mais endividados;</p> <p>9-13/12 – Primeiras conversações da OMC em Cingapura – acordo entre os EUA e a União Européia para a liberalização até o ano 2000 dos mercados de tecnologias da informação;</p> <p>17/12 – Guerrilha comunista faz dezenas de reféns na Embaixada do Japão no Peru;</p> <p>29/12 – Assinatura na Cidade do México dos acordos de paz que põem fim a 36 anos de guerra civil na Guatemala.</p>		
1997	<p>7/1 – Início da crise financeira asiática, com a desvalorização da Rúpia indonésia;</p> <p>12/1 – Governo iraquiano anuncia a proibição dos trabalhos da equipe de inspeção de armas da Comissão Especial das Nações Unidas (Unscm);</p> <p>20/1 – Bill Clinton inicia o seu segundo mandato na Presidência da República dos EUA;</p> <p>21/1 – Papa João Paulo II visita Cuba;</p> <p>29/1 – Fim do Ramadã – na Argélia contabiliza-se um saldo de 1200 mortes em ataques atribuídos aos extremistas do Grupo Islâmico Armado (GIA);</p> <p>19/2 – Morte de Deng Xiao-Ping;</p> <p>15/6 - Representantes do governo da Turquia, Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Malásia, Paquistão e Nigéria anunciam em Istambul a criação de um grupo de cooperação econômica, batizado de D-8 ("D" de desenvolvimento);</p> <p>23/6 – Conclui-se em Denver, EUA, a reunião dos oito países mais industrializados do mundo, o Grupo dos Oito (G-8), antigo G-7, com a participação da</p>	<p>19/1 – Governo da Costa Rica autoriza a extradição para o Brasil da fraudadora da previdência social, Jorgina Maria Fernandes de Freitas;</p> <p>7/2 – O professor Celso Lafer é eleito presidente do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) para 1997;</p> <p>11-14/2 – Cardoso visita a Itália e o Estado do Vaticano;</p> <p>25-27/2 – II Reunião de Vice-Ministros de Comércio dos 34 países da América que deverão integrar a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), no Recife (PE) – o encontro é marcado por divergências entre os EUA e os países do Mercosul sobre o ritmo e os limites da abertura econômica;</p> <p>7/3 – Governo brasileiro assina acordo com a empresa norte-americana Raytheon para fornecimento de equipamentos para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam);</p> <p>11-14/3 – Visita de Jacques Chirac, presidente da França, ao Brasil;</p> <p>2-4/4 – Visita o Brasil o presidente da Hungria Árpád Göncz;</p> <p>11/4 – Visita ao Brasil do presidente da Venezuela, Rafael Caldeira;</p> <p>16-20/4 – Visita ao Brasil do primeiro-ministro da Espanha, José María Aznar;</p> <p>21-24/4 – Cardoso visita o Canadá;</p>	<p>27/2 - Aprovada pela Assembléia Nacional Francesa nova lei de imigração, que institui um controle mais severo sobre a estadia de estrangeiros;</p> <p>11-14/3 – Visita de Jacques Chirac, presidente da França, ao Brasil;</p> <p>1/6 - A esquerda francesa – representada pelos partidos Socialista, Comunista e Verde – vence o segundo turno das eleições parlamentares na França, conquistando 319 das 577 cadeiras da Assembléia Nacional. Em 3/6, o conservador Alain Juppé transmite o cargo de primeiro-ministro ao socialista Lionel Jospin, que abre o primeiro período de coabitação do período Chirac;</p> <p>16-17/6 - Os 15 países-membros da União Européia (UE) reúnem-se em Amsterdã, e definem os termos do Tratado de Amsterdã, também conhecido como Tratado de Maastricht II, que aprimora os critérios para adoção da moeda única européia, o euro, em janeiro de 1999;</p> <p>29/9 - A companhia petrolífera francesa Total anuncia a assinatura de um acordo com a Companhia Petrolífera Nacional Iraniana, no valor de US\$ 2 bilhões - o governo americano reage à assinatura desse acordo ameaçando acionar a Lei d'Amato – o Ato de Sanções Irã-Líbia –, que pune qualquer empresa estrangeira que negocie com esses dois países;</p>

	<p>Federação Russa – admitida em 1997; 1/7 – Grã-Bretanha devolve Hong Kong à República Popular da China; 2/7 – Eclode na Tailândia a crise financeira que atingiria pouco depois as Filipinas, Indonésia e Malásia; 1-10/12 – Realiza-se a Conferência sobre Mudanças Climáticas, em Kyoto; 2/10 - Os ministros das Relações Exteriores dos 15 países da União Européia assinam o Tratado de Amsterdã - o acordo modifica o Tratado de Maastrich, mas não traz grandes avanços e, para entrar em vigor, deve ser aprovado pelos Parlamentos dos países membros – com exceção de Portugal, Irlanda e Dinamarca, que farão referendo. O tratado estabelece o fim dos controles de fronteira entre os países membros da UE; prevê normas mais estreitas de cooperação das polícias e uma legislação comum para a concessão de vistos e asilo político. Também concede mais poderes para o Parlamento europeu.</p>	<p>26-28/4 – Os presidentes do Brasil e da Argentina reúnem-se no Rio de Janeiro – são firmados entre outros acordos de cooperação entre as Forças Armadas e para o prosseguimento da integração energética nas áreas de gás natural e eletricidade; 5-6/5 – Cardoso visita o Uruguai; 6-16/5 – III Reunião ministerial para discutir a criação da Área de Livre-Comércio para a América (Alca). O documento final do encontro – a Declaração de Belo Horizonte – não fixa data para a queda das tarifas comerciais entre os 34 países participantes do continente americano; 31/5-8/6 – Visita o Brasil o Imperador Aki Hito, do Japão; 20/6 – Brasil firma o Tratado de Não-Proliferação Nuclear; 16/7 - A Lei do Petróleo, que abre as atividades da indústria petrolífera à iniciativa privada, é aprovada em pelo no Senado, em votação simbólica; 17/8 - O presidente da Argentina, Carlos Menem, declara em entrevista ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> que veta a escolha do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU; 22-23/8 - Cardoso participa da XI Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), em Assunção, Paraguai; 25/9 - O papa João Paulo II chega ao Rio de Janeiro para participar de um encontro pela família. Além de reforçar as posições da Igreja em relação ao casamento, prevenção à natalidade e sexualidade, o chefe da Igreja Católica vem ao país para fortalecer o catolicismo perante crescimento dos grupos evangélicos; 30/9-2/10 – Cardoso visita o Chile; 13/10 – Bill Clinton visita o Brasil; 14/10 - O Brasil é eleito com 167</p>	<p>12/11 - Manuel Marín, um dos vice-presidentes da Comissão Européia, propõe antecipar em um ano o início das negociações visando formar uma zona de livre comércio entre a União Européia (UE) e o Mercosul - a proposta, apoiada pelo governo francês, é considerada uma tentativa de aproveitar o vácuo deixado pela recusa do Congresso dos EUA em aprovar o "fast track", que permitiria ao presidente Bill Clinton negociar acordos comerciais sem que os parlamentares pudessem modificá-los depois; 25/11 - Encontro de Cardoso com o Presidente da França, Jacques Chirac, em Saint Georges de l'Oyapock, fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa – o encontro serviu para que os presidentes acertassem os projetos de cooperação como os de asfaltamento da estrada que liga Macapá, capital do Amapá, a Caiena, capital da Guiana; de cooperação no setor aeroespacial, entre outros;</p>
--	---	---	--

		<p>votos para participar do Conselho de Segurança da ONU pelo sistema de rodízio, a partir de 1º/1/1998;</p> <p>25/11 - Encontro de Cardoso com o Presidente da França, Jacques Chirac, em Saint Georges de l'Oyapock, fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa;</p> <p>1-5/12 – Cardoso visita a Reino Unido;</p>	
1998	<p>16/3 - O Vaticano divulga o documento <i>Nós nos recordamos: uma reflexão sobre a Shoah</i> (holocausto, em hebraico), no qual a Igreja Católica se desculpa formalmente por não ter feito o suficiente para defender os judeus durante o domínio do fascismo;</p> <p>10/4 – Firmado acordo de paz entre Católicos e Protestantes na Irlanda do Norte;</p> <p>15-17/5 – Reunião do G-8 em Birmingham, Reino Unido;</p> <p>17/8 - O governo da Federação Russa anuncia a desvalorização do rublo em até 30% e a suspensão, por 90 dias, do pagamento da dívida externa - a depreciação do rublo supera a expectativa, chegando a cerca de 40% no final de agosto. As medidas geram instabilidade internacional e uma crise de desconfiança em relação aos países emergentes, como Brasil, Venezuela e Argentina, cujos títulos sofrem alta desvalorização. Em São Paulo, a Bolsa de Valores acumula uma queda de 39,55% em agosto, terceira maior perda mensal desde 1968;</p> <p>20/8 - Em retaliação aos atentados a bomba às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, ordena o bombardeio de supostas</p>	<p>15/1 – Jean Chrétien, primeiro-ministro do Canadá, visita o Brasil;</p> <p>3-4/3 – Romano Prodi, primeiro-ministro da Itália, visita o Brasil;</p> <p>11/7 – Visita o Brasil do Secretário Geral da ONU Kofi Annan;</p> <p>13/7 - O presidente Fernando Henrique Cardoso assina o documento de adesão do Brasil ao Tratado Sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), n presença do Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU);</p> <p>20-22/7 – Nelson Mandela, presidente da África do Sul, visita o Brasil;</p> <p>6/9 – Visita ao Brasil do líder cubano Fidel Castro;</p> <p>4/10 – Cardoso é reeleito em primeiro turno para a Presidência da República;</p> <p>16-19/10 – Cardoso participa da VIII Conferência de Chefes de Estado Ibero-Americanos, realizada em Porto, Portugal - durante o encontro, o presidente propôs a criação de um Fundo de Contingência, com um saldo de US\$ 90 bilhões para ajudar países em crise financeira e também a cobrança de uma taxa internacional de 0,5% sobre os capitais de curto prazo;</p> <p>1/11 - Colômbia solicita ao Brasil autorização para utilizar a base militar de Iauaretê para reabastecer helicópteros e aviões que transportavam soldados que iriam enfrentar os guerrilheiros que tomaram a cidade colombiana de Mitú, próxima da fronteira dos</p>	

posições guerrilheiras no Sudão e no Afeganistão; 9/12 – O General Augusto Pinochet, ex-presidente do Chile, é detido pelo governo da Inglaterra, que atende a pedido de abertura de extradição da justiça espanhola por crimes cometidos contra a humanidade; 16/12 – Iraque é bombardeado pelos EUA, em virtude da não-colaboração do governo Hussein com a Comissão de Fiscalização de Desarmamento.	dois países - antes de receber uma resposta de Brasília, no entanto, os colombianos usam a pista brasileira de Quebrai. Em 3/11 o Itamarati protesta contra a violação do território nacional e chama para consultas o embaixador do Brasil em Bogotá, Marcus de Vicenzi; 24/11 – Visita o Brasil o primeiro-ministro da Holanda, Wim Kok; 15/12 – Visita o Brasil presidente eleito da Venezuela, Hugo Chávez, que propôs a associação de seu país ao Mercosul.	
---	--	--

Fonte: Elaboração do autor, com a colaboração de Matias Spektor e de Paulo José Chiarelli, a partir de dados do *Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil* (diversos anos), da *Resenha da Política Exterior do Brasil* (1974-1995), e de outras fontes, a saber: ROCHE, Jean-Jacques. *Chronologies des relations internationales*, de 1945 à nos jours. Paris: Montchrestien, 1997, 204 p.; ZORGBIBE, Charles. *Chronologie des relations internationales depuis 1945*. Paris: PUF, 1991, 413 p.; FERRO Marc (dir.), *Chronologie universelle du monde contemporain 1801-1992*, Paris: Nathan, 1993; BOURNAZEL Eric, VIVIEN Germaine, FLANDIN-BLETY Pierre (orgs.). *Les grandes dates de l'histoire de France*. Paris: Librairie Larousse, 1986; SONNET Martine, CHARMASSON Thérèse, LELORRAIN Anne-Marie. *Chronologie de l'histoire de France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

Bibliografia

I - Livros

ABELIN, Pierre. *Rapport sur la politique française de coopération*. Paris: La Documentation Française, 1975.

ABREU, Marcelo de Paiva (org.) et alii. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, 445 p.

AMADO, Rodrigo. *Araújo Castro*. Brasília: EDUNB, 1982, 332 p.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, 191 p.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura uspiana (uma experiência nos anos 60)*. São Paulo: Paz e Terra, 1994, 316 p.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de; AZAMBUJA, Marcos & RICUPERO, Rubens. *Três ensaios sobre a diplomacia brasileira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1989, 212 p.

ARON, Raymond. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 855 p.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: EDUNB, 1986, 928 p.

ARON, Raymond. *República imperial: os EUA no mundo do pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 359 p.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Editora UNESP, 1996, 408 p.

BALESTE, Marcel. *L'économie française*. Paris: Masson, 1976, 263 p.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). *As inversões multinacionais no desenvolvimento e integração da América Latina*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1969, 376 p.

BANDEIRA, L. A. Moniz. *Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950 - 1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, 328 p.

BANDEIRA, L. A. Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina - Brasil (1930 - 1992)*. Brasília: EDUNB/Ensaio, 1993, 304 p.

BANDEIRA, L. A. Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949 - 1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994, 246 p.

- BANDEIRA, L. A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 497 p.
- BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 330 p.
- BARCELOS, Flávio de. *A companhia Vidraçaria Santa Marina: 80 anos de sociedade anônima, 90 de vidros - a biografia de um monumento*. São Paulo: Santa Marina, 1983, 169 p.
- BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996, 292 p.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en la economía política mundial*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994, 305 p.
- BERTHELOT, Yves & DE BANDT, Jacques. *Impact des relations avec le tiers monde sur l'économie française*. Collection des Rapports Officiels. Paris: La Documentation Française, 1982.
- BOUVIER, Jean & BLOCH-LAINÉ, François. *La France restaurée (1944-1954): dialogue sur les choix d'une modernisation*. Paris: Fayard, 1986, 338 p.
- BOUVIER; Jean; GIRAULT, René; THOBIE, Jacques (dirs). *L'impérialisme à la française*. Paris: Éditions de la Découverte, 1986, 294 p.
- BOYER, Robert et alii. *La mondialisation au-delà des mythes*. Paris: La Découverte, 1997, 174 p.
- BRAILLARD, Philippe & DJALILI, Mohamed-Rezxa. *Tiers Monde et relations internationales*. Paris: Masson, 1984.
- BRASIL. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. *Viagem do Presidente Geisel à França: registro histórico, repercussões*. Brasília: Imprensa Nacional, 1976.
- BRASIL. MRE. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946 - 1995)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, 596 p.
- BRAUDEL, Fernand & LABROUSSE, Ernest (orgs.). *Histoire économique et sociale de la France*. Tome IV: "L'ère industrielle et la société d'aujourd'hui (siècle 1880 - 1980)". Paris: Presses Universitaires de la France, 1979, 584 p.
- BRAUDEL, Fernand. *L'identité de la France*. Paris: Anthouard/Flammarion, 1986, 367 p.
- BRESSAND, Albert. "France", in: CASSEN, Robert; JOLLY, Richard; SEWELL, John & WOOD, Robert (eds.). *Rich country interests and Third World development*. Kent (UK): Croom Helm, 1982.
- BRUNSCWIG, H. *Mythes et réalistes de l'impérialisme français*. Paris: A. Colin, 1969.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, 1417 p.

- CARDOSO, Míriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 459 p.
- CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Paipurus, 1994, 272 p.
- CARMOY, Guy de. *Les politiques étrangères de la France (1944-1966)*. Paris: Table Ronde, 1967.
- CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Brasília: Secretaria de Imprensa - Departamento de Imprensa Nacional, 1964, 251 p.
- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: EDUNB, 1983, 591 p.
- CAUBET, Christian. *Fundamentos político-econômicos da apropriação dos fundos marinhos*. Florianópolis: UFSC, 1977, 207 p.
- CAUBET, Christian. *Fundamentos políticos-econômicos da apropriação dos fundos marinhos*. Florianópolis: Centro Gráfico da Universidade Federal de Santa Catarina, 1979, 207 p.
- CEMLA/BID (Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos). *La participación de Europa en el financiamiento des desarrollo de América Latina*. México: BID, 1966, 412 p.
- CERVO, Amado L. & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, 340 p.
- CERVO, Amado L. (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: EDUNB, 1994, 359 p.
- CERVO, Amado L. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: EDUNB, 1992, 261 p.
- CHAFFARD, Georges. *Les carnets secrets de la décolonisation*. Paris: Calman-Lévy, 1965, 346 p.
- CHAPSAL, Jacques. *La vie politique sous la V^{ème} République*. Paris: Thémis, 1987.
- CHARLOT, Jean. *Le phénomène gaulliste*. Paris: Fayard, 1970, 207 p.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, 335 p.
- COLARD, Daniel. *Les relations internationales de 1945 à nos jours*. Paris: Masson, 1991, 392 p.
- COMITÉ POUR L'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET FINANCIÈRE DE LA FRANCE. *Le Plan Marshall et le relèvement économique de l'Europe*. Paris: Ministère de L'Économie, des Finances et du Budget, 1993, 840 p.

COMITÉ POUR L'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET FINANCIÈRE DE LA FRANCE. *Le commerce extérieur français de Méline à nos jours*. Paris: Ministère de L'Économie, des Finances et du Budget, 1993, 147 p.

COT, Jean-Pierre. *À l'épreuve du pouvoir: le Tiers Mondisme, pourquoi faire ?* Paris: Seuil, 1984.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, 327 p.

DAVIET, Jean-Pierre. *Une multinationale à la française: Saint-Gobain, 1655-1989*. Paris: Fayard, 1989, 334 p.

DEBRAY, R. *La puissance et les rêves*. Paris: Gallimard, 1984.

DEBRÉ, Michel. *Le gaullisme*. Paris: Plon, 1978, 185 p.

DESCOLA, Jean. *Les messagers de l'indépendance: les français en Amérique Latine, de Bolivar à Castro*. Paris: R. Laffont, 1973, 330 p.

DOISE, Jean & VAÏSSE, Maurice. *Politique étrangère de la France: diplomatie et outil militaire (1871 - 1991)*. Paris: Éditions du Seuil.

DOLLFUS, Olivier. *La mondialisation*. Paris: Presses de Sciences Po, 1997, 167 p.

DULLES, John W. F. *Castello Branco, o presidente reformador*. EDUNB: 1983, 542 p.

DUPY, René-Jean e VIGNES, Daniel (orgs) et alii. Paris/Bruxelas: Economica/Bruylant, 1985, 1447 p.

DUROSELLE, Jean-Baptiste (org.). *La politique étrangère et ses fondements*. Paris: Armand Colin, 1954, 402 p.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Itinéraires: idées, hommes et nations d'Occident (XIX^e - XX^e Siècles)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1991, 491 p.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Toute empire périra: une vision théorique des relations internationales*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1982, 357 p.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1986, Tomo III, 4 volumes.

FAUVET, Jacques. *La France déchirée*. Paris: Fayard, 1957, 153 p.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências (séculos XIII a XX)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, 463 p.

FISHLOW, Albert & CARDOSO, Eliana. *Macroeconomia da dívida externa brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, 183 p.

- FONSECA JÚNIOR, Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de Castro. *Temas de Política Externa Brasileira II (volume I)*. São Paulo/Brasília: Paz e Terra/FUNAG, 1994, 365 p.
- FONSECA Júnior, Gelson & LEÃO, Valdemar Carneiro. *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, 290 p.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 374 p.
- FOURASTIÉ, Jean. *Les trente glorieuses, ou la révolution invisible (de 1946 à 1975)*. Paris: Fayard, 1979, 299 p.
- FRANCE. Commissariat Général du Plan - Secrétariat d'État auprès du Premier Ministre. *Coopération au développement: Rapport du Groupe de Travail Coopération*. Paris: La Documentation Française, 1983.
- FRANCE. Commissariat Général du Plan. *L'impasse Nord-Sud: quelles issues ? Rapport du Groupe de Travail Nord-Sud*. Paris: La Documentation Française, 1984.
- FRANCE. Ministère des Affaires Étrangères. *Relations culturelles, scientifiques et techniques*. Paris: MAE, 1971, 111 p.
- FRANCE. Ministère des Relations Extérieures. Direction Générale des Relations Culturelles, Scientifiques et Techniques. *Le projet culturel extérieur de la France*. Paris: La Documentation Française, 1984.
- FRANCK, Robert. *La hantise du déclin: la France, 1920-1960 (finances, défense et identité nationale)*. Paris: Belin, 1994, 316 p.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, 481 p.
- FRIDESON, Patrick & STRAUS, André (dirs.). *Le capitalisme français (XIX - XX siècles): blocages et dynamismes d'une croissance*. Paris: Fayard, 1987, 427 p.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, 489 p.;
- GAULLE, Charles de. *Mémoires de guerre*. Paris: Plon, 1954-1959.
- GAULLE, Charles de. *Mémoires d'espoir: le renouveau (1958 - 1962)*. Paris: Plon, 1970, 315 p.
- GIRAULT, René; FRANCK, Robert & THOBIE, Jacques. *La loi des géants (1941 - 1964)*. Paris: Masson, 1993, 346 p.
- GOMES, Angela de Castro (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 161 p.
- GONÇALVES, Reinaldo et alii. *A Nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 392 p., 1998.

- GRABENDORFF, Wolf & ROETT, Riordan (orgs.). *América Latina, Europa Occidental y Estados Unidos: un nuevo triángulo atlántico ?* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984, 390 p.
- GROSSER, Alfred. *Affaires extérieures: la politique de la France (1944-1989)*. Paris: Flammarion, 1989, 368 p.
- GROSSER, Alfred. *La quatrième république et sa politique extérieure*. Paris: Armand Colin, 1972, 439 p.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992, 204 p.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude. *Les confettis de l'Empire*. Paris: Éditions du Seuil, 1976, 319 p.
- HAMBURGER, Amélia Império et alii (orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França, 1850-1950*. São Paulo: EDUSP, 1996, 359 p.
- HAMON, Maurice. *Du soleil à la terre: une histoire de Saint-Gobain*. Paris: Ed. Jean-Claude Lattès, 1988, 211 p.
- HANRIEDER, Wolfram F. (ed.). *Comparative foreign policy: theoretical essays*. New York: McKay, 1971, 402 p.
- HANRIEDER, Wolfram F. *The foreign policies of West Germany, France and Britain*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1980, 314 p.
- HARVEY, Edwin R. *Relaciones culturales internacionales en iberoamérica y en el mundo: instituciones fundamentales*. Madrid: Editorial Tecnos, 1991, 313 p.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998, 364 p.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 - 1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, 598 p.
- HOFFMAN, Stanley et alii. *In search of France*. Cambridge: Harvard University Press, 1963, 443 p.
- HOFFMAN, Stanley. *Decline ou renewal ? France since the 1930's*. New York: Viking, 1974, 529 p.
- HOFFMAN, Stanley; ROSS, George & MALZACHER, Sylvia (eds.). *The Mitterrand experiment: continuity and change in modern France*. New York: Oxford University Press, 1987, 363 p.
- HUNTINGTON, Samuel P. *Le choc des civilisations*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2002, 402 p.
- IDB & IRELA (Inter-american Development Bank & Institut for European-Latin American Relations). *Foreign Direct Investment in Latin America in the 1990s*. Madrid: IRELA, 1996;

IRVING, Ronald Eckford Mill. *The first Indochina War: French and American Policy, 1945-1954*. London: Croom Helm, 1975, 169 p.

JEANNENEY, J. M. *La politique de coopération avec les pays en voie de développement*. Paris: La Documentation Française, 1964.

JEANNENEY, Jean-Marcel. *L'économie française depuis 1967: la traversée des turbulences mondiales*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, 436 p.

KASPI, André & MARÈS, Antoine (dirs.). *Les Paris des étrangers depuis un siècle*. Paris: Imprimerie Nationale, 1989, 406 p.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, 675 p.

KHAVAND, Fereydoun A. *Le nouvel ordre commercial mondial: du GATT à l'OMC*. Paris: Nathan, 1997, 192 p.

KOHN, Hans. *A era do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, 179 p.

KOLODZIEJ, Edward A. *French international policy under de Gaulle and Pompidou: the politics of Grandeur*. Ithaca: Cornell University Press, 1974, 618 p.

KUISEL, Richard F. *Le capitalisme et l'État en France: modernisation et dirigisme au XX^{ème} siècle*. Paris: Gallimard, 1984, 511 p.

LA GORCE, Paul-Marie de & SCHOR, Armand-Denis. *La politique étrangère de la cinquième république*. Paris: Presses Universitaires de la France, 1992, 128 p.

LA GORCE, Paul-Marie de. *De Gaulle entre deux mondes: une vie et une époque*. Paris: Fayard, 1964, 766 p.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, 470 p.

LACOUTURE, Jean. *De Gaulle: le souverain (1959-1970)*. Paris: Éditions du Seuil, 1985, 865 p.

LACOUTURE, Jean. *Pierre Mendès-France*. Paris: Éditions du Seuil, 1981, 547 p.

LAFER, Celso. & PENA, Félix. *Argentina e Brasil no sistema de relações internacionais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

LAFER, Celso. *Paradoxos e possibilidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, 163 p.

LAIRD, Robin Frederick. *France, the Soviet Union and the nuclear weapons issue*. Boulder: Westview Press, 142 p.

LAMBERT, Jacques. *Le Brésil: structure sociale et institutions politiques*. Paris: A. Colin, 1953, 163 p.

- LAUREN, Paul Gordon. *Diplomats and bureaucrats; the first institutional responses to twentieth-century diplomacy in France and Germany*. Stanford: Hoover Institution, 1976, 294 p.
- LEDWIGE, B. *De Gaulle et les américains: conversations avec Dulles, Eisenhower, Kennedy, Rusk (1958-1964)*. Paris: Flammarion, 1984.
- LÈVY-LEBOYER, Maurice & CASANOVA, Jean-Claude (dirs.). *Entre l'État et le Marché: l'économie française des années 1880 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1991, 694 p.
- LIMA, Paulo Tarso Flecha de. "A diplomacia" in: BRASIL/Senado Federal/Subscretaria de Edições Técnicas. *JK: o estadista do desenvolvimento*. Brasília: Memorial JK, 1991, 367 p.
- LISKAS, George. *Nações em aliança: os limites da interdependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, 283 p.
- MARTINIÈRE, Guy & CARDOSO, Luiz Cláudio (coords). *Brasil - França: vinte anos de cooperação*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, 385 p.
- MARTINIÈRE, Guy & CHONCHOL, Jacques. *L'Amérique Latine et le latino-américanisme en France*. Paris: L'Harmattan, 1985, 332 p.
- MARTINIÈRE, Guy. *Aspects de la coopération franco-brésilienne: transplantation culturelle et stratégie de la modernité*. Paris: PUG/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1982, 224 p.
- MATTOSO, Katia Queirós, SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca & ROLLAND, Denis (dirs.) *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux (XVIe – Xxe Siècles)*. Paris : Centre d'Études sur le Brésil – Presses de L'Université de Paris-Sorbonne, 1999, 342 p.
- MELLO, Celso de Albuquerque. *Plataforma continental: principais aspectos*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1965, 160 p.
- MELLO, Celso de Albuquerque. *Plataforma Continental: principais aspectos*. Rio: Livraria Freitas Bastos, 1965, 160 p.
- MENEZES, Adolpho J. Bezerra de. *O Brasil e o mundo Ásio-africano*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956, 400 p.
- MENEZES, Albene M. *História em Movimento: temas e perguntas*. Brasília: Thesaurus, 1997, 233 p.
- MERLE, Marcel. *Forces et enjeux dans les relations internationales*. Paris: Economica, 1981, 409 p.
- MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: EDUNB, 1982, 384 p.
- MITERRAND, François. *Refléxions sur la politique extérieure de la France*. Paris: Fayard, 1986.
- MITERRAND, François. *Refléxions sur la politique extérieure de la France: introduction à vingt-cinq discours, 1981-1985*. Paris: Fayard, 1986, 441 p.

- MOREIRA, Benedito F. *Desenvolvimento e expansão do comércio exterior*. Brasília: Banco do Brasil, 1969, 68 p.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1990, 303 p.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 116 p.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MOURIN, Maxime. *Les relations franco-soviétiques (1917-1967)*. Paris: Payot, 1967, 371 p.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 385 p.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 148 p.
- PARVAUX, Solange & MOUROZ, Jean Revel (orgs.). *Images réciproques du Brésil et de la France: actes du colloque organisé dans le cadre du projet France - Brésil*. Paris: IHEAL, 1991, 1070 p.
- POMPIDOU, Georges. *Le noeud gordien*. Paris: Plon, 1974.
- POMPIDOU, Georges. *Pour rétablir une vérité*. Paris: Flammarion, 1982.
- RANGEL, Vicente Marotta (org.). *Natureza jurídica e delimitação do mar territorial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1966, 272 p.
- RANGEL, Vicente Marotta. *Natureza jurídica e delimitação do mar territorial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1966, 272 p.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1966, 460 p.
- REYNAUD, Paul. *La politique étrangère du gaullisme*. Paris: Julliard, 1964, 270 p.
- REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 1989, 407 p.
- RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, 102 p.
- RICCI, Denis de. *Investissements français en Amérique Latine*. Paris: A. Pedone, 1957, 120 p.
- ROBERTSON, Arthur Clendemin. *La doctrine du Général de Gaulle*. Paris: Fayard, 1965, 320 p.
- RODRIGUES, José Honório. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 77.

- ROLLAND, Denis. *Vichy et la France Libre ao México: guerre, cultures et propagandes pendant la deuxième guerre mondiale*. Paris: Publications de la Sorbonne/L'Harmattan, 1990, 443 p.
- ROLLAND, Denis; CERVO, Amado L. & SARAIVA, José Flávio (coords.). *Le Brésil et le monde: pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes*. Paris: Harmattan, 1998, 251 p.
- ROSEMBLUM, Mort. *Mission to civilize: the french way*. New York: Anchor Press/Doubleday, 1988, 470 p.
- ROSSILLON, Philippe. *Un Milliard de Latins en l'an 2000: étude de démographie linguistique sur la situation présente et l'avenir des langues latines*. Paris: L'Harmattan-Union Latine, 1983, 359 p.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, 460 p.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, 258 p.
- SARAIVA; José Flávio Sombra (org.). *Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 a nossos dias)*. Brasília: Paralelo 15, 1997, 397 p.
- SARAIVA; José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: EDUNB, 1996, 280 p.
- SENARCLENS, Pierre de. *La politique internationale*. Paris: Armand Colin, 1992, 191 p.
- SILVA, Paulo Moreira da (org.) et alii. *O mar: direito e ecologia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1973, 163 p.
- SILVA, Paulo Moreira da et alii. *O Mar: direito e ecologia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1973, 163 p.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 512 p.
- SOARES, José Antônio de Macedo. *História e informação diplomática: tópicos de historiografia, filosofia da história e metodologia histórica de interesse para a informação diplomática*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 1992, 154 p.
- SODRÉ, Roberto de Abreu. *No espelho do tempo: meio século de política*. São Paulo: Best Seller, 1995, 425 p.
- SORLIN, Pierre. *La société française (1914 - 1968)*. Tome II. Paris: Arthaud, 1971, 329 p.
- SOSTELLE, Jacques. *A new road for France*. New York: R. Speller, 1965, 278 p.
- SOUZA FILHO, Carlos Alves de. *Um embaixador em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, 363 p.

- SURBIGUET, Marcel F. *Liste des traités et accords de la France en vigueur au 1er. Octobre 1989*. Paris: Direction des Journaux Officiels, 1988, 1176 p.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. *Régards sur cinq siècles: France-Brésil*. Paris: Impr. Brouette, 1973, 140 p.
- TEIXEIRA; Sérgio Alves & ORO, Ari Pedro (orgs.). *Brasil & França: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, 167 p.
- THOBIE, Jacques et alii. *Histoire de la France Coloniale (1914-1990)*. Paris: A. Collin, 1990, 654 p.
- TOUCHARD, Jean. *Le gaullisme, 1940-1969*. Paris: Éditions du Seuil, 1978, 379 p.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Repertório da prática brasileira do direito internacional público (período 1941 - 1960)*. Brasília: FUNAG, 1984, 365 p.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Repertório da prática brasileira do direito internacional público (período 1941-1960)*. Brasília: FUNAG, 1984, 365 p.
- TUCHMAN, Barbara W. *A prática da História*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, 231 p.
- VAÏSSE, Maurice. *Les relations internationales depuis 1945*. Paris: Armand Colin, 1991, 191 p.
- VALKON, Louis. *Le grand dessein national*. Paris: Calman-Lévy, 1964, 219 p.
- VERDIER, Daniel. *Democracy and international trade: Britain, France and the United States (1860-1990)*. Princeton: Princeton University Press, 1994, 387 p.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A grande crise: a nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da guerra fria à crise (1945 a 1992): as relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, 117 p.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951 - 1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995, 325 p.
- WATSON, Adam. *The evolution of international society*. London: Routledge, 1992, 337 p.
- WILLIAM, Ann. *Britain and France in the Middle East and North Africa, 1914-1967*. London: Macmillan, 1968, 194 p.
- YACONO, Xavier. *Histoire de la colonisation française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988, 127 p.
- YACONO, Xavier. *Les etapes de la decolonisation française*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985, 127 p.

ZELDIN, Theodore. *France, 1848-1945*. Oxford: Clarendon Press, 1973, 2 volumes.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des Relations Internationales (1942-1962): du système de Yalta aux missiles de Cuba - la paix manquée et la division du monde (Tome III)*. Paris: Hachette, 1995, 354 p.

ZORGBIBE, Charles. *Histoire des Relations Internationales (1962 à nos jours): du schisme Moscou-Pékin à l'après-guerre froide (Tome IV)*. Paris: Hachette, 1995, 466 p.

ZORGBIBE, Charles. *O pós-guerra fria no mundo*. Campinas: Papirus, 1996, 136 p.

2 - Artigos

ABDENUR, Roberto. "Política externa e desenvolvimento". *Política Externa*, vol. 3, n 3, dezembro-janeiro-fevereiro, 1994-95.

ABREU, Marcelo de Paiva. "A dívida externa brasileira em francos". *Revista de Economia Política*, vol. 14, n° 4, 1994.

ALLAIN, J. C. "Le groupe dirigeant dans la conduite des relations internationales". *Relations Internationales*, n 41, printemps, 1985.

ALLAIN, Jean-Claude. "De la personnalité au groupe de decision: leur pouvoir sur le cours l'histoire internationale". *Relations Internationales*, n° 83, automne 1995.

AMARAL Júnior, Alberto do. "O Brasil e as transformações do Direito do Mar". *Cadernos do IPRI*, n 18, 1994.

ARAKÉLIAN, Françoise C. "Brésil: commerce et coopération avec la France". *La Documentation Française: Problèmes d'Amérique Latine*, No. 75, 1er. Trimestre, 1985.

BOISBARRANGER, Jean de. "Domaines et instruments de la politique étrangère de la France". *La Documentation Française: Notes et Études Documentaires*, No. 4254-4255-4256, 1985.

BOUTEILLER, Marc. "Les relations économiques franco-brésiliennes: un bilan". *Chroniques SEDEIS*, n 17, octobre, 1982.

BOUTEILLER, Marc. "Les relations économiques franco-brésiliennes: un bilan". *Chroniques d'Actualité de la SEDEIS*, Tome XXVII, N° 17, 15 octobre 1982.

CADENAT, Patrick. "La France et le Tiers Monde: vingt ans de coopération bilatérale". *La Documentation Française: Notes et Études Documentaires*, No. 4701-4702, 1983.

CASTRO, Raymundo Nonato Loyola de. "Aspectos fundamentais da doutrina brasileira sobre a plataforma continental". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 7, n 47-48, 1969.

CENTRE D'ÉTUDES DE POLITIQUE ÉTRANGÈRE. "Le conflit de la langouste entre la France et le Brésil". *Politique Étrangère*, n 2, 1963.

CERVO, Amado L. "Multiculturalismo e política exterior: o caso do Brasil". *Revista Brasileira de Política Internacional*, n 2, 1995.

COTTREL, Yves. "Note sur le contrôle du Parlement sur la politique étrangère de la France sous la V^{ème} République". *Revue du Droit Public*, n 4, juin-août, 1983.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS - BNDES. "O capital estrangeiro na indústria brasileira: atualidade e perspectivas". *Estudos BNDES*, n° 10, maio de 1988.

DOCUMENTATION FRANÇAISE. "L'Amérique Latine et la France: les apports français au développement du continent". *Notes et Études Documentaires*, n° 3014, 27 avril 1964.

DOELLINGER, Carlos von. "A inter-relação histórica entre investimento estrangeiro e comércio exterior nas relações econômicas Brasil - Alemanha Ocidental". *Revista Brasileira de Mercados de Capitais*, vol. 5, n 13, janeiro-abril, 1979.

DOELLINGER, Carlos von. "Política, política econômica e capital estrangeiro no Brasil: as décadas de 1930, 1940 e 1950". *Revista Brasileira de Mercados de Capitais*, vol. 3, n 8, maio-agosto, 1977.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. "Les invariants de la politique étrangère de la France". *Politique Étrangère*, n 1, 1986.

ESPELLET, Eddy Sampaio. "Recordações do episódio naval denominado 'Guerra da Lagosta'". *Revista Marítima Brasileira*, n 7, 8 e 9, 1985.

GAROT, Emmanuel. "Le Brésil des militaires a travers le regard français, 1964-1976". *Cahiers du Brésil Contemporain*, n 23-24, 1994.

GIRAULT, René. "Le difficile mariage de deux histoires: économie et relations internationales dans le monde contemporain". *Relations Internationales*, n 41, printemps, 1985.

GUÉHENNO, Jean-Marie. "Diplomatie culturelle: culture de France, culture d'Europe". *Politique Étrangère*, n 1, 1986.

GUILHEN, Pierre. "Écrire l'histoire de la politique extérieure de la France". *Relations Internationales*, n° 83, automne 1995.

GUILLEN, Pierre. "Politique intérieure et relations internationales". *Relations Internationales*, n 41, printemps, 1985.

HERMET, Guy. "Política francesa en América Latina". *Foro Internacional*, vol. XXVI, n 3, enero-marzo, 1986.

HILTON, Stanley. "Os Estados Unidos, o Brasil e a Guerra Fria, 1945-1960: fim do relacionamento". *Revista do Serviço Público*, ano 39, volume 110, n 4, outubro-dezembro, 1982.

HOFFMANN, Stanley. "A França e seus demônios". *Política Externa*, vol. 3, n 1, junho-agosto, 1994.

- HOFFMANN, Stanley. "La France face à son image". *Politique Étrangère*, n 1, 1986.
- KOHNSTAMM, Max & FONTAINE, François. "A integração europeia e o retrocesso dos nacionalismos". *Revista Brasileira de Política Internacional*, n 20, dezembro, 1962.
- LAFER, Celso. "Uma interpretação do sistema das relações internacionais do Brasil". *Revista Brasileira de Política Internacional*, n 39-40, setembro-dezembro, 1967.
- LESSA, Antônio Carlos. "A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais", *Revista Brasileira de Política Internacional*, Edição Especial: 40 anos, 1998, p. 31.
- LESSA, Antônio Carlos. "A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)". *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, Vol. 38, No 1, 1995.
- MALAN, Pedro. "Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)", in: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1986, Tomo III, 4 volumes.
- MARTINIÈRE, Guy. "Le miracle de dix années de dictature". *La nouvelle critique*, n^{OS} 73-74, avril-mai, 1974.
- MASSI, Fernanda Peixoto. "Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)". *Série História das Ciências Sociais IDESP*, n 5, 1989.
- MAURO, Frédéric. "Les investissements français en Amérique Latine des origines à 1973". *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, vol. 55, n° 1-2, 1977.
- MILZA, Pierre. "Mentalités collectives et relations internationales". *Relations Internationales*, n 41, printemps, 1985.
- MOURA, Gerson. "As razões do alinhamento: a política externa brasileira no pós-guerra, 1946-1950". *Revista Brasileira de Política Internacional*, n 109-110, 1985.
- PENNA FILHO, Pio. "A política externa brasileira do governo Juscelino Kubitschek". *Cena Internacional*, Ano 1, n° 1, 1999.
- POMPIDOU, Georges. "Discours à l'Assemblée Nationale sur la politique de coopération avec les pays en voie de développement". *Journal Officiel*, 10/06/1964.
- RAVAGNI, Leda Almada Cruz de. "Les investissements français au Brésil (1890-1930)". *Cahiers des Amériques Latines*, n 16, 2° semestre 1977.
- RÉMOND, René. "Le rôle des hommes dans la pensée et l'oeuvre de Jean-Baptiste Duroselle". *Relations Internationales*, n° 83, automne 1995.
- ROBIN, Gabriel. "Les deux politiques étrangères françaises". *Politique Étrangère*, n 1, 1986.
- ROMANO, Sergio. "Le regard de l'autre". *Politique Étrangère*, n 1, 1986.

SABOIA, Anita Pires & MEUNIER, Roger. "Préface à l'édition". *Cahiers du Brésil Contemporain*, n° 29-30, 1996.

SAES, Flávio A. M. de & SZMRECSÁNYI. "O capital estrangeiro no Brasil (1880-1930)". *Estudos Econômicos*, vol. 15, n° 2, maio-agosto, 1985.

SCHLIEMANN, Peter-Uwe. "Les investissements étrangers directs au Brésil". *Notes et Études Documentaires*, n 4559 - 4560.

SETTE, Luiz Paulo Lindemberg. "A diplomacia econômica brasileira no pós-guerra (1945-1964)". *Cadernos do IPRI*, n 8, 1994.

SILVA, Alexandra de Mello e. "Desenvolvimento e multilateralismo: um estudo sobre a Operação Pan-americana no contexto da política externa de JK". *Contexto Internacional*, volume 14, n 2, julho-dezembro, 1992.

SMOUTS, Marie-Claude. "La France et le Tiers Monde ou comment gagner le sud sans perdre le nord". *Politique Étrangère*, n 2, 1985.

THOBIE, Jacques. "La dialectique forces profondes-décision dans l'histoire des relations internationales". *Relations Internationales*, n 41, printemps, 1985.

WEISS, Michael. "A comissão mista Brasil - Estados Unidos e o mito da relação especial". *Revista Brasileira de Política Internacional*, n 115-116, 1986.
3 - Material não-publicado: teses, dissertações e outros

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A política da política externa: os partidos políticos nas relações internacionais do Brasil (1930-1990)*. IPRI/FUNAG/USP: mimeo., 1993, 85 p.

BADOZ, Valérie. *Stratégie d'implantation de Saint-Gobain au Brésil, 1951-1962*. Mémoire de Maîtrise, Université de Provence - Aix-Marseille I, 1991, 151 p.

BUENO, Clodoaldo. *Integração ou desintegração ? A diplomacia brasileira e a formação do Mercado Comum Europeu*. Trabalho apresentado ao XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, outubro de 1993, mimeo.

CAVALCANTI, Sérgio Luiz Pereira Bezerra. *A Cooperação internacional para o desenvolvimento: subsídios para uma perspectiva brasileira*. Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco: mimeo., 1985, 120 p., Tese para o XI Curso de Altos Estudos.

CLEAVER, Vitória Alice. *A França e o Terceiro Mundo: vinte anos de cooperação bilateral para o desenvolvimento (A cooperação técnica e científica com o Brasil)*. Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco: mimeo., 1988, 243 p., Tese para o XVII Curso de Altos Estudos.

DECOOL, Michael. *Les relations franco-brésiliennes de 1945 a 1952..* Mémoire de Maîtrise, Paris: Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), 1995, 146 p.

DURNERIN, Fabrice. *La vie politique brésilienne et la place de la France au Brésil de 1945 à 1951 (d'après les Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay)*. Mémoire de Maîtrise, Paris: Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), 1991, 132 p.

FONSECA, Osmar Santos. *Confrontation de la presse brésilienne et de la presse française pendant le voyage du Général de Gaulle au Brésil*. Nancy: Centre Européen Universitaire, Mémoire de Maîtrise, Collection des Mémoires, N° 20, 1966, 51 p.

GAROT, Emmanuel. *Les relations politiques et économiques franco-brésiliennes de 1961 à 1976 (vues à travers la presse française)*. Mémoire de Maîtrise, Paris: Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), 1993, 146 p.

GLEYZE, Gilles. *La Régie Nationale des Usines Renault et l'Amérique Latine depuis 1945: Brésil, Argentine, Colombie*. Paris: Université de Paris X - Nanterre, Mémoire de Maîtrise, 1988, 345 p.

GUIMARÃES Neto, Samuel Pinheiro. *O impacto das imagens dos países nas relações internacionais*. Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco: mimeo., 1983, 266 p., Tese para o VII Curso de Altos Estudos.

HIRST, Mônica. *Ação e pensamento da Política Externa Brasileira no segundo governo Vargas*. Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: mimeo., 1982, 144 p.

HIRST, Mônica. *O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: mimeo., 1990, 60 p.

MENDES, Deoceli Regina Martins. *Les écrivains brésiliens traduits en France (1945-1975)*. Thèse du Doctorat de III^{ème} cycle, Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), 3 tomes, 1978.

MOURA, Gerson. *Ação e pensamento da Política Externa Brasileira: o Governo Dutra*. Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: mimeo., 1983, 123 p.

MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a Política Externa do Governo Dutra*. Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: mimeo., 1987, 60 p.

PENNA Filho, Pio. *O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961): ensaio de mudança*. Dissertação de mestrado, Brasília: Universidade de Brasília, 1994, 175 p.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. *François Mitterrand e os países subdesenvolvidos: a herança, as promessas e os fatos*. Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco: mimeo., 1985, 219 p., Tese para o X Curso de Altos Estudos.

PINHEIRO, Letícia. *Ação e omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana (1946-1960)*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica/Instituto de Relações Internacionais, 1988, 152 p., dissertação de mestrado.

PINHEIRO, Letícia. *Seis momentos de atuação do Brasil na ONU: o governo JK (1956-1960)*. Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: mimeo., 1987, 60 p.

ROLLAND, Denis. *L'Amérique a cessé de regarder vers l'Europe ? Perceptions et images de la France*. Université de Rennes 2: mimeo., 1994.

ROLLAND, Denis. *Les enjeux d'une référence universaliste dans la politique brésilienne: les relations politiques et culturelles de l'Estado Novo avec la France au prisme de la seconde guerre mondiale*. Université de Rennes 2: mimeo., 1994.

ROLLAND, Denis. *Un miroir déformant ? Les latino-américains à Paris (1945-1993)*. Université de Rennes 2: mimeo., 1994.

SIBECK, Gary Page. *Brazil's independent foreign policy*. PhD. Thesis, Los Angeles: University of Southern California, 1971, 296 p.

SILVA, Alexandra de Mello e. & VERSIANI, Maria Helena. *A política exterior do governo JK: cronologia (1956-1960)*. Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: mimeo., 1987, 60 p.

SILVA, Alexandra de Mello e. *A política externa de JK: Operação Pan-americana*. Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: mimeo., 1992, 60 p.

STORSS, Keith Larry. *Brazil's independent foreign policy (1961 - 1964): background, tenets, linkage to domestic politics, and aftermath*. PhD. Thesis, Cornell: Cornell University, 1973, 458 p.

WILLIAMS, Donn Alan. *Brazil and french guiana: the four hundred years struggle for Amapá*. PhD Thesis, Houston: Texas University, 1975, 375 p.

4 - Documentos publicados

a) Relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Brasil - 1944-1989

b) Mensagens do Presidente da República ao Congresso Nacional - 1951; 1956; 1958; 1959; 1960; 1961; 1962; 1963; 1964.

5 - Séries Estatísticas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*, diversos anos.

IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

UNITED NATIONS, *Yearbook of International Trade Statistics*, diversos anos.

UNESCO, *Statistical Yearbook*, 1963-1964.

UNCTAD, *Handbook of international trade and development statistics*, 1979-1985.

6 – Imprensa

a) Imprensa brasileira:

O Estado de São Paulo;
O Globo;
Correio Braziliense;
Diário de Pernambuco;
Tribuna da Imprensa;
Diário de Notícias.

Folha de São Paulo;
Jornal do Brasil;
Jornal de Brasília;
Correio da Manhã;
Jornal do Commercio;

b) Imprensa francesa:

Le Monde;
L’Aurore;
L’Information;
Combat;
L’Intransigeant;
L’Humanité.

Quotidien;
Le Figaro;
L’Economie;
L’Avenir de la Bretagne
France-Soir;

7 – Documentos históricos – correspondência diplomática e outros

Carta circular de Maurice Couve de Murville para os Chefes de Missão na América Latina, sobre "Le voyage du Général de Gaulle en Amérique Latine", 18/09/1964, s/n, ANF (Archives Nationales de France), Fonds de Gaulle, 5AG1, carton 198;

Carta da Deputada Representante do Finistère Suzanne Ploux, para Louis Roché – Diretor da Direção da América do Ministère des Affaires Étrangères ⁴⁶⁸, sobre "la situation des Pêcheurs des langoustes de Camaret et de Douarnenez", 07/03/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta de Antônio Mendes Vianna, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores ⁴⁶⁹, para Bernard Hardion, sobre "Les relations entre les pays latino-américains et la CEE",

⁴⁶⁸ Doravante MAE.

⁴⁶⁹ Doravante MRE.

15/06/1959, número 27/800.(600), AMAE, Série DE - BE, Marché Commun, 1945-1960, Brésil, vol. 698;

Carta de Bernard Hardion para Christian Pineau, Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção das Questões Económicas e Financeiras, sobre "Les échanges franco-brésiliennes - Palier d'alerte", 06/03/1957, número 159, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 69;

Carta de Bernard Hardion para Maurice Couve de Murville, Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção das Questões Económicas e Financeiras, sobre "Contentieux financier", 27/08/1958, número 741, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol. 70;

Carta de Carlos C. de Ouro Preto, Embaixador do Brasil em Paris, para João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, 31/08/1951, número 177, AHI, Estudos e Relatórios, maço 39937;

Carta de E. de Beauverger, Embaixador da França em Lisboa, para Maurice Couve de Murville, Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Les appuis brésiliens à la politique portugaise d'Outre Mer", 01/06/1963, número 518, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol.52;

Carta da Embaixada da França no Brasil ⁴⁷⁰ para o MAE, sobre "L'Attitude du Brésil à l'égard du problème colonial", data ilegível (1951), s/n, AMAE, Série Papiers d'Agents (PA-AP), Gilbert Arvengas, vol. 11 (Embaixada da França no Brasil, octobre 1949 - novembre 1953);

Carta de Etienne de Croy, encarregado de negócios da França no Brasil, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, sobre "Les Négociations économiques entre le Brésil et les Etats Unis", 30/09/1947, número 382, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 23;

Carta de Etienne de Croy, encarregado de negócios da França no Brasil, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, sobre "Les Relations franco-brésiliennes", 30/09/1947, número 397, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 20;

Carta de François Brière, encarregado de negócios da França no Brasil, para o MAE, sobre "La colonie française au Brésil", 27/09/1949, número 521, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 75;

Carta de Georges Balaya, ministro plenipotenciário encarregado da Delegação francesa no Conselho Consultivo para a Questões Italianas, para a Direção da Europa, sobre "L'Italie et Amérique Latine", 25/08/1946, s/n – todos em AMAE, Série B - Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 50;

Carta de Gilbert Arvengas para Georges Bidault, Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, "Rapport de fin de mission - évolution du Brésil et position de la France au Brésil", 10/11/1953, número 1077, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 36;

⁴⁷⁰ Doravante EMBAFRANCE.

Carta de Gilbert Arvengas para Robert Schuman - Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le Brésil et la concurrence africaine", 26/04/1950, número 392, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 26;

Carta de Gilbert Arvengas para Robert Schuman, Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Inquiétudes brésiliennes en face de l'essor économique de l'Afrique", 05/12/1949, número 666, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 23;

Carta de Hubert Guérin para o MAE – Direção da América, "Le Brésil et la question coloniale", 07/05/1947, número 154, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 04;

Carta de Hubert Guérin para o MAE – Direção da América, sobre "Le Brésil et la question coloniale", 07/05/1947, número 154, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 04;

Carta de Hubert Guérin para o MAE – Direção das Questões Económicas e Financeiras, sobre "Les Relations économiques franco-brésiliennes", 18/05/1947, número 163, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 25;

Carta de Hubert Guérin para o MAE – Direção das Questões Económicas e Financeiras, sobre "Récupération des avoirs de la Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud", 24/12/1946, número 285, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 25;

Carta de Hubert Guérin, Embaixador da França no Rio de Janeiro, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "La Conférence de Rio de Janeiro", 08/09/1947, número 345, AMAE, Série Y Internationale, 1944-1949, vol. 06;

Carta de J. de Koenigswarter, encarregado de negócios da França no México, para o MAE, sobre "La colonie française au Mexique", 19/10/1949, número 348, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 75;

Carta de Jacques Baeyens, Embaixador da França no Brasil, para Maurice Couve de Murville – Direção das Questões Económicas e Financeiras, sobre "Le contentieux financier anglo-brésilien", 17/10/1961, número 181, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol.52;

Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville – Direção de Questões Administrativas e Sociais, sobre "La pêche à la langouste au large des côtes brésiliennes", 29/01/1963, número 109, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville - Direction des affaires administratives et sociales, 29/01/1963, número 109, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, Ministro dos Negócios Estrangeiros - Direction des affaires administratives et sociales, sobre a "L'Opération Langouste", 28/04/1961, número 412, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta de Jacques Baeyens, Embaixador da França no Brasil, para Maurice Couve de Murville, Ministro dos Negócios Estrangeiros - Direction des affaires administratives et sociales, sobre a "L' Opération Langouste", 28/04/1961, número 412, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta de Jacques Dumaine, Embaixador da França em Lisboa, para Robert Schuman, Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, 08/04/1952, Número 169, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 42;

Carta de Jean Grapinet, encarregado de negócios da França a.i. no Brasil para Maurice Couve de Murville - Direction des affaires administratives et sociales, número 269, 16/3/1962, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta de Jean Paul Angles para Maurice Couve de Murville – Direção da América, 31/10/1963, número 1319, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 39;

Carta de Jean-Paul Angles, encarregado de negócios da França no Brasil, para Maurice Couve de Murville, sobre "La reprise des contacts franco-brésiliens vue de Rio", 13/05/1963, número 542, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol.45;

Carta de João Carlos Muniz, chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas, para João Neves da Fontoura, 14/8/1951, AHMRE-B - Ofícios secretos recebidos da delegação brasileira na ONU, 1951;

Carta de Maurice Couve de Murville para o Ministro dos Trabalhos Públicos e dos Transportes, 11/12/1962, número 6563, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta de Paul le Mintier, Cônsul-Geral da França em São Paulo e Santos, para Bernard Hardion, 01/04/1954, número 65, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol. 103;

Carta de Roger Monmayou, encarregado de negócios da França na Argentina, para o MAE, sobre "La colonie française en Argentine", 21/10/1949, número 1307, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 75;

Carta de Wladimir d'Ormesson, Embaixador da França em Buenos Aires, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção da América, sobre "Les campagnes italiennes", 18/08/1946, número 119;

Carta do Cônsul Geral da França em Recife, Edgar Morin, 14/04/1961, número 21, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta do Coronel Buchalet, adido militar junto a EMBAFRANCE, para o MAE, sobre "Rapport de fin de mission de l'attaché militaires, naval et de l'air au Brésil", 15/06/1953, s/n, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 36;

Carta do Coronel Buchalet, Adido militar junto à Embaixada da França no Rio de Janeiro, para o MAE, "Étude sommaire - La France, les États Unis et le Brésil au début de 1947 -

influence militaire française", 15/04/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 11;

Carta do General Lattre de Tassigny, Inspetor Geral, para o Ministro das Forças Armadas, sobre "Dossier relatif au voyage en Amérique du Sud", 15/01/1948, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 71;

Carta do General Lattre de Tassigny, Inspetor Geral, para o Ministro das Forças Armadas, sobre "Dossier relatif au voyage en Amérique du Sud", 15/01/1948, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 71;

Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros - Direction des affaires administratives et sociales, para o Ministro dos Trabalhos Públicos e dos Transportes - Direction des Pêches Maritimes, sobre "La Pêche à la langouste sur les côtes brésiliennes", 30/11/1962, número 06320, AMAE, Série B América 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros – Direção das Questões Económicas e Financeiras, para os Chefes de Missão da França na América Latina, sobre "Le *memorandum* des Etats membres de la CEE", 25/03/1958, número 14, AMAE, Série DE - BE, Marché Commun, 1945-1960, Brésil, vol. 697;

Carta secreta do Ministro das Forças Armadas para o Almirante Chefe do Estado Maior da Marinha de Guerra da França, sobre "Instructions pour les comandants des bâtiments de guerre en mission d'assistance sur les côtes du Brésil", 20/02/1963, número 1471/MA/CM/S, AMAE, Série B América 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Carta-telegrama de Raul de Vicenzi, encarregado de negócios, para o MRE, 25/10/1963, número 220, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Circular Confidencial 0029/1961, do Comando do Terceiro Distrito Naval - Recife - PE, de 11/11/1961. Arquivo da Câmara dos Deputados - Brasília, CPI (01)62, caixas 01 e 02. *Arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as condições da pesca da lagosta;*

Compte Rendu - Langoustiers français au large des côtes brésiliennes, da EMBAFRANCE para o MAE, 04/01/1963, s/n, AMAE, Série B América 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Compte Rendu da 17a. Reunião do Comitê dos Representantes Permanentes, 11/07/1958, número 693/58, AMAE, Série DE - BE, Marché Commun, 1945-1960, Brésil, vol. 697;

Compte Rendu da EMBAFRANCE para MAE, "Langoustiers français au large des côtes brésiliennes", 04/01/1963, s/n, AMAE, Série B América 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Conférence à la Chambre de Commerce de Paris de M. Gabaudan, conseiller commercial de France à Rio de Janeiro, 18/02/1947, ACCIP, carton VI-6.30(13);

Despacho da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil na França ⁴⁷¹, sobre "A pesca da Lagosta por barcos franceses no Nordeste do Brasil. Missão Lagarde", 25/01/1963, número 10, AHMRE-B, Despachos Ostensivos para a Embaixada em Paris, 1960-1964, maço 02661;

Despacho de A.B.L. Castello-Branco, ministro interino, para Antônio Mendes Vianna, sobre "A pesca da lagosta sobre a plataforma continental brasileira", 01/12/1964, número 157, AHMRE-B, Despachos Confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1947-71, caixa 162;

Despacho de Arnaldo Vasconcelos, secretário-geral substituto, para Antônio Mendes Vianna, sobre "A pesca da lagosta sobre a plataforma continental brasileira", 08/04/1965, número 53, AHMRE-B, Despachos Confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1947-71, caixa 162;

Despacho de Fernando Ramos de Alencar, Secretário-Geral do MRE, para Augusto Frederico Schmidt, "Instruções para atuação frente à representação junto à CEE", 13/05/1960, número 03, AHMRE-B, Despachos Confidenciais - Representação do Brasil junto à CEE, 1960, caixa 168;

Despacho de Juracy Magalhães para Olavo Bilac Pinto, embaixador do Brasil em Paris, 25/03/1966, número 420, AHMRE-B, Despachos Secretos - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-1966, caixa 66;

Despacho Telegráfico do MRE para BRASEMB, número 265, 13/07/1976, AHMRE-B - Telegramas confidenciais expedidos para a Embaixada do Brasil em Paris, 1970-1976;

Dossiê Confidencial da Direção da América, "Plan d'Action pour l'Amérique Latine", 1945, s/n, AMAE, Série Y Internationale 1944-1949, vol. 04;

Exposição de Motivos de Vasco Leitão da Cunha, ministro das relações exteriores, para Humberto Castello Branco, presidente da República, sobre o "Contencioso franco-Brasileiro", 29/05/1964, número 208, AHMRE-B, Exposições de Motivos, Presidência da República, caixa 411;

Exposição de motivos do MRE para Emílio Garrastazu Medici, 17/05/1971, número 148, AHMRE-B, Exposições de Motivos, Presidência da República, caixa 411;

Exposição do Emb. Francisco d'Alamo Lousada, embaixador do Brasil em Roma, durante a I Conferência dos Chefes de Missão do Brasil na Europa Ocidental – Roma, 10 a 30 de setembro de 1966 - DEOc/900.1(600), Volume 10, AHMRE, Material Confidencial, sem outra classificação;

Memorando secreto de José Maria Villar de Queiroz, chefe da Divisão da Europa Ocidental, para o Secretário geral adjunto para assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, sobre o "Contencioso com a França", 06/01/1963, número 01, AHMRE-B, Correspondência expedida (Memorandos, despachos, ofícios e exposições de motivos secretos), 1963, caixa 64;

Nota "Resume synoptique des rapports consacrés aux relations intellectuelles entre la France et les différents pays de l'Amérique latine", julho de 1945, s/n, AMAE, Série Relations Culturelles 1945-1947, sous-série Enseignement, carton 144;

⁴⁷¹ Doravante BRASEMB.

Nota Confidencial da Direção da América, "Dossier - Plan d'Action pour l'Amérique Latine", 1945, s/n, AMAE, Série Y Internationale 1944-1949, vol. 04;

Nota Confidencial da Direção da América, "Rapport de la Vème Conférence des représentants de la France en Amérique Latine - Santiago du Chili, août, 1957", s/d, s/n, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Généralités, vol. 146;

Nota da Direção da América para Secretaria Geral do MAE, 08/08/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota da Direção da América para Maurice Couve de Murville, 15/11/1963, número 119, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 73;

Nota da Direção da América para Maurice Couve de Murville, sobre "Le Différend franco-brésilien", 15/11/1963, número 120, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 73;

Nota da Direção da América para o Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Les interventions des républiques d'Amérique Latine en faveur de l'Italie", 30/07/1946, número 1428;

Nota da Direção da América para o Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le Différend franco-brésilien", 16/11/1963, número 119, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota da Direção da América para o Maurice Couve de Murville, sobre "Les Pêcheurs français au large des côtes brésiliennes", 05/02/1963, número 05, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota da Direção da América para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Voyage du Directeur d'Amérique en Amérique Latine", 04/03/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 70;

Nota da Direção da América para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Voyage du Directeur d'Amérique en Amérique Latine", 04/03/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 70;

Nota da Direção da América para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Les pêcheurs français au large des côtes brésiliennes", 05/02/1963, número 05, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota da Direção da América para o Secretário Geral do MAE, 26/02/1963, número 07, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota da Direção da América para o Secretário Geral do MAE, sobre "Elaboration d'une politique française en Amérique Latine", data ilegível, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-52, Généralités, vol. 77;

Nota da Direção da América sobre "L'Amérique Latine et les pays arabes", 01/07/1953, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Généralités, vol. 145;

Nota da Direção da América sobre "Le Brésil et la coopération franco-brésilienne", 23/10/1959, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Brésil, vol. 43;

Nota da Direção da América sobre "Les colonies françaises en Amérique Latine", data ilegível (1949), s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 75;

Nota da Direção da América, "Conclusions de la VIIème réunion des chefs de missions diplomatiques en Amérique latine - Buenos Aires, 24 - 26 août 1960", 02/11/1960, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités, vol. 147;

Nota da Direção da América, "Études préparatoires pour la Conférence des chefs de missions diplomatiques en Amérique Latine - Conférence de Caracas", 25/09/1956, s/n, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Généralités, vol. 146;

Nota da Direção da América, "La position de la France en Amérique Latine", 01/09/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1944-1952, Généralités, vol. 78;

Nota da Direção da América, "Projet de discussions en vue de l'élaboration d'un nouveau plan d'action en Amérique Latine", 30/12/1945, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1944-1952, Généralités, vol. 78;

Nota da Direção da América, "Rapport de la I réunion des ambassadeurs de France en Amérique Latine - Rio de Janeiro, 20 à 27 octobre 1951", s/d, s/n, AMAE, Série Secrétariat des Conférences - NUOI, vol. 116;

Nota da Direção da América, "Rapport de la IIIème Reunion des representants de la France en Amérique Latine - Lima, mai 1954", maio de 1954, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1952-1963, Généralités, vol. 145;

Nota da Direção da América, 08/06/1966, s/n, AMAE, Série Amérique 1964-1966, sous-série Brésil: questions économiques, C769, vol. 02;

Nota da Direção da América, sobre "La position de la France en Amérique Latine", 01/09/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1944-1952, Généralités, vol. 78;

Nota da Direção da América, sobre "Les bourses d'étude", 13/01/1963, s/n, AMAE-CN, Série Service des échanges artistiques, Sous-série dossiers-généraux, vol. 160;

Nota da Direção da América, sobre "Les colonies françaises en Amérique Latine, data ilegível (1949), s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 75;

Nota da Direção da América, sobre "Projet de discussions en vue de l'élaboration d'un nouveau plan d'action en Amérique Latine", 30/12/1949, s/n, AMAE, Série B Amérique, 1944-1952, Généralités, vol. 78;

Nota da Direção das Questões Administrativas e Sociais, sobre "Données du problème de la pêche à la langouste sur les côtes brésiliennes", 08/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique

1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota da Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "La Banque Hypothécaire et Agricole de Minas Geraes", 1951, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 26;

Nota da Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "La Banque Hypothécaire et Agricole de Minas Geraes", 10/03/1955, s/n, AMAE, Série Accords Bilatéraux, DE - BE, 1944-1960, Brésil, vol. 11;

Nota da Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Le Brésil et Marché Commun", 22/08/1957, s/n, AMAE, Série DE - BE, Marché Commun, 1945-1960, Brésil, vol. 697;

Nota da Direção das Questões Econômicas e Sociais – Divisão das Uniões Internacionais, sobre "Le différend franco-brésilien sur la pêche à la langouste", 02/10/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota da Direção Geral Política para a Direção da América, 09/07/1956, número 310, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Généralités, vol. 146;

Nota da Direction des Affaires Administratives et Sociales – MAE , "Données du problème de la pêche à la langouste sur les côtes brésiliennes", 08/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota de Luiz Felipe Palmeira Lampréia, terceiro secretário, para o Chefe da Divisão de Política Comercial, sobre "Visita ao Brasil do General de Gaulle - Agenda das conversações econômicas", 14/08/1964, número 81, AHMRE-B, Informações e Relatórios da Divisão de Política Comercial, Ostensivos, 1961-1966, maço 007950;

Nota do Coronel Buchalet, Adido Militar junto à EMBAFRANCE, sobre "Étude sommaire - La France, les États Unis et le Brésil au début de 1947 - influence militaire française", 15/04/1947, s/n, AMAE, Série B Amérique 1944-1952, Brésil, vol. 11;

Nota do Jurisconsulto para a Direção das Questões Administrativas e Sociais, sobre "La Pêche de la langouste au Brésil", 13/07/1962, número 626, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota do Jurisconsulto para a Secretaria Geral do MAE, sobre "Le différend avec le Brésil sur la pêche", 07/02/1963, número 109, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota do Jurisconsulto para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le refus d'arbitrage par le Brésil du conflit de la langouste", 18/02/1963, número 144, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota do Jurisconsulto para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le Caractère non obligatoire des engagements d'arbitrage entre la France et le Brésil", 01/03/1963, número

164, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota do MRE para a EMBAFRANCE, 20/06/1962, Número 52, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007;

Nota do MRE para a EMBAFRANCE, sobre a Pesca de lagostas por barcos franceses na plataforma continental Brasileira, 09/01/1962, número 03, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007;

Nota do MRE para EMBAFRANCE, sobre "Acordo de resgate franco-Brasileiro de 1956", 24/01/1963, número 09, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007;

Nota do MRE para EMBAFRANCE, sobre "Contencioso franco-Brasileiro. Questão de Port of Pará", 01/07/1966, número 60, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1964-67, maço 07008;

Nota do Secretariado da Presidência da República Francesa, 06/03/1964, s/n, ANF (Archives Nationales de France), Fonds de Gaulle, 5AG1, carton 198;

Nota do Secretariado Geral da Presidência da República Francesa, "Conclusions de la réunion des chefs des postes en Amérique du Sud, 25-30/05/1964", 04/06/1964, s/n, ANF, Fonds de Gaulle, 5AG1, carton 198;

Nota do Serviço Jurídico do MAE para a Direção das Américas, sobre "Texte de la lettre adressée au Secrétaire Général de la Cour Permanente d'Arbitrage, le 20 mars 1963, et annexes", 20/03/1963, número 246;

Nota do Serviço Jurídico do MAE para o Ministro, sobre "Le différend franco-brésilien sur la pêche de la langouste", número 792, 15/10/1963, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota do Serviço Jurídico para a Direção das Questões Administrativas e Sociais, "Au sujet de l'arraisonnement de la Cassiopée", número 129, 09/02/1963, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota do Serviço Jurídico para a Direção das Questões Econômicas e Financeiras, sobre "Le contentieux financier franco-brésilien", 24/02/1960, número 167, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 71;

Nota do Serviço Jurídico para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre "Le différend franco-brésilien sur la pêche de la langouste", 15/10/1963, número 792, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Nota secreta da Direção da América sobre "L'Amérique Latine et les questions coloniales", 04/06/1947, s/n, AMAE, Série Y Internationale, 1944-1949, vol. 06;

Nota Secreta da Direção da América, sobre "L'inauguration de la Maison de France à Rio de Janeiro", 24/02/1956, s/n, AMAE, Série B Amérique 1952-1963, Brésil, vol. 42;

Nota verbal da EMBAFRANCE para o MRE, 14/06/1962, número 202; Nota verbal da EMBAFRANCE para o MRE, 28/06/1962, número 208, AHMRE-B, Notas Ostensivas Recebidas da Embaixada da França no Brasil, 1962-63, maço 06999;

Nota verbal da EMBAFRANCE para o MRE, 30/07/1962, número 232, AHMRE-B, Notas Ostensivas Recebidas da Embaixada da França no Brasil, 1962-63, maço 06999;

Nota verbal da EMBAFRANCE para o MRE, número 97, 16/03/1962, AHMRE-B, Notas Ostensivas Recebidas da Embaixada da França no Brasil, 1962-63, maço 06999;

Nota verbal do MRE para EMBAFRANCE, 31/01/1963, número 14, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007;

Nota verbal do MRE para a EMBAFRANCE, 12/02/1963, número 16, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007;

Nota verbal do MRE para a EMBAFRANCE, DEOc/DAI/DPC/2/562.8, de 19/01/1962, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007;

Nota verbal do MRE para a EMBAFRANCE, sobre as atividades dos lagosteiros franceses Cassiopée e Plomarch, 20/06/1962, número 52, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007;

Notas verbais do MRE para a EMBAFRANCE, sobre a pesca de lagostas por barcos franceses na plataforma continental Brasileira, de 09/01/1963, 09 e 16/10/1962, AHMRE-B, Notas Ostensivas Expedidas para a Embaixada da França no Brasil, 1961-63, maço 07007;

Note "L'Opération Sudameris", septembre 1997 – Archives du Paribas, Paris, carton 426, dossier 73;

Note "Les relations entre Paribas e COMIT à travers SUDAMERIS", septembre 1992 – Archives du Paribas, Paris, carton 375, dossier 61;

Ofício de Antônio Mendes Vianna, Embaixador do Brasil em Paris, para Antônio B. L. Castello-Branco, ministro interino, sobre "O Mercado francês do café", 30/03/1965, número 234, AHMRE-B, Ofícios confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-68, caixa 77;

Ofício de BRASEMB para MRE, "Documento de Posição remetido ao Ministro da Fazenda", 14/03/1963, número 111, AHMRE-B, Ofícios Confidenciais recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1960-1964, caixa 77;

Ofício de BRASEMB para MRE, "Estudo preliminar sobre o mercado francês de café. Reunião de Paris", 10/03/1965, número 158, AHMRE-B, Ofícios confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-68, caixa 77;

Ofício de BRASEMB para MRE, 16/06/1964, número 348, AHMRE-B, Ofícios Secretos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 08;

Ofício de BRASEMB para MRE, sobre "A questão da lagosta", 04/03/1965, número 159, AHMRE-B, Ofícios confidenciais - Embaixada do Brasil em Paris, 1965-68, caixa 77;

Ofício de BRASEMB para MRE, sobre "Contencioso franco-brasileiro", 22/01/1963, número 35, AHMRE-B, Ofícios Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, janeiro-fevereiro, 1963, maço 02627;

Ofício de BRASEMB para MRE, sobre "Entendimentos com autoridades francesas – avaliação das reações ao Aide Mémoire apresentado pela delegação brasileira à delegação francesa", 07/05/1962, número 171, AHMRE-B, Ofícios Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, abril-junho, 1962, maço 02624;

Ofício de BRASEMB para MRE, sobre "Entendimentos com autoridades francesas. Mercado Comum", 07/05/1962, número 171, AHMRE-B, Ofícios Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, abril-junho, 1962, maço 02624;

Ofício de Carlos Alves de Sousa Filho, embaixador do Brasil na França, para San Thiago Dantas, "Subsídios para a comissão de planejamento político – resposta ao questionário da circular 4129, de 07/11/1961, por José Maria Villar de Queiroz", 29/12/1961, número 588, AHMRE-B, Ofícios Confidenciais Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1960-1964, caixa 77;

Ofício de Carlos Calero Rodrigues, encarregado de negócios do Brasil na França, para Vasco Leitão da Cunha, ministro das relações exteriores, 19/10/1964, número 660, AHMRE-B, Ofícios Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, outubro-dezembro, 1964, maço 02634;

Ofício reservado do diretor executivo do Conselho do Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), Célio Lyra, para o Ministro das Relações Exteriores. Arquivo da Câmara dos Deputados - Brasília, CPI (01)62, caixas 01 e 02. *Arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as condições da pesca da lagosta;*

Parecer do consultor jurídico do MRE, Prof. Haroldo Valladão, sobre a pesca da lagosta por barcos franceses no nordeste do Brasil, 28/12/1962, número 1793, AHMRE-B, Pareceres ostensivos do Consultor jurídico do MRE, 1962-1965, maço 07630;

Parecer do consultor jurídico do MRE, Prof. Haroldo Valladão, sobre a pesca da lagosta por barcos franceses no nordeste do Brasil, 28/12/1962, número 1793, AHMRE-B, Pareceres ostensivos do Consultor jurídico do MRE, 1962-1965, maço 07630;

Parecer do Prof. Haroldo Valladão, consultor jurídico do MRE, sobre "A pesca da lagosta por barcos franceses no nordeste do Brasil. Arbitragem facultativa e obrigatória", 29/04/1963, número 1801, AHMRE-B, Pareceres ostensivos do Consultor jurídico do MRE, 1962-1965, maço 07630;

Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, 16/04/1964. Arquivo da Câmara dos Deputados - Brasília, CPI (01)62, caixas 01 e 02. *Arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as condições da pesca da lagosta;*

Relatório de fim de missão do Prof. Pasteur Valéry-Radot et Raymond Ronze na América Latina, - janeiro-julho de 1945, s/n, AMAE, Série Relations Culturelles 1945-1947, sous-série Enseignement, carton 144;

Relatório de fim de missão do Prof. Pasteur Valéry-Radot et Raymond Ronze na América Latina, - janeiro-julho de 1945, s/n, AMAE, Série Relations Culturelles 1945-1947, sous-série Enseignement, carton 144;

Relatório do Embaixador em Paris, Bilac Pinto, à Primeira Reunião de Embaixadores do Brasil na Europa Ocidental, Roma, 1966, volume IX, p. 37-38;

Relatório Final da Conferência dos Chefes de Missão do Brasil na Europa Ocidental, Roma, 10 a 30 de setembro de 1966 - DEOc/900.1(600), Volume 12, AHMRE, Material Confidencial, sem outra classificação;

Telegrama Confidencial da BRASEMB para o MRE, 26/02/1963, número 73, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Telegrama confidencial da Secretaria de Estado para Carlos Alves de Sousa Filho, 24/01/1963, número 23, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Telegrama confidencial de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 23/02/1963, número 65, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Telegrama Confidencial de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 23/02/1963, número 67, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Telegrama confidencial do MRE para BRASEMB, 21/05/1964, número 158, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 287;

Telegrama Confidencial do MRE para BRASEMB, 22/05/1964, número 160, AHMRE-B, Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 287;

Telegrama Confidencial e Urgente de Carlos Alves de Sousa Filho para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 29/01/1963, número 33, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Telegrama Confidencial Urgente da Secretaria de Estados para a BRASEMB, 19/02/1963, número 54, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Telegrama Confidencial Urgente de Hermes Lima para a Carlos Alves de Souza Filho, 25/02/1963, número 58, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Telegrama Confidencial Urgentíssimo de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 21/02/1963, número 57, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Telegrama da Direção da América para a EMBAFRANCE, 29/01/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 01/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 01/02/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 20/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a Embaixada da França no Brasil, 04/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 04/03/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 27/07/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 18/12/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 28/12/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 14/12/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção das Questões Administrativas e Sociais para a EMBAFRANCE, 04/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Direção Geral de Questões Políticas para as Embaixadas e Legações da França na América do Sul, Central e do Norte, sobre "Politique coloniale aux Nations Unies", 17/10/1951, s/n, AMAE, Série B - Amérique 1944-1952, Généralités, vol. 5;

Telegrama da EMBAFRANCE para o MAE, 13/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Embaixada da França na Haia para o MAE, 25/03/1963, número 412; ambos em AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de EMBAFRANCE para o MAE, "Réunion au Itamaraty au sujet de la pêche à la langouste au large des côtes brésiliennes", 15/01/1963, número 63, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama da Secretaria Geral do MAE Estrangeiros para a EMBAFRANCE1, 07/03/1963, s/n, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens, para Maurice Couve de Murville, 10/07/1962, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Antônio Mendes Vianna, embaixador do Brasil em Paris, para o MRE, 26/09/1964, número 316, AHMRE-B, CT's-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa s/n;

Telegrama de BRASEMB para MRE, 05/03/1964, número 55, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1964, caixa 287;

Telegrama de BRASEMB para MRE, 12/11/1963, número 294, AHMRE-B, CT'S-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1963, caixa 24;

Telegrama de BRASEMB para MRE, 20/08/1963, número 241, AHMRE-B, CT'S-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1963, caixa 24;

Telegrama de BRASEMB para MRE, número 13, 24/10/1975, AHMRE-B - Telegramas secretos recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1970-1976;

Telegrama de BRASEMB para MRE, sobre "Ajuste de investimentos e financiamentos Brasil-França", 27/07/1956, número 116, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1955-1956, caixa 275;

Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 13/12/1962, número 368, AHMRE-B, Telegramas Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1962, maço 02667;

Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho para Hermes Lima, 25/02/1963, número 70, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Recebidos e Expedidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1963, caixa 284;

Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho para o MRE, sobre o Acordo de consolidação Brasil-França, 20/11/1962, número 342, AHMRE-B, Telegramas Ostensivos Recebidos da Embaixada do Brasil em Paris, 1962, maço 02667;

Telegrama de Carlos Alves de Sousa Filho, embaixador do Brasil em Paris, para MRE, 24/04/1956, número 63, AHMRE-B, CT's-Telegramas Confidenciais Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1955-1957, caixa 275;

Telegrama de EMBAFRANCE para MAE, 15/04/1958, número 119, AMAE, Série DE - BE, Marché Commun, 1945-1960, Brésil, vol. 697;

Telegrama de EMBAFRANCE para MAE, sobre "Nationalisation des banques au Brésil", 10/12/1945, número 1705, AMAE, Série B Amérique 1944-52, Brésil, vol. 10;

Telegrama de Jacques Baeyens para MAE, 24/02/1963, número 300, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para MAE, 25/02/1963, número 303, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville 17/04/1961, número 252, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 01/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 01/02/1963, número 133, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 27/02/1963, número 315, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 28/02/1963, número 327, ambos em AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 01/03/1963, número 370 AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28/02/1963, número 339, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 21/02/1963, número 278, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 24/02/1963, número 295, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 28/02/1963, número 334, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens para o MAE, 31/01/1963, número 15, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama de Jacques Baeyens, para Maurice Couve de Murville, 06/08/1962, número 634, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama do Embaixador Carbonnel, Secretário Geral do MAE, para Jacques Baeyens. 04/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama do MRE para BRASEMB, 14/08/63, número 241, AHMRE-B, CT'S-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1963, caixa 24;

Telegrama do MRE para BRASEMB, 28/08/64, s/n, AHMRE-B, CT's, Telegramas, Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1963, caixa 24;

Telegrama Secreto de Hermes Lima para Carlos Alves de Souza Filho, 01/03/1963, número 64, AHMRE-B, CT's-Telegramas Secretos Expedidos e Recebidos - Embaixada do Brasil em Paris, 1962-1964, caixa 24;

Telegrama secreto de Jacques Baeyens para o MAE, sobre "Entretien avec M. Vilar de Queiroz", s/n, 03/10/1962, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama Secreto do Adido Militar junto à EMBAFRANCE para o Secretariado da Marinha, via Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28/02/1963, número 26, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama Secreto do Adido Militar junto à EMBAFRANCE para o Secretariado da Marinha, via MAE, 28/02/1963, número 282, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama secreto do Adido Militar junto à EMBAFRANCE para o Secretariado da Marinha, via MAE, 05/03/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama Urgente da Direção das Convenções Administrativas e das Questões Consulares para a EMBAFRANCE, 20/02/1963, número ilegível, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);

Telegrama urgentíssimo de Jacques Baeyens para Maurice Couve de Murville, 01/03/1963, número 363, AMAE, Série B Amérique 1964 (...), Généralités (en cours de classement), vol. 600 (Différend franco-brésilien des langoustes);